

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Diego Martins Dória Paulo

**AS CONTRADIÇÕES DA DEMOCRACIA E O INSTITUTO FERNANDO  
HENRIQUE CARDOSO (2004-2019)**

**Niterói**  
**2020**

**DIEGO MARTINS DÓRIA PAULO**

**AS CONTRADIÇÕES DA DEMOCRACIA E O INSTITUTO FERNANDO  
HENRIQUE CARDOSO (2004-2019)**

Tese submetida ao Programa de Pós-  
Graduação em História Social da  
Universidade Federal Fluminense  
como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Doutor em  
História

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Doutora Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes**

**Niterói  
2020**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M379c Martins dória paulo, Diego  
As contradições da democracia e o Instituto Fernando  
Henrique Cardoso (2004-2019) / Diego Martins dória paulo ;  
Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes, orientadora. Niterói,  
2020.  
579 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,  
2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2020.d.11226624758>

1. História do Brasil. 2. História Política. 3.  
Democracia. 4. Burguesia. 5. Produção intelectual. I.  
Fontes, Virginia Maria Gomes de Mattos, orientadora. II.  
Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III.  
Título.

CDD -

# Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>1. Os tanques de pensamento e o Estado capitalista.....</b>	<b>17</b>
<b>Parte I: estado da arte.....</b>	<b>25</b>
1.1 Tanques de pensamento: entidades técnicas, disputas entre Estados e mecanismo democrático de superação de conflitos .....	25
1.2 Os tanques de pensamento e a matriz gramsciana: aparelhos privados de hegemonia nas lutas de classes .....	34
<b>Parte II.....</b>	<b>47</b>
1.3 O Think tanks and Civil Societies Program (TTCSP) e a padronização dos tanques de pensamento.....	48
1.4 O trabalho intelectual vivo e morto no capitalismo.....	65
1.5 Os tanques de pensamento entre a fábrica e o Estado.....	88
1.6 Tecnologias políticas e lutas de classe no Estado capitalista.....	99
<b>2. O Instituto Fernando Henrique Cardoso e a contenção da democracia .....</b>	<b>119</b>
2.1 Contendo a democracia: regimes de tipo democrático como forma política de pacificação das lutas.....	122
2.2 A fundação do Instituto Fernando Henrique Cardoso .....	147
2.3 Uma entidade do grande (e do mega) capital .....	154
2.4 O IFHC entre a expansão das atividades e a circunscrição do terreno dos debates.....	168
2.5 Dentro do terreno: quem participa publicamente dos debates e seminários do IFHC.....	180
2.6 O IFHC e o contra-ativismo político empresarial: uma visão dos bastidores da entidade ...	199
2.7 O IFHC e a América Latina: o caso da Plataforma Democrática (2007-2019).....	209
<b>3. Coesão Social e acomodação capitalista na Europa e América Latina .....</b>	<b>228</b>
3.1 Entre o socialismo e a barbárie: a matriz durkheimiana de estabilização política em <i>Da divisão social do trabalho</i> .....	230
3.2. A integração europeia e a importância da coesão social e econômica.....	241
3.3 A redescoberta da América pelos espanhóis.....	250
3.4. “Coesão social e sentido de pertencer” na América Latina e no Caribe .....	261
3.5 O IFHC e a coesão social: um “desafio latino-americano” .....	299
<b>4. O IFHC e o antipetismo (2014-2019) .....</b>	<b>312</b>

4.1 O IFHC e a “base social petista”: a “questão racial” e a disputa pelo legado das políticas sociais durante a eleição de 2014 .....	314
4.2 “Um outro bloco capaz de sustentar o poder”: o IFHC, a derrota de 2014 e a derrubada do petismo (2014-2015).....	343
4.3 Governo Temer: o IFHC entre a representação empresarial e a fragmentação partidária..	352
4.4 O IFHC e a emergência do “Novo PSDB” após a derrota nas eleições de 2018.....	361
4.5 Mapeando as bases do bolsonarismo: o IFHC e o estudo do levante político evangélico ...	372
<b>Considerações finais.....</b>	<b>398</b>
<b>Anexo I. Tabela com conexões nas sociedades civis, nacional e internacional, por ano (2004-2019) .....</b>	<b>415</b>
<b>Anexo II. Tabela com conexões com representantes dos poderes políticos por ano (2004-2019). .....</b>	<b>462</b>
<b>Anexo III. Tabela com conexões em universidades, nacionais e internacionais, públicas e privadas, por ano (2004-2019) .....</b>	<b>496</b>
<b>Anexo IV . Tabela com conexões com empresas por ano (2004-2019). .....</b>	<b>552</b>
<b>Referências.....</b>	<b>568</b>

## Introdução

Esta tese começa com uma visita à livraria. Foi vasculhando prateleiras à procura de algo interessante que me deparei pela primeira vez com uma publicação da Plataforma Democrática. Como o livro abordava a possível “liderança” do Brasil sobre a América Latina, optei por investir nele a verba que tinha separado para a empreitada. Logo tomei o caminho de mais de 2 horas que separava a universidade em que estudava da casa em que morava. A viagem me permitiu começar a leitura imediatamente.

Enquanto progredia nas páginas, lembrava de uma apresentação de Virginia Fontes, ocorrida há não muito tempo no Espaço Plínio de Arruda Sampaio. Tratava-se de uma casa alugada pelo mandato do vereador Renato Cinco, do Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro (PSOL-RJ), na região da Lapa. O espaço ainda existe, mas agora mudou de local. A programação é que segue a mesma. Sedia debates e reuniões mensais com a comunidade. Foi em um destes encontros que vi a professora falar sobre imperialismo.

Aquela aula havia me causado bastante impacto, sobretudo no que dizia respeito à ação das empresas brasileiras no entorno latino-americano. Eram muitos detalhes, todos horrorosos. Fui fisgado pela questão. À época ainda desenvolvia minha dissertação de mestrado sobre luta política no Brasil dos anos 1963 e 1964. Uma das organizações brizolistas que estudava, coitada, ficou por um tempo de lado. Eu só tinha olhos para os impactos das empresas brasileiras no nosso continente.

No afã de conhecer mais sobre o assunto que cheguei ao trabalho de Raul Zibechi. Li *Brasil Potência: entre a integração regional e um novo imperialismo* em poucos dias, com extremo prazer. Além de ter belo texto, o volume é fartamente informativo, e antes do final

da leitura eu já estava decidido a pesquisar alguma dimensão da relação entre Brasil e América Latina. Preferencialmente no pós-ditadura.

Por isso o volume com o selo da Plataforma Democrática me chamou atenção. Tinha expectativa de encontrar ali material para desenvolver em um possível doutorado. O título<sup>1</sup> era, neste sentido, atraente, e logo passei a investigar o que afinal de contas era a Plataforma Democrática. Conheci as formas de atuação, assisti a vídeos – são mais cem horas de material gravado no total -, fiz *download* de outras publicações com o selo da iniciativa e de um mundo de documentos disponibilizados no *site* da iniciativa.

Já então os organizadores assumiam que “exportar” valores democráticos pela América Latina era a missão da iniciativa. Para tanto, a Plataforma Democrática construíra parcerias com mais de 30 outras organizações pelo subcontinente<sup>2</sup>, por meio das quais realizava palestras, seminários, conferências. Além do volume que tinha em mãos, outros 10 livros já haviam sido publicados – atualmente são 14. Todos com temáticas que dialogam com os problemas da democracia latino-americana.

Seguindo pistas, em pouco tempo já perseguia os investidores que bancavam o projeto, bem como informações adicionais sobre os palestrantes selecionados para os eventos. Quando iniciei efetivamente essa pesquisa doutoral, muito deste material já estava

---

<sup>1</sup> SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (orgs.). **O Brasil e a Governança da América Latina: Que Tipo de Liderança é Possível?**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais, 2013. São Paulo: Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2013. 332 p.

<sup>2</sup> São elas: na Argentina, Universidad Torcuato di Tella, Universidad de San Andrés (MAPP e MAEP), Cidal, Cippec, Red de Acción Política, Universidad Nacional de San Martín (CESC e Ciedal); na Bolívia, Instituto para la Democracia; no Brasil, FGV Direito Rio, Fundação João Pinheiro, IETS, Ipespe, Viva Rio; no Chile, Cieplan, Universidad Diego Portales; na Colômbia, Universidad de los Andes (DCP e Ceper), Fundación del Rosário (CEPI), Fundación Seguridad y Democracia; Costa Rica: Secretaria General de Flacso; Equador: Programa de Estudios Políticos de Flacso; Guatemala: Universidad Rafael Landívar (Ingep), Doses; México: Cide, Itam, Unam (SCS), Fundación Ethos; Peru: Instituto de Estudios Peruanos, Cisepa: Escola de Gobierno de PUC; Uruguai: Instituto de Ciência Política; Venezuela: Instituto Venezolano de Estudios Sociales y Políticos

sistematizado e analisado. Àquela altura, a história da Plataforma Democrática parecia a história de um poderoso aparelho político.

Identificando-a como uma coalizão de esforços entre o grande capital brasileiro transnacionalizado – aquele imperialismo que me impressionara - e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), arrisquei que seu papel seria disputar terreno com o Partido dos Trabalhadores no campo do apoio às “grandes campeãs” nacionais e ao capitalismo brasileiro no entorno latino-americano. A hipótese me levou ao estudo sistemático do Instituto Fernando Henrique Cardoso, junto do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, um dos promotores da Plataforma Democrática.

Assim cheguei ao IFHC. Quando propus ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) a pesquisa sobre a Plataforma Democrática, sabia que em algum momento teria de lidar com seu principal inventor. Os caminhos da pesquisa me fizeram mergulhar nele.

Deste modo, meio sem querer, o IFHC se tornou o objeto principal desta tese. Quando comecei a estudá-lo, dezenas de questões se impuseram. A investigação da Plataforma Democrática então parecia um beco sem saída. Eu não conseguia avançar para além do que já havia proposto. Assim, foi com prazer que me vi tomado pela leitura de novos documentos. Estes, por sua vez, giravam em torno de temas parecidos com os já presentes na Plataforma, mas ali ganhavam maior densidade. Os relatórios do IFHC são muito mais completos, servindo de guia de pesquisa, o que sem dúvida facilitou o trabalho.

Selecionei a democracia como o problema de fundo. Claro que minha predileção contou, mas o papel das fontes não foi menor. Ela já era evidentemente uma preocupação central na Plataforma Democrática, mas os livros publicados pelo IFHC contavam uma



história similar. “*América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento*”, “*O desafio latino-americano: coesão social e democracia*”, “*Difícil democracia*”... foram as leituras a que me dediquei no verão de 2017.

Os dois problemas principais desta tese tinham enfim sido localizados. IFHC e democracia – na maior parte do tempo, Democracia e IFHC – ocuparam desde então meus esforços de pesquisa. Quis saber como no conjunto de fontes se entendia aquele regime político, quem bancava o projeto, de que maneira a entidade atuava. Questões que vertebraram a pesquisa em um momento em que a trajetória do IFHC – assim como da Plataforma Democrática – parecia ascendente. Desde meados do ano anterior, o PSDB entrara no governo de Michel Temer, e as fontes me indicavam que o IFHC cumpria um papel importante na conjuntura.

O caminho foi melhor iluminado pela mudança de objeto. Falar sobre o IFHC – e sobre a Plataforma Democrática *dentro* de uma tese sobre ele – pareceu mais adequado. Apaguei tudo que havia redigido, conservando apenas o fichamento das fontes feito até então. Recomecei deste ponto.

Não foi a única vez que reescrevi esta tese. A atual versão do primeiro capítulo é, seguramente, pelo menos a décima que redigi – provavelmente algumas versões a mais. A decisão de começar de novo nunca me assustou, e ao longo destes quatro anos sempre encontrei boas razões para fazê-lo. A descoberta de um documento novo, uma leitura especialmente impactante, a inestimável orientação de Virginia Fontes – aquela lá do início que por rara sorte minha topou me orientar. É possível que, para cada página selecionada para o resultado final, outra tenha ficado de fora.

Papel decisivo neste sentido foi cumprido pela descoberta do *The think tank and civil societies programa* (TTCSP), da Universidade da Pensilvânia. O laboratório se dedica a estudar tanques de pensamento, como o IFHC, desde 1989. Conta com grandes nomes das ciências burguesas consagrados pela pesquisa do tema - destaque sobretudo James McCagann, figurão na área e diretor da organização. Desde 2008, publica o *Global go to Think Tank Report*, espécie de balanço anual das atividades dos tanques de pensamento em escala planetária.

Foi por meio deste documento que conheci o TTCSP. Isso porque, em algum momento, o *site* do IFHC passou a estampar em sua *homepage* um botão indicando a publicação da última edição daquele relatório. O trabalho gráfico destacava a posição obtida em alguns de seus *rankings*, com indisfarçável orgulho. A impressão de que havia alguma coisa a ser investigada ali me levou a ler não apenas a edição mais recente, mas todos os relatórios publicados pelo grupo da Universidade da Pensilvânia.

Um trabalho longo. Essa documentação têm uma linguagem cifrada insuportável, tanto pior porque escrita em inglês. Em linhas gerais, constatei se tratar de uma série de *rankings* de “boas práticas” dos tanques de pensamento. Dentre elas, constavam a possibilidade de influenciar a formulação de políticas públicas, o impacto nos debates travados na sociedade civil, e a capacidade de arregimentar apoio privado. O tanque de pensamento “ideal”, passível de ser extraído das listagens divulgadas pelo TTCSP, deveria pautar políticas públicas, dialogando diretamente com os representantes do Estado; ser economicamente viável, isto é, conseguir patrocínio da iniciativa privada; e ter influência sobre as discussões na esfera pública, participando de intervenções nos grandes meios de comunicação, dialogando com acadêmicos do *mainstream* e produzindo materiais de grande

circulação pelas novas mídias digitais. No ranking que media os *top think tanks*, o IFHC então ocupava o terceiro lugar brasileiro e o décimo segundo das Américas do Sul e Central. A comemoração percebida no *site* vinha desta marca.

Então já havia escrito sobre a *coesão social*, identificando como a noção consistia em espécie de feixe de diretrizes consideradas adequadas para a “gestão” da sociedade. Usando analogia metódica que fazia sentido para mim, vi certa homologia entre aquele princípio e os trabalhos do TTCSP. Isto é, a lista divulgada pelo laboratório, assentada em série de critérios analisados em primeiro capítulo desta tese, serviria mais para modelar a atuação dos tanques de pensamento do que efetivamente espelhar resultados alcançados por eles. Por meio dos *rankings*, o laboratório indicava o que se esperava deles, e não necessariamente expressava sua atuação real nos anos correntes – de fato, era difícil mensurar o impacto efetivo de alguns dos critérios, posta a falta de clareza sobre as fontes utilizadas na confecção do relatório.

Esta forma de análise pareceu encontrar respaldo na forma como o próprio grupo de pesquisas entendia suas atividades. Peço desculpas pela citação longa, mas julgo importante dar esta palavra à fonte. De acordo com o *site da iniciativa*, em tradução livre,

O Think Tanks and Civil Societies Program (TTCSP) do Lauder Institute da University of Pennsylvania conduz pesquisas sobre o papel que os institutos de políticas públicas desempenham em governos e sociedades civis em todo o mundo. Frequentemente chamado de tanque de pensamento dos tanques de pensamento, o TTCSP examina a evolução do papel e do caráter das organizações de pesquisa de políticas públicas. Nos últimos 25 anos, o TTCSP desenvolveu e liderou uma série de iniciativas globais que ajudaram a superar barreiras entre os saberes e a política em áreas críticas, como paz e segurança internacional, globalização e governança, economia internacional, questões ambientais, informação e sociedade, redução da pobreza e saúde e saúde global. Esses esforços de colaboração internacional são projetados para estabelecer redes regionais e internacionais de institutos de políticas e comunidades que melhoram a formulação de políticas enquanto fortalecem as instituições democráticas e as sociedades civis em todo o mundo.

O TTCSP trabalha com os principais acadêmicos e profissionais de think tanks e universidades em uma variedade de esforços e programas colaborativos, e produz o Índice Global Go To Think Tank anual que classifica os principais think tanks do mundo em uma variedade de categorias. Isso é alcançado com a ajuda de um painel de mais de 1.900 instituições semelhantes e especialistas da mídia impressa e eletrônica, academia, instituições doadoras públicas e privadas e governos em todo

o mundo. Temos fortes relacionamentos com os principais centros de pesquisa em todo o mundo, e nosso índice anual de estudos é usado por acadêmicos, jornalistas, doadores e o público para localizar e conectar-se com os principais centros de pesquisa de políticas públicas em todo o mundo. Nosso objetivo é aumentar o perfil e o desempenho dos grupos de reflexão e conscientizar o público sobre o importante papel que os grupos de reflexão desempenham nos governos e sociedades civis em todo o mundo<sup>3</sup>

De acordo com eles mesmos, trata-se de um “tanque de pensamento dos tanques de pensamento”. De uma organização devotada à instrução dos “institutos de políticas públicas”. Parece se passar, afinal, exatamente como eu disse. Os relatórios indicam como as entidades *devem ser*, não necessariamente como elas são.

O estágio da pesquisa me fez ir fundo na avaliação de outras produções sobre os *tanques de pensamento*. O primeiro capítulo – ou, para ser mais preciso, a versão que o leitor e a leitora têm em mãos do primeiro capítulo – é quase todo fruto deste esforço. A tentativa de fazer uma teoria geral dos tanques de pensamento – algo que eu negava estar fazendo, negava-me a fazer, mas no fim acabava fazendo – é visível em seu desenvolvimento. Os limites, igualmente óbvios. Como tirar qualquer parâmetro geral da análise de um caso

---

<sup>3</sup> The Think Tanks and Civil Societies Program (TTCSP) of the Lauder Institute at the University of Pennsylvania conducts research on the role policy institutes play in governments and civil societies around the world. Often referred to as the “think tanks’ think tank,” TTCSP examines the evolving role and character of public policy research organizations. Over the last 25 years, TTCSP has developed and led a series of global initiatives that have helped bridge the gap between knowledge and policy in critical policy areas such as international peace and security, globalization and governance, international economics, environmental issues, information and society, poverty alleviation, and healthcare and global health. These international collaborative efforts are designed to establish regional and international networks of policy institutes and communities that improve policy making while strengthening democratic institutions and civil societies around the world. The TTCSP works with leading scholars and practitioners from think tanks and universities in a variety of collaborative efforts and programs, and produces the annual Global Go To Think Tank Index that ranks the world’s leading think tanks in a variety of categories. This is achieved with the help of a panel of over 1,900 peer institutions and experts from the print and electronic media, academia, public and private donor institutions, and governments around the world. We have strong relationships with leading think tanks around the world, and our annual Think Tank Index is used by academics, journalists, donors and the public to locate and connect with the leading centers of public policy research around the world. Our goal is to increase the profile and performance of think tanks and raise the public awareness of the important role think tanks play in governments and civil societies around the globe. Disponível em: <https://www.gotothinktank.com/history-and-mission>

particular? Carece de lógica básica. O TTCSP certamente ajudou, assim como a descoberta daquela maneira de investiga-lo, mas claramente não resolveram o problema.

Malgrado todas as dificuldades que medeiam a empreitada, ainda assim foi aquele objetivo – compreender melhor os *tanques de pensamento em geral* – que mais motivou a minha pesquisa e escrita no primeiro capítulo. Não há, evidentemente, nenhuma intenção de fechar a questão. Tampouco eu apresento ali uma teoria geral dos tanques de pensamento. Trata-se, ao contrário, de uma interpretação possível, limitada pelas fontes de que disponho e pelas capacidades que me assistem. De sorte que, se de alguma forma, os elementos apresentados fizerem o estudo da questão avançar – nem que seja pela negativa, ou seja, pela constatação do que os *tanques de pensamento não são* – já estarei plenamente satisfeito.

Assim, no primeiro capítulo propus que os tanques de pensamento cumprem um papel específico no conjunto dos aparelhos privados de hegemonia, conceito cunhado por Antônio Gramsci para designar organizações da sociedade civil que, representando classes e/ou frações de classes, disputam a direção ético-política da sociedade. Sua especificidade seria contornar as tradicionais instituições da democracia representativa, agindo diretamente sobre os aparelhos de Estado. A maneira de legitimar o diálogo direto seria atribuir ao tanque de pensamento a prerrogativa de aconselhamento “técnico” sobre políticas públicas dedicadas a enfrentar “problemas” sociais.

É claro que o elemento técnico é político. Do ponto de vista marxista me parece se tratar de um truísmo, de sorte que fui me preocupar com outra face da equação. Se é óbvio que o elemento técnico é político, pareceu-me paradoxalmente menos natural que, do ponto de vista crítico, o elemento técnico seja *efetivamente* técnico. Mas e se fosse?

A pesquisa me conduziu à tentativa de recompor resumidamente a história de formação do trabalho intelectual no capitalismo. Operando com evidentes simplificações, tentei demonstrar como, já no terceiro livro d'O Capital, a discussão da técnica está associada a um modo de produção específico. A reprodução ampliada do capital cria e demanda novas funções deste tipo de trabalho, que comporta a prerrogativa do mando e da direção; prerrogativa eminentemente política, posta sua diferenciação em relação ao trabalho “manual” ser puramente ideológica. As funções demandadas girariam em torno da organização produtiva, cujo direcionamento deveria ser ditado pelos supervisores - como “generais no campo de batalha”, nas palavras de Marx.

Sugeri, diante disto, que *essa* técnica seria resultado de trabalho intelectual morto, *objetivado* em prescrições de mando. Considerada assim, ela seria a síntese de relações sociais de produção pretéritas, que, assumindo a forma de um saber específico, determinariam relações sociais de produção futuras, adaptando constantemente os princípios estruturantes do capitalismo às novas realidades postas pelo seu desenvolvimento. Radicada no chão de fábrica pelas hierarquias sociais do capital, inclusive as constituídas a partir de divisões na classe trabalhadora, a técnica assim definida poderia, após longo percurso no tempo e no espaço, encontrar abrigo nos tanques de pensamento. Para tanto, contou com o auxílio inestimável da “grande virada” da razão neoliberal, que coloca o *tecnicismo político* na ordem do dia.

O capítulo 2 inicia o estudo da forma específica de contenção da democracia operada pelo IFHC. Após reportar manobras burguesas de cerceamento da soberania popular desde o século XIX, sugeri que a entidade se associava às técnicas de dominação mais recentes, sobretudo àquelas apresentadas quando da análise dos tanques de pensamento em geral. O

estudo detalhado das operações da entidade, contudo, permitiu a identificação de algo diferente. Tratava-se da tentativa de circunscrever o terreno do debate político legítimo sobre temas potencialmente conflituosos. É possível que outros tanques de pensamento operem de modo similar. Talvez seja padrão presente nas organizações estudadas e formatadas sob os auspícios do TTCSP - a escala empregada na documentação produzida pelo laboratório não permitia saber.

Por isso este ponto só surge no segundo capítulo. É a anatomia da entidade apresentada na ocasião que permite o desvelamento de práticas específicas, não detalhadas na documentação “quantitativa” que até então vinha servindo de base prioritária da investigação. Os estudos do financiamento, da composição dos quadros, dos seminários e debates, bem como da Plataforma Democrática, permitiram avançar hipóteses sobre a base social da iniciativa. Uma vez notado que o IFHC tentava encapsular a discussão pública, selecionando criteriosamente as posições que se “confrontariam” nos debates por eles sediados, tornou-se fundamental a investigação das determinações materiais desta circunscrição. Os dados coletados pelo estudo dos patrocínios, portanto, foram lidos à luz daquela hipótese, e os resultados são ali apresentados.

Nesta altura da tese, tentei, ainda, construir a imagem de um IFHC estreitamente conectado à rede associativa da burguesia em escala planetária. O trabalho que se inicia no capítulo dois, quando discuto a inserção da entidade na sociedade civil e suas relações com organizações transnacionais, segue no capítulo 3, quando discuto o assim chamado projeto em favor da “coesão social na democracia”.

A politização do conceito é também sugestão desta tese. Apesar de ter procurado intensamente interpretações similares, não localizei nenhum trabalho que tenha considerado

a noção de coesão social como aqui faço. Para tanto, foi importante remontar a discussão proposta por Emile Durkheim. Na primeira parte do capítulo 3, apresento de que maneira a especialização dos ofícios foi por ele identificada tanto como um polo de integração quanto de potencial conflito em sociedades de “economia complexa”. A busca pela “coesão social”, assim, expressaria o enfrentamento daquelas tensões, com o fito de superar conflitos, potencializando a funcionalidade social. Demonstrando as reinterpretações do conceito, sugeri que ele se convertera em feixe de balizas de políticas públicas, irradiando-se como conjunto de diretrizes pelo Velho Mundo, ao sabor dos sucessivos estágios de integração econômica e social europeia.

O tempo que separa as elaborações de Durkheim dos últimos tratados de formação da União Europeia é marcado pelo enriquecimento da noção de coesão social. Se antes ela se referia a formas de integração pacífica em sociedades marcadas por intensa divisão social do trabalho, nos anos 1990 já contemplava interesses de diferentes formas funcionais do capital. Tornava-se, assim, expressão da união entre os últimos estágios de desenvolvimento capitalista e uma forma de dominação marcada pela hipertrofia relativa do consenso sobre a coerção.

Desde Gramsci, é sabido que a dominação de classe demanda doses variadas de violência e consentimento. Os tipos de “consenso encouraçado de coerção” se diferenciam pelo a força relativa de cada um dos termos do binômio. Os defensores da coesão social apostavam no leve acento do primeiro sobre o segundo, sem jamais abrir mão dos instrumentos repressivos. Defendiam distribuição de renda, a chamada política identitária e a “regeneração” do tecido social ameaçado pelo individualismo montante com o fim do bloco socialista. Tentavam desta maneira evitar a “ascensão de novos autoritarismos”, como os



“novos populismos de direita e esquerda” que, além de incentivar o conflito social, punham em risco o manejo ortodoxo da economia.

Como mais acabado exemplo de troca de tecnologias políticas apresentado nesta tese, a noção de coesão social circula pelos aparelhos privados de hegemonia europeus e chega à América Latina. O veículo que opera a transação é uma agência de Estado, cuja burguesia interna, no mesmo período, iniciou processo de internacionalização rumo à América Latina. Refiro-me à Espanha e à Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), que, com seus satélites, contata a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e passa a difundir tecnologias políticas para o “desenvolvimento” da região. Desenvolvimento aqui entendido como *complexificação do capitalismo*, o que consiste em chave para entender os interesses empresariais no tema.

Integrando este conjunto de diretrizes para a reprodução ampliada do capitalismo, a coesão social defendia a importância de estimular o “sentimento de pertencer”, visto como forma de gerar vínculos sociais em uma região marcada pelas turbulências políticas. Desde sua fundação, o IFHC se preocupou prioritariamente com estes esforços, contribuindo com a “aclimatação” da noção de coesão social à realidade social latino-americana. Para tanto, lançou livro largamente analisado no capítulo 3. O conteúdo do material foi intensamente difundido pelos parceiros da entidade na América Latina, por meio da Plataforma Democrática.

Até ali, cobri os primeiros anos de história do IFHC. A atuação mais recente seria discutida no capítulo 4, que versou sobre o posicionamento da entidade na conjuntura política brasileira marcada pela crise do petismo e pela ascensão do bolsonarismo. Se até então a narrativa era de algum sucesso, coroado com importante participação durante o governo

Michel Temer, ali começamos a acompanhar uma mudança de curso. Os eventos ali narrados fazem com que esta tese, que começou versando sobre um poderoso aparelho político, trate fundamentalmente de um projeto derrotado.

A partir de 2015, o IFHC passa a insuflar a extrema-direita, com quem, é verdade, já flertava antes. Fazendo balanço das eleições de 2014 em evento sediado no prédio do instituto, a posição assumida pelos seus representantes indica a intenção de não ver Dilma Rousseff completar o mandato. Fala-se em criar imediata “alternativa de poder”, coligando esforços das ruas e da Justiça. Naquele ano, a extrema-direita ganhava as avenidas em maciças manifestações estimulada pelas denúncias sempre bombásticas da força tarefa da Lava-Jato em Curitiba.

Veremos como o IFHC quis surfar a “onda conservadora”, mas o lava-jatismo inquisitorial barrou seu movimento, ao ferir gravemente a imagem pública de alguns tucanos. Foi Aécio Neves, outrora paladino da justiça, o mais seriamente atingido. Sufragado por mais de 50 milhões de eleitores em 2014, seria envolvido, a partir de 2016, em delações premiadas que indicavam crimes bem mais graves do que os inicialmente suspeitos. Sem sua liderança mais aguda, o PSDB padeceu, momentaneamente decapitado. Passou por conflagrações internas, que opunham os partidários de Alckimin, Serra, bem como os adeptos da nova sensação política na grande imprensa: João Dória. Considerado o anti-Lula, o “antipolítico” pregava combinação de “gestão técnica” com coerção encouraçada de consenso. Na disputa pelo posto de presidenciável tucano em 2018, contudo, Alckimin venceu, mas o espaço alcançado por João Dória evidencia que o projeto de coesão social deixara de ser importante.

Após a esmagadora derrota no último pleito presidencial, o IFHC procura novos rumos. Assim concluímos esta tese. Demonstrando como a entidade se aproxima da formação

do “Novo PSDB”, agora com Dória à testa. A metamorfose tucana é certamente diferente da petista. Se o Partido dos Trabalhadores progressivamente se aproximou do “centro” político, os tucanos se deslocaram rumo à extrema-direita com mais violência. Enquanto escrevo, estão sendo reiteradamente rejeitados pela turba fascista liderada por Jair Bolsonaro, por mais que Fernando Henrique Cardoso acene insistentemente na direção deste polo do espectro político. O futuro do IFHC parece difícil, mas nas águas revoltosas da política nacional contemporânea tudo pode mudar.

## 1. Os tanques de pensamento e o Estado capitalista

Nas violentas fronteiras da Segunda Guerra Mundial, veículos blindados serviram de abrigo para a coordenação *in loco* das batalhas. Ficaram conhecidos como *think tanks*, ou tanques de pensamento, por representarem o centro de orientação estratégica da ação tática das forças armadas em campo. Tem esta origem o nome do objeto de estudo deste capítulo. Os tanques que em tempos de conflagração abrigavam estrategistas no calor da luta serviram de inspiração para entidades que, na frieza da ação cotidiana, enfrentam outros inimigos, travam outros confrontos.

Diferentemente daquelas unidades militares, os tanques de pensamento que me interessam aqui são entidades compostas por políticos e intelectuais com objetivos variados, mas cujo sentido social se radica nas lutas de classes no capitalismo. A metáfora militar, neste sentido, ilustra a natureza da paz neste modo de produção – negação da guerra que metamorfoseia o conflito sem cessar o seu desenvolvimento.

As primeiras organizações do tipo surgem no fim do século XIX. A Inglaterra teria sido o celeiro da novidade que, precisamente a partir dos anos 1940, espalha-se em escala global<sup>4</sup>. A formação de redes de tanques de pensamento é impulsionada pelo ambiente social do pós-guerra. Na conjuntura, a tecnologia avança no campo da gestão pública, enquanto o acirramento do embate entre as classes sociais fundamentais, expresso paradoxalmente pelo conceito de *Guerra Fria*, impõe às classes dominantes tanto a necessidade de elevar o patamar de auto-organização quanto a tarefa de construir inovações institucionais que assegurem seu poder político. As ditaduras latino-americanas, africanas e asiáticas são a

---

<sup>4</sup> SMITH, J. A. **The idea brokers**. Think tanks and the rise of the new policy elite. New York: The Free Press, 1991.

expressão mais evidente do processo, mas mesmo onde elas não vicejaram a proliferação de *tanques de pensamento* burgueses compôs o esforço da classe dominante em conter a participação proletária. O crescimento da importância destas associações no debate público é o reflexo acadêmico deste movimento histórico.

A fim de aplainar o terreno para minhas análises ulteriores, desenvolvo neste capítulo uma reflexão sobre o sentido sócio-histórico deste tipo de aparelho. Estruturei o presente texto em dois movimentos. Na primeira seção deste capítulo, interessa-me distinguir os limites do objeto sob análise. À maneira da forma científica dominante, tentei apreender o conceito da coisa, demonstrando seu significado para a literatura. Surge desta investigação uma imagem, um fantasma, que não é a coisa mesma e tampouco o produto da apreensão de seu desenvolvimento, dada a visível carência do esforço radical nestes estudos. Trata-se de mera aparência, que mesmo nos melhores casos não passa de estudo sobre determinada forma de figuração deste ser – nunca sobre o ser enquanto tal.

Se essas pesquisas apresentam óbvias limitações, também oferecem potencialidades derivadas de sua forma. Com efeito, a preocupação que resulta na captura da aparência dos *tanques de pensamento* é útil para nós na medida em que expressa um momento do desenvolvimento deste objeto. Momento esse que, inserido no estágio próprio da história, informa-nos sobre suas funções no sóciometabolismo do capital.

Deste ponto de vista, os tanques de pensamento são entendidos como instrumentos que suprem *gaps* do Estado. Tais entidades se distinguiriam pela capacidade de aportar conteúdos embasados na dita racionalidade técnica e científica, entendida esta como ente

neutro porque meio de se aproximar de uma missão social tida como universal<sup>5</sup>. Tal maneira de compreendê-los lhes consagra espaço de atuação, por meio do qual efetivamente entregam o que prometem, inclusive por ser a manipulação dos instrumentos de gestão do capital e da coisa pública cada vez mais dependente de um saber codificado, efetivamente *técnico*, produto de um campo de conhecimento relativamente autonomizado que desenvolve código particular, métodos e objetivos próprios<sup>6</sup>. Aqui a aparência mais imediata do ser ganha consistência não apenas por descrever um movimento do real, mas também por se adjudicar a uma época do pensamento burguês que identifica a capacidade de manipulação eficiente do mundo como critério de verdade. Neste sentido, os *tanques de pensamento* aparecem no pensamento dominante da maneira aqui apresentada porque a descrição é capaz de oferecer respostas coerentes com a missão social da classe dominante.

Em um segundo momento, o percurso da obra me colocou a tarefa de apresentar os avanços que o marxismo tem logrado no trato da questão. Desde Antônio Gramsci, tem-se considerado o conjunto das organizações da sociedade civil em sua relação tanto com o núcleo duro do que é costumeiramente conhecido como *Estado* quanto com as lutas de

---

<sup>5</sup> Lê-se com muito proveito, a esse respeito, a obra de Lukács, sobretudo no que diz respeito à multiplicidade de formas de sociabilidade ao longo da história. Parece ser um atributo das sociedades de classe a coexistência de mais de uma noção de *missão social* – isto é, de concepções sobre o *dever ser do mundo* –, e, por outro lado, uma particularidade das classes dominantes a tendência a considerar a sua missão social como universal. LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2018, 2v.

<sup>6</sup> Nicos Poulantzas, olhando para um Estado capitalista dos anos 1970, já percebera esse encastelamento dos instrumentos de gestão pública por meio do desenvolvimento autônomo do trabalho intelectual. A dinâmica entre o que se conhece e o que se ignora é um traço distintivo do Estado capitalista, que, aliás, o legitima e o torna funcional. Um exemplo revelador é a pressão progressiva por transparência na gestão da coisa pública. Mira-se, dessa forma, um Estado sujeito à fiscalização da cidadania ativa e, por isso, idealmente sem bolsões privados em seu interior. A mesma luta por transparência, entretanto, não se direciona e não pode se direcionar em favor da devassa do próprio saber técnico e de seus produtos, porque a técnica em si deve ser e é insondável, ao menos enquanto vigir a separação entre trabalhos manual e intelectual, eixo estrutural do Estado em sua forma capitalista. Em ainda menos palavras: o mistério da fé que permite economistas elaborarem “instrumentos econômicos” pelo bem de todos é precisamente o que faz do Estado ser também a condesação do trabalho intelectual legítimo, pois sancionador do que se entende como saber e, portanto, legitimador do poder de um grupo sobre outros. Ver: POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

classes<sup>7</sup>. Os assim chamados *tanques de pensamento*, por conseguinte, aparecem, em leituras inspiradas pelo pensamento do comunista sardo, como exemplos de *aparelhos privados de hegemonia (APH)* na disputa pela direção moral e intelectual da sociedade; disputa esta travada pelas classes e frações de classes fundamentais no capitalismo. Em que pese as diferenças internas dos grupos, que dão origem a diferentes frações e, por conseguinte, impelem-nas à auto-organização e à formação de seus próprios APH's, infere-se que a sociedade civil organizada enquanto tal deve ser explicada como desdobramento das necessidades humanas de reprodução da vida, em sentido mais geral; e, no que diz respeito aos donos dos meios de produção, das necessidades reprodutivas do capitalismo em particular. Visão diferente, por suposto, daquela identificada entre os cientistas burgueses. Visão superior, por sua fecunda politização da *técnica* evocada como lastro das políticas públicas – aqui entendida, essa técnica, antes como consolidação, em um nível específico, de relações sociais determinadas, das quais eventuais interesses estatais antagônicos em uma arena internacional conflituosa podem no máximo ser derivados. Assim, da perspectiva desta pesquisa, o marxismo logrou notável avanço no estudo deste objeto por contestar a universalidade supostamente exarada pelos *técnicos* daquelas organizações. No entanto, uma vez que os tanques de pensamento foram considerados como APH's, o problema teórico do objeto foi frequentemente dado como solucionado, e com isso frequentemente se perdeu a oportunidade de identificar seu traço distintivo no interior desta categoria de aparelhos.

---

<sup>7</sup> Em Gramsci, o Estado é compreendido integralmente, ou seja, como uma união orgânica entre as sociedades política – o Estado restrito – e civil, o conjunto de aparelhos privados de hegemonia. Diferentemente da tradição liberal, que afasta o Estado da sociedade, Gramsci os vincula, afirmando que tal separação em duas instâncias é meramente analítica, haja vista que na prática ambas se apresentam imbricadas, vinculadas. Debateremos mais detalhadamente sobre o ponto abaixo.

René Dreifuss se distingue neste debate<sup>8</sup>. Isso porque o autor uruguaio chama atenção para a diferença de qualidade das várias organizações da sociedade civil. Assim, identifica, dentre outras, as noções de *córtex político*, “órgão capaz de visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis”, e de *estado maior*, “um órgão capaz de operacionalizá-los, modificando com sua ação as relações de forças”<sup>9</sup>. Se o primeiro é uma espécie de “núcleo de vanguarda político-institucional”, o segundo é notadamente um instrumento de ação. Mais do que uma descrição pormenorizada das contribuições de Dreifuss, interessa-me mais pontuar um elemento metódico de seus estudos: tentar diferenciar, por função tática, organizações com objetivo estratégico idêntico.

Claro, deixar de anunciar as especificidades de um dado *tipo* de APH não significa necessariamente ignorá-las. Há trabalhos que contêm em *ato* a reflexão sobre as particularidades do aparelho que busca investigar. Aqui pretendo expor as vísceras do objeto por entender que ali há importantes pistas para a compreensão de uma das formas de dominação de classe em nosso tempo. Os tanques de pensamento são *APHs*, sem dúvida, e seu sentido de classe é inegável, conforme demonstraram exaustivamente os estudos históricos do cientista político uruguaio. Entendo, porém, ser necessário refletir sobre a natureza dos tanques de pensamento como tipo específico de *APH*. A forma com que nele

---

<sup>8</sup> Dreifuss aporta importante contribuição ao estudo da organização empresarial. Em seu mais famoso trabalho, 1964: *A conquista do Estado*, o autor aponta como, sob a batuta do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o golpe contra João Goulart foi dado. As reflexões do pesquisador, contudo, não se direcionaram apenas aos momentos de ruptura. Também a “normalidade” e o “dia a dia da intervenção ‘fria’ e persistente no conflito de classes, na ação diária, constante, sistemática, nos campos ‘frios da política’”, atraem sua atenção, como fica evidente em seu *A Internacional Capitalista*. Na obra de título provocante, aliás, Dreifuss traça um extenso mapa das entidades empresariais que funcionam como centro de articulações de interesses, planejamento e ação prática das classes dominantes, de 1918 à década de 1980. Ver: DREIFUSS, René. **A Internacional Capitalista**. Estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987, p. 22.

<sup>9</sup> DREIFUSS, René. *Op cit*, p. 26.



aparece o trabalho intelectual, tomado como polo dirigente que se opõe ao trabalho manual, atualiza modos de direção que expressam necessidades do ser dirigido – aqui entendido como o capital em sua totalidade, do qual a força de trabalho é parte constituinte, mas não a única parte.

Compreender efetivamente os tanques de pensamento, por conseguinte, demanda o estudo do seu desenvolvimento não apenas como aparelho, mas também como figura historicamente determinada do trabalho intelectual. Por esta razão, o último movimento do presente capítulo retornará às reflexões sobre o capital postas por Marx. Tento identificar na gênese da manufatura o início de um salto qualitativo na evolução daquele modo de trabalho, por meio do qual os seus traços distintivos, a saber, aquela prerrogativa de direção sobre o trabalho manual, pautam-se preferencialmente por determinações do assim chamado reino da economia. Se o trabalho intelectual *conserva*, no transito do *feudalismo* para o *capitalismo*, aquele poder de direção, o faz transformando sua forma de organização e exercício. O trajeto de mediação de uma etapa em outra se dá pela negação do que era específico do modo de produção anterior, em paralelo à afirmação das propriedades típicas do modo de produção atual. Uma expressão evidente deste movimento negativo é a suposta rejeição de toda metafísica, tida como influência místico-religiosa, mas que, dadas suas limitações, consegue tão somente a consagração de uma metafísica da empiria<sup>10</sup>.

Os tanques de pensamento assim compreendidos são entidades técnicas por excelência. Talvez sejam mesmo a figuração da “forma pura” do trabalho intelectual no

---

<sup>10</sup> No estudo sobre o *neoempirismo*, Lukács mostra como a decadência ideológica burguesa se aferrou à empiria, delcaradamente tentando expulsar toda “metafísica” de suas determinações, a fim de se obter um instrumento técnico de intelecção da natureza “livre de influências externas”. LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2018, v.1.

capitalismo. Sua caracterização se torna tanto mais importante porque, ao longo do século XX, sua multiplicação o gabarita a ser considerado aparelho preferencial de organização política das classes e frações de classes dominantes. Por isso, neste capítulo, após estabelecê-lo dentro do desenvolvimento do trabalho intelectual no capitalismo, proponho uma reflexão sobre suas características internas, sobre o prestígio que o tecnicismo nele assume. Como a entidade é também compreendida por mim como um *APH*, suas determinações interiores revelam uma das formas ótimas de se atingir o circuito interno do Estado na contemporaneidade.

Um dos fios narrativos que já estão presentes neste capítulo, muito embora só floresçam nos seguintes, diz respeito à mais nova crise da democracia. A investigação da construção histórica dos tanques de pensamento, creio, tem muito a dizer neste debate. As contradições próprias da democracia em nosso tempo, ao amadurecerem, põem as condições que inviabilizam princípios que lhe são constitutivos como forma de dominação. Refiro-me, por um lado, à superior capacidade organizativa das classes dominantes, que, segundo entende Dreifuss, por meio de entidades como o objeto em discussão, tendem a traduzir “suas capacidades estruturais (o predomínio econômico na esfera da produção, sua formação intelectual e seu acervo cultural, suas ligações pessoais e vínculos familiares) em capacidades político-organizacionais”<sup>11</sup>. Se os tanques de pensamento, como veremos, têm como uma de suas funções influenciar a produção de políticas públicas, o livre associativismo, bandeira de um regime político inspirado por *liberdades negativas* (no caso, pela proibição teórica da restrição das associações), serve, na prática, para garrotear o debate democrático. Isso porque aquela diferencial capacidade de organização implica capacidade correlativamente desigual

---

<sup>11</sup> DREIFUSS, René. *Op cit*, p. 21.

de influência sobre os aparelhos públicos – o que exige esforço sobre-humano de articulação por parte dos subalternos, a fim de ao menos equilibrar as forças. O Estado que reprime o associativismo popular aprofunda a tendência.

Por vezes entendida como melhor expressão da vontade popular, a democracia, em sua fase atual, ao permitir a interconexão entre classes e frações de classe e o poder político por meio entidades como os tanques de pensamento, aceita que sejam assim contornados os mecanismos tradicionais de representação, como o Congresso, forjando canais onde os trabalhadores não são representados nem mesmo pelos modestos padrões do atual estágio de desenvolvimento deste regime político. Dito de outra forma, comprova-se assim que a fase atual da democracia, mesmo quando se efetiva de acordo com seus marcos fundamentais, revela-se antidemocrática, o que, contraditoriamente, impede a realização do projeto social que inicialmente lhe deu fôlego. Sua crise, que atualmente atravessamos, revela-se menos um desvio ao qual devemos atribuir causas acidentais e mais uma tendência de seu desenvolvimento histórico e de suas características imanentes.

Por outro lado, a preparação de um Estado interconectado por organizações de classe põe as condições e a tarefa da verdadeira democratização. Para tanto, é preciso enfrentar estas organizações, negando sua técnica pela afirmação de outra política. Política que represente os interesses da humanidade reunida, o que só é possível pela reunião da humanidade. Ato prático que, combatendo as relações sociais de produção capitalistas, supere a divisão entre trabalhos intelectual e manual, reunindo-os como trabalho humano. É acidental que os movimentos de extrema-direita empunhem hoje a bandeira desta batalha, aparente assim na forma tosca do anti-intelectualismo. Trata-se de resultado provisório da disputa política. O movimento serve, porém, para reforçar a urgência daquela luta. Só sua vitória pode

reconciliar Estado e humanidade, permitindo que ele em seu leito de morte enfim suspire: nada do que é humano me é estranho.

## **Parte I: estado da arte**

A primeira parte deste capítulo faz um apanhado geral das principais linhas interpretativas sobre os tanques de pensamento. Tive interesse em apresentar as análises mais teóricas, por assim dizer. Trabalhos que, de alguma maneira, contém reflexão sobre o ser geral deste tipo de entidade. A ordem de exposição abaixo respeita os interesses argumentativos. Parto do que entendo como interpretações mais superficiais – **não** entender como estudos simplórios, mas reflexões que priorizam a aparência do fenômeno, ainda que não se deem conta disso – e chego a interpretações que atingem o que entendo ser o núcleo do problema. Nestas, contudo, a visão sistemática sobre o objeto frequentemente se detém, no que toca às determinações estruturais, no momento em que se estabelece tais aparelhos como entidades de classe, sujeitas, por conseguinte, às e das lutas de classes.

### **1.1 Tanques de pensamento: entidades técnicas, disputas entre Estados e mecanismo democrático de superação de conflitos**

As ciências políticas burguesas buscam desde pelo menos 1960 definir precisamente o que seja um tanque de pensamento. Como mostra Juliana Hauck, muito embora as primeiras organizações identificadas como pertencentes ao tipo datem do início do século XX, como a Russell Sage Foundation (1907), é daquela década os primeiros esforços sistemáticos para

pensar entidades dedicadas à formulação de políticas públicas em áreas como as relações internacionais e a política de Estado. Em 1970 surgiria o conceito, em inglês: *think tank*. Com ele, uma expansão de sua área de atuação. Desde então, as entidades do tipo discutiriam e tentariam pautar o debate sobre questões políticas, econômicas e sociais<sup>12</sup>.

O desenvolvimento histórico desta forma associativa se combina com novos modos de gestão política, postos pelas condições da chamada Guerra Fria<sup>13</sup>. A década de 1960, especialmente no hemisfério ocidental, foi vivida sob impacto do advento da Revolução Cubana no alvorecer de 1959; da efetivação da independência de colônias francesas na África – algumas delas conquistadas cruentamente, como a da Argélia em 1962; e do fechamento de regimes políticos em países como o Brasil e Argentina, cujas especificidades de suas ditaduras ensejaram estudos sobre as relações entre modernização capitalista e autoritarismo<sup>14</sup>. A década de turbulência, que em 1968 ganha ares de revolução mundial, torna sensíveis, assim, os debates em torno do Estado e da democracia. O início das reflexões sistemáticas sobre os tanques de pensamento como novos instrumentos de organização e exercício do poder político, assim, deve ser interpretado à luz deste pano de fundo.

---

<sup>12</sup> Juliana Hauck fez valiosa revisão bibliográfica das ciências políticas dominantes sobre os tanques de pensamento. Ela é quem melhor apresenta o debate deste ponto de vista, inclusive indicando os marcos e suas compreensões do desenvolvimento dos *tanques de pensamento* reproduzidos neste parágrafo. Ver: HAUCK, Juliana. **Think tanks**. Quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015. P. 13

<sup>13</sup> FONTES, Virgínia. **Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

<sup>14</sup> Uma das discussões ainda influentes que surgem nesta conjuntura é o debate sobre os Estados burocráticos-autoritários. Ver: O'DONNELL, Guillermo. **Análise do Autoritário Burocrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1990; O'DONNELL, Guillermo. **Autoritarismo y Modernización**. Buenos Aires: Prometeo, 2011; O'DONNELL, Guillermo. Reflexiones sobre los Patrones de Cambio en el Estado Burocrático-Autoritario. In: **Ecos Mundiales del Golpe de Estado**: Escritos sobre el 11 de Septiembre de 1973. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2013.

Talvez um dos primeiros a tentar uma análise sistemática dos tanques de pensamento tenha sido Paul Dickson<sup>15</sup>. Em trabalho hoje clássico, o autor considera essas entidades como “fábricas” ou “laboratórios” de ideias. Definição com contornos alargados, sem dúvida, cujo principal problema é esta imprecisão também vista em outros textos seminais<sup>16</sup>. Dificuldades que exprimem as etapas iniciais do desenvolvimento deste objeto. É novamente Juliana Hauck quem destaca como a literatura mostra como dois terços dos tanques de pensamento existentes no início dos anos 2000 haviam sido estabelecidos depois dos anos 1970 – com o aparecimento de mais da metade deles datando dos anos 1980<sup>17</sup>.

Há, entretanto, algumas ideias-chave que já aparecem nestes momentos iniciais da reflexão. Trabalhos mais recentes identificam que, desde os anos 1970, o objeto se tornou “ator preferencial de elaboração de políticas públicas”, tendo destacado seu papel no processo de mudança e continuidade do agir de aparelhos públicos<sup>18</sup>. Nestas análises aqui coligidas, os tanques de pensamento aparecem como entidades que atuam no circuito de elaboração das políticas públicas provendo um ponto de vista *técnico* fundamental para a *qualidade* da gestão pública. As entidades, assim, seriam espécies de dispositivos que concentram intelectuais divididos por áreas específicas, cuja atuação busca suprir o Estado de racionalidade técnica necessária para a administração da coisa pública em uma época de

---

<sup>15</sup> DICKSON, Paul. **Think Tanks**. Centrais de Ideias. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

<sup>16</sup> São os casos de trabalhos como o de James McGann, que em uma de suas obras, argumenta que *reconhece* um *think tank* ao ver um – imprecisão que denota a falta de contornos claros de tal objeto; e os de Diane Stone, que alega que a indefinição conceitual que cerca os think tanks dificulta sua distinção em relação a outras organizações ditas de consultoria técnica. Ver: MCGANN, J.. (1994) *The Competition for Dollars, Scholars and Influence in the Public Policy Research Industry*. University Press of America, 1994; STONE, *Capturing the Political Imagination. Think tanks and the Policy Process*. London: Frank Cass.

<sup>17</sup> HAUCK, Juliana. *Op. Cit.* P. 13.

<sup>18</sup> PAUTZ, Hartwig. **Revisiting the think tank phenomenon**. Public Policy and Administration, Sage Publications, 2011.

crescente especialização dos saberes. A síntese da proposta, assim, é entender as entidades como meios eficientes de suprir os “*gaps*” do Estado no mundo contemporâneo.

Outra área que se interessou em particular pelo estudo dessas organizações foi o das relações internacionais. Assim, aos acima referidos, juntaram-se outros trabalhos, com o objetivo mais específico de investigar a natureza da produção dessas ideias e sua circulação em âmbito global, sobretudo no que toca à interação entre diferentes Estados-nações. Então, uma cisão básica começou a se desenvolver no interior desse campo de pesquisas recém-instaurado, possível reflexo dos estudos acima comentados: de um lado, aqueles que viam os tanques de pensamento como instrumentos técnicos de “aprimoramento institucional” e da “governança global”; de outro, os que enxergavam no funcionamento das entidades uma maior carga “político-ideológica”, como agente de defesa de pautas específicas, normalmente identificadas a interesses dos Estados-nacionais que hospedavam suas matrizes. Aqueles interpretariam os tanques de pensamento à maneira dos “idealistas”, enquanto os segundos enxergariam de modo “realista” a ação das entidades. Os idealistas, portanto, concluíram seus estudos avaliando os tanques de pensamento como possíveis agentes da construção do cosmopolitismo almejado, isto é, pela expectativa do advento de uma sociedade civil mundial harmônica, a ser alcançada pela mediação no âmbito internacional levada a cabo por tais organizações. Já as previsões dos *realistas* julgavam a ação dos organismos multilaterais como extensão da política de alguns Estados. Isso, na prática, significava compreender aquelas entidades como *aparelhos de Estado*, ainda que fomentados e dirigidos pela iniciativa privada<sup>19</sup> - uma perspectiva que consideramos relativamente mais interessante.

---

<sup>19</sup> Sobre as correntes, o debate nas Relações Internacionais é gigantesco. Para uma primeira aproximação, ver: NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005; PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais**. Temas, 28

Estabelecer os tanques de pensamento como instrumentos atuantes na disputa entre Estados-nações parece ter chamado atenção ao seu potencial político. Mais recentemente, pesquisas das ciências políticas sobre os tanques de pensamento já destacam sua capacidade de representar demandas sociais específicos. Matt Grossmann foi um dos que se sustentaram serem os tanques de pensamento organizações que exprimem interesses setoriais. Seu impacto como ferramenta de *lobby* seria visível em 2012, quando do lançamento de sua pesquisa. O autor mostra como então os tanques de pensamento exerciam grande atração sobre meios de comunicação de massa e congressistas estadunidenses<sup>20</sup>. Os apontamentos de Grossmann, assim, embora não neguem eventuais aportes *técnicos* realizados pelos tanques de pensamento na sociedade, termina por ser menos reificador, na medida em que entende o surgimento destes aparelhos na esteira da organização conflitiva de distintos *setores* da sociedade – ainda que estes, em seu trabalho, não sejam especificados.

Apesar das limitações, a reflexão de Grossmann aqui representa um importante avanço das ciências políticas. Na década conhecida pelo *boom* do associativismo em tanques de pensamento, os anos 1980, pesquisas importantes como a de Kent Weaver defenderam o exato oposto. De acordo com este autor, aquelas entidades seriam organizações “não-governamentais”, “não-lucrativas” e com “substancial autonomia” de governos e “interesses setoriais”, como empresas e partidos. Seu papel fundamental, assim, seria o desenvolvimento técnico de saberes adequados ao que considera como progresso social<sup>21</sup>. Não há aqui nenhuma reflexão sobre o que seria o tal progresso, bem como sobre a natureza social desses

---

atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004; MORGENTHAU, H. **Política entre las naciones**. La lucha por el poder y por La paz. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1985

<sup>20</sup> GROSSMANN, Matt. **The not-so-special interests**. Interest groups, public representation and American governance. Stanford: University Press, 2012.

<sup>21</sup> WEAVER, Kent. The changing World of think-tanks. **Political Science and Politics**. N. 22, v. 3. 1989, p. 563-578.



desenvolvimentos técnicos. A forma reificada da reflexão unilateraliza tais noções que, como veremos, ensejam debates acirrados em outros campos.

Embora sem um estudo sistemático dos TT's em particular, Jürgen Habermas é outro autor cujas contribuições nos interessam de perto. Isso porque seu pensamento é reivindicado para fundamentar a ação da entidade analisada mais profundamente nesta tese, a saber, o Instituto Fernando Henrique Cardoso. Na produção dessas organizações, vincula-se, a partir da obra habermasiana, a formação dos tanques de pensamento ao advento de uma *esfera pública democrática*, parte constitutiva do que Habermas chama de *democracias deliberativas modernas*<sup>22</sup>. Para o autor, a formação daquela modalidade de “esfera pública” marcaria o ponto mais alto do desenvolvimento de um intercâmbio cultural cujo advento data da crítica ao Antigo Regime.

Este processo teria se acentuado com o aparecimento de ambientes destinados especificamente ao debate livre de ideias, como os cafés, clubes literários e a imprensa dos séculos XVII e XVIII. De acordo com o pensador alemão, tais espaços serviram de veículo para expressão da prática burguesa de sociabilidade, seja pela crítica ao *status quo reinante*, seja pela execução de formas de interação *entre iguais*, que superavam concretamente as diferenças de *status* que vertebravam a sociedade feudal. A esfera pública seminal que se desenvolvia, por conseguinte, pela associação abstrata entre estes locais historicamente determinados, formou um ambiente de interação e interseção entre a “sociedade civil” e o

---

<sup>22</sup> HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**. Entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 2v.

“Estado”, o qual, originalmente *burguês*, desenvolveu-se incorporando outros setores sociais, até assumir estatuto *democrático* porque de ampla participação<sup>23</sup>.

A esfera pública habermasiana, pois, representaria um elo de vinculação entre sociedade civil, arena das ações privadas tornadas de interesse público com o advento do modo de produção capitalista, e o Estado, arena de expressão da ação pública por excelência – sendo o público inicialmente identificado principalmente à economia nacional e, mais recentemente, aos interesses de uma sociedade liberal, especificamente os concernentes aos direitos (de tipo liberal) e democracia<sup>24</sup>. Nessa forma de compreensão, os tanques de pensamento aparecem como associações autônomas da sociedade civil, responsáveis por projetar naquela arena de debates os *interesses privados, cuja substância residiria no grupo que originaria as organizações particulares*. É da confluência desses *discursos plurais* sobre o mundo da vida que a democracia extrairia sua validade e legitimidade, sendo esta, portanto, uma forma de governo eminentemente racional, dado que lastreada no *uso público da razão* coletiva, sintetizada por aquela esfera pública democrática existente na interseção entre *público-privado*.

Entidades como as que aqui analisamos, portanto, teriam como função tanto *fazer* *ouvir* reivindicações privadas quanto fazer sínteses de visões de mundo contraditórias,

---

<sup>23</sup> O movimento das ideias de Habermas aqui sintetizado eclipsa o desenvolvimento contraditório de seu pensamento. Conviria, portanto, ressaltar que inicialmente seus apontamentos tenderam a *idealizar* a esfera pública burguesa como um espaço de, quando, na prática, aqueles locais incorporavam desigualmente os sujeitos históricos que dele participavam – é o caso das diferenças de classe e gênero, apontadas por críticos como Geoffrey Eley, lembradas em prefácio à obra *Mudança estrutural da esfera pública*, assinado em 1990 (HABERMAS, 2001, p. 49-80). Também a suposição de que somente o espaço burguês constituiria uma esfera pública, ou mesmo que teria constituído o ponto original de desenvolvimento desse tipo de espaço, foi alvo de críticas, uma vez que lógicas societais análogas foram identificadas por historiadores como E. P. Thompson, cujos estudos indicaram a existência do que mesmo Habermas, no mencionado prefácio, considerou que se poderia chamar de *esfera pública plebeia*. Ver: THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. ; \_\_\_\_\_. The Moral economy of the English crowd in the eighteenth century. **Past & Present**, 50, p. 76-131, February, 1971.

<sup>24</sup> HABERMAS, Jürgen. *Op. Cit.* 1997

lastreadas na inevitável parcialidade dos conflitantes pontos de vista sobre o mundo da vida. É da pluralidade de discursos incorporados em associações como os tanques de pensamento que o regime democrático liberal extrairia sua legitimidade, derivada da possibilidade de solução de conflitos. Com o avanço da esfera pública democrática, dada sua suposta capacidade imanente de dirimir dissensos por meio da *ação comunicativa*, as contradições e os antagonismos não seriam mais do que pontos transitórios na longa marcha da sociedade do conhecimento.

Tal interpretação habermasiana para a esfera civil e a democracia parecem corresponder à auto-imagem de *intelectuais*, entendidos em seu sentido restrito e tradicional, sobre sua própria atividade. Se considerarmos tal segmento social o que faz do debate de ideias seu modo de vida, parece haver pelo menos *afinidade eletiva* entre a interpretação de Habermas – que hipertrofia a capacidade de solução de problemas por meio do uso público da razão – e a justificação da atividade desses mesmos intelectuais que, formando seus tanques de pensamento, buscam extrair de Habermas legitimidade teórica, como é o caso do IFHC. Se avançarmos nesta reflexão, contudo, levantaremos como hipótese que as diversas interpretações aqui reunidas também contribuem com seu quinhão para a auto-imagem de tais entidades. Ora, não é raro na descrição das atividades e da “missão” desses tanques de pensamento ser destacada suposta contribuição com eficiência na gestão da coisa pública e/ou dos temas relacionados à sua agenda de atuação. A ideia basilar, aqui, é a de que se tratam de entidades de *experts* devotados a aprimorar a ação política dos Estados, por ação crítico-complementar, isto é, por meio de uma relação que mobiliza oposição e construção, pautados, esses dois elementos, por racionalidade técnica – e essa ideia está presente mesmo entre os *realistas* das relações internacionais que enxergam a ação política para além da

tecnicidade reivindicada por tais aparelhos. As interpretações hegemônicas, pois, parecem derivar de uma mesma matriz teórica sobre o ser social e, sobretudo, sobre a relação entre a atual forma societária e seu Estado.

Desta forma, pressupõe-se uma missão social única, dada, mas criptografada, daí a necessidade do saber técnico, capaz de decodificá-la e apresentá-la como verdade para toda a sociedade. Assim, caberia a esses *técnicos* descobrir tanto aquela finalidade a ser buscada como o melhor caminho para atingi-la. Os tanques de pensamento, por conseguinte, seriam espaços privilegiados de ação desses estrategistas que, detentores da técnica específica para decifragem daqueles enigmas sociais, reunir-se-iam nas entidades para guiar no rumo àquele objetivo. Essa visão, eivada por claro elitismo, tem como suposta a homogeneidade do ser social, do que se depreende que, no limite, todos os indivíduos e grupos em sociedade – para não falar em classe... - teriam metas similares e compatíveis entre si, a ponto de, pela agência daqueles *experts*, a missão social ser tanto mais facilmente exequível. Na prática, dessa forma, apaga-se a multiplicidade de formas de vida e devires possíveis, submergindo-os todos em um mesmo conteúdo pasteurizado, desvelado pelos detentores do conhecimento legítimo e das técnicas adequadas. Poder-se-ia falar da concepção liberal de Estado e sociedade que subjaz essas formas de ação social, supondo, por fim, os aparelhos estatais como partes de um ente neutro e racionalizador, importante ponto de equilíbrio de uma sociedade, ao mesmo tempo, preta de dinamismo e conflitos, vazada por potencialidades de desenvolvimento e do caos. Destacar o liberalismo como matriz teórica desta forma de ser no mundo, contudo, não deve esmaecer seu caráter autoritário, o que não chega a representar um paradoxo, ao contrário do que se pode imaginar. Com efeito, se a melhor forma de gerir a coisa pública é descoberta pela ação científica de intelectuais devotados ao estudo das técnicas de gestão

estatal, a massa dos expropriados de saberes legítimos deve quedar fora da definição das linhas matriciais do que se considera desenvolvimento adequado e das melhores maneiras de se atingi-lo. Sua atuação democrática se restringe a eleição de representantes que, todavia, devem se consultar com os representantes encastelados naquelas entidades, não apenas sobre como fazer, mas principalmente sobre o que fazer. O enigma social, por fim, é revelado por um lance de conhecimento. O autoritarismo do processo fica assim evidenciado, sem que seja necessário envidar maiores esforços para demonstrá-lo.

## **1.2 Os tanques de pensamento e a matriz gramsciana: aparelhos privados de hegemonia nas lutas de classes**

Na concepção dominante, assentada no pensamento liberal, como vimos, os *tanques de pensamento* têm seu lado *técnico* hipertrofiado e tornado praticamente autônomo em relação a interesses “setoriais” da sociedade. As perspectivas acima, portanto, consideraram a ação das entidades como expressão do *agir técnico* em prol da *eficiência do Estado*, ou, no limite, como veículo da disputa entre distintos Estados-nacionais na arena global. Somente neste último caso são enfatizadas as determinações *políticas* de sua atuação.

Esta discussão tem sentido radicalmente distinto entre os marxistas. A tradição de pensamento tem insistido na função eminentemente *política* dos *tanques de pensamento*. Assim, a fim de compreender as condições de possibilidade que pontuam seu advento, remete ao modo de produção capitalista em sua forma histórica e plural de entificação. É, afinal, em relação ao desenvolvimento das relações capitalistas que se pode compreender a formação das classes sociais fundamentais daquele modo de produção, bem como de seus modos de organização e ação política, dentre eles os *tanques de pensamento*.

Partindo destas observações elementares, os marxistas recuperaram a obra de Antônio Gramsci para entender melhor a função sociometabólica dessas organizações na sociedade civil. As entidades aparecem na literatura como *aparelhos privados de hegemonia (APH's)*, sendo, assim, enfatizada a sua capacidade de formação de consensos sobre as diversas dimensões do real. Como mostra Virgínia Fontes, os *APH's* são entidades de classe; e, além de *tanques de pensamento*, podem ser sindicatos patronais ou de trabalhadores, Igrejas, clubes recreativos, entre outros<sup>25</sup>. Em conjunto, formam parte da infra-estrutura da “guerra de posições” na sociedade civil – na conceituação gramsciana, trata-se de momento conflitivo dinamizado por disputas pela direção moral e intelectual da sociedade como um todo, travadas entre classes sociais fundamentais distintas ou frações no interior de uma mesma classe. O papel dos APH's neste universe de lutas é o que lhe confere importância teórica na obra do comunista sardo<sup>26</sup>. Assim, tais entidades pode contribuir com a generalização de modos de vida adequados à reprodução do modo de produção que lastreia a posição dominante da burguesia no capitalismo, mas também servir de plataforma para a ação contra-hegemônica<sup>27</sup>.

O pensamento de Gramsci, por sua relevância e, sobretudo, pelas implicações contidas germinalmente nas observações gerais acima apresentadas, foi fronteira de intenso debate entre marxistas e não-marxistas. Sofreu conseqüentes reinterpretações e reelaborações

---

25 FONTES, Virgínia. Gramsci, Estado e sociedade civil. Anjos, demônios ou lutas de classes? **Revista Outubro**, edição 31, n. 1/2019.

26 GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 3v.

<sup>27</sup> Um dos textos em que Gramsci efetivamente põe em prática suas concepções teóricas é o Americanismo e Fordismo. Nesta reflexão, o autor se debruça sobre a influência do Estado – sociedades política e civil – na “adaptação psicofísica à nova estrutura industrial” (GRAMSCI, 2001d, p.248). Ver: GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 4.

teóricas, de sorte que seu uso demanda cuidado e atenção no mapeamento das diferenças significativas entre os vários intérpretes e comentadores da obra.

Ao iniciar os estudos sobre a obra de Antônio Gramsci por certos intérpretes, uma qualificação salta à vista. Em diversos momentos o marxista sardo aparece como um “teórico das superestruturas”. Isso se explica principalmente pela influência da interpretação de outro italiano, Norberto Bobbio. De acordo com ele, Gramsci teria identificado a sociedade civil – “e não a estrutura econômica” – como o Teatro da História<sup>28</sup>. Assim sendo, os conflitos sociais seriam travados em âmbito superestrutural – ainda de acordo com o autor, ao contrário do defendido por Marx.

A interpretação de Bobbio, no entanto, contorna os alicerces metodológicos da proposta gramsciana. Com o exposto, o autor ignora que Gramsci quis acrescentar à obra de Marx um estudo sobre as formas políticas, especialmente as verificadas no Ocidente. Os Cadernos do Cárcere não são, pois, uma negação das análises marxianas; antes representam esforços que buscam se somar aos estudos do autor de O Capital. Não estamos, portanto, diante de uma reflexão que desvincule política, cultura e economia, à maneira liberal. Por outro lado, a proposta teórica de Gramsci tem um vigoroso sentido de totalidade, ampliando o âmbito de atuação das lutas de classes analisadas por Karl Marx, como bem salientou Guido Liguori<sup>29</sup>.

Entretanto, a versão de Antônio Gramsci difundida por Bobbio se tornou predominante na academia<sup>30</sup>. Tornam-se, assim, comuns leituras ditas dos Cadernos do

---

<sup>28</sup> BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

<sup>29</sup> LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007, p. 41

<sup>30</sup> BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci**. História, filosofia e política. São Paulo: Alameda, 2008, p.173.

Cárcere que rompem, em diversos sentidos, com o horizonte originalmente presente na obra. Além de fragmentar a realidade em “esferas” quase autônomas, apartam ainda sociedade civil e sociedade política – apenas metodologicamente separadas nas notas carcerárias do marxista, mas que em Bobbio adquirem desmembramento “orgânico”<sup>31</sup>.

Como não poderia deixar de ser, essa leitura tem consequências teóricas e políticas diferentes das notadamente defendidas pelo autor. Teoricamente, obscurece a dialética presente em seus escritos carcerários. Politicamente, pode ocultar as relações de classe também na sociedade civil – afinal de contas, as relações de produção estariam relativamente ausentes da superestrutura, já que ele a concebe como instância isolada da realidade econômica. Em versões mais extremas dessa interpretação, vemos mesmo o solapamento do conceito de classe social. Abre-se espaço, assim, para a impostura de uma sociedade civil como espaço da liberdade, da autonomia, da pluralidade e do consenso – ocultando as cisões e os antagonismos que a caracterizam. No reverse do argumento, o Estado surge como *locus* exclusivo da repressão, do controle, da coerção, o que embaça não apenas sua ação na formação de consenso, como também a violência presente na sociedade civil.

Apesar das debilidades assinaladas, ou precisamente por conta delas, as ideias de Bobbio tiveram grande acolhida, como aqui já foi ressaltado. Um indicativo de sua difusão se dá no encontro decenal da Fundação Instituto Gramsci dos anos 1990, quando é debatida a atual produção dos comentadores do autor. De comum entre eles, o interesse em modernizar os estudos gramscianos, instrumentalizando-os para as Relações Internacionais e a Economia

---

<sup>31</sup> BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2009.



Política Internacional<sup>32</sup>. Os principais nomes do evento seriam posteriormente rotulados de neogramscianos, e, de maneira geral, embora fragmentados internamente, adeptos da versão de Bobbio para a separação entre “Estado” e “sociedade civil”.

Mencionar esse ponto é fundamental por entendermos que a epistemologia que lastreia a interpretação geral dos Cadernos do Cárcere logicamente influencia o uso conceitual que se fará dele. Assim sendo, convém ressaltar que, neste trabalho, priorizei a tradição de interpretação marxista da obra de Antônio Gramsci – refutando a tradição de corte liberal popularizada por Bobbio. Ressalva-se, pois, que nesta se entende Estado de modo integral, isto é, como um todo orgânico que somente para fins analíticos pode ser dividido em sociedades política – ou Estado restito - e civil<sup>33</sup>. Ressaltar-se-á ainda que as separações entre esferas econômica, política e cultura são ferramentas metodológicas do estudioso, uma vez que na prática tais instâncias se apresentam estreitamente imbricadas. Seguimos, enfim, autores como Álvaro Bianchi e Sônia Regina Mendonça, que fundamentam reflexões em uma perspectiva totalizante da obra gramsciana, articulando, assim, Estado integral e lutas de classes<sup>34</sup>.

Assumir um viés marxista de interpretação de Gramsci, todavia, não isenta esta pesquisa de debates. Ora, mesmo no interior do marxismo há dissensos epistêmicos sobre a obra gramsciana. O debate entendido aqui como mais relevante é o que opõe a análise dos

---

<sup>32</sup> Estes foram posteriormente chamados neogramscianos por tentarem, grosso modo, “renovar as interpretações da obra de Antônio Gramsci” com base nas questões internacionais então postas. (VACA apud LIGUORI, 2007, p. 51). São representantes máximos da corrente: GILL, Stephen. **Gramsci, States and international relations**. An essay on method. Millenium, v.12, n.2, 1981; COX, Robert. **Social forces, states and world orders**. Beyond the international relations theory. Millenium, v.12, n.2, 1981

<sup>33</sup> GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v.2 p.35-36.

<sup>34</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. **Sociedade civil em Gramsci**. Venturas e desventuras de um conceito. In: DE PAULA, Dilma Andrade. MENDONÇA, Sônia Regina. **Sociedade civil**. Ensaios críticos. Jundiaí: Paco editorial, 2013. p. 16

Cadernos do Cárcere pelas antinomias, como Perry Anderson (2002), e pela unidade-distinção entre alguns conceitos, tal qual a proposta de autores como Álvaro Bianchi e o já referido Guido Liguori<sup>35</sup>.

Em um dos primeiros esforços de sistematização da obra de Gramsci, Anderson aposta em pares antitéticos para explicar a reflexão do cárcere. Assim sendo, oferece uma leitura esquemática, expondo os conceitos como polos excludentes. Nesse sentido, para Anderson, civilização e violência, por exemplo, são antagônicas e, no limite, excluem-se<sup>36</sup>. Acreditamos que tal interpretação é muito concessiva com a civilização burguesa, imposta violentamente, inclusive no âmbito simbólico<sup>37</sup>.

Hegemonia e coerção aparecem também como categorias de mútua alteridade.

a predominância da sociedade civil sobre o Estado no Ocidente pode ser colocada como equivalente à predominância da “hegemonia” sobre a coerção, como a modalidade fundamental do poder burguês nos países capitalistas avançados<sup>38</sup>.

O autor, assim, realiza uma distinção que é, na letra gramsciana, meramente metológica<sup>39</sup>. Carlos Nelson Coutinho comunga, em parte, desse dualismo. Principal introdutor da obra de Antônio Gramsci no Brasil, Coutinho é autor de diversas reflexões sobre o pensamento do marxista sardo, sendo pioneiro nesta seara. Em obra sistemática sobre o pensamento político gramsciano, sem maiores concessões ao pensamento liberal, o autor

---

<sup>35</sup> Tal é a proposta de leitura de Álvaro Bianchi, que, da forma como entendemos, enfatiza a dialética na leitura dos Cadernos do Cárcere.

<sup>36</sup> ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In: \_\_. **Afinidades seletivas**. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 34

<sup>37</sup> O conceito de violência simbólica é de Pierre Bourdieu, mas interessante reflexão de Michel Burawoy aproximou sua construção com as ideias de hegemonia presentes em Gramsci. Não sem razão, o autor ressalta que o par dialético necessário da hegemonia é o ataque ao desviante, o qual se objetiva suprimir. Ver: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999; BURAWOY, Michel. **Marxismo encontra Bourdieu**. Campinas: Unicamp, 2010.

<sup>38</sup> ANDERSON, Perry. *Op cit.* p. 38.

<sup>39</sup> GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v2, p.33-3

oferece uma interpretação que atribui à sociedade política, o Estado estrito, o o espaço preferencial da coerção, enquanto a sociedade civil se torna o âmbito da liberdade, espaço privilegiado da ação dos subalternos<sup>40</sup>. Apesar de coberto de méritos, pode-se com Sônia Mendonça, indicar alguns problemas nesta leitura; o principal sendo a suposição de que uma maior ocidentalização, isto é, a complexificação da sociedade civil, gera necessariamente avanço das lutas populares<sup>41</sup>. Como mostra bem Liguori ao discordar de Coutinho nesse aspecto, a sociedade civil é uma arena de lutas de classes, sendo, portanto, atravessada por diferentes representações classistas, que se chocam internamente e externamente. Não há nenhuma garantia, portanto, do crescimento progressivo da participação dos subalternos em seu âmbito, e somente uma análise histórica da correlação de forças pode indicar o peso circunstancialmente maior deste ou daquele grupo social<sup>42</sup>.

Álvaro Bianchi enfatiza o princípio dialético de unidade-distinção presente nos Cadernos do Cárcere a fim de rejeitar qualquer dualismo na compreensão dos escritos gramscianos<sup>43</sup>, descartando a redução do marxista sardo à conceituação de “teórico das superestruturas”. Isso porque, da forma como os Cadernos são entendidos em sua análise, “também na análise das superestruturas Gramsci destacava o nexos que elas mantinham com as estruturas”<sup>44</sup>. Bianchi recuperava, assim, habilmente as diversas superposições presentes na obra de Gramsci, inclusive entre sociedade civil e política – demonstrando que aquelas instâncias, só separadas pela operação mental do observador<sup>45</sup>.

---

<sup>40</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 119-144.

<sup>41</sup> MENDONÇA, Sônia Regina, *Op cit.*, p. 20.

<sup>42</sup> LIGUORI, Guido. *Op cit*, p. 54

<sup>43</sup> BIANCHI, Álvaro. *Op Cit*.

<sup>44</sup> BIANCHI, Álvaro. *Op cit*, p. 133

<sup>45</sup> BIANCHI, Álvaro. *Op cit*, p. 184

Insistir na unidade-distinção é fundamental para operar com o arcabouço teórico gramsciano da maneira como aqui se pretende. É com base nesse princípio que se pode aceitar a proposta metodológica de Sônia Regina Mendonça, que articula as sociedades civil e política pela capacidade de a primeira formar disposições e visões de mundo que, uma vez tendo sucesso nas lutas de classes que envolvem especificamente os aparelhos privados de hegemonia, ocupam a segunda e se universalizam também a partir daí. Nessa perspectiva, a eficácia de um aparelho privado de hegemonia seria medida, portanto, pela sua capacidade de engastar quadros políticos na ossatura estatal, implementando desde esse espaço a agenda política entendida como mais adequada pela sua formação no âmbito daqueles aparelhos. A grande vantagem desse método é ser radicalmente histórico, ao se debruçar sobre personagens, na letra da autora, “de carne, osso e projetos específicos”<sup>46</sup>.

Isso leva a refletir que a sociedade civil é, na verdade, um duplo espaço da luta de classes – intra e entre classes sociais, através das organizações nas quais se moldam as vontades coletivas e através das formas de dominação que, partindo delas, irradiam formas de convencimento, consenso. (...) Logo, qualquer modificação na correlação de forças vigente na sociedade civil, dentro ou entre aparelhos privados de hegemonia distintos, tem, necessariamente, repercussões junto à sociedade política e aos organismos estatais, em particular. Afinal, os agentes sociais engajados nas agências da sociedade civil e da sociedade política não representam classes em abstrato inscritas em um estado etéreo. Este vasto e complexo tecido de relações se constrói e reconstrói no cotidiano de suas práticas políticas e conta com rostos, projetos, embates e história, enfim.(...) Isso significa que, nesta relação ampliada entre Estado restrito e sociedade civil, o convencimento se exerce em uma dupla direção: dos aparelhos privados de hegemonia rumo à ocupação das agências do Estado restrito e, inversamente, da sociedade política e da coerção em direção ao fortalecimento da direção das frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando, a partir do próprio Estado restrito, seus respectivos aparelhos privados de hegemonia<sup>47</sup>.

Com esse modo de trabalho, Mendonça, em seus estudos sobre a questão agrária brasileira, legou importantes contribuições para se entender a História do Brasil. Pôde

---

<sup>46</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. *Op Cit.* P. 19

<sup>47</sup> *Idem, ibidem.* p. 18-19.

perceber que diferentes aparelhos privados de hegemonia disputavam a agenda política do setor ruralista, sendo a designação de quadros formados naqueles espaços para o Ministério da Agricultura um indício da primazia dos grupos representados por estes quadros políticos ao longo do século XX<sup>48</sup>. Com isso, sua reflexão desvelou desde muito cedo na História do Brasil republicano a existência de organizações burguesas, o que mostra que a chamada *ocidentalização* do país não é tardia e tampouco obra exclusiva dos subalternos<sup>49</sup>.

Isso posto, convém se indagar como efetivamente acontece a disputa pelo poder em uma dada formação social – e como se expressa a influência do conjunto das classes sociais. Recuperar Gramsci, nesse ponto, parece sumamente produtivo. O marxista sardo segue a senda consagrada nas análises marxistas, considerando o Estado para além de sua aparência de ente universal. Trata-se, assim, de um

organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’<sup>50</sup>.

Como visto acima, Gramsci oferece apontamentos poderosos que superam formas de compreensão que identificam o Estado a seus aparelhos burocráticos e coercitivos *oficiais*. Concebe-o, em vez disso, como *Estado integral*, isto é, como articulação entre sociedade política (o Estado restrito das concepções clássicas do pensamento liberal) e a sociedade civil,

---

<sup>48</sup> Ver, por exemplo: MENDONÇA, Sônia Regina. **O patronato rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010

<sup>49</sup> Gramsci opõe sociedades *ocidentalizadas* às congêneres orientais. Enquanto estas teriam uma sociedade civil “gelatinosa” e um Estado restrito (ou sociedade política) comparativamente forte, as primeiras seriam palco da proliferação de *APH's*, do que se desdobrariam uma diferença tática na luta revolucionária: nas formações sociais *ocidentalizadas*, não bastaria atacar diretamente o centro do poder, mas se deveria travar as lutas também na sociedade civil, a fim de conseguir transformações ético-morais que possibilitem o surgimento de um novo tipo de sociedade. Gramsci, portanto, revela aqui a importância da formação de consensos para o advento e a reprodução de novos tipos de relações sociais, consensos esses que poderiam ser edificados também pela função pedagógica própria dos *APH's* em uma sociedade de tipo ocidental. Ver: GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003c.**

<sup>50</sup> GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere. v. 3.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003c.

ou o conjunto de associações, chamadas de *aparelhos privados de hegemonia (APH's)*, por meio das quais uma classe ou um bloco de classe lutam pela direção político-moral da formação social. Enfatizar a integralidade do Estado, portanto, é uma forma de ressaltar que tais instâncias não podem senão didaticamente serem separadas – porque, na prática, a sociedade civil é uma das *trincheiras* onde ocorrem as disputas pelo poder em uma sociedade capitalista *ocidentalizada*. Os *APHs*, pois, não podem ser entendidos como agentes de uma neutralidade técnica, a menos que se conceba essa expressão em toda sua profundidade, isto é, como forma de apresentação e defesa de interesses de classes específicos e necessariamente atravessados pela contradição básica da sociedade capitalista entre capital e trabalho.

A matriz gramsciana, assim, nutria o solo do pensamento sobre a organização das classes sociais na sociedade civil, da qual os tanques de pensamento são exemplares. Nos desdobramentos historiográficos desta contribuição teórica, apurou-se que, em um período histórico com intensa mundialização do capital e ampliado trânsito das classes dominantes, essas associações refletem tal realidade, reproduzindo também o consórcio das *burguesias internas* associadas às suas congêneres internacionais<sup>51</sup>. Debruçando-se sobre o problema, René Dreifuss sugeriu a existência de uma *internacional capitalista*, devido ao crescimento exponencial, em nível planetário, das entidades burguesas desde, pelo menos, a década de 1910<sup>52</sup>.

Seguindo a senda de Dreifuss, Virgínia Fontes recupera a expressão *frentes móveis de ação internacional*, desse autor, para se referir às organizações burguesas de articulação

---

51 POULANTZAS. *Op Cit.*

52 DREIFUSS, René. **A internacional capitalista**. Petrópolis: Vozes, 1986.

interimperialista e de defesa da ordem do capital-imperialismo<sup>53</sup>. A partir de suas contribuições seminais, gerações de pesquisadores se formaram com interesse na investigação sobre formas associativas das classes sociais – mais especificamente da burguesia – e as lutas que pontuam o desenvolvimento da sociabilidade capitalista. Estes estudiosos provaram a fecundidade das observações gramscianas, tornadas mais ricas por estudos específicos que preenchem com carne viva o esqueleto teórico deixado pelo autor dos *Cadernos do Cárcere*. No interior deste grupo, as pesquisas sobre *tanques de pensamento* ganharam relevância, tanto por sua qualidade quanto pela importância que o objeto construído sobre aqueles alicerces teóricos assume. Aqui destacamos apenas os que dialogam mais diretamente com nosso tema de pesquisa, muito embora a indicação ao conjunto dos trabalhos fique registrada – inclusive com encaminhamento do leitor ao *site* que concentra a produção do grupo<sup>54</sup>.

Flávio Calheiros é um dos historiadores formados por esta perspectiva. Buscando entender a *nova direita* brasileira, investigou aquelas organizações, interpretando-as como aparelhos de ação política e ideológica – uma outra forma de chamar os *APH's*. A obra apresenta a trajetória de entidades – inclusive *tanques de pensamento* - que se tornaram, na assim chamada Nova República, importantes vetores de organização e difusão de interesses burgueses no Brasil. O texto, portanto, é central para a compreensão da política contemporânea, sobretudo no que toca à formação e no direcionamento de classe dos setores dominantes brasileiros<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> FONTES, Virginia. *Op. Cit.* 2010.

<sup>54</sup> Ver: <http://www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/>

<sup>55</sup> CALHEIROS, Flávio. **A nova direita**. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Poder-se-ia apontar ainda, como contribuição importante daquele grupo, os estudos sobre o Grupo Banco Mundial. Estes demonstram como, com suporte de fundações como Rockefeller e Ford, o GBM formou quadros políticos para atuação em países-alvos. Assim, através de seus braços educadores, inúmeros cursos foram oferecidos, formando vetores de ação política com disposições adequadas aos financiadores da iniciativa<sup>56</sup>. Em nossa pesquisa, o Grupo Banco Mundial foi ator presente nas cenas mesmo quando ausente, dadas as referências às suas pesquisas e suas indicações presentes na documentação gerada pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso. As tabelas anexadas ao fim desta tese evidenciam a importância de sua “consultoria” para o objeto em análise.

O trabalho de Rejane Carolina Hoeveler é outro que, servindo-se do quadro teórico, avança hipóteses sobre a articulação transnacional das classes dominantes por meio de organizações como a Comissão Trilateral. Fundada em 1973 por David Rockefeller e Zbigniew Brzezinski, a entidade reúne capitalistas responsáveis pelo controle de grandes conglomerados nacionais e quadros políticos centrais dos principais Estados das chamadas “nações desenvolvidas” – que na visão, do segundo, deveriam se expressar institucionalmente<sup>57</sup>. De acordo com as pesquisas de Hoeveler, a Comissão Trilateral foi um dos principais fóruns de deliberação e articulação da reação burguesa à confluência de crises que arrebenta nos anos 1970, apresentando como novo caminho para a reprodução ampliada do capital um conjunto de medidas que ficaria conhecido como “neoliberalismo”<sup>58</sup>. O

---

<sup>56</sup> PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese de doutoramento em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

<sup>57</sup> BRZEZINSKI, Zbigniew. **Entre duas eras**. América: laboratório do mundo. Rio de Janeiro: Artenova, 1971

<sup>58</sup> HOEVELER, Rejane Carolina. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise**. Uma história dos primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979). Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2015.



mecanismo de sua implementação reforça a importância do método de pesquisa aqui debatido: por um lado, age no sentido de conformar acordos no interior das burguesias dominantes em nível internacional, forjando unidade de ação; por outro, com participação frequente em fóruns organizados pela Comissão Trilateral, quadros políticos assumem postos da administração estatal como agentes técnicos, responsáveis pela formulação de políticas públicas que respondam às necessidades do capitalismo, transubstanciadas em necessidades sociais pela rede de aparelhos privados de hegemonia burgueses. Funcionam como laços, portanto, que vinculam poder político e “mundo produtivo”, constituindo um canal de expressão das aspirações empresariais em uma época de potencial “excesso democrático”<sup>59</sup>.

O estudo das lutas de classe por esta chave de análise fez avançar o conhecimento sobre a estruturação de regimes políticos, a formação de políticas públicas e o advento de diferentes modalidades de organização social no capitalismo contemporâneo. Entendo, porém, que se pode avançar mais estabelecendo qualificadores internos no grupo dos APH's, a fim de compreender melhor as especificidades que se revelam pela comparação entre diferentes tipos de associação que, contudo, frequentemente são reunidas sob o guarda-chuva daquele conceito. Tampouco esta intenção me parece original. René Dreifuss, afinal, já demonstrara disposição similar ao sugerir uma subconceituação dos aparelhos burgueses por sua função política mais imediata – dos *pivôs* ao Estado-maior<sup>60</sup>.

Nesta tese, pretendo seguir o caminho, entendendo os tanques de pensamento como um tipo específico de APH. Na segunda parte deste primeiro capítulo, coloco-me o objetivo

---

59 RAGO FILHO, Antônio. Os ensinamentos de Samuel Huntington para o processo de autorreforma da autocracia burguesa bonapartista. In: **Anais do XIX Encontro regional de História. Poder, violência e exclusão**. ANPUH/SP-USP, São Paulo, setembro de 2008;

<sup>60</sup> DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 2006

de refletir sobre as especificidades deste tipo de aparelho. Parto, mais uma vez, das determinações mais aparentes do fenômeno, expressas no importante estudo do Think Tank and Civil Societies Program (TTCSP), para tentar atingir o núcleo essencial – ali entendido como uma das formas com que, em nosso tempo, o circuito de mando e obediência, que opõe artificialmente os trabalhos *intelectual e manual*, estrutura-se e se reproduz.

## Parte II

A segunda parte do capítulo oferece uma forma alternativa de compreensão do fenômeno em tela. Partimos da análise concreta do Think Tanks and Civil Societies Programa (TTCSP), da Universidade da Filadélfia, para mostrar como ocorre a tentativa de enquadramento dos múltiplos tanques de pensamento em um modelo construído pelas trocas de tecnologias políticas realizada por meio dos *summits* daquele laboratório de pesquisa. Neste processo, fica claro ser a própria ideia de *think tank* uma mistificação que oculta a natureza da luta política, substituindo-a por uma miragem idealista que poderia ser sintetizada na expressão *batalha das ideias*.

A luta política mobiliza afetos, medos, sonhos, horrores. Não consiste na disputa entre melhores projetos sociais racionalmente concebidos, embora essa dimensão existe. Trata-se de campo de disputa concreta, travada por pessoas, organizações, táticas e estratégias. Os tanques de pensamento representam uma modalidade de luta, nascida como condição de possibilidade graças à divisão social do trabalho no capitalismo. Prisma de luta que, se por um lado favorece a contenção da democracia em limites interessantes aos gestores do capital,

por outro prepara as bases para novos tipos de insurreição social – cujo exemplo mais tosco aparece recentemente na forma do *anti-intelectualismo*.

### **1.3 O Think tanks and Civil Societies Program (TTCSP) e a padronização dos tanques de pensamento**

Ao longo dos anos de pesquisa sobre o IFHC, o *Think Tanks and Civil Societies Program* (TTCSP) frequentemente figurou na *homepage* da fundação. Trata-se de um laboratório de estudos e pesquisas sobre os tanques de pensamento, situado na Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos. A referência ao programa no *site* do IFHC aparecia por meio do *Global Go To Think Tank Index Report*, espécie de relatório anual, lançado pelo TTCSP. O documento, cuja abrangência mundial impressiona, avalia a atuação dos tanques de pensamento, hierarquizando-os por critérios definidos pelo programa de pesquisa.

De início, atraiu minha atenção o indisfarçado orgulho com que o IFHC noticiava as boas colocações registradas naqueles relatórios. De fato, a julgar pelos *rankings*, a fundação mostrava ter papel relevante na América Latina, figurando entre os principais aparelhos do tipo na região<sup>61</sup>. O estudo dos critérios e do método de apuração de dados do TTCSP, portanto, pareceu-me instrumento importante para avançar no conhecimento sobre o IFHC, destacando aqui a possibilidade de descobrir mecanismo de medição de seus impactos nas sociedades civil e política do subcontinente.

---

<sup>61</sup> Veremos mais sobre isso no segundo capítulo, quando terei oportunidade de refletir mais particularmente sobre a fundação.

Reproduzo abaixo, com comentários meus, a lista dos critérios contida no *report* de 2015<sup>62</sup>:

1. “a qualidade e o comprometimento da liderança do *think tank*”, aqui entendidos como a capacidade de captação de “recursos financeiros e humanos necessários para o sucesso da missão”. A linguagem cifrada do documento se refere ao reconhecimento que um dado *tanque de pensamento* tem na sua zona de atuação. Quanto maior o grau de consagração, tanto maior será seu poder de mobilizar recursos e atrair especialistas devotados à sua “missão”, expressão empresarial que indica a finalidade da iniciativa;

2. a “qualidade e a reputação da equipe”, que significa a capacidade de reunir membros reconhecidos tanto como autoridades “técnicas” em suas áreas quanto de reputação ilibada;

3. a “qualidade e a reputação das pesquisas e análises produzidas”. Em outras palavras, o grau de influência positiva que as atividades do *tanque de pensamento* alcançam sobre o seu público alvo;

4. habilidade para recrutar “acadêmicos e analistas de primeira linha”;

5. reputação acadêmica, isto é, o rigor científico na condução das pesquisas desenvolvidas;

6. o impacto das pesquisas e do programa dos tanques de pensamento sobre os “atores políticos” e “formuladores de políticas públicas”, medida pelas políticas públicas adotadas por órgãos de governo ou da sociedade civil;

---

<sup>62</sup> McGann, James. Global go to think tanks Index Report. Universidade da Pensilvânia, 2015, P. 5.  
Disponível em: [https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=think\\_tanks](https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=think_tanks)  
(acessado em 02/11/2018).

7. “reputação com formuladores de políticas públicas”, medida pelo reconhecimento do nome do *tanque de pensamento* e de sua trajetória, associado ao número de referências públicas às suas atividades;

8. *White papers (livros brancos)* produzidos com base nas pesquisas do *tanque de pensamento*. Um *White Paper* (em português, "Livro branco" ou "Relatório Branco") é um documento oficial publicado por um governo ou uma organização internacional a fim de servir de informe ou guia para o enfrentamento de algum problema. Geralmente, indica a síntese do conhecimento dominante construído sobre o assunto, e a capacidade que um *tanque de pensamento* tem de formular tais documentos indica sua capacidade de mobilização e influência sobre governos em determinada área;

9. depoimentos no poder legislativo referenciados no material produzido pela organização. O item ilustra a ascendência da produção de um dado *tanque de pensamento* sobre o poder legiferante de uma dada sociedade;

10. compromisso demonstrável de produção “independente”, isto é, “independência partidária e de interesses setoriais”, verificável por suposta “isenção” no trato de conflitos de interesse (financeiros, institucionais ou pessoais);

11. acesso a “instituições-chave”, com ascendência sobre pessoas em posição de poder. Trata-se da influência dos tanques de pensamento tanto sobre formadores de opinião, na sociedade civil, quanto sobre a burocracia governamental;

12. influência alcançada pelo *think tank*, com publicações, visitas em sítios virtuais e proposições de políticas públicas;

13. a utilização efetiva de pesquisas do *think tank* por formuladores de políticas públicas;

14. influência da organização na mobilização pública, no debate acadêmico ou nos debates legislativos;

15. reputação midiática, medida pela citação e aparecimento e entrevistas na mídia;

16. habilidade no uso da internet, incluindo ferramenta das redes sociais;

17. existência de um sítio virtual e de “influência digital”, dimensionada pelo impacto do *tanque de pensamento* nas redes sociais;

18. capacidade de captar recursos ao longo do tempo, o que garante a longevidade da organização;

19. habilidade na superação dos “*gaps*” entre a academia e os formuladores de políticas públicas e, por sua vez, entre estes e a “sociedade”, entendida aqui como o restante da população;

20. habilidade de incluir novas “vozes” na formulação de políticas públicas, significando a capacidade de incorporar os “novos sujeitos” sociais nas regras políticas, conformando e aclimatando seu impulso renovador ao quadro geral da ordem social;

21. e, finalmente, o “impacto social”, medido pela efetiva capacidade de transformar “valores sociais” nas áreas de atuação.

Um tanque de pensamento com destaque em um ranking destes não é uma organização desprezível. Muito ao contrário, reúne imponente acervo de recursos técnicos, expresso no número de acadêmicos que, dado o elevado prestígio da entidade, são para ela atraídos e lá oferecem seus serviços. Dispõe também de significativa capacidade de influência sobre a sociedades civil e política, naquela disjuntiva meramente didática de que falou Gramsci e acima pudemos discutir com mais calma. Essa organização é de tal modo *orgânica*, no sentido de ser reconhecida como importante fórum de representação de uma classe, que

seu sustento é garantido pela iniciativa privada. Trata-se, efetivamente, de um importante aparelho privado de hegemonia, cuja ideologia comporta o tecnicismo radicado nas práticas que entificam o trabalho intelectual nesta forma.

Identificar o IFHC entre os melhores da América Latina em uma lista desta natureza deveria pautar investigações dedicadas a verificar a importância da entidade na região. Assumindo como verdadeiro o que ali consta, poder-se-ia formular hipóteses acerca da direção ético-política da fundação sobre o entorno latino-americano, indicando ser ela importante nó da rede de associações burguesas que tenta dirigir os rumos políticos da região. Embora sem dúvidas fosse abrir importantes caminhos de pesquisa, este procedimento científico falhara em deixar passar um elemento fundamental do ofício do historiador. Refiro-me à crítica das fontes. No caso, é passo metodológico indispensável investigar tanto se a base de dados do *ranking* se sustenta quanto a que interesses ela atende. A isso passamos agora<sup>63</sup>.

O documento do TTCSP fala assim sobre a montagem das listas:

Desde 2006, o processo de classificação foi refinado e simplificado, e o número e escopo de as instituições e indivíduos envolvidos têm crescido constantemente. (...). Como parte do processo de nomeações, todos os 6.846 tanques de pensamento catalogados no banco de dados do TTCSP foram contactados e incentivados a participar, assim como os mais de 4.750 jornalistas, legisladores, doadores públicos

---

<sup>63</sup> Algumas análises aceitaram mais ou menos acriticamente as conclusões do laboratório, do que derivou tanto denúncia do ativismo de organizações de direita desde os anos 1970 – o marco é a fundação da Heritage Foundation, em 1973 - quanto, paralelamente, a suposição de que existiriam tanques de pensamento não ativistas, ou menos ativistas, sobretudo antes disso. É o caso do trabalho de Camila Rocha, que, a despeito da boa qualidade e da adoção de interessante postura crítica geral, ao centrar seu fogo sobre esses *advocacy think tanks* (expressão de R. Kent Weaver para caracterizar as organizações ativistas em oposição às suas congêneres mais imediatamente “desinteressadas”, aceita pela autora), acaba admitindo a existência de tanques de pensamentos não enquadrados neste subtipo – o que tem por consequência a suposição de algum nível de distanciamento político em suas atividades. Ver: ROCHA, Camila. Direitas em rede. *Think tanks* de direita na América Latina. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015, p. 265

e privados e especialistas da área. Este grupo de pares e especialistas foi pesquisado para nomear e classificar os tanques de pensamento para distinção em 2015<sup>64</sup>.

Como se vê, o rigor na coleta de dados é pelo menos discutível. Parte fundamentalmente de uma base impressionista: é a opinião de um grupo de analistas, alguns deles vinculados a tanques de pensamento, que origina o escalonamento dos aparelhos com base naqueles critérios acima listados. Por este expediente, tudo que podemos alcançar é tão somente a avaliação daqueles mais de 6800 tanques de pensamento e 4750 jornalistas, legisladores, empresários e especialistas acerca das entidades. Não há um sistema de verificação que dimensione o real impacto desses aparelhos na área de produção de políticas públicas, por exemplo. E esse é um dos mais importantes quesitos do ranqueamento.

À esta altura, talvez fosse o caso de concluir que a fonte não nos leva muito longe na investigação do nosso objeto. Seria de fato um recuo dramático para a pesquisa. Postos os objetivos desta etapa do trabalho, abdicar de uma base de dados que inclui mais de 6 mil entidades seria, na prática, desistir de qualquer tentativa de identificar padrões de funcionamento que iluminem os contornos dos tanques de pensamento. Seria praticamente impossível, nos limites desta pesquisa, identificar as especificidades deste tipo de aparelho.

Seria também um exagero. De certo não se pode ratificar o ranqueamento daquelas listas, como se eles exprimissem *de fato* o grau comparativo de sucesso de cada entidade nos quesitos acima arrolados – e não, em vez disso, a impressão dos consultados sobre o fenômeno. Mas há o que se tirar da documentação, inclusive na área de nosso interesse. Para tanto é preciso, porém, entender melhor o que é o TTCSP, seus projetos e sua influência. Por

---

<sup>64</sup> McGann, James. Global go to think tanks Index Report. Universidade da Pensilvânia, 2015. Disponível em: [https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=think\\_tanks](https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=think_tanks) (acessado em 02/11/2018).



essa análise, mesmo que panorâmica, pode-se inserir aquela fonte em um conjunto de relações que ajude a determiná-la mais precisamente.

O laboratório foi criado em 1989 por meio do Lauder Institute, da Universidade da Pensilvânia. Seu criador e ainda diretor, James McGann, é especialista em tanques de pensamento, cujos importantes trabalhos incorporam aquela visão clássica das ciências políticas dos anos 1980 sobre o tema. Para ele, esses aparelhos são entidades *técnicas* que objetivam efetivar pontes entre o conhecimento especializado e a formulação de políticas públicas no seio do Estado<sup>65</sup>. Uma visão muito tradicional, conforme vimos acima, que atribui aos aparelhos a capacidade de *influenciar positivamente* o Estado, graças ao seu domínio sobre recursos técnicos. A relação entre o tanque de pensamento e os aparelhos públicos, assim, seria de direção *científica* – expressa na suposta capacidade de guiar a formulação de políticas públicas baseadas em *evidências*.

Trata-se de uma visão eloquente, tanto mais por estar ela na base da explicação da *missão* de seu programa de pesquisas. De acordo com *site* do TTCSP, o laboratório seria espécie de *tanque de pensamento dos tanques de pensamento*. Desde sua criação, teria ajudado a desenvolver aparelhos que superam os *gaps* entre *saber e política* em temas como paz e segurança internacional, globalização e governança, economia internacional, questões ambientais, informação, “alívio” da pobreza e sistemas de saúde. “Estes esforços colaborativos internacionais”, anota o documento, “destinam-se a estabelecer redes regionais

---

<sup>65</sup> A visão ainda segue basicamente a mesma até os dias de hoje, haja vista a apresentação da “missão” do TTCSP em seu *site*, cuja descrição conta com espécie de *slogan*: *Helping to bridge the gap between knowledge and policy*. Ver: <https://www.gotothinktank.com/history-and-mission> (acessado em 02/11/2018)

e internacionais de tanques de pensamento que melhoram a formulação de políticas públicas enquanto fortalecem as instituições democráticas e as sociedades civis em todo mundo”<sup>66</sup>.

Trata-se de intenção já assumida por James McGann em 2002. Na ocasião, o autor discutia o papel dos tanques de pensamento nas relações exteriores em um mundo com organizações transnacionais, cujo complexa rede de interações deveria ser decifrada por instituições capazes. Ali, aparece a referência ao saber especializado necessário em um mundo com saberes cada vez mais específicos, técnicos e complexos. No mesmo texto, McGann admite os esforços de enquadramento desse tipo de entidade, a fim de aprimorar sua “independência” e “influência” na produção de *políticas públicas cientificamente embasadas*.

Apesar dos esforços de alguns estudiosos e formuladores de políticas públicas para questionar a potencial transferência de tanques de pensamento independentes ao estilo dos EUA para outras regiões e países do mundo, muitos formuladores de políticas e grupos da sociedade civil de todo o mundo têm procurado criar tanques de pensamento verdadeiramente independentes para ajudar sus governos. Assim, enquanto a transferência do modelo da Brookings Institution, Rand Corporation ou Heritage Foundation para outros países e culturas políticas pode ser debatida, a necessidade e o desejo de replicar a independência e influências que essas instituições desfrutam é incontestável<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> O parágrafo foi construído sobre a descrição da missão do laboratório. Em inglês, consta assim na fonte: “The Think Tanks and Civil Societies Program (TTCSP) of the Lauder Institute at the University of Pennsylvania conducts research on the role policy institutes play in governments and civil societies around the world. Often referred to as the “think tanks’ think tank,” TTCSP examines the evolving role and character of public policy research organizations. Over the last 25 years, TTCSP has developed and led a series of global initiatives that have helped bridge the gap between knowledge and policy in critical policy areas such as international peace and security, globalization and governance, international economics, environmental issues, information and society, poverty alleviation, and healthcare and global health. These international collaborative efforts are designed to establish regional and international networks of policy institutes and communities that improve policy making while strengthening democratic institutions and civil societies around the world”. Ver: <https://www.gototthinktank.com/history-and-mission> (acessado em 02/11/2018)

<sup>67</sup> No original em inglês: “despite the efforts of some scholars and policy-makers to question the potential transferability of U.S.-style independent think tanks to other regions and countries of the world, many policy-makers and civil society groups from around the globe have sought to create truly independent, free-standing think tanks to help their governments. So while the transferability of the Brookings Institution, RAND Corporation, or Heritage Foundation model to other countries and political cultures may be debated, the need and desire to replicate the independence and influence these institutions enjoy is unchallenged”. Disponível em: <https://globalnetplatform.org/system/files/1/Think%20Tanks%20and%20the%20Transnationalization%20of%20Foreign%20Policy.pdf> (acessado em 14/10/2019 às 17h39)

Como isso ocorre na prática? Pelo menos desde 2014, o TTCSP convoca *cumes* (*summits*) de tanques de pensamento - espécies de convenções que debatem e formulam quais papéis devem desempenhar os aparelhos do tipo em todo o mundo. O primeiro *Global think tank summit Report* disponibilizado pela iniciativa, datado de dezembro daquele ano, relata o encontro ocorrido em Genebra, Suíça. Reuniram-se representantes de mais de 60 tanques de pensamento do mundo inteiro para discutir uma série de tópicos, dentre eles, a relação entre esse tipo de entidade, as políticas públicas e as possibilidades de uma “governança global”; o papel dos tanques de pensamento em crises, como as provocadas pelo Ebola e pelo Estado Islâmico; além de temas mais genéricos, como os “desafios globais” postos a esses aparelhos, como a demanda por “desenvolvimento sustentável” e por governos “eficientes”. O fim do encontro contou com avaliação dos tanques de pensamento pelos representantes convidados ao encontro, cujos pareceres sublinharam o *foco técnico* das entidades, muito embora vozes dissonantes já ali alertassem sobre a impossibilidade da neutralidade científica<sup>68</sup>.

A representatividade dos tanques de pensamento nos *cumes* organizados pelo TTCSP tem crescido. A última de suas edições globais ocorreu em 2019, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Reuniu 150 intelectuais vinculados a 107 entidades de todo o mundo. Sérgio Fausto representou o IFHC como seu “presidente”<sup>69</sup>. Nesta última edição dos encontros globais, o formato seguiu quase o mesmo. Após rodadas de debate sobre os

---

<sup>68</sup> [https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1006&context=ttcsp\\_summitreports](https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1006&context=ttcsp_summitreports) p. 26. (acessadoem 02/11/2018)

<sup>69</sup> [https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1008&context=ttcsp\\_papers](https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1008&context=ttcsp_papers) P. 30 (acessadoem 02/11/2018)

desafios postos aos tanques de pensamento na conjuntura, foram tecidos prognósticos sobre a atuação e a evolução do formato deste tipo de entidade<sup>70</sup>.

Entre 2014 e 2019 foram realizados 27 encontros do tipo. Além dos cumes globais que aqui destaquei, há encontros homólogos ocorrendo anualmente em nível regional<sup>71</sup>. Sua regularidade, bem como sua capilarização regional, permite hipóteses sejam formuladas, agora à luz da análise de um conjunto de documentos em interação. Por sua natureza de intenso intercâmbio entre representantes de tanques de pensamento, é possível que tais *cumes* funcionem como mecanismo de padronização relativa dos contornos institucionais e das práticas dessas entidades. Deste ponto de vista, as deliberações acerca dos papéis desempenhados e a desempenhar por esse tipo de organização expressariam e implicariam modos de funcionamento específicos, que por meio daquelas reuniões seriam tanto mais ou menos amalgamados quanto difundidos para e pelos aparelhos que tomam parte dos encontros. Estou falando, portanto, da formação de uma rede de tanques de pensamento, com intensa troca multidirecional de tecnologias políticas, mas cujo epicentro se encontra no TTCSP, um de seus principais fiandeiros. A esse respeito, ganha renovada importância o título de *tanques de pensamento dos tanques de pensamento*, especialmente quando sublinhamos o que o diretor do laboratório entende por este tipo de entidade no que toca ao seu papel social e à forma de sua atuação.

---

<sup>70</sup> [https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1008&context=ttcsp\\_papers](https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1008&context=ttcsp_papers)

<sup>71</sup> As regiões assim se definem: América Latina, Europa, África, Oriente Médio e norte africano, América do Norte. Esses encontros regionais, na verdade, parecem ter antecedido em um ano os seus congêneres globais. As primeiras documentações a respeito datam de 2013 e podem ser encontradas aqui: <https://www.gotothinktank.com/past-summits> (acessado 02/11/2019). Chama atenção a ausência de encontros regionais no restante da Ásia e na Oceânia, especialmente se considerada a importância geopolítica da região – às portas da potência chinesa

A importância do TTSCP assim se justifica. Não por ser ele um laboratório que permite a aferição dos impactos dos tanques de pensamento em diversas escalas, a saber, global, regional e nacional; mas por representar o centro de uma rede de trocas que conforma um *tipo ideal* de tanque de pensamento, tomado como tal por todas as entidades que, orgulhosamente, buscam constar em seus relatórios e, por isso, reconhecem sua autoridade na formulação dos contornos organizacionais deste tipo de aparelho. É a maneira concreta da interação daquela rede associativa com o TTSCP, portanto, que ratifica e reproduz seu papel de direção. Não se trata de uma posição identificada *a priori*, mas surgida pelo desenvolvimento dos tanques de pensamento – daí a necessidade de seu estudo histórico, o que até agora não parece ter sido feito.

Seria um erro, entretanto, interromper seu estudo no nível institucional. Claro, a forma específica desta institucionalidade interessa sobretudo por levantar perguntas e hipóteses de pesquisa, bem como por ser a manifestação histórica visível de uma das principais modalidades associativas no capitalismo contemporâneo. Mas é fundamental relacionar sua *ossatura material*, para falar como Poulantzas, às classes e frações de classes sociais que por meio dela se expressam e se organizam<sup>72</sup>.

Estamos aqui muito longe daquelas interpretações ingênuas sobre os tanques de pensamento. Não há e nem pode haver distanciamento entre técnica e política, conforme tentarei sustentar de uma maneira que julgo significativamente distinta daquelas colocações que, de rompante, indicam sua impossibilidade sem demonstrar as raízes da associação entre trabalho intelectual e capitalismo. Com efeito, entendidos por mim como desenvolvimento formal daquele tipo de trabalho, tais organizações estão circunscritas a relações sociais

---

<sup>72</sup> POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

específicas, das quais só podem se afastar por um contundente esforço de crítica prática. Seu funcionamento normal, assim, ao passo que se explica pela origem e desenvolvimento históricos do capitalismo, reforça, tanto no âmbito de sua produção quanto pela sua organização interna, alguns pilares deste modo de produção. É à luz desta perspectiva que entendo ser necessário trabalhar com os dados levantados pelo importante laboratório da Universidade da Pensilvânia, tais quais o conhecido relatório anual de indexação de tanques de pensamento. Assim, se as conclusões tiradas a partir dos dados não nos satisfazem como leitura do objeto, as informações construídas são importante fonte não apenas da visão dominante sobre os tanques de pensamento, mas também de importante função que lhe é atribuída nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Essa função é de alguma maneira reforçada pela sistematização dos dados em formato de *ranking*. Dardot e Laval demonstram muito bem como o que eles chamam de *razão neoliberal* lastreou a construção de instrumentos de controle com foco na *eficiência*, sendo o ranqueamento tanto expressão do princípio da competitividade erigido como propulsor da excelência quanto forma de ilustrar os fins últimos das práticas sociais sob análise – isto é, no que, durante a decantação institucional marcada pelos esforços em busca do que se considera otimização administrativa, as organizações se tornaram especializadas<sup>73</sup>. Por conseguinte, os dados quantificáveis da ação dos *tanques de pensamento* revelam os esforços

---

<sup>73</sup> Os autores demonstram como a racionalidade empresarial transborda para outros espaços a partir da crise do *welfarismo*, nos anos 1970. Assim, entidades públicas e o assim chamado “terceiro setor” passaram a adotar padrões de funcionamento de Mercado, entendidos como melhores por serem regidos pelo princípio da competição. O processo em tela é marcado pela reestruturação administrativa, com instituições terceirizando atividades, a fim de centrar esforços em atividades-fim, nas quais se tornariam especialistas e, logo, mais eficientes. O princípio da “excelência” preside, ainda, a construção de uma miríade de tecnologias de controle cujo objetivo é reproduzir determinadas práticas, subsumidas a padrões gerenciais de *accountability* e *management*. Ver: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, principalmente capítulo O governo empresarial, pp. 271-320.

de controle sobre sua maior ou menor eficiência em um dado objetivo – o que, colateralmente, indica o que deles mais se espera.

Ler as listagens sob estes prismas, a saber, destacando a forma associativa idealizada e as classes e frações de classes que por ela se expressam, permite entender por que parte significativa dos índices de ranqueamento situa as entidades a meio caminho entre o que Gramsci chamou de sociedade civil e sociedade política. Claro, já vimos que a distinção no pensamento do marxista sardo é meramente didática, porque, na prática, as duas instâncias sociais se articulam e combinam. Acima já passamos por esta discussão. O conceito de *aparelho privado de hegemonia* é, assim, frequentemente referenciado a fim de dar conta destas articulações entre o Estado, em sentido restrito, e a sociedade, tanto no que diz respeito à formação de consenso sobre determinado modo de vida, quanto no que toca às pressões das classes e frações de classe organizadas sobre as políticas públicas<sup>74</sup>. Os tanques de pensamento, assim, conforme demonstram as pesquisas sobre o que se espera de suas práticas, assentam-se bem às análises formuladas pelo instrumental teórico desenvolvido por gramscianos, revelando-se entidades da sociedade civil com expectativa de projeção sobre a sociedade política.

Creio, no entanto, que há aqui algumas diferenças substanciais entre outras formas de organização também inscritas ao conceito de APH's, como jornais e sindicatos. O que aparece de modo mais imediato é o uso de um saber técnico, especializado, como forma de legitimar prescrições sobre como deve ser a ação pública. Jornais e sindicatos também

---

<sup>74</sup> Pressões que podem se dar de diferentes formas, de campanhas em favor de uma maneira de governar à formação de quadros políticos que, saídos dos *aparelhos privados de hegemonia* prenes de sua visão de mundo, ocupam postos no Estado generalizando interesses setoriais como interesses sociais. Se o primeiro tipo de “pressão” está presente na obra de Poulantzas (1978), o segundo aparece descrito detalhadamente na tese de doutorado de Sônia Regina de Mendonça

recorrem ao saber técnico – são eles próprios redutos do trabalho intelectual. Ocorre que, nessas associações, em que pese a ideologia jornalística da imparcialidade, os interesses políticos aparecem com mais clareza, especialmente no segundo caso, mas também no primeiro. Já nos tanques de pensamento é como se, no longuíssimo desenvolvimento histórico que leva o trabalho intelectual a se apresentar prioritariamente na forma do domínio técnico, os tanques de pensamento se apresentassem como a forma mais pura desta evolução – daí a afirmação constante, por parte destas entidades, de sua *imparcialidade política, partidária*; e seu suposto combate a qualquer metafísica, tomada como *discurso ideologizado* oposto ao verdadeiro saber.

Não sem razão apenas seis itens da lista de critérios acima não podem ser relacionados diretamente a nenhum saber especializado – embora mesmo entre eles existam relações indiretas, sobretudo no que diz respeito às funções de propaganda e *marketing* do aparelho. Indubitavelmente, a lista privilegia organizações capazes de atrair profissionais consagrados como detentores de saber específico em suas áreas de atuação, sendo suas demais atribuições como que desdobramentos desta capacidade de galvanizar autoridade por meio do recrutamento de “técnicos”.

Dardot e Laval argumentam que as reformas de Estado fundadas pelo movimento “neoliberal” desde os anos 1980 incorporaram tecnologias de controle de “qualidade” determinada pela administração científica de agentes formados nas *business schools*, em “simbiose” com o empresariado privado. A fonte de legitimidade destas personagens, assim, misturaria o domínio de instrumentos “modernos” de gestão, “em detrimento de instituições democrática, que foram privadas de seu papel de proposição e controle da administração



pública por este poder de *expertise*”<sup>75</sup>. Os critérios que balizam *rankings* como o da *Global Go To Think Tank*, portanto, carregam o “espírito” desta *nova gestão pública*, tornando os *tanques de pensamento* um tipo de instituição responsável por aportar ao Estado os saberes especializados necessários para o gerenciamento eficiente e otimizado de sua ação política. Talvez seja essa uma das razões da multiplicação de *tanques de pensamento* desde os anos 1970, década que também marca a ascensão do que aqueles autores chamam de “governo empresarial”<sup>76</sup>.

A esta altura, convém recuperar algumas ideias-chave da produção acadêmica hegemônica sobre os tanques de pensamento. Como vimos no início deste capítulo, sobretudo nas ciências políticas, a tese de que essas entidades supririam os “*gaps*” de racionalidade do Estado é uma suposição frequente, servindo de explicação para sua multiplicação em sociedades de tradição liberal. Se por um lado a interpretação também contribuir para emitir luz sobre o que se espera desse tipo de organização, por outro encobre com um suposto véu de neutralidade a ação específica do saber técnico na administração e reprodução do capitalismo. É precisamente aqui que entendemos residir o traço diferencial dos *tanques de pensamento* no conjunto dos APH’s. A construção ideológica deste saber descarnado, “livre” de pressupostos materiais e fora do alcance de interesses setoriais atribui aos *tanques de pensamento* um maior apelo sobre os aparelhos de Estado – apelo hipertrofiado em uma época de *gerenciamento científico* da política, da qual falam Dardot e Laval. Os critérios acima listados, principalmente sua insistência em premiar a capacidade de influência sobre a

---

<sup>75</sup> DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 314

<sup>76</sup> Camila Rocha identifica que o número de organizações do tipo mais que quadruplicou nos Estados Unidos entre 1970 e 2000 – subindo de menos de 70 para mais de 300 tanques de pensamento atuantes. Ver: ROCHA, Camila, *Op. cit.*, p. 264.

administração pública, evidenciam, portanto, que os *tanques de pensamento* podem entregar *com maior eficiência* o que também é a aspiração de outros APH's (penso sobretudo nos já citados exemplos de jornais e sindicatos patronais, cuja parcialidade tem se tornado mais visível). A prerrogativa de autoridade na manipulação do saber especializado, assim, parece ser uma das marcas específicas desta forma organizativa.

Trata-se de capacidade de *transferir* saber técnico à burocracia de Estado e *controlar* sua aplicação, por meio de relatórios, seminários, debates e toda sorte de análise das políticas públicas. Importa destacar que não me refiro necessariamente à produção de conhecimento – área em que as universidades seguem como principais instituições, o que é ainda mais evidente em países como o Brasil. Com efeito, a documentação produzida pelo laboratório fala em recrutamento de acadêmicos, em divulgação de pesquisas superando a distância entre “academia” e “sociedade”, em influência sobre a administração estatal. Dito de outro jeito, é destacada a efetiva capacidade de servir de ponte entre a produção de conhecimento na “sociedade” e o “Estado”.

As práticas que asseguram essa transferência podem variar. No caso que aqui me interessa mais de perto, a saber, o O IFHC, a conexão é operada por meio de reuniões entre empresários, acadêmicos, representantes de outras organizações da sociedade civil, membros de “órgãos multilaterais” e quadros da administração pública. Claro que outros APH's podem sediar encontros do tipo. Mas esses eventos representam o centro das investidas de *tanques de pensamento* como o IFHC, e nesse sentido fazem parte de suas atividades-fim. Entre 2004 e 2018, mais de 1100 pessoas diferentes concederam palestras nesta fundação – infelizmente não disponho de dados sobre a plateia, que é importantíssima uma vez que estamos considerando aqui os eventos sediados na entidade como ponto de integração entre

representantes de diferentes “espaços sociais”, a saber, o “mundo produtivo”, a “sociedade civil” e o Estado. No capítulo 2 veremos dados mais detalhados. Por ora, números proporcionais bastam para ratificar a posição de intermediário assumida pelo IFHC. Entre os palestrantes, temos que 7% do total é de ocupantes de cargo da administração pública (somados aqui o Estado brasileiro e outros), 10% é de empresários e o restante representa acadêmicos, funcionários e diretores de “ONG’s”, órgãos multilaterais, enfim, *intelectuais* que atuam na “sociedade civil”<sup>77</sup>.

Em poucas palavras, os *rankings* do *Global Go To Think Tanks* ilustram o papel de transmissor de conhecimento técnico produzido pela *expertise* social. Os critérios enfatizam a importância de influenciar as políticas públicas por pressões sobre a burocracia. No caso em tela, o convite a secretários e ministros de Estado para participar das reuniões é uma forma encontrada pelo IFHC de tentar transmitir a operadores de políticas públicas o conhecimento selecionado pela entidade – por meio da escolha consciente de determinados *intelectuais* em detrimento de outros. O circuito também tem uma ponta na sociedade civil, por meio da qual colabora-se com a construção de consensos, para tanto reivindicando a autoridade do saber técnico que, como acima indicaram Dardot e Laval, constitui instrumento suplementar de legitimidade, pelo menos desde 1970.

Por estes saberes serem entendidos como livre de pressupostos sociais, a síntese operada pelos *tanques de pensamento* aparece tão somente como superação das barreiras entre a academia e a administração pública. A disjunção entre técnica e interesses setoriais, já o vimos acima quando analisamos a produção de matriz gramsciana sobre os *aparelhos*

---

77 Dados coletados a partir de relatórios do IFHC publicados entre 2004 e 2018 e disponíveis no *site* da fundação.

*privados de hegemonia*, deve ser analisada como construção ideológica – no sentido de ideias que legitimam, naturalizam e ajudam a reproduzir as práticas que as animam, a saber, a direção social por classe e frações de classe que se entendem *universais*. Assim, este tipo de tanque de pensamento se radica na construção de mundo operada pela burguesia, e sua produção não pode ser entendida sem referência às relações sociais de produção dominantes. Convém, portanto, situá-lo historicamente como desenvolvimento de contradições presentes no modo de produção capitalista. Não apenas para demonstrar a filiação de classe desses aparelhos, mas também para sugerir que a tecnologia produzida por eles seja em si mesma tecnologia de dominação, na medida em que reproduz a cisão primordial entre trabalhos intelectual e manual, fundamento de importante circuito mando-obediência cuja longevidade vai ainda mais distante do que o próprio capitalismo.

#### **1.4 O trabalho intelectual vivo e morto no capitalismo**

Aquele tipo de autoridade da técnica pode ser compreendido como produto do desenvolvimento do *trabalho intelectual* no capitalismo. Com efeito, as perspectivas que apostam na neutralidade do saber extraem sua razoabilidade de uma concepção fetichizada desse tipo de trabalho, isto é, como prática dissociada das relações sociais de produção predominantes em uma dada formação histórica. Este modo interpretativo se torna especialmente mistificante quando lembramos que o saber é um produto social. De fato, o desenvolvimento tecnológico é obra coletiva, sendo a ideia de seus principais promotores serem gênios solitários criticada pela sociologia da ciência pelo menos desde os anos 1930<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> O clássico de Robert Merton já apontava para a necessidade de se compreender a atividade científica como produto coletivo. MERTON, Robert. **Ensaio sobre a sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013

Por outro lado e em outro nível de análise, entende-se por *saber* uma construção social que legitima determinadas formas de conhecimento em detrimento de outras. Discutirei a questão em seção mais abaixo, de sorte que aqui basta reter o caráter social da produção de conhecimento, bem como da identificação do que se entende legitimamente por saber, do que se depreende ser inadequada a interpretação que coloca o indivíduo, tomado isoladamente, como ator principal na expansão dos limites do conhecimento legítimo.

Temos, pois, que a atividade intelectual, como produto cooperativo e historicamente determinado, jaz subsumida aos condicionantes gerais de um modo de vida, do que se depreende que as relações sociais de produção típicas em um período histórico devem ter com ela algum grau de parentesco, mesmo que distante. Claro, os que, no limite, defendem ser seu sociometabolismo de tal modo idiossincrático que careceria de sentido relacioná-lo a qualquer padrão maior de relações sociais tendem a compreender a própria sociedade como aglomerado de campos por sua vez atomizados; sociedade essa que teria, assim, em comum apenas o espaço e o tempo onde se realizam aqueles múltiplos e fragmentários processos, em vez de qualquer lógica imanente. São, de diferentes formas, os casos de autores clássicos que estudaram, do ponto de vista social, um dos campos da atividade intelectual, qual seja a ciência, como Robert Merton e Thomas Kuhn<sup>79</sup>. Em poucas palavras, estes enfatizaram o

---

<sup>79</sup> Kuhn e Merton contribuíram com a sociologia da ciência por incentivarem estudos sobre a participação coletiva nas inovações técnicas. Os autores, assim, ajudaram a substituir a mistificada ideia da produção científica como sendo gerada principalmente por gênios solitários, sendo fundamental, para tanto, dois conceitos-chave de seus trabalhos, respectivamente, paradigma/ciência normal e ethos científico. No caso de Merton, a ciência é espécie de “estrutura social”, povoada por comunidades científicas com normas e valores próprios (universalismo, comunalidade, desinteresse, ceticismo organizado), tornando, assim, a ciência um sistema autônomo no interior da sociedade. Já para Kuhn, as “revoluções científicas” são determinadas pelas atividades dos que se dedicam a esse tipo de trabalho intelectual. É pelo acúmulo de “anomalias” em relação a um paradigma científico vigente que sobreveem uma época disruptiva, abrindo espaço para o advento de um novo modelo geral de explicação da realidade. Vemos, pois, que, nos dois casos, ainda que as explicações não excluam as pressões de outras esferas da sociedade (Merton reconheceu a importância do protestantismo na formação do ascetismo moral que marcaria a atividade científica), o desenvolvimento deste tipo de conhecimento é autorreferencial, não encontrando relação dialética com a

caráter voluntário da atividade científica, bem como da formação de diferentes grupos de trabalho que, a partir da intersubjetividade estruturada em relações de mútua dependência, asseguram autonomia substancial ao campo científico em relação ao que seriam estruturas mais genéricas de um dado tipo de desenvolvimento do ser social.

Uma perspectiva materialista da atividade intelectual, ao contrário, deve ler esta história à contrapelo. Concordando com pesquisas que se dedicaram especificamente ao estudo das técnicas sob este prisma<sup>80</sup>, penso ser necessário considerar, portanto, a relação de seu objeto com o modo de produção dominante nas sociedades em que a atividade se radica, como, no mais, foi defendido por Marx e Engels desde *A Ideologia Alemã*<sup>81</sup>. Isso, por óbvio, não implica reduzi-lo a essas mesmas relações, como se deduz a partir de diferentes pensadores, de Lukács a Adorno, e da mencionada obra de juventude de Marx e Engels<sup>82</sup>. Por conseguinte, considero aqui a forma social dominante da produção de saber em sua correlação com as relações sociais de produção enquanto tais – entendendo, com isso, a forma generalizada de criação pelo trabalho coletivo, socialmente coordenado de acordo com

---

sociedade em seu modo de vida mais geral. Ver: KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978

<sup>80</sup> São os casos ilustrativos de, no Brasil, Renato Dagnino, que entende a tecnologia como expressão consolidada do processo de trabalho organizado para gerar mais-valor; e no exterior, de Andrew Feenberg, que entende como sendo importante a politização das raízes de produção de conhecimento na sociedade contemporânea, que estaria sob hegemonia da razão instrumental. Ver: DAGNINO, R. Em direção a uma teoria crítica da tecnologia. In: *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas* [online]. Campinas Grande: EDUEPB, 2014, pp. 113-152; e FEENBERG, Andrew. **Critical theory of technology**. New York: Oxford University Press, 1991.

<sup>81</sup> MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007 p. 41-43

<sup>82</sup> Marx e Engels, na *Ideologia Alemã*, entendem a divisão social do trabalho como condição de possibilidade da emergência do trabalho material e do trabalho espiritual, assim divididos. Como crítica à compreensão idealista da história, a obra trata dos fundamentos de uma ciência histórica materialista, que, claro, debruçar-se-ia sobre o capitalismo, mas não necessariamente deveria tratar exclusivamente deste período histórico, do que se depreende que os autores tratam daquela cisão entre diferentes tipos de trabalho considerando-na fenômeno anterior à generalização das formas capitalistas de produção. No mais, os autores parecem ter a mesma visão expressa nesta tese sobre as desigualdades sociais advindas daquela diferenciação. Na sequência do argumento sobre a divisão social do trabalho e a emergência de tarefas “materiais” e “espirituais”, os autores indicam que ela torna possível que “fruição e o trabalho, a produção e o consumo (...) caibam a indivíduos diferentes” Ver: MARX, K; ENGELS, F. *Op cit.* p. 35-6.

circunstâncias historicamente construídas que, por terem esta natureza, induzem padrões de desenvolvimento mais ou menos rígidos<sup>83</sup>.

Este cânone do pensamento marxista indica que as formas de organização da produção, em sentido *lato*, devem ser compreendidas como “forças produtivas”, entendendo que estas, por conseguinte, não seriam neutras ou universais, mas condicionadas pelo modo de produção dominante em uma formação social<sup>84</sup>. Nesse sentido, considerar uma das expressões máximas do trabalho intelectual – a *tecnologia* – sem referenciá-la à sua “base material” parece ser um equívoco. Equívoco, no entanto, possibilitado pela tradução e disponibilização tardias de obras seminais do pensamento marxiano, como a aqui já referenciada *A Ideologia Alemã*. Interpretar os produtos do trabalho intelectual em sua vinculação com o modo de produção dominante é tentar entendê-los como polo de expressão e desenvolvimento de suas contradições particulares. Se entendermos a tecnologia como força produtiva e as forças produtivas desta forma, teremos como hipótese que outra máxima de Marx, qual seja, a de que “épocas de revolução social” são condicionadas pelo choque entre relações sociais de produção e forças produtivas, pode se referir não apenas aos limites impostos por aquelas sobre o “livre desenvolvimento” destas, mas também pela hipertrofia relativa de um tipo específico das últimas - “revolucionário” - sobre outro tipo - “conservador”; sendo tal diferenciação abarcada pela noção de “liberdade” contida na proposição. Assim sendo, estamos distante da usual crença no caráter cumulativo do trabalho intelectual – o que entendo como expressão da desatenção às lutas concretas travadas nesta

---

<sup>83</sup> A ideia é um dos pilares da obra marxiana, sendo conhecida a sua referência à criação histórica dos seres humanos ser determinada por circunstâncias que, em diferentes épocas, encontram-se dadas. O princípio foi anunciado na já mencionada *Ideologia Alemã* e posteriormente recuperado e desenvolvido. Ver: MARX, K; ENGELS, F. *Op cit.*. p. 43.

<sup>84</sup> MARX, K; ENGELS, F. *Op cit.*. p. 34.

área, que tornam a narrativa do desenvolvimento técnico muito menos linear do que transparecem aquelas pesquisas clássicas na área.

Ao compreendermos o trabalho intelectual em sua interface com o modo de produção dominante, torna-se possível entendermos as relações de produção em um sentido “ampliado” em relação às leituras clássicas que as encerram no reino da “economia”. Evito, por este expediente, reduzir à nomenclatura burguesa e à lógica formal por ela esposada o pensamento vivo de Marx, entendendo que a força motriz de suas contribuições reside na rejeição deste método de investigação. Neste sentido, tanto o autor quanto alguns dos seus melhores seguidores consideram como resultado das relações sociais de produção os diferentes modos de vida verificados em diferentes épocas<sup>85</sup>. O capital, portanto, é entendido como principal força das sociedades onde reina este modo de produção, exercendo atração sobre as demais formas de atividade humana, radicadas historicamente em sociedades concretas. As variadas expressões daqueles modo de vida, deste ponto de vista, atuam exercendo forças díspares. Força que contribui efetivamente com sua diferenciação daquele, sendo a maior capacidade de resistência indicativo também de maiores capacidades de diferenciação e distanciamento da relação social elementar em torno do qual a vida, no capitalismo, gravita. A dinâmica em tela é sensivelmente conflitiva, vivificada por atração e repulsão, e quando subsumo a produção do saber no capitalismo a ela, procuro descrever uma tensão que só se dissolve com o fim de alguma das partes em oposição – como ocorre, no mais, também em outros campos da atividade humana sob jugo do capital.

---

<sup>85</sup> É o caso de Antônio Gramsci, evidente em sua tradução do famoso prefácio marxiano à edição de 1859 de Para uma Crítica da Economia Política.



O objeto que tentei descrever em suas linhas mais gerais é, assim, basicamente movimento. Melhor ainda descrevê-lo como fração de um movimento maior, que é a trajetória particular da própria forma social de produção de conhecimento. Com isso busco enfatizar o que aqui já foi dito: aquela atividade, enquanto ser genérico, tem história mais longeva e carrega *potencialidades transformadoras e/ou mesmo revolucionárias* capazes de dissociá-la do modo de produção a partir do qual se desenvolveu nesta etapa histórica – o que, insisto, não chega a ser uma especificidade digna de nota, dado que também o capital porta um horizonte de futuro para além de si. Enquanto reinar o modo de produção capitalista, entretanto, o desenvolvimento dos padrões de relações sociais de produção, do mais geral ao mais particular, devem estar mais ou menos relacionados a ele, mesmo que pela negação. Disso se depreende o que a esta altura convém reter: diferentemente da sociologia da ciência tradicional, uma interpretação marxista do problema pode adjudicar desenvolvimento tecnológico, uma das formas de expressão daquela atividade intelectual, à expansão e reprodução do capitalismo. Assim como as relações sociais dominantes determinam as ideias dominantes porque também elas são produtoras de ideias; a tecnologia dominante é produto daquelas, de sorte que me parece equivocado compreender a história das forças produtivas como um processo evolutivo e acumulativo que se desenrola, ora ao fundo, ora à frente, da trama que destaca o trânsito histórico entre diferentes modos de produção. Parece-me melhor considerá-las à luz das relações sociais de produção, do que se conclui que a tecnologia carrega a tensão que aqui tentei esboçar, portando pressupostos e proposições acerca dos processos produtivos.

Entendo que o pensamento clássico de Karl Polanyi já trazia *in nuce* este entendimento. Em *A grande transformação*, vemos o autor historicizar o que ele chama de

“sociedade de Mercado”, demonstrando como o advento da mecanização pressupôs a transformação dos fatores de produção em mercadoria, incluindo a força de trabalho. Os momentos de turbulência que marcaram o nascimento deste novo tipo de formação social dizem respeito principalmente ao descompasso entre setores distintos da sociedade. Enquanto as “forças de Mercado” impulsionavam na direção da mercantilização da vida social, a Coroa britânica, temendo o empobrecimento da massa trabalhadora e a possibilidade de o país mergulhar em convulsão social, adotava medidas de reação, cujo exemplo mais destacado é o sistema *Speenhamland*, que subsidiava a compra do pão pelos trabalhadores. O fracasso desta proteção social – com efeito, o sistema parece ter contribuído paradoxalmente com o aprofundamento da miséria dos trabalhadores<sup>86</sup> – abriu caminho para que um grupo de pensadores refletisse sobre este novo tipo de formação social, identificando nela *leis* que, se contrariadas, trariam enormes prejuízos ao “conjunto da sociedade”. Polanyi então demonstra como o estudo deste período histórico foi fundamental não apenas para a formação de um novo campo de saber (a economia moderna), como também para a estruturação dos pilares da sociedade de Mercado – sintetizados na fórmula do *laissez-faire*. Era tempo de prestígio dos *cientistas sociais*, que se sobrepunham mesmo às demais áreas do saber, sendo responsáveis direto pela formulação de uma nova *lei dos pobres*, em 1834, cujo significado histórico foi retirar óbices políticos à mercantilização radical da sociedade<sup>87</sup>.

O que está contido em estado prático nas análises polanyianas é a demonstração de que o *trabalho intelectual* tem sido fundamental na história do capitalismo desde os seus

---

86 Ver: POLANYI, Karl. **A Grande transformação**. As origens da nossa época. 2º ed. Rio de Janeiro: Câmpus, 2000 e HOBBSAWM, E. J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

87 POLANYI, K. *op cit*;

primórdios. Não se trata, porém, *apenas* do trabalho intelectual objetivado em máquinas, mas também de uma forma de compreender a sociedade capitalista que contribuiu ativamente não apenas com a sua construção, mas também com a sua regulação. Assim, não é possível considerar esse trabalho intelectual *morto*, isto é, a *tecnologia*, sem referência às determinações materiais do tempo e do espaço de sua produção - se isso vale para ciências da natureza, vale muito mais para as ciências sociais, campo principal de atuação dos *tanques de pensamento*. Se isso é verdade para a época da chamada *revolução industrial*, também vale para outros produtos do saber ao longo da história do capitalismo. Àquele exemplo, poderíamos acrescentar a linha de montagem e o aparelhamento que a envolve, bem como os dispositivos de *uberização* que transformam meios de produção dos trabalhadores em capital pelo período em que eles gerarem valor – que, por esta razão, é parcialmente apropriado por quem a tecnologia determina. A politização da questão conforme aqui proposto não é nova. Os revolucionários chineses, por exemplo, estiveram atentos a ela durante a Revolução Cultural, travando interessante debate sobre o tema<sup>88</sup> que, inclusive, representou revisões a

---

<sup>88</sup> Charles Bettelheim, discutindo a reorganização industrial na China durante a Revolução Cultural, lembra a importância então assumida pelo princípio da gestão compartilhada do processo produtivo, cuja legitimidade foi extraída da “Carta de Anshan”, produzida em 1960 mas desde então “sufocada”. O documento criticava a separação entre trabalho e direção, resultado da cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual justificada pelo domínio técnico do segundo sobre o primeiro. A carta, pois, criava condições de possibilidades para se considerar o saber como adscrito em um regime produtivo específico voltado para a extração de mais-valor - e que, no mais, alienava o trabalho no processo. A análise social dos desenvolvimentos tecnológicos apresentada por Bettelheim contrasta com o trato tradicional do tema, com relatos que descrevem cronológica e cumulativamente os inventos da área, sem maiores referências às condições sociais que lhes deram à luz, como exemplificado em: ZENHA, Celeste. Mídia e informação no cotidiano contemporâneo. In: REIS FILHO-, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.) **O século XX. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 225-248. Ver também: BETTELHEIM, Charles. **Revolucion Cultural y organización industrial en China**. Buenos Aires: Siglo Ventuno, 1974.

orientações anteriores que associavam imediatamente a grande indústria à emancipação política<sup>89</sup>.

Se *A Ideologia Alemã* contém em estado germinal a reflexão sobre a política do trabalho “espiritual”, em *O Capital* ela encontra seu desenvolvimento máximo sob a pena marxiana. Deste ponto de vista, a seção IV da obra máxima de Marx, que agora passamos a discutir, é especialmente interessante. Nesta altura da sua obra, importa ao autor principalmente compreender como o mais-valor pode ser ampliado pelo desenvolvimento das forças produtivas de tipo capitalista – agora penso ser conveniente adjetivar. São diferenciados, neste interím, mais-valor relativo de mais-valor absoluto, este formado pelo aumento da jornada de trabalho, aquele pela revolução técnica na composição do capital, e/ou, em casos mais específicos, pela redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho – que, inclusive pode ser encetada por transformações tecnológicas que ampliam o exército industrial de reserva<sup>90</sup>; bem como pode contar, agregá-riamos, com inovações tecnológicas avançadas por outros ramos do saber que “lio-filizam” a organização produtiva em busca de maiores rendimentos<sup>91</sup>. No curso da sua reflexão, assim, são debatidos

---

<sup>89</sup> Maiores informações na discussão travada por Domenico Losurdo sobre as especificidades do *marxismo oriental*, que, segundo ele, distancia-se de seu congênera ocidental por privilegiar a luta anticolonial e o desenvolvimento tecnológico, este entendido por revolucionários como Mao Tsé-Tung, pelo menos nos anos 1950, e Ho Chi Minh como elemento necessário para a superação do *atraso* técnico do mundo colonial em relação às potências imperialistas. Algum cuidado é necessário nesta análise, porque, se, por um lado, é fora de questão que o hiato bélico que marca a distância entre o capitalismo central e periférico de fato reforça os laços de dependência e dominação, por outro, a transposição pura e simples da técnica e da máquina do centro à periferia não resolve necessariamente o problema da alienação, o que dificulta a emancipação social. Neste sentido, a *revolução cultural* chinesa marca um passo à frente na reflexão prática sobre a ontologia do ser social na China, identificando na contradição entre trabalhos manual e intelectual uma forma de expressão da subsunção social ao capital. Ver: LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental**. Como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2018, sobretudo capítulos 1 e 2.

<sup>90</sup> MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011, Livro 1. P. 387-396.

<sup>91</sup> O termo é de Ricardo Antunes e indica o processo de “secagem” da renda do trabalho. Ver: ANTUNES, Ricardo. **Os caminhos da liofilização organizacional**: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. Ideias. Campinas. 9 (2)/ 10(1): 13-24, 2002-2003.

componentes importantes daquelas forças produtivas, tais quais as novas relações de produção, com cooperação ampliada entre trabalhadores e, como desenvolvimento daquelas, a introdução da maquinaria por meio de “revolucionamentos” setoriais que reverberam por toda a cadeia produtiva. Entendo haver aqui, por conseguinte, importante discussão sobre a formação do mais-valor em capital – processo encerrado nos diferentes tipos de máquina e técnicas produtivas, mas que guarda, uma força produtiva específica que é o desenvolvimento de um papel social dedicado aos detentores de saber técnico.

Seria certamente interessante recompor o argumento marxiano em seu principal trabalho, demonstrando, em cada passo, a importância da incorporação de tecnologia ao processo produtivo. Não tenho tempo para um empreendimento desta natureza. Trata-se de uma outra tese de doutorado. Nesse sentido, tentarei apresentar sinteticamente um dos movimentos de formação do mais-valor relativo, fundamental, creio, para se compreender a forma com que a lei geral de acumulação capitalista e, no interior dela, o papel do trabalho intelectual se apresentam. Por conseguinte, destacarei do texto alguns elementos úteis para a discussão travada. Basearei a análise da questão no próprio método expositivo da seção IV do livro 1 da obra máxima de Marx. Ora, sabemos que a ordem dos capítulos tem, neste autor, uma função específica no desvelamento do objeto em análise. Respeitar a sequência que vai da cooperação do trabalho ao desenvolvimento da maquinaria e o advento da grande indústria, passando pela divisão social do trabalho na manufatura, é tentar capturar, no movimento de formação do mais-valor relativo, o papel imanente do saber técnico e, logo, da tecnologia, como expressões de um campo específico que se diferencia no conjunto das relações sociais de produção.

Seguindo a trilha de Marx, portanto, percebemos que, na formação do capital, a cooperação cumpre um papel importante. Mesmo Adam Smith já havia identificado na repartição social do trabalho uma das forças motrizes, por um lado, do aperfeiçoamento técnico, por outro, do aumento da produtividade laboral. Como grande leitor da economia política que era, Marx reapresenta a questão, mas em outra forma e outro conteúdo social. Discorrendo sobre as necessidades daquela cooperação, identificada por ele nos marcos do capitalismo, e não mais como força da natureza, o autor aponta para o imperativo de reunião espacial de trabalhadores que então limitava o capital.

Se os trabalhadores – avaliar ele - não podem cooperar diretamente uns com os outros sem estar juntos, de modo que sua aglomeração num determinado local é condição de sua cooperação, os trabalhadores assalariados não podem cooperar sem que o mesmo capital, o mesmo capitalista os empregue simultaneamente, comprando ao mesmo tempo, portanto, sua força de trabalho<sup>92</sup>.

Atento à dialética presente no seu objeto de análise, Marx considera de fato esta uma condição para o aumento da produtividade, como no mais a economia política já havia indicado, mas destaca, entretanto, outras consequências. Por um lado, a reunião de trabalhadores em um mesmo espaço aumentava potencialmente a resistência em relação ao capital, pelo compartilhamento da experiência de exploração. Por outro, a cooperação de trabalhadores assalariados, isto é, subordinados no processo produtivo, demanda a formação de uma posição social de direção e coordenação dos esforços fracionados. Trata-se da diferenciação, na cadeia produtiva, entre trabalho intelectual, de direção, planejamento, supervisão e controle, fundamentados em um saber específico supostamente detido por poucos porque inacessível por meio da experiência imediata; e trabalho manual, este implicando o exercício prático, simples, bruto mesmo das forças que transformam a natureza.

---

<sup>92</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 405

Dessa diferenciação, que, como bem lembrou Gramsci, é mais política do que concreta, edifica-se um tipo de circuito de mando-obediência que é intimamente caro ao capitalismo.

(...) o comando do capital sobre o trabalho parecia inicialmente ser apenas uma decorrência formal do fato de o trabalhador trabalhar não para si, mas para o capitalista e, portanto, sob o capitalista. Com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital se converte num requisito para a consecução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção. O comando do capitalista no campo de produção torna-se agora tão imprescindível quanto o comando do general no campo de batalha<sup>93</sup>.

A alusão ao “general no campo de batalha” revela o caráter despótico do trabalho cooperado neste modo de produção. O tipo de trabalho intelectual que é produto desta relação, ao ser vinculado à produção de valor, recria, em outros termos, uma hierarquia social baseada no saber incorporado. Adorno aborda a questão, mas sugerindo que o trabalho intelectual enquanto tal é capaz de gerar sua própria hierarquia – definindo como “oposto” o trabalho dito não-intelectual, logo *manual* e, por conseguinte, *inferior* porque concebido pela falta de elementos constituintes do outro tipo de trabalho, tornado, pelo próprio método comparativo, padrão. Em um de seus trabalhos clássicos, o pensador alemão lembra o poder social dos sacerdotes e emissários do “oculto” nas sociedades ainda plenamente dominadas pelas forças da natureza. A religiosidade hipertrofiada, assim, forma de expressão da hierarquia social do período, reafirmava o poder de um segmento da sociedade que tinha como prerrogativa enxergar o que não se via e falar com quem não se escutava<sup>94</sup>. O circuito mando-obediência

---

<sup>93</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 406

<sup>94</sup> A reflexão de Adorno, claro, é bem mais rica do que o ponto ressaltado, dedicando-se a capturar a dialética do processo de esclarecimento encetado pela revolução das luzes. Em certo nível de análise, assim como os sacerdotes que entravam em contato com o invisível, os intelectuais modernos também conjuram explicações e teses pouco visíveis a maioria dos não-iniciados em suas tradições. Neste sentido, por conseguinte, a subsunção do social ao domínio do esclarecimento carrega consigo, potencialmente, a edificação de um novo tipo de hierarquia, assentada nessas premissas do novo tipo de saber oculto socialmente dominante. A compreensão dialética do processo, assim, lembra a expansão do conhecimento sobre a natureza e a sociedade, derivada do trabalho intelectual revivido em novos termos pela razão, mas não esquece os efeitos deletérios que estão no verso da história. Efeitos esses que engendram um novo tipo de autoritarismo, tecnocrático, além de gerar as condições de possibilidade de manipulação da natureza

que daí resultava, porém, deve ser entendido como produto e produtor de uma formação histórica particular, assentada em modos de produção distintos do capitalismo. Dessa forma, se o trabalho intelectual como fundamento da prerrogativa do mando não é uma criação do capital, o modo de exercício dessa função na produção de valor deve ser considerado sob seu jugo. Na sequência do trecho glosado acima, diz-nos o autor

Todo trabalho imediatamente social ou coletivo em grande escala requer, em maior ou menor medida, uma direção que estabeleça a harmonia entre as atividades individuais e cumpra as funções gerais que resultam do movimento do corpo produtivo total em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos. Um violinista isolado dirige a si mesmo, mas uma orquestra requer um regente. Essa função de direção, supervisão e mediação torna-se função do capital assim que o trabalho a ele submetido converte-se em trabalho cooperativo. Como função específica do capital, a direção assume características específicas<sup>95</sup>.

Primeiro, como a função social do capital é se reproduzir em maior escala, a direção capitalista organiza a produção com o fito de ampliar a extração de mais-valor. Segundo, dada aquela maior resistência do trabalho nas condições em que se radica a concentração espaço-temporal da produção, passa a ser também atribuição desta posição no processo produtivo o controle da agitação proletária, inclusive preventivo, poderíamos aqui acrescentar<sup>96</sup>.

O comando do capitalista – sentença Marx – não é apenas uma função específica, derivada da natureza do processo social de trabalho e, portanto, peculiar a esse processo, mas, ao mesmo tempo, uma função de exploração de um processo social do trabalho, determinada pelo antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração<sup>97</sup>.

---

para fins de morte e exploração, como os genocídios, as guerras e as grandes indústrias capitalistas não deixam esquecer. ADORNO, T. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985

<sup>95</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 406

<sup>96</sup> Este é um elemento importante para a minha tese. Recupero-o mais abaixo, mas gostaria de destacar, neste altura, que considero as *técnicas* de reorganização produtiva e de debelamento das contestações proletárias igualmente como produtos de um saber técnico, vinculado, portanto, ao exercício do “trabalho intelectual”. Este se difere daquele “trabalho morto” empregado na produção na forma de máquinas por ser resultado de um ramo diferente de exercício do trabalho intelectual.

<sup>97</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 406



Para os fins do meu argumento, pouco importa se esta função é posteriormente repassada a uma seção dos trabalhadores, tornada *gestora* por obra dos capitalistas – como, no mais, reconhece Marx, ciente, inclusive, do potencial político desta diferenciação lançando confusão nas fileiras proletárias<sup>98</sup>. A construção de um processo produtivo hierarquizado condicionado por uma cadeia vertebrada por circuitos de mando-obediência é o resultado já verificado nos primórdios da produção capitalista (e que se torna também pré-condição para seu funcionamento). A letra marxiana rejeita a necessidade de sua existência em formas de produção para além do capital. Em nota de rodapé, são apresentados os exemplos da Wirework Company of Manchester, registrado em maio de 1866, e da Sociedade dos Pioneiros Justos, formada em Rochdale, ao norte de Manchester, em 1844. Em ambos os casos, como anota Marx à margem, foram comprovadas as capacidades de autogestão dos trabalhadores que ampliaram a capacidade produtiva, reduziram o desperdício de materiais e, no processo, não deixaram qualquer lugar para “patrões”<sup>99</sup>. Até onde se conhece, não foram criadas hierarquias pela diferenciação entre tipos distintos de *trabalho*. Essas experiências revelam, ainda, o caráter ideológico daquela distinção entre trabalhos intelectual e manual, ratificando na prática que o oposto real do trabalho é o ócio.

A ascensão do trabalho intelectual no capitalismo está geneticamente ligada às relações sociais de produção que emergem com a manufatura. É ela que produz o trabalhador “virtuoso” e “detalhista” quando reproduz sistematicamente a diferenciação “natural-espontânea” dos ofícios<sup>100</sup>. A fragmentação do processo produtivo, consequência da introdução de aprendizes e ajudantes nas oficinas, em um só lance, aumenta a produtividade

---

<sup>98</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 407.

<sup>99</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 406-407.

<sup>100</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 414.

e aprimora tecnicamente os trabalhos, gerando, como condição de possibilidades, a complexificação do mundo do trabalho expressa no aparecimento de diferentes profissões. Sempre segundo nosso autor, este “trabalhador coletivo” resulta da combinação de muitos trabalhadores parciais, e a diferenciação interna dos ofícios torna a habilidades requeridas para a execução das tarefas desigualmente distribuídas entre a classe trabalhadora. Assim, temos que, em um grupo de posições do processo produtivo, a força se destaca; noutra, a destreza; em um terceiro, “a força mental”, etc 101 . Marx sintetiza algumas das consequências sociais do processo em tela.

Como as diferentes funções do trabalhador coletivo podem ser mais simples ou mais complexas, inferiores ou superiores, seus órgãos, as forças de trabalho individuais, requerem diferentes graus de formação e possuem, por isso, valores muito diferentes. A manufatura desenvolve, assim, uma hierarquia das forças de trabalho, a que corresponde uma escala de salários. Se de um lado o trabalhador individual é apropriado e anexado vitaliciamente a uma função unilateral, de outro as diferentes operações laborais daquela hierarquia são adaptadas às suas habilidades naturais e adquiridas. Todo processo de produção requer, no entanto, certas operações simples que qualquer ser humano é normalmente capaz de executar. Também tais operações são agora destacadas de sua conexão fluida com os movimentos mais plenos de conteúdo da atividade e ossificadas em funções exclusivas<sup>102</sup>.

Nesta altura de sua reflexão, o autor está mais atento ao movimento do capital em sua valorização “adicional” – não esqueçamos seu objetivo de compreender a formação do mais-valor relativo. Contudo, já compreende o papel importante para reprodução da ordem desempenhado pela diferenciação no mundo do trabalho. A formação do trabalhador qualificado, assim, é o anverso da força de trabalho não qualificada, “ossificada” nas funções simples da cadeia produtiva. O resultado do ponto de vista da valorização do valor é a redução dos custos da mão de obra, dados, por um lado, a formação de funções simples que “qualquer ser humano é normalmente capaz de executar”, e, por outro, o barateamento da qualificação

---

<sup>101</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 423.

<sup>102</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 424.

do trabalhador especializado, em vista da parcialização do processo produtivo<sup>103</sup>. Para nosso objetivo, convém reter que a hierarquização em circuitos de mando-obediência de tipo capitalista corresponde àquele movimento de formação de postos de comando lastreados em um saber específico – ora de “gestão e controle do trabalho”, ora da “técnica” de um ofício especializado. Em um nível relativamente mais geral, temos aqui a base da difusão de um campo de trabalho que lida essencialmente com a produção de saber, ainda que este possa se fragmentar em ofícios privados sem perder seu traço distintivo, qual seja, a produção de conhecimento que legitima o mando. Por outro lado, a noção de separação entre diferentes tipos de trabalho expressa contradições reais que são postas no seio da classe trabalhadora pelo capital, mesmo nos primeiros momentos de sua existência sob o capitalismo.

Por entender a manufatura como espécie de condensação das relações sociometabólicas de tipo capitalista, Marx vê na divisão social do trabalho desencadeada ali chave para a compreensão do papel social da maquinaria e da grande indústria. Assim, se “a maquinaria específica do período da manufatura”, destaca, “permanece sendo o próprio trabalhador coletivo”, com a grande indústria, as máquinas de ferro e valor dominam a paisagem, consubstanciando diversas ferramentas e etapas do processo produtivo em uma. Em nível elementar e do ponto de vista do capital, as relações sociais que marcam a sociedade industrial já estão contidas embrionariamente naquela produção artesanal. As invenções tecnológicas da época fabril, assim, são “*trabalho morto*”, *mas não qualquer trabalho*. Trata-se, em vez disso, de trabalho subsumido a relações sociais de produção específicas, como, no mais, qualquer tecnologia. Dito de outras forma, se as relações de produção vigentes na

---

<sup>103</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 424.

manufatura são de um tipo relativamente mais simples, os mesmos elementos aparecem, na grande indústria, em nível mais concentrado.

Já haviam mules, máquinas a vapor etc. antes de haver quaisquer trabalhadores ocupados exclusivamente com a construção de máquinas a vapor, mules etc, assim como o homem usava roupas antes de existirem alfaiates. Mas as invenções de Vaucanson, Arkwright, Watt etc. só puderam ser realizadas porque esses inventores encontraram à sua disposição, previamente fornecida pelo período manufatureiro, uma quantidade considerável de hábeis trabalhadores mecânicos. Uma parte desses trabalhadores era formada de artesãos autônomos de diversas profissões, e outra parte já se encontrava reunida em manufaturas, onde, como já mencionado, a divisão do trabalho dominava com especial rigor. Com o aumento das invenções e a demanda cada vez maior por máquinas recém-inventadas, desenvolveu-se progressivamente, por um lado, a compartimentação da fabricação de máquinas em diversos ramos autônomos, e, por outro, a divisão do trabalho no interior das manufaturas de máquinas. Na manufatura, portanto, veos a base técnica imediata da grande indústria. Aquela produziu a maquinaria, com a qual esta suprassumiu [*aufhob*] os sistemas artesanal e manufatureiro nas esferas de produção de que primeiro se apoderou<sup>104</sup>.

A reunião de diversas etapas de processo produtivo e variadas ferramentas em um ponto específico do percurso da produção ilustra metaforicamente aquela concentração<sup>105</sup>. Além disso, transforma novamente o mundo do trabalho de tipo capitalista, ainda que, como defendi acima, suas características mais simples sigam as mesmas. Ofícios são eliminados pela maré montante de mecanização, enquanto novas tarefas são ressuscitadas em novos termos – processo, no mais, identificável nas diversas reestruturações produtivas da história do capitalismo. O percurso do argumento parece levar Marx a indicar que o desenvolvimento de ofícios ligados ao trabalho intelectual aplicado à produção estaria na face oculta da expansão capitalista. Assim, a geração de saberes, de um processo descentralizado, centralizar-se-ia em ofícios específicos, preenchendo papel de impulsionador da acumulação no processo produtivo, o que, claro, não elimina a existência de empreendimentos individuais e isolados à margem daqueles postos institucionalizados.

---

<sup>104</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 455-456.

<sup>105</sup> Não confundir com concentração de capital, processo também aludido na seção IV do livro 1 de O Capital.

Mas a grande indústria não é, em certo sentido, o progresso da manufatura apenas por desenvolver o trabalho intelectual aplicado à produção de valor. A concentração e a centralização de capital, processos que, nesta altura do desenvolvimento capitalista, ganham impulso, reforçam a atração do mundo do trabalho em direção ao capital. Assim, se a acumulação capitalista se expressa, na letra marxiana, pelo advento de “de máquinas que geram máquinas”; na contraface do processo estão as invenções, criações e aperfeiçoamentos obras do trabalho intelectual a serviço do capital. Ao passo que se desenvolve e se fragmenta em muitos ofícios distintos e especializados, todos imantados direta ou indiretamente pelo sociometabolismo capitalista, o trabalho intelectual tende a aprimorar o tipo de conhecimento sobre a natureza que a sujeita aos ditames da valorização do valor. Como resultado, a centralização e a concentração de capital são impulsionadas, o que aumenta a atração deste sobre o mundo do trabalho, incluindo aqui a produção de saber. A expressão mais imediata deste processo é a série de “revolucionamentos” que engendram transformações na cadeia produtiva e na própria composição do capital<sup>106</sup>.

A grande industria teve, pois, de se apoderar de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Somente assim ela criou sua base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés. Com a crescente produção mecanizada das primeiras décadas do século XIX, a maquinaria se apoderou gradualmente da fabricação de máquinas-ferramentas. No entanto, foi apenas nas últimas décadas que a colossal construção de ferrovias e a navegação oceânica a vapor deram à luz as ciclópicas máquinas empregadas na construção dos primeiros motores (MARX, 2013, p. 458).

Neste nível de análise, de fato, a “condição mais essencial de produção para a fabricação de máquinas por meio de máquinas era uma máquina motriz capaz de gerar qualquer potência e que fosse, ao mesmo tempo, inteiramente controlável” (MARX, 2013, p. 458). Do ponto de vista do capital, assim, o desenvolvimento relativamente

---

<sup>106</sup> MARX, K. *Op cit.* 457-458.

autônomo de ofícios práticos do trabalho intelectual aparece como elemento impulsionador da acumulação pela capacidade de engendrar um domínio tipicamente capitalista sobre a natureza, colocando-a ao serviço da valorização do valor. A centralização de capitais na mão de um capitalista individual ou de uma sociedade de capitalistas, via ações, maximiza as possibilidades de investimento em tecnologia, ao passo em que gera demanda por saberes mais variados e complexos sobre os processos produtivos, a natureza, as máquinas, etc. O resultado mais aparente é o advento de tecnologia cada vez mais complexa, modificando os processos produtivos em um percurso contraditório, que aumenta as barreiras de ingresso no clube da classe dominante, dado o custo crescentemente elevado da maquinaria de ponta que compõe as unidades produtivas. Indicando esta tensão entre acúmulo de trabalho intelectual *morto* e capital, Marx lembra que o mundo em que viveu ainda careceria de ferrovias não fossem as manifestações da lei geral de acumulação capitalista, que preside a centralização e a concentração de capital<sup>107</sup>.

Neste sentido,

as massas de capital fundidas entre si da noite para o dia por obra da centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente, convertendo-se, com isso, em novas e poderosas alavancas da acumulação social. Por isso, quando se fala do progresso da acumulação social, nisso se incluem – hoje – tacitamente os efeitos da centralização<sup>108</sup>.

Convém retomar, de modo a destacar, a natureza dessa aceleração, ponto onde reside o cerne do meu argumento. Como diz Marx no trecho destacado, as massas de capital centralizadas se reproduzem mais rapidamente do que as os capitais descentralizados. Por qual razão? Porque esse capital muscularizado, contando com apoio de sociedades de ações, crédito, Estado e da própria dinâmica expansiva do capitalismo, aplica mais tecnologia no

---

<sup>107</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 703.

<sup>108</sup> MARX, K. *Op cit.* p. 703.

processo produtivo, aumentando a produtividade, a rotatividade do capital e o mais-valor relativo. É precisamente esta uma das forças de atração do trabalho intelectual em direção ao núcleo do capital, cuja expressão mais óbvia é o financiamento de pesquisas. Se parte dos partícipes daquele campo tenta se distanciar de influências “externas” (inclusive do capital) em nome de um conhecimento distanciado da natureza e da sociedade, fazem-no também em busca da legitimidade do próprio campo e de um *ethos científico* construído historicamente como autorregulador dessa atividade.<sup>109</sup> Em outras palavras, a partir de Marx, podemos perceber a capacidade “espiralada” de acumulação baseada na manipulação despótica da vida e dos seres pelo capital, com o trabalho intelectual em patamar destacado de direção do processo produtivo, mas respondendo aos ditames da reprodução ampliada e, logo, subsumido ao despotismo burguês.

De outro ponto de vista, no mesmo processo, há o trabalho que gera sistematicamente os conhecimentos necessários a expansão do capital – incluindo a construção de máquinas, mas não se limitando a ela. No seu desenvolvimento, vemos a formação daquele grupo de trabalhadores especializados na criação dos elementos técnicos imprescindíveis não só à mecanização, pela manipulação especializada da natureza, mas de organização de qualquer processo produtivo, do simples ao complexo. A fragmentação do trabalho social institucionaliza, e disso Marx estava ciente, o saber técnico como elemento central do sociometabolismo capitalista. Não apenas nas ciências naturais, é importante ressaltar, mas também nos ramos de conhecimento dedicados à compreensão da sociedade e da cultura, armas importantes para a ação despótica do trabalho intelectual que dirige empresas e contém

---

<sup>109</sup> E aqui a análise de Merton parece descrever eficientemente uma das aparências do processo, ainda que descure o movimento interno que torna os dois objetos sociais, a saber, ciência e capitalismo, desiguais na sua interdependência, dada a força maior de determinação do ser social detida pelo segundo.

conflitos de classe<sup>110</sup>. As manifestações do conhecimento posto a serviço do capital, assim, são identificadas na organização da produção com o fito de dirimir eventuais conflitos entre trabalho e capital; na busca pela maximização da eficiência produtiva, assegurando tanto a velocidade de rotação de capital quanto o aumento da extração de valor – diferentes lados do processo de reprodução ampliada do capital; do domínio ampliado sobre a natureza, com o fito de transformá-la sob os desígnios daquele modo de produção. Temos, assim, que a atividade *intelectual* é atraída para a esfera de influência do capital, com seus diferentes ofícios exclusivos sendo afetados, mais ou menos diretamente, pela dinâmica de acumulação – incluindo aqui os que são afetados por se oporem a ela. A concentração e a centralização, nesse sentido, reforçam aquela atração. Se o trabalho intelectual para o capital organiza e amplia em escala aquela acumulação, os efeitos do seu trabalho se voltam contra si. Pouco importa que em seu primórdio as instituições modernas dedicadas ao seu exercício tenham tentado se distanciar da produção de valor<sup>111</sup>. Como acima mencionei, a tensão entre *influências externas e autonomia da prática científica*, identificada mesmo pela sociologia da ciência tradicional, revela a centralidade do capital no mundo contemporâneo, bem como as contradições do campo, que se legitima enquanto esfera social particular pela busca de distanciamento em relação ao reino da “economia”, mas cujo principal motor tem sido a

---

<sup>110</sup> Wanderson Chaves mostra como, no ambiente Guerra Fria, o Departamento de Estado estadunidense coordenou ação ideológica e doutrinal de um conjunto de fundações privadas, dentre elas a Fundação Ford, escalada para defender os pilares do chamado *modo de vida americano* dentro e fora do país. Para tanto, a produção de conhecimento foi vista como principal fronteira de luta, sobretudo pela cooptação de intelectuais e especialistas das ciências sociais, que deveriam produzir conhecimento adequado à costura de visões de mundo compatíveis com o capitalismo e a democracia liberal. Ver: CHAVES, Wanderson. **A Questão Negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)** Curitiba: Appris, 2019.

<sup>111</sup> Com efeito, as primeiras descobertas da Royal Society de Londres, isto é, transfusão de sangue entre os animais e a microbiologia, por exemplo, não tinham vinculação imediata com o desenvolvimento fabril verificado principalmente no norte da Inglaterra. A tensão entre a maior ou menor dependência do campo científico em relação a outras “esferas” da sociedade, no mais, marca a produção da sociologia da ciência, de Merton e Kuhn a Bourdieu e Latour.



acumulação capitalista. Nesta altura da explanação, importa perceber a interrelação – ainda que certamente em níveis diferenciados – entre capital e conhecimento do mundo social e natural. O que me parece chave na questão é que se, como vimos, esses produtos do saber atuam positivamente no processo de acumulação capitalista, sendo, pois, um tipo específico de conhecimento sobre a natureza importante para sua dinâmica expansiva, de outro ponto de vista o distanciamento do campo científico que vai se formando é também importante para o emprego da técnica ao mundo produtivo – isso porque o reforço de um *ethos científico autorregente* atua como força de atração de trabalho para a área, como o esforço em patentear o afastamento entre aqueles espaços sociais parece contraditoriamente revelar.

O tipo de exercício do trabalho intelectual que emerge da produção capitalista, assim, ergue um novo padrão de mando-obediência. Não é que o capitalismo inaugure a cisão entre trabalho intelectual e manual, assim entendidos, mas se aproveita desta diferenciação para acelerar a produção e a extração de valor. Em alguma medida, assim, os técnicos do conhecimento burguês, *mutatis mutandis*, assemelham-se aos sacerdotes em outros regimes de saber, como demonstrado por Adorno. A legitimidade de suas atividades é extraída da capacidade de enxergar e compreender o que não está imediatamente dado.

O advento dos *tanques de pensamento*, por sua vez, é por mim entendido como fruto desta etapa histórica. Se adotarmos uma visão alargada sobre o conceito de tecnologia, como aqui fizemos<sup>112</sup>, ao ponto de incluir, dentre outras modalidades, a organização da produção,

---

<sup>112</sup> Lembrar que O senso comum entende tecnologia como produto vinculado estreitamente ao mundo produtivo, da economia, da natureza; aqui defendemos que tecnologia é o estudo das técnicas, estas significando dispositivos aprendidos pelos seres humanos em sociedade. A ciência e seus produtos não passam de, respectivamente, trabalhos vivo e morto, cujo sentido social é determinado pelo modo de produção no qual repousam. Se o trabalho intelectual no capitalismo é principalmente trabalho para o capital, dados os elementos aqui discutidos, temos que a reprodução ampliada do capital está matricialmente inscrita como potencialidade no sóciometabolismo da ciência. Por outro lado, o descompasso entre a capacidade de captura do saber pelo capital e a dinâmica de produção do conhecimento, esta irreduzível naquela tendência, permite, pelo menos em

86

das instituições sociais e, por fim, o conhecimento mesmo da sociedade em geral, aquelas entidades, assim, atuariam na interface entre diferentes níveis de produção de saber em sua dinâmica mais geral de atração e repulsão do capital, ainda que com particularidades que devam ser apontadas. Esses elementos em seu conjunto, encarnam a dinâmica real da reprodução do capital; ou, em outras palavras, presidem parcialmente a entificação da lei geral de acumulação capitalista. São tão importantes quanto aqueles “gerais no campo de batalha” da produção fabril a que Marx fazia referência - por incorporar e expandir parte de suas funções, talvez representem atualmente uma patente superior àquela. Ao longo desta tese, indicaremos aqui e ali papéis desempenhados pelos *tanques de pensamento* não só na geração de valor, posto serem *loci* de trabalho intelectual que, dentre outras tarefas, dinamiza a produção capitalista pela recriação de um ambiente social otimizado para a expansão do capital, como também na reprodução da sociabilidade burguesa. No terceiro capítulo desta tese, observaremos como, no tratamento da problemática da “coesão social”, as classes dominantes instrumentalizaram o saber adquirido pela expansão capitalista e seus conflitos, a fim de sustar preventivamente óbices à acumulação, principalmente no terreno das tensões sociais despertadas pelo próprio movimento do capital. No que resta deste capítulo, porém, gostaria de sugerir que o advento dos tanques de pensamento expressa também o desenvolvimento do trabalho intelectual para aquele novo tipo de *gestão* estatal de que falaram Dardot e Laval (2016), bem como o desenvolvimento germinal de um autoritarismo de novo tipo, assentado na capacidade reconhecida de manipulação de saberes.

---

teoria, surgir tecnologia anticapitalista, como defende a teoria crítica da tecnologia. Ver: FEENBERG, A. **Critical Theory of Technology**. Oxford: Oxford Printing Press, 1991.

## 1.5 Os tanques de pensamento entre a fábrica e o Estado

Como vimos, a divisão social do trabalho de tipo capitalista consubstancia trabalho intelectual na e com a direção do processo produtivo, formulando um tipo específico de circuito de mando-obediência que faz o “trabalhador intelectual” encarnar parte do despotismo do capital sobre o trabalho, fantasiando-o de autoridade *técnica*. Na outra ponta do processo, temos o Estado moderno, cuja inserção neste debate foi melhor feita pelas reflexões de Nicos Poulantzas. De acordo com elas, esta forma histórica de organização do poder político tem origem na divisão social do trabalho de tipo capitalista, com a consequente forma específica de cisão entre trabalho intelectual e manual e subsunção deste àquele, bem como de ambos ao capital<sup>113</sup>.

Assim, se em *O Estado, o poder, o socialismo*, Nicos Poulantzas investiga a especificidade do que chama de Estado Moderno, tentando entender a sua genealogia e seus traços distintivos em relação a outras formas históricas de expressão do poder político, é por compreendê-lo como um *aparelho especial*, formalmente distinto de instituições de dominação de épocas anteriores<sup>114</sup>

Aparelho especializado, centralizado, de natureza especificamente política, consistindo num agrupamento de funções anônimas, impessoais e formalmente distintas do poder econômico, cujo agenciamento apóia-se numa axiomatização de leis- regras que distribuem os domínios de atividade, de competência e numa legitimidade baseada nesse corpo que é o povo-nação. (...) Especificidade, portanto, do Estado moderno que está ligado precisamente a esta separação relativa do político e do econômico, e a toda uma reorganização de seus espaços e

---

<sup>113</sup> Neste sentido, a aceitar as conclusões deste autor, o processo identificado por Dardot e Laval acima comentado seria o desenvolvimento de uma trajetória anterior, uma vez que a relação entre técnica, autoridade e exercício intelectual não seria um produto novo dos anos 1970, mas acompanharia a estruturação dos aparelhos políticos de tipo “moderno”.

<sup>114</sup> Importante destacar que, para Poulantzas, o Estado Representativo Moderno não implica necessariamente regime democrático. Trata-se, em vez disso, de um modelo de poder político que extrai sua legitimidade da representação do “povo-nação”. Neste sentido, a diferença específica entre este tipo de Estado e a “Monarquia Absolutista”, a qual ele se refere, é que, no último caso, a vontade do monarca, e, por seu intermédio, da divindade, é o pilar do saber legítimo e, logo, dos aparelhos que concentram o trabalho intelectual no período histórico de seu desenvolvimento.

respectivos campos, implicada na total espoliação do trabalhador direto nas relações de produção capitalistas” (POULANTZAS, 1981, p. 51-52)

Se outras formas de poder se associavam diretamente ao poder “econômico” da classe dominante, o modo de produção capitalista permite a formação de um corpo de técnicos e burocratas que, não se confundindo com os proprietários de meios de produção *stricto sensu*, torna o aparelho Estatal funcional aos seus interesses, ainda que ele permaneça relativamente autônomo.

Essa observação de caráter elementar encontra sua explicação na obra de Poulantzas por sua referência à discussão de Marx, debatidas parcialmente na seção anterior. Embora o Estado capitalista seja importante organizador e reproduzidor da circulação de mercadorias, sua novidade e seu fundamento característicos, por conseguinte e como dificilmente poderia deixar de ser, residiriam na esfera da produção<sup>115</sup>. Como vimos, tais relações conformam uma “reorganização prodigiosa da divisão social do trabalho”, qual seja um novo tipo de cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, desta feita vinculada ao mundo da produção de valor<sup>116</sup>. Recuperando Marx, Poulantzas torna este o nervo central de sua análise do Estado no capitalismo. Sem essa forma de divisão social do trabalho – inclusive e sobretudo entre trabalho manual e trabalho intelectual aplicado à produção de mercadorias – esta forma de organização do poder político não seria possível. Assim, se o Estado Moderno conta com quadros dedicados puramente ao exercício deste tipo de poder, é porque a relações

---

<sup>115</sup> A discussão sobre o trabalho intelectual é central para a concepção de Estado capitalista formulada em O Estado, o poder, o socialismo. Não sem razão Poulantzas abre o capítulo dedicado a discutir a materialidade institucional do Estado por aquela reflexão. As conclusões políticas mais dramáticas serão expostas na quarta parte, que encerra esta grande obra. Na ocasião, o autor debate o que chama de *estatismo autoritário*, isto é, o processo de vedação da influência democrática sobre certos aparelhos do Estado cujo sociometabolismo é extraído do domínio de técnicas inacessíveis às “massas populares”. Ver: POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Graal: Rio de Janeiro, 1981, p. 207-253

<sup>116</sup> POULANTZAS, *Op. cit.*, p. 52

sociais de produção que encarnam sua anatomia permitem a alocação de força de trabalho no exercício do saber legítimo<sup>117</sup>.

Diferentemente de definições mais apressadas sobre essa divisão, o autor não aparta os dois tipos de trabalho de maneira “empírico-naturalista”, isto é, “como uma cisão entre os que trabalham com suas mãos e os que trabalham com sua cabeça” (POULANTZAS, 1978, p. 52). Como visto acima, Antônio Gramsci já havia ressaltado a inadequação da observação, uma vez que mesmo o *mais manual* dos trabalhos envolve dispêndio de energia mental – e, portanto, inclusive do ponto de vista biológico, também é intelectual (GRAMSCI, 2003c). A cisão operada é eminentemente, portanto, *político-ideológica*, isto é, revela muito menos uma distinção essencial do que uma separação política. A repartição entre trabalho manual e trabalho intelectual, por conseguinte, está “ligada à espoliação completa do trabalhador direto de seus meios de trabalho”, além de representar a condensação do saber no polo do trabalho intelectual, o que não significa aqui a cristalização efetiva e essencial do saber neste polo, *mas revela a concentração da capacidade de se decidir sobre o que é o saber legítimo*<sup>118</sup>. O que tem como efeito,

a) a separação característica dos elementos intelectuais e do trabalho realizado pelo trabalhador direto, trabalho que, nesta distinção do trabalho intelectual (o saber) recobre assim a forma capitalista de trabalho manual; b) a separação da ciência do trabalho manual enquanto, a “serviço do capital”, tende a tornar-se força produtiva direta; c) as relações particulares entre ciência-saber e as relações ideológicas, ou seja a ideologia dominante, não apenas no sentido de um saber mais “ideologizado” que antes, nem simplesmente no sentido de uma utilização político-ideológica do saber pelo poder (isso sempre aconteceu), mas no sentido de uma legitimação ideológica do poder instituído na modalidade de técnica científica, ou seja, a legitimação de um poder como decorrente de uma prática científica racional; d) as relações orgânicas estabelecidas doravante entre o trabalho intelectual assim

---

<sup>117</sup> Para enfatizar como a burocracia estatal compõe o conjunto de *intelectuais*, Poulantzas lembra o uso dos saberes codificados embutidos nas rotinas administrativas, dos mais básicos, como a escrita, aos mais específicos, como as tecnicidades setoriais. Acrescentaríamos, ainda, que a maré montante da busca pela *eficiência* no Estado revela a importância dos saberes, prisma por meio do qual as práticas são gerenciadas.

<sup>118</sup> POULANTZAS, *Op. Cit.*, p. 52

separado do trabalho manual e as relações de dominação políticas, em suma entre o *saber* e o *poder* capitalistas (POULANTZAS, 1981, p. 52-53)

O Estado capitalista, por conseguinte, representa a cristalização do novo tipo de trabalho intelectual, surgido, como vimos, da diferenciação de ofícios na manufatura. Desta perspectiva, o exercício do poder estatal é inseparável do exercício do saber e se confunde constantemente com ele. Com efeito, a concentração do saber *é o averso* da expropriação do saber, o que enseja uma relação de poder com exercício necessário da obediência. É pelo saber estar concentrado em um determinado polo que o outro, desprovido do conhecimento legítimo, deve acatar e seguir ordens. Daí o Estado ter uma miríade de aparelhos ditos técnicos – e que são *efetivamente* técnicos, em um determinado nível de análise e abstração -, cuja função é “gerir a sociedade” ao passo em que reforça o circuito estruturado em torno da antinomia mando-obediência.

*O Estado encarna no conjunto de seus aparelhos, isto é, não apenas em seus aparelhos ideológicos mas igualmente em seus aparelhos repressivos ou econômicos, o trabalho intelectual enquanto afastado do trabalho manual: o que se torna evidente quando se sai da distinção naturalista-positivista trabalho manual/trabalho intelectual. (...) Esse Estado, afastado das reações de produção, situa-se precisamente ao lado do trabalho intelectual ele mesmo separado do trabalho manual: ele é o corolário e o produto desta divisão, ao deter um papel próprio em sua constituição e sua reprodução (POULANTZAS, 1981, p. 53).*

O Estado capitalista, assim, é produto das relações sociais de produção capitalista, que ensejam precisamente a concentração do saber em um dos polos da relação trabalho intelectual-trabalho manual. Como resultado desta consagração, apoia-se em seu desenvolvimento, reproduzindo, por um lado, a tendência de apropriação de conhecimento pelo capital; por outro, os circuitos de mando-obediência cujas pontas são ocupadas, respectivamente, pelo trabalho intelectual e pelo trabalho manual. Por conseguinte, ainda que não reúna o exercício de todo o trabalho intelectual nascido da divisão social do trabalho no interior do capital, o Estado se converte em importante difusor das mesmas relações,

tornando-se um dos pilares daquela hierarquia que separa os que mandam dos que obedecem<sup>119</sup>.

Aqui considero a análise de Poulantzas sobre o Estado muito interessante, e ela será base do restante do desenvolvimento desta tese. Todavia, parece-me que essas reflexões do autor pecam no que diz respeito ao sociometabolismo dos produtos do trabalho intelectual na “sociedade” e no “Estado”, nas definições mais comuns destas instâncias da vida social. O Estado é, com efeito, *locus* da difusão de ideias, hábitos, princípios e toda sorte de normas de convivência que organizam a vida sob o capitalismo. Mas como ele seleciona determinados hábitos e princípios em detrimento de outros?

Neste terreno, as contribuições de Antônio Gramsci foram fundamentais e inauguraram, direta ou indiretamente, uma área de pesquisa fértil. Acima já apresentei de passagem alguns trabalhos que, lançando mão declaradamente do instrumental teórico gramsciano, fizeram o conhecimento daquela relação entre sociedade civil e sociedade política avançar. Há, entretanto, outros que, nem sempre citando diretamente as contribuições

---

<sup>119</sup> O supracitado trabalho de Poulantzas, além dos elementos já aqui apresentados, identifica ainda uma dinâmica contraditória operada essencialmente pelo Estado. Tendo em mente o processo de parcialização radicado nas relações sociais de produção, durante as quais, pela expropriação do trabalhador de seus meios de vida, o indivíduo aparece “livre” de quaisquer compromissos, o autor lembra que aquele *aparelho especial*, por um lado, atua positivamente na individualização do corpo político; atuação exemplificada pela eleição de representantes e pela responsabilização individual frente ao império da lei. Por outro, reúne magicamente o povo-nação em um conjunto de representantes e práticas institucionais, reafirmando, no processo, a prerrogativa de direção do Estado sobre aquele mesmo corpo político, dada a relativa debilidade dos indivíduos-cidadãos isolados. Assim, se o trabalho intelectual é igualmente o trabalho de coordenação de esforços de outro modo dispersos, o Estado, além de sua síntese máxima, também é executor específico, no nível político, do exercício de trabalho intelectual em uma sociedade capitalista – isto é, uma sociedade regida pela lei do valor derivada da fragmentação do processo produtivo. Mas isso não é tudo. Dada a individualização grassante, o trabalho de coordenação deve ser necessariamente individual, o que rejeita, de partida, esforços coletivos na coordenação-execução de tarefas, reafirmando, por este expediente, a diferenciação tanto no mundo produtivo quanto na esfera da política institucional. Assim, se à primeira vista o Estado aparece como grande coordenador, ao reduzir a escala de análise o exercício de coordenação é atributo de indivíduos específicos – daí a importância tendencial do “pessoal do Estado” e da administração pública no intercurso da obra em debate, que, claro, adquire o estatuto identificado na reflexão sobre o *estatismo autoritário*, cara ao autor, devido à debilidade relativa de suas contratendências.

do marxista sardo, atuaram em sentido homólogo e têm com ele dívidas intelectuais. Dardot e Laval, aqui já referenciados, inserem-se neste grupo. Com efeito, ao refletirem como a *razão neoliberal* se tornou norma de uma *nova forma de gestão pública*, os autores lembram o papel dos *intelectuais orgânicos*, conceito de Antônio Gramsci, que, contudo, não é referenciado no livro. Dizem eles:

Especialistas e administradores políticos dóceis, que, nos diferentes campos em que deveriam intervir, instauraram os novos dispositivos e modos de gestão próprios do neoliberalismo, apresentando-os como técnicas políticas novas, guiadas unicamente pela busca de resultados benéficos para todos. Esses 'intelectuais orgânicos' do neoliberalismo, afirmando-se ora de direita, ora de esquerda, ou sucessivamente um e outro, tiveram um papel-chave na naturalização dessas práticas, em sua neutralização ideológica e, por fim, em sua implantação prática. Células de pesquisa, inúmeros colóquios, amplas operações de formação de quadros da função pública, produção e difusão maciça de um léxico homogêneo, verdadeira *língua franca* das elites modernizadoras, acabaram por impor o discurso ortodoxo da gestão. Mas não nos enganemos: as políticas neoliberais não foram implantadas em nome da 'religião de mercado', mas em nome de imperativos técnicos de gestão, em nome da eficácia, ou até mesmo da 'democratização' dos sistemas de ação pública. As elites convertidas à racionalização das políticas públicas desempenharam o papel principal, com a ajuda, evidentemente, do conjunto dos aparelhos de fabricação do consentimento que retransmitiram seus argumentos a favor da 'modernidade'<sup>120</sup>.

No conjunto de aparelhos de fabricação do consentimento constam os *tanques de pensamento*, como fica evidente em outros trechos da obra, principalmente quando da apresentação da origem das difusão de ideias de Mises, Hayek, e companhia<sup>121</sup>. Eles também integram as reflexões de Elizabeth Cancelli, cujo interessante trabalho também tem dívida com Gramsci, que não é citado, e René Dreifuss, este sim referenciado. É o caso de suas reflexões sobre o que ela chama de *guerra fria cultural*, campo de disputas entre organizações soviéticas e estadunidenses pelas *consciências* no pós-guerra. Cancelli destaca a importância da Fundação Ford no desenvolvimento das atividades do Congress for Cultural Freedom, organização que tentou rivalizar com associação de comunistas que atraíam

---

120 DARDOT e LAVAL, *op cit*, p. 231-232.

121 DARDOT e LAVAL, *op cit*, P. 205



intelectuais sobretudo na Europa, como o Congresso Mundial dos Partidários da Paz. Inicialmente projetado pela CIA, fundações de direito privado, como a Ford e a Rockefeller, apoiaram as iniciativas estadunidenses na área, após o envolvimento do Estado com o programa ter sido avaliado como prejudicial à sua influência<sup>122</sup>. Esses tanques de pensamento, agindo em coalização de esforços com o Departamento de Estado estadunidense, favoreceram representantes da esquerda “antissoviética”, estimularam a produção das ciências sociais críticas aos “totalitarismos” fascistas e comunistas e trabalharam em favor da captura de bandeiras potencialmente revolucionárias – como a “questão racial” – por agentes da ordem “livre” e “democrática”. No Brasil, as ciências sociais com função conservadora foram estimuladas, inclusive pela concessão de bolsas de estudo nos Estados Unidos por programas como o *Fullbright Exchange Program*, o *People-to-People Program*, o *Ambassador Program*, e o *Peace Corps*, que formaram uma camada de intelectuais predispostos a defenderem teses adequadas à estratégia estadunidense do período. Estes passaram a frequentar *tanques de pensamento* formados no país com o fito de assegurar reformas de Estado que estabilizassem a reprodução capitalista no país, cujo exemplo mais destacado no trabalho da autora é o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES)<sup>123</sup>.

Nesta chave de análise, os *tanques de pensamento* estiveram “por trás” dos grandes movimentos sísmicos que abalaram a América Latina pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial. Se golpes de Estado como o brasileiro de 1964 não podem ser entendidos sem referência ao IPES, também as *transições democráticas* que eclodem na região a partir dos anos 1970 se tornam resultado do embate entre diferentes organizações que disputam a

---

122 Ver: CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil na Guerra Fria Cultural**. O Pós-guerra em releitura. São Paulo: Intermeios, 2017.

123 CANCELLI, Elizabeth. *Op cit.* P. 89.

direção do processo. Beatriz Stolowicz (2005) evoca o papel dos *tanques de pensamento* na elaboração da tese dos *dois demônios*, que lastreou a ação política de *democratas* naquela quadra histórica. Por meio deles, idealizou-se o passado e o futuro: o regime político de matiz liberal era estendido para trás, como norma aviltada por tentações *populistas*, e à frente, como projeto. A democracia burguesa era apresentada como saída para a crise política. Mesmo algumas alas das esquerdas que combatiam o capitalismo aceitaram tais marcos para o debate, fazendo, então, com que o retorno ao regime democrático daquele tipo se tornasse a principal bandeira de luta. A operação, desta forma, foi fundamental para que o combate ao capitalismo perdesse terreno, e a questão do socialismo quedasse esmaecida, recoberta pelo entulho das “mais urgentes” lutas por abertura política. Além disso, favoreceu-se a identificação entre forma democrática burguesa e democracia enquanto tal. Importante ponto deste trabalho, assim, é a caracterização daquelas entidades e instutos de pesquisa como nós de uma rede de formulação e propagação dessas visões de mundo, do que se pode extrair o papel dos *tanques de pensamento* na (trans)formação de regimes políticos.

Outro campo de estudos aberto por aquela perspectiva se dedica a analisar a Comissão Trilateral, associação de burguesias da Europa Ocidental, América e Japão<sup>124</sup>. Assim, estudos indicam sua atuação na virada da política externa estadunidense nos anos 1970, quando então a superpotência ocidental passou a defender a democratização da América

---

<sup>124</sup> ASSMAN, Hugo; SANTOS, Theotônio dos; CHOMSKY, Noam (orgs.). A Trilateral. Nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis: Vozes, 1979; GILL, Stephen. **American hegemony and the Trilateral Commission**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990; SKLAR, Holly. **Trilateralism**. The trilateral commission and elite planning for world management. Boston: South and Press, 1980; SANTOS, Theotônio. **The multinational corporation**. Cell of a contemporary capitalism. Toronto: Laru, 1978. SKLAR, Holly (org.) **Trilateralism**. Managing dependence and democracy. Boston: South Press, 1980; HOEVELER, Rejane Carolina. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise**. Os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979). Dissertação de mestrado. Univesidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

Latina, então parcialmente imersa em regimes autoritários. Tais pesquisas apontaram que, por meio dessas associações burguesas, defendeu-se a construção de uma democracia para o capital, que favoreceria não só as burguesias locais dos países redemocratizados, mas principalmente a epítome do capitalismo<sup>125</sup>.

Nessa perspectiva, também o chamado neoliberalismo contou com uma rede de apoio da burguesia para se efetivar. Nessa questão, o trabalho de Daniel Mato é referência, principalmente por acrescentar às análises mais tradicionais sobre as reformas de Estado promovidas pelo Consenso de Washington – notadamente o papel do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial<sup>126</sup> - a atuação de outros intelectuais<sup>127</sup>. Formados em instituições cujas formulações foram pautadas pela burguesia, intelectuais das classes dominantes difundem sua ideologia como senso comum, seja pela grande mídia, seja por outras instituições de formação de consciência, como universidades e escolas<sup>128</sup>. Por conseguinte, o papel de entidades como os *tanques de pensamento* é, neste conjunto de trabalhos, fundamental para se entender os laços que unem a produção de saberes na sociedade e as reformas das práticas e da ossatura do Estado<sup>129</sup>.

---

<sup>125</sup> GUILHOT, Nicolas. Op cit; MATO, Daniel. **Crítica de la modernidad, globalizacion, y construccion de identidades en América Latina y el Caribe**. Caracas: UCV, 1995; \_\_\_\_\_ On the making of transnational identities in the age of globalizacion. Caracas: UCV, 1998; \_\_\_\_\_ **Sobre la fetichización de la ‘globalización’**. In: Revista venezolana de analisis de coyuntura, v. 5, n.1, Caracas, 1999

<sup>126</sup> HARVEY, David. **Neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2014; CHESNAIS, Francois. Mundialização do capital; HUSSON, Michel. **Misere du capital**. Paris: Syros, 1996; NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 1995. RAPLEY, J. **Globalization and inequality**. Neoliberalism’s downward Spiral, Colorado: Lynne Reiner, 2004. ROUQUIÉ, Alain; SCHVARZER, Jorge; LAMOUNIER, Bolivar. **Como renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>127</sup> MATTO, Daniel. Think tanks, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas neoliberales en America Latina. In: GRIMSON, Alejandro (org.). **Cultura y neoliberalismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 29

<sup>128</sup> NEVES, Lúcia Wanderley (org). **Nova pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2005. MARTINS, André. **A direita para o social**. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

<sup>129</sup> Em uma anedota popular nos círculos burgueses, Friedrich Hayek aconselha um entusiasta do liberalismo a agir em âmbitos extrapartidários, notadamente no convencimento de acadêmicos e jornalistas para sua

Este conjunto de trabalhos ratifica a perspectiva dos *tanques de pensamento* como laços entre a sociedade civil e a sociedade política, conforme acima discutimos. O destaque à capacidade de produção de saberes por entidades fora do Estado que, contudo, por expedientes de consultoria, tentam influenciar políticas públicas recorrendo à ideologia da técnica, contraria algumas observações de Nicos Poulantzas. Com efeito, em O Estado, o poder, o socialismo, o autor reflete de maneira distinta sobre os aparelhos de Estado e as instituições que intermediam as suas relações com as “massas-populares”, como fica evidente no trecho glosado abaixo.

(...) é a monopolização permanente do saber por parte do Estado-sábio-locutor, por parte de seus aparelhos e de seus agentes, que determina igualmente as funções de organização e de direção do Estado, funções centralizadas em sua separação específica das massas: imagem do trabalho intelectual (saber-poder) materializada em aparelhos, em face do trabalho manual tendencialmente polarizado em massas populares separadas e excluídas dessas funções organizacionais. É igualmente evidente que uma série de instituições da democracia representativa, dita indireta (partidos políticos, parlamento, etc), em suma da relação Estado-massas, dependem do mesmo mecanismo” (p. 54, grifos meus).

Assim, diferentemente de Antônio Gramsci, Poulantzas não demonstrou o mesmo interesse em discutir prolongadamente a “sociedade civil”, pelo menos não enquanto rede de interação dos *aparelhos privados de hegemonia* que agem na sociedade civil e sobre a sociedade política. Essa distinção se anuncia pela crítica a Gramsci, que não teria entendido as relações de produção também elas como *loci* de construção política<sup>130</sup>. Por um lado, o

---

ideologia. Este seria um primeiro passo para a posterior refundação do Estado de acordo com os princípios defendidos pelos adeptos da Sociedade Mont Pelerin (Blundell, 2004, 20-29; Friedman, 1994, XIX; 2002; Liggio, 2002; MATO, 2007, p. 29).

<sup>130</sup> Importante destacar, entretanto, que Poulantzas não parecia aceitar principalmente a compreensão de Gramsci sobre o Estado, embora tenha reconhecido o “mérito” do sardo em “ampliar o espaço do Estado nas instituições ideológicas” (p. 28) e compreendê-lo como “a realização por excelência de um trabalho intelectual separado de maneira característica do trabalho manual”, a ponto de entender os *intelectuais* em amplo sentido, para incluir mesmo “os aparelhos repressivos (policiais, guardas, militares)” (p. 54). Crítica do filósofo greco-francês repousa sobre suposta desatenção ao mundo da economia, que teria, por conseguinte, entendido como “auto-regulado” ou “livre” da presença do poder político. A crítica poulantziana, no entanto, queda frágil à luz da discussão gramsciana sobre o *liberismo*, entendido pelo autor dos Cadernos do Cárcere como *produto da ação organizada das classes dominantes*, não como

pouco desenvolvimento do tema da sociedade civil no pensamento poulantziano se tornou mais problemático desde a publicação original de seus últimos trabalhos, no fim dos anos 1970. Isso porque, como vimos, desde então os *tanques de pensamento* têm se multiplicado, tornando-se um dos principais beneficiários da ideologia da *técnica* tornada possível pela forma de organização das relações sociais de produção no capitalismo, como bem notou o próprio Poulantzas. Neste quesito, as reflexões gramscianas contribuem mais com o estudo das sociedades contemporâneas, inclusive porque também ele esteve preocupado com a organização das relações sociais de produção em sua função de formação de consenso, como seu estudo do *americanismo-fordismo* evidencia.

Consideramos aqui, portanto, as observações de Poulantzas acerca da homologia entre Estado e relações de produção, com respectiva separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, uma maneira interessante de entender a divisão social do trabalho no capitalismo e o próprio funcionamento dos aparelhos públicos. Diferentemente dele, contudo, destaco também a atuação das entidades da sociedade civil, os aparelhos privados, que atuam na formação e transmissão de saberes difundidos pelo Estado, como queria Gramsci<sup>131</sup>. Também elas possuem homologias com as relações sociais de produção no capitalismo, uma vez que encarnam o tipo de *cisão* do trabalho que é alimentada pelo modo de produção. Assim, se Nicos Poulantzas enxerga nas relações sociais de produção e na formatação do Estado a consagração da racionalidade técnica como fundamento de um novo tipo de saber, acrescentaríamos, com as contribuições gramscianas, que também as entidades da sociedade

---

manifestação, em nível ideal, do próprio “jogo” econômico. Da forma como entendo, contudo, os aportes gramscianos podem ser combinados à análise de Poulantzas sem se contradições insolúveis.

<sup>131</sup> E que, se ele não ignora totalmente, haja vista sua análise de partidos e sindicatos, não ressalta adequadamente sua complexidade e nem a sua interação interna, preferindo – dado o objeto de sua investigação, é verdade – estudar aquelas organizações em sua interface com a sociedade política.

civil colaboram com o quadro. Dentre elas, os *tanques de pensamento* tem neste quesito função de destaque, por isso os considero um tipo *específico* de APH que deve ser entendido em sua especificidade. Creio que, dessa forma, entende-se de maneira enriquecida o circuito das tecnologias políticas que, de acordo com Poulantzas, a partir do Estado engendram formas particulares de organização social, reproduzindo a hierarquia entre proprietários e despossuídos – tanto de meios de produção quanto de saber legítimo.

## **1.6 Tecnologias políticas e lutas de classe no Estado capitalista**

Estabelecendo os *tanques de pensamento* como pontes privilegiadas entre as sociedades civil e política, fica identificado o plano geral do circuito que o trabalho intelectual percorre, das relações sociais de produção até o Estado, onde se impõe da maneira como acima indiquei. Restam duas questões a serem tratadas no capítulo: como as classes sociais em disputa interagem com este circuito?; b) de que modo o mesmo pode ser instrumentalizado para curto-circuitar os avanços populares sobre os interesses do capital?. Sobre estes temas nos debruçaremos agora.

Conforme dito acima, o trabalho intelectual não é uma criação burguesa. Tampouco é uma exclusividade sua. Embora, em termos capitalistas, ele tenha sido impulsionado pela divisão social do trabalho possibilitada pela manufatura e suas derivadas, o desenvolvimento histórico viu representantes das classes dominadas ocuparem postos de exercício daquela atividade. Gramsci esteve atento ao processo, indicando não só a possibilidade, mas a

necessidade de os subalternos procurarem gerar seus próprios *intelectuais orgânicos*<sup>132</sup>. Assim, no capitalismo contemporâneo, todas as classes sociais atuam, ainda que desigualmente, na formação de quadros de direção e organização<sup>133</sup>.

Observar esses pontos, sobretudo no interior da percepção de totalidade social, é fundamental para se compreender o papel dos operadores da técnica, na figura de pessoas ou entidades como os *tanques de pensamento*. São eles que, cuja atuação é consagrada pelo domínio reconhecido do saber autorizado, atuam tanto na formação de disposições e consciências dos indivíduos quanto na geração e atribuição de prestígio técnico e político, fundamental para gabaritar pessoas a cargos no Estado. É assim que entendemos o papel fundamental sobretudo daquelas organizações na estruturação, composição e funcionamento dos aparelhos estatais. Por serem aparelhos de classes, identificadas não apenas pela composição de seus quadros, como também por seus financiadores, parceiros e apoiadores, são interesses materiais os defendidos envoltos sob o manto da *técnica*. Este expediente, por ser eminentemente despolitizante, é geneticamente associado à burguesia e às suas frações internas, único grupo efetivamente capaz de, no quadro atual de predomínio do modo de

---

<sup>132</sup> A discussão de Gramsci sobre o assunto revela a importância de que o intelectual orgânico dos dominados seja recrutado entre os representantes proletários e, mesmo alçado à posição de direção, mantenha com a base vínculos estreitos, a fim de evitar o esclerosamento da representação. Essa discussão, no mais, integra o debate sobre a burocratização dos postos de comando e a possibilidade de uma *vanguarda proletária* ser representativa dos interesses dos de baixo. Do meu ponto de vista, a posição mais avançada sobre a questão foi identificada, em termos práticos, no debate sobre a Revolução Cultural chinesa, acima mencionado. Em todo o caso, o destaque dado ao longo do capítulo à questão do circuito mando-obediência tem o interesse também de ressaltar a necessidade de todos atuarem efetivamente como “filósofos” (o que, segundo Gramsci, na prática já o são). Isso porque, do ponto de vista dos que planejam o futuro para além do capital, quebrar a espinha dorsal da hierarquia vertebrada pela posse desigual de saber legítimo só é possível com a gestão cooperada da direção e coordenação do trabalho e da classe revolucionária – que, na medida em que transforma a missão social (o termo é de Lukács) dominante, tende, inclusive, a ressignificar o que se entende por saber.

<sup>133</sup> A referida desigualdade, no caso brasileiro, dá-se inclusive por ação do Estado, que reprime a organização autônoma da classe trabalhadora. Virgínia Fontes discute a questão quando debate a ampliação seletiva do Estado no país. Ver: FONTES, Virgínia. **Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

produção capitalista, fazer com que seus interesses pareçam naturais. De sorte que, se aceitarmos os *tanques de pensamento* como conjunto de entidades que se pautam principalmente pela produção de visões de mundo escoradas no tecnicismo, conviria se perguntar se é possível existirem *tanques de pensamento proletários* ou se, ao contrário, esta forma de organização é especificamente burguesa, não apenas por seus discursos mistificadores, mas também por reproduzir a hierarquia entre trabalhos manual e intelectual – também ela uma forma de causar cisões nas fileiras da classe trabalhadora.

Como vimos, a sociedade civil assim entendida é composta por espécies de cabeças de pontes por meio das quais as classes e frações de classes tentam impor seus interesses ao Estado. Também pontuamos que desde os anos 1970 se multiplicam os números de *tanques de pensamento*, inclusive de ação internacional. Temos, portanto, que a rede que aqui descrevemos transcende os limites nacionais e da soberania de estados, a ponto de o instrumental teórico gramsciano acima comentado ter sido adaptado aos estudos das relações internacionais, em estudos que ganharam força diante das expectativas com a emergência de sociedades “cosmopolitas” após o colapso do bloco socialista<sup>134</sup>. O estudo das entidades de classe em sua atuação sobre os Estados, assim, não pode considerar apenas as organizações “nacionais”, sendo fundamentais a construção de explicações que destaquem fluxos globais, capturáveis por metodologia que destaque histórias transnacionais.

Vejamos mais de perto um exemplo recolhido do estudo da documentação produzida pelo IFHC. Em novembro de 2019, a entidade demonstrou preocupação com o que chamou significativamente de *tecnologias disruptivas*. Na ocasião, sediou seminário com Lindsay

---

<sup>134</sup> Ver: MURPHY, Craig. **International organizations and Industrial Change**. Global Governance since 1850. Cambridge: Polity Press, 1994.



Gorman, especialista em inovações do The German Marshall Fund of the United States (GMF), considerado um dos principais tanques de pensamento com presença nos Estados Unidos e na Europa. O evento foi apoiado por inúmeras empresas, organizações da sociedade civil e pelo Estado estadunidense, na figura da organização de embaixadas e consulados do país<sup>135</sup>. O encontro acentuou os riscos de conflitos éticos frente às vanguardas científicas que têm desenvolvido dispositivos de vigilância assentados na mineração de dados de usuários em ambiente virtual. Problemas de privacidade, da reprodução de vieses sociais atualmente sob combate<sup>136</sup> e da “ideologia” de idealizadores embutida nos inventos tecnológicos demonstrariam os riscos do livre desenvolvimento da área. Como exemplo do último elemento, apresentou um panorama das pesquisas tecnológicas em “Estados autoritários como o chinês”, defendendo que a disposição de controle sobre os cidadãos influenciara as pesquisas científicas na área de vigilância, favorecendo produtos como escâneres faciais e aplicativos de mineração de dados comportamentais. Estes inventos são vistos como potencialmente prejudiciais por demonstrarem as “vantagens do autoritarismo” na área, precisamente por suposta ausência de limites éticos ao avanço da ciência sobre a privacidade individual e o controle dos cidadãos – obstáculos que seriam inerentes às democracias. Ainda que tenha admitido que também nos Estados Unidos e em outros “países democráticos” a vigilância de cidadãos em espaço público já havia sido naturalizada, a palestrante silenciou sobre a espionagem dos cidadãos em *ambiente privado*, sancionada por

---

135 Ambe; Athie Wohnrath; Apas; Banco Alfa; Banco Safra; Bradesco; B<sup>3</sup> Brasil, Bolsa, Balcão; Bunge; Carrefour; CCR; Comgas; Cosan; CPFL Energias; Femsas; Itaú; Natura; Raizen; Sanofi, Raps; Telefônica Vivo; Votorantim; Band News; Embaixadas e Consulados dos Estados Unidos da América.

136 Gorman apresenta os dados que mostram como o programa de reconhecimento facial tem muito mais sucesso em identificar homens brancos (acerta 99% das vezes) do que mulheres negras (grupo em que os erros chegam a 35%). Segundo ela, o descompasso da eficiência tecnológica pode prejudicar a população negra, submetendo-a a erros policiais também motivados por falhas no sistema de vigilância, aprofundando o racismo.

medidas tais quais o Ato Patriótico de George W. Bush em 2001. O evento contribuiu, assim, com a elaboração de uma imagem esquemática não apenas sobre o regime chinês, mas também sobre a relação entre democracia burguesa e tecnologia<sup>137</sup>.

Já os pontos positivos elencados pela palestrante são bastante elucidativos sobre o que aqui tentamos defender mais acima: se a tecnologia pressupõe e engendra determinadas relações sociais, é também porque os *dilemas éticos* que favorecem ou dificultam seu desenvolvimento expressam interesses de classes. Faz sentido, assim, que sejam elogiados os instrumentos de *machine learnings* que preparam a “próxima geração de automatização”, nas palavras de Gorman. A pesquisadora na ocasião demonstrou como os sistemas de verificação de humanos em ambiente virtual contribuem com as pesquisas na área de automação veicular, ao se apropriarem das respostas de internautas àqueles sistemas para identificar conjuntos de objetos visíveis. No caso em tela, foi destacado o sistema de reconhecimento de objetos em imagens, como placas de trânsito e faixas de pedestres que, dada sua quantidade maciça, auxiliam as empresas a *ensinarem* as máquinas a reconhecerem esses sinais fundamentais para o trânsito seguro da futura geração de automóveis sem motoristas. Como vemos, não foram questionadas a apropriação de trabalho não pago – é efetivamente disso que se trata, quando os usuários são postos para fazer o serviço de construir um enorme banco de dados posteriormente disponibilizado às empresas de automação – ou a conveniência de uma nova etapa de reestruturação produtiva que tende a fechar postos de trabalho. Assim, se nos aspectos negativos foram destacados principalmente os riscos às democracias por suposta maior eficiência neste tipo de campo tecnológico por

---

<sup>137</sup> A apresentação de Lindsay Gorman está disponível no YouTube:  
<https://www.youtube.com/watch?v=i0Iwx0OhDH0> (acessado em 23/07/2020 às 17h55).

regimes autoritários, entre os itens positivos foram enfatizados os mecanismos que criam novas formas de extração de valor produzido pela classe trabalhadora.

Para os fins da presente discussão, importa destacar como o IFHC e o GMF produziram seminário em conjunto sobre o que são considerados problemas importantes do século XXI tanto para a democracia quanto para o capitalismo. Por um lado, o risco do avanço militar de “países autoritários”, que, supostamente diferentes dos países “democráticos”, poderiam aplicar sem maiores entraves inteligência artificial em “momentos críticos” de escolha entre vida e morte, notadamente na área da saúde e no campo militar. Naturalmente, a preocupação com países que possam pôr em xeque à liderança internacional dos Estados Unidos é evidente, mas há aqui também a preocupação com o fim de equilíbrio relativo entre as classes dominantes dos países centrais, alcançado com o claro domínio militar estadunidense, responsável por inibir eventuais evoluções da política institucional à guerra aberta. Gorman transparece a preocupação com a instabilidade internacional que poderia ser provocada por uma nova corrida armamentista, por sua vez possibilitada pela nova fase de descobertas tecnológicas no campo da inteligência artificial.

Por outro lado, áreas de ponta no campo da inteligência artificial podem representar, por meio de mecanismos de *machine learnings* e *mineração de dados de usuários*, novo recurso estratégico tanto na definição das relações de força em níveis de Estados quanto importante setor de extração de valor. Assim, ao passo que se instruem as “democracias ocidentais” sobre os riscos das tecnologias *disruptivas*, informa-se a classe dominante sobre setor capaz de constituir fronteira de acumulação capitalista no próximo período histórico.

A prerrogativa desfrutada pelo IFHC de constituir importante nó nesta teia internacional de organizações burguesas é um dos elementos que o destaca em *rankings* de

avaliação de *tanques de pensamento*, como os produzidos pela Universidade da Pensilvânia. Ao mesmo tempo que as entidades coordenam a ação das classes dominantes em nível global, inclusive no que diz respeito à identificação de importantes áreas de investimento, também atuam no consórcio das frações dominantes, dirimindo potenciais fricções, superando conflitos e colaborando com a manutenção da ordem capitalista, inclusive pela reprodução da hierarquia entre classes e frações de classes<sup>138</sup>. Deste ponto de vista, o constant redesenho de Estados é uma função fundamental, tendo em vista o dinamismo do modo de produção em tela.

Para tratarmos teoricamente desta questão, o entendimento do último Poulantzas sobre o poder político “moderno” traz inegáveis ganhos. O autor o percebia como um campo atravessado pelas contradições e pelos antagonismos do mundo produtivo. As classes e frações de classes organizadas, protanto, lutam, inclusive, em sua *ossatura material*, conformando-a em compasso à correlação de forças em uma dada sociedade.

Ao precisar algumas de minhas formulações anteriores, diria que o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca mas, como aliás é o caso do “capital”, *como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado*<sup>139</sup>(grifos do autor).

Dessa forma, sempre segundo o filósofo grego, têm-se condições de superar o eterno dilema que marcava a oposição entre os paradigmas liberal e marxista de concepção do Estado: este não seria um *sujeito* como defendiam Hegel e Weber, que o postulavam como instância racionalizadora apartada da sociedade civil; tampouco seria a *coisa*, o *instrumento* de uma “velha concepção” materialista do Estado, que o considerava totalmente manipulável

---

138 Leo Panitch tem uma interessante contribuição que discute o papel dos Estados Unidos como promotores e defensores do “capitalismo global”. Ver: PANITCH, Leo. **The making of global capitalism**. London: Verso, 2013.

139 Poulantzas, *Op. Cit.*, p. 130.

por uma única classe, como uma ferramenta exclusivamente erguida para sua dominação. O Estado-relação, assim, seria uma premissa teórica superior por considerar a interação que há entre os representantes de diferentes classes no Estado. Mais: a própria luta de classes – presente e passada - desenha os limites do Estado e seus padrões de funcionamento, determinando, por meio de embates concretos e historicamente observáveis, sua ossatura material e suas práticas de rotina, bem como sua disposição à reprodução da lógica social dominante.<sup>140</sup>

Para as questões que aqui nos interessam, as formulações poulantzianas acerca do Estado-relação abrem campo de pesquisa para aqueles interessados em averiguar a constituição dos diferentes Estados capitalistas – relacionando-o às lutas de classes. Se essa forma de interpretar o Estado não deve sua existência inteiramente às contribuições de Poulantzas, ele certamente chegou mais longe na constituição daquele objeto como um “aparelho especial”. Não se trata, portanto, de considerar o Estado mera *relação social*. Isso porque ele mantém em conjunto instituições que não perdem sua materialidade de aparelhos, com constituições históricas e disposições particulares nelas incorporadas. Como novidade, porém, a tentativa de capturar sua genealogia sempre dinâmica, uma vez que sua construção e reconstrução constantes são resultados de lutas de classes, expressas inclusive por meio de APH's e *tanques de pensamento*, cuja atuação impacta de diferentes formas sua expressão sempre histórica. Em que pese tais instituições específicas do Estado terem uma constituição particular, esta é definida pela dinâmica conflitiva da sociedade capitalista, com seus interesses contraditórios e seus antagonismos insuperáveis, cujo desdobramento presentes e passados afetam suas disposições, suas práticas, seus procedimentos, rotinizados pelo

---

<sup>140</sup> *Idem, ibidem*, p. 131.

*trabalho intelectual morto* contido nas orientações que presidem sua concepção e pautam sua atuação. Tendo essa operação em mente, Poulantzas é capaz de sentenciar que a subida ao governo por representantes da classe dominada não é por si só bastante para pôr fim à dominação da burguesia, uma vez que traços do domínio burguês ficam impressos de tal forma que é mantido certo grau de autonomia em relação ao dirigentes da vez. Nesse sentido, o conjunto de instituições que formam o Estado parece ganhar vida própria a ponto de, ainda que limitadamente, ser capaz de funcionar por uma lógica intrínseca, historicamente determinada porque resultado da incorporação de interesses, práticas e dispositivos em um período de tempo que deve ser entendido em uma duração mais longa do que eventuais composições governamentais<sup>141</sup>. Não se trata, portanto, de ocupar o Estado, mas transformá-lo.

É este um dos motivos de nosso especial interesse nessa reflexão de Poulantzas. De acordo com o que entendemos, a particularidade das propostas da “última fase” desse autor reside não somente na concepção de um Estado-relação, mas na combinação entre a dinâmica da luta de classes presentes e passadas na constituição de um Estado que está permeado por aquelas relações. Temos, aqui, duas proposições diferentes, ambas fecundas: de um lado, se entende o Estado como a *consolidação das correlações de força entre as classes sociais*, o que abre caminho para se verificar a relação direta entre o *grau de organização classista* e a *capacidade de influência nas políticas públicas*; por outro lado, temos a hipótese de inscrição das lutas de classes na *ossatura material do Estado* e nas *práticas e procedimentos* de rotina dos aparelhos estatais, o que abre campo de estudos das *tecnologias de gestão pública*, notadamente a relação de troca desses saberes entre diferentes setores das classes dominantes

---

<sup>141</sup> *Idem, ibidem*, p. 133.

ao redor do globo, cujo ritmo respeita o movimento desigual e combinado que marca a evolução do sistema e a peculiaridade da luta de classes em cada ambiente social. Recuperemos como exemplo um trecho do trabalho de Dardot e Laval já aqui citado. Em sua análise da *nova gestão pública*, os autores destacam como

(...) a principal tendência nos países desenvolvidos consistiu em impor um novo modo de racionalização às administrações públicas que obedece às lógicas empresariais. Concorrência, *downsizing*, *outsourcing* [terceirização], auditoria, regulação por agências especializadas, individualização das remunerações, flexibilização do pessoal, descentralização dos centros de lucro, indicadores de desempenho e *benchmarking* são todos instrumentos que administradores zelosos e decisores políticos em busca de legitimidade importam e difundem no setor público em nome da adaptação do Estado à ‘realidade do mercado e da globalização’<sup>142</sup>.

Essas tecnologias de vigilância, ao instituírem padrões de ação pública controlados por *rankings* de rendimento, pressupõem e engendram práticas sociais específicas, em detrimento de outras “não quantificáveis” nestes termos<sup>143</sup>. São, por isso, importantes vetores de reprodução das relações sociais adequadas à “realidade do Mercado e da globalização”, constituindo importante exemplo não apenas da ligação genética de certo tipo de *trabalho intelectual morto* às relações sociais nas quais ele se radica, mas também de sua determinação de classe. Conforme o estudo dos autores mostra, contudo, os princípios do *Estado eficiente* foram difundidos por agências transnacionais, como o Grupo Banco Mundial, desde os anos 1990, sendo essa difusão, por sua vez, cristalização das experiências apreendidas pelas lutas de classes em países centrais desde os anos 1970 e 1980, época histórica de crise do *welfarismo*. Em países periféricos, permeados por determinações desta condição de dependência, bem como pelo acúmulo de experiências históricas particulares

---

142 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Op cit.* P. 301-302.

143 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Op cit.*

que formam um edifício cultural específico, os princípios da *eficiência* teorizados pela *nova gestão pública* se revelaram de concretização mais problemática.

É o que se extrai da realização de seminário, em setembro de 2018, sobre Eficiência da gestão pública e instituições de controle, no IFHC144. A mesa de debates foi composta por Carlos Ari Sundfeld e Francisco Gaetani, professores da FGV; além de Marcelo Barros Gomes, então do Tribunal de Contas da União e atualmente diretor da Secretaria Especial de Relacionamento Externo do governo Jair Bolsonaro; e Samantha Chantal Dobrowski, subprocuradora geral da República. Na ocasião, Gaetani defendeu a necessidade de *traduzir para o Brasil* o princípio de *accountability*, encarnando-o em instrumentos de controle e mecanismos de responsabilização de administradores públicos. De acordo com o professor da FGV, apesar da Emenda Constitucional 19 determinar o princípio da eficiência como uma linha-mestra da administração pública nacional, a completa ausência de mecanismos de avaliação e controle tem sido a regra do Estado nacional desde a elaboração da Constituição Federal de 1988145. Concordando com a análise do colega, Gomes defendeu a urgência de se adotar esquemas de gestão de risco na administração pública a fim de se recuperar a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional146.

Vemos também aqui vinculação estreita entre determinadas tecnologias, no caso encarnadas em mecanismos de controle e regulação de Estado, e os interesses materiais, representados pela demanda empresarial por competitividade. O IFHC, em sua atuação de

---

144 Ambev, Athie Wonhrath, Banco Alfa, Banco Safra, B<sup>3</sup>, Bunge, CCR, Comgas, Cosan, CPFL, FEMSA, Itaú, Natura, Raizen, Sanofi, Telefônica Vivo, Votorantim, Band News, Livraria Cultura. O vídeo do debate pode ser acompanhado aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=gKpdLV9IDP0> (acessado 31/07/2020, às 11h31).

145 Em torno do 4m20seg do seguinte vídeo: [https://www.youtube.com/watch?v=F-v\\_1yCtCiA](https://www.youtube.com/watch?v=F-v_1yCtCiA) (02/08/2020 às 18:04)

146 Em torno do 5m15seg do seguinte vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=yA1uOoyerQs&t=1s> (02/08/2020 às 19h30)



*tanque de pensamento*, busca aclimatar à realidade nacional os princípios estruturantes do capitalismo “globalizado”. Para tanto, convoca técnicos versados não apenas nas diretrizes e nos padrões de otimização da ação pública, postos pelas demandas da fase do capitalismo, mas especialistas também nas idiossincrasias da realidade brasileiras, as quais forçam a tradução nacional deaquelas orientações gerais. Ao observamos a composição da plateia, vemos a personificação de representantes da burguesia, como é o caso de Edmundo Lima Neto, da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse); e do setor público, responsável, portanto, por efetivar as tecnologias políticas discutidas, como é o caso de Claudineli Ramos, da Secretaria da Cultura de São Paulo, responsável pela coordenação da unidade de monitoramento e avaliação de projetos. Assim, o espaço para dissensos no âmbito destes seminários é reduzido, como aqui exemplifica a intervenção de Samantha Chantal Dobrowski. A subprocuradora foi responsável por lembrar que, em sociedades democráticas, os mecanismos de controle e avaliação devem incorporar a possibilidade de reorientação de objetivos, haja vista que esse tipo de regime tem como característica a preservação do dissenso e de constantes reorientações da direção social. Assim, por mais que Dobrowski alerta contra o autoritarismo de regras estritas que despolitizam a administração pública, mantém seu horizonte pautado por princípios de *accountability* que na prática estrangulam modos de vida pautados por missões sociais não *quantificáveis*.

Ao estudarmos a produção do IFHC conforme comentado acima, tive a convicção de que Nicos Poulantzas torna possíveis não apenas estudos mais complexos sobre a internacionalização dos Estados, mas também sobre o papel fundamental dos *tanques de pensamento* na transferência destas tecnologias que, radicadas nos interesses de classe, normalizam práticas e instituem instrumentos que tornam rotineiras relações de dominação e

subordinação pela própria natureza do *trabalho intelectual morto* ali contido. Deste ponto de vista, tornam-se interessantes as possibilidades de pesquisa sobre as interconexões das classes dominantes ao redor do globo e a influência que a troca de trabalho intelectual, “vivo” ou objetivado, exerce na constante atualização de formas de dominação que assegurem a estabilidade e o desenvolvimento capitalista, em um sentido fundamentalmente contrarrevolucionário. Dardot e Laval mesmo já indicavam a importância de “agências internacionais”, como o aqui citado grupo Banco Mundial, na formatação de “reformas” lastreadas na busca por *eficiência* de Estado, indicando ainda que elas estão em acordo com o “espírito” do que eles chamam de “capitalismo financeiro”<sup>147</sup>. No terceiro capítulo desta tese, tentarei demonstrar uma vez mais como o IFHC integra um circuito de trocas de tecnologias políticas de dominação assentado na experiências da lutas de classe ao longo do século XX – que dada a força relativa da ameaça proletária no período, pautou-se no privilégio dado às táticas de coesão social, forma de integração harmônica de potenciais sujeitos disruptivos.

Esta reflexão dialoga com Poulantzas na medida em que, analisando a internacionalização do capital na década de 1970, ele já então apontava a retração das “burguesias nacionais” frente às *burguesias internas*. Estas, ao contrário daquelas, consorciavam-se com burguesias imperialistas, à época notadamente americanas, a fim de hegemonizar os blocos no poder em Estados capitalistas. Se o Estado nacional é o resultado das lutas de classes, certamente deve-se levar em conta aquela associação, que combina interesses endógenos e exógenos. Assim, ao contrário do fim dos Estados ou de sua

---

147 Ver: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Op cit.* P. 311. Sobre o Banco Mundial como formulador de políticas públicas, ver também: PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2010.

secundarização frente ao surgimento de um super-Estado – como queriam os adeptos da teoria do ultraimperialismo – a política contemporânea seria marcada por essa interconexão de burguesias internacionais e sua influência identificável na conformação das políticas públicas.

A internacionalização atual do capital não suprime e não abala os Estados nacionais, nem no sentido de uma integração pacífica dos diversos capitais “por cima” dos Estados (...), nem no sentido de sua extinção sob o super-Estado americano. Mas essa internacionalização, por outro lado, afeta profundamente a política e as formas institucionais desses Estados pela sua inclusão em um sistema de interconexões, que não se limita de forma alguma a um jogo de pressões “exteriores” e “mútuas” entre Estados e capitais justapostos<sup>148</sup>.

Não teríamos, pois, na política interna, pressões imperiais externas a condicionar a ação dos Estados. O imperialismo, em vez disso, reproduzir-se-ia internamente, pelo entrelaçamento de capitais externos com o que ele chama de burguesia interna. Logo, temos que, se as classes sociais originam os Estados, a imbricação de capitais no bloco no poder constitui dado determinante da forma de dominação que um Estado nacional assume. Um dos operadores históricos dessa associação e consorciação de classes dominantes foram as organizações transnacionais, dentre elas *tanques de pensamento* que difundem tecnologias políticas constituídas pelo aprendizado na luta pela preservação da ordem.

Se a interface das frações das classes dominantes, internas e externas, articulam-se dessa forma, no entrelaque com as classes e frações de classe dominadas saltam aos olhos a contenção e o isolamento do poder. Ora, se como Poulantzas bem observou, as disputas entre as classes dominantes e as classes dominadas no interior do Estado explicam a rotatividade dos centros nevrálgicos de poder, com o fito de preservação da direção estratégica dos aparelhos estatais por parte dos dominantes, a relação entre os manipuladores

---

<sup>148</sup> POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 78.

do trabalho intelectual e as “massas-populares” encerradas no trabalho manual tende a ser de afastamento e exclusão<sup>149</sup>. Com efeito, a expansão do capitalismo amplia a subsunção real ao capital, reforçando a cisão entre, de um lado, o trabalho intelectual, e, de outro, o trabalho manual, com intensificação relativa da alienação neste polo<sup>150</sup>. O resultado que ora nos interessa é tendência à centralização do desenvolvimento dos saberes especializados no primeiro ponto da relação, tornando a hierarquia de mando-obediência instituída pela divisão política-ideológica dos trabalhos mais forte. No plano da concretude histórica, em época de crise econômica, com conseqüente aumento da exploração do trabalho, a barreira de ingresso no clube dos *intelectuais* tende a crescer, tornando os saberes especializados conseqüentemente menos acessíveis aos subalternos. Com efeito, isso tende a ocorrer tanto com o desenvolvimento progressivo do saber especializado nos marcos do capitalismo, que pressiona pelo aumento do acervo de conhecimentos requeridos para o exercício do trabalho intelectual; quanto com a redução – relativa ou absoluta – do tempo livre disponível à “formação continuada” em épocas de reestruturação produtiva e transformações no mundo do trabalho, que, no limite, escalonam diferenças mesmo no interior do trabalho intelectual, separando a elaboração da execução dos saberes. Contraditoriamente, e em relação às funções “manuais”, o trabalho intelectual, portanto, tende a reforça-se com o

---

149 Daí a importância das orientações de Antônio Gramsci sobre os perigos da manutenção, no grupo que porta o “progresso histórico”, de resolutas divisões entre dirigentes e dirigidos, expressão em âmbito político da cisão entre trabalho intelectual e manual no capitalismo. A discussão pode ser acompanhada quando de sua reflexão sobre as distinções entre centralismos “burocrático”, o qual considera regressivo por manter uma estrita cadeia de comando à maneira do despotismo burguês, e “democrático”, quando a organização se constitui por deliberação efetiva da comunidade organicamente associada. Ver: GRAMSCI, A. *Op cit.* V.3 p. 307-309.

<sup>150</sup> De alguma forma, a *uberização* do trabalho pode ilustrar essa dinâmica, transferindo um dos elementos da direção do processo produtivo ao executor do trabalho manual ao passo que, por conseguinte, isola ainda mais a técnica que organiza a produção de valor na economia de plataforma.

enfraquecimento das organizações dos trabalhadores que punham obstáculo ao afastamento entre os dois polos<sup>151</sup>.

Tem-se, assim, condições de analisar outra forma de isolamento dos centros nevrálgicos de poder, que separam, por excelência, trabalho intelectual e as “massas populares” despossuídas de saber, mas também frações distintas de trabalhadores intelectuais, apartadas pela distribuição desigual entre criadores e executores de conteúdo. Refiro-me à imposição de um código desconhecido e de um acervo mínimo de conhecimentos pouco acessível aos que estão atados às cadeias do trabalho manual, mas gradualmente mais distante também dos que, no grupo dos trabalhadores intelectuais, cada vez mais são encerrados nas posições de execução de saberes especializados. Creio que o processo em tela se evidencia no caso dos aparelhos econômicos e jurídicos, alguns dos principais centros de poder no Estado moderno, mas cuja regulação interna é cada vez mais autorreferencial, expressa no domínio de técnicas plenamente acessíveis apenas a poucos iniciados em seus mistérios.

Investigando o Estado e o capitalismo na França dos anos 1970, Poulantzas identificou tendência similar na análise do estatismo autoritário. Ao versar sobre a “desideologização” dos partidos e a consequente perda de sua representatividade, sobretudo entre as organizações de esquerda, o autor viu a redução de poder do Parlamento como expressão do correlato enfraquecimento de importante contratendência ao crescimento das propensões autoritárias iminentes ao Estado capitalista<sup>152</sup>. O problema tratado por ele

---

<sup>151</sup> Poulantzas trata da questão, dedicando-se ao estudo de sindicatos e partidos de classe, durante a discussão do estatismo autoritário. Ver: POULANTZAS, N. O declínio da democracia. O estatismo autoritário. In: \_\_\_\_\_. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

<sup>152</sup> Poulantzas sustenta, que durante os anos 1970, nos países desenvolvidos, o poder legislativo passou a ser progressivamente contornado por ações do executivo e da administração pública, que passavam então, no exercício de um poder que não era o seu, a fabricar a norma ou a ignorá-la. Ver: POULANTZAS, N. O

encontrou vazão na hipertrofia do poder da administração pública tecnocrática, às expensas dos representantes eletivos. Em nosso tempo, contudo, os elementos autoritários que despontam no Estado capitalista surgem do amadurecimento de condições estruturais das democracias liberais, acentuando o enfraquecimento dos poderes eletivos pela consolidação, em nível do poder político, das desiguais capacidades organizativas entre as classes e frações de classes. Refiro-me aqui para traços próprios daquele regime político que, nesse sentido, encontram mais ou menos força de acordo com a conjuntura, mas, no limite, independem dela para existir como virtualidade. Dentre eles, destaca-se o livre associativismo assentado na premissa das liberdades negativas, que, por compreenderem direito como direito de não-intervenção, favorecem que aquela desigualdade estrutural no nível das condições de organização das classes se traduza no poder político como homologia<sup>153</sup>. Associada com a liberação relativa do trabalho intelectual dos entraves que objetavam sua emancipação em relação ao trabalho manual, outra tendência observada historicamente no desenvolvimento do capital, como acima visto, a formação de organizações burguesas capazes de influenciar diretamente o poder político, como é o caso dos *tanques de pensamento*, reveste-se de reforço da “técnica” na operação dos intrincados mecanismos de gestão social, sobretudo no reino da “economia”, entendida como uma questão de “ciência” e não de interesse. A direção da sociedade, assim, queda mais isolada frente a um poder democrático já em recuo. Essa tendência autoritária não é a única a se destacar em época de refluxo democrático, mas para esta pesquisa é a mais importante<sup>154</sup>.

---

declínio da democracia. O estatismo autoritário. In: \_\_\_\_\_. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

<sup>153</sup> Abriremos o segundo capítulo com esta discussão.

<sup>154</sup> Bobbio, que não pode ser enquadrado como um pensador crítico ao capitalismo, já identificava *segredo a poder*; em obra que versa sobre um dos aspectos da crise da democracia. O aumento do volume dos segredos em um Estado dá luz a um tipo de poder que aparece como *oculto*, por ser essencialmente

Primeiro porque o reforço relativo da técnica no interior do Estado é expressão do reforço relativo da técnica na sociedade civil – e, novamente, o anti-intelectualismo grassante é uma comprovação paradoxal do potencial explosivo destas contradições. Que ele tenham sido apropriado pela extrema-direita é apenas mais uma peça dos escombros deixados pela falência das esquerdas revolucionárias e mesmo reformistas *stricto sensu*, cujos princípios foram substituídos pela “modernidade” de uma esquerda de “terceira-via”<sup>155</sup>. Segundo, porque a hipertrofia relativa de aparelhos públicos no interior do Estado favorece os canais que, a partir da sociedade civil, conectam-se diretamente a eles – contornando, no reverso do processo em tela, os canais democráticos. Como já parece claro a esta altura, meu argumento conduz para identificar, assim, uma das razões para o possível reforço dos *tanques de pensamento* em épocas de crise como a teorizada por Poulantzas<sup>156</sup>. Como difusor de saberes técnicos e centro de articulação direta com a sociedade política, essas entidades contribuem, assim, com o reforço das tendências autoritárias iminentes ao Estado capitalista. O resultado é a circulação, à revelia de verdadeiro debate e confrontação, de tecnologias políticas de dominação que demonstram, em nossa época, uma renovada capacidade das burguesias exercerem o seu papel de classe contrarrevolucionária.

---

antidemocrático, e, portanto, não aparecer nos marcos da democracia. O filósofo italiano qualifica, assim, o exercício do poder *por for a* dos mecanismos de publicização. Nesse sentido, valoriza como conquista democrática a *transparência* a que os Estados estão cada vez mais submetidos, como mostram Dardot e Laval em sua análise da *nova gestão pública*. Poderíamos acrescentar, contudo, a contradição presente na própria luta por transparência do Estado, geralmente levada a cabo por liberais, que deixa de for a a transparência do código e dos saberes que enformam as práticas de dominação. Ver: BOBBIO, Norberto. **Democracia e segredo**. São Paulo: Unesp, 2015.

<sup>155</sup> O anti-intelectualismo vigente, nesse sentido, seria expressão a) do afastamento entre trabalho intelectual e trabalho manual produzido pela expansão do capitalismo e, por conseguinte, da subsunção real do trabalho ao capital; b) da debilidade organizativa da classe trabalhadora que, então, encontra representação em bufões que reproduzem o anti-intelectualismo, mas seletivamente, na medida em que poupam de ataques a parte que mais lhe interessa do saber técnico, qual seja, o produzido pela “ciência econômica”.

<sup>156</sup> Refiro-me aos diversos níveis de crise, econômica, política e de Estado, tratados durante o exame do estatismo autoritário.

\* \* \*

Seguiremos desenvolvendo alguns pontos que apareceram aqui no próximo capítulo. Por ora, convém recuperar o que aqui tentou se demonstrar. Os *tanques de pensamento* se radicam no sociometabolismo capitalista, com uma separação entre trabalho manual e trabalho intelectual de tipo novo e a atração deste ao mundo produtivo, que se torna, no capitalismo, uma das esferas sociais privilegiadas para sua consagração. O livre curso do desenvolvimento histórico associou parte importante do desenvolvimento dos saberes à lógica de valorização do valor, emprenhando o que se entende por tecnologia pela dinâmica expansiva do capital. Se míssil e geladeira são, nesse sentido, verso e anverso da mesma moeda, para ficarmos em uma expressão conhecida, ambos tem como razão de ser, em última instância, a dinâmica reprodutiva do capital. De tal sorte que a técnica predominante em nosso tempo é principalmente produto da objetivação de um trabalho intelectual atraído pelas determinações da “economia”.

O aparecimento dos *tanques de pensamento*, atendeu também a necessidades conjunturais, marcadas pelo imperativo da organização classista desde a capacidade de autofagia demonstrada pelas classes dominantes na Primeira Guerra Mundial até à entificação de uma forma alternativa de sociabilidade com o advento da URSS. Sua eficiência em rebaixar a democracia, aproveitando-se, por sua vez, do desenvolvimento paralelo dos saberes e da técnica em geral, reforçou as tendências para seu surgimento, de sorte que a multiplicação destes aparelho seguiu seu curso mesmo quando aquelas ameaças ficaram esmaecidas. Mostram-se, atualmente, aparelhos poderosos, capazes de atuar com força em dois níveis; na sociedade civil, como polo de desequilíbrio em favor de visões de mundo



adequadas à reprodução do capital; na sociedade política, como anéis que se conectam aos aparelhos públicos direta ou indiretamente insulados, sobre os quais o poder democrático tem pouca ou tendencialmente nenhuma influência, dado, quando não pelo autoritarismo puro e simples que os isola, seu simples funcionamento rotineiro, vivificado por códigos pouco acessíveis aos que, condenados a serem alvo prioritário de “reestruturações produtivas” permanentes do mundo do trabalho, não dispõem de tempo suficiente de qualificação para se alfabetizarem no código em que se dão as discussões do que apenas a custo de enorme concessão se poderia considerar como práticas efetivamente deliberativas.

Talvez uma inovação esteja na tentativa de captura destes canais pelos partidos tradicionais, que se percebem com progressivamente menos representatividade em um regime político que extrai sua legitimidade da representação popular<sup>157</sup>, no qual mesmo essa eletividade tem sido amputada. O próximo capítulo, ao se debruçar prioritariamente sobre a história do IFHC, versará também sobre isso, identificando seu ponto de surgimento no momento histórico de maturação das tendências inerentes à democracia liberal.

---

<sup>157</sup> BOBBIO, Norberto. **Democracia e segredo**. São Paulo: Unesp, 2015, P. 65

## 2. O Instituto Fernando Henrique Cardoso e a contenção da democracia

O curso do desenvolvimento da democracia, acicatado pelas lutas de classes, liberou tendências imanentes do capital. Se, como vimos no primeiro capítulo, as relações sociais de produção capitalistas consagram um papel importante, de direção mesmo do processo, no polo do “trabalho intelectual”, por outro lado, o livre associativismo característico daquele regime político permitiu que as diferenças de classe fossem traduzidas em diferenças de organização e, logo, de influência sobre o poder político. O advento dos *tanques de pensamento*, atendendo a diversos imperativos, reforçou o processo, fornecendo sobretudo à burguesia um canal alternativo de conexão entre sociedade civil e sociedade política – muito mais direto do que o experimentado pelas vias representativas. O quadro em tela, por conseguinte, apresenta sinteticamente o caminho da afirmação da união entre democracia e liberalismo, bem como a conseqüente negação de uma das “bases éticas” do regime: a soberania popular.

É o que discutiremos no início e na conclusão deste capítulo. O processo condensado acima se desdobrará pela análise de estratégias burguesas de contenção democrática. Remontaremos as ideias do século XIX, demonstrando como já na origem da democracia moderna a tendência de sua contenção estava presente. Procurava-se, então, restringir as bases de participação pelo controle do direito ao voto. A dinâmica particular do século XX dá novas formas àquele conteúdo. As estratégias de contenção ainda estão ali, ainda que agora aparecem em nova roupagem.

A nova realidade do pós-guerra acelera o associativismo burguês (FONTES, 2010). Algumas tendências já presentes no desenvolvimento capitalista – como a liderança do

trabalho *intelectual* sobre o trabalho *manual* – são reforçadas na conjuntura. Os tanques de pensamento já existiam, mas ganham mais fôlego, sobretudo a partir dos anos 1970, com a ocorrência do que Laval e Dardot chamam de “a grande virada” neoliberal.

O desenvolvimento da sociedade civil burguesa transformou a realidade da sociedade política e, colateralmente, da democracia. O *tanque de pensamento* é talvez o símbolo desta reconfiguração. Como mostram os estudos sobre a composição dos quadros do Instituto Fernando Henrique Cardoso, a presença de representantes do Estado é constante, bem como a de empresários e gestores do capital<sup>158</sup>. Diferentes setores das classes dominantes, são, assim, postos em uma espécie de simulacro de Congresso para debater “políticas públicas”. É o que veremos quando analisarmos o IFHC por dentro.

Aqui temos entendido este traço dos *think tanks* como sendo seu diferencial. Isso não impede a existência de características típicas de outros APHs. No caso, o IFHC também é um centro de articulação e disputa na sociedade civil. Os debates travados na sede da fundação, nesse sentido, devem ser entendidos como seleções *a priori* de pontos de vista que devem ser difundidos pelos canais de comunicação da entidade – o que implica, claro, que outros não sejam divulgados. A multiplicação desses canais, por outro lado, também expressa o esforço de conquista de espaços na sociedade civil. O IFHC esteve atento a esses caminhos, debruçando-se sobre as novas tecnologias com celeridade. A internet tem sido o terreno de expansão preferencial das iniciativas da entidade, sobretudo depois que as organizações sociais de extrema-direita tiveram sucesso no terreno.

---

<sup>158</sup> Ao longo deste trabalho, adotamos a conceituação de Antônio Gramsci também no que se refere a esse conceito: é conhecida a sentença do comunista sardo que coloca toda pessoa como filósofa, na medida em que esta é capaz de gestar uma visão e compreensão de mundo próprias. O intelectual na obra gramsciana, por conseguinte, é o formulador de cultura – que, no limite, pode ser qualquer um, ainda que existam níveis distintos de capacidade de influenciar.

Pelo lado da articulação, vemos o IFHC se conectar a diversas outras entidades, no entorno estratégico do país, por meio da Plataforma Democrática; com os grandes veículos de troca de tecnologia burguesa, como demonstram suas parcerias com organizações estadunidenses e europeias. A rede em tela é demonstrativa não apenas das pretensões hegemônicas do nosso objeto, mas também da capilaridade da organização burguesa, capaz de transmitir invenções no campo das lutas de classes entre seus diferentes setores em escala global. Este tema em particular aprofundaremos no capítulo seguinte, mas aqui já teremos, pela análise das diferentes interfaces do IFHC, condições de mensurar a escala de comunicação entre diferentes entidades burguesas – com respectiva troca de tecnologias políticas.

Neste capítulo identificaremos, ainda, classes e frações de classes que financiam o IFHC. No conjunto de apoiadores da entidade, vemos ao menos duas linhas classificatórias: por um lado, grandes capitais transnacionalizados pela América do Sul, precisamente onde a Plataforma Democrática atua, sendo uma caixa de ressonância do IFHC na região; por outro, grandes capitais radicados no Brasil. Indicativo do apoio de setores burgueses fortalecidos ao projeto. Este apoio contudo, não pode ser superdimensionado. Isso porque algumas das empresas aqui mencionadas são financiadoras crônicas de organizações de classe. De sorte que, para estas, parece ser mais importante o apoio à rede associativa do que a nós específicos. É a rede, com sua diversidade na igualdade, que oferece diferentes alternativas de gestão política, do que depende o enriquecimento do acervo da classe.

## 2.1 Contendo a democracia: regimes de tipo democrático como forma política de pacificação das lutas

Em meio à corrida presidencial que consagraria Jair Bolsonaro, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt estiveram no Brasil divulgando o então recém-lançado *Como as democracias morrem*. Por aqui visitaram o Instituto Fernando Henrique Cardoso, onde apresentaram a tese do livro e arriscaram avaliação sobre as consequências da então provável vitória do candidato da extrema-direita. Maiores detalhes serão discutidos no quarto capítulo, quando o encontro será analisado. Aqui, basta dizer que o que se ouviu na fundação foi uma advertência contundente contra um presidenciável que, assumindo o poder por meios democráticos, poderia trabalhar por dentro das instituições para solapar a democracia<sup>159</sup>.

O diagnóstico dos palestrantes projetava um horizonte sombrio. Não apenas para a política brasileira, mas para o regime democrático. O drama que o país poderia viver se inseria em uma trama maior, em que diversos outros exemplos se coligiam indicando a amplitude da crise vivida. Turquia, Estados Unidos, Inglaterra, Polônia, Itália. Nestes e em outros lugares, a eleição de líderes também chamados de *neopopulistas* ameaçava o “sadio” balanço de poderes necessário à manutenção do Estado de direito<sup>160</sup>.

A aposta no potencial destrutivo de Executivos reforçados, sustentada por Levitsky e Ziblatt, indica os possíveis descaminhos que intervenções burguesas em prol da estabilidade política eventualmente tomam. Isso porque a hipertrofia dos poderes presidenciais já foi identificada como manobra para conter a instabilidade genética da democracia em uma

---

159 <https://fundacaofhc.org.br/iniciativas/como-morrem-as-democracias-por-steven-levitsky> (acessado em 16/11/2019 às 16h03)

160 *Idem*.

122

sociedade capitalista<sup>161</sup>. O diagnóstico da crise atual por autores da ordem, assim, revela mais sobre a falha estrutural do regime do que parece fazê-lo à primeira vista.

Quando analisamos as crises democráticas, as mais recentes parecem ser resultantes de soluções encontradas durante o desenvolvimento das anteriores. É uma impressão útil na medida em que desloca o interesse dos aspectos acidentais para elementos estruturantes da relação conflituosa entre democracia e capitalismo. Já no século XIX os intelectuais burgueses advertiam contra as forças democratizantes. O regime, afinal, reivindicava o poder popular – do *povo*, do *demos* – como fonte de legitimidade para suas instituições de regulação, mas o fazia sobre uma forma de sociabilidade que exclui a maioria do direito gozado por poucos - o direito à propriedade. Luminares do pensamento burguês, de John Stuart Mill aos federalistas estadunidenses <sup>162</sup>, envidaram esforços para evitar a emergência da assim chamada tirania da maioria, tentando acomodar o processo de democratização – que gente como Tocqueville via como *imparável* – aos estreitos limites de um modo de vida dominado pelo capital<sup>163</sup>. Deste ponto de vista, ao se tornar regime político de uma sociedade de classes, a democracia deveria se tornar também instrumento de reprodução da hierarquia estabelecida, sob pena de gerar condições para a correção do abismo existente entre a igualdade política e a igualdade social.

---

<sup>161</sup> É uma das teses do importante livro de Domenico Losurdo. *Democracia ou bonapartismo*. Também está presente como prescrição em relatório intitulado *Crisis of Democracy*, encomendado pela Comissão Trilateral e lançado por Samuel Huntington, Michel Crozier e Joji Watanuke, em 1975. Ver: [https://trilateral.org/download/doc/crisis\\_of\\_democracy.pdf](https://trilateral.org/download/doc/crisis_of_democracy.pdf) (acessado em 16/11/2019 às 16h04)

<sup>162</sup> CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da democracia**. Uma introdução crítica. Porto Alegre: Grupo A, 2009.

<sup>163</sup> Democracia nas Américas. Tocqueville, aliás, foi importante intelectual da primeira metade do século XIX, e seus estudos revelam claro esforço para aclimatar o processo de desenvolvimento democrático às relações sociais dominantes. Criação de oposição, elogio da prudência administrativa. Tudo isso está em *Lembranças de 1848*.

A democratização, assim, representa o avanço popular sobre a política, e, desde as primeiras experiências modernas com este regime, a ampliação dos direitos de participação significou vitórias da luta proletária<sup>164</sup>. As pesquisas sobre o tema ajudam a evidenciar a falácia das posições burguesas que identificam democracia e liberalismo, como se aquela fosse um desdobramento natural deste<sup>165</sup>. A história da democracia, portanto, é também a história das lutas contra ela, e sua *crise* deve ser entendida como o *desgaste de uma forma de dominação* que, embora extremamente plástica, põe-se progressivamente novos limites, dada a incapacidade de solucionar aquela falha estrutural. Nesta seção, abordarei algumas manobras das classes dominantes para impedir ou, quando a força dos subalternos se demonstrou grande demais, tutelar a democratização.

O trabalho de Domenico Losurdo sobre o tema fez grande parte do trabalho. Nesta obra, o autor apresenta uma vantagem em relação a tantas outras histórias da democracia. Com efeito, em nenhum momento o regime político é analisado sem referência às bases materiais da sociedade em que ele era imposto. Desta forma, o italiano esquadriha as tentativas de acomodação da democracia ao capitalismo, demonstrando como a caracterização do regime variara conforme a definição que se fazia de *cidadania*, e esta luta, por sua vez, expressava as correlações das lutas de classes, gênero e raça. Restringir a participação, por conseguinte, foi um dos primeiros esforços considerados por aqueles que queriam conter a energia democratizante nos limites da sociabilidade burguesa<sup>166</sup>. Mas o

---

164 Eley, Geoffrey. **Forjando a democracia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2009; ROSENBERG, Artur. Democracia e socialismo. Rio de Janeiro: Global, 1986.

165 É a posição de Norberto Bobbio. BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. São Paulo: Edipro

166 LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo**. Triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

prosseguimento das pesquisas na área revela que outros métodos foram empregados com variável sucesso.

Seguindo método que privilegia a construção de modelos, há também o trabalho clássico de Crawford Brough Macpherson. A exemplo de Losurdo, o autor também não perde de vista as determinações sociais da democracia; e sua contribuição fundamental se dá no sentido de desvelar os interesses materiais das teorias da democracia *liberal*. Os *modelos* de que fala são, assim, a consolidação de esforços intelectuais que atuam no sentido de adequar regimes políticos de tipo democrático a uma forma social cuja classe e frações de classe dominantes aspiram à manutenção da ordem pela solução pacífica dos conflitos originados pela distribuição desigual de propriedades<sup>167</sup>. O regime político, portanto, tem papel fundamental não apenas na reprodução do capitalismo, mas também em sua organização interna, com a institucionalização de mecanismos de solução de confrontos radicados em uma sociabilidade eminentemente conflituosa. Os *modelos* versam precisamente sobre a *forma* de regulação dos dissensos, assentando-se em princípios moventes em torno dos quais os intelectuais da ordem trabalham para redesenhar continuamente os limites da arena política legal. Trata-se de um *insight* que aqui tento desenvolver.

Na minha leitura, o trabalho de Macpherson deixa entrever que as teorias democráticas da ordem sintetizam lutas de classes presentes e passadas, não apenas das classes sociais fundamentais, mas também as disputas *intraburguesas*. Os estudos sobre a *democracia protetora*, por exemplo, revelam sua adequação a uma sociedade de livre mercado em que os cidadãos deveriam ser protegidos de “governos rapaces”. O laço que

---

167 MACPHERSON, Crawford Brough. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.p. 17.



uniria o *sistema econômico* ao regime político, neste formato, seria o da preservação das trocas mercantis e da igualdade jurídica, assegurado pela prerrogativa de escolha dos líderes, inerente ao regime<sup>168</sup>. Ao associar este modelo democrático a pensadores como James Mill e Jeremy Bentham, Macpherson reporta o leitor à “fase heroica” da burguesia, quando a democracia ainda era valorizada principalmente pela sua capacidade de proteger a circulação mercantil e limitar os poderes monárquicos, assegurando um mecanismo de proteção contra rompantes “autoritários”. Enquanto fundamentada sobre este pilar, a democracia refletiu uma etapa histórica que tinha na burguesia seu sujeito revolucionário. O proletariado organizado autonomamente não havia entrado em cena, e 1848 ainda era apenas um número. O princípio *cada cabeça um voto* não era visto como uma ameaça às posições dominantes<sup>169</sup>, e a diligente defesa da alternância de poder assegurava que mesmo os choques entre os dominantes encontrariam uma solução pacífica.

A situação era outra após a Segunda Guerra Mundial. Com efeito, a vitória aliada sobre os fascismos e a presença do impressionante exército vermelho no continente europeu trouxeram novos desafios aos capitalistas. Sobre isso o trabalho de John Lewis Gaddis é particularmente elucidativo. Assumindo o ponto de vista das relações internacionais burguesas, o autor, ainda que sem querer, acaba por revelar um importante papel desempenhado pela vitória soviética no Ocidente. Além do prestígio auferido pela destruição do Terceiro Reich, ao fim da guerra, a URSS contava com inigualável exército mobilizado

---

<sup>168</sup> ‘MACPHERSON, Crawford Brough. **A democracia liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.p 39.

<sup>169</sup> Muito embora Lukács defenda que alguns críticos sociais, como Linguet, antes mesmo da Revolução Francesa, já haviam percebido as contradições entre igualdade e liberdade política e igualdade e liberdade reais do homem que desafiavam a estabilidade democrática. Ver LUKACS. G. Concepção aristocrática e concepção democrática de mundo. IN: O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2009 p. 27

na Europa, o que representava enorme ponto de tensão entre os ex-aliados. Diante disto, Gaddis defende que a cautela e a busca por segurança foram os princípios norteadores da assim chamada Guerra Fria – o que, se por um lado ajuda a explicar a existência e o prolongamento do conflito; por outro, ilustra a particular correlação de forças verificada no período, bem como a disposição burguesa à negociação nas áreas sob alcance do poderio militar soviético<sup>170</sup>. Era preciso conter a ameaça vermelha, ainda mais forte depois de o Kremlin testar com sucesso sua primeira bomba nuclear.

As classes e frações de classes dominantes dos países ocidentais teriam de lidar com uma classe trabalhadora reforçada pela experiência recente de resistência e vitória sobre a extrema-direita. Se considerados o internacionalismo ainda cultivado por setores da esquerda revolucionária e a paranoia burguesa, a “superpotência” do Leste representava efetivo acervo de poder material, virtualmente disponível aos seus partidários no Ocidente. Mais do que o *choque entre dois modos de vida vistos como viáveis*, o período representa de fato um momento específico das lutas de classe, em que o monopólio fático da força pela burguesia não era evidente.

Quanto mais porque a dominação de suas congêneres europeias sobre colônias afro-asiáticas desmanchava aceleradamente. Existiu certa tendência de estudar o pós-guerra considerando apenas os eventos europeus, mas essa, sobretudo ao idealizar *uma dourada de paz e prosperidade capitalista*, é hoje considerada uma perspectiva sumamente eurocêntrica, quando não mera peça de propaganda<sup>171</sup>. A imagem idílica de um proletariado que se integrava harmonicamente à sociedade de mercado não passou de um mito<sup>172</sup>. A paisagem

---

170 GADDIS, John Lewis. **A guerra fria**. Lisboa: 70, 2007.

171 HOBSBAWH, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

172 BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.

que surge de estudos que consideram a periferia capitalista é muito mais belicosa, e nela as classes estavam em guerra aberta. Mais: o panorama mundial nos anos 1950 e 1960, sobretudo após o triunfo dos comunistas chineses e dos nacionalistas cubanos, era de fato preocupante para a burguesia, de sorte ser anacrônico considerar aquela “ameaça” como mera fantasia, muito embora paranoia não tenha faltado.

Assim, quando não em guerra aberta, a reação burguesa assumiu a forma de inclusão subalterna na ordem. Onde foi possível, tratou-se de buscar o apaziguamento da politização, por meio de instrumentos de bem-estar e pelo aparelhamento de mecanismos de participação política<sup>173</sup>. Estudos sobre os partidos sociais-democratas mostram como a conciliação de classes por eles operada correspondeu a uma manobra contrarrevolucionária em época de ascensão das lutas populares, e o próximo capítulo contará a história da maturação do princípio da *coesão social* como signo de um conjunto de contrarreformas apassivadoras que circunscreviam um lugar para o irreduzível dissenso. Por outro lado, além de contar com inestimável apoio político, o capitalismo ganhou força também em razão de sua própria dinâmica destrutiva, capaz de *produzir* trabalhadores em excesso. O cenário do pós-guerra é, portanto, especialmente complexo, inclusive porque a própria lógica do desenvolvimento do capital jogou um papel importante na conformação do compromisso fordista.

Por isso que defesas enfáticas de um futuro socialista não podem ser consideradas hiperbólicas nessa quadra histórica. Na Genebra de 1946, Lukács advertia contra a

---

<sup>173</sup> O espaço em questão se restringiu praticamente à Europa Ocidental. Só no Velho Mundo a mistura de reformismo social e rebaixamento democrático foi experimentada de modo sistemático. Na periferia, a Doutrina Mann ainda regia a ação do Estado estadunidense. O princípio defendia as boas relações com ditaduras militares e outros regimes autoritários, contanto que eles fossem pró-americanos e anticomunistas (CANCELLI, p. 108). Entre os pensadores liberais da década de 1950, existia certo consenso de que a democracia só poderia ser alcançada por países modernos e industrializados, o que encarava os eventuais *défices democráticos* na região como uma necessidade estrutural contra a qual nada se podia fazer (p. 110). Ver: CANCELLI, Elizabeth. *Op. Cit.*

reminiscência de bolsões fascizantes no seio das democracias liberais europeias, atacando neles sua “visão aristocrática de mundo”. Fazia-o em nome do socialismo democrático, visto como único capaz de esposar conseqüentemente a visão *democrática de mundo*, muito difundida também pela constatação do horror vivido na Guerra. Era, afinal, a defesa de uma democracia *autêntica* que encontraria na revolução proletária seu apogeu, pela enfim superação das diferenças entre liberdades potenciais e liberdades reais<sup>174</sup>. Dimensionado ao lado do poder material aparentemente detido pela esquerda revolucionária, o discurso do Lukács estava longe de soar exagerado, e a burguesia atenta escalou seus representantes para enfrentar sua repercussão no campo de batalha intelectual. A polêmica com Karl Jaspers é conhecida e talvez o tenha gabaritado a receber financiamento de agências burguesas interessadas em contrabalancear o suposto domínio comunista na “guerra cultural”<sup>175</sup>.

É disso que trata a incontornável pesquisa de Elizabeth Cancelli. A autora segue os rastros de financiamento e suporte material aos *intelectuais* burgueses que, naquela conjuntura, operaram com o fito de formular, na arena cultural, alternativas que correspondessem, em parte, àqueles esforços de contenção popular; em parte, às tentativas de organizar o bloco dominante. Apresentando importante documentação, Cancelli revela como o Departamento de Estado estadunidense, a CIA e grandes fundações empresariais, com a Ford e a Rockefeller, patrocinaram movimentos em defesa dos “valores ocidentais” contra o comunismo<sup>176</sup>. Em uma seara onde reina o conspiracionismo, o trabalho recheado de fontes de arquivo é um oásis.

---

<sup>174</sup> LUKÁCS, G. *Op. Cit* p. 19

<sup>175</sup> CANCELLI, Elizabeth. O Brasil na guerra fria cultural. O pós-guerra em releitura. São Paulo: Artes e Livros, 2017.

<sup>176</sup> Também a democracia seria um primado “ocidental”, e esses tanques de pensamento se lançaram ativamente no embate em favor de um regime de tipo democrático adequado aos limites do desenvolvimento capitalista. Neste intento, a Fundação Rockefeller chegou a publicar livros defendendo o

Dentre os esforços, a historiadora destaca o Congresso pela Liberdade da Cultura (Congress for Cultural Freedom). Sua primeira edição, realizada em Berlim, em 1950, além de lançar seus homônimos no Ocidente, produziu e publicou o “Manifesto dos Homens Livres”. O documento, entre suas 14 teses, evidencia o uso político da teoria do *totalitarismo*, acusando os Estados enquadrados nesta baliza de serem inimigos da liberdade<sup>177</sup>. Os alvos óbvios eram as organizações inspiradas pela Revolução de Outubro. “Em seu auge”, anota Cancelli

o Congresso pela Liberdade da Cultura tinha 35 escritórios em diversos países, empregava mais de trezentas pessoas e construía agendas de discussão intelectual que tinham como assunto dominante a luta contra o totalitarismo. O ponto nodal das discussões do CCF era o paralelo entre o nazismo e o comunismo como sistemas totalitários. O ódio e o fanatismo eram recordados e denunciados como comuns tanto ao nazismo quanto ao comunismo, responsáveis em última análise, pela era de escuridão (*darkness*) do sombrio século XX. Deste paralelismo entre nazismo e comunismo se fixou também o conceito/adjetivo de totalitarismo para ambos. Nele, o questionamento era o da perda total da dimensão humana e de sua substituição por códigos brutais de ação baseados na crença de que sistemas políticos pudessem libertar o homem. O livro de Hannah Arendt, *As Origens do Totalitarismo*, publicado em 1951, tornar-se-ia a obra síntese e de maior prestígio deste paralelo (P. 24-25).

Segundo a autora, estudos da área mostram que, além de combater o modo de vida soviético, a *Cultural War* estadunidense subsidiou intelectuais, e não apenas anticomunistas. Também “nomes de destaque da inteligência internacional com posições de esquerda, mas críticos ao regime soviético”, como a *New Left*, receberam subsídios que integraram os esforços de construção de uma esquerda “democrática”, isto é, para o capital (p, 27). Tratava-se de combater qualquer perspectiva de democracia com horizonte socializante, de inclinação *totalitária*, além do próprio comunismo<sup>178</sup>. Desta análise, depreende-se, ainda, a tentativa

---

“poder da ideia democrática” contra o “autoritarismo igualitarista”. A edição brasileira saiu em 1963, em conjuntura quente que culminaria com o golpe de Primeiro de Abril. Ver: ROCKEFELLER BROTHERS FOUNDATION. **O poder da ideia democrática**, 1963.

<sup>177</sup> CANCELLI, *Op. Cit.* p. 22-24

<sup>178</sup> O importante trabalho de Jacob Talmon, *The Origins of Totalitarian Democracy*, lançado em 1952, deve ser dimensionado à luz deste projeto. Nele, o autor diferenciou a democracia para a liberdade, desejável;

de conformação de espaços de disputa política autorizada, cujos oponentes expressassem suas diferenças sem atacar o sociometabolismo capitalista.

Seguindo a senda deixada pela autora, vemos que as manobras alcançaram também a América Latina, onde os intelectuais eram vistos como especialmente importantes pela sua influência política. No Brasil, a burguesia estadunidense financiou revistas, como a *Cadernos Brasileiros*, fomentou grupos de pesquisa – o caso do apoio da Fundação Ford, peça central neste tabuleiro, a Cebrap é conhecido<sup>179</sup> - e patrocinou acadêmicos e artistas<sup>180</sup>.

Como vimos no primeiro capítulo, as ciências sociais constituem campo importante de investimento pela burguesia. Com efeito, desde os primórdios do capitalismo, *trabalhadores intelectuais* organizaram princípios de administração do capital e da sociedade dominada por ele. Do ponto de vista que interessa nesta seção, importa destacar que a conjuntura sob análise viu pesquisas sobre manobras contrarrevolucionárias democráticas serem desenvolvidas. Algumas ideias-força simbolizam a produção, e sua popularização representa a importância do trabalho intelectual objetivado na melhora da posição relativa da burguesia e suas frações internas nas lutas de classes. São essas mesmas lutas a matéria-prima de ideias do tipo, e sua transformação em tecnologias políticas disponíveis no acervo de táticas dos dominantes mostra como o desafio de manipular uma forma social irremediavelmente contraditória é apreendido e racionalizado pelos intelectuais da ordem.

Assim, se aquele primeiro modelo de Macpherson representou as ideias formuladas principalmente por disputas contra a aristocracia nobilitar, o que ele intitula de *democracia*

---

da democracia totalitária, na qual o excesso de intervenção do Estado em nome de direitos sociais conduziria ao temido “totalitarismo”

<sup>179</sup> CANCELLI, *Op. Cit* 15-44 p.

<sup>180</sup> A lista apresentada causa desconforto por conter nomes importantes da cultura nacional, como Manuel Bandeira, Cecília Meirelles, Érico Veríssimo e João Guimarães Rosa. Ver: CANCELLI, *Op. Cit* P. 33.

*de equilíbrio* é o produto teórico desta etapa peculiar das lutas de classes. Nela entrevemos o desafio formidável representado pela existência de uma “superpotência proletária”, não apenas pelo reforço relativo da classe trabalhadora, mas também pelo potencial destrutivo que os inevitáveis entrechoques burgueses poderiam alcançar nesta conjuntura<sup>181</sup>. Erigido no pós-guerra, o autor ressalta como, diante do quadro acima esboçado, mostrou-se necessário produzir apatia social. Desmobilização entendida por mim não apenas como contenção de reivindicação dos dominados, mas também como *despolitização* das frações burguesas, cujas disputas registradas até a Segunda Guerra já haviam se mostrado capazes de dramáticos abalos sísmicos. Deste ponto de vista, o modelo sintetiza essa busca comum levada a cabo por trabalhos dispersos, alguns apoiados inclusive materialmente por agências da burguesia estadunidense – líder no esforço de organização do “bloco ocidental”<sup>182</sup>.

Aquele princípio norteador ganhou vazão prática com o desenvolvimento de uma nova definição de democracia. Em 1942, o lançamento de *Capitalismo, socialismo e democracia*, por Joseph Schumpeter, apresentaria ao mundo o “método democrático”, “arranjo institucional para se chegar a decisões políticas em que indivíduos adquirem o poder de decidir através de uma luta competitiva pelos votos do povo”<sup>183</sup>. Se a conjuntura potencialmente revolucionária é o solo em que o modelo germina, a contribuição schumpeteriana é a força centrípeta que organiza diferentes trabalhos a ponto de ser possível falar em um *modelo*. As *regras do jogo* foram transformadas em moldura de embates

---

181 MACPHERSON, *Op. Cit.* p. 91.

182 CANCELLI, *Op. Cit.*

183 HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda**. A democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994. p. 16

inevitáveis, cuja solução institucional por meio de eleições deveria evitar que eles se desdobrassem em conflagração aberta.

Samuel Huntington avalia que o sucesso schumpeteriano seria verificado nos anos seguintes, quando a “teoria clássica da democracia, definida em termos de ‘vontade do povo’ (fonte) e de ‘bem comum’ (propósito) fora “definitivamente” abandonada<sup>184</sup>. Em texto de 1991, avalia o autor

Por algum tempo depois da Segunda Guerra Mundial, travou-se um debate entre aqueles que, na linha clássica, definiam democracia segundo fonte ou propósito e o crescente número de teóricos que aderiam ao conceito processual de democracia, à maneira schumpeteriana. Nos anos 1970 o debate havia terminado e Schumpeter vencera<sup>185</sup>.

É verdade que, do ponto de vista dos anos 1990, o trabalho de Schumpeter se provou extremamente influente. Tanto como base de um *modelo de democracia* vigente por anos quanto por fornecer um instrumento de solução pacífica de conflitos. Com efeito, ao reduzir a democracia a um *mercado eleitoral*, a politização ficava temporal e formalmente circunscrita. Essa eficiência em descomprimir os regimes de tipo democrático é visível no desenvolvimento de pesquisas a partir do patamar de reflexões alcançado pelas contribuições de Schumpeter. Entenderia democracia mais ou menos à maneira schumpeteriana a renovada safra de pesquisas sobre sistema eleitoral e suas variáveis internas, que viria à luz a partir dos anos 1970<sup>186</sup>. No conjunto de esforços de manutenção da ordem aqui destacado, a redução da democracia a um *procedimento* consiste em passo importante na conformação do regime aos limites da sociabilidade capitalista. Em comum a essas abordagens o elogio à plasticidade

---

<sup>184</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>185</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>186</sup> Como um movimento do *contra-ativismo empresarial* de que fala Grégoire Chamayou. Veremos mais sobre isso no terceiro capítulo, mas para a discussão sobre a *genealogia do liberalismo autoritário* e a importância contrarrevolucionária dos anos 1970 e 1980, ver: CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**. Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu, 2020.



de uma forma de governo capaz de se conformar às peculiaridades de contextos particulares, impedindo o esgarçamento do tecido social para além de seus limites da sociabilidade burguesa. Tudo isso devido ao poder estabilizador do sistema eleitoral bem ajustado.

Mas há razões para duvidar da sentença definitiva de Huntington. Ele foi consultor do Departamento de Estado estadunidense pelo menos desde 1968, e a normalização de sociedades capitalistas durante a Guerra Fria foi uma de suas responsabilidades<sup>187</sup>. Com este objetivo, apoiou a modernização autoritária em países sob ditadura militar<sup>188</sup>; auxiliou os processos de redemocratização liderados por ditadores, dentre os quais se destaca o caso brasileiro, o qual contou com seu aconselhamento pessoal<sup>189</sup>; e contribuiu com os esforços de contenção dos “excessos” das redemocratizações iniciadas nos anos 1970 – dentre os quais consta a edição e publicação do livro com o diagnóstico da vitória schumpeteriana<sup>190</sup>. Lançado em 1991, o trabalho defende que *ondas de autoritarismo* historicamente sucederam as *ondas de democratização*<sup>191</sup>, e, por isso, seria necessário identificar padrões sociais que favorecessem a reversão autoritária, a fim de evitar a *desconsolidação democrática*. Neste livro, Huntington é até explícito no combate a outras definições de democracia que poderiam entrar em choque com o capitalismo – recorrendo até a um *guia de ação para democratizadores*, a fim de circunscrever os limites de atuação do regime e da política nas

---

187 CANCELLI, *Op Cit.* p. 111

188 VER: HUNTINGTON, Samuel. O soldado e o Estado. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

189 LEMOS, Renato. A CONEXÃO HARVARD E A POLÍTICA DE DESCOMPRESSÃO: SOBRE AS ORIGENS DA TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL PÓS64. Tempos Históricos • Volume 18 • 2º Semestre de 2014

190. HUNTINGTON, Samuel. *Op. Cit.*

191 Teriam existido três. A primeira, transcorrida entre 1820 e 1926, teria sido revertida pela ascensão dos fascismos; a segunda, iniciada no pós-guerra, estancada entre 1960 e 1975, com as guerras coloniais; e a terceira, iniciada em 1975, com o debacle dos últimos impérios coloniais formais, a derrubada do autoritarismo na Península Ibérica e o início de movimentos de redemocratização na América Latina, era ameaçada por excessos reformistas e a sensação de ameaça das esquerdas (HUNTINGTON, Samuel. *Op. Cit.* p. 281-282).

sociedades democratizadas neste formato. *A terceira onda* é um documento importante por mostrar a resiliência de ameaças à “democracia limitada”, identificadas na lista de possíveis desencadeadores de “reversão autoritária” formulada pelo autor<sup>192</sup>. Não existia clara vitória de Schumpeter nos anos 1970. Em vez disso, parte dos intelectuais burgueses trabalhava duro para tornar possível essa redução, e o diagnóstico do próprio Huntington – um dos mais dedicados à missão – deve ser considerado também ele como esforço em favor daqueles limites.

A formação daquele modelo de democracia *de equilíbrio*, portanto, não deve apagar as contradições existentes no período de sua vigência. Seria uma leitura superficial da obra de Macpherson, que jamais reduziu a história das teorias democráticas aos modelos que apresenta. A realidade, como se sabe, é muito mais caótica, e o pós-guerra foi atravessado por conflitos em torno dos limites da democracia que transcenderam mesmo os marcos temporais da chamada Guerra Fria até os nossos dias<sup>193</sup>. Qualquer tentativa de recomposição de uma “história das ideias” com formas de pensamento sucessivas e cumulativas é necessariamente simplista e, em larga medida, ideológica, posto que apaga discursivamente a diversidade – e o conflito – social.

O exemplo mais óbvio de uma forma democrática que não se reduz à fórmula schumpeteriana é a derivada das reflexões de Isaiah Berlin. Ainda na conjuntura quente do pós-guerra acima apresentada, o filósofo publicaria *Dois conceitos de liberdade*, em 1958. O

---

192 HUNTINGTON, Samuel. *Op. Cit*

193 Mesmo um liberal como Norberto Bobbio, já nos anos 1990, defendia que a democracia deveria ser considerada como o “natural desenvolvimento” do Estado Liberal precisamente por sua “fórmula política”, isto é, a soberania popular (BOBBIO, 2017, p. 65). E claro que, do ponto de vista deste trabalho, tal defesa não faz qualquer sentido, porque o conjunto de direitos que distingue o Estado liberal prepara as condições para a perversão da soberania popular exatamente por não interferir na transposição, para o âmbito da disputa política, das desigualdades de classe. Ver: BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Edipro, 2017.

ensaio distinguiu as liberdades *positiva* e *negativa*, esta considerada a ausência de constrangimentos à ação dos indivíduos; aquela, a garantia de condições para que os indivíduos persigam seus objetivos. Se a primeira, por um lado, é restringida pelo ordenamento jurídico, que estabelece leis que limitam a ação individual; por outro, é assegurada por direitos civis, como o de associação, expressão e livre trânsito. A segunda, por sua vez, quando descontrolada, representaria uma ameaça a esses mesmos direitos, inclusive e principalmente ao de propriedade, posto que abria espaços para o autoritarismo sobre o direito das minorias – inclusive dos proprietários<sup>194</sup>.

Desta forma, Berlin privilegia as liberdades *negativas* na constituição de sua defesa da democracia como o regime mais apto a assegurar a liberdade. Qualquer ação fora da definida naqueles limites seria o primeiro passo na caminhada rumo ao totalitarismo<sup>195</sup>. Claro que o contexto de produção da obra deixa marca evidente no produto final. Dimensionado nesta quadra histórica, *Dois conceitos de liberdade* teria exercido o papel de organizar a defesa filosófica do liberalismo contra qualquer intervenção “social” do *welfarismo*<sup>196</sup>. E o faria de uma maneira singelamente distinta da verificada nas reflexões de Schumpeter. Se este definiu a democracia como um *método de seleção de governantes*, ao privilegiar as liberdades negativas, Berlin cria terrenos inacessíveis ao poder “coercitivo” da sociedade, tornando-se matriz seminal de uma nova forma de conter os conflitos derivados da dinâmica expansiva do capital – tudo isso sem se contrapor ao princípio movente da teorização de Schumpeter, com o qual, pelo contrário, se associa<sup>197</sup>.

---

194 BERLIN, Isaiah, Os dois conceitos de liberdade. In: HARD, H (org.), **Estudos sobre a humanidade**, São Paulo, Cia. das Letras, 2002.

195 CUNNINGHAM, Frank *Op. Cit.* P. 48-52.

196 TULLY, James. Two concepts of liberty in context. In: BAUM, B. (org.) **Isaiah Berlin and the politics of freedom**. Nova York: Routledge, 2014, p.24.

197 CUNNINGHAM, Frank *Op Cit.*

Frank Cunningham foi quem me chamou atenção para a importância de Berlin na democracia moderna. De acordo com o autor, a defesa berlineana da liberdade negativa se combina com o entendimento do *pluralismo* como *mínimo democrático*, por prescrever a liberdade de expressão de diferentes visões de mundo, no limite todas igualmente aceitáveis, considerada a impossibilidade de definição de uma ética universal apriorística<sup>198</sup>. A filosofia se assenta na premissa da impossibilidade prática do dirigismo coletivo, posta a incapacidade de conhecimento da realidade complexa por um grupo restrito de pessoas. Neste preciso sentido, *liberdades negativas*, definida pelo direito ao pleno exercício de direitos civis; e *pluralismo*, pela a autonomia de diferentes modos de vida, combinam-se na defesa de uma forma democrática cujo âmbito privado é necessariamente heterogêneo, e o público, limitado à conservação das liberdades individuais.

Operando em base similar, Friedrich Hayek, o “pai” do neoliberalismo, também restringe a base de ação governamental. É curioso notar como esses autores raramente aparecem correlacionados, e à Berlin não é atribuída filiação ao neoliberalismo<sup>199</sup>. Do ponto de vista aqui desenvolvido, todavia, as reflexões de ambos respondem ao mesmo problema de fundo, ainda que diferentemente. De fato, a obra hayekiana acentua a questão moral de uma forma que inspiraria, mais à frente, a *nova direita* inclusive contra setores que tiraram inicialmente proveito de sua definição de *democracia limitada*<sup>200</sup>. Mas, na precisa definição dos limites democráticos, Berlin e Hayek mais se assemelham do que divergem.

---

<sup>198</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>199</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/30/mais!/16.html> (acessado em 19/11/2019 às 17h21)

<sup>200</sup> O trabalho de Wendy Brown é particularmente instrutivo sobre isso, e sua leitura é muito recomendada.

Ver BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.

Claro que o problema já está posto em *O caminho da servidão*, de 1944, mas aqui gostaria de destacar as reflexões realizadas pelo autor em excursão pela Austrália no ano de 1976. Na ocasião, Hayek visitou universidades e tanques de pensamento no país, concedendo palestras sobre os problemas políticos da democracia moderna. Algumas dessas apresentações foram lançadas em coletânea, e um do texto se destaca por discutir precisamente os limites democráticos<sup>201</sup>. Em *Whither democracy?*, o autor avalia como as transformações do regime no século XIX trouxeram novos elementos na história do alcance governamental. Segundo ele, por séculos, o que se viu foram esforços de contenção do poder político, esforços dos quais o constitucionalismo seria o melhor exemplo. Aquele século testemunhou, contudo, o advento de uma nova crença: a ocupação do governo por representantes eleitos pela maioria tornava qualquer outra limitação de poderes desnecessária, de sorte que as salvaguardas constitucionais erigidas ao longo do tempo poderiam ser dispensadas<sup>202</sup>. Assim teria nascido o que Hayek chama de *democracia ilimitada*. Ela, e não a democracia enquanto tal, seria a “abominação” a ser combatida daquele momento<sup>203</sup>.

O autor parece preocupado com poderes autoritários detidos por um governo que, sem limites, poderia agir contra minorias circunstanciais. Se esta é uma questão cara à luta pelos direitos humanos, que no pós-guerra ganhou espaço, sendo incluída na agenda

---

201 HAYEK, Friedrich. **Social justice, socialism and democracy. Australian lectures.** Turrumurra: Centre for Independent Studies, 1976.

202 No original, em inglês, consta assim: Suddenly it was believed that the control of government by elected representatives of the majority made any other checks on the powers of government unnecessary, so that all the various Constitutional safeguards which had been developed in the course of time could be dispensed with. Ver: HAYEK, Friedrich. **Social justice, socialism and democracy. Australian lectures.** Turrumurra: Centre for Independent Studies, 1976, p. 34

203 No original, em inglês, consta assim: While personally I believe that democratic decision on all issues on which there is general agreement that some government action is necessary is an indispensable method of peaceful change, I also feel that a form of government in which any temporary majority can decide that any matter it likes should be regarded as "common affairs" subject to its control is an abomination. Ver: HAYEK, Friedrich. **Social justice, socialism and democracy. Australian lectures.** Turrumurra: Centre for Independent Studies, 1976, p. 34

de instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas, Hayek a reivindica como defesa da *liberdade individual* em um duplo sentido bem específico: o de viver e o de possuir. O autor, por conseguinte, vê como igualmente ilegítimas leis que atentem contra a vida e contra a *propriedade* de um indivíduo ou de uma minoria<sup>204</sup>. Trata-se de conjugar democracia com *direitos naturais, definidos pelos costumes e tradições* – daí também a inviolabilidade das relações familiares pelo Estado; a família é entendida por Hayek precisamente como o bastião dos costumes e da tradição contra “engenharias sociais”; e da liberdade contra o *autoritarismo*<sup>205</sup>. Daí sua proximidade com Berlin: em um mundo complexo onde não há *verdade em si*, a tradição e a família são os depositários de certeza sem as quais a própria sociedade fica ameaçada. Por isso a necessidade paradoxal de “conter” o social, entendido como a disposição de governos em seguirem indiscriminadamente as pressões por maior intervenção estatal.

Apesar da importância de Hayek, é entre os ordoliberais que o potencial de uma zona fortificada contra pressões “políticas” aparece de modo cristalino. Wendy Brown mostra como os *ordoliberais* diferem dos demais *neoliberais* por não atacarem o *tamanho* do Estado de Bem-Estar Social, mas suas *funções*. Segundo a autora, autores como Walter Eucken (1891-1950) criticaram os desdobramentos da pressão das massas, cuja modalidade de intervencionismo, assentada na reivindicação de direitos sociais e na regulamentação de atividades econômicas, resultaria no paradoxal enfraquecimento da economia e do Estado. Um dos fundadores da doutrina, Eucken defendia que

---

204 No original, em inglês, consta assim: Arbitrary oppression - that is coercion undefined by any rule by the representatives of the majority - is no better than arbitrary action by any other ruler. Whether it requires that some hated person should be boiled and quartered, or that his property should be taken from him, comes in this respect to the same thing Ver: HAYEK, Friedrich. **Social justice, socialism and democracy. Australian lectures.** Turrumurra: Centre for Independent Studies, 1976, p. 35

205 BROWN, Wendy. *Op. Cit.*

a solução ordoliberal para esse problema envolve isolar o Estado tanto da democracia quanto da economia. Isso é realizado pela transformação da constituição política mais em um *ethos* animador do que um documento soberano, e pela complementação dessa constituição política com uma econômica (p. 95).

A necessidade de uma *constituição do tipo* vem da multiplicidade de *ordens econômicas possíveis*, o que, considerando os efeitos da politização sobre a questão, subsumiria o manejo da economia a demandas momentâneas e ao embate da arena política. No quadro de um capitalismo cada vez mais complexo, a aplicação e a gestão dos mecanismos econômicos “exigem uma planta técnica para uma ordem técnica gerida por especialistas técnicos” (p. 96).

É claro que a despolitização pretendida pelos ordoliberais é uma decisão política. O insulamento do aparelho econômico dela resultante tenta impedir que o terreno acidentado das lutas transcenda limites indesejáveis. Desta forma, estanca-se não apenas a influência da soberania popular sobre a “economia”, como se apazigua também os confrontos entre as frações das classes dominantes sobre como e quais deveriam ser os pilares da ordem econômica.

A importância do ordoliberalismo é destacada por Dardot e Laval. Eles demonstram como os adeptos da doutrina aproveitaram uma “grande oportunidade” deixada pelo pós-guerra para se aproximarem do poder político na República Federal Alemã, então sob ocupação das forças ocidentais que compuseram a aliança contra o Eixo<sup>206</sup>. A partir da posição privilegiada alcançada no Conselho Econômico criado em 1948, tiveram importante papel no “milagre alemão”; na formação da “economia social de mercado”, durante o governo de Konrad Adenauer; e, finalmente, influência sobre os tratados que regulamentaram a integração europeia<sup>207</sup>. Com efeito, como veremos no próximo

---

206 BROWN, Wendy. *Op. Cit.* p. 256

207 BROWN, Wendy. *Op. Cit.* 245-269.

capítulo, os documentos constitucionalizam princípios caros aos ordoliberais – como a gestão técnica da economia, a estabilidade monetária, a flexibilização de direitos sociais e a livre concorrência – sem deixar de lado a preocupação com possíveis ebulições sociais que transgredissem os limites demarcados.

O que une Berlin, Hayek e os ordoliberais é aposta na privatização como forma de solucionar os gargalos da sociedade capitalista desenvolvida. A posição berlineana de sustentação das *liberdades negativas*, como vimos, deriva de uma premissa: a atividade livre e espontânea dos indivíduos é *melhor* do que o dirigismo Estatal, postos a complexidade do mundo social e os riscos do “totalitarismo”. Em Hayek, o combate ao “intervencionismo” vem da aposta na vitalidade moral da família tradicional, cujo modo de vida teria se provado efetivo no teste do tempo. Para os ordoliberais, a complexidade do capitalismo abre condições de possibilidade para múltiplas ordens econômicas, e a intervenção “política” nesta esfera, por maiorias circunstanciais expressas pelos métodos democráticos, traria aqueles mesmos defeitos, com o diferencial de agirem sobre sociometabolismo cuja compreensão demandaria o domínio de instrumentos técnicos – e, portanto, sua manipulação por não-iniciados seria ainda mais catastrófica. O constitucionalismo econômico, portanto, é também uma forma de privatização, mas cujo escopo seria de alçada especializada, devendo ser fruto do trabalho intelectual de tecnocratas organizados autonomamente, livre de pressão dos poderes “demoníacos dos povos”<sup>208</sup>.

Entendida desta forma, a anatomia do neoliberalismo casa muito bem com a “sociedade livre” em que proliferam os APHs. Virginia Fontes mostrou como o processo

---

208 BROWN, Wendy. *Op. Cit.* 256



de privatização deu abrigo ao movimento expansivo do associativismo burguês, ocupando espaços deixados pelo poder público 209 . Na fronteira com as classes subalternas, um sem número de entidades passou a atuar sobre os bolsões de miséria, eventualmente apagando incêndios deixados pela destruição capitalista, mas também cooptando e transfigurando as associações populares que conseguiriam vir à luz mesmo em países cuja expansão do Estado (em sentido gramsciano) se deu seletivamente (como o Brasil, em que a interface do poder público com os *de baixo* é extremamente violenta desde o período colonial). Mais recentemente, considerou o maciço volume de intervenção burguesa nas sociedades civil e política, por meio de estratégias de convencimento e aparelhamento, prejudicial ao seu próprio fundamento. Contando com uma base de capitais extremamente concentrada e com “benevolência” estatal, esse “hegemonismo” acabaria solapando os pilares mesmo da tímida forma democrática atualmente predominante.

Visando enfrentar diuturnamente qualquer possibilidade de elaboração organizativa e política por parte de setores populares e bloquear o sentido de classe de sua atuação, o hegemonismo contribuiu fortemente para o esvaziamento da própria forma de sustentação que o originou e que supostamente seria por ele reforçada. Ele mina permanentemente a política oficial, parlamentar, de seu conteúdo. Apesar de não objetivar explicitamente a eliminação da estrutura representativa, tende a cerca-la de tal maneira que seu próprio sentido define<sup>210</sup>.

Apresentando outros elementos e uma análise mais complexa, a autora define melhor o processo que no capítulo anterior foi esboçado quando da apresentação dos dados quantitativos sobre atuações dos tanques de pensamento. A extensão da “atuação hegemônica” da burguesia, representada pela gigantesca malha associativa que reúne

---

209 FONTES, Virginia. *Op. Cit.* 2010.

210 FONTES, Virginia. Hegemonismos e política. Que democracia? In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 224.

institutos empresariais, organizações sem fins lucrativos, fundações de fomento do “desenvolvimento” e outros tipos de entidade, explicaria a mais recente *crise da democracia* precisamente pelo seu sucesso na contenção do dissenso em limites adequados.

Os limites do hegemonismo estão naturalmente na própria sociabilidade capitalista, imanentemente conflituosa. As tensões permanecem, a despeito das tentativas de contê-las e desloca-las. Inserido neste movimento, o estudo do IFHC pode enriquecer a compreensão de outras formas de administração dessas lutas. O prosseguimento da tese demonstrará como a entidade tenta criar terrenos de debate legítimos sobre questões que, do seu ponto de vista, merecem ser consideradas “problemas” nacionais. Trata-se de filtrar o potencial do debate ao selecionar seus participantes previamente – e, desta forma, escolhe-se também de modo adiantado tanto o que é dado à discussão quanto as posições legítimas sobre o tema. Teremos oportunidade de ver, ainda neste capítulo, um caso de delimitação das discussões no IFHC, quando da apresentação das posições sobre a chamada “Reforma Trabalhista”. Veremos na prática como se dá a tentativa de controle da enorme diversidade social, moderando o que pode e o que não pode vazar para a arena política.

Por ser um fórum de debates que colige representantes das sociedades civil e política, bem como das classes e frações de classes sociais, talvez seja o caso de considerar o atual estágio de desenvolvimento de tanques de pensamento como o IFHC como mais *fluido* do que etapas anteriores das atividades de outros APH’s. Permanece insuperável a monumental pesquisa de Sônia Regina de Mendonça sobre as disputas entre

diferentes frações do capital agrário por postos ministeriais<sup>211</sup>. A dinâmica ali destacada foi a da *guerra de posições*, com conquista de espaços e avanço sobre a cidadela do Estado. Por mais que alguma moderação tenha havido, e os momentos de guerra aberta tenham se intercalado com períodos de relativa paz, o processo narrado pela brilhante historiadora é indisfarçavelmente conflituoso, porque aquela conquista de espaços no poder público envolve necessariamente vencedores e perdedores.

Sem aposentar esta modalidade de luta – e sem conseguir suprimir as tensões – é possível que tanques de pensamento como o IFHC representem uma alternativa menos belicosa, por conseguirem abrigar mais de uma tendência burguesa ao mesmo tempo. Eles são fóruns de discussão e apresentação de ideias, afinal, por meio do qual os setores e frações das classes dominantes apresentam demandas a quadros do Estado restrito. A pluralidade – que, como vimos, é relativa, porque dependente de filtragem anterior – talvez corresponda a uma forma de dominação mais fluida, em que diferentes caminhos – todos no marco do capitalismo – possam ser adotados sem necessidade de guerra civil por conquistas de espaços no Estado – com efeito, a luta logicamente não cessaria, mas seria deslocada para o momento de associação, com a formação de outros tanques de pensamento para se contrapor aos mais prestigiados, a fim de controlar a capacidade de seleção prévia dos assuntos e posições dadas ao debate. Os limites desta pesquisa não permitem a verificação da hipótese, embora ela inegavelmente esteja no horizonte do pesquisador ao longo da análise dos dados aqui reunidos.

Seja como for, é certo que, na interface política, o papel renovado dos aparelhos privados de hegemonia empresarial traduziu, para a “batalha das ideias”, as desigualdades

---

211 MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1997.

estruturais do capitalismo. Entendo que a sacralização das *liberdades negativas* cumpriu aí papel importante – denúncia, aliás, que, *mutatis mutandis*, fora feita por Lênin em seu famoso debate com Kautsky. Entre os APHEs, os tanques de pensamento, operando conexões diretas entre classes e frações de classe, seus intelectuais e o poder político, deu outros contornos à democracia – inaugurando nova etapa da história de contenção das lutas sociais sob o reino do capital. Neste sentido, sua multiplicação não deixa de ser uma forma de democratização, mas *democratização burguesa*, como frisou o revolucionário bolchevique<sup>212</sup>.

---

212 Na conjuntura do imediato pós-guerra, tendo triunfado a Revolução Soviética, muita tinta foi gasta para se analisar o regime político dos bolcheviques. Kautsky, um dos mais eruditos conhecedores da obra de Marx e Engels, foi então uma das figuras de proa a criticar a experiência. O que ele considerou como autoritarismo dos métodos bolcheviques foi o alvo preferencial de seus ataques. Destacaram-se entre os elementos de sua abordagem as duras críticas à dissolução da Assembleia Constituinte pelos bolcheviques, em 1918, bem como a supressão da “imprensa livre” e a cassação dos “direitos burgueses”. Na ocasião, Kautsky defendia a “democracia pura”, opondo-lhe o modelo então criado pelos revolucionários de outubro. Sem respeito pela “democracia em geral”, argumentava, retirava-se o fundamento de uma sociabilidade que privilegiasse a coletividade, e o resultado só poderia ser a degeneração ditatorial exercida não por uma classe, mas por um partido agindo em seu nome. Essa concepção de *democracia pura* e a consequente crítica à “forma de governo ditatorial” foram ferozmente rebatidas por Lênin em *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, brochura lançada naquele ano de 1918. Para o autor, não havia sentido em analisar um regime político sem referência às suas determinações de classe. Os princípios liberais identificáveis na concepção kautskyana de *pureza democrática* recobririam, assim, o fato de qualquer Estado ser um aparato de poder; de as condições *universais* de liberdade, de igualdade, na democracia *burguesa*, jamais ultrapassarem seus aspectos formais, o que, ao mesmo tempo, ocultaria e revelaria que os meios de produção permaneciam privatizados na época histórica de sua expansão como forma de dominação. As medidas da Revolução Soviética, portanto, evidenciariam que a *democracia burguesa* seria democrática para a burguesia, mas ditatorial para o proletariado. Para Lênin, não enxergar isso seria cair em espécie de reificação das formas de governo e fetichização do Estado. Em suma: seria abandonar o ponto de vista marxista, como um renegado.

Concebendo o Estado desta forma, a transformação da classe trabalhadora em classe dominante passaria necessariamente pelo uso dos instrumentos coercitivos conhecidos. Para Lênin, portanto, a *ditadura do proletariado* é de fato ditatorial, mas na sua interface com a burguesia. Nesse sentido, acentuar a repressão daquela experiência revolucionária seria indício importante da aceitação do ponto de vista burguês, posto que os trabalhadores jamais teriam desfrutado de liberdade comparável à verificada no regime soviético.

Ao substituir o antagonismo entre exploradores e explorados pela fórmula minoria-maioria, Kautsky acabaria por ocultar, sempre de acordo com o líder bolchevique, as *desigualdades realmente existentes* entre, por um lado, burguesia e seus acólitos, por outro, a classe trabalhadora. Diferenças de formação – a vida pródiga da burguesia poderia se expressar em maior domínio sobre os produtos culturais -, de oportunidades, de capacidade de fala (estavam sob posse burguesa, afinal, os maiores e mais influentes meios de comunicação), enfim, de exercício de poder (inclusive de setores de Estado que recrutavam preferencialmente das fileiras da burguesia ou da pequena burguesia seus representantes). O sentido social da revolução proletária seria, portanto, menos a conquista do poder político e mais a transformação das estruturas da sociedade capitalista com o fito de dissolver as desigualdades de classe – e, logo, as classes enquanto tais. Para Lênin, portanto, a revolução

A democracia projetada por estes intelectuais da ordem, assim, é o regime político dinamizado pelo *método democrático de seleção de governantes*, cuja amplitude de atuação está limitada pelo insulamento de aparelhos. O acesso a eles é controlado por filtro naturalmente interessado, definido tanto por correlação circunstancial de forças quanto pela sintonia fina capaz de apaziguar os confrontos e reproduzir o condomínio das classes sociais, preferencialmente com o mínimo de movimentação interna possível – ainda que alternâncias sejam possíveis, eventualmente desejáveis, desde que realizadas pelos mecanismos consagrados, isto é, pelas atividades regular dos APHE's. Mais do que democracia *processual*, há agora regimes de tipo democrático cujo dever principal é pacificar e limitar dissensos, não pelo seu sufocamento, mas por sua restrição a um terreno cujos resultados mais gerais são conhecidos de antemão. Não deixa de ser curiosa a sugestão de ser a liberdade *negativa* (*negative liberty*) uma tecnologia política de base tão importante em seus fundamentos filosóficos. Trata-se, literalmente, da liberdade de não-escolher sobre o essencial.

\*

\*

\*

O período histórico de que trata esta tese vê o prosseguimento dos embates em torno da democracia. Os conflitos derivados da sociabilidade capitalista são estruturais, portanto

---

proletária seria precisamente o momento de luta em que a classe que aspira à dominação quebra as resistências dos então dominantes, retirando-lhes não apenas as bases “econômicas” do poder, mas também os meios culturais usados para expressar e reproduzir aquela condição de dominação. Um exemplo eloquente desta visão sobre os imperativos das lutas de classes está no debate em torno da liberdade de imprensa, travado por Lênin contra o pensamento liberal em outro trabalho. Ver: LENIN, V. **Democracia e luta de classes**. São Paulo: Boitempo, 2019.

impossíveis de serem superados enquanto a dinâmica expansiva do capital ditar o ritmo da vida social. Por isso, qualquer sucesso de contenção democrática é necessariamente passageiro, embora renovável. Válido até o próximo ponto de contradição amadurecer. Isso não impede, contudo, que procuremos investigar as posições concretamente defendidas na conjuntura de desenvolvimento de nosso objeto. Sendo o IFHC um dos que reivindicam a defesa da democracia, outros sentidos democráticos serão seus naturais rivais, assim como os que recusam a democracia de princípio – ainda que alianças táticas possam ser identificadas; e efetivamente o são, como o capítulo quatro mostrará.

Na sequência deste segundo capítulo, contudo, estabeleceremos a natureza de classe da entidade em análise. Identificando sua base social, veremos como as consequências de sua existência representa uma ameaça mortal para a democracia em sentido amplo (e não *restrito* ou *limitado*). Com efeito, como tentei mostrar até aqui, em uma sociedade com atuação de tanques de pensamento deste tipo, uma democracia que se identifique como a forma de governo da soberania popular não pode vicejar. Por outro lado, essa democracia “tecnocrática” constantemente erode as bases de sua própria sustentação, posto ser o elemento *técnico* em si mesmo limitado e tendencialmente ainda mais restritivo.

## **2.2 A fundação do Instituto Fernando Henrique Cardoso**

Às vésperas da inauguração de seu instituto, Fernando Henrique Cardoso não escondeu as inspirações que o levaram a idealizar a entidade. A Clinton Foundation, do ex-presidente estadunidense Bill Clinton; e a Fundação Mário Soares, criada em 1991 pelo ex-presidente português, eram seus modelos. São fundações com práticas similares, que vão da preservação do acervo dos líderes que as nomeiam à organização de debates, palestras e

produção editorial independente. É verdade que a entidade estadunidense também apoia, com ajuda de seus “parceiros estratégicos”, a “criação de oportunidades econômicas”<sup>213</sup>. Mas, assim como em sua congênere portuguesa, suas atividades principais parecem ser de cunho intelectual.

Investigando o sítio do então Instituto Fernando Henrique Cardoso (ele viraria *fundação* posteriormente), os paralelos são inegáveis. Trata-se também de uma entidade devotada à preservação da memória do político que lhe empresta o nome. Sedia igualmente debates, palestras, lança livros e traduz publicações importantes da intelectualidade internacional. A lista de atividades é imensa. A preservação da documentação produzida pelo tucano e seus governos sem dúvida é importante, mas o *leit-motiv* parece mesmo ser sediar intensa atividade política.

Nos capítulos anteriores vimos os possíveis significados e as prováveis funções de um *tanque de pensamento*. Ao iniciarmos nosso estudo de caso, buscamos identificar as bases sociais da entidade, bem como refletir com maior riqueza de detalhes sobre suas funções e conexões. Trata-se de modo interessante de prosseguir nossos estudos sobre o papel desempenhado por este tipo de entidade no capitalismo moderno, quais suas relações com os diferentes níveis da sociedade política e com as demais organizações da sociedade civil. Apresentar o início de sua história é uma boa maneira de começar a busca pelas respostas.

Embora Fernando Henrique Cardoso atribua inspiração exógena à sua fundação, ela integra a lista de organizações do tipo deixadas em solo pátrio por ex-presidentes – ou em nome deles. A primeira entidade do tipo, após a última ditadura, foi logo de Tancredo Neves – fundada em 1987. Em 1990 seria a vez da Fundação José Sarney, transformada em

---

<sup>213</sup> Ver: <https://www.clintonfoundation.org/about>

Fundação da Memória Republicana Brasileira após ser alvo de investigações por corrupção. Presumivelmente a hora de Itamar Franco chegaria, e o Instituto Itamar Augusto Franco veio à luz em 2002, recebendo depois o beneplácito da Universidade Federal de Juiz de Fora, que o tomou como seu órgão<sup>214</sup>. Fernando Collor não nomeia nenhuma entidade, mas se associa ao Instituto Arnon de Mello de Liberdade Econômica e Promoção Social, fundação dedicada a fins semelhantes às demais aqui apresentadas – e que leva o nome do pai do ex-presidente. No Partido dos Trabalhadores, Lula tem o seu instituto; Dilma, ainda não. A julgar pelo panorama visto, é questão de tempo. Ou aos ex-presidentes que sofreram impeachment não é facultada a preservação institucional da memória de seu governo – ou talvez não pareça de bom tom fazer política em seu nome.

Posto que todas essas fundações presidenciais reivindicam o direito de discutir “os problemas” de seu país e interferir nas políticas públicas, parece que o prestígio de ex-presidentes é um mecanismo importante de consagração dos debates ali travados – de sorte que os líderes com menor capital político não dariam bons nomes de fundação. Sem dúvida, a atração que a forma tanque de pensamento exerce sobre o campo político é enorme, e não são apenas os ex-presidentes que procuram prolongar sua influência criando suas próprias entidades. Os partidos já o fazem, e dentro deles suas correntes, tendências. Fora deles não é diferente. São indícios importantes que não serão esquecidos enquanto avançamos na história do IFHC. Também queremos saber o que o ex-presidente tem a ver com o problema aqui tratado, bem como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), derivação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que há muito tempo Fernando Henrique acostudou a chamar de seu.

---

<sup>214</sup> Ver: <http://mrpitarfranco.com.br/n/instituicao/>  
149



Mas declaradamente inspirado não pelas experiências nacionais, e sim por congêneres estrangeiros, em 2004 surgiria o Instituto Fernando Henrique Cardoso. Assim como os demais, fora pensado para ser uma instituição declaradamente dedicada a preservar o acervo profissional do ex-presidente – notadamente a documentação referente ao seu governo e à sua produção intelectual como sociólogo. Ainda seguindo a pista dos anteriores, o IFHC, esforçou-se também em outras áreas. Em seu sítio virtual oficial, acessível pelo endereço *fundacaofhc.org.br*, constata-se que a agora “fundação” Instituto Fernando Henrique Cardoso tem um “duplo propósito”. Para além da preservação e disponibilização dos arquivos do ex-presidente, de sua esposa Ruth Cardoso e “outras figuras públicas ligadas ao casal, de modo a contribuir com a pesquisa e a difusão do conhecimento sobre a história brasileira”, a Fundação “promove o debate público, a produção e a disseminação de conhecimento sobre os desafios do desenvolvimento e da democracia no Brasil, em sua relação com o mundo”<sup>215</sup>. Para tanto, o IFHC promove exposições, eventos educativos, debates, estudos e publicações.

O debate sobre o tema é escasso no meio científico. Antes dessa pesquisa ser iniciada, não foram encontradas investigações de fôlego sobre a história do instituto e seu significado social. Mesmo agora, os textos que tocam no assunto dialogam com apontamentos provisórios meus, publicados em anais de congresso e artigos de revistas acadêmicas<sup>216</sup>. Na

---

215 <http://fundacaofhc.org.br/sobre-a-fundacao/missao-e-valores> (12/10/2017, às 12h)

216 São os casos da excelente tese de doutorado de Flávio Calheiros, recentemente publicada em formato de livro; e de um artigo de Virgínia Fontes publicado em coletânea de textos sobre Estado e democracia na América Latina. Ver: CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A Nova Direita no Brasil. Aparelhos de ação política-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa no Brasil (1980-2014)* tese de doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2016. FONTES, Virgínia. Estado, democracia e participação na América Latina. In: ROZENTINO, Gelsom; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Estado, democracia e participação popular na América Latina*. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2017.

imprensa, entretanto, o tema recebeu atenção, com conotação mais ou menos polêmica. Nessas notas, interessou-se, sobretudo, pelo papel político da organização e pela natureza do financiamento de suas ações.

Em coluna na Tribuna da Imprensa de 2004, Sebastião Nery tece comentários críticos a Fernando Henrique Cardoso e seus “mecenas”. De acordo com o articulista, a edição de *ÉPOCA* daquela semana (o texto foi publicado em 29 de abril) revelava que o ex-presidente já havia faturado 3 milhões de reais em “palestras para empresários no Brasil e no exterior”. Dividindo o valor pelos quinze meses de atividade, o autor chega à conta de 200 mil reais mensais, os quais não batem com o valor e a periodicidade declarados de suas palestras – duas por mês, a valores que giram entre 10 a 20 mil dólares cada. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 29-04-2004, P. 6)

A polêmica sobre os valores de palestras de ex-presidentes ainda não era um dos temas mais quentes do jornalismo nacional. Torna-se centro das atenções quando de denúncias à suposta lavagem de dinheiro realizada pelo ex-presidente Lula por meio de seu instituto. Já em 2004, porém, Nery levanta suspeitas sobre o funcionamento do IFHC, usando para isso novamente armas concedidas pela revista *ÉPOCA*. Argumentando sobre dados reproduzidos pelo semanário, que davam conta de que a compra do andar e subsolos que pertenciam ao Automóvel Clube, em edifício na região central de São Paulo, custara R\$ 900 mil reais, e as reformas realizadas no espaço para torná-lo apto a receber o acervo do ex-presidente, mais R\$ 3 milhões, Nery sugere que FHC utilizava o instituto para lavar dinheiro “do passado ou do futuro”.

Como conseguiu os 3 milhões de reais em quinze meses? O que será que Fernando Henrique está querendo lavar? O passado ou o futuro? A revista [Época] revela que, atrás das conferências dele, estão os bancos Santander (a quem ele doou o Banespa) e Pátria, a Medial Saúde, AmBev, ACNielsen. Quem mais? (*idem*)

A tinta afiada de Nery é também uma das primeiras a legar interpretação sobre o significado sócio-político do IFHC. Em outra coluna, esta do dia 24 de abril, o IFHC é tido como “uma indisfarçada agência política para defender e vender as posições dos Estados Unidos e do sistema financeiro internacional” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 24-05-2004. p. 6). A interpretação do jornalista remonta uma visão pessoal sobre o ex-presidente. De acordo com Nery, já quando da criação do Cebrap, FHC fora financiado pela Fundação Ford para defender, no debate acadêmico nacional, as posições favoráveis a Washington (Idem). Há evidentemente outros lados sobre a questão. Embora o aporte financeiro da Fundação Ford seja conhecido, não necessariamente é prova suficiente para atestar a subordinação do grupo de pesquisas ao governo forâneo – isso porque a entidade estadunidense era reconhecida por esse tipo de “filantropia” nos anos 1960, ainda que reconheçamos, por óbvio, que aportes dessa natureza dificilmente deixam de representar algum nível de investimento interessado.

De fato, há indícios da proximidade do IFHC com o Estado estadunidense. Bill Clinton esteve na inauguração da entidade para falar sobre “democracia como valor universal” – embora, é verdade, ao custo de um cachê generoso, especulado pela imprensa como algo em torno de R\$ 60 mil reais. (JORNAL DO COMÉRCIO, 18-12-2003, p. A-11). A mesma Tribuna da Imprensa noticiou, em 04 de agosto de 2004, a primeira fala pública do então novo embaixador estadunidense no Brasil, realizada precisamente na sede do IFHC. Na ocasião, de acordo com o jornal, John Danilovich elogiou o papel “da diplomacia brasileira junto aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento”. O diplomata ainda destacou positivamente a “emergência do Brasil como um líder mundial” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 04/08/2018, p. 11). Uma mirada mais larga para a História da entidade, contudo, desautoriza abordagens simplistas como a acima esboçada. Com efeito, como se verá abaixo, a amplitude

152

de assuntos abordados e de personagens participantes nos encontros da entidade torna difícil de sustentar qualquer tese que defenda ser o IFHC uma “estrutura para defesa dos interesses estadunidenses” no Brasil – ainda que isso possa ocorrer em algum nível.

Ainda nas interpretações jornalísticas, vemos outras versões que também consideramos limitadas – desta feita, por conta de certa ingenuidade dos autores, que aceitam o discurso dos investigados sobre si mesmos. É o caso do *Correio Braziliense*, que repercutiu a inauguração do IFHC em sua edição de 22 de maio de 2004. FHC inaugura seu grande palanque”, foi a manchete de reportagem que detalhava o financiamento – feito “com a ajuda de empresários” - e o “modelo” do instituto – homólogo do ex-presidente português Mário Soares. O texto traz ainda uma pequena entrevista com FHC, na qual se aborda o “objetivo” do instituto. Diz o ex-presidente,

Em primeiro lugar, serão feitas basicamente reflexões sobre o Brasil, sobre o mundo do ponto de vista mais geral, sem entrar em detalhes como a taxa de câmbio, o governo Lula. Em segundo lugar, a ideia é convidar sempre pessoas variadas, que não sejam necessariamente vinculadas a partidos, nem de uma área específica. Sou um ex-presidente e não um líder político. Sou presidente de honra do PSDB, tenho uma posição sobre a política e vou apoiar o partido, mas como ex-presidente e não como militante. (...) Os presidentes Jimmy Carter (*dos Estados Unidos*) e Mário Soares (*de Portugal*) fizeram fundações nesses moldes. É um centro de reflexão, para evitar ser uma coisa morta. Há uma necessidade, uma obrigação de pensar e contribuir com soluções (CORREIO BRAZILIENSE, 22-04-2004, p. 4)

O *Jornal do Comércio* também descreve o IFHC dessa maneira. Na matéria do periódico sobre o instituto, a entidade teria sido fundada “com o objetivo de abrir espaço para reflexões sobre desafios políticos, sociais e econômicos enfrentados pelo Brasil diante da globalização” (JORNAL DO COMÉRCIO, 24/05/2004, p. A-16a).

O jornalismo nacional, primeiro canal de debate sobre a razão de ser do IFHC, assim, ou apenas amplifica o discurso do criador sobre a criatura, ou confunde oposição política rasa naquela que deveria ser uma análise mais criteriosa. De nossa parte, consideramos o IFHC

de fato como um *centro de reflexão*, conforme os próprios participantes e o sítio virtual da entidade se anunciam. A pergunta que persiste, porém, é sobre o *sentido* das reflexões, bem como seu papel e sua importância políticas. Dessa forma, enfatizamos que o elemento mais propriamente técnico que circunda o metabolismo social de organizações desse tipo – especialmente de tanques de pensamento, conforme vimos no primeiro capítulo – não pode ser apartado de determinações políticas. O que recoloca a questão em outro nível: que tipo de reflexão é feita e quais são seus principais interessados? Que o IFHC e os setores do PSDB que orbitam o ex-presidente tentem extrair daí algum grau de capital político parece certo, mas não tudo, e certamente insuficiente como resposta sobre o sentido social da organização. As questões nos conduzem ao estudo do financiamento da entidade, precisamente por crermos residir aí importante pista para se desvelar sua base social.

### **2.3 Uma entidade do grande (e do mega) capital**

A pesquisa sobre o financiamento de entidades desse tipo nunca é fácil. As empresas de auditoria raramente disponibilizam relatórios detalhados sobre patrocinadores, apoiadores, e, sobretudo, acerca do volume de inversões realizado nos institutos a que prestam serviço. É claro que o apoio divulgado pelos documentos públicos das iniciativas é importante, mas provavelmente não expressam o universo realmente existente de seu financiamento. Por serem o principal indício material de que disponho no momento, seguirei prioritariamente estes rastros, mas ciente de que provavelmente eles só deixam ver uma parte da história.

O escrutínio, assim, valeu-se da análise dos relatórios de atividades do IFHC, divulgados anualmente em seu sítio virtual. Como divulgado por Sérgio Fausto em evento

recente<sup>217</sup>, o patrocínio à entidade é realizado principalmente por pacotes anuais. Os interessados na modalidade de apoio patrocinam um conjunto de atividades a serem realizadas no ano de referência. As palestras e debates, portanto, em um mesmo ano tendem a ter o mesmo grupo de patrocinadores. Ocorre, porém, que o tanque de pensamento conta também com auxílios pontuais. Organizações e empresas que ajudam a realização de eventos específicos, não figurando entre as financiadoras da carteira anual de debates e palestras, mas ainda assim sendo expostas na documentação que aqui temos como base. Somados, esses dois grupos de apoiadores viabilizam as atividades mais propriamente políticas da entidade, enquanto outras tarefas – tidas como mais técnicas, de manutenção e preservação da memória do ex-presidente – são viabilizadas principalmente por verbas oriundas da Lei Rouanet.

Um dos objetivos desta seção é compreender melhor a base social da entidade. Entendo que essa base pode ser melhor compreendida pelo estudo do financiamento, uma vez que, seguindo o dinheiro, encontramos interessados nas atividades do instituto. Se o apoio de um certo tipo de fração se torna claramente predominante em relação aos demais, isso pode afetar diretamente as atividades da organização, posta a possibilidade da programação da entidade ser pensada para atrair maior atenção do segmento cujo apoio se provou mais provável ou farto. Trata-se de um dos mandamentos dos tanques de pensamento, conforme o relatório *Global go to Think Tank*, apresentado no primeiro capítulo e, como ainda veremos, seguido como cartilha pelo IFHC<sup>218</sup>. Claro, toda a dinâmica pressupõe a luta

---

217 Ver: <https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/debates/ameacas-e-oportunidades-das-novas-tecnologias-para-o-desenvolvimento-e-a-democracia> (acessado em 18/11/2019 às 21h28)

218 Refiro-me às recomendações, feitas na forma de critério de hierarquização dos tanques de pensamento, para que as entidades busquem formas de financiamento privada a fim de se tornarem economicamente viáveis.

também entre os patrocinadores por uma programação mais afinada aos seus próprios interesses.

Por conseguinte, priorizei o estudo dos apoiadores anuais – do grupo de empresas e entidades que adquirem “pacotes” de eventos. Avalio serem estes os principais patrocinadores, e a extensão do financiamento pelos anos pode indicar a importância deste apoio – e, logo, de sua influência sobre a entidade – através do tempo. Daí também ressaltar este dado. O recurso a este método tenta dar alguma ordem ao caos de informações que, além de tudo, é profundamente lacônico. Buscando o que é relativamente permanente, tento acessar aquela base, afastando eventuais influências episódicas. É certo que uma organização do porte do IFHC atrai muitas atenções, sendo eventualmente o *locus* do desenvolvimento de interesses pontuais. Sem me desinteressar por este outro tipo de evento, privilegio as legalidades, inclusive tentando captar eventuais transformações e reorganizações internas na estrutura dos financiadores. Por não ser essencialmente uma entidade vinculada a um segmento específico, é possível que a base social do IFHC seja especialmente dinâmica, mutável, e o direcionamento da entidade pode mesmo ser alvo de disputa entre diferentes frações interessadas em pautar seu rumo.

Também por isso o terço final desta seção analisará a dinâmica dos patrocínios anuais no tempo. Tentarei captar mudanças na base de apoio, seja na natureza do capital vinculado à iniciativa, seja no volume de empresas que o IFHC consegue atrair. Por motivos que envolvem a periodização (esta pesquisa se detém em 2019), algumas das mutações não poderão ser por ora compreendidas - notadamente as possíveis influências da ascensão do bolsonarismo ao governo federal, após as eleições de 2018. Quando for o caso, apontarei as

necessidades de investigações futuras a fim de acompanhar o desenvolvimento dessas influências em um arco temporal mais adequado.

O quadro abaixo apresenta a lista de apoiadores e patrocinadores dos eventos do IFHC, segundo a documentação fornecida pela própria entidade.

**Quadro 1: Apoiadores e patrocinadores totais – 2004-2019**

Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI	Consulado Geral da República Federal da Alemanha
Águas Claras do Rio Pinheiros	Consulado Geral da Rússia
Air Liquide	Consulado Geral da Suíça
RAPS	Consulado Geral de Portugal
Ambev	Consulado Geral do Japão
Port of Rotterdam	Consulado Geral do México
AMCHAM Brasil	Consulado Geral dos Estados Unidos da América
APAS	Consulados Gerais da UE
associação brasileira de engenharia sanitária e ambiental (Abes)	Consulat Général de France
athie Wohnrath,	Cosan
Axa Seguros	Senai
B3	CPFL Energia
Banco e Seguradora Alfa	Santander
Banco BNP Paribas	Naval Group
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	Deutsche Bank
Banco Itaú	Istituto Italiano di Cutura di San Paolo
Banco Mundial	Editora Campus-Elsevier
banco Safra	Editora Paz e Terra
Band News	El Colegio de México
BTG Pactual	Embaixada da Austrália
Bunge	Embaixada da Áustria
PepsiCo	Embaixada da República Federal da Alemanha
CADAL - Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina	Embaixada e Consulados dos EUA
Carrefour	Embaxjada de España en Brasil



Cátedra Martius de Estudos Alemães e Europeus	embassy of sweden Brasília
CCR	Embraer
CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China	KPMG
CEBRAP	Emplasa
Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)	Escola Superior de Guerra
ciPc – consejo iberoamericano para la Productividad y competitividade	ESPM
Citi	eurasia group
Cluster of Excellence SCRIPTS	FecomerciosP
COMEXI	Federação israelita do estado de são Paulo
Comgas	FEMSA
Comissão Europeia	Natura
Conib	Fiesp
London School of Economics	Fórum de Democracia Europa-Brasil
Consulado da Finlândia	Freie Universität Berlin
Consulado da União Europeia	Fundação Alexandre de Gusmão
consulado geral da argentina	Fundação Getulio Vargas
Consulado Geral da França	Fundação Lemann
Consulado Geral da República da Coreia 1	Fundación Telefónica
Heineken	Sociedade Rural Brasileira (SRB)
Human Rights Watch	Sweden brazil innovation Weeks 2017
Humanitas360	telefônica   vivo
Sanofi	República do Amanhã
IBM	Comissão Europeia
Ibmec São Paulo	Comunitas
IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração	Ministério das Relações Exteriores
IDEA International	Monitor do Debate Político no Meio Digital
Institut Français Brasil	The German Marshall Fund of the United States (GMF).
instituto acende brasil	The School of Life
instituto atuação	um brasil
instituto semeia	União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)
Interfarma	Viva Rio
International Analysis Group IRI	universidade de tel aviv
InternetLAB	Votorantim
Open Society Institute	Wilson Center

Banco Itaú	Real Instituto Elcano
Japan House	Kroton
JHSF	Mabisa
Jorge Zahar Editor	Instituto Brasileiro de Estudos em Defesa (IBED)
JOTA	Raizen

Fonte: elaboração própria a partir de dados retirados dos Relatórios de Atividades do IFHC

Todos contribuíram com ao menos um evento do IFHC. É claro que este critério de agrupamento é deficitário. Perde-se muito ao não conseguir dimensionar o impacto de cada um dos apoios e patrocínios. Também aqui vemos a importância de destacar os patrocinadores e apoiadores constantes. Trata-se de manobra para minimizar as distorções analíticas derivadas das lacunas documentais.

Por isso, o quadro 2 apresenta apenas empresas e organizações da sociedade civil responsáveis por patrocínios anuais. A lista está apresentada por ordem decrescente de pacotes adquiridos. Não custa ressaltar que o baixo número de pacotes não indica necessariamente menor fidelidade, posta a possibilidade de se referirem a parceiros recentes, como são os casos do RAPS, Carrefour, Banco e seguradora Alfa, Banco Safra; da Mabisa e da APAS - todos com contratos iniciados de 2017 em diante. Ou seja, é possível que estes novos elementos indiquem mutações na base social da entidade, mas as limitações de que acima falamos impedem investigações mais profundas neste momento.

### **Quadro 2: Apoiadores e patrocinadores anuais (2004-2019)**

<b>Patrocínio ou apoio</b>	<b>Eventos</b>	<b>Tempo de parceria</b>
B3	168	15
Cosan	153	10
CPFL Energia	151	8
Votorantim	148	7
Telefônica-Vivo	148	7
Ambev	136	6

Natura	127	5
JHSF	114	5
IBM	58	4
Bunge	112	4
Banco/Seguradora Alfa	112	4
Banco Itaú	114	4
FEMSA	90	3
Raps	90	3
Raizen	90	3
Comgas	90	3
CCR	90	3
Banco Safra	90	3
athie Wohnrath	90	3
PepsiCo	46	3
ESPM	47	3
Sanofi	63	2
Mabisa	63	2
Carrefour	36	1
Santander	9	1
APAS	36	1

Fonte: elaboração própria a partir de dados retirados dos Relatórios de Atividades do IFHC

A fim de desenvolver hipóteses formuladas a partir desse levantamento, é preciso restringir a escala de investigação. O objetivo é identificar padrões entre os apoiadores, o que serviria para nos fazer olhar para além dos nomes de empresas e organizações sociais, observando aquela base social que aqui buscamos. Meu primeiro passo foi arriscar a formação de alguns grupos.

O dos bancos talvez seja o mais evidente. Nele, o Itaú é sem dúvidas o de maior destaque. Parceiro ininterrupto do IFHC desde 2016, trata-se do maior banco do país (e 58º do mundo em 2019) segundo a Forbes e da maior instituição financeira da América Latina<sup>220</sup>. Na região, empresa da família Setúbal atende mais de dois milhões de pessoas, e desde relatório divulgado aos acionistas em 2017 admitiu pretender ser reconhecido como o “banco

220 <https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/itau-unibanco-expande-agencias-digitais-para-toda-america-latina/> (acessado em 12/11/2020 às 16h51)

da América Latina”<sup>221</sup>. É importante reter o objetivo, que será relembrado quando falarmos da Plataforma Democrática, uma das iniciativas do IFHC para o entorno latino-americano.

Completam o time dos banqueiros o Banco Alfa, o Banco Safra e o espanhol Santander. O primeiro foi criado em 2006 a partir de divisões do Banco Real não adquiridas pelo ABN Amro. Em 2018, já registrava a 32º posição no Brasil em volume de ativos<sup>222</sup>. Integra o Conglomerado Alfa, de Aloysio Faria, que também controla grandes investimentos em outras áreas, como lojas de varejo de materiais de construção (C&C), a Rede Transamérica de Hotéis, os sorvetes La Basque e a Rádio Transamérica<sup>223</sup>. Já o Banco Safra é líder no segmento bancário de atacado e negócios<sup>224</sup>, e o Santander é o maior banco da Espanha e tem no Brasil o seu melhor mercado<sup>225</sup>. Falaremos mais dele – e de outras empresas espanholas que patrocinam o IFHC, como a Telefônica, no próximo capítulo.

No segundo grupo localizamos a Votorantim, maior produtora de cimento do Brasil, com larga atuação na América Latina<sup>226</sup>; líderes no segmento de energia e gás encanado, como são os casos da CPFL Energia<sup>227</sup>, Raízen<sup>228</sup> e Comgas<sup>229</sup>; a Bunge, de origem holandesa, que manda no mercado de agronegócio do país, sendo inclusive a maior empresa

---

221 [https://www.itau.com.br/\\_arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Itau\\_RAC\\_2017\\_port.pdf#page=44](https://www.itau.com.br/_arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Itau_RAC_2017_port.pdf#page=44) (p. A=44) (acessado em 12/11/2020 às 16h52)

222 <https://www.valor.com.br/valor1000/2019/ranking100maioresbancos> (acessado em 12/11/2020 às 16h51)

223 <https://valor.globo.com/financas/noticia/2018/03/16/banco-alfa-tem-lucro-de-r-736-milhoes-em-2017-com-queda-de-125.ghml> (acessado em 12/11/2020 às 17h11)

224 <https://publicacoes.estadao.com.br/financasmais2019/evento-reconhece-as-lideres-do-setor-financeiro-em-15-categorias/> (acessado em 12/11/2020 às 17h11)

225 Conglomerado espanhol cuja unidade brasileira é uma das mais rentáveis. É o maior banco da Espanha e um dos mais lucrativos da América Latina. Ver: <https://exame.com/negocios/santander-quer-lucros-na-america-latina-e-cortos-de-custos-na-europa/> <https://www.seudinheiro.com/2019/sergio-rial/ja-estou-no-comando-global-do-santander-diz-sergio-rial/> (acessado em 12/11/2020 às 17h12)

226 <https://exame.com/negocios/o-fabuloso-mundo-do-cimento-votorantim-mira-ativos-do-setor-no-brasil/>

227 líder no segmento de mercado de energia incentivada para consumidores finais. <https://exame.com/negocios/cpfl-fecha-contrato-na-modalidade-comercializador-varejista/> (acessado em 12/11/2020 às 17h12)

228 Nasceu como a quarta maior empresa do país. Negócio controlado pela Cosan em parceria com a Shell.

229 é a maior empresa de gás encanado do país. Após a privatização, teve uma parte de suas ações adquiridas pela Cosan.

exportadora do Brasil<sup>230</sup>; a espanhola Telefônica, cuja marca brasileira Vivo domina o setor das telecomunicações<sup>231</sup>; a IBM, colosso da tecnologia e uma das maiores empresas do mundo, de acordo com a Forbes<sup>232</sup>; o Athie Wohnrath, maior escritório de arquitetura do Brasil, que em 2016 controlou 55% dos projetos corporativos do país<sup>233</sup>; a brasileira CCR, Maior grupo privado brasileiro de concessões rodoviárias (segundo a ABCR<sup>234</sup>) e líder na América Latina em termos de receita – é considerada também uma das maiores companhias de infraestrutura da região<sup>235</sup>; a francesa Sanofi, vice-líder no mercado de remédios no Brasil <sup>236</sup>; e, mais recentemente, o Carrefour, multinacional francesa líder no varejo alimentar brasileiro<sup>237</sup>. Em comum a elas, a posição de destaque em suas áreas de atuação.

Na sequência, destaco as *holdings*. Pareceira do IFHC há dez anos, a Cosan é um dos maiores grupos do país, responsável pela produção e exportação de açúcar e álcool. Lidera o mercado internacional de açúcar de cana e exportação de etanol. Controla a Raízen, acima listada como uma das líderes no segmento de distribuição de combustíveis; e a Comgás, maior empresa no ramo de gás engarrafado no país.

---

230 <https://exame.com/negocios/as-10-maiores-empresas-de-agronegocio-do-brasil/>

231 <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/08/28/christian-gebara-da-telefonica-brasil-atuacao-mais-ampla.ghtml>

232 <https://forbes.com.br/listas/2020/05/global-2000-as-maiores-empresas-de-tecnologia-do-mundo-em-2020/>

233 <https://forbes.com.br/negocios/2016/08/como-o-maior-escritorio-de-arquitetura-do-pais-superou-a-epoca-de-crise/>

234 <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2018/01/30/ccr-aposta-em-novos-negocios-nos-eua-e-na-america-latina-em-2018.htm>

235 <http://www.grupoccr.com.br/ri2011/pt-br/o-grupo-ccr.html>

236 <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/02/03/francesa-sanofi-tenta-reconquistar-lideranca-no-brasil.ghtml>

237 <https://exame.com/negocios/com-rappi-carrefour-quer-ser-o-lider-no-e-commerce-alimentar/#:~:text=O%20Carrefour%20tem%20investido%20em,mercado%20que%20vai%20se%20desenvolver.>

Ao lado do IFHC em seis temporadas de eventos, a Ambev foi desbancada em 2019 pelo Itaú como a maior empresa em valor de mercado na Bolsa de São Paulo (B3)<sup>238</sup>. Trata-se da maior cervejaria do mundo<sup>239</sup> e uma das líderes do segmento de bebidas. Mercado que disputa com a FEMSA, outra parceira do IFHC. Desde 2017 na carteira de patrocinadores da fundação, a gigante mexicana controla empresas do ramo de engarrafamento e distribuição de bebidas (na América Latina, é responsável principalmente pela Coca-Cola e pela Heineken), mas também se espalha por outras áreas, como lojas de conveniência e drogarias<sup>240</sup>. Trava há muitos anos intensa concorrência com a Ambev, de Jorge Paulo Lemann<sup>241</sup>. A PepsiCo, outra multinacional da área, também aporta recursos ao IFHC, tendo apoiado 46 eventos entre 2014 e 2016<sup>242</sup>.

Após a aquisição da Avon, a Natura formou o maior grupo de cosméticos do Brasil e o quarto do mundo. Tem atuação destacada na América Latina, onde investe mais de 70% do seu capital. Falaremos mais detalhadamente dela quando discutirmos a Plataforma Democrática, no final do presente capítulo. Encerra a lista de *holdings* a JHSF, que controla *shopping centers*, empreendimentos imobiliários de alta renda e aeroportos civis. A brasileira é a menor do grupo, mas ainda assim líder no segmento de alta renda no país. Ambas, Natura e JHSF, patrocinaram o IFHC por cinco anos, de 2015 até 2019 – por enquanto.

---

238 <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/01/04/itau-desbanca-ambev-como-maior-empresa-em-valor-de-mercado-da-b3.ghtml>

239 <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/06/livro-conta-historia-da-ambev-responsavel-por-mudar-historia-dos-negocios-do-brasil-e-do-mundo.html>

240 <https://forbes.com.br/last/2019/11/coca-cola-femsa-mantem-contratos-de-distribuicao-da-heineken-no-brasil/>

241 <https://exame.com/blog/primeiro-lugar/femsa-supera-a-ambev;>  
<https://economia.estadao.com.br/noticias/mercados,ambev-declara-guerra-a-femsa,20061108p17601;>  
<https://administradores.com.br/noticias/funcionario-da-femsa-e-demitido-por-beber-erveja-da-ambev>

242 Relatórios de Atividades do IFHC 2014-2016.

Mas certamente a parceria mais longeva é com a Bolsa de Valores de São Paulo. Responsável por organizar e viabilizar o mercado acionário no Brasil, a B3 monopoliza o segmento de renda variável no país<sup>243</sup>. Ainda que a condição esteja sob desafio, a empresa lista sequências intermináveis de lucro, motivados por movimentos especulativos, volatilidade do mercado ou elevação dos valores bursateis<sup>244</sup>. É atualmente considerada a maior bolsa da América Latina<sup>245</sup>. Antes BM&FBovespa, a atual B3 já soma 15 anos de apoio às atividades do IFHC.

Em comum a todas apresentadas, uma constatação: não são empresas pequenas. Ao contrário, são líderes em seus segmentos, quando não constam entre as maiores companhias da América Latina ou mesmo do mundo. A história quase monocórdica acima narrada demonstra que, quando nos referimos aos apoiadores relativamente permanentes do IFHC, a sua esmagadora maioria é composta por grandes capitalistas – ainda que mais recentemente empresas de muito menor porte tenham se associado ao instituto, como é o curioso caso da Mabisa, da qual tive dificuldades até para encontrar informações básicas na internet, como seu ramo de atividade. Ao que parece, trata-se de uma firma de serviços imobiliários relacionada com a tradicional família Matarazzo, de São Paulo, mas nem isso é certo.

Investigando as frações do capitalismo contemporâneo, Virginia Fontes chamou atenção à constante tensão que envolve os diferentes setores das classes dominantes. Segundo ela,

Para além das diferenças de setor, de porte e de escala de atuação, a unidade profunda que coliga os diferentes setores das classes dominantes não torna irrelevantes outras circunstâncias específicas geradoras de tensões intercapitalistas

---

243 <https://blogs.oglobo.globo.com/capital/post/markt2market-uma-fintech-que-tenta-quebrar-o-monopolio-da-b3.html>

244 <https://www.moneytimes.com.br/volatilidade-dos-mercados-faz-b3-ter-lucro-bilionario-no-2o-trimestre/>

245 [http://clientes.b3.com.br/pt\\_br/publicacoes/noticias/b3-e-eleita-a-bolsa-de-valores-do-ano-pelo-global-investor-group-com-sede-em-londres.htm](http://clientes.b3.com.br/pt_br/publicacoes/noticias/b3-e-eleita-a-bolsa-de-valores-do-ano-pelo-global-investor-group-com-sede-em-londres.htm)

em função da origem histórica de certos grupos, da concorrência entre capitais do mesmo setor, da concorrência em escala internacional, dos conflitos resultantes da crescente disparidade entre as corporações (monopólios) e outras empresas capitalistas, das questões nacionais, dentre outras (p. 267).

A magnitude do capital é um dos elementos que a autora mais destaca. De acordo com ela, desde as últimas décadas do século XX, a escala de concentração e centralização da “pura propriedade” capitalista se acelerou dramaticamente. O processo colocou os “megacapitais” na posição de predomínio do sistema, *mantendo e expandindo* “todas as formas de propriedade capitalistas, ao mesmo tempo em que se torna uma ameaça permanente sobre elas”. O resultado foi a “aceleração da velocidade de impulsionamento das atividades funcionantes (extração de mais-valor sob variados formatos e escalas)”, com consequente expropriação de terras e direitos da classe trabalhadora (FONTES, 2019, P. 265).

Seguindo Fontes, é possível identificar traços destas tensões na lista de patrocinadores. Há ali multinacionais estrangeiras ao lado de congêneres brasileiras, rivais que disputam o mesmo mercado. Há ainda capitais de diferentes formas funcionais, como o capital-bancário e o capital industrial, cuja relação é potencialmente conflituosa. Mas o traço distintivo que engloba todas as empresas aqui apresentadas é mesmo sua magnitude. São todos grandes capitais, se considerados à luz do seu segmento de atuação. Não sei se incorporam, enquanto empresas, os megacapitais de que fala Virginia Fontes (FONTES, 2019, p. 264). Talvez estes se refiram aos controladores destas empresas, posta sua forma de “pura propriedade”, do que se depreende a impossibilidade de se confundirem com qualquer propriedade em particular.

Sem necessariamente se confundir com ela, o grande capital que apoia mais decisivamente o IFHC lhe presta serviço. Ao patrocinar uma das mais importantes funções organizativas da burguesia, qual seja, a da formação de *aparelhos privados de hegemonia*, atua em favor da reprodução do capitalismo em geral. Se consideradas as funções dos tanques



de pensamento e do IFHC em particular, sobretudo a interface de sua atuação investigada no capítulo 3, veremos aquele grande capital apoiar também a organização do condomínio das frações da classe dominante, inclusive sua hierarquia interna. Chegaremos lá quando discutirmos as determinações da busca pela “coesão social”.

Por enquanto, não é possível avançar além de hipóteses. Congregando multinacionais e congêneres estrangeiras, diferentes frações burguesas, mas agindo sob a égide do grande capital, o IFHC atuaria para ajustar o solo social às demandas da reprodução ampliada da sociabilidade capitalista – o que em tese favorece o conjunto das frações burguesas, inclusive essa “megaburguesia”. Mas se considerada a devastação provocada pela escala de concentração de capitais de que fala Virginia Fontes, aquele papel de bombeiro da ordem desempenhado pelo IFHC se mostraria especialmente importante, e a medida de seu eventual sucesso seria igualmente a medida de sucesso indireto da mesma megaburguesia, que assim tem relativamente conservado um mundo social para destruir. Sendo essa forma de “pura propriedade” uma forma extremamente fetichizada de ciclo capitalista, a agência que prepara e supervisiona seu circuito metabólico contribui diretamente com sua reprodução, mesmo sem saber ou sem querer. Por isso que aqui consideramos o grande e o “mega” capital as bases sociais do IFHC. É do interesse deles que, direta ou indiretamente, a entidade prioritariamente trata.

Isso, por óbvio, não exclui outras dimensões da vida social. No quarto capítulo, ficará claro como o fato de ser uma entidade próxima ao PSDB influencia a atividade do IFHC no chão quente da história. Entretanto, quando discutimos financiamento, talvez esta relação seja chave explicativa tanto da forte presença de banqueiros no quadro de patrocinadores da

entidade<sup>246</sup>, quanto das flutuações no número de empresas que a apoiam por meio de pacotes anuais. Com efeito, dentro de seus limites, a documentação captura bem uma mudança de escala de financiamento no IFHC a partir de 2015. O ano, marcado pelo aprofundamento da crise do petismo, foi, do ponto de vista da organização em estudo, marcado também pelo espraiamento do apoio burguês às suas atividades. Entre 2014 e 2015, o número de empresas financiadoras declaradas quase dobrou (saltando de 10 para 19).

Como também veremos no capítulo quatro, a conjuntura marcou a declaração de guerra do IFHC aos governos do PT, com seu patrono Fernando Henrique Cardoso chegando a apontar a necessidade de se criar imediatamente uma “alternativa de poder” no país – e não necessariamente pelos consagrados caminhos da “regra do jogo” que o tucano declara prezar<sup>247</sup>. A maior atenção empresarial de que foi alvo a organização desde então, por conseguinte, pode ser resultado da crise de direção social, deflagrada pela decadência do governo de Dilma Rousseff, que se encerraria definitivamente com o golpe de 2016. Por outro lado, a maior atração de capital também pode ser explicada pelo crescimento da influência da entidade.

São hipóteses que surgem da análise de nosso corpo documental. O certo é que, se a base social do IFHC é mesmo composta por grandes e megacapitalistas, a dimensão mais propriamente “partidária” também tem algo a dizer nesta história. A suposição de que esta dualidade atravessa o IFHC me acompanhou ao longo da pesquisa, e os seus desenvolvimentos tentaram agregar mais elementos à equação.

---

<sup>246</sup> Como bem defende André Guiot, aquele seria o “partido dos banqueiros”, afinal: GUIOT, André. Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: O PSDB (1988-2002). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Dissertação de mestrado. 2006

<sup>247</sup> <https://veja.abril.com.br/politica/fhc-sobre-bolsonaro-e-uma-pessoa-tosca/>

Neste sentido, na próxima seção debateremos o alcance das ações do IFHC, destacando o salto de qualidade registrado pelo menos desde 2013, quando a escala de atuação da organização cresce abruptamente. É um ponto importante para desenvolvermos melhor a dimensão da política partidária que aqui ficou apenas indicada. O desafio do restante da pesquisa é, sem esquecer as determinações do grande capital, fornecer subsídios para compreender também o papel da fundação na dinâmica político-partidária.

## **2.4 O IFHC entre a expansão das atividades e a circunscrição do terreno dos debates**

O IFHC nasceu para ser grande. Sua fundação, em 2004, foi amplamente noticiada pela imprensa, com destaques positivos e polêmicas sobre a natureza da iniciativa. O ato inaugural da nova entidade contou com a presença de Bill Clinton, em uma “festa” que prometia ser “grandiosa”, como anotou ironicamente reportagem de *Época* em 2004 – uma das tantas a levantar suspeitas sobre os meios que viabilizaram financeiramente da entidade<sup>248</sup>. Em pouco tempo, o IFHC se tornaria um dos maiores centros de articulação política do Brasil.

Como espécie de prova do patamar atingido, orgulhar-se-ia de figurar constantemente nos relatórios da *Global go to Think Tank*, do *The Think Tank and Civil Societies Program* (TTCSP), da Universidade da Pensilvânia – responsável por documentar a atuação das organizações da sociedade civil ao redor do mundo<sup>249</sup>. Embora produzam relatórios detalhados sobre os *tanques de pensamento* desde 2009 – com dados sendo coletados desde

---

248 <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR63980-6009,00.html>

249 [http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=think\\_tanks](http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=think_tanks) (12/10/17, às 12h10)

2008 –, a *Global go to Think Tanks* só passaria a incluir a Fundação Fernando Henrique Cardoso na lista de 2010 – referente à atuação em 2009, portanto. Na ocasião, a entidade apareceu como a vigésima quinta organização da sociedade civil mais importante da América Latina e Caribe – ocupando o quinto posto entre os brasileiros, atrás, pela ordem, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – primeiro lugar geral e com posição de destaque na série histórica –, do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e do Centro Brasileiro de Internacionalização e Negócios (CEBRAS). Desde então, sua posição oscilou anualmente, conforme demonstra o quadro 3, montada a partir dos dados dos relatórios.

**Tabela 3. Capacidade de influência sobre as sociedades civil e política do IFHC, de acordo com a Universidade da Pensilvânia (EUA).**

<b>Ranking</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Impactos em políticas públicas (Mundial)</b>	-	-	-	61	68	67	52	58	60	65	62
<b>Impactos em políticas públicas (Brasil)</b>	-	-	-	3	3	3	2	2	2	2	2
<b>Top think tanks nas Américas do Sul e Central</b>	25	5	6	10	11	11	11	12	12	13	14
<b>Top think tanks no Brasil</b>	3	3	3	3	3	3	3	3	4	5	5

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados dos Relatórios Anuais de Atividades do IFHC

Os relatórios, preparados por James McGann, especialista em *tanques de pensamento* cuja obra foi apresentada no primeiro capítulo, dão grande importância à capacidade de influência sobre políticas públicas. Aqui, não aceitamos a interpretação do laboratório e do autor referidos, conforme demonstrei quando da discussão acerca da visão das ciências burguesas sobre o tema. Interessa-me, ao contrário, os dados coletados, por serem frutos de

uma pesquisa quantitativa capaz de ajudar a inserir nosso objeto em confronto com outros aparelhos similares.

Assim, nas notas metodológicas dos relatórios, o autor apresenta os critérios de aferição daquela influência – o que, por extensão, fornece-nos indícios sobre a capacidade de influência do IFHC sobre as sociedades civil e política no Brasil. Para construir a listagem, o TTCSP consultou “especialistas”, jornalistas, apoiadores públicos e privados de *tanques de pensamento* e formuladores de políticas públicas ao redor do mundo, a fim de avaliar os seguintes itens:

Recomendações consideradas ou adotadas por formuladores de políticas públicas e outras organizações da sociedade civil; qualidade do “network” da entidade, com capacidade de se conectar a agentes essenciais na formulação de políticas de Estado; papel consultivo para partidos políticos, candidatos, equipes de transição; prêmios recebidos; publicação ou citação de publicações em revistas acadêmicas, destaque na mídia que influencia o debate político e a tomada de decisões; capacidade de influência na *internet*; e sucesso em desafiar a sabedoria convencional e os procedimentos operacionais *standard* de burocratas e funcionários eleitos no país<sup>250</sup>.

Os critérios enfatizam, por conseguinte, não apenas a capacidade de influir sobre o debate público, mas também sobre as decisões dos aparelhos de Estado. A coleta de dados, contudo, merece reflexão cuidadosa. Os dados ali coligidos, postos serem fruto de entrevistas conduzidas com os “especialistas” – nunca identificados - não projeta mais do que a sensação provocada pelos aparelhos investigados sobre os entrevistados. Nenhum outro dado é apresentado, de sorte que não há forma de aferir a veracidade do que é dito. Se as entrevistas são a matéria-prima das análises, e por meio delas tenta se identificar quais são os *tanques de pensamento* mais lembrados nos quesitos arrolados pelo programa (além da já mencionada influência sobre as políticas públicas, constam a capacidade de autofinanciamento, a

---

250 2018 Global Go to Think Tank Index report p. 24  
170

inovação na gestão dos aparelhos ou na forma de intervir no debate público, a rede de contatos, etc), no limite não há garantia que esta sensação espelhe capacidade de influência efetiva sobre o poder político, embora demonstre sem dúvida a capacidade de influência sobre os “especialistas”.

Se aqui abordamos essa documentação é por crermos ser ela espécie de termômetro que indica a ascendência do IFHC, se não sobre o aparelho de Estado, certamente sobre a intelectualidade burguesa no país – que indubitavelmente forma o grupo de entrevistados. As pesquisas, assim, acabam por paradoxalmente revelar algo diferente do que pretendiam. Tratam-se de indícios importantes da medida com que os intelectuais orgânicos das frações burguesas no Brasil tendem a identificar o IFHC como um tanque de pensamento capaz de lidera-los<sup>251</sup>.

Sob esse prisma de análise, no documento lançado em março de 2016, referente à atuação de 2015, o IFHC aparecia em duas listas, sendo o quinquagésimo segundo de maior impacto em políticas públicas (considerados os *tanques de pensamento* do mundo todo) e o segundo do Brasil, atrás apenas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na décima nona colocação global. O IFHC era também o décimo primeiro na lista dos “*top think tanks*” das Américas central e do sul. A última relação é liderada pela FGV e tem o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) na quarta colocação, o que faz com que, entre os brasileiros, o IFHC detenha o terceiro posto.

---

251 E isso parece ser verdade sobretudo no que diz respeito a São Paulo. Como visível pelos dados que vão em anexo a esta tese, o volume de palestrantes vinculados direta ou indiretamente ao governo de São Paulo é grande – não poderia ser diferente dada a proximidade com o PSDB, que há anos lidera o Estado. Talvez esteja aqui uma das razões da crença na capacidade de influenciar políticas públicas, supostamente detida pelo IFHC.

A melhor posição da fundação na série histórica coincide com o período de expansão das atividades da entidade até aqui. O quadro 4, montado a partir de dados dos relatórios de atividades divulgados pelo sítio virtual do IFHC, detalha a atuação da organização anualmente, indicando o número de cada um dos tipos de iniciativas realizadas e, por fim, o total.

**Quadro 4: iniciativas do IFHC por ano (2004-2019)**

<b>Eventos</b>	<b>2004</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>
<b>Debates e seminários</b>	14	9	13	19	19	20	17	12	16	22	29	30	31	42	40	44
<b>Diálogos com o presidente</b>	-	-	-	-	10	8	8	10	9	9	4	4	4	3	6	6
<b>Internet<sup>252</sup></b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	10	9	24
<b>Publicações de livros</b>	-	2	-	4	2	3	6	6	-	2	2	1	1	2	2	-
<b>Total anual</b>	14	11	13	23	31	31	31	28	25	33	35	35	40	57	57	64

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados dos Relatórios Anuais de Atividades do IFHC

Os números acima são pistas da capacidade de influência do IFHC. Assumindo que um volume maior de atividades aumenta potencialmente a força da entidade, vemos a tendência de crescimento acompanhar movimentos importantes na história da entidade. Em 2007, o salto coincide com o lançamento da Plataforma Democrática, que será discutida no final do presente capítulo, mas, por ora, marca a “latino-americanização” da fundação, no bojo da disputa por influência com o petismo; em 2017, outro grande aumento ocorreria no

<sup>252</sup> As atividades na internet estão reunidas no mesmo item por uma opção expositiva. Em 2016, ano de estreia desta modalidade de ação nas redes, o IFHC inaugurou o então “debate ao vivo”, tornado “debate na WEB” a partir do ano seguinte. Até 2018, os números se referem a este tipo de atividade. Em 2019, foram lançados os *podcasts* do IFHC e o programa fura-bolha, disponibilizado no *site* da entidade e no YouTube. O número de 2019, portanto, se refere à soma dos diálogos na web com estes dois novos produtos.

momento da saída do PT do governo federal, conjuntura que será analisada no quarto capítulo, mas que, por ora, basta apresentar como sendo de intensa disputa por maior espaço na cena política. Por fim, em 2019, ainda que crescendo a uma taxa menor do que os outros dois destacados, o período marca a explosão das atividades em ambiente virtual, graças ao lançamento de duas iniciativas (o programa “Fura-bolha” e a seção de *podcasts*). Esta atenção às novas mídias é possivelmente motivada pelo triunfo do bolsonarismo no ano anterior, o que, no limite, significou retumbante derrota tanto para o PSDB quanto para o IFHC.

Até então, o IFHC só atuara em ambiente virtual por meio de parceiros. Dois foram os principais, a saber, o *Observador Político*, comandado por notório defensor do agronegócio, Xico Graziano; e o *Quebrando o Tabu*, resultado de obra documental sobre a legalização da maconha, com a qual o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso contribuiu. De alguma forma, essas duas parcerias antecipam a dualidade que se evidenciaria a partir de 2015, da campanha de agitação que antecedeu a derrubada do PT do governo federal à efervescência que marcaria a ascensão do bolsonarismo no país. Isso porque o *Quebrando o Tabu* é conhecido por sua defesa de um liberalismo progressista, enquanto o *Observador Político* flerta claramente com a extrema-direita.

Lançado como página do *Facebook* em 2011, o *Observador Político* (OP) tem como objetivo autoproclamado desenvolver o “debate qualificado” sobre política na internet.

Pode-se afirmar que a rede colaborativa do OP é a mais visitada do país. Durante sua existência, o OP recebeu 429.792 visitantes únicos, sendo apenas 20,5% desse total advindos da cidade de São Paulo, o que mostra o alcance nacional do *site*. Até dezembro de 2011, a rede colaborativa obteve a adesão de 6.252 internautas, que postaram 4.901 discussões e publicaram 42.577 comentários. Sua curva de visualização atingiu 91 mil visitantes únicos. O recorde de visitas diárias foi de 6.977 e o *Facebook* do OP alcançou uma média diária de 1.855 pessoas. Os



observadores *logados* na rede são majoritariamente homens (74%), a maioria (43 %) entre 18 e 34 anos<sup>253</sup>.

Ainda que os números sejam verdadeiros, o documento claramente superdimensiona sua importância. Tratando-se do tráfego virtual, 500 mil visitantes em quase 10 anos de existência é uma marca bastante tímida. De sorte ser exagerado atribuir alguma importância ao Observador Político em termos de organização efetiva da extrema-direita nacional.

Para os fins de nossa pesquisa, contudo, a página funciona para indicar a presença latente de uma veia bastante diferente do que a fachada “civilizada” do IFHC projeta. “Parceiro” da entidade, o Observador Político navega nos turbulentos mares virtuais se distinguindo por publicações em que considera a ocupação do cerrado nacional uma “história sensacional” da “nossa conquista do Oeste”<sup>254</sup>; defende que o combate ao desmatamento “deforma a história” da Amazônia<sup>255</sup>; e que, antes da vitória de Bolsonaro, vivíamos “um cerco do politicamente correto, uma espécie de patrulha ideológica que impunha à sociedade, tão diversa, concordar sobre temas ligados à sexualidade, à cultura, aos costumes”<sup>256</sup>.

Bem diferente é a linha do Quebrando o Tabu. Conhecido porta-voz do liberalismo progressista no *Facebook*, conta com mais de 11 milhões de seguidores. Ao lado de defesas da descriminalização das drogas, da legalização do aborto e de combates ao racismo, há espaço para campanha em favor da Reforma da Previdência, aprovada no governo Bolsonaro. Junto ao *Quebrando o Tabu*, o IFHC promove desde 2016 o “Diálogo na Web”, série de

---

253 IFHC, Relatório de atividades 2011. P. 39.

254 Ver: <https://www.facebook.com/observadorpolitico/posts/3252319368113080> (acessado em 12/10/2020 às 21h49)

255 Ver: <https://www.facebook.com/observadorpolitico/posts/3065380513473634> (acessado em 12/10/2020 às 21h49)

256 Ver: <https://www.facebook.com/observadorpolitico/posts/3012295765448776> (acessado em 12/10/2020 às 21h49)

debates entre especialistas em temas considerados de “interesse público”<sup>257</sup>. O programa é divulgado pelas redes de contato dos organizadores e é transmitido pelo YouTube. De acordo com o relatório de atividades do IFHC, a série

se diferencia da programação de seminários pela duração (1 hora) e pela focalização em assuntos mais quentes da conjuntura política, cultural e econômica. Para o sucesso da série, tem sido importante a parceria com o site Quebrando o tabu, abordando temas como arte e sexualidade, feminismo, crime organizado e violência policial, entre outros, atingimos mais de 1,6 milhão de pessoas em 2017<sup>258</sup>.

Esses parceiros sem dúvida foram importantes para introduzir o IFHC ao mundo virtual. Mas a partir de 2016, a entidade passaria a atuar sem intermediários. Em mensagem no último relatório publicado, referente a 2019, Fernando Henrique Cardoso avaliava assim a nota interface digital de sua fundação.

A presença digital da Fundação FHC não para de crescer nos seus 7 canais de mídias online. No Youtube, já publicamos quase 2 mil vídeos e atingimos a marca de 1 milhão de visualizações. Os 44 seminários realizados e transmitidos na nossa página do Facebook foram vistos por mais de 400 mil pessoas. Passamos também a oferecer Podcasts, com a criação da série “Vamos Falar de Democracia”<sup>259</sup>.

Os números são frutos de novos produtos do IFHC. Agora, a entidade investe em debates em escala reduzida, para serem transmitidos pela rede. Seu formato é muito similar ao homólogo tradicional, que ocorre na sede em São Paulo. Chamado *Diálogos na web*, apareceu primeiramente em 2016, como “debates ao vivo”. Ganhando o nome atual no ano seguinte, desde então ocorre aproximadamente uma vez por mês, discutindo temas quentes da conjuntura.

---

257 Nestes quatro anos de existência do projeto, o IFHC e o Quebrando o Tabu já promoveram 33 diálogos. Discutem-se, por uma ótica progressista, temas como a violência policial, a homofobia, o racismo, a desigualdade de gênero, a importância da imprensa na democracia, a posse de armas, o progressismo, o populismo, o antiglobalismo, a terceirização no mundo do trabalho, dentre outros. Ver: <https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/dialogo-na-web>

258 RELATÓRIO DE ATIVIDADES, IFHC, 2017, p. 5.

259O *podcast* “Vamos falar de democracia” apresenta resumos das discussões dos seminários presenciais, com sínteses operadas pelos próprios participantes. Ver: RELATÓRIO DE ATIVIDADES, IFHC, 2019, p. 3

Em 2019, como evidente reação ao eficiente uso da internet demonstrado pelo bolsonarismo, o IFHC ampliou a atuação no espaço. Lançou um *podcast* sobre democracia e introduziu o programa “fura-bolha”, cuja prerrogativa é reunir personagens de opiniões “radicalmente distintas” para uma conversa sobre suas diferentes “visões de mundo”. O objetivo é tentar demonstrar a possibilidade de diálogo entre os “extremos”, abrindo caminho para a redução da “polarização”.

A atuação em ambiente virtual carrega, assim, um traço típico de seus eventos presenciais. Tanto nas redes como no edifício da Rua Formosa, os debates congregariam as “múltiplas” visões sobre o tema em discussão. Como fiz o patrono da entidade em documento de 2019,

Não evitamos os temas sensíveis. Juntamos de ONGs ambientais a associações ligadas à mineração, de defensores dos direitos indígenas à Confederação Nacional da Agricultura, para um debate sobre o desenvolvimento sustentável na região Amazônica. Abordamos também outro tema propenso a gerar bate-boca ao invés de conversas produtivas: direitos humanos e segurança pública. Para dialogar a respeito colocamos lado a lado representantes da Polícia Militar de São Paulo, pesquisadores e ativistas. Tudo isso transmitido ao vivo, gravado e colocado à disposição do público nas várias mídias sociais em que temos presença. (p. 3)260

Mas a análise das posições em confronto mostra que não é bem assim. Vejamos o elenco convidado para discutir um tema tão importante quanto a introdução do ensino profissionalizante no Ensino Médio, em debate transcorrido durante a conjuntura de elaboração da “reforma” do segmento, em 2016.

Ana Inoue, assessora de Educação do Itaú BBA. Cláudia Costin, diretora global de educação do Banco Mundial (2014-2016). Cláudio de Moura Castro, consultor. Eduardo Deschamps, presidente do Conselho Nacional de Educação. Fernando Henrique Cardoso, presidente da República do Brasil (1995-2003). Jorge Arbache, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Júlio Gregório Filho, secretário de Estado de Educação do Distrito Federal. Maria Helena Guimarães Castro, secretária executiva do Ministério da Educação. Mendonça Filho, ministro de Estado da Educação. Rafael Lucchesi,

diretor-geral do Senai. Ricardo Henriques, superintendente executivo do Instituto Unibanco. Simon Schwartzmann, pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade<sup>261</sup>.

Em meio a tantos nomes, não houve quem apontasse as dificuldades de sobrecarregar um currículo em si já saturado. Tampouco se apontou na medida um mecanismo capaz de segregar a parcela mais pobre da sociedade ao trabalho manual. Possibilidade real se considerado o texto da chamada Reforma do Ensino Médio, então conhecido, que determinava a “flexibilização” dos “percursos formativos”, podendo as escolas montarem seus próprios organogramas, com quais e quantas disciplinas quisessem, respeitado um núcleo básico – o que naturalmente tende a prejudicar as escolas que padecem com o projeto de sucateamento da educação pública; e os pobres, que fundamentalmente dependem desse ensino. O texto que a entidade usou para apresentar o debate resumiu bem a ausência de discussão efetiva:

Além das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular, deve-se oferecer aos jovens de 15 a 17 anos a opção de fazer uma formação técnica profissionalizante para que, quando não quiserem ou não puderem cursar uma universidade, terminem o ensino médio com um diploma de nível técnico reconhecido pelo mercado.

Foi o que defendeu a unanimidade dos especialistas reunidos pela Fundação FHC no seminário “A Educação Técnica e a Reforma do Ensino Médio”, em 22 de novembro (de 2016).

Outros exemplos podem ser localizados em questões-chave da disputa política recente. Em julho de 2017 o senado aprovaria a chamada Reforma Trabalhista, rapidamente sancionada sem vetos pelo então Presidente da República, Michel Temer. Em fevereiro daquele ano, o IFHC se reuniu para discutir o tema. Participaram do seminário intitulado A Reforma Trabalhista: jogo de soma zero ou de soma positiva?

Helio Zylberstajn, professor associado sênior da FEA-SPP e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) (...), Ives Gandra Martins

---

<sup>261</sup> <https://fundacaoofhc.org.br/files/RA%202016.pdf> (p. 47)

Filho, presidente do TST e do conselho superior da Justiça do trabalho (...), Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do sindicato dos comerciários de São Paulo<sup>262</sup>.

Zylberstain se posicionou favorável à reforma. Para ele, no trato da questão, o “movimento sindical” vinha apresentando “argumentos grosseiros”, com “erros metodológicos imperdoáveis”<sup>263</sup>. Na ocasião e depois, defendeu a terceirização e sustentou que, aprovada a medida, “não haveria eliminação nem redução e nenhum direito. Ao contrário, a reforma oferece ganhos importantes aos trabalhadores”<sup>264</sup>. Zylberstain é conhecido autor do Instituto Millenium, o que é bastante significativo da natureza de sua atuação.

Ives Gandra Martins Filho dispensa apresentações. O então presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na conjuntura quente do debate e aprovação da Reforma, chegou a defender que a Justiça do Trabalho poderia acabar, caso o texto não fosse aprovado pelo Congresso<sup>265</sup>. No evento do IFHC, após bajular o ex-presidente e patrono da organização, defendeu o projeto como forma de prevenir contra a “fragilização cada vez maior das empresas”, que poderia colocar o Brasil no caminho da Venezuela<sup>266</sup>.

Para representar o interesse da classe trabalhadora, foi escalado Ricardo Patah, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), apesar da central sindical representar apenas 11,67% dos trabalhadores, segundo dados de 2016, à época os mais recentes<sup>267</sup>. Para piorar, O Partido Social Democrático (PSD), vinculado à central sindical, defendeu a aprovação da

---

262 <https://fundacaofhc.org.br/files/relatoriodeatividades2017.pdf> (p. 21)

263 <https://www.youtube.com/watch?v=PFsxKrFnhXM> (aprox.. 7m30seg)

264 <https://goassociados.com.br/helio-zylberstajn-quem-perde-com-reforma-trabalhista/>

265 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/justica-do-trabalho-pode-acabar-se-juizes-se-opuserem-a-reforma-diz-ives-gandra.shtml#:~:text=Para%20Ives%20Gandra%20Martins%20Filho,temo%20pela%20Justi%C3%A7a%20do%20Trabalho.>

266 [https://www.youtube.com/watch?v=amIox6\\_eLyc](https://www.youtube.com/watch?v=amIox6_eLyc) (aprox. 3m00seg)

267 <http://www.diap.org.br/index.php/component/content/article?id=17053>

reforma em plenário do Congresso<sup>268</sup>. No encontro realizado pelo IFHC, Patah apresentou a UGT como uma entidade “reformista”, que em seu último congresso teria até defendido as reformas propostas pelo governo Temer<sup>269</sup>. Pautou sua fala mais na defesa do sindicalismo, segundo ele atacado pela imprensa, do que na crítica ao texto. O problema central para Patah seria o “açodamento” da discussão dos pontos da reforma, não ela em si. Sintetizando sua intervenção em uma “brincadeira” com a plateia, defendeu que sua posição sobre a reforma seria “certamente a mesma do nosso companheiro Aécio (Neves)”<sup>270</sup>.

O IFHC até enfrenta “temas sensíveis”, contanto que todas as posições em disputa no fundo sejam a mesma. Por este expediente, a fundação circunscreve o terreno do debate legítimo. Delimitado o campo da disputa, as posições de dentro podem se chocar à vontade. Observa-se procedimento similar no programa “Fura-bolha”, em que a noção de “polarização” – em si já um artifício para circunscrever nas posições predominantes a riqueza do debate social – e de “confronto entre extremos” esterilizam o debate pela exclusão de pontos de vista contra-hegemônicos.

Assim, parece claro que o potencial político da operação não deve ser negligenciado. Especialmente porque o volume de atividade do tanque de pensamento tem crescido, e seu potencial de acesso ao Estado se evidencia pela presença frequentemente de representantes do poder político nos encontros que sedia. Apresentando as posições previamente selecionadas como pareceres técnicos dos especialistas no assunto, o espaço de dissenso é bem controlado, não importando tanto qual posição prevaleça. A paródia da noção de

---

268 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-04/bancada-do-psd-decide-apoiar-reforma-trabalhista-mas-pede-adiamento-da>

269 <https://www.youtube.com/watch?v=JixVahEfCX4> (3m em diante)

270 <https://www.youtube.com/watch?v=JixVahEfCX4> (aprox. 14m45seg)

“liberdade de ideias em confronto”, por trás de tudo isso, acaba legitimando a imposição de pontos de vista escolhidos a dedo e postos em um ambiente controlado.

Inventariar os palestrantes convidados a tomar partido nestes debates, portanto, é de enorme importância. Quanto mais porque eles representam conexões estabelecidas pelo IFHC com outras organizações do tipo, além de empresas e dos já citados representantes do poder público (notadamente ministros, secretários, deputados, vereadores e senadores). Esse estudo ilustra a amplitude das linhas políticas tornadas legítimas por sua inclusão no terreno do aceitável pela entidade. Uma mirada global nos participantes convidados a tomar partido no IFHC é possível em consulta aos anexos I, II, III e IV a esta tese.

Se, no Brasil, a entidade já conquistou corações e mentes suficientes para constar frequentemente em listas de *mais influentes tanques de pensamento* da América Latina e do país, são esses simulacros de debates que ela difunde<sup>271</sup>. Sua chegada aos meios eletrônicos abre novos horizontes de influência. Dada a importância da arma política aqui apresentada, entendo ser fundamental aprofundar os estudos sobre o alcance da iniciativa. Considero os levantamentos apresentados no início da seção indícios significativos, mas francamente insuficientes. É possível refinar a compreensão a fim de se obter dados mais seguros. Disso trataremos a seguir.

## **2.5 Dentro do terreno: quem participa publicamente dos debates e seminários do IFHC**

---

<sup>271</sup> Simulacro, aliás, teoricamente sustentado pelas observações de Habermas discutidas no capítulo 1, e que pelo IFHC são reivindicadas como fundamento de suas atividades.

Acima dei alguns exemplos de quem é convidado para tomar parte dos debates travados no IFHC. Na ocasião foi importante para ilustrar meu argumento. Nesta seção, tentaremos chegar mais fundo.

Na minha pesquisa, a fim de investigar a questão, procedi ao detalhamento das *conexões* efetivadas naqueles eventos. “Conexão” é um termo empresarial, geralmente utilizado para dimensionar a “networking” de firmas, gestores e “colaboradores”. Ele aparece com frequência nas atividades do IFHC, por isso a opção por seu uso. Como pressuposto, considere a dialética produção-recepção do conteúdo gerado, entendendo que os palestrantes, naqueles eventos e depois, poderiam tanto “refletir” construções ideológicas da “sociedade” em geral quanto reproduzir, sobre esta, as tendências de debates travados no interior da entidade, conferindo ao produto das discussões força de penetração derivada de sua posição de prestígio. Levando em conta esse último apontamento, inclusive, mostrou-se necessário, além de indicar a formação dos fios que atam IFHC e as sociedades civis e políticas, refletir sobre a formação daquelas personagens, a fim de pensar sobre a capacidade de influência majorada pelo “prestígio” por eles agregado aos produtos dessa rede. As informações apuradas também constam nos anexos mencionados acima.

Considero importante insistir na *potencialidade* da conexão. Isso porque não identifico na participação de um dado indivíduo em evento do IFHC, imediatamente, sua inoculação pelas ideias defendidas no instituto. Se entendemos que a formação daquelas disposições é um fenômeno em constante processo, cujos catalizadores são espaços de sociabilidade diversos – dentre os quais os mais propriamente *educativos*, como o IFHC -, devemos concluir que a organização em estudo é uma importante instância de difusão de uma tal interação com o mundo, por meio da qual certos interesses sociais específicos são



*tendencialmente* espalhados, ainda que de incontroláveis maneiras – e, note-se, nem sempre por intercâmbio de consciências, haja vista que aquelas disposições se fundam também em aspectos da *não-consciência* daqueles que compõem o circuito de circulação das referidas mensagens – compostas também por *impressões, medos, expectativas irracionais*.

Começaremos com uma observação impressionista. Nela separei os maiores grupos possíveis de serem formados pelos participantes, sem que isso incorresse em alguma distorção analítica grave. Tendo em vista a concepção gramsciana de unidade-distinção que fundamenta a noção de Estado ampliado aqui esposada, segmentei sociedades civil e política, mas incluí duas colunas a mais, uma originalmente do âmbito da sociedade civil, outra da “esfera da produção”. Essa opção foi determinada pela significativa presença de representantes de ambos nos debates referidos, o que, do meu ponto de vista, fez por merecer o destaque.

O resultado está no quadro 5.

**Quadro 5: Conexões do IFHC por tipo (2004-2019)**

	<b>Universidades</b>	<b>Sociedades Civis</b>	<b>Sociedades políticas</b>	<b>Empresas</b>	<b>Total</b>
<b>2004</b>	23	13	11	1	48
<b>2005</b>	10	18	6	3	37
<b>2006</b>	24	19	11	5	59
<b>2007</b>	77	46	16	6	145
<b>2008</b>	32	24	18	20	94
<b>2009</b>	8	21	14	7	50
<b>2010</b>	15	22	12	0	49
<b>2011</b>	12	27	15	8	62

<b>2012</b>	9	13	9	3	34
<b>2013</b>	11	19	9	8	47
<b>2014</b>	17	17	7	6	47
<b>2015</b>	12	19	15	20	66
<b>2016</b>	20	32	21	9	82
<b>2017</b>	25	36	33	21	115
<b>2018</b>	38	50	31	11	130
<b>2019</b>	34	42	23	7	106
<b>Total</b>	367	418	251	135	1.171

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados dos Relatórios Anuais de Atividades do IFHC

A tabela tenta segmentar essas *conexões*, a fim de revelar os principais caminhos de circulação das ideias que vêm e vão do IFHC. As universidades (públicas e privadas), na leitura *gramsciana* que lastreia nossa diferenciação entre *sociedades civil e política*, poderiam ser entendidas como componentes da primeira. Aqui, entretanto, segreguei-as em uma coluna específica a fim de evidenciar o alto número de participantes deste tipo de organização nos circuitos em que o IFHC está presente. A coluna “sociedade civil” representa o número de *aparelhos privados de hegemonia* articulados ao nosso objeto de pesquisa, demonstrando a penetração da entidade nos circuitos associativos da burguesia em nível nacional e internacional<sup>272</sup>. A coluna das “sociedade políticas”, por outro lado, indica as *conexões* entre IFHC e os poderes políticos em escala nacional, nos diferentes níveis da federação; e em escala planetária, comunicando-se com representantes de aparelhos políticos

---

<sup>272</sup> Como mostra Virgínia Fontes, as diferentes sociedades civis são constituídas de entidades de classe e frações de classe que ajustam, em nível nacional e/ou internacional, a ação política daqueles setores sociais que se organizam por essas iniciativas. No caso dos *APH's* empresariais, sua internacionalização é tendencialmente maior, expressando o maior poder político, econômico e cultural da burguesia. Ver: FONTES, Virginia. *Op. Cit*, 2018, p.225-226

de outros Estados na troca de tecnologias políticas<sup>273</sup>. Por fim, a coluna “empresas” é autoexplicativa, representando o número de intelectuais orgânicos vinculados a empresas específicas e que, em nome delas, palestraram no IFHC, comunicando demandas institucionais ou setoriais ao conjunto de intelectuais orgânicos e representantes de Estado que acompanha a discussões.

A tabela assim compreendida nos mostra o número de *conexões* identificáveis nos relatórios de atividades do IFHC desde 2004 até 2019. Tomando os números menos por sua exatidão e mais como “tendências”, temos que a maioria dos palestrantes convidados a falar no instituto é composta por universitários, de instituições públicas, privadas, brasileiras e estrangeiras; de outros *APH's*, contando, também aqui, nacionais e seus congêneres no exterior; e representantes de sociedades políticas. Os dados coligidos, assim, podem indicar a natureza do circuito de troca/produção de informações no qual o IFHC se insere, articulando sociedades civil e política, tanto em nível nacional quanto global.

No primeiro capítulo, discutimos como, na análise gramsciana da articulação entre sociedade civil e sociedade política, o conceito de Estado era ampliado precisamente para dar conta das disputas que envolviam aqueles dois “momentos” das lutas de classes. Na ocasião, argumentamos que os dados quantitativos produzidos por laboratório da Universidade da Pensilvânia dedicado ao estudo do fenômeno auxiliavam a dimensionar melhor o papel esperado dos tanques de pensamento, quedando destacada sua capacidade de apresentar diretamente a setores do poder político demandas sociais específicas, contornando,

---

<sup>273</sup> Incluímos nas colunas todos os representantes de aparelhos públicos, não importando o nível de sua atuação. Assim, mesmo diretores de empresas estatais estão posicionados nesta coluna. Foi minha opção por entender que a gestão “técnica” desses espaços representa o “ajuste” de interesses de classes e frações de classes, conforme discutido no primeiro capítulo desta tese.

na prática, os canais tradicionais da democracia representativa. Nesse sentido, portanto, interessou a esta pesquisa desvelar os canais de comunicação do IFHC com os poderes políticos, descrevendo a natureza dessas conexões, a fim de atestar se e, em caso positivo, de que modo essa entidade funciona como um canal de pressão empresarial sobre o Estado (restrito). Se estes canais forem superpostos à trama de articulação no interior das sociedades civis, temos o IFHC como um veículo de transmissão e reelaboração de interesses de classes e frações de classe, inscritos frequentemente em código *técnico*. A importância de compreender melhor a natureza das conexões com a sociedade política, portanto, prova-se na tentativa de determinar o grau possível dessa influência.

À primeira vista, esse grau poderia ser aferido pelas tendências expostas na tabela 4. Teríamos, assim, que extrair o percentual de conexões com a sociedade política do total registrado anualmente. Uma taxa maior acima da calha média registraria, assim, a maior capacidade de influência potencial do IFHC sobre o poder político. O resultado a que chegaríamos é apresentado no quadro 6.

**Quadro 6: percentual de conexões com representantes das sociedades políticas por ano (2004-2019).**

<b>Ano</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Percentual</b>	<b>21,4</b>	<b>13,15</b>	<b>18,3</b>	<b>10,7</b>	<b>21,2</b>	<b>12,6</b>	<b>9,45</b>	<b>17,3</b>	<b>26,1</b>	<b>10,5</b>
<b>Ano</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>Média</b>			
<b>Percentual</b>	<b>6,5</b>	<b>16,6</b>	<b>21,2</b>	<b>19,3</b>	<b>13,2</b>	<b>11,2</b>	<b>15,7</b>			

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados dos Relatórios Anuais de Atividades do IFHC

Os resultados de uma investigação conduzida desta forma, entretanto, seriam enganosos, por ignorarem as diferenças existentes no interior de cada tipo de conexão. Na coluna da “sociedade política”, como informado, estão reunidos de delegados do poder representativo, como deputados e senadores, a gestores de estatais e ministros de Estado. Há também representantes de outros países, cuja conexão simboliza a troca de tecnologias políticas, forma de influenciar as políticas públicas em outros Estados. Por isso, se as divisões na tabela 4 são importantes por demonstrarem tendências gerais de articulação do IFHC com representantes de diferentes espaços sociais, algumas de suas colunas merecem maior detalhamento, a fim de capturar diferenças no circuito ao longo dos anos de história da entidade.

No que diz respeito a essa coluna, diferenciamos, na tabela 6, os representantes em novos nichos<sup>274</sup>. Na primeira linha, estão dispostos secretários e Ministros de Estado, entendidos como detentores de maior poder de Estado do que procuradores, assessores e outros cargos que ficaram de fora desta lista. Na sequência, temos os detentores de poder de Estado vinculados a São Paulo, tanto em nível municipal quanto estadual. A linha se justifica por eu entender que o IFHC tem a manutenção do poder do PSDB em São Paulo como objetivo estratégico, de sorte que a atuação na região se intensifica em momentos eleitorais<sup>275</sup>. A tabela indica, contudo, um movimento diferenciado entre 2015 e 2017,

---

<sup>274</sup> Os dados condensados na tabela se referem à tabela do Anexo I.

<sup>275</sup> É o caso do crescimento de representantes estatais na organização em 2012. Tomados os dados desse tipo de conexão em termos percentuais, temos naquele ano o maior registro, representado por maior participação de secretários estaduais tucanos. Convém lembrar que, naquela conjuntura, disputava-se acirrada eleição para a prefeitura da cidade paulistana, com pesquisas apontando a liderança de Fernando Haddad (PT) no pleito. O alto índice relativo desse tipo de representantes no IFHC, assim, ilustraria a tentativa de uma ala do partido em cortejar a audiência da entidade, pela demonstração das capacidades políticas dos “técnicos” vinculados ao partido, então a cargo do governo do estado no mandato de José Serra (PSDB). O mesmo esforço explicaria as altas de 2004, 2008 e 2016 – com participação também prioritariamente registrada entre secretários tucanos e aliados, com vistas ao reforço das candidaturas do partido nas eleições municipais daqueles anos. O movimento,

quando todos os indicadores cresceram, indicando maior atividade global da organização durante a última conjuntura de crise política pela qual o país passou (e ainda passa). Na sequência, a linha apresenta a conexão com outros Estados, por meio de representantes convidados a palestrarem no IFHC, geralmente sobre casos de sucesso em gestão pública. São os casos das participações, em 2006, de Mário Morel, presidente da comissão encarregada da Reforma da Previdência Chilena, então em discussão no país, o que nos revela que o “modelo chileno” já era acompanhado pela burguesia muito antes de se tornar parâmetro para as reformas da área defendidas pelo bolsonarismo; do vice-ministro de saúde, da Holanda, em debate sobre políticas públicas para “envelhecimento saudável”, realizada em 2017; da ministra do mar, Ana Paula Vitorino, de Portugal, em reunião para discutir o desenvolvimento da economia marítima, ao lado de representantes da Marinha brasileira; por fim, de Luís Filipe Loureiro Góes Pinheiro, Secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa de Portugal, que veio ao IFHC em 2019 falar dos usos da tecnologia, na Europa, durante processos de reforma administrativa. Em comum nos três exemplos fornecidos a tentativa de “aprender” com experiências consideradas positivas – o que sustenta a tese desenvolvida nesta tese, qual seja, de que o IFHC funciona como veículo de articulação burguesa em nível internacional, contribuindo com trocas de tecnologias políticas para dominação e extração de valor da classe trabalhadora. Por fim, a tabela indica o número de representantes do poder eletivo. São sobretudo deputados e senadores que comparecem ao IFHC para, por um lado, oferecer relatórios sobre o panorama do Congresso; por outro, para

---

assim, diferiria do registrado a partir de 2016, com as conexões com a sociedade política se referindo a uma incidência relativamente maior de contatos com representantes da União - expressão, na programação do IFHC, do apoio ao PSDB ao governo Temer e, logo, da aproximação de alas do partido da administração federal. Para mais detalhes, ver Anexo I desta tese.

apreender produtos *técnicos*, aportados à entidade pelos intelectuais orgânicos que por ela transitam, a fim de, em um segundo momento, subsidiarem o debate de políticas públicas. Nesse sentido, não foi raro identificar a participação de petistas na entidade, é verdade que sobretudo antes de 2015. Sua presença pareceu indicar, sobretudo, a tentativa de reproduzir, nas reuniões do IFHC, os principais argumentos esgrimidos pelos lados em disputa durante o embate acerca de “reformas” de maior envergadura, como a trabalhista, do Ensino Médio, previdenciária, etc. Ainda sobre este quesito, não passa despercebido, a partir de 2016, a inversão da tendência registrada entre o número de secretários e ministros de Estado que participavam do IFHC em relação ao de representantes eletivos. A partir de 2016, a participação do primeiro grupo cresce muito em relação a do último, talvez indicando maior capacidade de influência sobre os setores-chave de produção de políticas públicas – expressão possível do apoio do PSDB ao governo Temer, no único momento em que o partido foi governo na série retratada.

**Quadro 7: Detalhamento das conexões com sociedades políticas – Instituto Fernando Henrique Cardoso (2004-2019).**

	2004	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
<b>Secretário/Ministros da União</b>	2	-	1	-	1	1	1	1	1	-	-	1	8	7	4	4
<b>Secretarias de SP (Estado/município)</b>	4	2	2	1	3	-	-	-	3	1	1	3	3	4	7	2

<b>Representantes de outros países</b>	-	1	1	1	-	5	4	5	-	1	-	1	4	7	3	1
<b>Representantes eleitos</b>	2	1	3	8	6	4	5	4	-	2	2	4	1	4	2	3

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados dos Relatórios Anuais de Atividades do IFHC

Essa maior aproximação ao governo se evidencia a importância do detalhamento das referidas conexões. Com efeito, o quadro 6 mostra um volume acima de média de representantes do Estado no IFHC entre 2016 e 2017. Os índices ali expostos, entretanto, são menores do que os verificados em 2004, 2008 e 2012. A melhor compreensão desses representantes, pela especificação de suas atividades de Estado ou governo, porém, permite que entendamos diferentemente o movimento verificado naquele biênio. Deste ponto de vista, 2016 e 2017 expressam a maior capacidade de influência da organização sobre o poder político – indicativo, no mais, da participação do PSDB no governo Temer. Movimento que recua a partir de 2018, com o enfraquecimento do apoio do partido ao mandato Temer, imerso em acusações de corrupção pelo menos desde o vazamento de uma ligação entre o empresário Joesley Batista e o presidente, articulando pagamento de propina.

Na interface da sociedade civil, articulam-se as classes e frações de classe mobilizando seus aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, o estudo dos relatórios anuais de atividades do IFHC permite a identificação dos nós da rede associativa burguesa com os quais a organização aqui estudada mais frequentemente estabelece contato público. A análise dos dados do anexo II permitiu a elaboração da “nuvem de palavras” abaixo. É próprio deste modelo de apresentação diferenciar as palavras por sua incidência no banco de



dados que lhe dá origem. Assim, o gráfico 1 é ilustrativo não apenas das conexões identificadas do IFHC na sociedade civil, como também da relevância quantitativa das mesmas<sup>276</sup>. Na imagem, alguns nomes chamam atenção, sobretudo aqueles vinculados aos setores internacionais da burguesia – indicando o alto grau de internacionalização das ligações da entidade.

**Gráfico 1: “nuvem de palavras” indicando volume das conexões do IFHC com outros APH’s nas sociedades civis (2004-2019)<sup>277</sup>.**

---

<sup>276</sup> A lista completa dos APHs com os quais o IFHC interage durante os seminários e debates presenciais sediados na fundação está disponível no Anexo II desta tese.

<sup>277</sup> Gráfico ilustrativo construído a partir dos dados coligidos no Anexo II desta tese.



entidade, em debate sobre “agenda públicas” para desigualdade, pobreza e desenvolvimento na América Latina<sup>279</sup>; seguiram em 2006, ainda com discussões sobre enfrentamento da pobreza<sup>280</sup>; e em 2007, desta feita em reunião sobre os “desafios da educação” na América Latina<sup>281</sup>. A reforma do sistema de saúde entrou em pauta mais recentemente, quando em 2014 e em 2019 foram sediados debates sobre a capacidade de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro<sup>282</sup>. O Banco Mundial funciona nestes debates como *moderador* das posições em confronto. Tendo em vista a discussão apresentada em seção anterior, a observação é interessante por expressar a subordinação do IFHC à reconhecida entidade da fração dominante da burguesia internacional.

De maneira similar atuam as conexões com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – braço importante da Organização das Nações Unidas para promoção do desenvolvimento no capitalismo e para a gestão da miséria dele resultante. Na última intervenção do órgão, em 2018, Francisco Gaetani criticou reflexos do *lava-jatismo* sobre a administração pública, que, ao provocar a hipertrofia da fiscalização, obstou o livre funcionamento de alguns aparelhos públicos – impactando negativamente na eficiência geral do Estado<sup>283</sup>. Sinais dos representantes das frações dominantes internacionais contra os “excessos” da purga do poder político provocados pela ascensão da extrema-direita no Brasil.

---

279 [http://www.ifhc.org.br/files/relatorios/relatorio\\_de\\_atividades\\_2005.pdf](http://www.ifhc.org.br/files/relatorios/relatorio_de_atividades_2005.pdf) (acessado em 23/10/2020 às 15h31)

280 [http://www.ifhc.org.br/files/relatorios/relatorio\\_de\\_atividades\\_2006.pdf](http://www.ifhc.org.br/files/relatorios/relatorio_de_atividades_2006.pdf) (acessado em 23/10/2020 às 15h31)

281 [http://www.ifhc.org.br/files/relatorios/relatorio\\_de\\_atividades\\_2007.pdf](http://www.ifhc.org.br/files/relatorios/relatorio_de_atividades_2007.pdf) (acessado em 23/10/2020 às 15h32)

282 <https://fundacaoifhc.org.br/files/Relatorio%20Atividades%202014%20-%20Vers%C3%A3o%20digital.pdf> e [https://fundacaoifhc.org.br/files/FFHC-Relatorio\\_Anual\\_2019\\_WEB.pdf](https://fundacaoifhc.org.br/files/FFHC-Relatorio_Anual_2019_WEB.pdf) (acessado em 23/10/2020 às 15h33)

283 <https://fundacaoifhc.org.br/debates/eficiencia-da-gestao-publica-e-instituicoes-de-controle> (acessado em 23/10/2020 às 15h32)

A partir desta interface internacionalizada do IFHC, creio ganhar força a suspeita de que a organização estudada tentou constituir um ponto de centralização das principais conexões burguesas no e do Brasil. Deste ponto de vista, as agências internacionais fariam as vezes de moderadores oficiosos, nos seminários e debates, sobre as ações políticas das burguesias internas, alertando-as da importância de seguir exemplos bem-sucedidos de gestão social verificados ao redor do mundo. O objetivo de fundo, claro, é ajustar constantemente o consórcio das classes e frações de classes dominantes, como sugeri no item que discuti financiamento da entidade.

Na face nacional da interface da sociedade civil, o IFHC se comunica com mais de uma centena de aparelhos privados de hegemonia. A lista completa pode ser consultada nos Anexos II desta tese. Por ora, convém sublinhar algumas organizações cuja constância em seminários e fóruns de debate as torna os principais interlocutores nacionais no objeto estudado. O gráfico 1 destaca o IETS, o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, o Cebri e a Fiesp.

O Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) foi fundado pelo economista André Urani em 1999. Segundo o *site* da organização,

A ideia surgiu da observação de que o nível de colaboração entre pesquisadores de diferentes instituições, formuladores de políticas públicas e outros atores sociais, comprometidos com o combate à pobreza e a diminuição da desigualdade, era pequena<sup>284</sup>.

De acordo com a página virtual, o IETS se interessa sobretudo em debater “crescimento demográfico; projetos socioeconômicos; de expansão da infraestrutura; educação, trabalho; informalidade; micro empreendedorismo; renda; desigualdade e pobreza;

---

<sup>284</sup> <https://www.iets.org.br/spip.php?rubrique1> (acessado em 03/05/2019, às 17h46).

desenvolvimento territorial; políticas setoriais; e governança”<sup>285</sup>. Nos seminários do IFHC, os representantes do IETS discutiram formas de combate à pobreza no Brasil, “soluções” para os “impasses” da política educacional latino-americana, o futuro das grandes cidades, e a “coesão social” no Brasil e na América Latina – objeto de atenção do terceiro capítulo desta tese. Em algumas dos eventos, seus representantes se perfilaram ao lado de agentes de entidades internacionais, como Banco Mundial e ONU, para defender a legalização de propriedades dos pobres como forma de acesso ao crédito e ao mercado de consumo, para debater as desigualdades na aplicação da justiça e a precariedade dos sistemas educacionais no Brasil e em demais países latino-americanos. Dessa forma, o IETS e entidades internacionais se reuniram no IFHC para discutir formas de ampliação e defesa da sociedade de mercado, bem como para ajustar a gestão social da miséria e o apaziguamento das pontas mais graves das contradições da sociabilidade burguesa<sup>286</sup>.

A proximidade com o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais se explica pelo lançamento conjunto da Plataforma Democrática, uma iniciativa para difundir a “cultura democrática” pela América Latina – região entendida como de tendências autoritárias. O projeto é importante e revelador da ambição das organizações que o lançam. Falarei dele mais detidamente em uma seção específica, mais abaixo.

Já o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) é um dos maiores *think tanks* da América Latina. A julgar pela lista produzida pela Universidade da Pensilvânia e aqui referenciada, disputa com o próprio IFHC o posto de segunda organização mais influente sobre as sociedades civil e política no Brasil, atrás apenas da gigante FGV. Como o nome da

---

<sup>285</sup> *Idem*

<sup>286</sup> <https://fundacaoofhc.org.br/debates/high-level-commission-on-legal-empowerment-of-the-poor> (acessado em 23/10/2020 às 15h51)

entidade sugere, o Cebri se especializou em produzir relatórios do ponto de vista das relações internacionais, destacando os confrontos geopolíticos, os fluxos mundiais de mercadorias e a formação de blocos interestatais. Não sem razão, seus representantes participam de eventos no IFHC para discutir temas como a liderança brasileira na América Latina e o futuro do Mercosul.

A relação entre o IFHC e o Cebri tem sido marcada por aproximações e distanciamentos, os quais, aliás, podem ser indicativos da orientação política do primeiro. Isso porque grande parte de seus convites aos representantes do Cebri se deu entre 2009 e 2012. Nesse período, ocorreram diversas iniciativas voltadas à discussão da capacidade de liderança brasileira na América Latina – momento durante o qual o empresariado nacional que investia na região participou ativamente, como palestrante e/ou financiadores, nas atividades do IFHC. Por outro lado, a partir de 2013 e o início das turbulências sociais que mergulhariam o Brasil em uma prolongada crise geral, as participações de representantes do Cebri sofreu claro refluxo, voltando a ocorrer apenas em 2016, em debate sobre a crise da democracia liberal ao redor do mundo<sup>287</sup>.

Esse movimento pendular pode indicar que as atenções do IFHC se voltam, no interior do grupo de entidades que compõem sua *network*, para as organizações entendidas como mais capazes de enfrentar a questão exigida por sua agenda política. Como veremos quando falarmos da Plataforma Democrática, uma parte importante dos financiadores do IFHC é de setores do capital brasileiro transnacionalizado, invertido preferencialmente no entorno latino-americano. De sorte que a defesa da “coesão social” na América Latina e a projeção

---

<sup>287</sup> <https://fundacaoifhc.org.br/debates/democracias-turbulentas-o-que-acontece-na-europa-na-america-latina-e-nos-eua> (acessado em 23/10/2020 às 15h56)

da qualidade na liderança brasileira na região, para dizer em poucas palavras, parecem ser uma bandeira geral desse grupo. Voltaremos a falar disso.

O que vimos até aqui foi o IFHC procurando com mais frequência entidades prestigiadas pela representatividade de sua atuação em determinadas esferas da vida social. Ocorre o mesmo com a FIESP e com os grandes veículos da mídia empresarial, destacados setores de representação institucional das camadas sociais cujo apoio o IFHC procura cultivar, como o empresariado e a pequena burguesia. Se a federação dos industriais é convocada para discutir a chamada “reforma trabalhista”, efetivada durante o governo Temer, à debilidade da produtividade da força de trabalho nacional, os principais jornais do país são convidados a acompanharem e participarem de um amplo leque de debates, que vai dos grandes eventos da geopolítica internacional (como as “primaveras árabes” e as tensões no Oriente Médio) às polêmicas locais – assegurando, por outro lado, a extensão da influência do próprio IFHC por meio dos canais de que a grande imprensa brasileira dispõe.

O empresariado não participa do IFHC apenas financiando as atividades do instituto. Toma parte também dos debates e seminários, apresentando diretamente suas demandas para plateias de políticos e representantes de Estado. O Anexo III apresenta, em lista, os representantes do setor que falaram, ao longo dos 15 anos de história, em eventos da entidade. Em comum, o fato de a maior parte desse grupo ser composta por grandes capitalistas, o que reforça a qualificação, feita mais acima, do IFHC como uma agência do grande capital. Alguns ramos produtivos, entretanto, destacam-se. São os casos dos banqueiros, do agronegócio e, novamente, dos capitais brasileiros transnacionalizados. O primeiro e o segundo grupo são convocados para comentar sobretudo eventos que discutem os “circuitos financeiros mundiais” e os “desafios” do “novo mundo rural”, com o debate sobre segurança

alimentar em economia rural de escala. Representantes do Itaú, BTG Pactual e Citibank, assim, são presenças identificáveis em debates sobre a economia brasileira; enquanto diretores do agronegócio, como Marcos Jank, são personagens frequentes nas discussões que interessam à área.

A associação à vanguarda do capital global, por sua vez, fica evidenciada pela presença de agentes de firmas de prestação de serviços de “advisory”, com vistas à redução de riscos de investimento e ao aperfeiçoamento da alocação de capitais. O setor, que tem se tornado importante em um mundo dito “turbulento”, sujeito a “transformações”, é representado pelo IFHC por duas empresas consideradas entre as quatro maiores da área: a KPMG e a Price WaterHouse Coopers. Sua participação na organização pode ser entendida como a de analisar e afiançar os investimentos de capital em áreas sob investigação nos eventos e seminários do IFHC. Assim, em encontros realizados em 2016 e 2017 para discutir as “oportunidades nacionais” para o setor de infraestrutura, James Stewart, representante da KPMG, observou os riscos e as vantagens para investimento estrangeiro nas áreas em que o governo Temer buscava atrair o capital externo, por meio da implementação de parcerias público-privadas para gestão de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias. Em uma conjuntura de retração dos investimentos públicos, o governo federal procurava estimular o crescimento do país com base nas inversões da iniciativa privada, e para isso fazia propaganda de seu novíssimo programa de gestão e aprimoramento da infraestrutura produtiva brasileira. O IFHC, então apoiador do governo, tratou de convocar representantes das principais firmas de avaliação de riscos de mercado, como a KPMG, para atraírem o volume de capital desejado, em uma indicação do potencial político do nosso objeto de estudo.



Temos, assim, que as influências do IFHC sobre as sociedades civil e política têm um claro corte de classe. A frequência da participação de acadêmicos nos eventos aqui analisados, dessa forma, demonstra tanto a importância do conhecimento técnico para o balizamento das discussões quanto o grau da imbricação da produção universitária com o desenvolvimento do capitalismo. É claro que a academia em geral é composta também por pesquisadores que combatem a dinâmica expansiva do capital e seus efeitos deletérios sobre a natureza e a classe trabalhadora, mas o grande número de professores que, no nosso objeto de estudo, avalizam os debates do ponto de vista do capital é ilustrativo do predomínio, também em nível acadêmico, das ideias burguesas – elemento indicado nas discussões do primeiro capítulo. Através de representantes das sociedades civis e políticas, empresários e acadêmicos, assim, o IFHC se entrelaça à rede associativa burguesa, servindo de caixa de ressonância dos interesses nascidos da estrutura produtiva por sobre outros aparelhos privados de hegemonia e setores do poder político, convidados a integrarem os circuitos por meio da ação da entidade sob nossa análise.

Em outras palavras, as pesquisas com dados seriais aqui realizada podem iluminar a compreensão do sociometabolismo do IFHC, bem como seu papel renovado na democracia e sua crise<sup>288</sup>. Ele seria um dos nós da rede associativa burguesa que envolve o Estado em sentido ampliado, como um elo que busca conectar setores da sociedade civil aos centros nevrálgicos de poder da sociedade política, representados pelo número de participantes do “Estado” nos debates travados na organização. A pesquisa que se detenha nesse momento, entretanto, perderá de vista outras dimensões importantes de sua atuação. Na próxima seção,

---

<sup>288</sup> Assim como pode auxiliar na compreensão do que tem sido chamado de “crise de representatividade” nas “democracias liberais”, conforme vimos na primeira seção do presente capítulo.

refletiremos, na medida do possível, sobre um aspecto que não pôde ser deslindado nesta parte do trabalho, dada sua natureza “de bastidor”. Compreendendo que a interface “pública” do IFHC é apenas uma das existentes, versaremos agora sobre a dinâmica “privada” da entidade, lançando mão, para tanto, da documentação existente – diminuta, mas, ainda assim, importante por permitir aproximações a esse lado menos conhecido de sua atuação.

## **2.6 O IFHC e o contra-ativismo político empresarial: uma visão dos bastidores da entidade**

Uma entidade do porte do IFHC não funciona apenas em sua interface pública. Há mais para se analisar, sobretudo no que tange à sua dinâmica “privada”, isto é, às relações sociais que se desenrolam em seu interior sem terem a pretensão de ser socialmente conhecidas. Neste caso, a escassez ou mesmo ausência de fontes são um obstáculo aos pesquisadores, que, contudo, não podem interromper sua análise no lado desvelado dessas organizações, sob pena, por um lado, de parcializarem sua visão, perdendo de vista o compromisso com a investigação da totalidade do objeto; por outro, de reproduzirem versões do próprio analisado sobre si. Assim, tirei especial proveito dos documentos vazados pelo Wikileaks. Alguns deles, tendo o IFHC como personagem, permitem-nos visões sobre a vida nos bastidores da entidade. São vislumbres de ações políticas que inicialmente não eram dadas a serem amplamente conhecidas. Vislumbres que nos fazem pensar que, aparentemente, a vida privada dessas organizações é ao menos tão agitada quanto sua face pública. Dois documentos permitem entrever um pouco desta movimentação.

O primeiro é de janeiro de 2011. Na ocasião, Sérgio Fausto recebeu um correio eletrônico no seu endereço institucional. Ao diretor executivo do IFHC, chegava uma

mensagem, repassada pela secretaria da entidade, assinada por Paulo Gregoire, que se identificou como “analista de geopolítica da Stratfor”<sup>289</sup>. O texto tentava marcar uma reunião no instituto a fim de discutir o “momento atual do Brasil”<sup>290</sup>. Após alguns acertos de agenda, o encontro foi marcado para o dia 10 de janeiro naquele ano, na sede da entidade, pela manhã.

Não há documentos sobre o que foi conversado naquela reunião. Indícios, porém, apontam que ali tivera início uma parceria. Os documentos liberados pelo *Wikileaks* indicam que Gregoire voltou a entrar em contato com Fausto quatro dias depois, primeiro agradecendo a hospitalidade e oferecendo informações sobre “China ou qualquer outra parte do mundo”, depois enviando dados pessoais tanto para cadastramento no *mailing list* da entidade quanto para credenciamento aos debates realizados pelo IFHC<sup>291</sup>.

Ter em mente a natureza social da Stratfor nos dá pistas da importância das atividades de bastidores do IFHC. Em trabalho importante, Gregoire Chamayou mostra como, entre os anos 1970 e 1980, as corporações multinacionais enfrentaram nos Estados Unidos o que então era uma forma renovada de ativismo político, com constante denúncia pública dos

---

289 Stratfor é um think tank estadunidense fundado em 1996, no Texas. Segundo seu site, surgiu a partir da decisão de um “grupo de cientistas políticos e empresários” de transformar um grupo de estudos vinculado à Universidade de Louisiana em uma empresa de análise geopolítica. Atuando desde então no setor privado, a iniciativa se descreve, em seu website, como uma “plataforma de inteligência geopolítica líder mundial”. Com sua atividade, a Stratfor interpreta eventos globais a fim de potencializar negócios, capacitar governos e instruir indivíduos em um mundo “crescentemente complexo”. A iniciativa se assenta no princípio de que eventos globais são previsíveis, e os atores sociais, se bem informados, podem se preparar para gerenciá-los adequadamente. O principal fundador da iniciativa é o empresário e cientista político George Friedman, conhecido na esfera pública por previsões ousadas. Escritor, publica literatura sensacionalista com verniz de estudos de política internacional – sua obra mais famosa se chama *Os próximos 100 anos*, lançada pela editora Best Business, e lança apostas à primeira vista pouco verossímeis, como a de que o México pode se transformar na próxima grande potência mundial. A aparência de bufão, todavia, recobre uma rotina bem mais séria: coleta, processamento e distribuição de informações recolhidas a partir de conexões com outros centros globais de produção de saber. Ver: <https://www.stratfor.com/about-stratfor> acessível às 15h42 do 09/11/2018

290 [https://wikileaks.org/gifiles/docs/20/2034634\\_re-pedido-de-reuniao.html](https://wikileaks.org/gifiles/docs/20/2034634_re-pedido-de-reuniao.html) (acessado às 09/11/2018 às 15h30)

291 [https://wikileaks.org/gifiles/docs/20/2034634\\_re-pedido-de-reuniao.html](https://wikileaks.org/gifiles/docs/20/2034634_re-pedido-de-reuniao.html)

impactos sociais das empresas e boicote aos seus produtos. O autor francês detalha o caso da Nestlé. Segundo ele, “em 1974, ativistas britânicos publicaram um panfleto intitulado *The baby killer* [O assassino de bebês]. Eles denunciavam os efeitos sanitários do substituto do leite materno comercializado pela Nestlé em países do Terceiro Mundo”<sup>292</sup>. Após uma reação intempestiva que piorou o problema, sempre seguindo Chamayou, a Nestlé resolveu “mudar de abordagem”, recrutando um “especialista em gerenciamento de crise: Rafael Pagan, homem de extrema direita, ex-agente da Inteligência Militar, conselheiro dos presidentes Kennedy e Johnson, convertido no fim dos anos 1970 a consultor empresarial”<sup>293</sup>. A chegada de Pagan marcou a formação de uma “força-tarefa” especializada em nova forma de *contra-ativismo*, cujo exemplo da Nestlé o autor elege como o mais notável.

Mas, poderíamos legitimamente perguntar, o que a Stratfor tem a ver com isso? “Em meados dos anos 1980”, Chamayou responde,

membros dessa força-tarefa, parcialmente composta por antigos militares, formariam a empresa de relações públicas Pagan International, transformada depois na Mongoven, Duchin & Biscoe (MDB) para, enfim, resultar em 2000 na empresa de inteligência **Stratfor**. Se o nome dessa plataforma soa familiar, é porque o *hacker* Jeremy Hammond a expôs em 2011 na *Wikileaks*, ao vaziar milhares de mensagens eletrônicas pirateadas. Nesse meio-tempo, durante três décadas, os especialistas em contra-ativismo teriam vendido seus serviços a preço de ouro a multinacionais tão idôneas quanto a Shell (diante do boicote do *apartheid*), a Union Carbide e ainda a Monsanto<sup>294</sup> (*grifo meu*).

A tal “força-tarefa” teria se especializado em travar combates contra aquela “nova forma de ativismo”. Chamayou mostra como a orientação tática que passou a prevalecer indicava a importância de se retirar as “bases de legitimidade” daquele ativismo político. Seria preciso, portanto, conhecer o ambiente social de atuação das empresas-clientes, a fim

---

<sup>292</sup> CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**. Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu, 2020. P. 190.

<sup>293</sup> CHAMAYOU, Grégoire. *Op. Cit.* P. 190.

<sup>294</sup> CHAMAYOU, Grégoire. *Op. Cit.* P. 192-3

de prever potenciais problemas e atuar preventivamente<sup>295</sup>. Participava da tática, aliás fundamentada em princípios da ciência militar de Sun Tzu e Clausewitz, a constante promoção de uma “boa imagem empresarial”, contra-atacando o ativismo político que estaria corroendo as bases de legitimidade do mundo corporativo. Talvez esteja aqui uma das explicações para o interesse em tanques de pensamento como o IFHC, ao mesmo tempo fonte daquelas requeridas informações e análises do ambiente social e ponto de apoio para propaganda positiva da iniciativa empresarial.

Tendo esse fundo histórico em mente é que devemos analisar o encontro dos representantes da Stratfor e do IFHC. Além de Fausto e Gregoire, participou do evento a “Diretora de Análise” da organização estadunidense, Reva Bhalla. Também ela entrou em contato com o diretor executivo do IFHC, desta feita um dia depois da reunião, no 12 de janeiro, agradecendo o convite de Fausto para comparecimento ao instituto. No texto, Bhalla exalta a possibilidade de parceria entre a Stratfor e o IFHC no desenvolvimento de conhecimento de muitos tópicos que teriam sido discutidos na reunião, dentre os citados, migração brasileira pela América do Sul, o investimento brasileiro na região, o futuro do Mercosul, o maior papel brasileiro na integração regional e a estratégia de pacificação das favelas do país. A representante da Stratfor acrescenta que “adoraria” se consultar com Fausto e seus colegas na coleta de informações e preparação de relatório sobre esses tópicos<sup>296</sup>.

Reva Bhalla já despertara atenção antes. Em sua viagem ao Brasil, naquele 2011, a consultora esteve também no sistema nervoso da sociedade política nacional, circulando com aparente liberdade pelo alto escalão da inteligência de Estado brasileira. Assim noticiou a

---

<sup>295</sup> CHAMAYOY, Grégoire. *Op. Cit*

<sup>296</sup> [https://wikileaks.org/gifiles/docs/21/216480\\_re-muito-obrigada-.html](https://wikileaks.org/gifiles/docs/21/216480_re-muito-obrigada-.html)

Agência Pública em 2012. Segundo a reportagem, que teve acesso a documentos internos da Stratfor, “Bhalla foi recebida com entusiasmo pelo gabinete do ministro-chefe do GSI, o general José Elito Siqueira, menos de um mês depois de chegar ao país para sua missão” em nome da entidade<sup>297</sup>. Ainda de acordo com a Agência Pública, o relato indica que Bhalla foi levada à “sala de situação”, onde militares e agentes de inteligência se reuniram com a presidência da república em momentos de crise de segurança nacional.

Segundo o relatório consultado pelo *site*, Bhalla teria dito que

todos, inclusive o General Elito Sequeiro (sic) – o chefe do GSI, o qual eu encontrei mais tarde no seu escritório, conhecem e lêem os relatórios da Stratfor regularmente. Eles estavam, literalmente, me dizendo sobre as notícias da Stratfor que haviam lido nesta manhã, e que quase todos ali eram membros<sup>298</sup>.

A liberdade de circulação descrita por Reva Bhella impressiona. A consultora teria estado, sempre de acordo com o documento, até na sala da então presidente Dilma Rousseff, então em reunião que impediu o encontro. “Mais do que ser bem recebida”, portanto, “Bhalla obteve informações confidenciais de funcionários do GSI que são negadas até mesmo aos brasileiros”<sup>299</sup>.

O vazamento da documentação do Wikileaks atraiu a atenção da imprensa brasileira para os fatos narrados. Reportagem de Carta Capital de março de 2012 também descreve os eventos daquele janeiro de 2011, destacando a atuação de Reva Bhella – a quem o CEO da Stratfor, George Fridman, teria aconselhado tentar assumir controle sobre suas fontes, por

---

297 <http://apublica.org/2012/03/wikileaks-reva-bhalla-da-stratfor-gsi/?fbclid=IwAR0oSsOD5YbncFW6KUZDYA3DcMMv-oHjaBqib1meiZRQNuCfrP7ASfvXq5M>

298 <http://apublica.org/2012/03/wikileaks-reva-bhalla-da-stratfor-gsi/?fbclid=IwAR0oSsOD5YbncFW6KUZDYA3DcMMv-oHjaBqib1meiZRQNuCfrP7ASfvXq5M>

299 *Idem*

vias financeiras, psicológicas ou sexuais<sup>300</sup>. De acordo com a publicação, na ocasião, Bhalla relatara

aos colegas da Stratfor que naquela visita ao GSI chegou a se reunir com o ministro-chefe, o general José Elito Siqueira. Foi até convidada a visitar um posto militar na Amazônia. E durante a longa conversa com Macedo Soares, diz ter ouvido que a Abin capturara “terroristas” em São Paulo, incluindo pessoas ligadas aos ataques de 11 de setembro. O GSI confirmou a visita de Bhalla<sup>301</sup>.

Além de contatos com o pessoal do Estado brasileiro, a Stratfor tentou, também, estabelecer parcerias de “colaboração” com a imprensa nacional – tendo obtido sucesso com a Folha de S. Paulo, que teria assinado acordo para troca de informações<sup>302</sup>. A atração que a Stratfor exerce, conforme reportagem da Carta Capital sobre a passagem de Reva Bhalla pelo Brasil, teria origem em sua acurácia na previsão da Guerra do Iraque. Segundo a publicação, a agência acertou dia e hora do início do confronto, atraindo as atenções de clientes interessados em “informações de dentro” do Estado estadunidense. A fórmula exporia aquela capacidade de “controlar” fontes do interior de aparelhos públicos, conforme orientação de Fridman, o que asseguraria à entidade uma receita de 12 milhões de dólares ao ano, segundo especulações<sup>303</sup>. Trata-se, portanto, de um negócio, com os seus representantes mapeando fontes a fim de obter informações preciosas que fundamentem suas “análises de risco de mercado”, vendidas por preço alto.

Se tomarmos a Stratfor pela sua expressão na reportagem de Carta Capital, contudo, tomaríamos a agência como uma obra de bufões. A empresa empregaria, afinal, sempre segundo a revista, metodologia de “adolescente de 16 anos”. Avaliação que acompanha a feita por Sérgio Fausto. Falando um ano depois àquele veículo sobre o encontro com

---

300 <https://www.cartacapital.com.br/mundo/alunos-de-clouseau-2/>

301 <https://www.cartacapital.com.br/mundo/alunos-de-clouseau-2/>

302 <https://www.cartacapital.com.br/mundo/alunos-de-clouseau-2/>

303 <https://www.cartacapital.com.br/mundo/alunos-de-clouseau-2/>

representantes da entidade, o diretor executivo do IFHC sustentou que a Stratfor não mereceria maiores atenções no que diz respeito à política latino-americana, seja por falta de “conexões importantes na região”, seja por falta de “expertise no assunto”<sup>304</sup>. Posição distinta do que se poderia esperar de um diretor executivo que convidou os representantes de uma empresa de informação para reunião na sede do seu instituto<sup>305</sup>.

No mais, o desprestígio da Stratfor com a Carta Capital e com o IFHC contrasta com a sua capacidade de coleta de informações e com o porte dos financiadores da iniciativa. No primeiro caso, a empresa conseguiu colocar um representante na sala presidencial brasileira, bem como, via Renato Whitaker, um dos analistas da Stratfor sediados no Brasil, “folhear o esboço do Livro Branco de Defesa”, produzido pela Escola Superior de Guerra (ESG), antes mesmo que um “documento chave da política nacional” fosse publicado<sup>306</sup>. No segundo, o *site* da entidade indica como parceiras companhias suficientemente grandes para figurarem na lista da *Fortune 500*, publicada anualmente pela revista Fortune ranqueando as 500 maiores corporações dos Estados Unidos, com base na receita total expressa em seus respectivos anos fiscais. Para efeitos de ilustração, o top 10 de 2018 da lista ficou assim: 1- Walmart, 2- Exxon Mobil, 3 – Berkshire Hathaway, 4 – Apple, 5 – UnitedHealth Group, 6 – McKesson, 7 – CVS Health, 8 – Amazon.com, 9 - AT&T, 10 – General Motors. Tratam-se, pois, de *grandes* empresas: a maior delas, a Walmart, tem arrecadação que supera o PIB de países como a Áustria, a Noruega e o Chile<sup>307</sup>.

---

304 <https://www.cartacapital.com.br/mundo/alunos-de-clouseau-2/>

305 O e-mail vazado pelo Wikileaks deixa claro que o convite a Reva Bhalla partiu de Sérgio Fausto.

306 <https://www.cartacapital.com.br/mundo/alunos-de-clouseau-2/>

307 <https://www.stratfor.com/about-stratfor> acessível às 15h42 do 09/11/2018; <http://fortune.com/fortune500/> acessível às 16h04 do 09/11/2018; <https://noticias.r7.com/internacional/fotos/conheca-8-empresas-poderosas-que-tem-faturamento-maior-do-que-o-pib-de-muitos-paises-27032016#!/foto/1>



Para o que nos interessa, importa destacar tanto a posição do IFHC nas teias associativas da burguesia quanto alguns elementos da ação política desta rede. Por um lado, o fato de a Stratfor ter entrado em contato com o instituto que estudamos revela a importância relativa da entidade na cadeia de troca de tecnologias políticas burguesas – enfatizada pelo funcionamento da Stratfor, acima descrito. Com efeito, essa posição de prestígio do IFHC tem sido destacada ao longo deste trabalho por meio da análise de fontes que atribuem ao instituto importância na elaboração de políticas públicas no Brasil, mas aqui encontra forma de expressão em outra área de atuação, relacionada à capacidade de coleta de informações e processamento de análises sociais.

Por outro lado, as relações ora em análise revelam circuitos importantes de informação, trocadas entre Estados e agentes de mercado por meio de associações como a Stratfor. Sob a alcunha de “análise de risco para investimentos”, temos um mercado que comercializa efetivamente informações privilegiadas, de bastidores de Estado, cujos agentes repassam sem maiores dificuldades a matéria-prima do produto, conforme confirmou à Carta Capital o responsável por, na ESG, apresentar ao representante da Stratfor um documento reservado do Estado brasileiro<sup>308</sup>. Sendo o IFHC um dos elos desse circuito, conviria perguntar se o instituto se apropria de parte dos valores que circulam por estas cadeias – por meio de venda de conteúdo ou por meio do financiamento de atividades que incluem debates, mas que podem incluir outros eventos de bastidores. Não há, entretanto, documentos que evidenciem a existência de negociações do tipo. Os dados sobre as atividades privadas das

---

308 Renato Whitaker, representando a Stratfor, encontrou-se em novembro daquele 2011 com o diretor do Centro de Estudos Estratégicos da escola e comandante da Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército, o general-de-brigada João Cesar Zambão da Silva. Relembrando em 2012 o encontro, Zambão confirmou que recebeu o “consultor” na ESG, como “costuma fazer com qualquer pessoa em situação similar”. Ver: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/alunos-de-clouseau-2/>

atividades são mesmo bastante restritos, de sorte que mais pesquisas são necessárias para desbravar esta seara.

Com o material que dispomos, contudo, é possível identificar, na rede associativa burguesa, nós com diferentes especializações, mas que, atuando juntos, fazem circular um conjunto de informações que, dado seu uso, transformam-se em importante tecnologia política a fim de garantirem maiores investimentos e, correlativamente, estabilidade sócio-política para seu desenvolvimento. Assim, se a interface pública do IFHC privilegia o contato de intelectuais orgânicos burgueses, empresários e representantes da sociedade política nacional, sua interface privada esconde outro tipo de relação. O caráter reservado da atividade talvez explique paradoxalmente o aparente desinteresse demonstrado por Sérgio Fausto em entrevista à Carta Capital. Seja como for, a interface privada das atividades do IFHC parece ao menos tão importante quanto sua face pública.

Isso porque, mesmo com a escassez de fontes, os dados de que disponho já me parecem bastante interessantes e sinal de uma “vida privada” bastante ativa. Aos indícios comentados acima, soma-se a correspondência do cônsul geral dos Estados Unidos no Brasil, Thomas J. White, enviada confidencialmente a outros consulados estadunidenses na América Latina – também vazada pelo Wikileaks. No telegrama, White narra um encontro entre Clifford Sobel, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, e Fernando Henrique Cardoso, realizado na sede do IFHC em 15 de junho de 2009. Sempre de acordo com White, FHC convidara o embaixador estadunidense para lhe apresentar o “trabalho do Instituto Fernando Henrique Cardoso, um *think tank* criado por Fernando Henrique Cardoso para discutir e analisar políticas públicas”<sup>309</sup>. A reunião discutiu a “falta de orientação estratégica de Estado”

---

<sup>309</sup> [https://wikileaks.org/plusd/cables/09SAOPAULO366\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09SAOPAULO366_a.html)

durante o mandato petista, com FHC entregando ao embaixador dos Estados Unidos seu ponto de vista sobre os “erros” do PT na presidência.

Como anota o cônsul ironicamente ao fim do telegrama, ao longo da conversa, o ex-presidente “claramente” considerava José Serra, pré-candidato pelo PSDB, o favorito nas eleições presidenciais de 2010. Daí a reunião ter o caráter de “apresentação” de conselheiros capazes de preparar o tucano para o exercício do mandato presidencial, no caso de se confirmarem as previsões de FHC. White anota, ainda, que o IFHC foi apresentado como um “parceiro” para contatos entre o grupo do futuro presidente e interlocutores estadunidenses “sêniores” 310. Participaram da reunião, além do ex-presidente e do embaixador, o cônsul que assina a correspondência, o ex-ministro Celso Lafer, o aqui já mencionado Jovelino Mineiro, o diretor do IFHC Sérgio Fausto, e a cientista política da Universidade de São Paulo, Maria Hermínia Tavares.

O documento chama atenção principalmente por dois fatores. O primeiro, o papel que o instituto joga na disputa eleitoral, apresentando o então pré-candidato à presidência pelo PSDB a parceiros que, presumivelmente, deveriam apoiá-lo, como é o caso do pessoal de Estado estadunidense. Sobre isso discutiremos mais longamente no capítulo 4. O segundo, a capacidade – ainda que seja imaginada apenas por FHC e os membros da cúpula do instituto – de que o mesmo pudesse se transformar em ponte direta entre governos diferentes, a saber, de Estados Unidos e Brasil. A transformação do IFHC em “embaixada informal” foi sugerida por mim pela análise de sua atuação por meio da Plataforma Democrática, discutida em item abaixo. Passemos a ele antes de mais considerações.

## **2.7 O IFHC e a América Latina: o caso da Plataforma Democrática (2007-2019)**

Em 2007, surgia a Plataforma Democrática. Iniciativa do IFHC em parceria com o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, tem o “objetivo de fortalecer a cultura e as instituições democráticas no Brasil e na América Latina” 311. Desde então até 2013, o projeto adquiriu contornos robustos e um alcance cada vez maior. Articulou-se a mais de 30 instituições da América Latina, entre universidades, centros de pesquisas e ONG’s – conforme imagem abaixo. Além de conferências presenciais, a iniciativa se insere na grande mídia latino-americana e em espaços literários. Já não é raro encontrar em grandes livrarias volumes estampados com o selo da Plataforma<sup>312</sup>. O projeto ainda publica revistas científicas digitais, jornais e um curioso “Informe Cuba”, que tem como intenção acompanhar a situação política da ilha.

Em números mais precisos, desde 2007, a organização já promoveu cerca de 150 eventos – entre palestras, entrevistas, debates. Os vídeos destes encontros estão disponíveis em sítios virtuais da iniciativa e das fundações parceiras. Juntos, somam mais de 100 horas de material.

### ***Associados à Plataforma Democrática***<sup>313</sup>

---

311 Retirado de: <http://www.plataformademocratica.org/quem-somos> (acessado em 20/09/2019 às 03:15)

312 O *site* da iniciativa lista 14 livros publicados sob seu selo. A lista consta aqui: <http://www.plataformademocratica.org/publicacoes> (acessado em 20/09/2019 às 06:25)

313 Retirada de versão anterior do *site* da Plataforma Democrática. Atualmente indisponível.



O endereço eletrônico da Plataforma Democrática também fornece acesso aos demais produtos vinculados à iniciativa. Assim, em pesquisa prévia, catalogou-se 4184 artigos de diversos autores disponíveis no site. Redigidos especificamente por membros do projeto, há 110 títulos disponíveis para download.

Ainda sobre o *corpus* documental, destaca-se uma versão em português do *Journal of Democracy*, publicação do *National Endowment for Democracy*, criado no governo Ronald Reagan para “reunir defensores da democracia pela e para a iniciativa privada”. Representando a “articulação estratégica entre o Estado norte-americano, os dois partidos

dominantes, as empresas norte-americanas e a cúpula sindical”<sup>314</sup>, o NED é um órgão suprapartidário que defende regimes políticos pautados pelos interesses do capital e pela incorporação à influência estadunidense. Segundo seu vice-presidente, a ideia é facilitar “o intercâmbio entre o setor privado e os grupos democráticos no exterior”, a fim de “encorajar o desenvolvimento democrático consistente com os interesses dos Estados Unidos”<sup>315</sup>. Agindo globalmente, o NED financia partidos, tanques de pensamento, “ONG’s”, etc. Nos anos 1990, financiou 1754 organizações, com o custo de 150 milhões de dólares<sup>316</sup>. No Brasil, vincula-se inclusive à Plataforma Democrática, que traduz suas publicações. Falaremos mais dele no capítulo quatro, quando discutirmos os problemas derivados da recente ascensão da extrema-direita. Aqui, basta estabelecer sua relação com a Plataforma Democrática, que colabora com a agência estadunidense traduzindo e divulgando suas publicações, que se juntam, assim, à produção exclusiva da iniciativa brasileira.

Neste material, duas temáticas são centrais. A questão da democracia, clara já no título da iniciativa, é merecedora de ampla discussão dedicada a desenvolver um modelo que assegure “estabilidade” e “desenvolvimento” – princípios que seriam enfeixados na noção de *coesão social*, desenvolvida pelo IFHC, em estreita colaboração com a Plataforma Democrática. Outro interesse destacado é sobre o papel do Brasil na América Latina. A liderança do país na região é, ao mesmo tempo, debatida e projetada, inclusive com receituários para se avançar na questão.

---

314 MINELLA, Ary César. Construindo a hegemonia na América Latina. Democracia e livre mercado, associações empresariais e sistema financeiro. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.) **Hegemonia às avessas**. Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 257-258.

315 LOWE, David. Idea to reality. **A brief history of the National Endowment for Democracy**, p. 8 Disponível em: <http://www.ned.org/about/history> (acesso às 11:28 de 09 de setembro de 2016)

316 SCOTT, James. WALTERS, Kelly. **Supporting de Wave**. Western political foundations and the promotion of a global democratic society. *Global Society*. V. 14, n. , 2000. P. 243-244.

Estes dois temas, a saber, democracia “com coesão social” e liderança brasileira na América Latina, foram especialmente marcantes de 2008 a 2013. Em 30 de junho de 2008, um extenso seminário, intitulado “Repensando a Democracia na América Latina: desafios políticos e intelectuais”, cujo objetivo foi entender as novas dinâmicas sociais da América Latina, então passando por o que muitos viram como uma “guinada à esquerda”, dada a eleição de diversos líderes considerados progressistas. As discussões daquele dia deram origem a uma série de debates e eventos, que culminaram na edição de um livro. “*O desafio latino-americano: coesão social e democracia*” foi lançado ainda em 2008, mas seguiu sendo discutido e difundido pelas intervenções da Plataforma Democrática através de sua rede de entidades parceiras – de tão extensa, acima foi apresentada em nota.

Em 20 de maio de 2009, resultados da pesquisa foram apresentados em evento realizado no hotel Westin Camino Real, na Guatemala<sup>317</sup>, onde um dos presidentes eleitos pela “onda rosada”, Álvaro Colom (2008-2012), governava. Em junho, foi a vez da Universidad Nacional de San Martín, na Argentina, receber Bernardo Sorj, um dos autores do trabalho, para falar sobre os desafios da “democratização” latino-americana<sup>318</sup>. Em 08 de junho de 2010, na Flacso do Equador, a Plataforma Democrática sediou debate sobre os perigos do “populismo radical” – uma das preocupações já apresentadas em “*O desafio latino-americano*”. Os governos que ameaçavam as regras do jogo geravam instabilidade, sendo inimigos, portanto, da democracia perseguida. Na época, o alvo prioritário eram os políticos “de esquerda”, só mais recentemente os de direita passaram a representar ameaça.

---

317 <http://www.plataformademocratica.org/videoteca/14>

318 <http://www.plataformademocratica.org/videoteca/11>

A questão da liderança do Brasil na América Latina surge com mais força a partir de 2010. Desde novembro daquele ano, quando na sede do IFHC falou-se sobre o *estado da democracia na América Latina*, o debate sobre o papel do país na região ganha progressivo destaque<sup>319</sup>. Em 05 de julho de 2011, uma mesa-redonda debate as mudanças geopolíticas, geoeconômicas e o papel do Brasil na América Latina. A discussão é boa o suficiente para virar livro lançado na Argentina, pela editora Siglo XXI em parceria com o selo da Plataforma Democrática. No material, os autores Sérgio Fausto, do IFHC; e Bernardo Sorj, do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, agradecem ao Open Society Institute, à Fundación Telefonica e à Konrad Adenauer Stiftung, responsáveis por financiarem o projeto<sup>320</sup>. O Brasil deveria liderar a América Latina, mas de acordo com os auspícios das organizações burguesas internacionais<sup>321</sup>.

---

319 <http://www.plataformademocratica.org/videoteca/21>

320 [http://www.centroedelstein.org.br/PDF/bsorj\\_America\\_Latina\\_Transformaciones\\_geopoliticas.pdf](http://www.centroedelstein.org.br/PDF/bsorj_America_Latina_Transformaciones_geopoliticas.pdf)

321 Os presentes no encontro revelam a aproximação entre sujeitos políticos que se viam na oposição aos governos progressistas da América Latina, bem como seu livre trânsito com empresários importantes da região e com importantes líderes de organizações sociais do subcontinente. A lista completa dos participantes é a que segue: Alberto Pfeifer, diretor-executivo do Conselho Empresarial da América Latina (CEAL), Aluizio Araujo, conselheiro da Odebrecht, Amaury de Souza, diretor da MCM Consultores Associados, Antônio Carlos Mendes Thame, deputado federal (PSDB-SP), Bernardo Sorj, diretor-executivo do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Bóris Fausto, historiador, presidente do Grupo de Análise da Conjuntura, Internacional da USP (GACINT-USP), Brigida Scaffo, cônsul-geral do Uruguai, Bruno Soller, assistente parlamentar da Câmara Federal, Carlos Mesa, ex-presidente da Bolívia, Celso Lafer, professor de Direito da USP e presidente da Fundação de Amparo, à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) Cesário Ramalho, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) Constanza Moreira, senadora uruguaia da Frente Ampla Décio Oddone, vice-presidente da Braskem Edgardo Riveros, presidente do Centro Democracia y Comunidad Eduardo Graeff, assessor do PSDB Fausto Alvarado Doderó, ex-ministro do Peru Fernando Henrique Cardoso Fernando Xavier Ferreira, conselheiro da Telefônica Gunther Rudzitz, coordenador de relações internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) Humberto Saccomandi, editor de Internacional do jornal Valor Econômico Ignácio Walker, senador e presidente da Democracia Cristã Chilena Ingo Ploger, presidente do CEAL Joel Edelstein, presidente do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais José Botafogo Gonçalves, presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) José Geraldo Traslosheros, cônsul-geral do México Lourival Sant'Anna, repórter especial do jornal O Estado de S. Paulo Luciano de Freitas Pinto, assistente da reitoria da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Luiz Carlos Costa, assessor da Câmara Federal Maria Hermínia Tavares, professora do Instituto de Relações Internacionais da USP (IRI-USP) Mariana Luz, coordenadora institucional do CEBRI Mauro Aguiar, diretor-presidente do Colégio Bandeirantes Moisés Costa, relações governamentais do MAN Patricia Villela Marino, conselheira do Instituto Ilhabela Sustentável (IIS) Pedro da Motta Veiga, diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES) Pedro Herz, diretor-presidente da Livraria Cultura



A lista segue já em novembro de 2012, com evento na sede do IFHC, intitulado “liderança do Brasil na América do Sul”; vai adiante em 18 de abril de 2013, com “Brasil e América Latina: que liderança é possível?”; e 08 de maio de 2013, quando Sérgio Fausto fala do papel do Brasil na América Latina para o espanhol Real Instituto Elcano<sup>322</sup>; e 19 de setembro de 2013, quando as uruguaias TV Ciudad<sup>323</sup> e Televisión Nacional de Uruguay discutem, com membros da Plataforma Democrática, “Brasil y América Latina: ¿qué liderazgo es posible?”<sup>324</sup>.

Assim, por conferências, publicações e intervenções midiáticas, a Plataforma Democrática se espraia pela América Latina, levava sua mensagem a um número cada vez maior de pessoas. Tal constatação nos dá a dimensão de seu alcance, bem como sua inserção na arena política regional. Emerge daí sua potencialidade na direção de políticas públicas e de reformas estatais, vistas como fiadoras da “estabilidade” e do “desenvolvimento” pretendidos.

Sendo a Plataforma Democrática uma iniciativa do IFHC, que aqui nos interessa mais de perto, tornam-se pontos incontornáveis, em primeira aproximação, a análise de seus quadros políticos; do conteúdo de sua produção, isto é, a tal democracia a ser “exportada”; e, paralelamente, uma pesquisa sobre financiamento do projeto. Essas três perguntas de caráter

---

Raul Jungmann, presidente estadual do PPS Roberto Freire, presidente nacional do PPS Roberto Russell, professor da Universidad di Tella (Argentina) Sandra Polonia Rios, diretora do CINDÉS Sérgio Amaral, diretor da FAAP Sérgio E. A. Conforto, diretor da FAAP Sérgio Fausto, superintendente-executivo da Fundação iFHC Sibeles Martins, assessora de imprensa do gabinete do deputado federal Roberto Freire Vinícius Camargo, coordenador do CEAL. Ver: IFHC, Relatório de atividades, 2011, p. 30-31. Acessível em: <https://fundacaoofhc.org.br/files/Relatorio%20de%20atividades%202011.pdf>

322 <http://www.plataformademocratica.org/vidioteca/27>

323 <http://www.plataformademocratica.org/vidioteca/29>

324 <http://www.plataformademocratica.org/vidioteca/30>

inicial permitem a formulação de questões e hipóteses mais sofisticadas, indispensáveis para reflexões ulteriores.

Atuando na Plataforma Democrática figuram grandes empresários, políticos e profissionais das ciências humanas. No primeiro grupo, constam executivos de grupos como Vorotantim, Itaú, Natura, além do onipresente Jorge Gerdau Johannpeter, dentre outros, não coincidentemente grandes investidores na América Latina<sup>325</sup>. Entre os políticos estão principalmente Fernando Henrique Cardoso e outros filiados do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A última categoria listada é composta por gente como Demétrio Magnoli, Bernardo Sorj, Sérgio Fausto, o próprio FHC, enfim, adeptos de uma perspectiva liberal e conservadora, o que fica evidente nos produtos que, por intermédio da iniciativa, veiculam. Tive o cuidado de não chamar o último grupo de “intelectuais”, preferindo, em vez disso, qualificação mais descritiva. Isso se deve à concepção de que todos os quadros expostos são intelectuais, não no sentido do senso comum, mas na ótica sugerida por Antônio Gramsci, antes comentada<sup>326</sup>. São, assim, operadores e organizadores da cultura, organicamente vinculados a uma classe social ou fração, favorecida pela visão de mundo que difundem. Por conseguinte, são intelectuais orgânicos, que articulam interesses materiais e ideologia – naturalizando, dessa forma, uma formação social histórica.

É relevante ressaltar que outras personagens não listadas participam dos eventos sediados pela Plataforma Democrática. Refiro-me aos associados às organizações vinculadas

---

325 Os grupos mencionados ocupam o ranking das 20 empresas brasileiras mais internacionalizadas pela América Latina desde pelo menos 2007, ano de criação da Plataforma Democrática. Ver: SPOSITO, Eliseu; SANTOS, Leandro. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

326 GRAMSCI, Antônio. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. P. 15-21.

ao projeto, acima expostas em nota. Articulada a instituições por quase toda a América Latina, a Plataforma Democrática as instrumentaliza para promover seus eventos. Permite-se, de tal modo, que aqueles intelectuais orgânicos ajam no interior de diversos tanques de pensamento e outros aparelhos privados de hegemonia, influenciando sua produção, sua audiência, sua formação de quadros políticos.

A Plataforma Democrática, por conseguinte, constitui um destacamento extremamente móvel, que ocupa as organizações da América Latina, agindo por seu intermédio. É importante, nesse momento, frisar que entendemos as instituições associadas à Plataforma como aparelhos privados de hegemonia, tal qual conceituação de Gramsci. São, assim, elementos classistas da sociedade civil que organizam vontades coletivas, buscando generalização de projetos societários específicos, bem como concepções de realidade convenientes<sup>327</sup>. Adotando tal perspectiva, a função da Plataforma Democrática ganha mais nitidez. Ela não teria o fito de “colonizar” as sociedades civis do subcontinente? Ora, em seus eventos, os intelectuais listados educam de acordo com os interesses classistas representados pela Plataforma, cuja base social é composta por aqueles grandes capitais apresentados acima, que têm na América Latina uma área de especial interesse para seus investimentos. Se os aparelhos privados de hegemonia podem formar disposições adequadas à dominação classista, ocupá-los e veicular, por meio deles, as práticas consideradas adequadas pela Plataforma seria utilizá-los em benefício dos representados pela iniciativa brasileira.

Posto isso, aqui entendemos que a Plataforma Democrática serve a capitalistas brasileiros preocupados com seus investimentos na região latino-americana. Além de intelectuais orgânicos, representantes dessas frações burguesas são patrocinadores da

---

327 GRAMSCI. Antônio. **Cadernos do cárcere**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 244  
216

iniciativa. Sugerimos, pois, que a Plataforma Democrática age na América Latina ao sabor dos interesses da classe que a anima, como uma embaixada transnacional. Seria um exemplo do que René Dreifuss qualificou de frentes móveis de ação internacional, isto é, organizações burguesas transnacionais de defesa da ordem do capital<sup>328</sup>. Em outras palavras, consideramos que a Plataforma Democrática auxilia a costurar uma visão de mundo adequada às transformações materiais operadas pelo capital brasileiro na região. Luta-se, por meio dela, pela construção de um consenso acerca do papel de líder que o Brasil deve desempenhar na América do Sul, daí ganhando sentido esse tema ser recorrente nas produções da iniciativa – daí a importância revelada nas intervenções acima mencionadas.

De que modo se apresenta concretamente essa defesa? Ora, pela orientação de políticas públicas, função declaradamente assumida pelos *tanques de pensamento* que a sustentam e no site da própria iniciativa<sup>329</sup>, mas também pela circunscrição dos debates, método caro ao IFHC, como acima debatido. Dessa forma, busca-se conformar na América Latina condições sociais que assegurem a estabilidade política e o ambiente propício ao florescimento de investimentos capitalistas. O exemplo da *coesão social*, investigado no próximo capítulo, é certamente o mais completo neste ponto. Revela a profundidade da crença no associativismo burguês e, por outro lado, em ações de contenção dos conflitos, por meio da integração subalternizada de questões caras aos setores populares, sempre acolhidas de modo a combinarem com os estreitos limites da ordem. Isso se revela com a pauta

---

328 O debate sobre o termo pode ser conferido em DREIFUSS, René. **A internacional capitalista**. Petrópolis: Vozes, 1986. Virgínia Fontes também adota a conceituação. Ver: FONTES, Virgínia. **Brasil e o capital imperialismo**. Teoria e História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 112. 6

329 Retirado de: <http://www.ifhc.org.br/instituto/missao/>, <http://www.centroedelstein.org.br/QuemSomos.asp>, <http://www.ifhc.org.br/wp-content/uploads/apresentacoes/1869.pdf> (acessados em 09 de setembro, às 09h01)

identitária ali perseguida, bem como o trato específico da questão do multiculturalismo, sempre congregada com a “flexibilização” das regulamentações sobre a ação do capital.

Posto isso, não é sem razão que as atividades da Plataforma se intensificam em áreas onde o investimento brasileiro é maior. Há uma relação de estreita continuidade entre os interesses do capitalismo no Brasil e a difusão dessa democracia nos territórios que hospedam suas inversões. É como se o modelo fosse fiador político dos interesses materiais daqueles que bancam o projeto. A democracia pretensamente esterilizadora das lutas sociais é, então, posta a serviço da burguesia brasileira também no exterior, a fim de assegurar a reprodução ampliada de seu capital.

Já o projeto político defendido sob a alcunha de democracia merece análise mais detalhada. Aqui destacaremos tão somente alguns elementos, reservando a discussão sobre o sentido da *coesão social* na democracia projetada pelo IFHC e pela Plataforma Democrática para o próximo capítulo – embora os elementos aqui constantes sejam fundamentais para seu entendimento, notadamente o papel importante do capital com interesse na América Latina no financiamento destas atividades.

Sobre isso, vamos acompanhar a intervenção de um importante capitalista brasileiro, com sólidos investimentos no entorno latino-americano. Trata-se de Jorge Gerdau Johannpeter. No dia 28 de novembro de 2012, na sede do Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), em São Paulo, ele, presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau, tomou a palavra em daqueles eventos que debatia a “liderança do Brasil na América Latina”. O empresário tinha tempo reservado para versar sobre a integração latino-americana na perspectiva de um capitalista brasileiro. Iniciou sua fala demonstrando pesar. Uma preocupação em especial lhe tirava o sono: sentia falta de previsibilidade política que

permitisse planejar investimentos de longo prazo no continente. “Nos ramos que investimos”, arengou, “teoricamente deveríamos planejar hoje nossos negócios de daqui a dez anos, mas não há estudos sobre integração regional em curso, não há meios de saber como estará a região tanto tempo à frente”<sup>330</sup>. O lamento do empresário transparecia a preocupação com seus capitais. A plateia composta por outros empresários, tecnocratas e governantes assentia compreensiva.

Daí dar voz a Gerdau é dar voz a um dos maiores grupos de investimento na América Latina, com 71% de seus capitais alocados na região<sup>331</sup>. Quando ele demanda maior previsibilidade e estabilidade política na região, insinua que nem mesmo os melhores esforços petistas conseguiram entregar o que esses setores do empresariado esperavam. Até então, os esforços dos governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente na figura do ex-presidente Lula, já eram reconhecidos como fundamentais para a expansão transnacional das empresas brasileiras. Tanto pela política externa quanto pela linha de crédito exclusiva do BNDES, fundamental na formação e promoção das “campeãs nacionais”. Mesmo durante essa história, até ali de sucesso, Gerdau demonstra insatisfações e revela fraturas no bloco governista. É uma brecha que o PSDB tenta aproveitar.

Dar voz a Gerdau é, assim, ouvir um importante representante da burguesia imperialista. Na lógica da nossa exposição, convidá-lo a participar da iniciativa representa o namoro entre partido e fração de classe. O significado do ato, contudo, é bem mais profundo. Ora, Gerdau foi, ao longo das gestões petistas, o símbolo da aliança entre governo e

---

330 Citações retiradas de vídeos disponíveis no site da Plataforma Democrática. Ver: <http://www.plataformademocratica.org/VideotecaPopup.aspx?IdRegistro=26&IdVideo=339> (acessado em 21/09/2015, às 14:49)

empresariado. Foi ele um dos primeiros grandes burgueses a apoiar publicamente Lula na campanha de 2002, defendendo sua candidatura em campanha televisiva. A partir de 2003, foi convidado a compor estruturas de Estado, chegando a ser especulado como ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. A estreita relação entre as partes, todavia, afrouxou-se durante o mandato Dilma. Em 2011, o empresário se tornou espécie de líder da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CPGDC), então recentemente criada para ser um suporte ao capital brasileiro em sua agenda internacional. No programa de rádio “Café com a Presidenta”, Dilma qualificou a câmara como “meio para diminuir a burocracia que as empresas nacionais enfrentam no comércio com outros países”, e que, por meio da CPGDC, “empresas e governo vão pensar juntos técnicas de *boa administração*” (ZIBECHI, 2012, p. 207). Ponto de articulação entre o Governo Federal e os interesses do imperialismo brasileiro, a criação da câmara gerou expectativas, mas ela teve vida curta. Um ano após seu surgimento já era considerada moribunda. Foi declarada morta em 2014, após 12 reuniões, das quais a presidenta não compareceu a nenhuma.

Como vemos, a participação de Gerdau na Plataforma Democrática se dá precisamente no período de ocaso da CPGDC. A maior parte dos eventos devotados a discutir a liderança brasileira na região, acima apresentados em nota, ocorre no mesmo período. Poder-se-ia argumentar que, em outras áreas, o governo petista manteve apoio à burguesia brasileira, principalmente por meio do BNDES. No entanto, a queda da organização pensada para estreitar laços de um setor do empresariado com o executivo, quando cotejada à aproximação de seu chefe com o PSDB, adquire um simbolismo especial. Nessa ótica, as críticas feitas por Gerdau no âmbito da Plataforma Democrática se investem de novo significado.

Em outras palavras, de aliado petista, Jorge Gerdau passou a ser francamente bajulado por tucanos, que dispensam atenção ao empresário e propõem, por meio da Plataforma Democrática, uma solução para seus problemas. O sociólogo Sérgio Fausto, diretor do IFHC, ilustrava a mudança então no horizonte. Em eventos da Plataforma Democrática, sediado em 2012, fala grosso contra a “instabilidade política de Equador, Venezuela e Bolívia”. “O populismo desses países”, decreta, “ameaça a democracia na América Latina”<sup>332</sup>. Era a maneira peessedebista de se diferenciar do petismo – mostrar capacidade de enfrentar os governos e regimes que poderiam significar dificuldades para o capitalismo brasileiro na região.

A Plataforma Democrática – e o IFHC por trás dela – tentou aproveitar este espaço. De fato, através da iniciativa, aquela burguesia se relacionou com outras classes latino-americanas nas instituições associadas à organização. Ao trocar dessa maneira experiências sociais e tecnologia democrática, a iniciativa difunde paralelamente o senso comum que interessa àquele empresariado nacional. Por tal intercâmbio se dar inclusive em aparelhos privados de hegemonia, o capital brasileiro utiliza as casamatas dos Estados vizinhos para defender suas ambições imperiais. Trata-se de um impulso colonizador das sociedades civis latino-americanas, processo que se forma como o anverso da inversão de capital na região. Claro que o produto final da relação não é necessariamente o desejado por aquela frente expansionista, sendo antes o resultado das lutas intra e extraclasses que se verificam no subcontinente, e que, no objeto aqui exposto, são exprimidas por embates entre os partícipes dos eventos da Plataforma e pelas formas de sua recepção. Contudo, a presença de

---

<sup>332</sup> <http://www.plataformademocratica.org/videoteca/25>



representantes do imperialismo nacional nesses espaços deve ser considerada como indício do avanço de suas forças.

O estudo dos 12 anos de história da iniciativa, portanto, mostra algumas nuances importantes por revelarem sua estreita relação com as transformações políticas em âmbito nacional e planetário. Nesse sentido, o primeiro período da Plataforma Democrática buscou replicar na América Latina estratégias de contenção social que tinham se mostrado bem sucedidas no Brasil e no mundo. O know how adquirido pelas classes dominantes nas contendas contra os trabalhadores é assim difundido para zonas de seus investimentos, por meio das relações entre aparelhos privados de hegemonia, dentre eles tanques de pensamento e suas iniciativas, como o IFHC e a Plataforma Democrática. A democracia para o capital, passivada e contrarrevolucionária, torna-se o produto de exportação elaborado, formado pela experiência de décadas de lutas de classes. Sua distribuição pela Plataforma Democrática demonstra manobra tática de setores do empresariado brasileiro que tentavam assegurar a realização de seus capitais pela construção de um ambiente adequado ao seu florescimento.

Mas a análise da Plataforma Democrática é, também, uma reflexão sobre a dinâmica partidária e suas relações de classe no Brasil. Isso porque não se pode esquecer o quão próximo o PSDB está do IFHC, e, por extensão, da iniciativa. Perceber, portanto, o engajamento dos tucanos na expansão do imperialismo brasileiro levanta algumas questões. A iniciativa representaria a busca pelo realinhamento da burguesia transnacionalizada? A operação político-partidária atende a uma lógica própria, típica do campo em que está inserida. Por conseguinte, na dinâmica daquela disputa, entendo que certas legendas buscam liderar uma determinada classe ou fração de classe social, identificando nesta aliança como

meio de ascensão ao poder. Por isso, suas diretrizes sofrem modificações, representando a relação entre os objetivos partidários e os interesses das classes e seus conflitos na sociedade.

A história da Plataforma Democrática, portanto, deve ser considerada à luz do relativo sucesso conquistado pelo petismo em abrir mercados para empresas brasileiras. O papel desempenhado pessoalmente por Lula não deve ser desmerecido. Mesmo livros-reportagens, como os de Raul Zibechi e Renato Zanini, aquele muito melhor do que este, capturam a importante participação do ex-presidente na promoção do capital nacional<sup>333</sup>. Nesse período o capitalismo brasileiro avançou na América Latina, inclusive por iniciativa materiais, como a formação dos “campeões nacionais”, via BNDES, exemplifica. Sem acesso a mecanismos comparáveis de poder, o PSDB aposta desde 2007, com a Plataforma Democrática, em instrumentos que demonstrem o interesse tucano em continuar a odisseia petista. Trata-se de, nos limites do que é possível a um partido da oposição, fornecer uma embaixada para o capitalismo brasileiro no subcontinente, demonstrando o engajamento do partido no caminho trilhado pelas empresas.

Analisando a Plataforma Democrática à luz desse objetivo, o PSDB se põe à frente da defesa dos interesses daqueles setores empresariais diante da nova realidade do século XXI. Assim sendo, para lograr seu intento, os tucanos devem se mostrar adequados para representar, no âmbito da política partidária, o objetivo desta fração da burguesia brasileira.

O que chamei de primeiro momento da Plataforma Democrática culmina com esta disputa. Pensada para seguir os passos e mesmo ultrapassar o petismo na corrida pela

---

<sup>333</sup> ZIBECCHI, Raul. **Brasil potência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012; ZANINI, Fábio. **Euforia e fracasso do Brasil Grande**. Política externa e multinacionais brasileiras na Era Lula. São Paulo: Contexto, 2017.

liderança da burguesia transnacionalizada brasileira, a iniciativa chega a 2014 cortejando seus principais líderes, apresentando seu partido, o PSDB, como um candidato a dirigir seus interesses na importante eleição daquele ano. A derrota de Aécio Neves em si não representa a derrota do projeto. É o que ocorre a seguir que agrega novos elementos à história.

De fato, os eventos sediados pela iniciativa pós-eleição de 2014 ainda dialogam com a realidade nacional com o objetivo de dirigi-la. Discutiremos mais detalhadamente no quarto capítulo como, em 2015, reunião do IFHC decreta que o PSDB deve decisivamente apoiar a formação de uma “alternativa de poder” no Brasil, alimentando a politização “das ruas”. A Plataforma Democrática, então, passa a discutir as mobilizações sociais organizadas em ambiente virtual. Colhe experiências latino-americanas e de outras partes do mundo. Compara-as com a situação brasileira. Atua como o intelectual coletivo que se informa para melhor agir na realidade prática. Os anos de 2015 e 2016 da Plataforma Democrática, assim, são quase monocórdicos. Das eleições de 2014 à confirmação do impeachment de Dilma Rousseff, há pouca atividade, mas nas restritas intervenções, só se fala de como a mobilização virtual, um dos carros-chefes das grandes manifestações de rua no Brasil, poderia ser politicamente virtuosa (ou danosa)<sup>334</sup>.

Até que chegamos no último dos eventos realizados pela Plataforma Democrática. Ele marca o que pode ser um novo período de sua história – ou, pelo menos, que marca o surgimento de novos desafios. Em 29 de novembro de 2018 – pouco mais de

---

334 São três conferências realizadas no período. Duas no auditório do IFHC (em 29 de abril de 2015 – ver aqui: <http://www.plataformademocratica.org/vidioteca/31>; e em 18 de maio de 2016 – ver aqui: <http://www.plataformademocratica.org/vidioteca/32>) e uma em Santiago (realizada em 11 de maio de 2016 – disponível aqui: <http://www.plataformademocratica.org/vidioteca/33>)

um mês depois da eleição de Jair Bolsonaro – o IFHC, sob bandeira da Plataforma Democrática e em parceria com o The German Marshall Fund of the United States (GMF) e a Amcham-Brasil, realizou seminário para discutir a ascensão da extrema-direita e seus desdobramentos globais. Intitulado “Democracias turbulentas e seus impactos no sistema internacional”.

A fala de Bill McIlhenny, “wide atlantic fellow” do GMF, é capaz de sintetizar os debates por apresentar os temas de discussão. McIlhenny advertiu contra os perigos do “tribalismo”, representados pelo possível rompimento de laços de cooperação internacional. Para ele, a ascensão de líderes “populistas” como Donald Trump, Boris Johnson e Jair Bolsonaro, tenderia a colocar em xeque instâncias organizativas cuja história prova sua importância para a manutenção de uma ordem internacional do interesse dos que presidem e sustentam estas associações<sup>335</sup>. Destacou o uso das mídias sociais e o surgimento da inteligência artificial como possíveis pontos de confronto social, contra os quais os intelectuais e operadores de políticas públicas deveriam se guarnecer. Diante do panorama de refluxo do que chama de padrões “liberais” de sociabilidade, urgiria “reconstruir a democracia e nossos países”, sendo para tanto importante sustentar as relações de base da “ordem mundial”. Para ele, os Estados Unidos já demonstravam então um caminho para a reconstrução desses esforços, identificado pelo aparecimento de atores sociais dedicados à superação do “hiperpartidarismo” e das “divisão sociais” que caracterizaram o país nos últimos anos. O reforço dos laços entre associações “atlânticas” é, assim, projetado como caminho para superar os obstáculos postos pela “mudança das placas tectônicas” da política

---

335 <https://fundacaoofhc.org.br/debates/democracias-turbulentas-e-seus-impactos-no-sistema-internacional> a partir dos 7m

global, e suas atividades deveriam ser pautadas pela superação da “polarização” social. McIlhenny lembra da coalizão de esforços nos Estados Unidos para barrar a ameaça de Trump aos acordos de livre comércio, e mostra que este é o caminho para aqueles que pretendem resistir às tais democracias turbulentas.

O IFHC parece ter aprendido com os conselhos de sua congênere estadunidense. Ato contínuo, já em 2019 lançaria o “Programa fura-bolhas”, pensado precisamente para lutar contra a tal “polarização social”, conforme acima comentado. O mesmo já é difundido pela Plataforma Democrática e suas mídias, tornando-se na prática a única atividade atualmente mantida pela iniciativa. Em outras palavras, a iniciativa, que já defendeu ativamente a liderança brasileira na América Latina, hoje tem atuação bastante tímida, envolta nos problemas internos do país.

Nestes 12 anos de história, a Plataforma Democrática tem se apresentado como campeã da democracia. O sentido social de sua atuação, contudo, é melhor entendido pela coalizão de esforços das frações burguesas que sustentam suas atividades e das manobras estratégicas do PSDB, partido com a qual tem grande proximidade. De projeto de embaixada informal do capitalismo brasileiro na América Latina, a Plataforma passou a figurar na luta contra a ascensão da extrema-direita – por sua vez estimulada pelo próprio IFHC, como veremos. Sua trajetória, assim, dialoga intimamente com o que se discutirá daqui para frente. Se a busca por coesão social foi antes a senha da atuação do IFHC e de seus parceiros e afiliados, no ambiente de profunda crise instaurado desde 2015, inclusive com ajuda da entidade, o objetivo agora parece salvar o que for possível do associativismo construído no

último período histórico. Em meio às turbulências, assim como o IFHC, a Plataforma Democrática ainda busca seu caminho.

### **3. Coesão Social e acomodação capitalista na Europa e América Latina**

Neste capítulo, analisaremos uma das balizas de ação do Instituto Fernando Henrique Cardoso e da Plataforma Democrática. Trata-se da promoção da “coesão social” no Brasil e na América Latina. Assim, debruçaremos-nos sobre o sentido histórico de tal esforço, a fim de desvelar suas conexões com o financiamento e o caráter de classe da entidade e da iniciativa. A reflexão nos levou a considerar a luta pela estabilidade social em seus vínculos mais íntimos com a acumulação capitalista. Veremos, ainda, como, tornando-se espécie de *tecnologia política de base*, a noção de coesão social enfeixou diretrizes de políticas públicas intercambiadas entre classes e frações das classes dominantes em nível global.

O capítulo se estrutura sobre três eixos narrativos. Inicialmente refletimos sobre os usos do conceito de coesão social na obra daquele apontado como o primeiro a utilizá-lo sistematicamente: Émile Durkheim. A intenção, nesta seção, é resgatar a relação entre coesão social e a divisão social do trabalho – notadamente a cisão entre os assim chamados trabalhos intelectual e manual. Veremos como, na letra durkheimiana, a argumentação envereda pela defesa da estruturação de uma relação de poder assentada na apropriação-expropriação do saber, cuja expressão é a formação de polos de comando e de obediência. Em um segundo momento, observaremos os usos em termos de políticas públicas do conceito de coesão social. Esgrimido na arena de debates públicos inicialmente na Europa, a ideia se reformula ao longo do século XX, enriquecendo-se de determinações oriundas da entificação do modo de produção capitalista em formações históricas determinadas. Acompanhamos, portanto, como, de princípios mais abstratos, a defesa das sociedades coesas passa a incluir políticas

econômicas mais concretas, circunscritas à formas de acumulação capitalista que despontam como principais a partir da década de 1970.

Percebendo, assim, a íntima relação entre os usos de um conceito do quadro sociológico com os interesses burgueses, vemos mais concretamente como as classes dominantes utilizam-no a fim de assegurar solo social adequado à reprodução capitalista. Por isso, seguimos a narrativa do desenvolvimento do capital espanhol que se transnacionaliza rumo à América Latina a partir de 1980. Amparado pela ação empresarial e diplomática do Estado espanhol, tais capitais financiam iniciativas latino-americanas que se associam aos braços daquele aparelho estatal, com o objetivo de promover a coesão social pela América Latina. Os rastros do caminho nos levam ao Instituto Fernando Henrique Cardoso e à Plataforma Democrática, que tem a defesa da coesão social na democracia como sendo um dos bastiões preferenciais de sua atuação, o que engendra a adequação da ideia de coesão às realidades latino-americanas e, especialmente na produção das entidades citadas, brasileira. Dessa forma, vemos como o debate sobre as identidades, o racismo e a questão indígena estrutura o pensamento de prognósticos para uma sociedade coesa, desvelando novas especificidades do conceito durkheimiano, adequadas às necessidades da sociabilidade burguesa no capitalismo dependente latino-americano da quadra histórica que se abre nos anos 2000.

Completa-se, assim, o circuito que pretende iluminar as razões da eleição deste princípio como basilar das ações de nosso objeto de estudo. A relação em tela permite, ainda, reflexões sobre a associação entre interesses das burguesias europeias com suas congêneres latino-americanos – processo que se conhece bem pelo menos desde os anos 1960, mas que



aqui ganha uma luminosidade particular na medida em que uma iniciativa concreta é analisada

### **3.1 Entre o socialismo e a barbárie: a matriz durkheimiana de estabilização política em *Da divisão social do trabalho***

O final do século XIX foi terreno de embates acirrados sobre a natureza da sociedade moderna. Enquanto as ciências sociais ainda firmavam seus pilares, a consistência do que, em outro contexto, viria a ser conhecido como ser social era posta indiretamente em debate. Prestigiado desde meados do século XIX, Herbert Spencer foi considerado uma das principais vozes do período. Partia dele a associação entre o social e o natural no que diz respeito ao ritmo da evolução da espécie, em uma leitura confusa do que seria a tese darwinista. As virtudes do esforço individual, do trabalho e da competência, desse ponto de vista, desdobrar-se-iam em uma vida de sucesso, expressa no conforto de quem foi capaz, por mérito e pela iniciativa, de acumular riquezas. O individualismo e a competição que a ordem econômica incentivava, assim, seriam os acicates do celebrado desenvolvimento verificado desde o fim do século XVIII. A miséria, por outro lado, seria manifestação da lassidão moral dos que trocavam voluntariamente o trabalho pela taverna, “parasitando” o esforço alheio<sup>336</sup>.

A importância de Spencer pode ser medida pelo número de seus seguidores e pela virulência com que, assim como seu mestre, atacavam qualquer esforço de institucionalizar

---

<sup>336</sup> SPENCER, Herbert. **El individuo contra el Estado**. Valência: Sempere, 1884, p. 44.

redes públicas de amparo social<sup>337</sup>. Com que repudiavam como “sentimentalismo” qualquer ação mesmo daqueles que, preocupados com o potencial corrosivo das desigualdades, defendiam alguma espécie de proteção, geralmente sustentada pelo Estado, aos que dependiam do trabalho. De fato, para spenceristas como William Graham Sumner, distinções entre ricos e pobres, em uma sociedade de homens livres, seriam tão somente determinadas pelo sucesso daqueles que aproveitam oportunidades; carecendo de base ética, portanto, qualquer tipo de “favorecimento”, mesmo aos “derrotados”<sup>338</sup>.

Em radical oposição a esta corrente estavam os comunistas. Para estes, o sangrento século XIX havia revelado a outra face do desenvolvimento capitalista. Guerras, repressão, exploração do trabalho tocadas pelas novas classes dominantes colocavam a questão da emancipação humana, formulada como conceito-chave desta tradição por Marx e Engels<sup>339</sup>. Com efeito, a ideia foi tomada como bandeira por aqueles que identificaram a etapa progressista da burguesia se encerrar durante as conflagrações mundiais de 1848<sup>340</sup>. Na metade final do século XIX, por conseguinte, o marxismo já era expressão teórica das lutas da classe trabalhadora, então reconhecida como classe cuja tarefa histórica era revolucionar a sociedade burguesa, suprimindo no processo as desigualdades sociais que impediam o

---

<sup>337</sup> No citado *O indivíduo contra o Estado*, Spencer chega a identificar na proteção social o início de um caminho para a escravidão – em argumento e terminologia muito similares aos que seriam repostos décadas depois por Friedrich Hayek. Ver: SPENCER, Herbert. **El individuo contra el Estado**. Valência: Sempere, 1884; HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Mises Brasil, 2010.

<sup>338</sup> Essa discussão e uma importante síntese do debate acerca da desigualdade entre o fim do século XIX e meados do século XX podem ser conferidas na interessante tese de doutorado de Pedro Ferreira de Souza. Ver: FERREIRA DE SOUZA, Pedro. **Uma história da desigualdade**. A concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). São Paulo: Hucitec, 2017.

<sup>339</sup> O primeiro trabalho neste sentido é de Karl Marx, ainda em sua “juventude”. Ver: MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

<sup>340</sup> Para uma síntese básica, ver: HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

florescimento das verdades diferenças – expressas pelas múltiplas formas diferentes de exteriorização humana verificadas em uma sociedade de pessoas livres<sup>341</sup>.

É neste ambiente intelectual e político que devemos inserir o trabalho de Emile Durkheim. Tendo como horizonte de trabalho aquela amplitude política, o sociólogo francês enxerga valores no socialismo, especialmente no “pré-científico”, que ele estudou mais e entendeu como “um grito de dor e cólera lançado por homens que mais vivamente sentem nosso mal-estar coletivo”<sup>342</sup>. Sua primeira grande obra de teoria social indica, contudo, oferece soluções distintas para os problemas que ele reconhecia existir. Portanto, *Da divisão social do trabalho*, lançada em 1893, acaba por expressar um outro campo de enfrentamento aos problemas sociais. Nem a barbárie spenceriana, nem socialismo. Seria necessário dotar um grupo dirigente de poder de intervir na realidade a fim de assegurar o que era visto como *seu funcionamento normal*.

A legitimação desta *função social* e de seus executores vem do estudo dos efeitos daquela divisão social do trabalho em “sociedades complexas”. Priorizando o seu estudo, o problema de pesquisa básico de *Da divisão social do trabalho* é compreender a relação entre indivíduo e sociedade naquelas condições de complexidade. Busca-se ali respostas para importante enigma da sociedade moderna, a saber, como se explica o vínculo que mantém pessoas unidas em colaboração. É a procura dos fundamentos dessa *civilização*, portanto, que coloca Durkheim na defesa daquele setor social *especializado*, cuja responsabilidade é, em última instância, mantê-los.

---

<sup>341</sup> Trata-se do horizonte de futuro aberto com a organização do movimento comunista, cuja expressão da sua vanguarda no período pode ser identificada na produção da obra de Marx.

<sup>342</sup>

O argumento do francês passa, claro, pelo esclarecimento do que para ele é uma *função* social. É assim que Émile Durkheim explica o uso da categoria<sup>343</sup>:

a palavra *função* é empregada de duas maneiras bastante diferentes. Ora designa um sistema de movimentos vitais, fazendo-se abstração de suas consequências, ora exprime a relação de correspondência que existe entre esses movimentos e algumas necessidades do organismo. Assim, fala-se da função da digestão, de respiração, etc; mas também se diz que a digestão tem por função presidir à incorporação no organismo das substâncias líquidas ou sólidas destinadas a reparar suas perdas; que a respiração tem por função introduzir nos tecidos do animal os gases necessários à manutenção da vida, etc. É nessa segunda acepção que entendemos a palavra<sup>344</sup>

Mantendo a metáfora orgânica, cara à matriz durkheimiana, mas avançando para como ele enxerga a *função* especial da divisão social do trabalho, diria que se trata do abastecimento de órgãos vitais do corpo social. Assim, a *função* da divisão social do trabalho é, por um lado, assegurar a diversidade dos trabalhos necessários à manutenção da solidariedade; por outro, garantir que as diferentes partes se organizem do modo como ela determina. As divisões do trabalho social, portanto, formam em seu conjunto a anatomia do corpo social assim entendido.

Em outras palavras, Durkheim tenta desvendar o papel que essa *função* desempenha no *metabolismo do organismo social* - e aqui a analogia aos seres vivos tem como pressuposto a especialização das partes que, *funcionando articuladamente*, mantém a normalidade e a coesão dos corpos, sejam animais, sejam sociais. O pressuposto é a

---

<sup>343</sup> Ramesh Mishra é um dos que qualifica o *funcionalismo* como uma *teoria que desta as funções sociais*. Isso não o impede, porém, de reconhecer a heterogeneidade interna deste campo, com o termo designando diversos tipos de abordagem em áreas distintas. Há, portanto, *funcionalismo* na psicologia, na comunicação, na sociologia. Mishra opina, contudo, que um mesmo grupo de *pilares* constitutivos alicerçam essas abordagens – daí elas merecerem o nome de teoria. São eles: a explicação sistêmica da realidade, a análise das partes sob o conceito de *função* e, por fim, a analogia orgânica, o que revela a influência das ciências naturais sobre esse corpo teórico. Ver: MISHRA, Ramesh. **Society and social policy: theories and practice of Welfare**. London: The Macmillan Press, 1981.

<sup>344</sup> DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do Trabalho**. São Paulo: WMF, 2013, p. 13.

possibilidade de equilíbrio funcional da sociedade – esta condição, aliás, sendo indício de *saúde do corpo social*, sem conflitos representativos de *disfunções*<sup>345</sup>.

Durkheim, mais de cem anos depois, se opõe assim a Adam Smith e seus seguidores. Com efeito, para estes a função da divisão social do trabalho seria acelerar a produção de riquezas<sup>346</sup>. Sobre este juízo, Durkheim defendeu se tratar de uma avaliação superficial, que se atém aos seus efeitos sobre o aumento da “força produtiva” e da “habilidade do trabalhador”<sup>347</sup>. Para ir mais fundo no problema, haveria de se lembrar Heráclito em sua defesa da “mais bela harmonia” que “nasce das diferenças”, investigando como um grupo de dois ou mais indivíduos se articula<sup>348</sup>. Segundo ele, quando assim procedemos,

somos levados (...) a considerar a divisão do trabalho sob um novo aspecto. Nesse caso, de fato, os serviços econômicos que ela pode prestar são pouca coisa em comparação com o efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade. Como quer que esse resultado seja obtido, é ela que suscita essas sociedades de amigos, e ela as marca com seu cunho<sup>349</sup>

A aposta aqui, contudo, não está na comunidade defendida então pelos comunistas. A divisão social do trabalho aqui defendida prevê hierarquia entre funções. É, no mais, principalmente com respeito ao poder de uns comandarem outros que se pode assegurar a coesão social, com cada parte exercendo mais eficientemente o que dela se espera. O tema usado para ilustrar isso é a divisão do “trabalho sexual”, apresentado com a carga de preconceito de um machista de fins do século XIX.

---

<sup>345</sup> É sugestivo como, neste sentido, a historiografia influenciada por estas colocações enxerga as revoluções como *estágios febris* que revelam *disfunções* capazes de matar o corpo social se não enfrentadas a tempo. Ver: BRINTON, Crane. *The anatomy of revolution*. Nova Iorque: Vintage, 1965.

<sup>346</sup> Pelo menos os cinco primeiros capítulos de *A riqueza das nações* versam sobre a relação entre divisão social do trabalho e a produção e distribuição de riquezas – o que é eloquente sobre o sentido atribuído àquela divisão no plano da obra. Ver: SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril, 1996, p. 65-100.

<sup>347</sup> DURKHEIM, Émile. *Op cit*, p. 14

<sup>348</sup> DURKHEIM, Émile. *Op cit*, p. 20

<sup>349</sup> DURKHEIM, Émile. *Op cit*, p. 21

(...) o trabalho sexual tornou-se cada vez mais dividido. Limitado a princípio apenas às funções sexuais, estendeu-se pouco a pouco a vários outros. Faz tempo que a mulher retirou-se da guerra e dos negócios públicos e que sua vida concentrou-se inteiramente no interior da família. Desde então, seu papel especializou-se cada vez mais. Hoje, entre os povos cultos, a mulher leva uma existência totalmente diferente da do homem. Dir-se-ia que as duas grandes funções da vida psíquica como que se dissociaram, que um dos sexos monopolizou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais<sup>350</sup>.

Poder-se-ia dizer que a citação não deixa evidente a relação de poder entre as partes. Neste caso, o argumento indicaria que a distinção de funções, via especialização, não significa, por si mesma, relações de poder entre elas. Esta posição, contudo, seria debelada pela mera sequência da leitura.

(...) essas diferenças funcionais são tomadas materialmente sensíveis pelas diferenças morfológicas que determinaram. Não só a estatura, o peso, as formas gerais são muito dessemelhantes entre o homem e a mulher, mas o Dr. Lebon demonstrou, como vimos, que, com o progresso da civilização, o cérebro dos dois sexos se diferencia cada vez mais. Segundo esse observador, esse hiato progressivo dever-se-ia, ao mesmo tempo, ao considerável desenvolvimento dos crânios masculinos e a um estacionamento ou mesmo uma regressão dos crânios femininos<sup>351</sup>.

A passagem, além de grotesca aos nossos olhos, é prova contundente de que seu autor defendia a direção social por uma *elite* cujos “crânios”, dadas as determinações sociais, seriam “mais desenvolvidos”. A relação entre biologia e sociedade por ele tecida ajuda a esclarecer a natureza desta *elite*. Trata-se de fazer a apologia de um conjunto de agentes do trabalho social que, naquela divisão, exerce *funções* organizadoras, dirigindo a articulação entre as partes e o todo, em uma escala amplíssima que vai da vida individual à social. É luminosa, neste sentido, a analogia entre o homem, na vida privada; e o Estado, na pública<sup>352</sup>. Ambas partes de um organismo social que, compreendendo as todas aquelas dimensões, tem estruturas hierárquicas homólogas.

---

<sup>350</sup> DURKHEIM, Émile. *Op cit*, p. 26

<sup>351</sup> DURKHEIM, Émile. *Op cit*, p. 26

<sup>352</sup> De sorte que poderíamos falar que o Patriarca é o Estado da vida familiar.

Durkheim não as via como objeto passível de críticas. Ao contrário, identifica nelas os pilares daquela sociedade complexa que ele defendia. Espécie de natureza possível, sem as quais essa forma social sequer existiria.

Em todos esses exemplos, o mais notável efeito da divisão do trabalho não é aumentar o rendimento das funções divididas, mas torná-las solidárias. Seu papel, em todos esses casos, não é simplesmente embelezar ou melhorar sociedades existentes, mas tornar possíveis sociedades que, sem elas, não existiriam<sup>353</sup>.

Por essa compreensão, ainda tomando a divisão do “trabalho sexual” como ilustração do todo, Durkheim chega a sustentar que a “regressão da diferenciação do trabalho sexual além de certo ponto” poria em risco a sociedade conjugal, “deixando subsistir apenas relações sexuais eminentemente efêmeras”. Elevando a contundência da tese, afirma que “se os sexos não fossem em nada separados, toda uma forma de vida social sequer teria nascido”<sup>354</sup>.

Durkheim chama de solidariedade orgânica a esse laço societal. Diferentemente da solidariedade *mecânica* – que se mantém por similitude das partes –, a solidariedade orgânica vem da *interdependência* entre os componentes do *organismo social*. A peculiaridade deste tipo de vínculo social, portanto, é a complementaridade entre partes diferentes. Por um lado, isso permite sua combinação virtuosa, supostamente potencializando sua eficiência em nome do melhor desenvolvimento do todo. Por outro, há a constante ameaça de que essa diferenciação se desdobre em desagregação, ou, em seus termos, em *anomia*. É a intervenção daqueles setores dirigentes que organiza as partes de cima a baixo do edifício social, fazendo-as funcionarem à luz do todo<sup>355</sup>.

---

<sup>353</sup> DURKHEIM, Émile. *Op cit*, p. 27

<sup>354</sup> DURKHEIM, Émile. *Op cit*, p. 27

<sup>355</sup> Daí decorreria, para muito dos seguidores de Durkheim, nomeadamente os funcionalistas, a justificativa para a intervenção Estatal – a *função* desse *órgão* seria assegurar a reprodução do corpo social pelo combate às tendências disfuncionais. Ver: MISHRA, Ramesh. **Society and social policy: theories and practice of Welfare**. London: The Macmillan Press, 1981

Aqui reside uma proposta importante que distingue Durkheim dentre aquelas duas correntes predominantes em seu tempo. Trata-se da concepção de um papel organizador que tanto *conserva* a corrente divisão social do trabalho quanto postula um papel dirigente para um dos termos da relação, a saber, aquele ocupado pelo trabalho dito intelectual. Sobre isso Durkheim é bem claro.

O nosso método não tem, portanto, nada de revolucionário. É até, num certo sentido, essencialmente conservador, uma vez que considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais elástica e maleável que seja, não é, no entanto, modificável à nossa vontade<sup>356</sup>

Essa postura política corresponderia à concepção científica do que é a realidade social: *coisa* externa. Os *fatos sociais* assim concebidos são necessariamente alheios às “consciências individuais”, sendo imutáveis pela ação de indivíduos que os encontram como *naturalmente dados*. É a organização social, com suas hierarquias estruturais e estruturantes, que age sobre a sociedade. A analogia aqui é com o cérebro, cuja função é comandar as partes constitutivas do corpo social. Compreendido desta forma, esse polo de controle, lastreado na divisão técnica do trabalho social, teria como finalidade a manutenção e o aperfeiçoamento das partes. Deveria fazer com que elas funcionassem de modo adequado, *funcionando* da melhor forma possível de acordo com o que determina aquele edifício social. O estágio de equilíbrio, ponto ótimo das relações sociais, em que cada parte é mais verdadeiramente o que dela se espera, passaria a ser conhecido como estágio da *coesão social*.

Aqui chegamos à questão que intitula este capítulo. Entendo que Durkheim não versa sobre outra sociedade que não aquela nascida sob a égide do capital, ainda que para ele esta forma social apareça de outro modo. Sua “sociedade de economia complexa” aqui é

---

<sup>356</sup> DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril, 1978, p. 74  
237



considerada como sendo o capitalismo, para mim evidente ao serem conservadas, no seu arranjo teórico, as relações de poder derivadas da diferente inserção no processo produtivo.

Se analisada à luz das disputas de seu tempo, a ação social *conservadora* representada pela publicação de *Da divisão social do trabalho* defende a manutenção da forma social que analisa, para tanto postulando um sujeito conservador; organizador por excelência das funções de cada parte desta sociedade. Camada social fiadora daquela divisão social do trabalho porque surgida dela. Grupo de “intelectuais” que assegura a ordem e seu bom funcionamento. Em uma escala do maior poder ao menor, claro que no topo está o Estado, cuja ação coesiva foi valorizada pelos funcionalistas; mas Durkheim não parece ignorar a importância dos poderes menores, dada a observação da desigualdade prevalecente mesmo em uma relação tão privada quanto a família.

Aqui entendo, portanto, que Durkheim formula bases para o estudo das relações de poder na sociedade derivadas da desigual distribuição do trabalho social. Não por ser contra elas, mas por querer defendê-las. Mantendo a recorrente metáfora do corpo humano, a divisão social do trabalho teria permitido o surgimento de um grupo de funções diretivas dentro de cada órgão, além daquele órgão cuja própria essência é a direção. E é essa divisão, logo essa configuração de poder, que permite que a sociedade se reproduza. Não estamos aqui perante uma mera defesa da ordem em geral, mas mais especificamente diante da apologia das funções diretivas encarnadas por pessoas que, posta a posição em que são inseridas na divisão social do trabalho, têm literalmente “crânios mais desenvolvidos”<sup>357</sup>.

Claro que a sociedade assim organizada tende a produzir desigualdade. Ocorre que isso não é um problema nem do ponto vista político-social, porque há pessoas *naturalmente*

---

<sup>357</sup> DURKHEIM, Émile. *Op cit*, p. 26

*formadas* para a direção, nem do econômico. Michael Lowy capturou bem a posição de Durkheim sobre a matéria.

da mesma maneira que em um corpo vivo certos órgãos recebem mais sangue, mais nutrição – por exemplo, o sistema encefálico é mais irrigado porque as suas funções são mais importantes -, certas camadas que recebem o papel de cérebros da sociedade são privilegiadas, portanto, isso é um fenômeno natural, necessário. A desigualdade social se explica naturalmente<sup>358</sup>.

Lowy concluiu daí que *Da divisão social do trabalho* era uma obra “marcada pela visão do mundo social-darwinista da burguesia na época do capitalismo concorrencial”<sup>359</sup>. Embora acredite que isso esteja correto, como acima apresentamos, quero aqui destacar outro elemento, que apesar de imbricado e pressuposto nos argumentos anteriores, neles não é explicitado. Trata-se da identificação de um grupo de posições responsáveis pela direção do corpo social –aquelas cujo papel social supostamente aprimoraria a inteligência dos que o exercem. Expressão, no plano ideal, da defesa de sua própria posição como intelectual e cientista social, cujas faculdades o habilitariam para funções de mando. Claro que estas funções tendem a se concentrar no Estado, aquele órgão diretivo por excelência, mas, como vimos, não estão apenas ali. Elas podem ser identificadas em muitas formas cujo conteúdo é o trabalho intelectual em geral.

Quando colocamos aquela sociedade complexa na história, essas funções revelam seu caráter conservador. As correntes funcionalistas reconhecem a necessidade de transformações e adaptações, mas não revoluções<sup>360</sup>. Assim, toda evolução deve ser mediada pela conservação da estrutura básica que fundamenta a solidariedade orgânica, isto é, a divisão social do trabalho. O “método conservador”, portanto, deve se equilibrar nesta fina

---

<sup>358</sup> LOWY, Michael. **Ideologia e ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1985, p. 53.

<sup>359</sup> LOWY, Michael. **Marxismo contra positivismo**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 19.

<sup>360</sup> PEREIRA, Camila. **Proteção social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

lâmina: reafirmar as bases constitutivas da sociedade ao passo que atualiza constantemente as formas de sua manifestação. Em poucas palavras: trata-se de defender o essencial de forma suficientemente maleável para que se adeque às novidades do devir.

Creio estar em Durkheim, portanto, tensionada entre prognóstico e projeto social, a tese do papel fundamental de um setor *de elite* na atualização-conservação da sociedade. Talvez por este motivo seja o sociólogo funcionalista tão mencionado por aqueles que debateram sobre a coesão social; de fato, um conceito nascido de suas interpretações da sociedade. Pessoas cujo trabalho é dirigir, organizar e aperfeiçoar a produção e extração de mais-valor, e que viram nas teses durkheimianas uma forma de legitimar sua posição social e sua ação política.

Como projeto político, por outro lado, a luta pela *coesão social*, já em Durkheim, expressa uma postura que não é equidistante em relação ao socialismo e à barbárie spenceriana. Se o diagnóstico do sociólogo francês o faz um crítico do spencerismo, ele também expressa a emergência de uma camada social que faz o capitalismo *funcionar normalmente*, naquele sentido durkheimiano. Trata-se de amplo grupo que incorpora a função de organização da sociedade para o capital; tarefa que o capitalismo livra da burguesia, alojando-a no polo do trabalho intelectual<sup>361</sup>. Seu horizonte na estabilidade social – esse estágio indicativo de que cada função social está sendo exercida conforme o esperado - a coloca em oposição à guerra aberta aos trabalhadores preconizada pelo spencerismo, pelo menos em tese.

Não chega a surpreender, portanto, que *Da divisão social do trabalho* seja recuperado por organizações que tentam atualizar as formas de dominação burguesa no calor das lutas

---

<sup>361</sup> Nisso diferindo substancialmente do modo de produção imediatamente anterior na Europa ocidental.

de classes. Na próxima seção, mostraremos como a ideia de *coesão social* foi eixo estruturante de novas políticas de estabilização, formuladas à luz da ameaça lançada pelo proletariado europeu no pós-guerra. Os tanques de pensamento tiveram participação importante neste processo. De sorte que nossa atenção se volta novamente a eles.

### **3.2. A integração europeia e a importância da coesão social e econômica**

A noção de coesão social foi instrumental em âmbito escolástico. Com efeito, na academia, sobretudo os sociólogos preocupados em pensar e assegurar, por via da ciência, a reprodução da ordem, viram-se mais ou menos implicados na defesa da *integração funcional das partes*, a qual era entendida precisamente como expressão de uma sociedade *coesa*. Indício do sucesso desses intelectuais, esse princípio transcende, ao longo do século XX, os muros acadêmicos, tornando-se lugar-comum de políticas públicas na Europa. Essa história, porém, é a história de uma marcha longa, que encontra seu apogeu na década de 1990, e que caminha *pari passu* com a trajetória de integração econômica europeia. Entendemos que a análise desse desenvolvimento é fundamental para o que segue: compreender como as políticas públicas inspiradas livremente na *rubrica* da coesão social podem servir para a manutenção do capitalismo. Será, portanto, necessário não apenas acompanhar a história da integração europeia, enfatizando as determinações políticas presentes à época da edição dos documentos oficiais. Busca-se, dessa forma, identificar os efeitos das necessidades do sistema, compreendido de modo amplo, tanto política quanto economicamente, sobre os ritmos e os padrões de integração. Para tanto, tomaremos os tratados comunitários produzidos e divulgados pela União Europeia sempre como marco de referência. Não por acreditar que

eles sejam espécie de fiel depositários dos acontecimentos transcorridos no século XX, mas por identificar neste *corpus documental* pistas importantes para se verificar em que medida a ideia de *coesão social*, já nos anos 1990, é reivindicada pelas autoridades e instrumentalizada para legitimar determinadas políticas públicas.

Os tratados de integração europeia contam a história das políticas públicas para gestão do capitalismo europeu. Com isso não queremos dizer que a *instância econômica* é a determinante das ações humanas, mas que não se pode analisar a ação de uma instituição da importância dos Estados sem relação com o metabolismo socionatural que estrutura as vidas nas sociedades que erigem quais instituições. A seleção da documentação ganhará sentido na parte final da seção, quando versaremos sobre a institucionalização da preocupação com a *coesão social* no continente. Ela é, portanto, o principal elo de ligação com as demais partes do capítulo, que buscam refletir mais propriamente sobre a elaboração das políticas públicas, bem como sobre os interesses classistas que presidem essa formulação.

Isso posto, nossa História tem início em 9 de maio de 1950, data da Declaração Schuman. Editado à luz do terror da Segunda Guerra Mundial – que, na prática, reduziu a maior parte do continente a escombros -, o texto propunha a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), com vistas a criar um mercado comum desses produtos entre os países signatários (França, República Federal da Alemanha, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo). O *sítio* da União Europeia dedicado a contar a história do tratado relembra um dado essencial.

Em 1950, cinco anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, as nações europeias continuavam a braços com a devastação causada pelo conflito. *Os governos europeus, determinados a evitar que se repetisse uma guerra tão terrível, chegaram à conclusão de que a colocação em comum da produção de carvão e de aço iria tornar a guerra entre a França e Alemanha, países historicamente rivais, “não só impensável mas materialmente impossível”* (Declaração Schuman).

Pensou-se, e com razão, que a fusão dos interesses econômicos contribuiria para melhorar o nível de vida e constituiria o primeiro passo para uma Europa mais unida. A adesão à CECA foi, assim, aberta a outros países<sup>362</sup> (*grifos meus*).

A preocupação dos autores da declaração se anuncia clara já no princípio do texto. A integração europeia, inclusive pelo intercâmbio institucionalizado de recursos estratégicos, era vista como meio para se assegurar a paz em um contexto de profundo trauma pelas chagas da Grande Guerra. A partir daí, desdobram-se argumentos com verniz histórico sobre a busca *constante* do governo francês – Schuman era, afinal, um ministro francês – de buscar a construção da Europa pela via pacífica. Vamos assim até o ponto alto do texto, destacado no site da UE.

(...) A solidariedade de produção assim alcançada revelará que qualquer guerra entre a França e a Alemanha se tornará não apenas impensável como também materialmente impossível. O estabelecimento desta poderosa unidade de produção aberta a todos os países que nela queiram participar, que permitirá o fornecimento a todos os países que a compõem dos elementos fundamentais da produção industrial em idênticas condições, lançará os fundamentos reais da sua unificação econômica<sup>363</sup>.

Na lógica da argumentação, a integração econômica tinha um objetivo pacífico – à primeira vista compreensível em um contexto de pós-guerra, especialmente se levarmos em conta os efeitos dos conflitos que se estenderam de 1939 a 1945. Deve-se, entretanto, lembrar das relações internacionais do período. Na lógica da Guerra Fria, interessava às burguesias europeias algum grau de crescimento econômico coletivo, especialmente nesse primeiro momento de reconstrução do continente. Era essa a forma de se evitar revoluções socialistas, ou o avanço da esfera de influência soviética para além da Alemanha Oriental. A troca de produtos-chave para a reconstrução e o desenvolvimento dos parques industriais da Europa

---

<sup>362</sup>[https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration_pt) (acessado 27/11/2018 às 11h22).

<sup>363</sup>[https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration_pt) (acessado 27/11/2018 às 11h27).

Ocidental, portanto, pode ser interpretada também como formas de reprodução do capitalismo no continente. (AZEVEDO, 2014)<sup>364</sup>

O próximo documento da série de tratados que constituem o patrimônio histórico oficial da formação da União Europeia é o Tratado de Roma. Editado em 25 de março de 1957, seus objetivos centrais declarados eram instituir a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (CEEA). Reconhecido como marco inicial da União Europeia, os textos (são, na prática, dois, um para cada objetivo assinalado acima), já trazem novidade no que diz respeito à cooperação econômica. O viés declaradamente antibelicista recua frente as crenças liberistas e os fins desenvolvimentistas. No documento, são instituídas a União Aduaneira, tornando a CEE uma área de “mercado comum”; e a Política Agrícola Comum (PAC), que determinou a livre circulação dos produtos agrícolas dentro da CEE, assim como a adoção de políticas protecionistas, que permitiram aos agricultores europeus evitar a concorrência de produtos procedentes de outros países não pertencente à CEE, e de insumos agrícolas, que buscavam aprimorar a produtividade do setor primário. Diante do objetivo deste texto, o que mais chama atenção no Tratado de Roma é a restrição da livre circulação às mercadorias; pessoas e capitais teriam de esperar o Ato Único Europeu (AUE), de 1986, e, finalmente, o Tratado de Maastricht, que abriu este artigo, para poderem circular “livremente” pela comunidade.

Novamente, os acordos devem ser entendidos como normas gerais que regulamentam o capitalismo na parte ocidental do continente. Proíbem monopólios, concedem incentivos comerciais às “regiões periféricas” da Europa e versam sobre a integração das comunicações

---

364AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A Integração Regional, a Estratégia Europeia de Desenvolvimento e algumas comparações com o Mercosul. Revista latinoamericana de educación comparada. Buenos Aires: SAECE, pp 29-40 / relec / Año 5 N°5 / 2014

e dos transportes – vista como necessária para a formação efetiva de um mercado comum. Se a lógica mais propriamente econômica subjacente às medidas ajuda na sua compreensão, a mesma não pode desconsiderar as disputas que marcam a Guerra Fria, bem como as ameaças reais vividas pelos sujeitos históricos da época, quando a revolução não era uma panaceia distante, mas parecia espreitar nas esquinas da História.

É levando em consideração esse contexto que se deve compreender não apenas o chamado modo de regulação keynesiano, que ajudou a estruturar Estados de Bem-Estar Social de cariz francamente contrarrevolucionário. Também a acelerado desenvolvimento econômico registrado no período só pode ser explicado, primeiro, pela *destruição criadora* da Grande Guerra, segundo, pelas *sombras* lançadas sobre a Europa a partir do Leste. A ameaça comunista, vividamente sentida, reforçou a posição do proletariado europeu, que então arrancava à burguesia local uma série de concessões históricas que permitiram nomear o período com sua alcunha mais famosa: *Anos Dourados*. A forma de expressão dessas lutas sociais nos frios dados da economia foi a curva ascendente no *produto interno bruto* dos países industrializados da Europa Ocidental, todos com recordes de crescimento batidos (HOBSBAWM, 1994, p. 254).

O debate sobre a questão, todavia, é gigantesco. A julgar dados que levam em consideração os números da Alemanha Ocidental e da França, o capital fixo e a produtividade do trabalho tiveram importante crescimento entre 1950 e 1973, para logo se retraírem a níveis similares aos anteriores a partir da década de 1970 (CRAFTS e TONIOLO, 1996). Nesse sentido, a expansão capitalista daí oriunda encontra apenas uma explicação na política progressiva de abertura econômica a que os países da Europa Ocidental aderiram (ANDRÉS, DOMÉNECH, MOLINAS, 1993), haja vista que ela seguiu, inclusive com fôlego renovado,



após 1980. A explicação que relaciona os anos dourados com a reconstrução europeia após a guerra, assim, parece mesmo um ponto incontornável – o que ganha ainda mais força quando comparamos as taxas de crescimento europeu às margens muito menores dos Estados Unidos, que tiveram seu território continental preservado (HOBSBAWM, 1994, p. 254). Assim sendo, a abertura econômica em contexto de reconstrução do mundo – e grandes investimentos externos, lembremos do Plano Marshall – criou um período de crescimento que implicou mesmo em compromissos entre empresários e setores do proletariado europeu (BIHR, 1999). Sobre essa história, portanto, os tratados europeus têm muito a dizer.

O esgotamento do desenvolvimento capitalista assentado no compromisso fordista criou uma situação nova. Passada a década de 1970, o período áureo ficava inegavelmente para trás. A reconfiguração do capitalismo – com a hipertrofiação de sua instância dita financeira – pretendia lançar as bases para uma nova etapa de acumulação, bem como preparar o terreno para novos padrões de relações internacionais, após o fim da Guerra Fria.

Nesse nova etapa histórica, a construção da União Europeia teria favorecido a formação de uma comunidade forte o suficiente para rivalizar, do ponto de vista econômico, com os Estados Unidos (VASAPOLLO, CASADIO, MARTUFI, CARARO, 2004). Na lógica citada, ter-se-ia, então, forjado o “maior mercado financeiro do mundo”, tendo o euro como veículo principal de sua integração. Assim,

Depois do Ato Único de dezembro de 1985, no qual foram formuladas as premissas da livre circulação de pessoas, serviços e capitais no espaço comum, a oficialização da moeda foi considerada por seus criadores como a premissa indispensável para a integração europeia e para a criação do maior mercado financeiro do mundo (p.32).

O processo acima descrito permitiu a ampliação dos investimentos especulativos e, no mais, favoreceu a concentração dos recursos sociais de produção no interior da Europa – ao extinguir barreiras cambiais entre países europeus. Paul Krugman demonstra como o

continente se caracteriza por um “esquema centro-periferia” interno, que tem como motor a tendência de se buscar áreas de menor nível salarial – utilizando, para tanto, a livre movimentação dos capitais instituída a partir de 1985 (KRUGMAN *apud*, VASAPOLLO, CASADIO, MARTUFI, CARARO, 2004). Veremos mais abaixo como esse mesmo processo acaba, em um primeiro momento, forçando sobretudo, mas não somente, empresas menos competitivos a migrarem para fora do Velho Mundo – especialmente para a América Latina, no caso sob análise.

Até aqui, pudemos perceber como as determinações do capital podem nos ajudar a entender as formulações de políticas públicas, notadamente na área da integração regional. No ambiente social de edição do próximo tratado a ser analisado, o de Maastricht, buscaremos na mesma fonte, isto é, nas especificidades do capitalismo, razões para se entender a sua adoção de uma noção discutida na primeira parte deste capítulo: a ideia de *coesão social*.

Publicado em 7 de fevereiro de 1992, o Tratado de Maastricht lançou as bases para a criação da União Europeia, no ano seguinte. Além disso, pela primeira vez um texto de integração europeia versa sobre “*coesão*”. O Artigo 2º do texto se refere exatamente ao princípio, dessa vez acompanhado de outro adjetivo além de “social”: “econômica”.

A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma União Econômica e Monetária e da aplicação das políticas ou ações comuns a que se referem os artigos 3.º e 3.º-A, promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades econômicas, um crescimento sustentável e não inflacionista que respeite o ambiente, um alto grau de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de emprego e de proteção social, o aumento do nível e da qualidade de vida, *a coesão econômica e social e a solidariedade entre os Estados-membros*. (TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA, 1992, p. 11, grifos meus)

Partindo da metodologia aqui proposta, entendemos que se tratava de assegurar o *desenvolvimento harmonioso e equilibrado* diante de uma nova realidade potencialmente

conflitiva. A redução do ritmo de crescimento bem como a incorporação de novas áreas à lógica social europeia, após a queda do chamado socialismo real, trouxe novos desafios. A noção de coesão social é uma resposta a essa nova realidade.

Agora, porém, urge destacar que o *bloco europeu*, muito longe de homogêneo, abriga áreas periféricas que são exploradas pelas classes dominantes dos principais países – nomeadamente a Alemanha. A crise de 2008-2009 e a solução projetada pela chamada *Troika*, cujo epicentro foi uma ortodoxa “política de austeridade”, desvelou essa realidade com nitidez. Nesta toada, os autores lembram que Maastricht tem uma particularidade: a aceitação da insuperabilidade dos diferentes *ritmos* das economias europeias, tomadas como entidades autônomas determinadas por suas condições sociais específicas.

Também está implícito no Tratado de Maastricht a legitimidade de uma Europa que apresenta diversas velocidades, deixando transparecer que, em uma comunidade de iguais, há alguns que são ‘mais iguais do que outros’. Com esse perfil, Maastricht não é a continuação do Tratado de Roma, senão uma evidente contradição do polo geoeconômico europeu (VASAPOLLO, CASADIO, MARTUFI, CARARO, 2004, p. 33).

Não causa surpresa, nesta altura, constatar que este tratado versa pela primeira vez explicitamente sobre o problema da coesão social. O metabolismo do capitalismo europeu em sua relação centro-periferia intensifica contradições no interior do continente – as quais, em outras épocas históricas e fases de desenvolvimento do capitalismo, tenderam a ser deslocadas para outros espaços mundiais. A busca pela harmonia das partes parece ser imaginada como cuidado preventivo à maturação das incontornáveis contradições.

Isso, porém, não é tudo. A acentuação do elemento *econômico* no tradicional conceito de coesão social – elemento que Durkheim explicitamente secundariza como *não-essencial* – traz embutido em si determinações ao ser social e ao devir. Ora, a coesão, aqui, não é apenas o mínimo grau de consenso que vertebra qualquer forma de sociabilidade que conte com

divisão social do trabalho; mas demanda a aplicação de políticas econômicas bastante específicas, identificadas umbilicalmente com formas de reprodução assentadas no capital monetário. Basta lembrar a necessidade de se observar os princípios orientadores descritos no artigo 3-A da Carta de Maastricht.

Artigo 3.º-A

1. Para alcançar os fins enunciados no artigo 2.º, a ação dos Estados-membros e da Comunidade implica, nos termos do disposto e segundo o calendário previsto no presente Tratado, a adoção de uma política econômica baseada na estreita coordenação das políticas econômicas dos Estados-membros, no mercado interno e na definição de objetivos comuns, e conduzida de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberto e de livre concorrência.

2. Paralelamente, nos termos do disposto e segundo o calendário e os procedimentos previstos no presente Tratado, essa ação implica a fixação irrevogável das taxas de câmbio conducente à criação de uma moeda única, o ECU, e a definição e condução de uma política monetária e de uma política cambial únicas, cujo objetivo primordial é a manutenção da estabilidade dos preços e, sem prejuízo desse objectivo, o apoio às políticas econômicas gerais na Comunidade, de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberto e de livre concorrência.

3. Essa ação dos Estados-membros e da Comunidade implica a observância dos seguintes princípios orientadores: preços estáveis, finanças públicas e condições monetárias sólidas e balança de pagamentos sustentável. (*Idem*, p. 13)

Preços estáveis, finanças públicas e condições monetárias sólidas, balança de pagamentos sustentável. Eis os elementos que agora estão presentes no que se entende como espécie de receituário para a *coesão econômica e social*. Quando em 1992 se cria juridicamente a União Europeia, portanto, tem-se o coroamento de uma longa história de “integração econômica” no continente. O uso do conceito de *coesão* atrelando-o a o que seja “a economia” exemplifica a importância da questão. Se em seu uso primevo na esfera acadêmica a ideia era assegurar a reprodução da ordem por meio da sociologia funcionalista, o desenvolvimento do capitalismo trouxe novas determinações ao que se pode compreender por harmonia social. A estabilidade agora demanda a incorporação de políticas econômicas adequadas à forma de reprodução do capital, em suas mais diversas manifestações, inclusive

em seu circuito iniciado em instâncias monetárias. Desvela-se, pois, como a integração econômica da Europa não pode ser entendida sem as devidas determinações políticas; e se compreende, então, como a noção de coesão social é recuperada, mas de forma diferenciada, adequada, por conseguinte, às novas necessidades do metabolismo sacionatural do capitalismo moderno.

Como forma de manifestação do conceito, porém, a ideia de coesão social é enriquecida por novas determinações que dizem respeito a políticas econômicas específicas, adequadas aos desafio dessa “nova fase” do capitalismo. Ainda se trata de uma forma de naturalização de determinada sociabilidade - a burguesa – ou, ainda, trata-se de sua imposição como mínimo comum de toda sociabilidade possível; mas não se pode negligenciar o fato de que, se antes convinha valorizar o mercado como forma de integração de partes diferentes, agora há mais: orientações específicas sobre como agir na gestão da chamada política financeira. Parece óbvio que isso limita a soberania, não só a popular, mas a própria ideia de democracia como expressão da vontade dos eleitores. Trata-se também, no entanto, de uma forma de lubrificar as engrenagens de uma nova forma de acumulação sustentada pela lógica do capital monetário. Isso nos interessará particularmente mais abaixo. Agora, no entanto, convém destacar como agentes das classes dominantes europeias “redescobrem” a América Latina nas décadas de 1980 e 1990, trazendo consigo um novo inventário de tecnologias políticas e econômicas – inclusive a ideia de coesão social.

### **3.3 A redescoberta da América pelos espanhóis**

É consenso entre os economistas a ocorrência de mudanças no capitalismo espanhol na década de 1990. Caracterizada historicamente por ser grande receptora de investimentos,

a Espanha passaria, então, a exportar capitais, inclusive como política ativa de Estado. As explicações para o fato tendem a articular um conjunto de fatores internos e externos. Os de ordem mais propriamente “econômica” são geralmente os que seguem: a) a influência da União Europeia sobre a dinâmica empresarial espanhola, ressaltando-se a expectativa de concorrência com grupos de maior força vindos sobretudo da Alemanha (SÁNCHEZ DÍEZ, 2002); b) as aberturas, desregulamentações e liberalizações econômicas realizadas na América Latina a partir dos anos 1980, no conjunto de medidas que passou à história como “ajuste neoliberal”, cuja capacidade de atração serviu para fornecer a capitais forâneos oportunidades de ganhos facilitados, funcionou como polo de atração aos investimentos externos diretos vindos da Espanha, sobretudo pela proximidade cultural entre as regiões (BEJAR, 2002); c) a já aludida atuação promotora do Estado, responsável por medidas tais quais linhas de créditos específicas para a internacionalização do capital, pela capacitação de “recursos humanos” com fins naquela atividade, por programas de instrução empresarial sobre os desafios da internacionalização de empresas, e, finalmente, pela instituição de agências estatais que funcionaram como espécies de postos avançados do capitalismo espanhol em terras distantes (RUPPERT e BERTELLA, 2012; RUPPERT e LIMA, 2011); d) a dinamicidade do setor de serviços no mercado doméstico espanhol e a relativa limitação populacional, razão, no primeiro caso, da muscularidade de empresas desse nicho de mercado e, no segundo, do descompasso entre expectativa de crescimento e capacidade de realização interna (GUILLÉN, 2005); e) a concentração e a centralização de capital no setor de serviços – principal grupo dentre as empresas transnacionalizadas (SÁNCHEZ DÍEZ, 2002)<sup>365</sup>; f) o

---

365 Relatório da CEPAL revela que as empresas espanholas que puxaram os IED na região concentram suas atividades básicas no setor de serviços. São elas: Telefónica de España, Banco Santander, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), Repsol – YPF, Endesa España, Iberdrola, Unión Fenosa. (CEPAL, 2001, p. 251

tamanho do mercado potencial da América Latina e sua potencialidade de crescimento, sendo este importante fator de atração de investimentos externos diretos (IED) (RUESGA e BEJAR, 2008).

O movimento ora estudado se tornou significativo para as economias latino-americanas a partir dos anos 1990. Dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) detalham o processo em tela. No balanço lançado em 2001, detalha-se a penetração desses capitais na região, demonstrando a liderança espanhola no processo que envolveu mais Estados europeus.

Principalmente las inversiones europeas em América Latina se han originado em España, Reino Unido, Países Bajos, Francia, Italia, Portugal y Alemania. Entre 1992 y 2000, cerca del 50% de las inversiones comunitarias hacia la región provinieron de España, convirtiendo a este país em el mayor inversionista extranjero de América Latina (...) Las privatizaciones latinoamericanas de principios de los años noventa fueron el canal a través del cual se inició tal proceso. (CEPAL, 2001, p. 111)

A participação do capitalismo espanhol em quase metade do IED europeu na América Latina é impressionante. Os dados, por conseguinte, conseguem capturar claramente o esforço do empresariado espanhol discutido acima.

Como via regra, as transações no mercado internacional são também determinadas por movimentos internos na economia das nações. No caso em tela, a crise capitalista que atinge a Espanha pelo menos a partir de 2007 causa importante impacto no volume de investimentos entre aquele país e a América Latina, como vemos abaixo no relatório da CEPAL produzido em 2008, o qual apresenta um panorama dos IED entre 2005-2007, período que compreende a crise espanhola mencionada.

Cerca de 41% dos ativos acumulados de IED na região (o acervo de IED) são de empresas europeias, e esta presença é particularmente importante na América do Sul. O IED europeu é dominado principalmente pela Espanha,

---

112). Dessas, as duas maiores, têm atuação destacada no financiamento do Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) – sobre o qual falaremos mais abaixo.

que representou 29% dos investimentos europeus em projetos novos na região e 29% do valor das fusões e aquisições europeias no período 2005-2017. Alemanha (16%), Reino Unido (13%), Itália (12%) e França (11%) são os outros países investidores mais destacados em projetos novos na região. (CEPAL, 2018, p. 11)

Em que pese a crise ter sido severa na Espanha – cujos resultados políticos debilitaram, sobretudo, a capacidade *empresarial* do Estado -, a participação do país na região permaneceu sendo a maior dentre os europeus, com montantes que chegaram a ser quase duas vezes maiores do que os invertidos pelo segundo colocado - a Alemanha. Isso se deve não apenas à continuidade da ação dos aparelhos estatais – ainda que de modo mais diplomático do que propriamente “econômico” -, mas também à atuação cada vez mais destacada de *think tanks* que *fertilizam* solo social latino-americano para as inversões de frações da burguesia internacional, dentre elas a espanhola.

Como vimos, uma das ações do Estado espanhol no fomento de transnacionalização de empresas foi a criação de aparelhos que defenderam os negócios espanhóis no além-mar. Muito provavelmente o primeiro deles terá sido a *Agência Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo* (AECID). Fundada em 1988, ela foi vinculada ao Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação da Espanha e formada através da Secretaria de Estado de Cooperação Internacional e para a *Íberoamérica* (SECIPI). Sua criação marca, assim, o primeiro esforço de *latoamericanização* do capital espanhol.

De acordo o *site* do órgão estatal,

Como establece la Ley 23/1998 del 7 de julio, el órgano de gestión de la política española de cooperación internacional para el desarrollo. Hace parte de la acción exterior del Estado Español y se fundamenta en una concepción interdependiente y solidaria de la sociedad internacional. Su objeto es el fomento, la gestión y la ejecución de las políticas públicas de cooperación internacional para el desarrollo, dirigidas a la lucha contra la pobreza y la consecución de un desarrollo humano sostenible en los países en desarrollo, particularmente los recogidos en el V Plan Director de la Cooperación Española.

La AECID trabaja en más de 30 países del mundo. En 2015 se adoptó la nueva Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible, que regirá los planes de



desarrollo mundiales durante los próximos 15 años. Se plantean 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) que incluyen poner fin a la pobreza en el mundo, erradicar el hambre y lograr la seguridad alimentaria; garantizar una vida sana y una educación de calidad; lograr la igualdad de género; asegurar el acceso al agua y la energía; promover el crecimiento económico sostenido; adoptar medidas urgentes contra el cambio climático; promover la paz y facilitar el acceso a la justicia<sup>366</sup>.

A pauta de atuação do AECID, assim, é auxiliar na promoção *do desenvolvimento* da “comunidade ibero-americana” – em outras palavras, no conjunto das nações latino-americanas. Com suporte de empresas, principalmente espanholas; de chamadas “organizações não-governamentais” (ONGs); e de *think tanks*, a AECID age com o fito de *normalizar* o ambiente de negócios na América Latina. Para tanto, atribui-se a defesa da *coesão social*, sendo este assunto frequente em suas intervenções no debate público.

Criada em 2004, a Secretaria General Iberoamericana (SEGIB) é outra ação do Estado espanhol em relação à América Latina. Tem como meta reunir chefes de Estado da “comunidade iberoamericana” a fim de debater os problemas da região e prepará-la para o “desenvolvimento” com “assessoria técnica” de *experts* em políticas públicas para a *coesão social*. As “cúpulas” celebradas pela secretaria teriam como horizonte, portanto, a perseguição do *desenvolvimento* e a projeção internacional das nações signatárias da assim nomeada *comunidade ibero-americana*.

O *site* da organização descreve sua *missão* e suas atividades.

Con sede central en Madrid, la SEGIB fue creada con los objetivos de:  
-Contribuir al fortalecimiento y la cohesión de la Comunidad Iberoamericana e impulsar su proyección internacional.

-Colaborar en la preparación de las Cumbres de jefes de Estado y de Gobierno, en estrecha cooperación con la Secretaría Pro Tempore, que recae en el país anfitrión de la cita.

-Fortalecer la labor desarrollada en materia de cooperación en el marco de la Conferencia Iberoamericana, de conformidad con el Convenio de Bariloche.

-Promover los vínculos históricos, culturales, sociales y económicos entre los países iberoamericanos, reconociendo y valorando la diversidad de sus pueblos.

---

<sup>366</sup> Ver em: <https://www.aecid.org.co/index.php?idcategoria=2463> (acessado às 02/10/2018 às 12:39)

-Ejecutar los mandatos que reciba de las Cumbres y reuniones de ministros de Relaciones Exteriores iberoamericanos.  
-Coordinar las distintas instancias de la Conferencia Iberoamericana con los demás organismos de la comunidad<sup>367</sup>.

Enfatizam-se aqui, pois, duas preocupações, a saber, a promoção de “vínculos históricos, culturais, sociais e econômicos entre os países ibero-americanos”; e, novamente, da *coesão* no espaço de sua atuação. Se os tais “vínculos” de várias naturezas, inclusive econômica, podem indicar mais claramente o favorecimento da atuação de transnacionais espanholas na *comunidade*, é a tal *coesão social* novamente evocada. Logo debateremos sua função política. Por ora, convém destacar que a SEGIB, a despeito de ter sido criada por iniciativa do Estado espanhol, hoje se desenvolve como organismo multilateral de cooperação entre os países iberoamericanos. A partir de 2014, sua presidência foi desempenhada pela costa riquenha Rebeca Grynspan, o que nos dá importante indício da associação de importantes intelectuais da burguesia endógena ao projeto em tela.

O EUROsocial também é uma ação que conta com o apoio do Estado espanhol, por meio da Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas (FIIAPP). Em execução desde 2005, trata-se, novamente, de

um programa de cooperação entre América Latina e a União Europeia que busca contribuir com a melhora da *coesão social* nos países latino-americanos, assim como com o seu fortalecimento institucional, mediante o apoio aos processos de elaboração, reforma e implementação de políticas públicas, focalizando sua ação em áreas de gênero, governança e políticas sociais<sup>368</sup>

A iniciativa é financiada pela Comissão Europeia, que de acordo com o *sítio* do projeto oferece, ao longo de 10 anos de trajetória, recursos de aprendizagem entre pares e intercâmbio de experiências entre instituições homólogas da Europa e da América Latina.

---

<sup>367</sup> Ver em:

[www.exteriores.gob.es/Portal/es/PoliticaExteriorCooperacion/Iberoamerica/Paginas/SEGIB.aspx](http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/PoliticaExteriorCooperacion/Iberoamerica/Paginas/SEGIB.aspx) (Acessado em 02/10/2018 às 12:51).

<sup>368</sup> <http://eurosocial.eu/es/pagina/el-programa> (Acessado em 23/01/2019, às 10h46).

Vê-se novamente aqui, por conseguinte, a disposição de consultorias europeias para auxiliar os Estados latino-americanos a enfrentarem aquilo que se identifica como problemas sociais. O princípio da *coesão*, igualmente, é destacado na agenda, sendo, inclusive, um dos princípios basilares de ação.

Por fim, convém destacar outro ramo de atuação das agências do Estado espanhol, qual seja, o patrocínio de *think tanks* na América Latina. Já discutimos em capítulo precedente tanto a origem da noção quanto o uso que aqui empregamos para conceituá-la. Tratam-se, pois, de *aparelhos privados de hegemonia* (APH's), que, sob uma roupagem pretensamente técnica, buscam difundir interesses de classe, apresentando-os como interesses do conjunto dos cidadãos (GRAMSCI, 2014c). Dessa forma, a associação do Estado espanhol com APH's latino-americanos não pode ser entendida de modo ingênuo, isto é, como ação interessada no “desenvolvimento” - entendido aqui como melhoria da qualidade de vida em geral. Em vez disso, compreendemos a luta pelo “desenvolvimento” levada a cabo por tais entidades como a defesa do aprofundamento de relações capitalistas<sup>369</sup>. Sob essa ótica, o financiamento espanhol da CIEPLAN merece algum destaque.

A *Corporación de Estudios para Latinoamérica* (CIEPLAN), nascida Centro de Estudios de Planificación Nacional (CEPLAN), tem papel importante na história chilena, desde sua fundação em 1976. Um interessante material comemorativo dos 40 anos da organização, lançado em 2016, detalha a participação da entidade na política chilena desde então, não sem idealizações. De acordo com a obra, aqui fonte de nossa pesquisa, a CIEPLAN

---

<sup>369</sup>A noção de desenvolvimento não é neutra. O trabalho de Bianca Imbiriba Bonente sobre o assunto politiza o conceito, ao demonstrar como ele é utilizado para legitimar a reprodução ampliada do capital. Ver: BONENTE, Bianca Imbiriba. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Niterói: Eduff, 2016.

nasce como fruto de um projeto esboçado ainda no primeiro ano do governo socialista da Unidad Popular (UP), dirigido por Salvador Allende e que seria golpeado em 1973. Idealizada pelo então reitor da Universidad Católica do Chile, Fernando Castillo Velasco, e organizada pelo economista Alejandro Foxley, que se tornaria seu principal quadro e intelectual, a organização buscou contribuir “propositivamente” com o debate público em torno da “via chilena ao socialismo” – identificado como caminho democrático para a revolução anticapitalista. A contribuição dos *cieplanes*, intelectuais vinculados ao APH referido, deveria se dar a partir de um ponto de vista dito “econômico”, com foco no planejamento de um “novo modelo de socialismo”.

En esa época se discutía en los círculos intelectuales cómo diseñar un socialismo democrático y CEPLAN intentaba aportar al debate desde una mirada económica. Después de un viaje a Yugoslavia, Foxley y otros economistas organizaron un seminario para discutir sobre los distintos modelos de socialismo que existían en el mundo. Con las ponencias de ese seminario surgió el primer libro de CEPLAN, llamado *Chile, búsqueda de un nuevo socialismo*, editado por Foxley y publicado por la Universidad Católica; (CIEPLAN, 2016, p. 16, *grifos do documento*)

A entidade passaria à oposição meses depois, por “divergências no planejamento econômico” e nas formas de lidar com o “défice público” (*idem, p. 16*).

Pasaron los meses y los miembros de CEPLAN comenzaron a criticar las políticas del gobierno de la Unidad Popular, basado en la estatización de grandes empresas, expropiación de industrias y predios agrícolas, control de la banca, al mismo tiempo que impulsaba aumentos del gasto público y controles de precios que resultarían insostenibles. Desde su punto de vista, ese era el camino equivocado. (*idem. p. 16*)

Sempre de acordo com a fonte, o desnível entre gastos e receitas nas contas do governo foi o principal causador da queda dos níveis salariais frente à inflação de 300%. Outra consequência teria sido o estouro da dívida pública (*Idem, p. 16*).

O golpe de 11 de setembro de 1973 deu início à intervenção da ditadura no meio universitário. Na Universidad Católica, o reitor foi substituído por um almirante da reserva que levou a cabo uma operação limpeza nos quadros acadêmicos. O resultado foi a demissão

de muitos professores, o que forçou a CEPLAN a se tornar independente da instituição. A entidade, então, agregou uma letra “I” em seu nome, a fim de enfatizar sua independência em relação à Universidad Católica e à ditadura (*Idem*, p. 17).

Do tempo de vida da entidade durante a ditadura, a Cieplan relembra confrontos entre “cieplanes” e “chicabo boys” - porta-vozes do “experimento liberal ortodoxo de orientação neoclássica e monetarista” (*Idem*, p. 18)

En artículos publicados a partir de 1977 las críticas a las políticas implementadas en aquel entonces apuntaban a que no se solucionarían automáticamente los graves problemas que tenía el país, como el excesivo endeudamiento, la baja capacidad productiva, la dependencia de los mercados externos, la escalada del desempleo y la pobreza. Había que intervenir aquello que la mano invisible no resolvería de un plumazo. (*Idem*, p. 18)

Censurado durante a ditadura, a influência do *think tank* no Estado chileno se efetivaria com a redemocratização. Participando ativamente da campanha plebiscitária contra a ditadura, a CIEPLAN denunciou, em artigos, a pobreza existente no Chile e a necessidade da retomada democrática. A vitória do “Não” no plebiscito de 1988 preparou o caminho para novas eleições. A entidade, então, surgiu como a articuladora do programa de governo da *Concertación de Partidos por la Democracia*, frente ampla de opositores ao regime ditatorial. Nas palavras do texto investigado,

había llegado el momento en que el think tank tendría la oportunidad histórica de diseñar e implementar las políticas públicas que el país requería en un momento en que la sombra del militarismo se negaba a desaparecer. (*Idem*, p. 42).

Com efeito, no governo de transição, a CIEPLAN teve papel central – inclusive com seus membros ocupando postos no Estado. O trabalho de análise produzido durante a ditadura e a formação de redes de conexões com dirigentes sociais, sindicais, empresariais, políticos e acadêmicos, também durante os anos de Pinochet, ajudam a explicar a força e a legitimidade política da organização no momento de transição democrática. Nesse momento, a política econômica defendida pela CIEPLAN, então, girou em torno de um paradigma: continuidade e mudança.

Continuidad en las políticas de profundización de la apertura económica hacia el exterior. Y cambio, esencialmente en las políticas sociales. El objetivo era combatir la pobreza resguardando el

equilibrio fiscal y sin caer en el populismo de satisfacer todas las demandas sociales acumuladas por la vía de aumentar el gasto fiscal. (*Idem*, p. 44)

Urgia, pois, aprofundar a abertura econômica, incluindo nas demandas do governo de Patricio Aylwin a preocupação com o “crescimento com equidade”. Era a defesa de uma “economia social de mercado”, que, de acordo com o documento, reduziu as taxas de inflação, desemprego e elevou o “gasto” social – resultados que deram legitimidade às políticas públicas, que passaram a ser reiteradas nas sucessivas administrações da *Concertación*.

Ao se debruçar sobre a História oficial do Cieplan, o pesquisador se pergunta em que medida as idealizações sobre o passado projetaram para trás no tempo convicções que são típicas da atuação da Cieplan durante a redemocratização – e sobretudo durante os governos da *Concertación*. Ou, ainda, de que forma o contexto ditatorial chileno – que estabeleceu o grupo de economistas reunidos na Cieplan como *oposición consentida* – influenciou o pensamento sobre a história do grupo – inclusive com exagero de posições cujo interesse é demarcar posição contrária ao regime autoritário. Com efeito, datando de 2006, e tendo em vista a história posterior da Cieplan, especialmente importante para a compreensão do objeto de nosso estudo, o documento parece carregar um amálgama de experiências passadas e determinações políticas do seu tempo de produção.

Glen Biglaiser, estudioso da Universidade de Chicago que estuda a influência das doutrinas da escola de economia da instituição sobre a América Latina, defende certo “exagero” na distinção entre a base das políticas econômicas defendidas pelos *cieplanes* em relação àquela que orientava as ações dos *chicago boys* – vale lembrar, espécie de núcleo duro da política econômica da ditadura chilena encabeçada por Augusto Pinochet.

While these economists wrote prolifically on their opposition to neoliberal policies, it would be difficult to argue that deep divisions in ideas separated the economists in Chile in the 1970s and 1980s. Based on a survey of articles in the principal academic journals, economists used the same research methods and techniques of analysis.<sup>44</sup> Moreover, economists at CIEPLAN magnified their differences with the Chicago Boys from an economic standpoint because the military government tolerated no other form of opposition (BIGLAISER, 2002, p. 276).

Em que pese a avaliação acima ser tão comprometida politicamente quanto a publicada pel Cieplan, essa posição encontra eco maior na historiografia. Fundamentada na

interpretação de um dos principais trabalhos dos *cieplanes* censurados no período ditatorial, a saber, *Modelo econômico chileno: trajetória de uma crítica*, a avaliação de Patrício Silva (1991) – a primeira discussão mais profunda e propriamente acadêmica do conflito entre *cieplanes* e *chicago boys*, atesta que as diferenças eram muito menores do que desejariam admitir aqueles intelectuais. Os fundamentos da política econômica dita *neoliberal*, assim, não teriam feito parte da *trajetória da crítica* – a qual teria se atido aos aspectos formais e ao ritmo de implementação do tripé da “modernização econômica”, a desregulamentação, a liberalização e a abertura econômica, bem como à relativa falta de preocupação com fortalecimento de políticas sociais que garantissem amparo aos “perdedores” dessa “revolução econômica”. A Cieplan, assim, orgulhosa de sua luta contra os Chicago Boys, diferia pouco no essencial: assegurar nova vitalidade ao metabolismo do capital, por nova rodada de expropriações que oxigenasse a reprodução capitalista na região.

Não custa lembrar que, dentre os *investidores* da organização estava a AECID, importante *guarda-chuva* que abrigava, sob escolta do Estado espanhol, um *pool* de capitais transnacionalizados interessados na política de abertura econômica e nas privatizações que ocorreram no Chile a partir dos anos 1970. Assim, a abertura econômica que funcionaria, na ótica dos especialistas de dedicados a estudar os rumos do capitalismo espanhol desde os anos 1990, como polo de atração de IED para a América Latina, encontra precisamente na AECID, via *Cieplan*, uma de suas apoiadoras de primeira hora.

A Cieplan voltará a receber atenção neste capítulo, quando falarmos, mais à frente, da defesa da Coesão Social pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso. Agora, porém, cumpre destacar como a noção chega à América Latina de modo a balizar políticas públicas na região. É importante destacar o que até aqui se tem tentado demonstrar: a defesa da coesão social

não pode ser entendida sem referência aos interesses econômicos que perpassam as relações entre Europa e América Latina, sobretudo a partir dos anos 1990. Isso posto, sua defesa da coesão aparece como meio de se atingir o que seria um *nível adequado* de gestão de conflitos, a fim de assegurar estabilidade social e institucional desejada para a garantia de IED que passam, então, a chegar à região.

### **3.4. “Coesão social e sentido de pertencer” na América Latina e no Caribe**

Em 2006 foi realizado o XVI Cume Iberoamericano, organizado pela SEGIB e pela CEPAL, em Montevideo, Uruguai. Na ocasião, concordou-se que o tema da coesão social seria central no encontro do ano seguinte, a ser celebrado no Chile. Como forma de preparar os debates, um *pool* de agências internacionais organizou um livro, chamado *Cohesión Social: inclusión y sentido de pertenencia em América Latina y el Caribe*, cujo objetivo era balizar temas essenciais à discussão. A AECID também está entre as instituições apoiadoras. O prólogo é, ainda, assinado pelo secretário geral da SEGIB, Enrique V. Iglesias, ex-consultor da CIEPLAN. Vemos, pois, como algumas das instituições aqui descritas participam da elaboração do documento. Convém, então, sua análise, a fim de identificar que tipo de políticas públicas são sugeridas, bem como sua possível conexão com determinações do capitalismo na região.

No prólogo de Enrique V. Iglesias, o conceito de *coesão social*, que ajuda a intitular o documento, tem sua história lembrada, sobretudo o modo como transitou do âmbito escolástico para a arena do debate e das políticas públicas.

Cabe recordar que la Unión Europea há sido pioneira em identificar este elemento y em prestarle especial atención. Podria decirse que em su primera etapa, desde el Tratado de Roma em 1957, el avance em el proceso de integración estuvo



basado em el supuesto de que la liberalización de los intercâmbios económicos conduciría a mejoras importantes del bienestar general y a la reducción de las diferencias regionales. Sin embargo, en cierto momento hubo el convencimiento de que se requería de políticas activas para reducir las diferencias regionales, lo que dio lugar a la creación del Fondo Europeo de Desarrollo Regional (1975) destacó la necesidad de la “Cohesión Económica y Social” que, em 1992, se convirtió en un objetivo de la Unión, con la creación del Fondo Social Europeo y que luego de Maastrich, pasó a considerarse um eje de la política comunistaria. (COHESIÓN SOCIAL, 2007, p. 10)

Assim, ressalta-se a estreita associação entre o que passa a ser chamado de *coesão social* e o *desenvolvimento econômico*, para o qual já há receita de “estabilidade financeira”. A correlação entre os conceitos fica evidente mais abaixo.

No es necesario insistir sobre la importancia que tiene la cohesión para el funcionamiento estable de las sociedades en general y de las latinoamericanas em particular y, sobre todo, para em afianzamiento y perfeccionamiento de la institucionalidad democrática.

Sin embargo, conviene enfatizar esa relevância porque em muchas ocasiones el razonamiento dominante tende a centrarse em el crecimiento económico – sin duda de enorme importancia – dejando en un cono de sombra la relación de mutua realimentación que él tiene com los procesos de naturaliza social que explican el fortalecimiento de lo que acertadamente la CEPAL denomina el ‘sentimiento de pertenencia’ como expresión de la cohesión social. (COHESIÓN SOCIAL, 2007, p. 9)

O documento, portanto, será fundamental para refletirmos sobre o papel da noção de coesão social nos espaços de formulação de políticas públicas na América Latina. Tendo desenvolvido essa perspectiva na Europa, as burguesias do velho continente transitam, com apoio de aparelhos de Estado e de chamados *think tanks*, para o continente latino-americano. Esse traslado *coincide* com o crescimento de IED na região, do que depreendemos algum nível de correlação entre os movimentos. Convém investigar a fonte, portanto, à de razões para refletir mais aprofundadamente sobre a hipótese que vertebrá este capítulo, qual seja, a do significado político de uma sociedade *coesa* em que reina o modo de produção capitalista. Para fins de organização desta parte do texto, dividimos o que segue em subseções, as quais versam sobre as questões presentes no documento e sobre o sentido e a forma de sua produção.

#### *i. “Uma época de mudanças”?*

Editado em maio de 2007, o documento ora analisado traz informações sobre a visão de empresas e grandes entidades multilaterais sobre o que é considerado como *uma época de transformações*. A revolução tecnológica, o avanço das comunicações e o advento da *globalização* marcariam uma “profunda mudança de ciclo na história da humanidade”. A importância *histórica* do momento justificaria a própria existência do material analisado, dedicado a formular elementos para a construção e manutenção da coesão social na América Latina. Na letra da fonte,

A coesão social surge como tema prioritário quando a humanidade passa por uma mudança de época e as próprias bases da vida em comum começam a ser questionadas e corroídas. Há boas e objetivas razões para crer que nos encontramos em um período de importante transição histórica e vivenciando uma profunda mudança de ciclo na história da humanidade. (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 7)

Nesse sentido, depreende-se que as questões tratadas como *novas* no documento, mencionadas de modo geral no parágrafo que abriu esta seção, surgem ou ganham novo sentido em tal conjuntura, legando como desafio aos produtores do material a tarefa de assegurar o mínimo de estabilidade necessário para a reprodução da sociedade. Embora fosse sem dúvida interessante investigar as próprias “transformações”, por ora nos interessa mais refletir sobre a natureza das *análises* sobre transformações sociais, ou, em outras palavras, sobre o porquê de se anunciar uma época de transformação, independentemente de sua real existência.

O parágrafo seguinte do texto nos dá pistas para desenvolver melhor a questão.

A sociologia clássica estudou as mudanças por que passou a humanidade em consequência da instalação da sociedade industrial. Cabe às atuais gerações observar as mutações sociais que transtornam a humanidade devido à revolução tecnológica, das comunicações, e da globalização. (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 7).

A trilha percorrida pelos produtores do conhecimento aqui enformado em cartilha concede sentido e legitimidade ao seu trabalho. São continuadores da sociologia clássica, em seu próprio tempo capaz de estudar e instruir sobre transformações provocadas pelo advento da *sociedade industrial*. Essa “nova” época que é a nossa demandaria, por conseguinte, se não uma nova sociologia, pelo menos contribuição científica com potencial político semelhante, qual seja, a de fornecer elementos para a construção da coesão social, este “tema prioritário” em época de mudança.

Esse raciocínio aparecer no início do documento indica não apenas o recurso dos autores para reforçar sua própria posição, mas aponta também para o potencial legitimador da própria ciência – no caso, uma ciência social, qual seja a sociologia -, bem como se seu papel orgânico na formação e constituição de políticas públicas – e, por conseguinte, do próprio Estado (POULANTZAS, 1978). Importa, neste espaço, destacar a forma como se articulam práticas e interesses de *think tanks* e das classes sociais que são as razões últimas de sua existência. Assim, é através do discurso científico e por meio de constantes apelos aos representantes de sua classe que os *think tanks* extraem o sentido de sua prática, conforme discutimos no primeiro capítulo.

Uma reflexão que busque analisar documentos como os produzidos por essas entidades, assim, deve estar atenta aos critérios e ao ambiente que pautam e vivificam seu conteúdo e sua forma de produção. Do ponto de vista desses intelectuais, não interessa apenas fornecer interpretações sociais. Interessa convencer os receptores de que essa interpretação é a mais adequada para os fins propostos - no caso, a garantia da estabilidade social. O metabolismo do campo científico e o interesse de classe, aqui, fundem-se com

direcionamento eminentemente prático: formar e reformar Estados, elaborar e redesenhar políticas públicas.

A presença de empresários ladeando políticos “de carreira” e intelectuais dá o tom do circuito que, nos *think tanks* estudados, forma-se: a dinâmica científica está ali presente, mas os interesses práticos do capital – que jamais estão excluídos da ciência – aparecem em um tom significativamente maior, haja vista a presença física e a participação ativa de capitalistas propriamente ditos nas discussões.

Fora essa particularidade, a produção do documento atende aos requisitos comumente exigidos no âmbito acadêmico: há uma fundamentação teórica; há o recurso ao debate externo, dialogando com parte da bibliografia consagrada aos temas destacados no texto. Figuram na lista de referência autores como Manuel Castells, Martins Hopenhayn, Gøsta Esping-Andersen, John Rawls e Albert Hirschman. O estudo desses autores com quem se abre o diálogo, bem como a concepção de sociedade e de Estado subjacente ao texto, revelaria muito do seu propósito, como que determinando de modo indireto o rumo das discussões – e, por conseguinte, das políticas públicas propostas pelo documento. Além disso, o recurso à discussões produzidas por uma das entidades apoiadoras do evento e, por conseguinte, do documento, é destacado. Essas citações endógenas, isto é, ao trabalho produzido pelos próprios intelectuais vinculados à iniciativa demonstra a importância de se prestigiar a prática de uma entidade que, como outras tantas que competem com ela, procura oferecer assessoria a governos e formuladores de políticas públicas.

### ***B. Coesão social: significado e modo de usar***

Neste documento, talvez pela sua finalidade – que preside a seleção tanto de objetivos principais quanto a limitação de seu tamanho -, não se analisa com profundidade a história do conceito de coesão social. Argumenta-se brevemente, contudo, que o ele foi pensado com base “na tradição de cidadania das sociedades europeias” (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 23-24). A ideia, assim entendida, referir-se-ia ao estágio de plena integração dos indivíduos à sociedade – cuja expressão seria a solidariedade de grupo.

A leitura do prólogo e da apresentação da fonte, assinadas, respectivamente, por Enrique V. Iglesias, secretário-geral Íbero Americano, e José Luís Machinea, secretário executivo da Cepal, dão-nos mais algumas pistas para se compreender a noção. O texto de Iglesias considera que, historicamente, a dinâmica da política europeia teve grande importância na transposição da ideia do campo científico para o debate público e a fundamentação de políticas de integração regional, culminando com o debate, já entre 1975 e 1985, sobre “a necessidade da ‘coesão econômica e social’” (IGLESIAS, 2007, p.14). Esta se converteria em um objetivo da União Europeia a partir de 1992, com a criação do Fundo Social Europeu e a edição do Tratado de Maastricht. Diante dessa experiência histórica, portanto, Iglesias defende não ser necessário

insistir na importância que a coesão reveste para o funcionamento estável das sociedades em geral – e das latinoamericanas em particular – e, principalmente, para a garantia e o aperfeiçoamento da institucionalidade democrática” (IGLESIAS, 2007, p. 13).

Há já aqui uma proposta importante para se compreender a funcionalidade do que se entende por coesão: a estabilidade social. Sendo as sociedades produtos históricos, com variadas demandas e específicas dinâmicas, a coesão, sendo indicadora de estabilidade, é historicamente determinada. Assim, é razoável sustentar que as balizas para se alcançar um grau desejado de coesão social devem necessariamente ser historicizadas, isto é, pensadas

em acordo com as vicissitudes de uma determinada formação social. Assim, partindo do pressuposto da *época de transformações* acima apontado, o secretário-geral da SEGIB entende que, em seu tempo, a *coesão social* não pode mais ser atingida somente por táticas que considerem os aspectos econômicos, “sem dúvida de enorme importância”, mas há também de se considerar “os processos de natureza social que explicam o fortalecimento do que a CEPAL chama, com acerto, de ‘sentido de pertencimento’, como expressão da coesão social” (*idem*).

De acordo com Machinea, representante da Cepal, o *sentido de pertencimento* estrutura a integração social, especialmente a percepção de *gozo da cidadania numa ética democrática* (MACHINEA, 2007, p. 10). Assim, em que pese não haver “uma aceção clara do conceito de coesão social”, o sentido mais aceito busca dar conta da sensação de “pleno pertencimento à sociedade” (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 23-24), o que na análise do texto, é desdobramento de uma sociedade percebida como mais justa e solidária, sem grandes distorções entre expectativas e realidades e disparidades entre contribuições individuais e retribuições coletivas.

Nesse sentido, já no corpo principal do documento, vemos que o sentido de pertencimento “constitui um eixo fundamental das diversas definições de coesão social. Esse sentido é, em última instância, um componente subjetivo feito de percepções, apreciações e disposições dos que integram a sociedade” (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 26). Em outras palavras, trata-se sobretudo da expressão cultural que indica a existência de um grau mínimo de integração na sociedade. É por isso possível, portanto,

a coexistência de um arraigado sentido de pertencimento em escala micro com uma situação macro crítica em matéria de menor coesão social. Em outras palavras, pode haver coesão no nível da comunidade e, ao mesmo tempo, desestruturação no nível da sociedade (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 26-27).

É o caso de formações sociais povoadas por comunidades menores com sentido de solidariedade mais forte do que o atingido pelo Estado-nação. Na América Latina, as microssociedades indígenas são o exemplo paradigmático, inclusive em Estados *plurinacionais e pluriétnicos* como é o caso da Bolívia. Na ótica do documento, o sentido de integração grupal em micro-escala não pode sobrepujar os verificados em sua relação com o Estado-nação, sob pena de se incorrer em um estágio de *desagregação social* – potencialmente prejudicial ao desenvolvimento perseguido, sobretudo pelo desrespeito ao código de leis, às normas sociais e às autoridades constituídas que daí usualmente é derivado.

A coesão social, posto isso, é um horizonte almejado para a região. Isso por ser fundamentalmente *útil*. O tom de sua utilidade é dado pelo secretário executivo da Cepal.

A CEPAL vem, desde o início dos anos noventa, estruturando uma visão do desenvolvimento adequado a um mundo globalizado de economias abertas. O objetivo é propiciar sinergias positivas entre crescimento econômico e equidade social no contexto da modernização produtiva. Também se atribui especial importância aos objetivos orientados para o aumento da competitividade, o zelo pelos equilíbrios macroeconômicos e o fortalecimento de uma democracia política participativa e inclusiva. Nesse contexto, a reflexão que a CEPAL faz neste livro traduz o propósito de dar à coesão social maior representação, identidade e profundidade, permitindo que se torne um importante guia das políticas públicas (MACHINEA, 2007, p. 9-10)

O exposto, portanto, evidencia a importância das políticas direcionadas ao objetivo: “além da sua inegável relevância ética em razão da equidade, tal coesão também é importante para determinar a solidez do Estado de direito, da ordem social democrática e da governabilidade” (*idem*). Machinea destaca, assim, a concepção que preside sua análise da ordem social democrática e o desenvolvimento econômico: são pares que, embora não andem necessariamente juntos, caminham melhor quando unidos. O corpo do documento reforça, ainda, a correlação entre *coesão social* e *desenvolvimento econômico* aludida acima. É de tal

articulação que se perceber mais claramente sua *finalidade*: ser um meio para maiores e mais seguros níveis de crescimento econômico.

(...) definida nos termos descritos, a coesão social é, ao mesmo tempo, um fim e um meio. Como fim, é objetivo das políticas sociais na medida em que estas visam a que todos os membros da sociedade sintam que são parte ativa dela, como contribuintes para o progresso e seus beneficiários. Numa inflexão histórica de mudanças rápidas e profundas precipitadas pela globalização e pelo novo paradigma da sociedade da informação (Castells, 1999), a recriação e a garantia do sentido de pertencimento e de inclusão são, em si mesmas, um fim. Mas a coesão social também é um meio, e em mais de um sentido. Por um lado, porque as sociedades que ostentam os níveis mais altos de coesão proporcionam um melhor marco institucional para o crescimento econômico e agem como fator de atração de investimentos por oferecerem um ambiente de confiança e regras claras (Ocampo, 2004). Por outro, porque as políticas de longo prazo destinadas a igualar oportunidades requerem um contrato social que lhes dê força e continuidade, e um contrato de tal natureza supõe o apoio de uma vasta gama de atores dispostos a negociar e alcançar amplos acordos. Com essa finalidade, os atores devem sentir-se parte do todo e dispostos a ceder em seus interesses pessoais em benefício do conjunto. A maior disposição dos cidadãos de apoiar a democracia, participar em assuntos públicos e espaços de deliberação e confiar nas instituições, bem como o maior sentido de pertencimento à comunidade e de solidariedade com os grupos excluídos e vulneráveis facilitam a celebração dos pactos ou contratos sociais necessários para respaldar políticas orientadas para a consecução da equidade e da inclusão” (p. 26).

Assim, é impossível dissociar todas as questões que aparecem no documento analisado - quais sejam a luta pela igualdade de gênero e raça; a defesa da *cidadania ampla*; o combate à miséria, etc – do fundamento político que lastreia sua construção como *problemas sociais* e encaminha uma forma específica para sua resolução: a preocupação com a coesão social *em um mundo globalizado de economias abertas*. Entender a defesa dessa estrutura econômica sem levar em conta a *genuína* preocupação social que dela vem a reboque seria um erro; mas o seu contrário, isto é, considerar a política social sem dimensioná-la de acordo com a reprodução do capitalismo na região também seria.

O sentido prático do termo é salientado na análise sobre as determinações mútuas entre *direitos sociais instituídos* e *solidariedade social internalizada* – aqui significando a



introdução das normas sociais e uma ação prática correspondente com esses valores. A partir de Albert Hirschman (1977), o documento explica que,

(...) por conseguinte, o cruzamento entre cidadania e pertencimento também supõe um cruzamento entre direitos sociais instituídos e solidariedade social internalizada. A coesão social exorta, pois, o fortalecimento da disposição dos atores de ceder benefícios com vistas a diminuir a exclusão e a vulnerabilidade de grupos em piores condições. Trata-se não só de um valor ético, mas também de um valor prático, na medida em que as pessoas consideram que seu benefício é maior quando aderem mais ao “nós” e que o benefício revertido para a comunidade beneficia as pessoas porque lhes dá a garantia de maior segurança e proteção no futuro. (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 28).

A *coesão social* é, dessa forma, uma poderosa engrenagem na lógica da reprodução social. Considerá-la como um “mecanismos de integração e bem-estar” (*idem*) é lhe atribuir, também, importância na construção e na reconstrução da ordem social, inclusive com suas hierarquias mais ou menos implícitas, seus padrões de relações sociais, suas normas vigentes. Não se pode considerar a ideia de coesão social desvinculada do sentido de *enquadramento social*, que significa basicamente a internalização da exterioridade que é uma sociedade determinada. Tampouco se pode considerar que tal forma social é neutra, do que se extrai seu sentido eminentemente político como amostra da adequação das interações sociais à reprodução capitalista.

Para atingir esse objetivo, políticas públicas devem ser pensadas para atuarem sobre pontos percebidos como desagregadores: os desencontros entre direito teórico e direito de fato, as distâncias entre expectativas sociais e capacidade de sua realização, o agastamento entre representantes e representados, etc. O folheto ora analisado tem como finalidade, portanto, proceder “à exploração mediadora de algumas dimensões da coesão social em cujos casos se requerem recursos e vontade política que possam diminuir as lacunas em matéria de exclusão” (*idem*).

A análise pormenorizada da *realidade latino-americana*, por conseguinte, não corresponde unicamente às idiosincrasias do metabolismo social típico dos *think tanks*. Diz respeito também à aplicabilidade de um aporte de tecnologia social a um ambiente diferente daquele de onde ela foi originada – diz, ainda, muito sobre *os interesses daqueles que importam tal tecnologia*. A noção de coesão social, assim, embora desenvolvida na Europa, pode ser *aclimatada ao ambiente social latino-americano*, a fim de se atingir a estabilidade que ela expressa e garante. Para isso, entretanto, é necessário respeitar as especificidades da região. Daí a importância do seu conhecimento.

Assim sendo, as balizas para dimensionar o grau de harmonia social, a qual seria expressão de uma sociedade coesa, derivam das especificidades de uma realidade concreta. Em outras palavras, a ideia-força que é *coesão social*, tal qual formulado na Europa, serve de inspiração e mesmo orientação, mas jamais como definição acabada do que se deve fazer para se atingir determinado padrão de sociabilidade – porque, por óbvio, as sociedades em tela são qualitativamente distintas. É também daqui que se extrai a importância do estudo sistemático das *questões latino-americanos*, bem como dos desafios que elas interpõem aos mecanismos de solidariedade.

### ***C. A especificidade da América Latina***

Como vimos, por requisitos específicos do discurso científico, uma visão prestigiada sobre a dada realidade social demanda diálogo bibliográfico com os pares. É dessa forma que se deve entender o recurso, no documento, às análises de outros interpretes. No caso, a obra de Martín Hopenhayn, *América Latina, desigual y desconcentrada*, é reivindicada como base para o escrutínio da especificidade latino-americana nessa “época de mudanças”. É dela que

se extraem o que se consideram *condições necessárias para a coesão social* na região. Como as questões aqui apontadas estruturam a integralidade da obra, dedicaremos-nos a indicar o que se entende por particular *do ambiente latino-americano* e seus desafios para a coesão social (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 18-21).

i. **Aspectos ditos econômicos:** A realidade do continente seria marcada pelo descompasso entre crescimento e igualdade de renda. Sofrer-se-ia, ainda de insuficiência de crescimento no que toca à elevação do bem-estar. O “desenvolvimento econômico” historicamente analisado seria “volátil”, o que, sempre de acordo com o documento, “incrementa” a pobreza e a vulnerabilidade social, ambas com efeito socialmente desagregador. O resultado seria o descompasso entre expectativas e realidade, sobretudo por conta do advento de novas tecnologias de informação – que, ao melhorar o conhecimento e a integração global, elevaria o nível de expectativas sociais na região.

ii. **Aspectos laborais.** Novas relações trabalhistas e a heterogeneidade estrutural histórica da região colocam desafio ao potencial agregador do mundo do trabalho. Visto como fiador de pactos sociais, a esfera produtiva em suas novas realidades poderia servir ao seu contrário, isto é, ao esgarçamento do tecido social. Isso porque “(...) o desemprego crescente, o aprofundamento da lacuna salarial, a expansão da informalidade e diferentes formas de instabilidade, entre outras”, são vistos como limitadores da coesão social na região (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 18).

iii. **Aspectos simbólicos.** Ressalta-se a “dissociação entre ativos materiais e simbólicos” na região (*idem*). Entende-se dessa forma a disjunção entre, de um lado, o aperfeiçoamento educacional e a expansão das possibilidades de comunicação e, de outro, as possibilidades de remuneração equivalente às expectativas geradas por esses ganhos. Em

outras palavras, identifica-se como um óbice potencial à coesão social latino-americana a impossibilidade de realização, pela estrutura produtiva, das esperanças desenvolvidas pela globalização e animadas pelo aumento de investimentos educativos.

iv. ***A cidadania incompleta.*** A cidadania na região seria *incompleta* devido a um conjunto de fatores que vão do legado histórico aos aspectos culturais que fundamentam os mais modernos preconceitos. Assim, “os processos de conquista, colonização e desenvolvimento estão unidos a uma persistente negação de plenos direitos a grupos marcados pela diferença racial, étnica e cultural” (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 19). O problema fica especialmente agravado por ser essa região intensamente “pluriétnica e pluricultural”, com indígenas, afrodescendentes e outros grupos sociais sofrendo “diferentes formas de discriminação ou exclusão” (*idem*). Por outro lado, a questão de gênero mereceria atenção, sobretudo por práticas sociais consolidadas que discriminam e sobrecarregam, no âmbito do trabalho reprodutivo, as mulheres. Tais grupos atingidos pela desigualdade oriunda de padrões específicos de identidade, assim, sofrem com menor ingresso de renda, mas também com a falta de “reconhecimento político e cultural de seus valores” (*idem*). Uma sociedade com *cidadania completa e inclusiva* e que esteja atenta a essas questões, portanto, seria potencialmente mais *coesa* - do que se depreende o encaminhamento propositivo favorável àquelas metas vistas como “de inclusão”.

v. ***Os perigos do individualismo.*** As mudanças econômicas e culturais estimulam e seriam estimuladas pelo individualismo montante nessa época de transformações. Assim, de acordo com a publicação, “o fato de o privado exercer maior influência do que o público e a autonomia pessoal impor-se à solidariedade coletiva é acelerado tanto pela economia quanto pela cultura midiática e pelo papel mais relevante do consumo na vida social” (COESÃO

SOCIAL, 2007, p. 19). Disso decorrem dúvidas sobre “como recriar o vínculo social, desde o microambiente familiar até a sociedade em seu conjunto” (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 19-20). Esse laço seria especialmente importante para a integração social que impediria, na lógica da argumentação, a desintegração da solidariedade.

vi. *A fragmentação das instâncias de representação.* Na América Latina, assim como em outras regiões, as articulações políticas e sociais que formam o fundamento da coesão teriam sido tecidas por instâncias organizativas “tradicionais”: sindicatos e associações de classe. A volatilização das identidades teria gerado, segundo a publicação, o enfraquecimento relativo do potencial integrador daqueles atores coletivos tradicionais. A formação de grupos sociais com base em identidades variadas, tais quais “mulheres, grupos étnicos, jovens, camponeses sem-terra, ecologistas, grupos de bairro, entre outros”, teriam tornado o vínculo entre política e cultura tanto mais “candente” quanto “problemático” (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 20-21). A tarefa, portanto, é observar essas novas formações grupais, sobretudo em suas instâncias de representação, a fim de identificar formas de estabelecer acordos “adequados” a essa realidade emergente.

vii. *Corrosão da ordem simbólica.* O documento se refere à consciência do abismo realmente existente entre a ordem simbólica – isto é, as leis e as normas oficiais – e a ordem de fato. Percebe-se que o poder de fato substitui corriqueiramente o ordenamento político e jurídico na região. Para o texto, nota-se, ainda, o acesso discriminatório à justiça, aos benefícios sociais, às políticas públicas, etc. Tais fatores degradariam “a ordem simbólica, isto é, a clara adesão da cidadania a um marco normativo de reciprocidade e de respeito à legalidade” (COESÃO SOCIAL, 2017, p. 20).

Disso se desdobra também a existência de lacuna entre o “*de jure* e o *de facto*”. Na América Latina, “a igualdade é uma norma jurídica e um valor, não um fato e tampouco uma asserção” (COESÃO SOCIAL, 2017, p. 20-21). A consequência é, novamente, o surgimento de obstáculos à conquista e à manutenção da coesão social. Nesse caso específico, pela erosão continuada dos valores e das normas jurídicas fundamentadas em um princípio que não se verifica na prática. A reforma dos aparelhos do Estado, portanto, caminha junto com a perspectiva de *inclusão e representação efetiva* da sociedade – vistas como formas de ultrapassar esse gargalo no “sentido de pertencimento” entre cidadãos e Estados na região.

O esquadramento do que se entende por realidade latino-americana é fundamental para se formar um índice específico de coesão social para a região. A experiência política europeia, contudo, também deve ser levada em conta, sobretudo pelo histórico de sucesso alcançado na região, no que diz respeito aos objetivos principais a serem perseguidos, quais sejam o

progresso econômico e social equilibrado e sustentável, mediante principalmente a criação de um espaço sem fronteiras interiores, o fortalecimento da coesão econômica e social, e o estabelecimento de uma união econômica e monetária (...) (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 29).

Na Europa, o ano 2000 marcou os esforços mais explícitos para a formulação de políticas públicas para a coesão social. Dadas as condições do continente, considerou-se então que o padrão a ser alcançado para se assegurar estabilidade social era determinado pela “erradicação da pobreza” (*idem*). Esse princípio lançou as bases para, já no século XXI, se formularem critérios de aferimento da coesão social. Reunidos em Laeken, membros do Conselho Europeu elaboram, em dezembro de 2001, uma lista com 18 indicadores de sociedades coesas (logo ampliados para 21, em 2006). As balizas abrangem quatro áreas temáticas centrais: renda, emprego, educação e saúde. A importância da formulação desse

quadro é atribuída, no documento, à inspiração de políticas públicas e agendas sociais daí advindas (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 30). O quadro abaixo, produzido a partir de dados da fonte, mostra o resultado a que se chegou – e que ficou conhecido como *indicadores de Laeken*.

### **Indicadores de Laeken – parâmetros para medir a coesão social**

<b>Indicadores Primários</b>	<b>Indicadores Secundários</b>
Taxa de renda baixa depois das transferências (limiar fixado em 60% da renda média)	Dispersão em torno do limiar de renda baixa.
Taxa de renda baixa depois do recebimento de transferências (valores ilustrativos).	Taxa de renda baixa em determinado momento.
Distribuição da renda	Taxa de renda baixa antes das transferências.
Persistência de renda baixa.	Coefficiente de Gini.
Lacuna da renda baixa média.	Persistência de renda baixa (tomando por base 50% da renda média).
Coesão regional (dispersão das taxas regionais de emprego).	Trabalhadores em risco de ingresso na pobreza.
Taxa de desemprego prolongada.	Proporção do desemprego prolongado.
Número de pessoas que vivem em unidades familiares nas quais nenhum dos membros trabalha.	Taxa de desemprego muito prolongado
Número de pessoas que abandonam prematuramente a escola e não buscam nenhum tipo de educação ou formação.	Pessoas com baixos níveis educacionais
Estudantes de 15 anos de idade, com baixo rendimento nas provas de leitura.	
Esperança de vida ao nascer.	
Lacuna de emprego dos imigrantes.	

Elaboração própria a partir de COESÃO SOCIAL. Inclusão e sentido de pertencer na América Latina e no Caribe 2007, P. 32)

A proposta cepalina – e do *pool* de entidades internacionais que se associaram a Cepal – prevê a aclimação desses princípios ao ambiente latino-americano, dada a “grande complexidade” que impediria uma simples mimetização dos dados (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 32). De forma semelhante ao ocorrido no caso europeu, a estruturação de indicadores de coesão social direcionariam políticas públicas, sobretudo voltadas para a chamada

“política social”. Os mesmos indicadores, ainda, permitiriam sua constante avaliação, a fim de se verificar sua efetividade – uma das palavras mágicas do documento.

Reconhecendo estarem diante de “universos socioeconômicos distintos”, os autores do texto avaliam assim as distâncias entre as regiões, cuja diferença deve ser destacada para se ponderar a aplicabilidade dos preceitos europeus à dinâmica social latino-americana (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 32).

Por um lado, há na América Latina mais de 650 povos originários que têm culturas, religiões e modos de vida próprios. Por outro, segundo dados do Banco Mundial,<sup>6</sup> a União Européia tinha, em 2005, um PIB per capita calculado em paridade de per capita calculado em paridade de per capita poder aquisitivo (PPA) de 26.038 dólares, ao passo que esse mesmo PIB, na América Latina, era de apenas 7.575 dólares. Ao mesmo tempo, enquanto a União Européia apresenta um coeficiente de Gini relativo às rendas provenientes do trabalho da ordem de 0,32, esse coeficiente é, na América Latina, da ordem de 0,53. Falamos, então, de uma região rica e igualitária e de outra de rendas médias e mal distribuídas. (*idem*)

Reconhece-se, pois, diferenças tanto de fundo econômico – em termos de geração de riqueza e sua distribuição – quanto de cariz cultural, sobretudo no que tange aos povos originários ainda existentes em solo latino-americano. Avança-se também um determinante que é *menos regional* e mais temporal, isto é, diz mais respeito à nova conjuntura histórica que marca o contexto de análise. Assim, reconheceram os autores a necessidade de acrescentar, “à medida de lacunas objetivas existentes na sociedade – entre as quais as de renda, emprego, educação e saúde, outros elementos, “como as de habitação, pensões e hiato digital. Isso significa admitir que a distribuição do bem-estar e das oportunidades transcende a mera distribuição da renda proveniente do trabalho” (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 32). Há, portanto, preocupação com a formulação de vínculos sociais que perpassem não apenas a satisfação das necessidades mais imediatas, mas também aquelas construídas pelo “estágio de desenvolvimento” da região.



Aqui a interpretação que se faz da América Latina – acima exposta – ganha um sentido especialmente prático. A elaboração desse arcabouço avaliativo diz muito sobre a interpretação que se faz sobre a realidade latino-americana. É particularmente elucidativa, no entanto, sobre os critérios e os objetivos a serem atingidos com a coesão social, os quais ficam expostos no quadro abaixo (*idem*, p. 33).

**Sistema de indicadores de coesão social: componentes e fatores**

Indicadores		
Distância	Instituições	Pertencimento
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desigualdade de rendas</li> <li>• Pobreza e indigência</li> <li>• Emprego</li> <li>• Educação</li> <li>• Saúde</li> <li>• Habitação</li> <li>• Pensões</li> <li>• Hiato digital</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funcionamento da democracia</li> <li>• Instituições do Estado</li> <li>• Instituições do mercado</li> <li>• Família</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Multiculturalismo</li> <li>• Confiança</li> <li>• Participação</li> <li>• Expectativas de mobilidade</li> <li>• Solidariedade social</li> </ul>

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

Dada a coesão social ser determinada tanto no tempo quanto no espaço, pode parecer uma tarefa complicada a separação entre os elementos regionais – isto é, as especificidades propriamente latino-americanas – e as particularidades da época – advindas, por conseguinte, do tempo histórico. Aqui, pela falta de dados cabais que dividam os elementos novos listados, pode-se arriscar uma tentativa de aproximação, ressaltando que em muitos casos, especificidades regionais e temporais aparecem combinadas. Ora, é o caso das questões que envolvem o regime e a participação política. Tratam-se de elementos que parecem estar evidentemente presentes nas especificidades da América Latina – dada a tradicional interpretação do *défice democrático* na região. Dela não podemos, no entanto, retirar o substrato histórico, haja vista que a conjuntura vivida durante a produção do documento só pode ser entendida como sendo produto de uma época marcada pelo passado recente de regimes autoritários, da qual a região começou a emergir a partir dos anos 1980. Assim, a importância conferida aos fundamentos da democracia e às instituições de Estado revelam a

crença, por parte dos formuladores das balizas de medição da coesão social, na relativa fraqueza, tanto do que é usualmente chamado de *cultura democrática* quanto das instituições políticas – e a fraqueza destas últimas deve ser entendida, claro está, pela sua capacidade de gerar consensos sociais formadores de coesão.

Dentre os temas do universo político, a preocupação com a forma democrática de governo talvez seja a principal. O regime é entendido como elemento necessário para a construção de uma sociedade coesa, cujo resultado, por fim, seria o desenvolvimento econômico e social perseguido. Assim, os autores recorrem aos dados coletados em pesquisas do *Latinobarômetro* para avaliar o índice de *desconsolidação democrática* na região.

“A informação proporcionada pelo Latinobarômetro, com base em uma série de indicadores incorporados na rodada de censos do ano 2002 e dados de 1996, ressalta a diminuição de 61% para 57% do índice dos entrevistados que manifestaram preferir a democracia a qualquer outro regime. De acordo com o IAD, Índice de Apoio à Democracia (PNUD, 2004, pp. 132 e 133), 43% dos latino-americanos definiram-se como democratas, 26,5% como não-democratas e 30,5% como ambivalentes.” (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 57)

Após argumentar a favor da correlação entre nível educacional e disposição democrática, no sentido de quanto maior um, maior necessariamente o outro, o texto se encaminha para avaliar as causas do decréscimo de prestígio da democracia entre latino-americanos. Aqui, o “desinteresse pela política” e o “repúdio aos partidos” ganha sentido especial como instrumento de ataque ao regime democrático. Os dados esgrimidos no texto, assim, indicam um crescente e “preocupante” desinteresse pela política e uma igualmente crescente falta de representatividade dos partidos políticos (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 58-9).

Se as causas do desinteresse pela política podem ser atribuídas à pouca permeabilidade do Estado às reivindicações populares,

a baixa apreciação dos partidos políticos, que são a principal instância mediadora entre as aspirações e interesses dos cidadãos, e a possibilidade de expressá-los no Estado, está estreitamente relacionada com a manifestação de muito pouca proximidade com eles. Em 2003, 58% dos latino-americanos indicaram não se sentir próximos a nenhum partido político, índice que aumentou 12% em comparação com o de 1997, ano em que alcançou seu nível mais baixo. (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 60)

Com uma democracia “desacreditada” e uma população pouco afeita à participação política, a sociedade latino-americana perde poder de coesão social, na avaliação dos autores do documento. Isso demonstra uma das potencialidades do Estado no continente: agir como meio de integração social e conservação da ordem. Ao contrário do tradicional debate sobre a *crise dos Estados*, por conseguinte, o que se vê aqui é a confiança em seu potencial político, tanto que se lamenta a baixa integração entre poder político e sociedade. Eis mais um dos elementos que deve ser trabalhado na América Latina, a fim de se dirimir óbices a sociedades mais coesas. Na letra do documento, a construção de Estados mais representativos espelha uma sociedade com maior poder de pertencimento, na qual as partes se identifiquem efetivamente nas instâncias de expressão de seu todo.

A exclusão social e a falta de civismo refletidas nessas atitudes de repúdio e marginalização da política não contribuem para o fortalecimento do sentido de pertencer à sociedade, mas são, antes, fenômenos que difi cultam a governabilidade democrática e a celebração de acordos e pactos sociais estáveis” (*idem*).

Outro fator de destaque é o *multiculturalismo*. Para os autores do documento, o tema chega à região principalmente por influência das lutas dos povos originários por direitos e reconhecimento político.

A projeção do tema do multiculturalismo na Região – entendido como uma manifestação da diversidade e da coexistência numa sociedade de grupos com diferentes códigos culturais – está vinculada a dois fenômenos sociais relativamente recentes e relacionados entre si, que incidem na coesão social dos países: a constituição dos povos indígenas em atores sociais e a conseqüente e

rápida extensão dos conflitos associados à sua maior visibilidade e às reivindicações feitas aos Estados nacionais (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 52).

A compreensão do fenômeno na região é necessariamente “complexa”, devido às suas “raízes históricas e culturais” (*idem*). As políticas públicas devem tratar com atenção a questão, entretanto, sobretudo pelo potencial disruptivo que delas emerge. Com efeito, argumenta o texto,

as práticas de exclusão e de discriminação em qualquer de suas formas (das mulheres, das populações indígenas, dos idosos, dos deficientes, dos pobres, das minorias religiosas ou étnicas, dos que manifestam preferências não heterossexuais), em função de características quase sempre aditadas em termos de representações simbólicas e culturais sobre o que constitui “a diferença”, quebram a identidade de uma sociedade, afetam o sentimento de pertencer a essa coletividade dos que são alvo de tais práticas e minam, conseqüentemente, a coesão social (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 52).

A análise acima com o respectivo trato do problema revela o potencial pacificador tanto da democracia e suas instituições quanto do multiculturalismo. Que fique bem claro: não se trata, aqui, de considerar tais questões como essencialmente contrarrevolucionárias; compreendemo-las como sujeitas a disputa, e sua conversão, para um lado ou para outro, pode representar tanto desafios à ordem quanto mecanismos facilitadores de sua reprodução.

#### ***D. Coesão social e políticas públicas: o que fazer?***

O sexto capítulo do documento analisado trata de questões mais concretas. O assunto aqui é propriamente a formulação de políticas públicas. A lógica da apresentação textual atende aos seguintes requisitos: apresenta-se o que se considera o problema e, em seguida, são propostas soluções. As atenções mais destacadas se direcionam para “três pilares da coesão social”: oportunidades, habilidades e proteção. Eles se referem, mais diretamente, ao mundo do trabalho, à educação e à proteção social. Tais áreas da sociedade são entendidas como nevrálgicas na definição do nível de integração e consensos sociais. A seleção dessas

áreas como alvo da elaboração de políticas públicas para a coesão, por conseguinte, revela a sua importância para o que se entende como sociedade coesa.

***i. Oportunidades produtivas e coesão social: o que fazer ante a informalidade e a precariedade do mercado de trabalho?***

A centralidade das preocupações com o mundo do trabalho reside na crença de seu potencial coesivo. O emprego é visto como meio de integração social não só por seus efeitos mais propriamente econômicos, isto é, por possibilitar a participação do trabalhador na distribuição da renda socialmente produzida, mas também por seus efeitos “culturais”, isto é, pela criação de disposições positivas para com a sociedade.

O emprego é o vínculo mais importante entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, por ser a principal fonte de renda das famílias – cerca de 80% da renda total em nossa Região. As possibilidades de acesso ao emprego, a remuneração, a cobertura e a proteção social dos trabalhadores incidem de forma decisiva no nível e na distribuição do bem-estar material da população. A exclusão e a segmentação social decorrentes da falta de acesso a empregos de qualidade são, portanto, fatores determinantes da pobreza e das desigualdades sociais que se reproduzem ao longo do tempo e estão expressas na elevada e persistente concentração da renda prevalecente na Região (CEPAL, 2000) (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 63-64).

Há, assim, genuína preocupação com o prejuízo social derivado da *informalidade no trabalho*. A partir de dados da Cepal (2001, 2002, 2003), lembra-se que “cerca de 70% dos novos empregos gerados na Região durante a década de 1990 corresponderam ao setor informal”, o que na avaliação do panfleto “constitui um fato preocupante” (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 64). Diante disso,

uma análise da coesão social na Região não pode deixar de considerar a segmentação em termos de inserção produtiva e laboral, a extensão da informalidade no seu sentido amplo e o fato de os sistemas de proteção social e trabalhista adotarem a inserção laboral como base dessa proteção, bem como a legislação trabalhista e a seguridade social como instituições-chave (*idem*).

Tendo como horizonte a coesão social, crê-se ser necessário agir sobre o trabalho informal, a fim de definir sua natureza jurídica, propor formas de organização e expressão

desses trabalhadores e elaborar novas formas de proteção social que os inclua (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 64). Assim, atua-se

atendendo à necessidade de modificar a configuração dos sistemas de proteção social, a fim de recuperar o universalismo, pelo menos no que se refere a determinados limiares de benefícios, em consonância com a perspectiva de direitos e de solidariedade.<sup>31</sup> Essa medida pode ser complementada com diversos canais de representação, por meio tanto da incorporação dos trabalhadores informais em organizações corporativas, quanto de formas próprias de organização ou associação destinadas a realçar seu desempenho econômico e que podem converter-se em plataformas de reivindicação e negociação. Nesse sentido, são fundamentais as políticas não só destinadas a conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, como orientadas para facilitar uma inserção mais promissora da mulher pobre no mercado de trabalho mediante, por exemplo, uma adequada cobertura da educação pré-escolar e de creches (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 65).

Atacando a informalidade se atinge também, na lógica do documento, “a insegurança e a precariedade do trabalho”, cujos efeitos são deletérios para uma sociedade que aspira à coesão. Essas características, entretanto, não são apanágio exclusivo da *informalidade laboral*.

(...) também são encontradas em empresas organizadas ou mesmo em empresas informais que se vinculam a empresas formais por meio de relações de subcontratação ou intermediação.<sup>32</sup> Essa prática costuma traduzir-se em uma percepção de insegurança dos que transitam nesses âmbitos. Tal percepção afeta o sentido de pertencer à sociedade e deteriora a coesão social (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 65).

Estão inclusas contratações temporárias, terceirizações ou subcontratações – todas modalidades laborais que, segundo o texto, aumentam a sensação de insegurança dos trabalhadores. Diante dessa situação, uma proposta de pensadores da Cepal é lembrada.

Os mecanismos destinados a compensar a perda de rendas em consequência do aumento do desemprego deveriam ser um componente-chave da proteção social, o que permitiria evitar o agravamento da pobreza em períodos de recessão. Embora esses mecanismos tenham consistido principalmente em sistemas de subsídios, também cabe considerar a criação de sistemas baseados em seguros e poupança obrigatória que não compensam integralmente a perda de rendas, mas mantêm a continuidade tanto do acesso aos serviços de saúde como das contribuições para a previdência social, além de facilitarem a permanência dos filhos no sistema escolar e o pagamento do domicílio familiar (Machinea e Hopenhayn, 2005) (COESÃO SOCIAL, 2009, p. 66).

Com esse problema em tela, alguns prognósticos são propostos. O que primeiro destacaremos é a defesa de políticas públicas de requalificação do trabalhador, entendidas como mecanismos de reinserção no mercado laborativo em “conjunturas de transição”, isto é, de crise econômica ou de períodos de desemprego – estes definidos em nível individual, sem necessariamente remeter a ciclos econômicos recessivos em nível macro. A política de qualificação, na visão do texto, “reduz, conseqüentemente, a massa de trabalhadores mais vulneráveis”, atuando como incrementadora da sensação de segurança laboral (CEPAL, 2007, p. 67-68).

Uma estratégia para lidar com o mesmo problema, mas que recebe maior atenção no segurança é a “flexisegurança”. De acordo com o texto, ela

já foi incorporada com resultados satisfatórios nos países desenvolvidos. Ela consiste em incrementar a flexibilidade do mercado de trabalho – uma necessidade em economias mais abertas e competitivas – com uma segurança que compense o custo humano do ajuste econômico. Essa segurança supõe a aplicação de políticas passivas e ativas ao mercado de trabalho, isto é, seguros-desemprego e normas de reeducação profissional e intermediação trabalhista que evitem a perda de renda durante o processo de transição, abreviando sua duração. A adequação da proteção trabalhista constante da transferência da titularidade da proteção do posto de trabalho para a pessoa também pode contribuir para a manutenção dos níveis preexistentes de proteção social (*idem*).

Não se argumenta, aqui, pelo fim da insegurança, deduzindo-se daí “rigidez institucional” que assegure o direito ao trabalho – e, por conseguinte, à renda. Fala-se, ao contrário, “de margens aceitáveis de segurança e flexibilidade oportuna para fazer frente a novas situações” (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 66-67). Em outras palavras, importa mais a *sensação de segurança* do que a segurança efetiva, demonstração da centralidade da manutenção do tecido social na lógica da argumentação – mais do que propriamente a melhoria de vida efetiva dos trabalhadores. Nesse sentido, defende-se espécie de *ajuste fino*

que flexibilize o trabalho tanto quanto possível, sendo um limite da flexibilidade o nível de desemprego e desesperança que ameace a ordem.

As margens, assim, são definidas pela sensação de insegurança pelos trabalhadores. Em alguns países que servem de amostra para a reflexão, a baixa quantidade e qualidade da proteção trabalhista é compensada pela dinamicidade da economia, que assegura rápida reinserção no mercado laboral (*idem*). No outro extremo, há o modelo de proteção que a Dinamarca é o exemplo mais acabado: com alto grau de proteção e assistência. O curioso é a relativa omissão das razões que permitem à Dinamarca a adoção do modelo: se uma economia ainda mais dinâmica do que à estadunidense, se uma maior produtividade do trabalho, etc.

O fato é que o mote da argumentação se evidencia na sequência do texto, quando se reflete sobre a necessária compatibilização de segurança – que proporciona maior estabilidade social – e competitividade – que permite maiores níveis de crescimento econômico (*idem*). Em outras palavras, a reflexão se debruça sobre o problema laboral com o fito de estabelecer um ajuste adequado à articulação entre estabilidade social e crescimento econômico, que, na argumentação do documento, tendem à retroalimentação. Como aqui insistimos, a coesão social aparece, mais uma vez, como fiadora do desenvolvimento capitalista, inclusive quando atua sobre áreas críticas objetivando melhora na sensação de bem-estar dos trabalhadores.

## ***ii. Desenvolvimento de habilidades: educação e coesão social***

A educação é vista como fundamental para a coesão social, por difundir normas e valores, além de internalizar disposições e estruturas sociais. Ela, entretanto, é



potencialmente contraditória, haja vista que em situações muito específicas pode funcionar como catalizadora de movimentos disruptivos. O documento alude, assim, à “complexidade das relações entre *educação e coesão social*”, de modo que aqui tentaremos capturar essa ambiguidade pela expressão das duas posições sobre o assunto que perpassam o texto estudado.

Do ponto de vista favorável à coesão, a estrutura educacional teria a potencialidade de redução da pobreza, a capacidade de preparar para a cidadania e de proteger os grupos socialmente mais vulneráveis, por sua inclusão no mercado de trabalho. Nessa ótica, promoveria maiores oportunidades de acesso aos instrumentos de bem-estar, facilitaria a adaptação às mudanças produtivas e a inserção em espaços decisórios da vida pública. Todos fatores capazes de aumentar o nível de integração do educando à sociedade (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 68-9). Assim,

No plano sociopolítico, a educação pode contribuir efetivamente para fortalecer a democracia no tecido social. Cabe recordar que o protagonismo crescente do conhecimento e da educação para o desenvolvimento incidem significativamente na dinâmica de uma ordem democrática. Isso ocorre porque a base material e simbólica das democracias já não está alicerçada exclusivamente em um tipo de economia ou de institucionalidade política, mas se sustenta também no uso ampliado do conhecimento, na informação e na comunicação. O civismo já não está limitado apenas ao exercício de direitos políticos, civis e sociais, mas se estende à participação, em condições de maior igualdade, no intercâmbio comunicativo, no consumo cultural, no manejo da informação e no acesso aos espaços públicos (Hopenhayn e Ottone, 2000) (COESÃO SOCIAL, XXXX, p. 69).

Ainda na avaliação de seus aspectos positivos para a coesão, a educação é vista como importante *colchão* de proteção à competitividade no mercado de trabalho, sobretudo por dotar o educando de instrumentos que facilitem seu aproveitamento na esfera produtiva em constante transformação.

No plano socioeconômico, quanto maior é o nível da educação formal e da qualidade do ensino ministrado, menor a probabilidade de que quem a recebe seja pobre ou venha a sê-lo. Além disso, a educação é o principal recurso para a superação tanto da pobreza quanto das causas estruturais que a reproduzem: baixa

produtividade no trabalho, escasso acesso às ferramentas da vida moderna, marginalidade sociocultural, maior vulnerabilidade das famílias em matéria de saúde, e descontinuidade e baixos resultados da educação dos filhos (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 69)

A educação, entretanto, também pode servir à desagregação social. Isso porque, malgrado os efeitos positivos inegáveis, o processo educacional assume papel desarticulador quando convertido a polo de crise em uma dada sociedade. São listados três possíveis causas específicas para tanto:

**Educação e igualdade de oportunidades.** O grande potencial coesivo decorrente da educação é assentado na forma de distribuição dos “ativos simbólicos” (entre outros, conhecimentos e habilidades) em uma sociedade (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 70). Na letra do documento, uma maior distribuição desses bens asseguraria, tendencialmente e no futuro, uma equivalente distribuição de bens materiais – isto é, de “capital econômico”. Do que decorre, por conseguinte, a distribuição de bem-estar e, paralelamente, o incremento do sentido de pertencimento à sociedade, com consequente maior adesão à rede social.

O polo de contradição embutido nesse primeiro item, portanto, está na incapacidade de distribuição dos tais *ativos simbólicos*. A orientação para as políticas públicas passa, portanto, pelo ajuste entre qualidade e equidade, significando que as melhores instituições promotoras de conhecimento e capacitadoras de habilidades devem promover a sensação de acesso universal, indiscriminado por renda. Segundo o texto,

As mudanças na gestão do sistema educacional devem orientar-se para a combinação de melhoras de qualidade com avanços da equidade. Por exemplo, a combinação público-privada na provisão de serviços faz sentido quando são utilizados mecanismos de mercado que melhorem a qualidade da oferta. Isso, entretanto, não deve, em nenhum caso, redundar em maior segmentação da qualidade, porque acaba por premiar os que podem pagar e punir os demais. Se a última hipótese ocorrer, a educação não contribui para a coesão social, mas, antes, acentua as diferenças de capital humano e com isso perpetua as lacunas entre gerações (COESÃO SOCIAL, 2007, p.71).

Do que se depreende que a subsunção das instituições de ensino à lógica do capital não é apenas admitida como projetada, desde que acompanhada por instrumentos de inclusão que minimizem a disparidade de acesso oriunda dos *ativos econômicos* desigualmente distribuídos. Essa é precisamente a preocupação que guia a crítica aos sistemas *duais* na região:

é preocupante que em países da Região se consolidem sistemas educativos duais em que a qualidade do ensino público se deteriora em comparação com a educação particular e a concorrência entre escolas, nos sistemas subvencionados, termina por colocar barreiras de admissão que discriminam os alunos mais vulneráveis. (COESÃO SOCIAL, 2007, p.71).

Uma solução seria a *descentralização* do controle sobre o sistema público, a fim de permitir que os municípios “tomem iniciativas” para adequar “oferta e demanda” local. Da forma como entendemos, o exposto busca legitimar o ingresso do mercado também na esfera da educação pública, pelo menos no controle sobre os mecanismos de gestão. Na lógica do texto, uma *otimizada* alocação de recursos contribuiria com o fim das disparidades do *sistema dual*. Nas palavras do texto,

(...) a descentralização do sistema educacional é muito útil para ampliar a capacidade que os municípios e as escolas têm de tomar iniciativas e adequar a oferta a condições e necessidades específicas da demanda local. Para que a descentralização também seja proativa em termos distributivos, deverá prever a transferência de recursos técnicos e financeiros às entidades descentralizadas em zonas de menores recursos, o que permite a focalização de esforços com critério de equidade. Evita-se com isso o círculo vicioso que supõe a existência de “escolas ruins para municípios pobres” (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 71)

Não há, por evidente, qualquer vestígio de entendimento da educação como direito. Ela é tratada, ao contrário, como mercadoria cujos recursos para a produção deveriam ser alocados de acordo com a criticidade do estágio do serviço. Essa é a ideia por trás do processo de *focalização*. No limite, teríamos os esforços ainda públicos direcionados para *focos* problemáticos do sistema. Ao restante, então carentes de recursos, restaria o auxílio de outras

modalidades de financiamento. E então ganha sentido a alternativa mercantil defendida nesta seção do documento.

**O elo entre educação e emprego.** Para além de problemas derivados do desigual acesso à educação, o documento também fala sobre a potencialidade diluidora de laços sociais das expectativas frustradas. Assim, um alto “investimento educacional”, quando desacompanhado de equivalente oportunidades de emprego, pode gerar comportamentos disruptivos. Nesse sentido,

sob o prisma da coesão social, o maior problema está no fato de que uma educação mais ampla gera maiores expectativas de acesso a melhores empregos à saída do sistema educacional. O risco, por conseguinte, é que essas expectativas se frustrem caso persista ou se prolongue a assincronia assinalada entre mais educação e menos opções para capitalizá-la. Isso pode provocar maiores tensões entre adultos e jovens, bem como uma percepção mais ampla de falhas na meritocracia e uma confiança menor tanto no futuro quanto nas instituições de integração social (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 72).

A solução consistiria na superação da desesperança. O que poderia ser atingido por uma estrutura educacional atrelada ao mercado de trabalho, na qual a formação privilegiaria a instrução de mão-de-obra. Por outro lado, os processos educativos devem estar vinculados às transformações produtivas – o que significa o incentivo a “jovens empreendedores de baixos recursos”.

A formação profissional, a capacitação para o trabalho e o apoio a jovens empreendedores de baixos recursos são fundamentais e exigem investimentos mais vultosos destinados a realçar a qualidade e a cobertura desses programas. Trata-se de um salto qualitativo na adequação da formação e da capacitação para novas demandas do mercado de trabalho e para a mudança tecnológica, além da participação de múltiplos atores, como universidades, grupos de empresários e empregadores e agentes de financiamento, entre outros (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 72)

Na avaliação do documento, a coesão social está ameaçada sempre que a lacuna entre a formação e a aplicação dos conhecimentos no mercado de trabalho for grande demais, há a possibilidade de a educação se converter em polo de desagregação social, não só pela

conhecida “fuga de cérebros”, como também pelo desmanche do tecido social por ação daqueles que permanecem no país sem, contudo, obterem formas de ingresso no mundo produtivo. A solução, assim, passa pela disciplinação da educação pelo mercado de trabalho, do que decorre a formação coadunada com as necessidades da reprodução do capitalismo. O apoio à *mentalidade empreendedora* deve ser entendida também nessa chave, como forma de estímulo àqueles possivelmente capazes de converter investimento educacional em aprimoramento de tecnologia dedicada à geração e extração de valor. Sai de cena, portanto, qualquer vestígio de educação humanista, bem como qualquer espaço de reflexão que leve em consideração as possibilidades de um ser social diferenciado.

**Educar para a igualdade, educar com a diferença.** Outro elemento potencialmente prejudicial à coesão é o afloramento e a propagação de intolerância com a heterogeneidade do corpo social. A educação, por essa razão, deve se voltar para as diferenças, a fim de ensinar a convivência coletiva sob os valores da igualdade. Igualdade aqui entendida, claro está, como a igualdade de direitos e oportunidades, não uma *igualdade social mais substantiva*.

Nessa área, destaca-se a defesa do multiculturalismo como paradigma para a formação de jovens. Entende-se, pois, a educação como forma de construção de consciência e disposições para com a sociedade que aprofundem a união dos laços sociais, compreendendo que o mesmo se dá quando as diferenças não são pontos de disputa entre um padrão de comportamento. Para os autores do texto, portanto,

É importante que, tanto a partir dos códigos implícitos de relação na escola como dos conteúdos ministrados, os educandos interiorizem a avaliação positiva da igualdade de direitos e do respeito às diferenças em função de gênero, etnia, raça, cultura e lugar de origem (...). Com essa finalidade, é importante pôr em prática um enfoque multicultural que não só promova o respeito às diferenças, mas também infunda maior consciência sobre o modo como a negação histórica do outro, mediante a discriminação e a exclusão por razões adstritas ou culturais, deu origem a profundas assimetrias nas oportunidades de aprendizado para a vida e para o trabalho. É necessário, por conseguinte, que no acesso a maiores

oportunidades de aprendizado se dê prioridade aos grupos que secularmente têm sido mais discriminados e excluídos (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 73).

Conforme defendemos ao longo do capítulo, a coesão social no capitalismo significa, do ponto de vista político, conformação à ordem. É a expressão de uma disposição eminentemente conservadora, nesse nível de análise. Assim, a finalidade dessa orientação educacional não deve ser pensada de modo desarticulado aos objetivos políticos e econômicos anunciados mais acima no documento.

O multiculturalismo, nos usos prescritos pela fonte ora em análise, reveste-se de potencial apassivador, ao *restringir* o trato da diferença ao trato das identidades. Com isso, é bom que se esclareça, não queremos defender que tal conjunto de ideias e metodologias de pesquisa seja necessariamente conservador ou, pior, reacionário; mas que, quando *funcional* à *harmonia social* em uma formação histórica onde reina o modo de produção capitalista, seu papel passa a ser eminentemente contrarrevolucionário.

**Coesão e proteção social.** A proteção social no capitalismo é um tema debatido especialmente por pesquisas vinculadas a programas de pós-graduação em serviço social. Elaine Behring e Ivanete Boschetti, a partir de uma chave interpretativa marxista, entendem as políticas sociais como “respostas e formas de enfrentamento” às expressões das lutas de classe cujo fundamento é a exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING, BOSCHETTI, 2008, p. 51). Dessa perspectiva, sobretudo desde o fim do século XIX a burguesia adota medidas para apassivar a potencialidade de revolta do proletariado, sendo o caso alemão particularmente exemplar, inclusive por cunhar a noção de “política social” a partir de 1873 (PIANA, 2009, p. 23). A *questão social* atinge novo patamar, ainda de acordo com as autoras, na Europa do pós-guerra, quando a “ameaça” comunista e a força dos trabalhadores organizados força recuos do empresariado, dos quais a constituição do *welfare state* é o seu

principal produto (BEHRING, BOSCHETTI, 2008). Desde então, essas vitórias proletárias estimularam reivindicações análogas em outras partes do mundo, culminando em alguns casos, como o brasileiro da década de 1980, com a instituição na forma de norma de medidas similares às arrancadas à burguesia europeia – cuja aplicação efetiva, no entanto, transformou-se numa batalha acirrada na década de 1990 (NETTO, 1999)<sup>370</sup>.

No debate sobre pontos específicos da política social, há quem enxergue nos programas, para além de seus elementos mais propriamente de *assistência*, uma forma de integração social. Se a vertente marxista dessa perspectiva privilegiará a seguridade social classista como forma de despertar a consciência de um *nós* trabalhadores (GRANEMANN, XXXX), outras linhas trabalham com a perspectiva da integração da sociedade enquanto tal. Fernando Filgueira adota precisamente esta abordagem, cujos fundamentos teóricos tem como suposta a necessidade de ação do Estado para reverter tendências de desagregação social expressas no individualismo montante da sociedade capitalista. Nessa linha de abordagem, portanto, o autor, no documento usado como fundamento de análise, ressaltará a função do financiamento solidário no reforço da coesão social.

Um aspecto fundamental da coesão social é o financiamento solidário dos sistemas de proteção social. Riscos como o desemprego, o subemprego, a doença, a perda ou diminuição radical da renda na velhice, entre outros, são fatores determinantes do bem-estar presente e futuro das pessoas que, ao se sentirem protegidas diante desses riscos, também sentem que a sociedade atende a contingências que as afetam sem que elas possam individualmente controlá-las. A capacidade de integrar as pessoas em um marco normativo comum depende, em boa medida, da percepção que elas têm de pertencer a um sistema conjunto de interação, cooperação, negociação e solução de conflitos que, ao menos parcialmente, as protege de certos riscos fundamentais por meio de sistemas de proteção social (Filgueira, 2006). (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 73-74).

---

370 BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008 – 5. Ed. – (Biblioteca Básica do Serviço Social).

José Paulo Netto. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: *O desmonte da nação - balanço do governo FHC*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 79.

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009

Do exposto acima, extrai-se que a seguridade social é dínamo criador de vínculos entre pessoa e sociedade, já que desta se extraem formas de assistência social em fases de dificuldades individuais. Não se trata, porém, apenas de avaliar o suprimento de serviços sociais para os cidadãos em estado de vulnerabilidade: é importante também destacar as formas de financiamento. Ora, segundo o argumento do autor, precisamente por ser solidária, a reunião de recursos enseja a criação simbólica de uma comunidade que transcende os esforços dos indivíduos isolados, fabricando uma coletividade na qual o cidadão pode se sentir *amparado*. O sentido político da proteção é, aqui, evidente. Funciona como espécie de amarra que, ao atrelar destinos individuais e coletivos, torna os cidadãos mais dispostos a sustentar a sociedade, funcionando como dínamos de sua reprodução.

Voltando ao documento, defende-se que a proteção financiada socialmente teria como aspecto positivo a potencialidade de reverter a sensação de existirem lacunas sociais entre *grupos de cidadãos distintos*. Para isso, mecanismos de redistribuição de riqueza deveriam primar pela *excelência de seu funcionamento*. Este processo tornaria a distribuição de renda também mecanismos de coesão, na medida em que reforçaria os laços entre indivíduos e comunidade – minimizando, inclusive, impactos negativos oriundos das *diferenças reais na cidadania* – expressa, dentre outros, por aplicação desigual da justiça.

A coesão social vê-se ameaçada quando se generaliza a percepção de que os riscos são transmitidos de uma geração para outra, ou seja, quando as pessoas entendem que, em relação à proteção contra os riscos, há uma cidadania social de “primeira” e “segunda” classe, e que essa hierarquia, por se perpetuar entre gerações, reveste certo caráter estatutário. Em contraposição, quando o Estado e a sociedade conseguem criar mecanismos de transferência que diminuem as lacunas no tocante ao impacto de acontecimentos catastróficos sobre a segurança das famílias, especialmente em relação ao futuro, a consciência de pertencer à sociedade se fortalece (COESÃO SOCIAL, 2007, p.74).



Como importam mais as *sensações* dos cidadãos do que a realidade social efetiva, o modelo de proteção social não pode se basear no padrão clássico verificado nos Estados de Bem-Estar Social radicado na Europa. A correspondente expectativa de direitos que este engendra, não pode ser atendida pela *estrutura social* latino-americana, do que se conclui que, em vez de instrumento de coesão, como o fora na Europa, a lógica social-democrata referida é geradora de óbices à pacificação social, precisamente por gerar expectativas incapazes de serem atendidas. (COESÃO SOCIAL, 2007, p.75)

A recusa ao modelo do *welfare state* abre uma brecha que não pode ser preenchida pelo modelo clássico do que se convencionou chamar de *neoliberalismo*. Com efeito, na visão do texto, as reformas pró-mercado dos anos 1990 falharam em criar “novos marcos de integração social”, exacerbando a iniquidade dos sistemas de proteção social (COESÃO SOCIAL, 2007, p.75). O documento conclui, assim, que

a curto e médio prazo, o emprego remunerado e formal não pode ser o único mecanismo de acesso à proteção social. Um esquema que permita melhor equilíbrio entre os mecanismos de incentivos e de solidariedade é necessário, e medidas devem ser tomadas para fazer frente às mudanças demográficas, epidemiológicas e da estrutura familiar (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 75).

Diante desse quadro, propõe-se

Um modelo de proteção social baseado em direitos, direcionado para a coesão, [a] ser ressaltado sobre estes quatro elementos essenciais da política social: a determinação dos níveis e das fontes de financiamento contributivo e não contributivo; a extensão da solidariedade no financiamento; o desenvolvimento da institucionalidade social para uma gestão eficiente da política de oferta de benefícios, e a identificação dos direitos explícitos que podem ser garantidos e exigidos em termos de acesso a benefícios sociais (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 75-76).

Temos, pois, que a proteção social idealizada deve, ao mesmo tempo, combinar mecanismos de capitalização com financiamento individual, mecanismos de integração com financiamento solidário e, no que diz respeito aos fundos por essa forma de contribuição, uma gestão empresarial que assegure *eficiência* na identificação e na distribuição dos

*benefícios sociais*. A ideia de direito, nesse parágrafo, não é suprimida: é subsumida, entretanto, à lógica da otimização dos “ganhos”, o que não chega a ser surpreendente. Diante disso, a proteção social aqui proposta se enquadra naquela que defende a lógica societal burguesa, com a diferença – em relação sobretudo ao sistema previdenciário estritamente pautado pela capitalização – de incorporar mecanismos de financiamento solidário. Não por qualquer influência de universalismo ou de concepção de unidade classista, como no argumento de Granemann, mas como mecanismo de acomodação à ordem capitalista.

***Os problemas do financiamento da proteção social na América Latina.*** A arrecadação dos Estados latino-americanos é vista como problemática pelos redatores do documento. Com efeito, a pirâmide tributária “invertida”, isto é, assentada na contribuição pelo consumo; os gargalos estruturais devido à baixa produtividade; e a histórica dívida externa da região são vistos como potencialmente problemáticos para o estabelecimento de um sistema de proteção social universal. Respondendo a essa limitação, os governos ofereceram respostas variadas.

A incapacidade de concretizar a universalidade da proteção social nos países da Região deu lugar a três tipos fundamentais de benefícios: os que são diretamente subsidiados e prestados pelo setor público, a fim de atender à população mais pobre; os que estão vinculados a sistemas de seguridade social financiados por contribuições dos trabalhadores, destinados a protegê-los e às suas famílias; e os que são financiados por particulares para a provisão de serviços de melhor qualidade. Essa forma de organização segmentou o financiamento destinado à proteção social e à qualidade da assistência proporcionada que se refletem em diferenças acentuadas em termos de qualidade, custos e prazos para o acesso aos benefícios (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 78)

A multiplicidade desses subsistemas, assim, é um risco à coesão social, precisamente pelas diferenças sociais a que ela dá origem. Por outro lado, diante da debilidade das contas públicas na região, a financiamento diferenciado é visto como uma forma possível de oferecer algum grau de proteção aos cidadãos, com seus efeitos políticos coesivos daí

derivados. A solução para a questão, portanto, passaria pelo estabelecimento de um sistema integrado, cujo financiamento fosse integrado e determinado pela capacidade de pagamento dos cidadãos, combinando, por conseguinte, contribuições públicas.

A segurança proporcionada por uma combinação entre a assistência pública gratuita, as contribuições para a seguridade social e os planos privados baseados em co-pagamentos não deve necessariamente conduzir a uma seleção ou “depuração” da população beneficiária que torna a cobertura e a qualidade da assistência prestada dependentes da capacidade de pagamento. Esse problema poderia ser evitado se em lugar de múltiplos subsistemas que diferem segundo a instituição seguradora ou prestadora de que se trate (de assistência pública, previdência social ou seguro privado) houvesse uma integração consoante uma lógica comum que estruturasse o financiamento, a assistência e a regulação do sistema de proteção social. A falta de um sistema integrado dessa natureza tem sido um problema recorrente na América Latina. Por sua vez, as reformas orientadas para a incorporação dos subsistemas em um sistema integrado de proteção social também devem regular as opções de mercado e da esfera privada, com normas que zelem por uma combinação adequada das iniciativas públicas e privadas, a fim de realizar os objetivos sociais e públicos (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 79).

Esse tipo de proteção social não resolveria, por si mesma, as limitações da cobertura social no continente – a informalidade do trabalho é ressaltada como outro aspecto limitador da assistência, posto que os benefícios sociais são em parte limitados a empregos formais. Neste espaço, no entanto, convém destacar a insuficiência do trato de um problema crônico na região, que é precisamente o déficit das contas públicas. Assim, ainda tendo em vista a proteção social e, portanto, e a capacidade do Estado em agir para a coesão, sobretudo em épocas *contracíclicas*, os formuladores de políticas públicas avançam propostas de reforma tributária. Esta deveria atacar o problema central do financiamento público no continente: a estrutura regressiva dos impostos.

[Um] aspecto crucial das finanças públicas é a carga tributária que tanto permite ao Estado cobrir lacunas de proteção diante de riscos em setores mais vulneráveis como, de modo geral, lhe proporciona recursos para aplicar em políticas sociais que contribuam para maior coesão. Na América Latina a carga tributária ascende em média a 17% do PIB, índice muito inferior ao de 41% da União Européia, 36% da OCDE e 26% dos Estados Unidos (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 79-80).

A avaliação é de que a América Latina taxa pouco a renda e a propriedade, com a maior parte do tributo sendo de natureza indireta, incidindo no consumo. Há que se alterar a pirâmide tributária rumo a um modelo mais progressivo, que assegure a capitalização do governo.

Dois corolários centrais emanam da análise da situação tributária da América Latina e do Caribe. O nível da carga tributária global da maioria dos países é, em média, um terço menor do que deveria ser, em função dos respectivos níveis de renda per capita. Em termos absolutos, implica que a carga tributária na Região deveria superar a atual em 3%-4% do PIB. Esse maior nível de recursos proveria os fundos necessários ao financiamento de programas sociais e sistemas de seguridade social não contributivos. Foram realizados exercícios de simulação das mudanças nas estruturas tributárias e das curvas de concentração que mostram o quanto o desenvolvimento de um sistema progressivo é difícil nas atuais circunstâncias (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 81).

Qualquer reforma nessa área, entretanto, não pode atacar a capacidade de reprodução do capitalismo, na forma de entraves à competitividade.

Em qualquer circunstância, é fundamental velar pela qualidade da imposição tributária e não obstar a competitividade das economias pela imposição de taxas excessivas ou por uma tributação insuficiente”(COESÃO SOCIAL, 2007, p. 81).

O dilema analisado se resolve pela chave da *eficiência*. Deve-se ponderar sobre programas que combinem o menor custo com a máxima qualidade. Para tanto, alguns fatores são observados:

(i) modalidade de arrecadação e oportunidade do gasto dos recursos; (ii) sua alocação a grupos destinatários, procurando imprimir um sentido de equidade aos resultados, e (iii) intertemporalidade de seus efeitos (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 82)

Desdobrando os parâmetros, o documento indica, respectivamente, que i) a política social deve ter “prioridade contracíclica”, recebendo maiores recursos em fases de contração econômica a fim de diminuir o ritmo de retração do mercado – na mesma lógica, usa-se o período de expansão da acumulação para poupar recursos a serem disponibilizados para a área durante períodos de crise; ii) a seletividade ou focalização é vista como forma de se respeitar “o princípio de universalidade da política social”, através da alocação de recursos

com diretrizes que permitam “superar formas específicas de exclusão ou barreiras de acesso” (CEPAL, 2000, p. 32 e 33); iii) o último aspecto destacado é o caráter “intertemporal” das finanças públicas, cujo orçamento é sujeito a oscilações que impõem atenção ao manejo de recursos, a fim de assegurar a efetividade e a qualidade da assistência de forma continuada.

Sobre o último aspecto, o documento é particularmente enfático ao alertar acerca dos riscos advindos de desagregações pela descontinuidade da assistência social. A “ausência de uma adequada previsão dos compromissos fiscais futuros”, por conseguinte, poderia “sacrificar a qualidade das contribuições para fins sociais, a fim de cobrir passivos que com o tempo se vão tornando efetivos e crescentes, com o conseqüente efeito negativo na coesão social” (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 83). Em outras palavras, os compromissos assumidos pelo governo podem comprometer o orçamento dedicado à política social, sobretudo se forem crescentes e direcionados a verbas constantes, como gasto com pessoal. O *ajuste fiscal*, assim, é visto como condição necessária para a reprodução continuada das políticas sociais e, indiretamente, para a coesão social.

Uma saída para evitar os problemas oriundos do desabastecimento dos cofres públicos é diminuir a imobilidade de uma grande porcentagem do gasto total, o que nem sempre é factível, devido à falta de flexibilidade inerente ao orçamento fiscal, especialmente no que respeita aos gastos com previdência e pessoal. Essa política permitiria um crescimento do gasto total consentâneo com a previsão do PIB, simultaneamente com um aumento contracíclico do gasto social focalizado (COESÃO SOCIAL, 2007, p. 83)

No caso brasileiro, a fixação constitucional de percentuais do orçamento para educação e previdência social funcionou como mecanismo de defesa de investimento públicos nessas áreas. A proposta do texto, ainda que declaradamente mirando objetivos similares, vai em outra direção. A fim de *liberar o orçamento* para o gasto social, defende-se a desvinculação das receitas públicas. Essa proposta revela como a política social é importante também para a burguesia, uma vez que, entendendo o orçamento como resultado

das disputas sociais, conclui-se que sua desvinculação abre campos de disputa pelas fatias de receita outrora destinadas constitucionalmente a áreas específicas. Crer que um orçamento “flexível” seja benéfico para a chamada questão social é admitir sua incorporação também às pautas políticas defendidas pela burguesia.

### **3.5 O IFHC e a coesão social: um “desafio latino-americano”**

A assim chamada *coesão social* é um tema caro ao IFHC, sendo essa importância revelada pelo tempo e espaço dedicados à questão: nas intervenções realizadas pelo instituto, o tema é frequente, sendo, inclusive, objeto de um livro lançado pela organização. Fruto de um debate realizado sobre o tema na sede do instituto, em São Paulo, o produto foi um dos primeiros esforços de sistematização e divulgação das ideias da organização, do que se depreende tanto a relevância quanto a urgência da questão para seus dirigentes.

Esse comentário introdutório serve para evidenciar a extensão das interpretações sobre o tema nos marcos da iniciativa, do que se conclui que a presente reflexão padecerá de diversos limites, principalmente da restrição de espaço. Assim, decidi me dedicar mais detalhadamente precisamente ao livro editado por Bernardo Sörj e Danilo Martuccelli (2008), acima mencionado. Ainda assim, o esforço de análise deste material específico está longe de ser exaustivo, dada sua amplitude. De toda forma, ele constitui fonte importante

Nas páginas de *O desafio latino-americano: coesão social e democracia*, somos informados de que o conceito de “coesão social” foi “elaborado pela União Europeia” a partir de 1990 em um sentido “normativo-evocativo”, isto é, “que busca definir um horizonte

desejável para a sociedade” (SÖRJ E MARTUCCELLI, 2008, p. 287), que se converteria em realidade ao fundamentar políticas públicas. Para os autores,

O conceito de coesão social é definido como “the capacity of a society to ensure the welfare of all its members, minimizing and avoiding polarization. A cohesive society is a mutually supportive community of free individuals pursuing these common goals by democratic means”<sup>371</sup>. (*Idem, ibidem*)

É tendo esse horizonte de expectativa que os autores do documento proclamam a necessidade de uma forma de sociabilidade que absorva os conflitos nos limites da ordem. Em outras palavras, uma sociedade “coesa” deve estar apta a acomodar oposições – desde que estas se pautem pelo respeito ao estabelecido, descartando os grandes debates daquilo que Antônio Gramsci chamou de grande política (GRAMSCI, [1932] 2014). Assim sendo, mesmo os conflitos são mecanismos de integração, na medida em que, ao discutirem sobre o que é acidental, reafirmam o essencial.

A coesão social nos tempos modernos não pode ser dissociada da mudança e do conflito social. As sociedades modernas estão em mutação constante, o que implica que elas geram permanentemente processos de desintegração das formas de sociabilidade, abrindo lugar ao mesmo tempo para novos mecanismos de integração nos quais a participação das demandas dos cidadãos desempenha um papel central. (*Idem*, p. 291).

Há, no fragmento acima, a ideia de que o dissenso pode existir, desde que haja igualmente a expectativa de solução das demandas em disputa pelas instituições. No seguimento da argumentação, admite-se que a ideia de coesão social defendida pela União Europeia foi elaborada em um contexto de “transformações da base produtiva” na sociedade europeia, dadas a inserção do continente nos processos de globalização, com seus conhecidos impactos na geração de empregos e distribuição de riquezas, e as mudanças no Estado de bem-estar. Nas palavras de Sörj e Martuccelli, a “coesão social” europeia “supõe uma

---

371 Em tradução livre, o conceito de coesão social é definido como a capacidade de uma sociedade assegurar bem-estar a todos os seus membros, minimizando e evitando polarização. Uma sociedade coesa é uma comunidade de ajuda mútua de indivíduos livres perseguindo interesses comuns por meios democráticos.

representação do passado imediato que, de alguma forma, pretende-se preservar” (*idem. ibidem*). A absorção daqueles conflitos, potencializados por abalos nas estruturas econômica e social, assim, aparece como de suma importância nos marcos de uma iniciativa essencialmente conservadora, claramente dedicada a manter o estabelecido, inclusive evitando-se “polarizações” que possam esgarçar demasiadamente o “tecido social”.

A inserção dessa noção de *coesão social* no horizonte de expectativas europeu foi de tal ordem que logo se estabeleceram parâmetros para dimensionar o avanço naquela direção. Surgiam em 2001 os indicadores de Laeken, que, ao apurarem índices de emprego, renda e acesso a serviços públicos, pretendiam qualificar o grau de “coesão” dos diversos Estados do continente. Para Sorj e Martuccelli, assim, o conceito “ganhou um caráter operacional e, portanto, pode se transformar em objeto de políticas públicas, que têm como meta incidir sobre esses indicadores” (*idem*, p. 288).

Concordo em termos gerais com essa observação. Acrescentaria, no entanto, que a operacionalização do conceito de coesão social faz com que uma interpretação da realidade europeia passe a ser vista como o horizonte de interesses coletivos dos participantes daquela sociedade – e, supondo o intercâmbio de formas políticas pelo mundo, também de outras. Disso parecem discordar os autores do documento analisado, haja vista que consideram que “a coesão social **não** se propõe a ser um marco interpretativo da realidade, no sentido de mobilizar uma teoria e um marco analítico da dinâmica social” (*idem*, p. 288, grifo meu). Em sua visão, tratar-se-ia, por conseguinte, de “uma referência normativa associada a critérios operacionais em torno de indicadores (emprego, saúde, etc.) que são selecionados pelo debate público, pelos políticos e pelos tecnocratas”. Poder-se-ia replicar que, dada as condições do “debate público” - no qual a participação é frequentemente restrita e ideologicamente



comprometida -, a universalização de pressupostos, como os contidos na noção de coesão social, inevitavelmente impõe um marco interpretativo da realidade que supõe uma teoria social ou uma tradição teórica dessa natureza, especialmente quando eles se convertem em balizas de ação governamental – processo então em curso, como admitem os autores do texto.

É esse projeto que Sorj e Martuccelli importam para analisar a realidade latino-americana, projetando ao mesmo tempo um futuro para a região. Para justificar a adoção desse conceito normativo, assim, argumentam que essa interpretação sobre a América Latina tenderia a colocar no centro do debate suas dinâmicas sociais e culturais, tão negligenciadas por “décadas de hegemonia de um pensamento orientado por temas econômicos” (*Idem*, p. 289). Em que pese a aceitação desse objetivo, isso não significaria, para os autores do documento, “transportar mecanicamente” o “instrumental operacional”, tampouco as expectativas e diagnósticos adequados à realidade europeia. Ao contrário, dever-se-ia atentar às diferenças da realidade latino-americana, o que “exige um esforço de tradução tanto analítico quanto político do conceito de coesão social para nossa região” (*idem*, p. 288), inclusive abrindo espaço para a criação de indicadores de coesão originais.

Assim, a aposta é na possibilidade de se traduzir e recriar essas orientações mais gerais do que seja *coesão social* para uma rubrica latino-americana. Em outras palavras, trata-se de analisar a realidade da região por meio de diálogos interdisciplinares (fala-se em debates e seminários entre sociólogos, economistas, historiadores e cientistas políticos), a fim de se diagnosticar “problemas” próprios da América Latina, que certamente não seriam os mesmos que balizaram o desenvolvimento de indicadores como os de Laeken, mas tampouco os negariam. Sobre as contribuições da produção europeia acerca da coesão social, por conseguinte, acrescentar-se-ia a originalidade latino-americana, trazendo à luz

indicadores próprios para fundamentar a ação estatal “adequada”. A orientação dos intelectuais em estudo, portanto, é a construção de um modelo de coesão social que seja próprio da América Latina, ainda que seguindo “parâmetros similares aos elaborados pela União Europeia” (idem, 289). Dessa forma,

o tema da coesão social pode ser visto como uma oportunidade para introduzir no debate público uma visão renovada dos rumos de nossas sociedades e novas abordagens sobre a elaboração das políticas públicas e a consolidação de nossas democracias. (*Idem, ibidem*)

Se cotejarmos a aceitação desses “parâmetros” aos estudos da “realidade latino-americana”, perceberemos que essa “tradução” aceita alguns cânones interpretativos, como, por exemplo, a ideia de que o crescimento do produto é sinônimo de melhoria geral da qualidade de vida, ou mesmo um indicador relevante desse processo - proposição que não está isenta de carga ideológica, como parecem entender Martuccelli e Sörj. Assim sendo, o estudo da especificidade de um modelo de coesão social latino-americano não parte do nada – e nem poderia -, mas sim de um conjunto de valores consagrados como indicadores de uma ideia específica de “desenvolvimento social”. O lado obscuro da iniciativa é esconder essas seleções *a priori*, que na prática significam a introdução indiscutidas de premissas sobre modos de vida “adequados” feitas de “cima” para “baixo”. Por trás da proposta de “diálogo” e “construção coletiva”, por conseguinte, há dogmas que pautam as discussões como cláusulas pétreas, invioláveis porque inalcançáveis por qualquer debate.

O endurecimento da discussão aparece com clareza quando do estabelecimento do que seria o “objetivo” a presidir a idiosincrasia da concepção de coesão social na América Latina – sem o qual os autores corretamente não veem sentido na discussão. O horizonte almejado, assim, é significativamente qualificado como o de uma *coesão social na*

*democracia*. Se a coesão social significa, em outras palavras, a manutenção do estabelecido, o meio para se alcançar tal meta, entre nós, passaria pela *consolidação democrática*. Restaria, claro está, perguntar aos partícipes da iniciativa o que eles consideram democracia, já que esse conceito é polissêmico. De toda forma, ainda que nesse espaço não se possa detalhar esse *ideal democrático*, podemos considerar que o regime pretendido passará necessariamente pela manutenção e naturalização da ordem, dado que se vincula a um projeto de *coesão social*.

Evidencia-se, assim, a preocupação com o redesenho das instituições sociais, haja vista que elas devem ser pensadas tendo aquele objetivo. Igualmente, também há esboçada a preocupação com a formação das disposições políticas dos cidadãos. Dito de outra forma, espera-se que suas expectativas sejam pautadas nos limites do estabelecido, de modo que a instituições possam absorvê-las, resolvendo assim os conflitos que delas derivam.

Na América Latina, a análise da coesão social deve, portanto, incluir a compreensão dos processos de mudança e conflito social, assim como seus mecanismos de expressão e resolução. A análise da coesão social com democracia tem como foco central as transformações sociais em curso e os desafios que elas dirigem às instituições democráticas. Isso implica expandir o horizonte analítico e o normativo da coesão social para além das (mas sem dúvida incluindo) políticas públicas, em direção ao funcionamento dos sistemas políticos e culturais. (*Idem*, p. 291-292).

A tipicidade latino-americana, assim, seria a inclusão da preocupação com os “sistemas políticos e culturais” na agenda de uma democracia com coesão social. Tendo em vista os objetivos do projeto acima mencionados, essa seria certamente uma forma de contenção dos processos disruptivos ainda no seu leito de nascimento. Isso, porém, não é tudo. Não se trata, aqui, apenas das expectativas revolucionárias e insurrecionais que eventualmente possam se formar diante de condições materiais particularmente difíceis, mas também das consequências advindas dos processos de “transformação social” em curso.

Essas mudanças no continente seriam identificadas por “análises sobre coesão social nas sociedades contemporâneas” que enfatizam “as mudanças que estão dando lugar a um mundo fragmentado e de individualização autocentrada” (*Idem*, p. 14). Esse processo estaria se associando à

perda de sentido de pertencimento à comunidade nacional e à falta de sensibilidade para o bem comum, à erosão das referências tradicionais, à expansão dos sistemas de informação e ao desejo de acesso a uma gama cada vez maior de bens de consumo (*Idem, ibidem*).

Assim, a maior individualização implicaria “aumento de autonomia e iniciativa individual”, desdobrando-se também em processos fragmentadores e diluidores do tecido social. Assim, essa “opacidade geradora de angústia”, seria, ao mesmo tempo, um motor de desenvolvimento desejado e uma ameaça à sociedade. (*Idem*, p. 16)

Aqui se encontra talvez o núcleo central do drama das sociedades latino-americanas contemporâneas: na medida em que o social, cada vez mais penetrado pelo mercado, não se sustenta mais nos laços sociais de dependência, favoritismo, paternalismo e hierarquia, o Estado deve assumir o papel de fiador do pacto social entre cidadãos livres e iguais, através da imposição da lei e da proteção social. Mas a resposta do Estado a essa nova realidade social se realizou em geral muito mal na maioria dos países do continente. Não só a transformação social foi mais rápida e profunda do que a do Estado, mas também, em muitos países, inclusive as instituições públicas e o sistema político parecem ser o principal refúgio da tradição clientelística e nepotista (*Idem*, p. 17).

No fragmento acima, esclarece-se o que há de ameaçador nesse processo de “perda das referências”: a possibilidade de captura desses *indivíduos* por formas associativas pretensamente novas, mas vistas como portadoras das tradições clientelísticas e nepotistas “tipicamente” latino-americanas. Em outras palavras, o *processo de transformações* poderia ser barrado por uma reinvenção de sistemas políticos tradicionais, impedindo o aprofundamento democrático, a reforma das instituições e a criação de um novo padrão de coesão social. A batalha a se travar, portanto, seria sobretudo contra essa “tradição latino-americana”.

Diante dessa individualização em curso, a sociabilidade patrimonialista enraizada no Estado possui ainda uma enorme força, o que coloca em risco a credibilidade das instituições democráticas, pois por um lado gera apatia, frustração e repúdio pela política, e, por outro, fortalece em certos setores a visão de que o Estado é um grande cofre, e que a única coisa que se deve esperar é a chegada de algum líder com discurso de Robin Hood que proponha dividir uma parte da pilhagem com os pobres. Em todo o caso, o reverso dessa incapacidade do Estado de regular as relações sociais se expressa (...) na expansão de um enorme espaço de atividades econômicas não legais que favorecem uma cultura de *state failure*. E essas estratégias orientadas para a ilegalidade ou para a apatia diante da política têm efeitos corrosivos igualmente importantes sobre a democracia (*Idem, ibidem*).

Eis as alternativas em confronto: desintegração social, recuo patrimonialista ou aprofundamento democrático. Essa encruzilhada histórica instaria os esforços coletivos daqueles que são preocupados em “promover” a democracia no continente, a fim de que as ‘transformações sociais em curso’ dessem forma a novas instituições e sistemas políticos – marcados pela *gestão participativa e democrática*. A *coesão social na democracia*, assim, é o recurso para se garantir a “ação individual”, participativa e até crítica – desde que nos limites da ordem.

Igualmente, o apelo à união dos esforços nesse sentido vem de encontro às necessidades de “redesenho” das instituições. Acima, esboçamos que a historicidade institucional é uma varável importante na formação dos Estados e regimes políticos. Nesse sentido, o movimento de “reforma” carrega em si um pressuposto: a necessidade de se extirpar as tendências tradicionais latino-americanas do inventário de recursos políticos. Ao que me parece, portanto, temos aí um exemplo claro de como a luta por uma sociedade “coesa” pode ensejar transformações na estrutura política a serem operadas por setores sociais organizados – não só pelo que se quer construir, mas também destruir.

Os formuladores da noção de *coesão social na democracia* latino-americana parecem ter em mente um modelo bastante específico de regime político a ser evitado. Tanto é que, mais à frente no documento, argumentam sobre a importância de se extirpar *modelos políticos*

*antidemocráticos* do inventário de alternativas políticas. A atenção fundamental, portanto, recai sobre os elementos políticos e culturais que permitem a “instrumentalização” da pobreza na região por “agentes antidemocráticos”. Assim, atentar aos *modelos políticos* formulados na América Latina é fundamental para

compreender a realidade política do continente, pois se as condições socioeconômicas estruturais podem conduzir ao surgimento de tendências antidemocráticas, elas só se realizam através da presença de modelos políticos concretos, que são promovidos por atores precisos. Não podemos assim esquecer que, embora a pobreza e a desigualdade social sejam políticas, o que destrói as democracias em última instância são os movimentos, as ideologias e os líderes políticos antidemocráticos – que mobilizam e polarizam a imaginação e o debate político. (*Idem*, p. 293).

Aqui cabe ressaltar que, para a audiência da Plataforma Democrática, seus intelectuais e financiadores, não resta qualquer dúvida dos “movimentos, ideologias e políticos” qualificáveis como “antidemocráticos”. Uma breve mirada sobre a produção divulgada pela iniciativa mostra a preocupação em atacar os governos de Bolívia, Equador e Venezuela, por vezes caracterizados como *populistas*, *neopopulistas*, *totalitários*, *autoritários*, *socialistas*, dentre outros epítetos que, se observada a composição do campo semântico, certamente têm muito a dizer (*Idem*, p. 231). No caso venezuelano, é o fenômeno do *chavismo* que mais desperta interesse. Não tanto como “modelo a ser exportado para outros países da América do Sul”, “ameaça” descartada por Sörj e Martuccelli, por entenderem que o único Estado capaz de servir de guia para o subcontinente seja o Brasil, mas por identificarem nos adventos da “revolução bolivariana” e no “socialismo do século XXI” indícios de falhas na geração da “coesão social na democracia” presentes em toda a região. Assim, enquanto persistirem essas “brechas”, a “coesão social efetiva e sustentável” seria mais difícil de ser alcançável (*idem, ibidem*).

Mas, enfim, -quais seriam as tais “brechas”? A “crise de representação” partidária, que dilata a distância entre representantes e representados, facilitando a emergência de *saidas*

307

*não-institucionais*; a “crise das alturas”, isto é, das lideranças políticas tradicionais, que enfraquecem o bloco dirigente; e as falhas das democracias na América Latina, que não permitiram a inclusão “econômica e simbólica” dos mais pobres, tornando possível o avanço de “retóricas autoritárias” presentes no sistema cultural latino-americano (*Idem*, p. 235-242). Respondendo a essa situação de crise democrática, o *populismo* permitiria a criação de “uma unidade em torno de um pólo, ‘o povo’, que fala com uma só voz, a do ‘líder’, ao mesmo tempo que se situa em uma relação de forte e irreconciliável antagonismo com o restante das expressões políticas, o pólo do ‘antipovo’”. (*Idem*, p. 235).

Na contraface do que é considerado como *falha* temos detalhes do que seria uma *democracia coesa*. Além de representantes mais *próximos* dos representados, evidencia-se a necessidade de maior articulação “nas alturas”. Ambas as propostas são abarcadas no âmbito de atuação da Plataforma Democrática, que tanto organiza os dominantes e dirigentes quanto os educa para maior “diálogo” com a “sociedade”<sup>372</sup>.

Entendemos que essas propostas buscam atender demandas empresariais já aqui expostas, notadamente a questão da estabilidade e previsibilidade políticas. Isso porque, ao supostamente negar a institucionalidade, os regimes “autoritários” tornariam a relação com o mundo empresarial dependentes de princípios “ideológicos”, como argumenta Carlos Mesa, ex-presidente da Bolívia entre 2003 e 2005, naquele evento dedicado a debater a “liderança” do Brasil na América Latina, acima mencionado. Com efeito, a discussão gira em torno da necessidade de se desenvolverem políticas estatais em substituição às políticas

---

372 FHC insistiu, durante a elaboração das contrarreformas do governo Temer, na importância de se “contar à sociedade” o que se pretende, a fim de se “construir consenso”. O conselho aparece com frequência em suas preleções nos eventos da Plataforma Democrática. Ver mais em: [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/10/09/internas\\_polbraeco,552476/entrevista-exclusiva-com-fhc.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/10/09/internas_polbraeco,552476/entrevista-exclusiva-com-fhc.shtml) (acessado em 15 de julho de 2017, às 19:07)

governamentais, isto é, de se garantir maior perenidade e previsibilidade na ação pública. Ao analisar mais detalhadamente o caso boliviano, assim, Mesa critica a política voluntarista dos governos da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), entendida como *ilógica*, porque pautada em outros princípios que não aqueles tidos como “econômicos”.

Os bolivianos vivem em um mundo exótico. Em que lógica empresarial vivemos? Em que mundo vivem os países da Alba? Há alguma possibilidade de discutir desde a perspectiva ideológica da Alba este cenário que vocês debateram? Isso me produz um grande assombro. Seria desejável que esse debate sobre mercado, impostos, integração via liberalização fizesse parte de nossas reflexões. Mas nossa reflexão nega os tratados de livre-comércio. Entendemos processos de integração baseados nos povos que se integram, e, portanto, temos uma extraordinária relação com Antígua e Barbuda... não sei se Antígua e Barbuda fazem parte da Alba, se não são parte da Alba, São Cristóvão e Neves certamente fazem parte. Imaginem vocês a relação extraordinariamente importante entre Bolívia e São Cristóvão e Neves, ou a que temos com Nicarágua, com Cuba. O intercâmbio econômico que temos com esses países é praticamente zero<sup>373</sup>.

O tom debochado do ex-presidente evidencia a importância primária concedida à lógica capitalista na política externa de uma *democracia coesa*. Não deve haver espaço para outros tipos de integração que não a “empresarial”. Na mesma fala, fica claro ainda o antagonismo existente entre a política interna dos países da Alba e a *lógica empresarial adequada*, tida como “exótica” naqueles Estados.

Fica evidente, assim, que a defesa dos *valores democráticos* recobre o combate a alternativas políticas potencialmente antissistêmicas. E o meio de se conter no nascedouro qualquer *movimento, ideologia e modelo político* desviante é o avanço sobre os meios de reprodução da *retórica autoritária* – outro atributo dos governos antidemocráticos, apresentados mais atrás. Chega-se, aqui, à proposta mais destacada da Plataforma

---

373 Vídeo da fala de Carlos Mesa disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=81fhQuvCkHQ&list=PL96A06A14773DF840> (acessado em 18 de julho de 2017, às 12:55)



Democrática para assegurar a *coesão social*: uma nova gestão dos “mecanismos de mobilização simbólica e política”.

Entendemos que não se enfrenta a coesão social somente com propostas de políticas públicas mais adequadas ou eficazes – sem dúvidas centrais, e que não deixamos de mencionar neste trabalho -, mas supõe também questionarmos sobre os mecanismos de mobilização simbólica e política dos cidadãos, que são uma das condições de possibilidade (ou impossibilidade) das políticas públicas e reformas do Estado (Idem, p. 293-294).

Quaisquer que sejam os *mecanismos*, eles devem ser expurgados de *tendências antidemocráticas*. Entendemos, pois, que o projeto de coesão social na democracia abre espaço para “reformas” educacionais, universitárias, midiáticas, enfim, de todos os meios de produção cultural capazes de eventualmente influenciar na formação de interpretações da realidade. Sabemos que, nos últimos tempos, têm crescido a atuação mais propriamente empresarial na “gestão” desses serviços (FONTES, 2010), o que tende a bloquear o crescimento de impulsos disruptivos nesses “mecanismos”. Há, portanto, a crença que uma “tradição paternalista” na “cultura” latino-americana pode ser “modernizada” por meio da criação de “modelos políticos democráticos” (SÖRJ e MARTUCCELLI, 2005), cujo vértice principal seria uma nova forma de gestão pública.

Jaz acima, portanto, uma das diretrizes da atuação política da Plataforma Democrática e suas instituições promotoras. São propostas como essa que circulam pelos nós de atuação da Plataforma Democrática. Neles, reproduzem-se interpretações da realidade, ideologicamente comprometidas, que tendem a oferecer aos empresários a estabilidade política já supracitada. Estabilidade essa só alcançável por um regime de *normalidade democrática* pautado pelos interesses do capital que seja capaz, ainda, de se reproduzir estavelmente.

A relação do projeto com aqueles que o patrocinam pode ser aqui vislumbrada. Não seria a tentativa de manutenção da ordem uma forma de se garantir as necessidades dos negócios? Com efeito, parece-nos particularmente claro que o apelo à noção de “coesão social” casa perfeitamente com o cacoete conservador das classes dominantes latino-americanas. Ver que o livro é, conforme sua folha de rosto, apoiado, dentre outras, precisamente pela CEPAL e pela AECID, acima mencionadas, dá-nos um importante indício do trânsito desses interesses que, oriundos do Velho Mundo, chegam à América Latina, atingindo o IFHC, que, então, o amplifica pela rede de organizações empresariais da região, coligadas à Plataforma Democrática. Se recuperarmos a reflexão que abriu este capítulo, teríamos que essa *democracia coesa* seria um produto por meio do qual o consórcio dos dominantes na América Latina – que não conta, obviamente, apenas com latino-americanos, mas também com a burguesia imperialista - asseguraria sua posição e o estabelecido no continente, sobretudo pelo reforço e pela reprodução da divisão social do trabalho que é estruturante do capitalismo. Não surpreende, portanto, o projeto contar com o apoio, inclusive financeiro, esboçado mais acima. É, ao contrário, lógico que os interesses materiais dos patrocinadores sejam defendidos no bojo da construção de um modelo de sociabilidade para a América Latina. Trata-se, pois, de tentar assegurar um solo social fértil para a reprodução ampliada do capitalismo latino-americano. Processo que encontra, dentre outros espaços, no IFHC um *locus* privilegiado de elaboração e amplificação.

## 4. O IFHC e o antipetismo (2014-2019)

A história que acompanhamos até aqui é a seguinte. O primeiro capítulo desta tese versou sobre a natureza social dos tanques de pensamento e sua integração no Estado capitalista. Ali pretendi demonstrar como, surgindo como condição de possibilidade das divisões existentes nas relações sociais de produção sob o jugo do capital, aquelas entidades constituem um novo canal de interação entre classes sociais e frações de classes dominantes com o poder político.

No segundo capítulo desta tese, mencionei que o IFHC era uma entidade condicionada por duas forças principais. A dos grandes capitais, sem dúvidas. São eles que pagam as contas da fundação. Mas também de sua proximidade ao PSDB. O terceiro capítulo teve como tarefa demonstrar a troca de tecnologias políticas entre os nós da teia associativa da burguesia. Vimos como o IFHC busca se tornar o principal agente de difusão, pelo Brasil e pela América Latina, das políticas públicas concebidas sob o imperativo da *coesão social*. Esta meta representa a busca por estabilidade política desejável ao capital, em uma era de conflituosidade sistêmica.

Neste capítulo baixamos a escala da análise e veremos o IFHC se posicionar no chão quente da disputa política. Essa forma de inserção condicionará, por sua vez, tanto sua atuação como tanque de pensamento – cujos aspectos mais gerais tentamos captar no primeiro capítulo – quanto a adaptação que se fará às pautas da coesão social. É bem verdade que, mundo a fora, a busca por sociedades coesas no capitalismo enfrentou dois constantes adversários, a saber, os que pretendiam revolucionar a sociedade durante a busca por condições sociais que assegurem a emancipação humana; e os que ansiavam por ver sua

dimensão de *barbárie* eclodir na guerra aberta. Aqui no Brasil os parâmetros da coesão social tentaram organizar a construção daquela sociedade estável, onde a governança do capital suplantasse a politização, sobretudo dos subalternos. Ocorre, porém, que as disputas particulares travadas pelos seus promotores limitaram não apenas o alcance, mas a própria agenda *coesiva*.

Começaremos, assim, vendo os esforços do IFHC em disputar o legado das “políticas sociais” de transferência de renda, cujo domínio simbólico do PT então era claro. Aqui apresento como os tucanos decidiram, em Congresso, que as eleições de 2014 deveriam se tornar campo desta batalha. Reivindicaram a autoria das políticas de integração racial. Convocaram representantes petistas e novas personagens da extrema direita para discutir o tema em seminários realizados pela fundação. Na tentativa de construir uma forte base de antagonismo com o Partido dos Trabalhadores, acabaram abdicando de qualquer tentativa de construir um equilíbrio entre aquelas partes – tomando como suas posições francamente reacionárias em relação à assim chamada questão racial.

A derrota obtida na eleição de 2014 parece ter aprofundado este caminho. Seria impreciso, contudo, defender que o PSDB tomou o rumo da extrema-direita após as eleições de 2014. É verdade que a aproximação já ocorria antes, como revelara Xico Graziano nesse ano<sup>374</sup> - ele próprio tomaria aquele rumo com sua adesão ao bolsonarismo. Entre 2015 e 2016, a união foi quase celebrada. De fato, a derrota de Aécio Neves deixou o IFHC, no ano seguinte, elaborando maneiras de encerrar imediatamente o mandato de Dilma Rousseff.

---

374 <https://jornalggn.com.br/partidos/xico-graziano-recoloca-psdb-no-caminho-da-legalidade/>  
313

Veremos, então, como a entidade planejou a construção de uma “alternativa de poder”, contando para tanto com apoio das “ruas” e da “Justiça”.

Mas após ser atingido gravemente pelo lava-jatismo, os tucanos perderam progressivamente apoio dos extremistas de direita. Bolsonaro passou a surgir como sua principal liderança. O IFHC reagiu à conjuntura tentando unir o partido, apresentando alternativas aos “extremos” PT e Bolsonaro. Não foi bem sucedido, e desde então, tanto entidade quanto legenda tentam procurar um novo rumo. Este tatear tucano veremos nas últimas seções deste último capítulo da tese.

#### **4.1 O IFHC e a “base social petista”: a “questão racial” e a disputa pelo legado das políticas sociais durante a eleição de 2014**

No capítulo anterior, vimos como o horizonte da coesão social ensejava enfrentar os principais pontos de conflito em uma dada formação histórica. O conceito seria, assim, eminentemente operacional. Demandaria reflexão global constantemente atualizada sobre a sociedade, sobre sua história, identificando os potenciais elementos disruptivos e encaminhando análise motivada pela perspectiva de sua resolução. Esta tem como traço distintivo, ainda, a incorporação dos opositores, com o fito de normalização das contradições. Entende-se, pois, a luta pela coesão como forma de prevenção do desenvolvimento de conflitos que podem ameaçar a estabilidade social – sendo esse o principal ponto de contato com os interesses burgueses comentados o capítulo anterior, embora não o único.

No caso brasileiro, um elemento importante do partido da coesão social é o esforço em debruçar-se sobre o racismo, entendido como dinamismo gerador de desigualdades raciais que ameaçam a harmonia e a paz social. O trato da questão pelo IFHC, entretanto, enfatizará

a incorporação dos negros e negras à ordem do capital – o que se depreende pela total ausência de interpretações revolucionárias no debate aberto pelo instituto sobre o que se entende por questão racial.

Novamente, *O desafio latino-americano* foi importante por mostrar uma visão sistemática sobre o posicionamento da entidade em relação ao tema da “racialização” do Brasil. No livro, uma seção desenvolve análise do problema, evidenciando seus impactos sobre antagonismos sociais. No trato da “questão racial” pelo documento, está enfocada uma política pública então em amplo debate na arena pública nacional: a política de cotas, e sobretudo sua inclusão no Estatuto da Igualdade Racial, que tramitava no Congresso Nacional desde 2000, mas então entrava em fases decisivas para sua aprovação e posterior sanção. Vista pelo texto como potencialmente produtora de “particularismos” na sociedade, a reserva de vagas no ensino superior e no serviço público – conforme apensado ao texto originalmente proposto por Paulo Paim, deputado pelo Partido dos Trabalhadores - é duramente criticada. Com o fito de apreciar o ponto de vista do IFHC sobre o problema, além do encaminhamento para sua superação, convém recuperar o debate público que marca a conjuntura de produção do livro ora analisado. A política de cotas versa sobre indígenas e negros, mas nesta seção, por questão de recorte de pesquisa, analisaremos a questão sob o prisma dos segundos, reservando o debate sobre a “questão indígena” para outro momento.

A polêmica sobre as cotas raciais estoura, no Brasil, a partir de 2001. Fora realizada, então, a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul. O evento reuniu mais de 2,5 mil representantes de 170 países, incluindo 16 chefes de Estado e 4 mil representantes de 450 mil das chamadas Organizações não-governamentais. A declaração de Durban, documento

surgido com encaminhamentos do encontro, sistematiza ações a serem adotadas por Estados interessados em combater o racismo e a discriminação racial. Alberti e Pereira, responsáveis pelo acervo documental com entrevistas de membros do movimento negro constituído pelo CPDOC/FGV, mostram que o debate sobre cotas raciais ganha fôlego nas rodadas de seminários e reuniões de preparação para aquele grande encontro. Pelos depoimentos, identificam na ação midiática – balizada por duas críticas à proposta – importante veículo da transformação do assunto em polêmica nacional, com sua conseqüente captura como bandeira por movimentos negros.

De acordo com nossas pesquisas e nossas entrevistas, a questão das cotas ganhou a atual dimensão em 2001, quando da preparação do relatório brasileiro para a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em setembro daquele ano. Segundo alguns depoimentos, a proposta de cotas para negros nas universidades foi inserida no documento na última hora, resumindo-se a uma linha apenas, entre diversas outras proposições. Curiosamente, ainda segundo nossos entrevistados, este foi o item mais destacado pela mídia naquela ocasião, trazendo, assim, a questão ao debate nacional. Graças a esse quase "acaso", o tema das cotas acabou adquirindo um significado central no debate sobre a questão racial, e hoje muitos dos nossos entrevistados o identificam como verdadeiramente revolucionário, pois provocou aquilo que as lideranças do movimento procuravam suscitar há décadas: uma discussão ampla sobre a questão racial no Brasil, envolvendo diferentes setores da sociedade (ALBERTI e PEREIRA, 2006, p. 145).

Assim, embora não tenha sido uma das principais pautas da agenda do *novo* movimento negro brasileiro, a questão das cotas raciais é abraçada, influenciando a ação política desse segmento social, a partir de então<sup>375</sup>. Seria um equívoco, entretanto, atribuir somente à repercussão midiática da Conferência sul-africana a emergência dos debates sobre

---

<sup>375</sup>O movimento negro remonta ao período colonial da história brasileira, mas é sobretudo a partir dos anos 1970 que a interpretação benevolente da integração entre as raças, marca da suposta democracia racial que existiria no Brasil, passa a ser contestada. O período da transição política da ditadura para a Nova República marcaria, assim, uma virada para o movimento negro, não apenas nas suas concepções de Brasil, mas também na sua forma de atuação, rumo à formação de organizações na sociedade civil com o fito de influenciarem o processo de escolhas políticas no seio do Estado. Nessa conjuntura, a luta por ações afirmativas ganharia espaço entre as lideranças negras (GOMES, 2012).

as cotas no Brasil. Isso porque a questão já era desenvolvida em meio à lideranças negras, como Edna Roland e Ivanir dos Santos, cujas entrevistas disponíveis no acervo documental do CPDOC reivindicam a responsabilidade pela inclusão da proposta na “Carta do Rio”, documento brasileiro enviado à conferência (ALBERTI e PEREIRA, 2006, p. 147).

Fora o reconhecimento das condições desiguais entre os seres humanos em países marcados pelo racismo, como é o caso brasileiro, que lastreou a luta de parte significativa do movimento negro pela adoção das cotas como instrumento de combate à segregação informal nas estruturas de poder da sociedade. Parte significativa dessas condições desiguais é considerada como derivada da representatividade diferencial entre negros/negras e brancos/brancas em posições socialmente prestigiadas. As razões do fenômeno remontariam a uma longa história no mundo ocidental, marcada pela escravidão. Esse legado traria marcas sobre as estruturas sociais em diferentes aspectos, inclusive simbólicos, com a efetivação de condições de existência díspares. Estudos que buscam entender a questão para além do maniqueísmo enfatizam a interiorização, no (in)consciente dos sujeitos da relação, de padrões de existência que legitimam as condições dadas. Estaria aqui a origem do chamado “sentimento de inferioridade” africano. Abdias Nascimento relembra as agências direta ou indiretamente responsável pelo estado da coisa. Além da escravidão, cujo lugar de destaque é inquestionável, citam-se outras práticas e instituições, como a Igreja, que teria contribuído para aceitação e a justificação da brutalidade e desumanização dos negros (NASCIMENTO, 2017, p. 61).

A defesa das cotas raciais, assim, visaria à transformação da usual identificação entre negros/negras e posições sociais subalternas, entendendo que o aspecto simbólico tem importante papel na definição das hierarquias societárias. A lógica subjacente, portanto, é a



da *inclusão*, isto é, a de propiciar, no interior do sistema existente, mecanismos de aproximação das condições de disputa entre os diferentes. Nesse sentido, o pensamento de Florestan Fernandes é recuperado por autores que discutem o tema de um ponto de vista favorável às ações afirmativas. De acordo com o sociólogo, o desenvolvimento de mecanismos para a participação racial igualitária nas estruturas de poder era um imperativo na luta contra a reprodução do racismo.

as estruturas raciais da sociedade brasileira só poderão ser ameaçadas e destruídas quando ‘a massa de homens de cor’, ou seja, todo elemento negro, puder usar o conflito institucionalmente em condições de igualdade com o branco e sem nenhuma discriminação de qualquer espécie, o que implicaria em participação racial igualitária nas estruturas de poder da comunidade política nacional. (FERNANDES, 1979, p.72).

O debate sobre as cotas, assim, representa a tentativa de “elevação simbólica” de negros e negras, criando representações suas em espaços tidos como privilegiados, a fim de ressaltar a democratização do acesso a setores-chave da sociedade. Não questiona, entretanto, a existência *per se* desses espaços de poder. Assim, embora entendida como principal bandeira dos movimentos negros a partir de 2001, a questão das cotas raciais não é ponto pacífico entre os que lutam contra o racismo, sobretudo pelo seu aspecto *reformista e socialmente limitado*. No acervo documental levantado pelos especialistas Amílcar Pereira e Verena Alberti há também espaço para críticas à matéria, seja por seu moderado alcance transformador, seja por sua limitação aos grandes centros urbanos – ainda que estes pontos de vista corroborem a importância da política. São os casos dos depoimentos de Flávio da Silva e de Maria Raimunda do Araújo.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva, primeiro secretário da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores, criada em 1995, e uma das principais lideranças da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), embora enfatize ser

favorável às cotas, não só não as vê como solução para a questão racial, como também como um possível ardil para a construção de consciências individualistas entre as lideranças negras, o que favorecia a dissolução dos laços de solidariedade grupal. Isso porque a cota, ao encaminhar negros para a vida acadêmica, poderia reforçar o mito do esforço individual e da educação como mecanismo de ascensão social – características que o entrevistado enxerga como típicas do pensamento conservador representado por pessoas como Condoleeza Rice e Colin Powell. (ALBERTI e PEREIRA, 2006, p.157). Por outro lado, o tema das cotas, nas entrevistas produzidas pelo acervo da FGV, é considerado ainda como uma questão que não alcança as “terras de pretos”. É a visão da maranhense Maria Raimunda Araújo, cuja fala lembra que a população negra das zonas rurais não era, então, atingida pela medida – ao contrário dos “negros da cidade”, que teriam, historicamente, melhores condições de vida. Assim, embora defenda as cotas, enfatiza a limitação de sua aplicação e de sua efetividade para o trato da questão racial brasileira (ALBERTI e PEREIRA, 2006, p. 158-9).

Contra as cotas raciais, entretanto, perfilaram-se, na análise de importante entidade do Movimento Negro, a grande mídia empresarial; intelectuais orgânicos do conservadorismo brasileiro, casos de Demétrio Magnoli e Peter Fry; e ruralistas liderados no Congresso pelo então deputado Onyx Lorenzzone (DEM-RS), preocupados com elementos que favoreceriam a demarcação de terras quilombolas<sup>376</sup>. Segundo Tatiana Dias Silva (2012, p.19-20), do IPEA, a reação desses setores sociais enfatizava os supostos riscos da “racialização” do Brasil, com a conseqüente cisão interna do país pelo confronto entre raças distintas (SILVA, 2012, p. 19-20).

---

376FRANÇA, Edson. O Estatuto da Igualdade Racial. Em: <https://www.geledes.org.br/o-estatuto-da-igualdade-racial/> (acessado em 08 de junho de 2019, às 10:03)

Não sem razão, o título da seção do livro divulgado pelo IFHC, que aqui compõe o *corpus documental* de nossa pesquisa, traz exatamente o questionamento sobre a tal *racialização* do país. O texto é apoiado, conforme apresentado em nota de rodapé do livro, em trabalhos de Bernardo Sorj, sobre “a política de vitimização na América Latina” e sua relação com a “desconstrução e a reinvenção da nação”; além de trabalhos do próprio Demétrio Magnoli, acima arrolado entre os intelectuais conservadores opositores da matéria (MARTUCCELLI E SORJ, 2008, p. 260). Pode-se inferir, dessa forma, que, na conjuntura marcada pela discussão do Estatuto de Igualdade Racial e um aspecto muito concreto de sua redação, a saber, a política de cotas, o IFHC toma partido da oposição às cotas, sendo essa a luz que delinea a discussão sobre a questão racial apresentada no texto. Se aquele horizonte na coesão social pode explicar o posicionamento, o antagonismo forçado com o PT, de Paulo Paim, responsável pela edição inicial do Estatuto de Igualdade Racial, não deve ser esquecida, pois também compõe a dinâmica conflitiva em tela.

Assim, o argumento dos autores contra a política então prevista no Estatuto de Igualdade Racial se inicia por uma reflexão acerca da construção de identidades das classes dominantes brasileiras do século XX. Na letra dos autores, elas não teriam associado “suas origens com a Europa para se distinguir do resto da população nativa ou imigrante”(MARTUCCELLI E SORJ, 2008, p. 260). Somado a fatores culturais, com grande ênfase na migração e no cosmopolitismo de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, o fato indicaria menores tendências xenófobas e de “romantização do passado”, o que explicaria, no período republicano, a relativa marginalização da “ideologia racial”, marca das fases colonial e imperial de nossa história. “Embora na prática se mantenha vigente o ideal de ‘branquear’ a sociedade”, argumentam os Sorj e Martuccelli, “seu discurso de fundamentação

ideológica deixou de ser legítimo e foi substituído por uma cultura brasileira que afirma a multiplicidade de suas raízes” (MARTUCCELLI E SORJ, 2008, p. 261).

Todavia, por ação de “ONG’s” e “militantes que se definem como representantes do movimento negro”, essa leitura estaria sendo agora alvo de questionamentos.

Atualmente, essa visão da formação de uma nova civilização tropical, orientada para o futuro e integradora de diversas tradições culturais, está sendo questionada por ONGs e por grupos de militantes que se definem como representantes do movimento negro, com forte apoio de fundações internacionais, em particular da Fundação Ford. Esses grupos defendem políticas de cotas para favorecer a população negra, que estaria concentrada majoritariamente entre as camadas mais pobres, e criticam a ideia de democracia racial como mistificação. Seu propósito é reescrever a história brasileira eliminando as referências aos complexos processos de mestiçagem, sincretismo cultural e valorização da cultura africana, que deixaram uma forte marca na História do século XX. Para esses grupos, é necessário reconstruir a memória nacional enfatizando o período escravista, o sofrimento da população negra e as vantagens que supostamente gozaram os imigrantes europeus no começo do século XX (MARTUCCELLI E SORJ, 2008, p. 261).

O trecho acima apresenta duas questões que gostaríamos de desenvolver um pouco mais. Em relação às críticas direcionadas à Fundação Ford, entendemos que se trata de uma afirmação da posição contra as cotas raciais que, insistimos, atravessa o texto. Isso porque a referida entidade se destaca na promoção desse tipo de ação afirmativa pelo mundo, com o fito de resolver, por meio da ampliação da participação negra em posições de mando, os conflitos sociais surgidos a partir das desigualdades raciais. Isso não significa, todavia, que as posições entre IFHC e Fundação Ford – e “ONGs afiliadas” - sejam radicalmente distintas, mas tão somente se posicionam em espaços distintos no acervo de alternativas de gestão política burguesa – cuja vitalidade secular se radica precisamente na diversidade e no conflito entre essas diferentes alternativas, responsáveis pelo constante *aggiornamento* das formas de dominação no capitalismo<sup>377</sup>. Assim, no que diz respeito às duas entidades, a saber, o IFHC

---

<sup>377</sup>Do mesmo ponto de vista de manutenção do capitalismo, há outras posições críticas – talvez ainda mais duras – ao papel desempenhado pela Fundação Ford, aqui também invisibilizadas. Refiro-me ao movimento contra o assim chamado *globalismo*, supostamente representado por movimentos feministas,

e a Fundação Ford, consideramos que se tratam de divergências táticas para uma mesma orientação estratégica, qual seja, a de *normalizar* a sociabilidade burguesa pela incorporação de elementos potencialmente disruptivos – um exemplo, no que diz respeito à Fundação Ford, é o seu esforço, em conjunto com a The Open Society e a Kellogg e Ibirapitanga, de doação de 10 milhões de reais para o Fundo Obaobá em homenagem a Marielle Franco (PSOL-RJ), cujo objetivo era, menos de mês depois de seu brutal assassinato, formar lideranças a partir do “legado” da ativista; o que entendemos ser uma tentativa de captura apassivada das bandeiras que a psolista representava, enfatizando seus aspectos mais palatáveis à sociabilidade burguesa e ocultando os traços mais antissistêmicos<sup>378</sup>.

Já o combate contra a ideia de democracia racial estaria na base da luta pela construção simbólica de um Brasil “racializado”, representado por parte do movimento negro e seus aliados, dentre eles o PT, na defesa da política de cotas raciais, dentre outras ações afirmativas do mesmo tipo. Os autores de *O desafio latino-americano* enxergam aqui a tentativa de se “construir um novo ator histórico, afro-brasileiro, com sua memória própria de vítima da história, imitando o modelo dos Estados Unidos”, algo criticável por imputar supostas distorções à história brasileira, “apagando a maior integração cultural” dos elementos de origem africana na prática social no país. Para além do hipotético falseamento da história brasileiro, problema maior seria a dificuldade de se diferenciar, no Brasil,

---

negro e LGBTQI+, cujo objetivo seria “atacar as bases da civilização ocidental” e do “Estado-nação”. Ver a esse respeito: ABDO, Camila. Interesse da Ford Foundation (e os valores investidos) nos coletivos feministas. Disponível em: <https://politicaedireito.org/br/2017/03/14/interesse-da-ford-foundation-e-os-valores-investidos-nos-coletivos-feministas-imagens-e-videos/>

<sup>378</sup>Ver, a esse respeito, FORDFUNDATION, Fundos investidores internacionais e brasileiro se unem para financiar a criação de lideranças políticas como Marielle Franco. Em: <https://www.fordfoundation.org/the-latest/news/fundos-investidores-internacionais-e-brasileiro-se-unem-para-financiar-a-criacao-de-liderancas-politicas-como-marielle-franco/> (acessado em 12/06/2019, às 11:09).

objetivamente “brancos”, “negros”, “índios” e “miscigenados”. Tal dificuldade constituiria óbice irremovível que tornaria qualquer política afirmativa direcionada a um daqueles grupos em si mesma injusta e ilegítima.

(...) a miscigenação, um processo de longa duração que começou com o início da colonização, (...) produziu uma sociedade na qual a maioria da população possui ancestrais negros, índios e europeus. O que em outros países pode ser óbvio, como nos Estados Unidos, onde o princípio da gota de sangue define a ‘raça’ à qual se pertence, no Brasil é a cor da pele (mas também do cabelo ou dos olhos) que organiza uma ampla nomenclatura, com dezenas de nomes que mudam de acordo com a região e na qual as fronteiras entre cada categoria não são claras. A miscigenação funcionou como principal mecanismo de ascensão social (no sentido de aceitação social mais do que de mobilidade econômica). Mas se a expectativa de casar com alguém mais branco foi a expressão de uma ideologia racista, o seu resultado prático levou a uma efetiva mistura racial que em boa medida diluiu a oposição branco/negro (MARTUCCELLI E SORJ, 2008, p. 262).

A crítica à interpretação *racializante* da história do Brasil, assim, tem estreitas conexões com as críticas ao projeto social defendido, na letra do documento, por “ONGs e militantes do movimento negro”, bem como à principal materialidade de sua atuação: as políticas públicas petistas derivadas de ações afirmativas contra o racismo, notadamente as cotas raciais em universidades, no Parlamento e no serviço público. Dessa forma, reabilitar a democracia racial, ainda que com atenuantes, mostra-se interessante por supostamente retirar as bases históricas que fundamentam a defesa daquela agenda política. Por conseguinte, ainda que como um “mito”, defende-se que aquele discurso “fez com que no Brasil não se formem grupos do tipo Ku Klux Klan, ou formas institucionalizadas de *apartheid*”. O resultado teria sido a maior harmonia social, o que tornaria tanto difícil quanto perigoso opor brancos e negros (MARTUCCELLI E SORJ, 2008, p. 262).

Como é possível que o Parlamento brasileiro esteja discutindo uma lei que vai na direção oposta da construção de uma identidade nacional aparentemente consolidada? Existem sem dúvida, como indicamos antes, distintos grupos de interesse (intelectuais que acreditam que na falta de uma luta de classes é bom recorrer à luta de raças, ONGs que alimentam esse discurso graças ao qual obtêm recursos e status social, pessoas no governo que pensam que o custo desse tipo de política é nulo e que o benefício político é alto), mas, por mais importante que seja

sua ação, é certamente um erro reduzir a presença dessa temática unicamente à desses fatores. Na realidade, esse conjunto de demandas e atitudes reflete um humor crescente da opinião pública que perdeu a confiança no futuro por falta de crescimento econômico e baixa mobilidade social. Em resumo, e por paradoxal que pareça, os questionamentos atuais sobre a nação brasileira não se alimentam tanto de um passado oculto como provavelmente de um futuro incerto. (MARTUCCELLI E SORJ, 2008, p. 262-3).

O racismo não é diretamente negado no documento. Ao contrário, reconhece-se sua existência e a sua influência na produção de desigualdades sociais. O ponto central do texto é a crítica à adoção de “políticas particularistas”, em prejuízo dos “direitos universais”, o que tenderia a fracionar o tecido social em grupos de interesse distintos, potencialmente conflituosos. Do ponto de vista da coesão social, principal preocupação do documento, as cotas raciais representariam obstáculo à construção de uma sociedade mais harmônica, derivada da integração pacífica (e apassivadas) de “múltiplas culturas”.

As discrepâncias se organizam ao redor da maneira mais eficaz de superar as desigualdades que atentam contra certos grupos sociais. Para uns, isso implica colocar em prática políticas particularistas de ação afirmativa, e para legitimá-las propor uma revisão da memória e da história nacional. Para outros, pelo contrário, é necessário apoiar-se na memória da democracia racial, indissociavelmente projeto utópico e experiência cotidiana, para repensar hoje políticas universalistas que alcancem uma redução eficaz das desigualdades (...) Se por um lado se reconhece a existência de preconceitos raciais e a necessidade de combatê-los, por outro se afirma que a introdução da categoria de raça como critério para políticas sociais é uma aberração, não só porque isso implica introduzir a raça (que só existe para visões racistas de mundo) como categoria classificatória, mas também porque esse recurso destruirá o longo e difícil processo de construção de uma democracia racial, que é tanto um horizonte utópico quanto uma dinâmica efetiva da realidade brasileira. Se prosperarem no Brasil as políticas de ação afirmativa, pode estar em jogo a futura coesão social brasileira organizada em torno da tolerância multicultural, e a capacidade de integração da diversidade e do sincretismo (MARTUCCELLI E SORJ, 2008, p. 263).

Os argumentos defendidos pelo instituto são similares aos esgrimidos, em 2010, pela relatoria de Demóstenes Torres (então DEM-GO) ao Estatuto da Igualdade Racial, em sua passagem pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal<sup>379</sup>. Após evocar a

---

<sup>379</sup> A proposta para criação de um Estatuto da Igualdade Racial foi oferecida, em 2000, pelo então deputado Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores (PT-RS). Apresentada como fruto do debate do movimento negro, a redação original do PL no 3.198/2000 reunia, em 36 artigos, encaminhamentos para as áreas da saúde, educação, trabalho, cultura, esporte, lazer, acesso à terra e à justiça. Uma das novidades do PL foi a instituição de “cotas

prevalência do mérito em seleções públicas, o senador despacha contra as cotas, alegando impossibilidade objetiva de definição racial no Brasil, dadas, por um lado, a sua inexistência do ponto de vista biológico, e, por outro, a dificuldade de se demarcar linha clara de separação entre brancos e negros, sobretudo pela indefinição do que seria o brasileiro “pardo” (SILVA, 2012, p. 16). Demóstenes também se mostrou preocupado com o “acirramento da questão racial no Brasil”<sup>380</sup>. Entendemos, assim, que a exclusão das cotas raciais do resultado final do Estatuto representa vitória relativa do movimento descrito como “conservador”, do qual o IFHC tomou partido, auxiliando a formular, inclusive, alguns de seus principais argumentos.

As disputas a favor da institucionalização, em âmbito federal, da política de cotas não pararam por aí. Isso porque a sua exclusão do Estatuto da Igualdade Racial não interrompeu a tramitação de diversos projetos de lei que pretendiam legislar sobre a matéria<sup>381</sup>. A conjuntura que marca a tramitação final, e a conseqüente aprovação, da lei 12.771, de 29 de agosto de 2012, assim, recoloca na ordem do dia a polêmica que envolveu aquela ação afirmativa<sup>382</sup>.

---

de 30% a 70% para afrodescendentes” em partidos e coligações para candidatura a cargos eletivos, medida que seria ampliada para outras áreas a partir de 2002, com o apensamento, pelo deputado Pompeo de Matos (PDT-RS), de cotas, em Universidades Públicas Federais e Estaduais, para estudantes negros e índios (SILVA, 2012, p. 11).

<sup>380</sup> Senado aprova Estatuto da Igualdade Racial, mas retira cotas para negros nas escolas. Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/06/16/senado-aprova-estatuto-da-igualdade-racial-mas-retira-cotas-para-negros-nas-escolas> (acessado em 10/05/2019, às 08:01)

<sup>381</sup> São os casos dos Pls 180/08, proposto pela deputada Nice Lobão, que pretendia a criação de cotas raciais, para negros e pardos, nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; 3627/04, de autoria do poder executivo, que pretendia reservar 50% das vagas para estudantes que tivessem cursado Ensino Médio em instituições públicas de ensino; e 613/05, do deputado Murilo Zauith, que pretendia estabelecer reserva de vagas para índios e seus descendentes. Desses, é o texto de Lobão que prossegue em sua tramitação, incorporando as demais matérias até a sua aprovação, em agosto de 2012.

<sup>382</sup> Vale exemplificar a virulência do debate sobre a questão por uma ação do então deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ). Então acusado de racismo após comentário, em rede de televisão, sobre Preta Gil, o parlamentar reapresentou na câmara federal PL que pretendia reservar 50% das 513 cadeiras da casa para a população negra e parda. Segundo o próprio, o objetivo da proposta era “ironizar” o que considerava a “indústria de cotas no país”. Ver: CAMPANERUT, Camila. Acusado de racismo, Bolsonaro reapresenta projeto de cotas



Nessa conjuntura, em 24 de novembro de 2011, é realizado o debate “*Raça e cidadania no Brasil: a questão das cotas*”, no IFHC. O evento reuniu, na sede do instituto, em São Paulo, a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social (Seppir) Luiza Barrios; Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, professor da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador vinculado ao Cebrap; Fabiano Dias Monteiro, professor da Universidade Federal Fluminense, pesquisador do Viva Rio e ex-coodernador do Disque Racismo no Rio de Janeiro; e Roberta Kauffman, procuradora do Distrito Federal e pesquisadora do Instituto Millenium; além de Fernando Henrique Cardoso. Não chega a surpreender, em um evento destinado a debater cotas raciais e o problema da desigualdade de negros e negras do Brasil, a ausência de representantes daqueles críticos às cotas que se posicionam em um ponto de vista anticapitalista – argumentando sobre os limites das políticas afirmativas na transformação das condições desiguais, sobretudo por entenderem o racismo como a confluência de condições de raça e classe. Com efeito, os debates realizados pelo instituto polemizam com posições mais ou menos assemelhadas no espectro político, isto é, que, ainda que divergentes, concordem com o essencial, qual seja, a necessidade de se *aprimorar e desenvolver* o capitalismo no Brasil e na América Latina<sup>383</sup>.

Fabiano Dias Monteiro esteve presente para, além de representar o Viva Rio, APH associado ao iFHC, comentar a aplicação e o resultado do Disque Racismo no Rio de Janeiro,

---

para negros na Câmara "para ironizar"... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/acusado-de-racismo-bolsonaro-reapresenta-projeto-de-cotas-para-negros-na-camara-para-ironizar.htm?cmpid=copiaecola> (acessado em 10/05/2019, às 08:45)

383Por outro lado, a ausência de representantes de uma extrema-direita crítica ao que chama de *globalismo* é indício da posição que o iFHC busca ocupar no interior dos *APHs* burgueses: a de polo civilizador, defensor da formação de consensos e pactos sociais mais amplos, contrário, portanto, às entidades que investem na hipertrofia da coerção e na resolução dos problemas do metabolismo capitalista pelo acirramento dos conflitos sociais. Caso, por exemplo, do movimento representado em nosso próprio tempo por Jair Bolsonaro, cuja ação política já se desenvolvia no contexto analisado, com impactos inclusive aqui aludido em nota mais à frente.

ressaltando em sua fala o que então enxergava como um recuo da efetividade da política de denúncia de crimes vinculados ao preconceito de raça. Já Antônio Sérgio Alfredo Guimarães tentou oferecer um panorama dito acadêmico dos problemas suscitados pelas cotas raciais, inclusive o que identificou como o principal dificuldade, isto é, a identificação objetiva do público-alvo do programa. Os destaques do encontro foram mesmo a Ministra Luiza Barrios, representando o Seppir e as políticas públicas da gestão petista para combater o “racismo estrutural” no Brasil, e Roberta Kauffman, com fala contra as cotas raciais. Sobre a participação das duas nos debruçaremos, bem como sobre os posteriores comentários de Fernando Henrique Cardoso, a fim de melhor entender a atuação do iFHC no debate sobre as cotas raciais.

A fala da ministra é a principal do debate, levando mais de meia hora – enquanto as demais intervenções giram em torno de 10 minutos cada. A chefe da Seppir informa pretender, ali, apresentar um “pano de fundo” que, segundo ela, é necessário ser considerado em quaisquer discussões sobre cotas raciais. A partir daí, ressalta a *naturalização do racismo*, em sua visão traço típico da sociabilidade brasileira. Uma das consequências da *normalização* da desigualdade racial seria a negação do racismo como eixo estruturante da hierarquia social brasileira.

naturalização desse processo de subordinação das pessoas negras. Ao naturalizar isso se impede que se desenvolva uma reflexão mais séria e profunda de como essas realidades são efetivamente criadas por práticas racistas que nós acumulamos ao longo da História do Brasil. Dessa perspectiva de negação da influência do racismo sobre as hierarquias na sociedade, você teria a ideologia racial que, na verdade, pelo menos de nossa perspectiva, ocupou um lugar central na formação colonial, como se isso tivesse sido desfeito completamente, como se hoje não se recorre mais a esse tipo de ideologia. (...) Disso em muito decorre a persistência negra nos lugares de desvantagem social, por causa dessa escolha interpretativa que recusa aceitar a importância das ideias de superioridade racial que ainda existem entre nós (BARRIOS, Luíza).

O apagamento discursivo do racismo engendraria alguns “sérios problemas” para o negro e sua integração na sociedade. O primeiro seria a atribuição de seus eventuais fracassos à falta de esforço ou de mérito. O segundo colocaria a questão racial como problema suscitado pelo negro. Nesse caso, a insistência no mito da igualdade racial serviria para considerar os afrodescendentes como responsáveis pela cisão do país em *raças distintas* – como se a contradição fosse uma criação ideal, e não a interpretação de práticas sociais efetivas.

Nós negros somos vistos como aqueles que constroem uma realidade falsa do ponto de vista histórico e cultural, e conseqüentemente todo esforço que temos feito nos últimos anos para pensar as políticas públicas fosse também um esforço derivado de algo que não existe, ou esforço derivado de mera cópia de iniciativas tomadas em outros países (idem).

A intervenção da Ministra se pauta, assim, na defesa da existência do racismo histórico no Brasil, com suas conhecidas conseqüências sobre as desigualdades sociais e nas interdições ao que seria o pleno exercício da cidadania no país. De acordo com ela, “se não considerarmos o racismo como estruturantes das desigualdades nós teríamos políticas públicas [contra desigualdade] cronicamente insuficientes, porque não conseguiriam tratar da realidade para qual se direcionam”.

A história particular do negro no Brasil, por conseguinte, é fundamento das ações afirmativas levadas a cabo pelas gestões petistas, com ampla participação da Seppir. O que considera como “contradição entre racismo e democracia”, nesse sentido, conduziria os esforços públicos para a superação da “questão negra”, a fim de aprimorar a participação popular nas instâncias de poder, inclusive de negros. Esse papel enxergado como sendo da Seppir, qual seja, o de analisar os problemas brasileiros do ponto de vista dos negros, é o

veículo que legitima os esforços de defesa das cotas raciais, inclusive para a representação parlamentar.

Nós da Seppir fomos forçados a pensar, com ajuda de movimentos negros, a influência do negro na reforma política que está sendo pensada (...). Em uma sociedade com população de 190 milhões, com cerca de 95 milhões de negros, temos 21 negros no parlamento nacional. (...) É uma realidade que precisa ser mudada.

Assim, em que pesem os “avanços nos últimos anos (de gestão do PT)”, faltariam “pontos estruturantes do racismo para serem combatidos”, sobretudo o discurso contra a “racialização do país”, que pressuporia um “universalismo branco”. Por trás da resistência conservadora anticotas, assim, restaria uma face do racismo brasileiro, que resiste em considerar os privilégios de brancos.

Avançamos nos últimos anos (gestão do PT), mas ainda faltam pontos estruturantes do racismo para serem combatidos. (...) Analisadas no conjunto, as forças políticas do Brasil ainda são pouquíssimo inclinadas a considerarem os limites do universalismo, da forma como ele se apresenta no nosso processo democrático. E eu diria que esse universalismo ainda toma o sujeito branco como o universal. (...) Por isso ser importante questionar esses argumentos a favor da desracialização do Brasil; são argumentos sempre evocados quando se trata de desconstruir os avanços que temos tido na inclusão dos negros. Até porque na base desse discurso está a defesa do mando e do controle de setores que não querem alterar essa ordem política que se constituiu com base em privilégios raciais dos brancos. Vivemos no Brasil um tipo de discussão sobre a questão racial como se grupo racial fôssemos nós negros e nenhum outro mais. As pessoas brancas não se constituem enquanto grupo racial, e nesse sentido elas são invisibilizadas no que toca à raça. Por isso surge esse universalismo que toma o branco como sujeito universal “arracializado”, quando os racializados seríamos nós (negros). (...) Todos os cientistas sociais sabem que os negros não poderiam ter constituído uma identidade negra se não houvesse uma identidade branca, porque a construção da identidade é relacional.

A fala ministerial, por fim, busca reafirmar os avanços do governo – e deve ser lida sendo considerada a apologia que faz do próprio trabalho. Convém destacar, contudo, o fato de ressaltar a persistência do racismo, então expresso nos discursos contra a “interpretação racial da história brasileira”, que tomariam somente o ser negro como sujeito racial, como se a interpretação alternativa, dominante, lastreada no mito da democracia racial não fosse,

também ela, uma análise racializada, mas pelo viés dos brancos. Tal análise desvela dura crítica aos argumentos – e aos esforços práticos – dos setores “resistentes à mudança” das desigualdades raciais, incorporados pelos combatentes das cotas raciais e de outras medidas afirmativas levadas a cabo pela Seppir.

Coube a Roberta Kaufmann defender a posição contrária. Promotora federal e militante contra as cotas raciais, a advogada é autora do Instituto Millenium<sup>384</sup>, entidade na qual divulga textos criticando ações afirmativas direcionadas especificamente para negros<sup>385</sup>. Seu ingresso no *APH* se deu precisamente na conjuntura aqui analisada, sobretudo por seu engajamento e destaque público na crítica ao programa de cotas, que então se desdobrava em ações concretas, com inclusão de vagas reservadas a negros e pardos na Universidade de Brasília (UnB) e adoção de critério racial para reservar àqueles grupos 20% das vagas no serviço público do Estado do Rio de Janeiro, na época de governo de Sérgio Cabral Filho (PMDB-RJ). Seu destaque na área, todavia, deve ser mensurado considerando a polêmica, deflagrada em 2011, sobre suposta “perseguição ideológica” de militantes anticotas na UnB, com conseqüente convocação para prestar esclarecimentos à comissão do Senado do reitor da universidade, José Geraldo de Souza Júnior – convocação disferida por Demóstenes Torres (então DEM-GO), precisamente o relator contrário à inclusão das cotas

---

384O Instituto Millenium foi fundado em 2005, com o nome de Instituto da Realidade Nacional. Chegou a ser avaliado como o 33º mais relevante *think tank* da América Latina (MCGANN, 2015, p. 72), atuando, segundo a sua fundadora, Patrícia Carlos de Andrade, para abrigar “formadores de opinião (...) apoiados por empresários que querem defender o avanço de certas ideias. E estas ideias, elas só vão avançar se elas se transformarem de alguma forma em política” (IMIL, 06.10.13: s./p). A entidade tem sido objeto de interesse de historiadores e cientistas sociais por defender sistematicamente interesses empresariais na “sociedade civil”. Sobre o Instituto Millenium, ver: .PATSCHIKI, Lucas. Organizar-se contra o povo: a criação do Instituto Millenium (2005-2007) in ANAIS do XXIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. Por quê e para quem?. São Paulo, 2016; PATSCHIKI, Lucas. Quem organiza a classe dominante? Uma análise sobre os financiadores do Instituto Millenium (2013). In: Anais XII Semana de História: Tempo, história e mundo da vida, Goiás, 2013.

385Ver: <https://www.institutomillenium.org.br/etiqueta/roberta-fragoso-kaufmann/> (acessado em 11/05/2019, às 11:23)

raciais no Estatuto da Igualdade Racial, acima comentado. Kaufmann teria sido uma das “perseguidas”, ao lado de, dentre outros, Demétrio Magnoli, outro opositor ferrenho da programa, aqui já referenciado<sup>386</sup>.

Durante sua fala, Kauffman centra sua apresentação em um binômio: auto-elogio, pelos esforços meritórios que a colocaram na posição em que se encontrava; e trato da questão racial pelo viés da biologia, com o fito, em ambos os casos, de contestar a constitucionalidade – e a justiça – das cotas raciais. Afirmando “não ser culpada por ser branca” e ter “muitas amigas e dois ex-namorados negros”, a advogada enfileira frases de efeito usuais aos defensores do mito da meritocracia, como o elogio do “esforço sobrenatural” e a desvalorização da raça como determinante de condições sociais desiguais. “Tenho aparência da cor errada”, dispara, “não quero pensar minha vida a partir da minha cor, mesmo porque tenho familiares negros e isso na minha família sempre foi muito natural”. A falácia do argumento indutivo – cuja expressão aqui é a tentativa de reduzir os impactos sociais do racismo por uma suposta igualdade de condições no interior de sua família - deve ser conhecida pela promotora federal, de modo que a colocação pode ser entendida como efeito retórico para buscar simpatia do público, em sua maioria composto de brancos de posições de destaque na sociedade, como empresários e intelectuais prestigiados.

Enfatizando não desconhecer “a existência de racismo, de discriminação e preconceito”, insiste que a “constituição de direitos humanos não precisa passar pela polarização. Pode-se criar direitos humanos universais sem negar preconceitos e o racismo”.

---

<sup>386</sup>GOULART, Nathalia. Reitor da UnB deve ir ao Senado em agosto para explicar perseguição ideológica na universidade. Ver em: <https://veja.abril.com.br/educacao/reitor-da-unb-deve-ir-ao-senado-em-agosto-para-explicar-perseguiacao-ideologica-na-universidade/> (acessado em 11/05/2019, às 11:31).

Isso evitaria, assim, o perigo do surgimento de um suposto “racismo institucionalizado”, com a definição de um ordenamento jurídico específico para negros no corpo das regras universais.

o perigo da criação do racismo institucionalizado é a ideia de criar identidade paralela. Em todos os países que fizeram políticas públicas a partir da ideia de taça a consequência foi a criação de identidades paralelas. Isso aconteceu nos Estados Unidos, na Alemanha, (...) em Ruanda.

Os ataques à política de cotas, comparadas a medidas segregacionistas como as verificadas nos Estados Unidos das leis *jim crow* e na Alemanha do Terceiro Reich, são sustentados, cientificamente, em uma perspectiva que considera raça a partir do ponto de vista biológico.

É óbvio para todos aqui (no auditório do IFHC) que raças não existem. (...) São apenas 10 genes que definem cor de pele de um grupo de 25 mil genes. Então é perfeitamente possível que o mesmo pai e a mesma mãe tenham filhos de cores diferentes. (...) Mostra-se que a cor de pele não quer dizer diante das características gerais das pessoas.

Dessa forma, mistifica toda a discussão, ao ocultar o processo de formação e reprodução efetivo do racismo, cuja discriminação é tanto causa quanto efeito dos traços fenotípicos. Com base nisso, intelectuais vinculados ao movimento negro que estudam a questão não derivam suas análises de raça de argumentos biológicos, mas enfatizam fatores de identificação extraídos de características físicas – por óbvio, socialmente mais relevantes na formação dos preconceitos<sup>387</sup>. Com efeito, mesmo entre intelectuais brancos do século passado o conceito de raça não considera apenas as eventuais implicações biológicas. É o caso de Henri Vallois que, ainda em 1966, considerava “raça” o “agrupamento natural de homens, que apresentam um conjunto de *caracteres físicos* hereditários comuns, quaisquer

---

<sup>387</sup>GELEDÉS. O que é raça? <https://www.geledes.org.br/o-que-e-raca/> (acessado em 09/06/2019, às 14:20).  
332

que sejam, por outro lado, as suas línguas, os seus costumes ou as suas nacionalidades” (VALLOIS, 1966, p. 8).

Aparentemente alheia a essa discussão, Kaufmann insiste que a biologia impõe um óbice insuperável à formação de políticas de cotas para negros – insinuando, inclusive, que se o critério de DNA para a determinação racial fosse adotado, o resultado poderia ser inverso, com o que considera brancos sendo favorecidos pela reserva de vagas em instituições de ensino superior e em seleções para o serviço público.

Uma pesquisa excelente feita por Sérgio Danilo Pena (...) chamada Retrato Molecular do Brasil. Essa pesquisa me salva e salva eventuais pessoas que se considerem branca da culpa de terem escravizado os hoje negros. Porque essa pesquisa mostra análise de DNA que as pessoas que aparentemente são negras hoje não necessariamente descendem daqueles que outrora foram escravizados, essa pesquisa mostra (...) que negros hoje tenham ancestralidade genômica europeia muito maior do que os brancos, já que só 10 genes definem a cor de pele. Então é possível que brancos hoje descendam de escravos, e é possível que negros descendam de senhores de engenho. Então o único critério objetivo para definir uma política como essa é o critério de DNA, ou você eventualmente assumir os ônus e os riscos da autodeclaração.

O objetivo de retirar os fundamentos históricos das cotas raciais parece acima bastante explícito. Outro alvo é a formação dos assim chamados *tribunais raciais*, comissões de conferência de candidatos às cotas raciais, responsáveis, na visão de Kaufmann, por fazerem “ressurgir as ideias de Hitler”.

Quando você cria políticas públicas com base em raças, você tem de inventar um critério para poder legitimar essa política. É óbvio que quando eu faço de inventar um critério, é muito fácil você se distinguir o 7,61% de pretos no Brasil, o problema é identificar no Brasil quem são os 44% que são pardos. E aí que estamos percebendo, na minha visão de uma maneira totalmente inconstitucional, a criação de tribunais raciais, de composição secreta, em que a própria Sociedade Brasileira de Antropologia lançou um comunicado que isso é o cúmulo do absurdo você ter uma heteroidentificação, que a própria convenção de Direitos Humanos da ONU disse que não é possível criar comissões para identificar a raça de alguém, mesmo porque raça não existe. (Querer os Tribunais Raciais) é o cúmulo porque é fazer ressurgir as ideias de Hitler das leis de Nuremberg de 1935, quando você inventava critérios para definir quem é de uma cor, quem é de uma etnia, ou quem é de uma origem e outra.



A proposta da advogada, que, insistamos, não nega a existência do racismo, ainda que reduza seu impacto social, é a formação de cotas sociais – cujos principais beneficiários, segundo ela, seriam os negros. A superioridade dessa medida, assim, justificar-se-ia por tratar do problema das desigualdades *raciais* sem, contudo, acirrar contradições entre brancos e negros.

Quando eu proponho cotas sociais, não é cota social para resolver os problemas dos pobres no Brasil. A minha proposta de cota social é para resolver o problema da falta de integração dos negros no Brasil, sem criar a polarização e o risco da criação de identidades paralelas, porque esse risco existe, e o recrudescimento do ódio e o discurso de revanche (também existem).

Roberta Kaufmann dá, assim, vazão a uma das principais preocupações demonstradas no livro do iFHC, acima discutido: a formação de cisões no tecido social, motivadas pelas contradições de fundo racial. As políticas públicas para a superação da desigualdade oriunda do racismo, nesse sentido, deveriam enfatizar a formação de veículos de harmonização entre aqueles que comporiam, de fato, as “raças” – já que a própria ideia de raça e as coletividades que ela enseja são negadas como grupos componentes da que seria cidadão em geral. A chave do sucesso seria a efetivação de políticas universalistas enquanto tais, ou seja, a orientação é a efetivação da universalidade dos direitos do cidadão, e não a formação de um conjunto de direitos particulares, que reafirmem e reforcem divisões sociais. No debate acima comentado, por conseguinte, as posições da representante do Instituto Millenium parecem mais próximas àquelas defendidas por FHC e seu instituto, como delineado na intervenção final de Fernando Henrique Cardoso no evento analisado.

A luta é para garantir que hajam direitos universais. Não é para garantir que hajam particularismos juntos. É para garantir que, havendo desigualdades, produzam-se situações em que se possa alcançar a igualdade, até na lei. O medo que tenho não é o debate (...), não há uma só forma de solucionar o problema, por isso temos de ter criatividade. Mas tribunal racial é inaceitável porque reforça o racismo, e a proposta é combater o racismo. (...) É importante que nesse embate vejamos sempre os limites. É inaceitável negar a desigualdade racial. Por outro lado, me parece que colocar na lei certas questões que impliquem critério de raça,

é perigoso. No dia em que se legalizar a raça entramos no caminho complicado (FHC, 2011).

Por outro lado, é importante destacar a correlação de forças partidárias vigente em 2011. O petismo vivia, então, seu auge, tendo apresentado robusto crescimento no ano anterior (aceleração de 7,5 do PIB) e gozava de altas taxas de popularidade – com Dilma Rousseff ultrapassando os picos de popularidade registrados sob Lula e também FHC<sup>388</sup>. Representado no encontro pela Ministra, aos tucanos conviria marcar distância do posicionamento petista sobre o tema, reafirmando-se como alternativa. O afastamento, contudo, não poderia representar um caminho radicalmente distinto. A tarefa, então, era reafirmar especificidade em um mesmo campo de lutas – no caso, contra a desigualdade racial.

Dois anos mais tarde o ex-presidente voltaria ao tema. Em 2013, foi convidado a discursar no encontro que comemorava o décimo aniversário do Tucanafro, *ala negra do PSDB*, que na ocasião se lançava como grupo nacional. Ao avaliar a questão racial brasileira, os horizontes da luta dos negros e negras e sua própria trajetória pessoal no enfrentamento do problema, FHC reapresenta, eivada de racismo, a versão de integração entre as raças, presentes no documento acima discutido.

Com o tempo cheguei à presidência da República e não ia esconder a minha história, minha experiência. Disse que essa distinção entre negro e branco no Brasil é muito fugaz. Se você for ler o livro do Gilberto Freyre, aqueles que ele considera como amarelinhos, escurinhos, mulatinhos, mirradinhos são os heróis nacionais. Quase todo tem lá o sanguinho meio estranho (FHC, 2013).

A luta, portanto, seria pela *efetivação* da democracia racial no Brasil, que o ex-presidente reconhece, no mesmo discurso, só existir no plano das ideias nacionais. Isso,

---

388 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2011/09/30/cniiboepopularidade-de-dilma-supera-as-de-lula-e-fhc.jhtm>

contudo, passaria pela já afirmada *superação das particularidades derivadas das raças, com a integração de brancos e negros em um sujeito universal*. Enfatizar-se-ia, dessa forma, o desejo de “viver junto”, contra formação de “qualquer racismo”.

(...) Quando você vê um branco de verdade, nós não somos brancos. Nossa questão fundamental é que somos outra coisa. E temos de assumir que somos outra coisa e com orgulho dizer que pertencemos a um país que é formado por uma mistura muito grande, que não implica esconder identidade, mas implica dizer que temos identidades variadas mas uma é maior: somos brasileiros e queremos viver juntos (...) Martin Luther King, em seu discurso famoso, não faz uma pregação a favor da separação, mas a integração. (...) A grande obra de Mandela foi, em um país racista, tremendamente racista, num sentido pleno (...) afirmar a negritude, mas também diz que tem de viver junto. Essa é a grandeza do Mandela. Não foi formar um racismo, mas dissolver os racismos todos, principalmente dos brancos, que são os mais racistas (FHC, 2013).

A participação de Fernando Henrique Cardoso no seminário do Tucanafro ressalta uma questão que já aparece no seminário e no documento acima discutidos, mas que, a partir de 2013, ganha destaque: o autoelogio de sua trajetória como pesquisador e presidente, sobretudo no que diz respeito aos esforços para a “integração do negro”. Se acima ele reivindica “a sua experiência” na discussão da questão racial mais à frente a reabilitação de sua história na presidência se torna clara, quando são listadas suas realizações como presidente.

O primeiro título de terra dado aos quilombolas dei eu, lá no Paraná. (...) Assim como, quando Ministro do Exterior, eu vi que o Itamaraty à época era formado só por brancos. (...) Criamos uma bolsa para preparar negros para entrar no Itamaraty. (...) Também fiz um decreto para que no serviço público houvesse um espaço para negros. (...) Então eu sempre apoiei que tivéssemos políticas compensatórias, que houvesse um estímulo para que os negros pudessem participar. (...) Eu e o Hélio Silva (na verdade, Hélio Santos) fizemos um longo trabalho, quando estávamos no PMDB, para promover candidatos negros a vereador em todos os lugares que pudéssemos, para capitalizar para o Hélio votos para deputado estadual. (...) O PSDB tem a obrigação de defender essas teses (de integração racial). Não só uma obrigação do ponto de vista racial, mas político, porque nós fomos os primeiros a defender essas coisas, os primeiros a declarar publicamente que nós temos um compromisso com os negros (FHC, 2013)389.

---

389Hélio Santos, importante liderança do movimento negro, evocado na fala de FHC, apesar do equívoco sobre seu sobrenome, parece não ter juntado esforços ao ex-presidente na tentativa de construção da imagem de um PSDB *afro*. Um ano depois deste evento, nos momentos quentes da eleição de 2014, Santos não só declarou voto em Dilma Rousseff (PT), como ressaltou que o candidato tucano, Aécio Neves, não “tocava no assunto” da questão racial. Ver: GELEDÉS. Hélio Santos diz que para negros ‘Dilma é melhor’ Em:

Em que pese ser, então, ainda 2013, a preocupação com a eleição presidencial do ano seguinte já era clara, haja vista a entrevista coletiva concedida pelo ex-presidente na saída do encontro, quando as perguntas dos jornalistas tiveram no pleito o seu eixo comum. Discutia-se, na ocasião, sobretudo quem seria o candidato do PSDB à corrida presidencial: Aécio Neves (PSDB-MG) ou José Serra (PSDB-SP). A preferência pelo mineiro ficava evidente nas palavras de FHC, que o tratava como escolhido “natural” do partido. Uma estratégia para ampliar as bases de apoio ao tucano também já era esboçada: a tentativa de reivindicar a “frente” da luta pela “compensação aos negros”. Mais abaixo, veremos que, na mesma conjuntura, mas na área da “questão social”, o IFHC agiu de modo parecido, tentando disputar as bases sociais petistas.

Assim, ao longo desta pesquisa, insisti que o IFHC, embora, por óbvio, não se apresente como tal, deve ser analisado como um *APH*, ao mesmo tempo, empresarial e partidário – no sentido estrito da noção de partido, isto é, como órgão do PSDB, cujas ações são também influenciadas pela direção estratégica da legenda. Assim, no livro e no seminário analisados nesta seção, as posições do instituto, mais ou menos evidentes, têm nas posições petistas o seu grande *outro*<sup>390</sup>, o que fundamenta uma de nossas hipóteses iniciais de investigação, qual seja, a de que o IFHC se apresenta à burguesia – classe que o financia e para a qual ele se dirige prioritariamente – como alternativa para dirigir, no plano da institucionalidade política, o país e seu projeto de aprofundamento capitalista.

---

<https://www.geledes.org.br/helio-santos-diz-que-para-negros-melhor-e-dilma/> (acessado em 12/06/2019 às 09:34).

<sup>390</sup>diferentemente de outras linhas estratégicas, como a da parte do movimento negro que une os diagnósticos e prognósticos da questão racial à luta de classes e, por conseguinte, atam o ataque ao racismo ao combate à sociabilidade burguesa, que não aparecem nem como o diferente, mas são silenciadas.

Assim, FHC volta à carga um ano depois, em 2014, em novo encontro com lideranças do Tucanafro, dessa vez de modo mais explícito. Em bate-papo com Juvenal Araújo, presidente nacional da secretaria de militância negra do PSDB, Eduardo Sol, presidente do secretariado de militância negra do Rio de Janeiro e Ivan Lima, presidente do secretariado de militância negra do São Paulo, o ex-presidente reitera a necessidade de ações afirmativas que integrem o negro sem despertar “particularismos”. Opina que no Brasil faltam “respeito” com os negros e combate às “injustiças” derivadas das desigualdades raciais. Até aqui nada de muito novo em relação ao outras intervenções de FHC no debate. Cabe a Juvenal Araújo, então, expor aquela que talvez seja a principal razão da grande atenção dada à questão negra naquela conjuntura, com inclusive a gravação de um programa do Tucanafro com a maior liderança do partido, isto é, o próprio FHC: reafirmar o PSDB como alternativa ao PT, inclusive no que diz respeito ao trato da questão racial. Diz-nos Araújo,

O PSDB passou a nos enxergar de outra forma desde a sua palestra (de FHC) nos dez anos do Tucanafro (acima comentada). O que é importante para nós agora pensarmos é essa questão do resgate. O PT nos roubou, usurpou muitas bandeiras nossas. Essa do negro precisamos resgatar. Em 1995 o senhor (FHC) criou o grupo interministerial para tratar da questão da população negra, e logo no ano seguinte foi criado o Programa Nacional de Direitos Humanos, mas com uma ênfase forte na população negra. Ali naquele momento as ações afirmativas começaram a se pensar muito fortemente a reparação, as políticas compensatórias...11 anos depois a gente vê o PT fazendo decreto e piorando a forma de pensar...o senhor deixou uma frase que a gente tá usando com muita lucidez, que é a ‘luta não é do negro, é nossa’, mencionando a social-democracia...o próprio Franco Montoro criou o conselho da comunidade negra, o primeiro órgão...então a gente tá vivendo um momento de resgate da história maravilhosa (...) que o senhor deu para o país, não só para o negro, mas o Plano Real, que nós entendemos que é um dos melhores programas para a igualdade de oportunidades (ARAÚJO, 2014).

FHC reforça o discurso, demonstrando competência em elogiar seu governo.

Quando assumi o governo criei logo uma comissão para tratar da questão dos negros. Em seguida, medidas a favor dos direitos humanos voltados para negros e para índios. (...) E o PSDB não pode perder essa bandeira. É preciso que o PSDB entenda que isso é a formação de um Brasil democrático. É preciso maior integração. (...) O PSDB não pode ficar acovardado perdendo bandeira para o PT. Criamos o bolsa-escola. Eles formaram o bolsa-família, mas a origem fomos nós, (...) nós começamos os programas de bolsa para compensar os mais pobres. Nós

criamos os programas de integração racial. Eu fui a Alagoas para comemorar o dia de Zumbi, e foi colocado Zumbi no panteão da História Nacional, e eu fui lá simbolicamente, para mostrar importância da referência negra. Como que o PSDB não vai tomar isso com orgulho? (...) O Brasil nasceu para melhorar a condição social do Brasil, e o Plano Real não foi para pobre ou rico, foi para todos, e foi bom para todos, foi condição para que depois pudéssemos avançar em outras áreas. (...) Essas bandeiras têm de ser do país, mas nós iniciamos esse movimento de resgate do negro no Brasil (FHC, 2014).

A conexão entre essa elaborada história de lutas tucanas pela igualdade racial e os problemas mais urgentes da época é realizada por Ivan Lima, com intervenção que elogia a atuação de Aécio Neves, não apenas na promoção do Tucanafro, mas no trato do racismo em Minas Gérias, quando governador. A esse respeito, defende Lima.

Em Minas, Aécio Neves, quando era governador, ele então fez o primeiro e o segundo seminário estadual de promoção da igualdade racial. Criou o primeiro conselho estadual de promoção da igualdade racial, que tantos outros estados depois criaram. Minas hoje é o único estado que tem uma diretoria de vilas e favelas, que realmente trabalha em comunidades onde a maioria ainda é do povo negro. Esse trabalho de Aécio Neves, enquanto governador, também criou programas juntos aos quilombos, para que professores pudessem ser oriundos das comunidades e pudessem lecionar para os quilombolas. Essa é a nossa realidade em Minas, (...) mas o senador Aécio sempre buscou essa igualdade racial, é o principal entusiasta do Tucanafro. (LIMA, 2014)

O *bate-papo* termina com um explícito elogio ao presidencial, identificado como a encarnação da luta pela igualdade e democracia.

Nossa oportunidade com Aécio é grande, não só por ter sido um bom governador, mas por ter essa visão (a favor da igualdade racial). (...) Aécio tem de demonstrar que a luta é a mesma, pela igualdade, pela democracia, e ele quem mais encarna isso como muito vigor e com muita força. (...) Desde o século XIX tem luta do movimento negro. Agora chega, né? Temos de completar isso aí. Acho que o Aécio é o nome mais indicado para ajudar o Brasil nessa caminhada rumo a mais igualdade e democracia” (FHC, 2014).

Os documentos aqui analisados, assim, apresentam uma tensão que atravessa o Instituto Fernando Henrique Cardoso. A defesa da coesão social busca incorporar, ao projeto social em desenvolvimento, sujeitos de contradições que ameaçavam a integridade do “tecido social”. A manutenção da estabilidade, pois, está no horizonte da ação política do iFHC, sendo a linha-mestra que guia o princípio de suas diversas frentes táticas. É por isso que

convém incorporar setores e bandeiras do movimento negro em sua agenda política, desde que de modo apassivado, isto é, esterelizado de seu potencial transformador e apresentado como dínamo de resolução de uma contradição social, com sua conseqüente aclimatação aos padrões da ordem do capital. Certa vertente do multiculturalismo se mostrou, aqui, potencialmente contrarrevolucionária, sobretudo quando da sua articulação com o conceito de coesão social.

No processo, contudo, outros determinantes surgem na prática desempenhada pela entidade; estas, por sua vez, condicionadas pela oposição ao partido do governo no Brasil, então o Partido dos Trabalhadores (PT). Desse conflito, surge o objetivo de se apresentar como alternativa viável à condução do país pela via da institucionalidade política. A interface em tela, por conseguinte, articula interesses de duas naturezas distintas; um, mais propriamente de classe, quando os interesses empresariais mais fundamentais são defendidos; outro, partidário, que, embora possa também ter contornos classistas, atende a critérios específicos do conflito típico da arena político-eleitoral, como a disputa por votos e a tentativa de se apresentar como legítimo representante de certos setores sociais. É o caso do PSDB analisado acima, no que diz respeito ao movimento negro. Há clara tentativa de capitalizar votos em cima da agenda deve ser entendida como um esforço do partido para disputar o eleitorado em um nicho populacional que se constituiu como reduto petista ao longo dos anos 2000. Demandas de classe e especificamente partidárias, assim, imiscuem-se no iFHC, sendo difícil a sua total separação. Melhor é entender a trajetória do instituto pelo viés da articulação entre tais elementos. Se no capítulo anterior enfatizamos mais a atuação da entidade na arena de classe, neste é a dinâmica da luta interpartidária que conduz a ação.

Neste sentido, a disputa pela *questão racial* não foi o único campo de domínio petista no qual os tucanos decidiram travar disputa pelas bases sociais. Em paralelo a trama acompanhada acima, disputa similar seria travada pelo legado das políticas sociais – campo no qual o domínio petista ficou consagrado no debate público. Após um período claramente defensivo, que coincidiu com o auge dos governos do PT, os representantes tucanos têm disputado a autoria das políticas de transferência de renda em uma narrativa que colocaria as origens do Programa Bolsa Família (PBF) nos programas setorializados lançados pelo governo Fernando Henrique Cardoso, como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e o Vale-Gás.

O ponto alto do confronto se deu nas eleições de 2014. Os debates entre os candidatos que transcorreram durante a preparação para o pleito formaram cenário da disputa, às vezes encarniçada, entre, por um lado, Dilma Rousseff, que reivindicava o mérito petista pela criação de mecanismos de transferência de renda e de proteção social, como o PBF, por outro, Aécio Neves, que defendia ter sido o governo de Fernando Henrique Cardoso o verdadeiro “pai” daquele sistema<sup>391</sup>. Nas hostes tucanas, a preparação para aquele confronto começou, pelo menos, no ano anterior, com o IFHC tendo um papel importante no processo.

Em fevereiro de 2013, Dilma Rousseff foi lançada candidata à reeleição pelo PT, em pleito a ser realizado em 2014. Na ocasião, a petista argumentou que o partido “não herdou nada” das gestões tucanas, mas sim “construiu” os pilares que sustentaram a boa fase vivida pelo país. Na semana seguinte, FHC subiu o tom das críticas à presidenta e à sigla rival, disparando que Dilma teria “cuspidado no prato que comeu” e o PT, “usurpado os programas

---

<sup>391</sup> <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,aecio-defende-paternidade-de-fhc-sobre-bolsa-familia,1576919>



sociais do PSDB”<sup>392</sup>. Poucos meses depois, em maio daquele ano, às vésperas da convenção que elegeria Aécio Neves presidente da sigla com mais de 97% dos votos<sup>393</sup>, o IFHC divulgou texto entre os filiados defendendo o protagonismo de Fernando Henrique Cardoso na construção dos programas de proteção social<sup>394</sup>. Cito o documento, escrito por Xico Graziano.

As políticas sociais no Brasil mudaram de paradigma durante o período governamental de FHC. Antes, predominavam auxílios variados, quase sempre intermediados pelo poder público local: doações de cestas básicas, entrega de leite, distribuição de água na seca. Depois, estruturou-se uma rede de proteção social para combater a pobreza, introduzindo ações públicas coordenadas contra suas causas estruturais e transferências diretas de renda aos cidadãos.

A arquitetura da rede de proteção social construída no período governamental de FHC dependeu, inicialmente, da estabilização da economia. Com o fim do “imposto inflacionário”, que penalizava fortemente os mais pobres, pôde-se alcançar um novo patamar de combate à exclusão social, atacando as fontes geradoras da miséria<sup>395</sup>.

O esforço do instituto foi reconhecido pela mídia empresarial. Em nota do Valor Econômico reproduzida pelo portal de notícias G1, do grupo Globo, o IFHC é colocado como o protagonista dos esforços para derrubar tese de que Lula seria o pai de programas sociais<sup>396</sup>. A reportagem indica que a ideia seria “unificar um discurso que rebata a tese petista com precisão de datas e acontecimentos”<sup>397</sup>. Discurso que já estaria sendo “ensaiado” por Aécio Neves, que, em declaração dada em março daquele ano, defendeu ser preciso “que se respeite o passado. O Bolsa Família, quando foi criado em decreto de 2004, dizia claramente o

---

392 <https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-ingrata-cospe-no-prato-que-comeu-diz-fernando-henrique-7670460>

393 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/aecio-neves-e-eleito-presidente-do-psdb-com-973-dos-votos-do-partido.html>

394 <https://oglobo.globo.com/brasil/instituto-divulga-texto-no-qual-diz-ser-legado-de-fh-protecao-social-8403905>

395 <http://www.ifhc.org.br/fhc/fhc-hoje/politicas-sociais-no-brasil-pequena-historia-dos-programas-de-transferencia-de-renda/>

396 <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/05/ifhc-quer-derrubar-tese-de-que-lula-e-o-pai-de-programas-sociais.html>

397 Programas como o de erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em 1996, deram à transferência monetária a famílias carentes, defende o texto. Na sequência, vieram ações como o Programa Bolsa Escola (1999), Bolsa Alimentação (2001), depois unificados em um mesmo cadastro (CadUnico).

seguinte: estamos aqui unificando os programas de transferência de renda existentes, herdados do governo do presidente Fernando Henrique”<sup>398</sup>.

#### **4.2 “Um outro bloco capaz de sustentar o poder”: o IFHC, a derrota de 2014 e a derrubada do petismo (2014-2015)**

A natureza da derrota em 2014 não frearia os esforços do PSDB em retomar o poder. A conjuntura de crise que emergiu mais decisivamente após a reeleição de Dilma Rousseff, contudo, imporia transformações ao partido, tanto no plano organizativo, com fragmentação ocasionada pela atração de setores tucanos para a extrema-direita, como João Dória; quanto no plano da tática política. Com efeito, sobretudo a crise econômica, mas também a crise de hegemonia evidenciada a partir de 2015, mudaram o tom da ação política tucana. Aécio Neves abraçou francamente o golpismo. Não reconheceu o resultado das urnas, exigindo recontagem de votos e, quando os números se mantiveram substancialmente os mesmos, passou a denunciar suposta fraude operada pelas urnas eletrônicas, em claro flerte com o conspiracionismo de extrema-direita que então era difundido por organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL)<sup>399</sup>.

A leitura tucana da situação parecia clara. Se em 2013 e 2014 importava disputar eleitoralmente a base popular do partido, como ficou evidenciado pelo combate em torno da autoria das políticas de “inclusão social” acima comentadas, as manifestações dirigidas pela direita a partir de 2015, a adoção de uma agenda econômica ortodoxa, expressa pela indicação do banqueiro Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, e o conseqüente desgaste da popularidade de Dilma Rousseff, contando, inclusive, com o apoio de sempre da mídia empresarial,

---

<sup>398</sup> <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/05/ifhc-quer-derrubar-tese-de-que-lula-e-o-pai-de-programas-sociais.html>

<sup>399</sup> <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/aecio-defende-urna-eletronica-com-recibo-para-conferir-votos-em-eleicoes.html>

demonstraram ao partido uma oportunidade histórica poderia ter sido aberta. Para uns, como Aloysio Nunes, importava fazer Dilma sangrar, minando as bases de apoio petista, criando um horizonte de vitória tucana em 2018<sup>400</sup>. Assim a popularidade da presidenta se conservaria baixa e, em comparação, o “capital político” do PSDB cresceria<sup>401</sup>. FHC, entretanto, sem apoiar declaradamente os esforços do senador Aécio Neves em encerrar o ciclo petista por quaisquer meios, não descartava a necessidade de se aproveitar o momento para criar uma “alternativa de poder”. As posições de Aloysio Nunes e de FHC se encontraram em um evento que debateu o novo mandato presidencial petista. Era 09 de março de 2015, e a presidenta eleita um ano antes recém-iniciara o terceiro mês de seu novo governo.

Aparecia ali, pela primeira vez com clareza, a tese que então passaria a ser repetida pelo ex-presidente: o PT teria operado um “presidencialismo de cooptação”, em referência indireta à tese do cientista político Sérgio Abranches sobre o “presidencialismo de coalizão” que marcaria a Nova República brasileira. Se este era determinado pela dispersão de siglas no espectro partidário brasileiro, o que, por sua vez, forçaria a formação de grandes coalizões para conquista da “governabilidade”, o modelo de organização do poder inaugurado pelo “lulopetismo” teria como marca a engrenagem que uniria, no polo do poder político, frentes partidárias por meio da corrupção; e, no polo da sociedade, a sujeição dos campeões nacionais ao governo, em uma relação em que se transacionaria financiamento público por meio do BNDES em troca de financiamento partidário<sup>402</sup>. No primeiro caso, crimes teriam sido cometidos; no segundo,

---

400 Assim se expressou o senador e ex-candidato à vice-presidência na chapa de Aécio Neves, derrotada em 2014, Aloysio Nunes, em evento sediado pelo IFHC. Ver: <https://fundacaoofhc.org.br/debates/avaliacao-das-perspectivas-do-novo-governo>

401 Assim Sérgio Fausto, diretor executivo do IFHC, expressou-se em entrevista concedida a BBC, em 2018, ao recordar a conjuntura em tela. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42713238>

402 A fala completa de FHC no evento está disponível neste link: [https://www.youtube.com/watch?v=w-V-fz6\\_LFk](https://www.youtube.com/watch?v=w-V-fz6_LFk)

embora uma manobra considerada legal, o mecanismo teria feito renascer uma espécie de nacional-estatismo, com o poder petista e seus interesses partidários determinando a alocação de recursos públicos<sup>403</sup>. As múltiplas crises que teriam irrompido em 2015, defende Fernando Henrique Cardoso, não seriam, assim, casuais, nem tampouco produtos de flutuações da economia internacional, conforme defendia Dilma Rousseff<sup>404</sup>. Seriam produtos necessários do jeito petista de governar, *expresso no presidencialismo de cooptação*.

FHC falar de *lulopetismo* é interessante. A criação do termo é atribuída ao jornalista Reinaldo de Azevedo, e seu uso pelo ex-presidente busca qualificar os governos petistas como partes da montagem de um sistema de cooptação, estruturalmente corrupto e corruptor, centrado em espécie de culto à personalidade de Lula. Naquela quadra histórica, o termo também era usado largamente por setores da extrema-direita, representando espécie de bandeira em torno da qual se reuniriam as hostes da reação. Deste ponto de vista, se, por um lado, conviria qualificar os anos petistas à frente do governo federal como um todo homogêneo – do que se tiraria a conclusão lógica que a crise então vivida era produto direto e necessário do elogiado governo Lula -, por outro, interessaria aos tucanos próximos a FHC a reabilitação de seu governo. Assim, o ex-presidente criticou ainda, no mesmo evento, a versão que interpreta seu mandato como “neoliberal”.

De acordo com ele, vivia-se então o reordenamento das relações internacionais, com a globalização acelerada e o recém-desmantelamento do “mundo socialista”. Neste cenário, havia de se reorganizar a estrutura econômica nacional, atrelando-a às cadeias e aos circuitos globais de

---

403 As considerações sobre o “nacional-estatismo” redivivo, que parecem ecoar avaliações de historiadores conhecidos, também foram tecidas por Sérgio Fausto, na entrevista acima referenciada em nota. Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42713238>

404 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-pede-paciencia-e-diz-que-sociedade-precisa-dividir-esforco.html>

valor. Esta orientação geral se traduziu, concretamente, em uma série de medidas de estabilização monetária e abertura econômica, conduzidas tanto por ele quanto por Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central e um dos “pais” do Plano Real. O “choque de capitalismo”, já antevisto pelo senador tucano Mário Covas em 1989, tinha como objetivo aumentar a competitividade para “sanear” a matriz produtiva nacional, forçando a adequação do empresariado ao modelo produtivo predominante internacionalmente. “O choque” sofreu oposição mesmo de setores da burguesia brasileira. O caso mais conhecido foi o conflito entre FIESP e setores do governo FHC, sobretudo os que se agrupavam em torno de Gustavo Franco em defesa da sua política monetária. Segundo reportagem da Folha de S. Paulo de 1998, a central patronal, contando com o apoio inclusive de setores da CUT e da Força Sindical, então pressionava o governo por uma “política mais voltada à produção”, e o conseqüente abandono da política de defesa do valor do Real, levada a cabo por Franco, que na prática tornava difícil a vida dos industriais brasileiros, dada a competição internacional tornada ainda mais forte pelo baixo preço do dólar. Abaixo transcrevo a fala de FHC sobre o tema.

Na verdade, já desde a década de 1980 estava claro que nós estávamos numa situação complicada no Brasil. A nossa constituição foi aprovada em 1988, o muro de Berlim caiu em 1989, aqui tinha uma confusão bastante grande, não havia muita clareza sobre o que fazer e o que não fazer. De fato, a década de 1990 mostrou que a chamada globalização estava aí, e as pessoas custaram muito entender... em 1990 estava claro, mas as pessoas custaram muito a entender que era um desafio de novo tipo. Coube a nós [do PSDB] em parte tentar equacionar a situação... que que você faz com o país que que cuja raiz fundamental da sua cultura é fechar economia... é dar mais força ao Estado e o Estado dar a mão para o empresário por que ele cresça... e aumentar o consumo... o que você faz um país quando ele de repente não pode mais ser assim? Porque tem que abrir economia... a economia está toda inter-relacionada, o setor financeiro nem se fala... as redes, não só sociais, mas financeiras também... então o desafio era esse, e isso foi difícil de fazer... as pessoas entenderem... aí qual foi a reação? Ah, vocês são neoliberais. Neoliberais coisa nenhuma. Mudou o processo produtivo, mudou a tecnologia, mudaram os meios de comunicação e você tem de se situar nesse novo mundo, não no mundo do passado. A duras penas isso foi avançando, conseguimos alguma coisa... trabalhamos com dificuldade, aqui é sempre com dificuldade, mas a coisa foi indo, com várias crises, etc, com vários erros, etc, mas foi indo...foi indo405

A crítica, então, volta-se para a chamada “nova matriz econômica”. Em operação já conhecida no seu discurso, FHC relaciona os elementos positivos do governo Lula à manutenção dos instrumentos construídos nos seus anos à frente do Governo Federal. Os elementos negativos, porém, seriam origem da crise então vivida. A concretização do processo teria sido operada por Dilma Rousseff, quando se tentou mudar as bases da estrutura econômica brasileira. FHC diz assim:

Veio o Lula e a sensação de que entenderam qual é o desafio... fizemos aquela transição preparada, Palocci levou três meses como ministro sem pasta no meu governo para poder receber as instruções da situação e tal... o Palocci entendeu bem... votamos o orçamento que eles queriam ...aquilo foi, dava a impressão de que finalmente o Brasil tinha um rumo, vai aí e tem o tripé, essa coisa toda...tem símbolos dessas coisas que vão funcionar... disciplina fiscal e tal e coisa... as coisas iam bem... ai sai o Palocci...mas não é o Palocci... a situação permitia...eles entenderam qual era a questão... ai vem a crise...deu a sensação que você tinha que fazer uma coisa anticíclica, né... e deu a sensação ao governo, Dilma à frente, porque o Guido não estava à frente de nada, a Dilma à frente dizendo “não, agora vamos fazer o que é bom mesmo, não é isso que tem sido feito até agora”...e começaram a destruir paulatina e progressivamente os instrumentos que nós tínhamos posto em prática para modernizar o Brasil406.

Arriscando a análise mais profunda do que a mera descrição, enviesada, da história dos dois governos, FHC destaca que a base daquela nova política econômica foi a construção de um “novo bloco no poder” que, em suas palavras, configurou “gramscianamente, um bloco hegemônico”. Tratava-se do uso de dinheiro público para, do lado dos pobres, via PBF, conquistar apoio eleitoral; e, do lado de “algumas empresas” (as “campeãs nacionais”), sua “cooptação” via dinheiro público por meio de instrumentos do Estado – inclusive possivelmente de maneira criminosa, como é sugerido pela referência truncada ao Mensalão, logo interrompida e substituída pela expressão “Lava-Jato”. A tese de que o BNDES teria sido usado como mecanismo de “repasso de dinheiro para ditaduras” ou “compra de apoio de empresários corruptos” já era, então, uma bandeira da extrema-direita, posteriormente

capturada pelo bolsonarismo e desmentida recentemente por apurações de auditorias sobre a atuação do banco<sup>407</sup>. O recurso de FHC ao tema, aqui, já prefigurava a tentação que as armas do bolsonarismo exerceria sobre seu combate ao “lulopetismo” e sua tentativa de reconstrução do PSDB como partido da burguesia. Segue o ex-presidente.

Houve também um novo pacto sócio-político no Brasil. Por quê? Porque, na verdade, houve decisão também de colocar o BNDES e todo instrumental público a serviço das empresas. Ao mesmo tempo que a bolsa família alimentava alguns setores mais pobres, o grosso dos recursos foi dado às empresas... algumas delas... Quando foi nomeado presidente do banco central um amigo meu, Luciano Coutinho, conheço desde joventinho...BNDES... eu dei uma entrevista à ISTOÉ dinheiro dizendo “Agora é um perigo”... Porque o Luciano acredita nisso... era o modelo coreano... (eu disse) ah, então vai escolher os campeões nacionais e vão solidificar um bloco de poder... esse bloco de poder solidificado não só pelo BNDES... fundo de pensão, Caixa Econômica, Banco do Brasil... deu aquela alegria a todo empresariado brasileiro, à classe média também... era Lula é Deus... aquele bloco de apoio real. Anéis burocráticos, como eu chamava...bom, isso, gramscianamente, era um bloco hegemônico...esse bloco se partiu...se partiu e qual foi a percepção? Bom, no começo era Lula era bom e Dilma era má. Não é nem uma coisa, nem outra. O bloco se partiu porque se esgotou o modelo econômico...se esgotou... as primeiras reações da sociedade foram... “ah, bom era o tempo do Lula”... não perceberam que o tempo do Lula levaria a isso e levou a isso... (...) então o bloco se arreventou, e arreventação final tá sendo agora, que tá se revelando o custo disso tudo em termos de dinheiro público, de financiamento não controlado...de uma maneira concreta deu mens... deu lava-jato<sup>408</sup>

Nesta passagem, FHC faz referência aos anéis burocráticos, importante elemento de sua discussão sobre o Estado na América Latina dos anos 1960<sup>409</sup>. É intrigante, porque a impressão que fica naqueles que estudam a história da sua fundação, marcada pelo convite para que membros do Estado participem das reuniões, atravessada pelo contato direto com o setor empresarial, inclusive via financiamento; liderada por intelectuais orgânicos da burguesia, enfim, a impressão é que a Fundação Fernando Henrique Cardoso funciona, na

---

407 <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1985>; <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/01/27/A-ideia-da-‘caixa-preta’-do-BNDES-mais-de-6-anos-depois>

408 [https://www.youtube.com/watch?v=w-V-fz6\\_LFk](https://www.youtube.com/watch?v=w-V-fz6_LFk)

409 A discussão está desenvolvida em diferentes obras escritas pelo ex-presidente. Ver principalmente:

CARDOSO, Fernando Henrique. A construção da democracia. Estudos sobre política. São Paulo:

Siciliano, 1993; CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. São Paulo: Difel, 1973

prática, como candidata ao cargo de anel burocrático, e, se assim for, a crítica seria mais ao conteúdo do que à forma.

A impressão ganha força quando ouvimos a sequência de sua fala. Demonstrando confiança em que seria o momento de agir para a construção de uma “alternativa de poder” ao PT, então empossado para mais quatro anos na presidência, FHC parece contornar mesmo as recomendações de maior prudência, feitas por Aloysio Nunes. A conjuntura presente lembraria, segundo ele, a que sucedeu imediatamente o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, quando, então tornado Ministro da Fazenda, teria enfrentado resistência no Congresso às suas medidas. “Parlamentares diziam”, sempre de acordo com FHC, que “não existia ainda um governo consolidado”. O tucano apresenta assim sua resposta dada na ocasião.

Eu digo: olha, a única possibilidade de fazer alguma coisa é agora. Quando tem governo, quer dizer, quando está organizado tudo, os interesses organizados não deixam eu controlar inflação... (...) mas aí nós tivemos uma vontade política, uma visão de que tinha que fazer e um programa... então empurramos goela abaixo, não goela abaixo do país, mas goela abaixo do Congresso uma série de medidas que em situações normais não seriam votadas.

“Goela abaixo” foi introduzido, entre 1993 e 1994, um conjunto de medidas que ficou conhecido na época como Plano FHC, preparatórias para o lançamento de uma nova moeda: o Real. A primeira delas foi o Programa de Ação Imediada (PAI), por meio do qual o Executivo enviou um pacote de cortes de investimentos sociais com o fito de equilibrar as contas públicas. Depois, veio o fim da renegociação do processo de moratória internacional, iniciado na década anterior, reativando, por este expediente, o serviço da dívida externa. Mais próximo da implementação do Plano Real, veio ainda o Fundo Social de Emergência (FSE), atual Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permitiu ao governo o confisco de 20% dos recursos constitucionalmente destinados à saúde e educação para atender “situações



emergenciais”, na tentativa de formação do superávit primário defendido como necessário para o lançamento da nova moeda<sup>410</sup>.

Chama atenção o argumento proferido por alguém que dedicou bastante tempo a criticar no PT o suposto pouco apego democrático do partido – imputando à singla, inclusive, “tendências leninistas”, para ele sinal de autoritarismo. Seria metodologicamente inadequado deduzir da composição do Congresso expressão da pluralidade social e, logo, da democracia, tornando mecânico, por este expediente, o princípio da representação. É sabido que a correlação de forças eleitorais nem sempre se adjudica na composição relativa das classes e frações de classe de uma sociedade – observação que deveria ser elementar em um país com população predominantemente trabalhadora e representação predominantemente empresarial. Se aqui este destaque é feito, porém, é porque o protagonista da narrativa é conhecido por se apresentar como defensor da democracia liberal e de suas instituições – a ponto de ter fundado um instituto para sua defesa.

Segue FHC

agora é mesma coisa, só que falta quem faça isto. O ministro Levy (Joaquim Levy, então ministro da fazenda) é um técnico, não é um líder político, não vai fazer isso, não vai... eu me lembro, Aloysio também se lembra, outros aqui presentes também...eu era ministro da fazenda e era senador, líder do PSDB e do PMDB, então tinha autoridade moral para enfrentar o debate no congresso... não é... tem que fazer isso. Quero ver algum tecnocrata enfrentar os senadores... não enfrenta. (...) a situação agora é imprevisível, mas haverá... a opinião pública vai ter peso... vai ter peso nisso, porque a desmoralização simultânea do sistema econômico e do político faz com que as pessoas... começa essa coisa de bater panela... vai ter peso, e em algum momento isso acaba afetando os que conduzem a política. Não é que seja fatal que aconteça isso, mas não se pode minimizar essa questão. Aloysio também disse com muita propriedade que a quem tem responsabilidade política também não cabe acirrar um processo se não sabe onde vai dar, mas você não pode também se eximir da responsabilidade de certos momentos, dizer: “olha, tem que tomar tais e tais medidas, tem de juntar tais e tais forças”... depende do clima que vai se criando. (...) Oxalá os próprios políticos

---

410 José Paulo Netto mostra como a implementação do Plano Real foi preparada por um conjunto de medidas que retiraram recursos de proteção social, fragilizando a capacidade do Estado em perseguir determinações constitucionais celebradas em 1988. NETTO, José Paulo. FHC e a política social. Um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESPAUBIN, Ivo (org.) O desmonte da nação. Balanço do governo FHC. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

percebam que têm que mudar as coisas...Oxalá entendam que têm que mudar as coisas...e que alguma liderança política assuma o processo (...) que alguém ou alguéms reajam contra isso... e refazer o que arreventou agora...um outro bloco capaz de sustentar o poder, e não é um bloco dentro do congresso, é na sociedade com o congresso, e a justiça e a rua precisam botar mais pressão...mas a sociedade e o congresso precisam refazer seu caminho para que seja construída uma nova situação de poder....Quer dizer, tira e presidente da república... não adianta nada, vai fazer o que depois? Você tem de construir um polo e ter uma visão do que dá para fazer<sup>411</sup>.

A conjuntura ajuda a entender melhor a arenga de FHC às ruas, à Justiça e às panelas.

Em 2014, diversos grupos de extrema-direita foram criados. MBL, Revoltados On-Line, Vem Pra Rua, alguns deles claramente golpistas, lideraram manifestações maciças, atraindo setores sociais que reivindicavam mesmo intervenção militar<sup>412</sup>. Na arena de atuação da Lava-Jato, o escândalo do Petrolão vinha à tona, com o STF tendo ordenado abertura de investigação criminal de acusados de envolvimento no esquema na semana realização do evento comentado. Na noite anterior à fala de FHC, 8 de março, dia Internacional das Mulheres, Dilma Rousseff defendera, em cadeia nacional defendendo o “ajuste fiscal” e pedira “paciência” com situação econômica do país, sendo recebida na sequência por panelaço nas grandes cidades<sup>413</sup>.

Se o partido da Lava-Jato e os setores sociais que participaram das manifestações das direitas, nas ruas e nas janelas e varandas, devem compor o “outro bloco no poder”, isso não basta para compreender a natureza social deste novo arranjo. Fernando Henrique Cardoso é um sociólogo experimentado, “amigo” de Poulantzas no período em que este prepara seus principais trabalhos<sup>414</sup>. Sabe que “blocos no poder”, conceito utilizado largamente pelo franco-grego, refere-se sobretudo a classes e frações de classes sociais. As “camadas

---

411 [https://www.youtube.com/watch?v=w-V-fz6\\_LFk](https://www.youtube.com/watch?v=w-V-fz6_LFk)

412 <https://www.istoedinheiro.com.br/vem-pra-rua-faz-mobilizacao-em-recife-contradecisao-do-stf/>

413 <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,cronologia-protestos-2015-a-2016,12157,0.htm>

414 A referência à amizade está em entrevista concedida pelo ex-presidente e disponível aqui:

[http://desigualdadediversidade.soc.puc-](http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/05%20DeD%20_%20n.%209%20-%20Entrevista%20FHC.pdf)

[rio.br/media/05%20DeD%20\\_%20n.%209%20-%20Entrevista%20FHC.pdf](http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/05%20DeD%20_%20n.%209%20-%20Entrevista%20FHC.pdf)

intermediárias” certamente são um setor importante da pequena burguesia, aliada histórica do PSDB e base importante de apoio ao governo FHC. Já a pergunta sobre quais setores dominantes deveriam dirigir o bloco é importantíssima, e creio serem os patrocinadores do instituto um importante indício para se construir uma resposta. Sobre isso refleti mais demoradamente no capítulo 3, ainda que no espaço tenha evitado conclusões por falta de provas contundentes.

Restaria entender melhor quem deveria representar o “outro bloco” no nível político-partidário. Aqui o céu desanuvia e as respostas parecem ganhar mais precisão. No evento descrito, FHC instigava a “opinião pública”, as ruas, a justiça, além do próprio partido, a forçarem a construção de uma nova alternativa de poder, alijando o PT não só da presidência, mas também da liderança daquele “bloco” que apoiava e constituía o governo – substituindo-o por outro. Do que se depreende a possibilidade de ser o próprio IFHC candidato ao cargo. Não seria novidade. Anos antes, quando do lançamento da entidade, o ex-presidente alertava seu partido sobre a necessidade de “reconquistar as bases históricas do PSDB”, referindo-se não apenas à pequena burguesia, mas também aos setores empresariais. A crise do “lulopetismo”, assim, parece ter indicado ao tucano a oportunidade há muito aguardada. Era 09 de março de 2015. Dilma Rousseff iniciara seu novo mandato há pouco mais de dois meses.

### **4.3 Governo Temer: o IFHC entre a representação empresarial e a fragmentação partidária**

A consolidação do golpe de 2016 com o afastamento definitivo de Dilma Rousseff, em agosto daquele ano, impôs ao comando do país a coligação partidária derrotada em 2014,

mantendo o PMDB no governo, desta feita à frente. A identidade de projetos do plano de governo pemedebista, a famigerada “Ponte para o Futuro”, e a agenda tucana foi reconhecida por setores da imprensa e pelos principais representantes do próprio governo. A posse de Michel Temer, assim, para muitos significou a implementação do programa derrotado nas urnas em 2014 – agravando o “estelionato eleitoral” cometido pelos petistas que, após defenderem uma plataforma de governo nas eleições, praticaram outra no início do seu quarto mandato presidencial<sup>415</sup>.

O embarque do PSDB no novo governo, contudo, não se deu sem revelar algumas cisões internas, ainda que o partido então ainda se mantivesse razoavelmente coeso. As disputas evidenciavam as contradições entre uma agenda de Estado, marcada pelo apoio ao “reformismo” de Michel Temer, sobretudo na área “econômica”; o reforço da posição do IFHC como centro de articulação entre setores sociais dominantes e a sociedade política brasileira; e a luta partidária, já tendo as eleições de 2018 no horizonte. De acordo com Eliseu Padilha, então ministro chefe da Casa Civil, coube a FHC o papel de “maior entusiasta e defensor do apoio do PSDB” a Temer<sup>416</sup>. Com efeito, em entrevista concedida antes da reunião de cúpula que selaria o embarque do partido no governo, FHC defendeu a ocupação de ministérios por membros do partido, reforçando, por este expediente, o grupo tucano próximo a José Serra, que aspirava ter peso no governo<sup>417</sup>. Na conjuntura, por medo da contaminação do partido pela impopularidade do governo, Aécio Neves e Geraldo Alckmin

---

415 <https://theintercept.com/2016/08/28/o-romance-entre-psdb-e-pmdb-na-ponte-de-volta-para-o-futuro/>

416 <https://www.nsctotal.com.br/noticias/fhc-foi-entusiasta-do-apoio-ao-governo-temer-afirma-padilha-0>

417 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-apoia-entrada-do-psdb-em-eventual-governo-temer-e-reforca-posicao-de-serra,10000027977>

defendiam tese contrária, alegando que o PSDB deveria apoiar a agenda econômica “reformista” de Temer, mas sem aceitar cargos<sup>418</sup>.

A solução do dissenso com o partido aceitando compor a base de apoio de Temer reduziu a intensidade das disputas internas. Aécio Neves ainda era a figura pública da legenda, e, em sua avaliação do ano de 2016 publicada no sítio virtual do partido, curiosamente assinada como “Ponte para o Futuro”, o senador e candidato derrotado à presidência da República em 2014 apelava à união das forças políticas<sup>419</sup>. Segundo ele, para além do “ajuste fiscal” então implementado pelo governo pemedebista, era urgente avançar em “Reformas Constitucionais” que haviam sido “descontinuadas” pelo “ciclo de poder” anterior, então “vencido”<sup>420</sup>. A fala reforça, assim, aqueles que defendem ter sido o golpe de 2016 espécie de efetivação de “Ponte para Passado”, por pretender restaurar ataques mais incisivos contra os direitos previstos na Constituição de 1988; período de ataques cujo maior símbolo, para José Paulo Netto, teria sido precisamente o governo Fernando Henrique Cardoso<sup>421</sup>. Por outro lado, ter sido Aécio Neves o responsável por assinar espécie de memorial tucano do ano que se encerrava revela a posição de prestígio da qual o senador então ainda desfrutava.

O IFHC também teve seu butim no novo governo. Xico Graziano, que atuava na comunicação e na edição de conteúdo da organização – abastecendo, inclusive, a página do Facebook *Observatório da Política*, ligada à entidade – foi designado para a equipe de comunicação virtual da Presidência da República<sup>422</sup>. A ocupação de postos do Estado por parte de membros da organização, contudo, não foi o principal esteio de apoio à agenda

---

418 Idem

419 <https://www.psdb.org.br/pe/ponte-para-o-futuro-por-aecio-neves/>

420 Idem

421 NETTO, José Paulo. *Op. Cit.*

422 <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/05/16/ministro-da-industria-tentara-resgatar-poderes-da-pastano-congresso/>

governamental de Michel Temer. Concordando com as bases da “Ponte para o Futuro”, o IFHC estimulou a discussão sobre melhorias no ambiente de negócios brasileiro, e o apoio às medidas de Temer deram o tom de eventos que reuniram empresários interessados em investir no país e quadros da administração federal responsáveis por franquear o país ao capital externo.

Um eloquente exemplo é o evento realizado 28 de outubro de 2016. Pouco mais de um mês antes, em 13 de setembro, a Presidência listara os primeiros 34 projetos de infraestrutura que seriam concedidos à iniciativa privada como parte do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), anunciado pelo presidente no primeiro dia de governo, ainda durante seu mandato interino. Tratava-se de um generoso pacote incluindo portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, setores do complexo energético e empresas de mineração<sup>423</sup>. De acordo com o secretário-executivo do programa, Moreira Franco, o governo planejava arrecadar R\$ 24 bilhões com concessões e privatizações só em 2017<sup>424</sup>.

Naquele outubro, O IFHC realizou um seminário para discutir o tema<sup>425</sup>. Contando com patrocínio de um *pool* de empresas financiadoras das atividades do instituto<sup>426</sup>, o evento, mediado por Sérgio Fausto, um dos principais porta-vozes do IFHC, reuniu James

---

423 <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/governo-temer-anuncia-concessao-ou-venda-de-25-projetos-de-infraestrutura.html>

424 <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/governo-quer-arrecadar-r-24-bilhoes-com-concessao-e-privatizacao-em-2017.html>

425 <https://fundacaoifhc.org.br/iniciativas/debates/investimento-em-infraestrutura-no-brasil-primeiras-medidas-do-governo-temer>

426 Na ocasião, o debate contou com financiamento da Ambev, Cosan, BM&FBovespa, CPFL Energia, Bunge, Alfa Seguradora, Itaú, Pepsico, Natura, Telefônica-Vivo, IBM, ESPM e Votorantim; e com o apoio da Rádio BandNews, Grant Thornton e da Livraria Cultura. Ver: <https://fundacaoifhc.org.br/iniciativas/debates/investimento-em-infraestrutura-no-brasil-primeiras-medidas-do-governo-temer>

Stewart, diretor global da Área de Infraestrutura da KPMG, multinacional de auditoria e consultoria; e Marcelo Allain, secretário de Articulação e Parcerias do PPI<sup>427</sup>.

Marcelo Allain detalhou o funcionamento do PPI, considerada pelo IFHC como “uma das principais apostas do governo Temer para o país retomar o crescimento econômico após dois anos de recessão”. Segundo ele, “o programa parte do diagnóstico de que, além do esforço de fazer o ajuste fiscal, precisamos avançar em iniciativas que tragam investimentos, melhorem a infraestrutura e a qualidade dos serviços do país”<sup>428</sup>. A ideia do governo apresentada pelo secretário, era utilizar “pouco” o BNDES, com financiamento nunca superando a casa dos 50% do montante total. A ideia, assim, era privilegiar os capitais com capacidade de autofinanciamento, reforçando o papel da iniciativa privada na “reconstrução” da infraestrutura brasileira. Como forma de assegurar qualidade positiva do serviço, o governo reforçaria o papel das agências reguladoras, bem como criaria mecanismos para garantir o andamento e o término das obras no tempo previsto em contrato. Os leilões estavam planejados para serem realizados entre cem dias e um ano após o lançamento dos editais<sup>429</sup>.

Na sequência, foi a vez do “consultor” James Stewart, representando a KPMG. O sítio virtual brasileiro da empresa anuncia assim, na aba “institucional”, a sua missão:

A KPMG é uma rede global de firmas independentes que prestam serviços profissionais de Audit, Tax e Advisory. (...) Orientada pelo seu propósito de empoderar a mudança, a KPMG tornou-se uma empresa referência no segmento em que atua. Compartilhamos valor e inspiramos confiança no mercado de capitais e nas comunidades há mais 100 anos, transformando pessoas e empresas e gerando impactos positivos que contribuem para a realização de mudanças sustentáveis em nossos clientes, governos e sociedade civil<sup>430</sup>.

---

427 <https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/debates/investimento-em-infraestrutura-no-brasil-primeiras-medidas-do-governo-temer>

428 <https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/debates/investimento-em-infraestrutura-no-brasil-primeiras-medidas-do-governo-temer>

429 Idem.

430 <https://kpmgbrasil.com.br/news/list?id=40>

Trata-se, como se vê, no que diz respeito à sua interface de consultoria, de espécie de agência de investimentos, calculando riscos, traçando panoramas e gerando “confiança” no mercado, apontando destinos e formas mais desejáveis para alocação de capitais. Faz sentido, portanto, que a fala de Stewart suceda do representante do governo que disponibilizava, então, uma nova carteira de investimentos ao “mercado”.

O agente da KPMG elogiou o projeto do governo Temer. No entanto, alguns problemas foram apontados à plateia. “Quando se trata de atrair investimento externo”, disse, “o Brasil tem sido um mercado fechado”. Para mudar o quadro, conviria ao governo avançar “mais reformas”, “dando apoio e correndo mais risco” para conseguir atrair investimento estrangeiro. Stewart se referiu especificamente o que chamou de *unsolicited bids*”, equivalente ao Procedimento de Manifestação de Interesse, usual no Brasil. De acordo com o sítio do IFHC,

Nos últimos dez anos, a maioria dos governos (federal, estaduais e municipais) recorreu aos PMIs para estruturar e licitar projetos de concessão e PPPs (parcerias público-privadas). Isso tende a favorecer proponentes e “players” locais, mais informados sobre os projetos, enquanto os estrangeiros só ficam sabendo das oportunidades durante “road shows” ou quando os editais são publicados<sup>431</sup>.

A página virtual do IFHC destaca outros trechos da fala do britânico. Para Stewart, “as ‘unsolicited bids’ são um pesadelo para os investidores estrangeiros. Eles não entendem esta prática, que tem sido uma grande barreira ao investimento externo no Brasil”. Segundo o IFHC, seriam ainda obstáculos para investimentos externos as altas taxas de juros praticadas no Brasil, os esquemas de corrupção e o mau estado geral da economia. A crise política também assusta, por isso o consultor sugeriu a criação, por parte do governo, de

---

431 <https://fundacaoifhc.org.br/iniciativas/debates/investimento-em-infraestrutura-no-brasil-primeiras-medidas-do-governo-temer>



mecanismos de garantias de investimento<sup>432</sup>. Tomando de volta a palavra, o representante do governo concordou com a observação do britânico, mas argumentou que o ajuste fiscal, motivado pela deterioração das contas públicas, dificultava a adoção de algumas medidas sugeridas.

Alguns outros elementos sugestivos podem ser extraídos da análise da plateia<sup>433</sup>. Destaco, aqui, a participação de um empresário – que pode ser notado porque, no momento do debate, dirigiu uma pergunta à mesa. Trata-se de Juan Santos, representante de consórcio espanhol para investimento em infraestruturas, composto pelas estatais Renfe e Adif, além das empresas privadas Consultrans, Ineco e OHL. Apresentando-se como “consultor” do grupo que somaria mais de 7 bilhões de euros em capacidade de investimento, então parcialmente vertidos em obras como a do trem de alta velocidade que ligaria Meca à Medina<sup>434</sup>, Santos declarou estar acompanhando de perto o projeto brasileiro lançado pelo governo Temer, e, possivelmente temendo concorrência ou insegurança jurídica, interessou-se por saber, do representante do governo, os rumos do acordo assinado, ainda à época da presidenta Dilma Rousseff, que previa inversões de 10 bilhões de dólares em infraestrutura por parte de empresas chinesas<sup>435</sup>.

---

432 <https://fundacaoohc.org.br/iniciativas/debates/investimento-em-infraestrutura-no-brasil-primeiras-medidas-do-governo-temer>

433 Não tive acesso à listagem dos que compareceram ao encontro como ouvintes. Assim, só posso apresentar os que fizeram perguntas à mesa na hora dedicada ao debate. Se de alguma forma, este grupo puder ser considerado representante do todo, então teríamos que compareceram à reunião, além dos empresários, políticos e intelectuais tucanos, representados por Andrea Calabi, ex-presidente do BB e do BNDES durante governo FHC, e Alberto Goldman; além de porta-vozes de organizações sociais, principalmente vinculadas à defesa das pautas ambientais, como exemplificado por Ana Carolina, da Nature Conservancy, que, na ocasião, interessou-se por saber como o mercado enxergava a relação entre transformações nas matrizes infraestruturais e as mudanças climáticas em curso. Ver em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=mrd9T1WPBHM&t=1080s>

434 O consórcio dirigiu todas as etapas de construção da via, do planejamento à execução da obra. Além disso, adquiriu a concessão de exploração do serviço por 12 anos.

435 <https://www.youtube.com/watch?v=mrd9T1WPBHM&t=1080s>

A dinâmica da discussão apresentada, creio, é bastante reveladora de uma das funções do IFHC, já discutida no capítulo 1. A entidade, nesse evento, constituiu importante interface de contato entre empresários e quadros do governo, responsáveis pela gestão de políticas e do patrimônio públicos. Organização da sociedade civil, o instituto se tornou capaz de representar as demandas do empresariado, inclusive internacional, conectando-as diretamente aos responsáveis no governo pelo atendimento das solicitações, contornando, na prática, as instituições de representação social mais propriamente democráticas. A capacidade de influência nas políticas públicas, demonstrada pelo IFHC, é endossada pelas pesquisas quantitativas levadas a cabo pela Universidade da Pensilvânia, que aqui utilizo como termômetro do potencial político das instituições arroladas – ainda que rejeite as conclusões e mesmo a concepção de *think tank* esgrimidas pelo laboratório de pesquisas. Atendo-se aos dados, verifica-se que, de 2013 em diante, o IFHC passa a constar na lista dos *think tanks* com maior capacidade de influência sobre as políticas públicas no mundo todo. A partir de 2014, alcança a segunda posição entre os brasileiros, superando o Cebri, mas mantendo-se bem atrás da FGV, líder de longe em nível nacional e uma das mais importantes em nível mundial<sup>436</sup>.

É tentador argumentar, diante dos dados acima expostos, que, a partir de 2013, a crise de hegemonia do petismo abre espaço para a emergência do IFHC como um dos novos líderes da burguesia brasileira, em suas tentativas de captura domínio exclusivo sobre o Estado. Creio que mais pesquisas seriam necessárias para que esta hipótese pudesse ser efetivamente testada. A mera presença da entidade naquela lista, contudo, é reveladora da sua capacidade

---

436 O index com todos os relatórios produzidos pela Universidade da Pensilvânia, de 2008 a 2019, está disponível neste endereço eletrônico: <https://www.gotothinktank.com/global-goto-think-tank-index>

de influência nas políticas públicas – em outras palavras, de seu potencial de ação sobre o sociometabolismo político do Estado brasileiro. Diante destes dados, o posicionamento do instituto na disputa política nacional deve ser considerado relevante, do que os quadros da iniciativa devem ter consciência, dado o volume crescente da sua produtividade<sup>437</sup>. Ainda com os dados em mente, ganha outro peso a articulação realizada por FHC em favor de um “poder alternativo” ao “lulopetismo”, comentada na seção acima; bem como se torna mais importante o engajamento do instituto em defender as pautas econômicas do governo Temer – favorecendo, inclusive, setores da burguesia internacional, que compareceu aos eventos da entidade e, por meio deles e do IFHC, apresentou suas demandas a representantes do poder político brasileiro.

Não seria exagerado, assim, considerar o IFHC um dos centros de articulação da tática político do PSDB, não apenas em eventos públicos, mas também em reuniões a portas fechadas – sobre as quais tudo que se pode fazer é especular<sup>438</sup>. Entender este *think tanks* em questão nesta interface entre política para a sociedade e política para o partido é também compreender que sua ação não se resume às suas atuações públicas, ainda que também nestas haja tentativa de construção de consensos sobre determinadas políticas públicas e da generalização de interesses particulares. Ainda que também nestes seminários se vejam indícios da articulação entre setores da sociedade civil, principalmente organizações e representantes de extratos de frações das classes dominantes, e a sociedade política, simbolizada pelos diálogos travados entre empresários, intelectuais orgânicos e políticos.

---

437 Falei disso no capítulo 2.

438 A discussão é igualmente encontrada no capítulo 2.

Se assim for, o estudo do papel do IFHC na conjuntura de crise interna no PSDB pode ser útil para que se compreenda melhor as disputas que ameaçaram rachar o partido a partir de 2017. Não que tudo tenha começado com a irrupção de uma série de denúncias de corrupção – e crimes ainda mais graves... – que tinham em Aécio Neves o alvo principal. O marco é arbitrário, pois as contradições que emergem com força neste momento já estavam maturando havia longo tempo; processo ocasionado, em parte, pelas sucessivas derrotas de tucanos históricos em eleições disputadas contra os o PT. O “Novo PSDB” já crescia nas entranhas do velho, mas foi preciso uma ocasião de grande impacto como aquela série de denúncias para agilizar o trabalho de parto.

#### **4.4 O IFHC e a emergência do “Novo PSDB” após a derrota nas eleições de 2018**

A narrativa contra o “sistema de corrupção do PT”, que vimos aparecer com mais frequências nas intervenções tucanas durante a crise do petismo, deu o tom das eleições de 2014. Pesavam contra o partido inúmeras denúncias, apresentadas não sem sensacionalismo pela mídia empresarial e replicadas com voracidade pelas redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Do Mensalão ao Petrolão, o PT viu sua imagem de bastião da moralidade, outrora cultivada, talvez definitivamente arranhada ao sabor das incursões da Operação Lava-Jato. O pleito que marcaria a reeleição de Dilma Rousseff, assim, foi cenário de embates encarniçados, no qual um Aécio Neves virulento tentava construir para si a imagem de cruzado anticorrupção. FHC, avaliando positiva a tática, estimulava os ataques,

defendendo que “casos de corrupção no governo PT tem sido quase a regra”<sup>439</sup>. O PSDB também pareceu referendar o posicionamento dos ícones tucanos. Na convenção partidária que o lançou candidato à presidência, Aécio Neves teve espaço para disparar contra os governos petistas, acusando-os de terem protagonizado “os casos mais vergonhosos de corrupção da nossa história”<sup>440</sup>. Depreende-se, portanto, que, já em 2014, o partido tentou capturar a insatisfação difusa provocada por aqueles escândalos de corrupção, ao enxergá-los como novo caminho dos tucanos ao Planalto.

Vimos que a estreita derrota sofrida naquele pleito paradoxalmente fortaleceu o PSDB e Aécio Neves. Reeleito presidente do partido em 2015, o senador jamais abandonou a campanha, forçando o que chegou a ser considerado “terceiro turno eleitoral” mesmo por intelectuais orgânicos conservadores<sup>441</sup>. A tática de Aécio Neves era, declaradamente, “trabalhar para pôr fim ao governo” da presidenta Dilma Rousseff o mais rapidamente possível<sup>442</sup>, ainda que, no interior do PSDB, posições diversas poderiam ser identificadas, como acima ilustrado. A sedução do golpismo, entretanto, tornava Aécio Neves candidato natural à sucessão de Michel Temer no pleito que seria realizado em 2018.

A situação mudou drasticamente em 2017. É verdade que denúncias de corrupção contra o senador já circulavam antes, ainda que reprimidas pela parca cobertura midiática prestada<sup>443</sup>. Mas o patamar dos indícios apresentados pela justiça contra o ex-candidato foi elevado subitamente pelo vazamento de um áudio, em maio daquele ano, entregue por

---

439 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1513301-fhc-diz-que-casos-de-corrupcao-no-governo-pt-tem-sido-quase-uma-regra.shtml>

440 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1470506-aecio-neves-diz-que-promovera-reencontro-do-brasil-consigo-mesmo.shtml>

441 <https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/aecio-vence-dilma-no-8220-terceiro-turno-8221/pagina-comentarios-2/>

442 <https://exame.abril.com.br/brasil/aecio-sinaliza-vai-trabalhar-para-por-fim-ao-governo-dilma/>

443 Falar do caso do aeroporto.

Joesley Batista à Justiça por acordo de delação premiada. A fita evidenciava um repasse realizado pelo empresário ao político mineiro da ordem de 2 milhões de reais em propina<sup>444</sup>. Na parte mais chocante da gravação, Aécio Neves afirmara que o intermediador da negociata deveria ser escolhido dentre pessoas que poderiam ser mortas antes de delatar o esquema<sup>445</sup>. A represa da mídia empresarial que muitos enxergaram na contenção de escândalos de corrupção envolvendo o tucano cedeu. Daquele maio em diante, manchetes de jornal atacaram duramente o líder do PSDB. O afastamento do Senado determinado pelo Supremo Tribunal Federal foi considerado o dobre de sinos de sua vida pública, selando “seu obituário político”<sup>446</sup>.

A suposta queda de Aécio Neves, naturalmente, abriu um vácuo de poder no interior do PSDB. João Dória Jr. foi quem mais se aproveitou deste espaço. Negando ser político e se afirmando “gestor”, Dória ganhou fama após bater, em primeiro turno, o então candidato à reeleição à prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, do PT<sup>447</sup>. As novas organizações da direita demonstraram grande capacidade de mobilização nas ruas desde 2015 até a campanha do impeachment de Dilma Rousseff, como o Movimento Brasil Livre (MBL), abraçaram o tucano, declarando apoiá-lo em candidatura à presidência nas eleições de 2018<sup>448</sup>. Na ausência de Aécio Neves, o novo prefeito de São Paulo parecia o candidato mais capaz de capitalizar o antipetismo virulento que ganhou a cena com a dinâmica de

---

444 <https://g1.globo.com/politica/noticia/audio-aecio-e-joesley-batista-acertam-pagamento-de-r-2-milhoes.ghtml>

445 <https://oglobo.globo.com/brasil/grampo-revela-que-aecio-pediu-2-milhoes-dono-da-jbs-21353924>

446 <https://veja.abril.com.br/brasil/a-queda-de-aecio-neves/>

447 <http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2016/noticia/2016/10/joao-doria-do-psdb-e-eleito-prefeito-de-sao-paulo.html>

448 <https://blogdarose.band.uol.com.br/kim-kataguiiri-diz-que-doria-sera-o-candidato-do-mp-a-presidente/>

múltiplas crises instaurada a partir de 2015. Dória era considerado o perfeito “anti-Lula” pelos porta-vozes do antipetismo na grande imprensa<sup>449</sup>. Tratava-se de um “furacão”<sup>450</sup>.

Enquanto Dória era alçado campeão da direita, Geraldo Alckmin trabalhava nos bastidores. Sem o mesmo carisma do prefeito de São Paulo, o então governador do Estado buscava apoio político no seio da burguesia brasileira. Na conjuntura em que a mídia empresarial trabalhava antecipadamente a candidatura de Dória à sucessão de Temer, Alckmin apresentava-se como pré-candidato à presidência no Grupo de Líderes Empresariais (Lide)<sup>451</sup>. Em meados de 2017, era inegável a disputa entre os dois tucanos em torno da candidatura pelo partido, conforme reconhecia FHC<sup>452</sup>.

A peleja pela nomeação tucana encontrou o IFHC ao lado do pré-candidato considerado mais moderado. Se João Dória Jr. se mostrava agressivo em 2017, dialogando estreitamente com os movimentos da extrema-direita que tinham ocupado as ruas do país desde 2015, Geraldo Alckmin adotava tom conciliatório, sendo preferido pelos “caciques da sigla” frente a outros tucanos tradicionais, como José Serra e o próprio Aécio Neves, vistos como mais expostos à ação da Lava-jato<sup>453</sup>. Pelo menos assim defendeu o diretor do IFHC, Sérgio Fausto, para quem o governador de São Paulo iria “bem na partida mesmo jogando sem bola”, deixando claro o candidato da entidade, mas também do partido.

O Alckmin está na vida política há 40 anos, é um protagonista em São Paulo há mais de 20 anos. O prefeito tenta reduzir essa vantagem deliberadamente buscando uma exposição intensa, sobretudo nas mídias sociais, e viajando pelo país. (...) O

---

449 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,doria-o-anti-lula,70001779856>

450 <https://istoe.com.br/o-furacao-doria/>

451 O Grupo de Líderes Empresariais (Lide) reúne os CEO's e diretores das principais empresas brasileiras, que juntas somam 50% do PIB nacional Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1864021-doria-diz-que-e-grato-a-alkmin-e-que-governador-e-seu-candidato-a-presidente.shtml> e <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/alkmin-faz-palestra-aos-empresarios-do-lide-sobre-crescimento-economico/>

452 <https://noticias.r7.com/brasil/fhc-e-natural-disputa-entre-alkmin-e-doria-por-candidatura-11092017>

453 [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/10/politica/1507647757\\_113301.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/10/politica/1507647757_113301.html)

fato do governador ser o *pole position* do partido obriga o prefeito a fazer manobras arriscadas. Ele acaba se tornando mais conhecido nacionalmente do que um prefeito novato seria, mas isso gera um desgaste<sup>454</sup>.

Era outubro de 2017, e faltava pouco menos de dois meses para a convenção do partido que anunciaria o candidato à presidência na corrida eleitoral do próximo ano. Naquele mês, pesquisas de opinião haviam revelado que os eleitores de São Paulo entendiam que o prefeito viajava menos do que deveria, em alusão crítica às incursões de Dória pelo país para participar de eventos a fim de angaria apoio à sua própria candidatura à cabeça da chapa tucana em 2018.

A convenção do PSDB, em dezembro de 2017, indicou, com feito, Geraldo Alckmin candidato à presidência. Em discurso, FHC reforçou a orientação predominante no partido. Relembrou aos correligionários a importância de “ouvir o povo”, reconectar-se “com as ruas”, de fazer pelos mais pobres e não perder de vista as demandas de uma sociedade “plural”, em que questões de raça e gênero ainda restariam por ser resolvidas<sup>455</sup>. Buscando demarcar distância em relação aos setores da extrema-direita que exigiam prisão imediata de Lula, então em julgamento por suspeita de corrupção, FHC reforçou a linha seguida pela legenda na conjuntura, destacando que preferia ver o petista derrotado nas urnas<sup>456</sup>. Sobre o PSDB, o ex-presidente “festejou a união tucana”, revelando, em contraste, que os meses anteriores foram menos harmônicos<sup>457</sup>. Aécio Neves, isolado, foi ausência sintomática no palco do evento, onde ficaram sentados os principais nomes do partido<sup>458</sup>.

---

454 [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/10/politica/1507647757\\_113301.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/10/politica/1507647757_113301.html)

455 <https://www.youtube.com/watch?v=mzNxEaAsscA>

456 <https://oglobo.globo.com/brasil/em-discurso-fhc-diz-que-prefere-vencer-lula-nas-urnas-ve-lo-na-cadeia-22171778>

457 Idem

458 <https://oglobo.globo.com/brasil/aecio-chega-sozinho-convencao-do-psdb-entra-por-lado-oposto-aos-caciques-tucanos-22171674>



Do lado do IFHC, a conjuntura de crise do petismo, aberta em 2014, demonstrou a potencialidade das *redes sociais* na mobilização política. A capilaridade permitida pela *internet* já havia sido debatida, em evento realizado pelo instituto sob o nome da Plataforma Democrática, em maio de 2016. Ocasão em que, com apoio do Open Society Institute e fomento do National Endowment for Democracy (NED), a fundação recebeu dentre outros especialistas, professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. O pesquisador lembrou que, embora a *internet* tenha surgido no ambiente universitário, no qual a comunidade acadêmica trabalhava de forma horizontal, colaborativa e pautada pelas regras da democracia, alguns dos serviços *online* mais populares, como Twitter, Flickr e Craigslist, foram idealizados por ativistas antiglobalização. De acordo com Ortellado, assim, o desafio dos democratas frente à expansão e as ameaças do mundo virtual seria “preservar o potencial democrático dessas novas formas de comunicação que já rivalizam com a televisão e outras mídias tradicionais”, cuja regulação já estava estabilizada, minimizando, portanto, seu uso como ferramenta antissistêmica<sup>459</sup>.

A compreensão da *internet* como um campo de enorme potencialidade comunicativa – mas também como uma arena sujeita à captura por instituições ou grupos que, mais organizados, podem tentar centralizar em determinados temas e visões de mundo a circulação de mensagens – aparece na fala de Ortellado no evento<sup>460</sup>. A título de exemplo, o pesquisador citou indicação de que 80% das mensagens que circularam na *internet* na semana que antecedeu a votação do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados se

---

459 <https://fundacaoofhc.org.br/debates/ativismo-politico-em-tempos-de-internet>

460 <https://fundacaoofhc.org.br/debates/ativismo-politico-em-tempos-de-internet>

alinhava “a duas narrativas de campanha”: ‘É golpe!’ ou ‘É corrupção!’. “Essas duas mensagens afogaram qualquer tipo de reflexão mais independente ou matiz”, disse<sup>461</sup>.

A reflexão realizada em um evento produzido pelo IFHC parece ter consolidado a percepção da importância de atuar nos circuitos virtuais. Como vimos no capítulo 2, desde 2011 a entidade já esticava seus braços sobre a rede, com o lançamento do *site* Observador Político, com página na rede social *Facebook* destinada à “jogar um papel grande” nos debates políticos em ambiente virtual<sup>462</sup>. Desde 2017, contudo, a atuação do instituto nas redes sociais se intensificou com o lançamento da iniciativa *Diálogo na Web*, em parceria com a popular página de *Facebook* Quebrando o Tabu<sup>463</sup>. O projeto ganhou importância destacada na preparação para as eleições de 2018, com encontros pensados para discutir a situação da democracia na América Latina, bem como temas considerados polêmicos – o que funciona como espécie de termômetro da movimentação social sobre tópicos tidos como sensíveis.

No primeiro destes eventos dedicados a discutir, em 2018, a importância das eleições presidenciais a serem realizadas naquele ano em alguns países da América Latina – dentre eles o Brasil - Sérgio Fausto, representando a voz do IFHC, analisa que a região vive historicamente “ciclos” que expressam os países indo em uma ou outra direção. Após mencionar os anos 60 e 70, marcados por ditaduras; Os 80, pela crise da dívida e os 90 por “reformas liberais” de estabilização econômica, Fausto declara que a América Latina viveu um ciclo “mais à esquerda”, com, todavia, diferentes tipos de regime político, dos mais

---

461 <https://fundacaofhc.org.br/debates/ativismo-politico-em-tempos-de-internet>

462 <https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/instituto-fhc-lanca-site-de-debates-na-internet/>

463 Os dados referentes à iniciativa, a articulação do IFHC com outras ferramentas de interação virtual e potencial capilaridade da organização foram discutidos no capítulo 2.

autoritários, como Bolívia e Venezuela, até os mais democráticos, como Chile e Uruguai, passando pelos que oscilavam entre dois polos, como Brasil, do PT, e Argentina. O último ciclo teria chegado ao fim com a “catástrofe humanitária” do “socialismo do século XXI” Venezuelano e, no caso brasileiro, com a crise dos governos petistas, revelando o fracasso do método de incorporação dos mais pobres ao mercado e ao consumo de massas. Para Fausto, contudo, o tema da inclusão social foi “cravado” na agenda política da região. Novo ciclo: correção liberal do excesso de estatismo, mas com a inclusão do tema social.

Não se ganha eleição na América Latina se o social não está no centro da agenda. O social tem mais importância que o tema da corrupção. (...) Para o grosso do eleitorado, os dois temas que mobilizam são econômico-social, basicamente emprego e renda, e segurança pública. Corrupção é um tema da opinião pública, é um tema das classes médias, é um tema importante, mas que não é central<sup>464</sup>.

O diretor do IFHC, assim, ressaltava que a agenda potencialmente vitoriosa nas eleições presidenciais de 2018 deveria unir crescimento econômico, segurança pública e inclusão social. Tratava-se da linha que a entidade assumiria no pleito seguinte, considerada por Fausto como “uma eleição decisiva”. Geraldo Alckmin, ainda no início da campanha, refletiu a preocupação tática da entidade. No momento do lançamento oficial de sua candidatura à presidência, em março de 2018, o governador de São Paulo destacou precisamente os temas da segurança pública e do “crescimento com inclusão social”<sup>465</sup>. Vimos no capítulo 3, ainda, que a segurança pública já havia sido tema de evento no IFHC – ocasião que reforçaria a tese de que o IFHC caminhou mais para a direita do espectro político desde a crise do petismo, senão abandonando o mantra da coesão social em uma sociedade harmônica e democrática, ao menos enriquecendo o projeto social defendido com o discurso

---

464 <https://fundacaofhc.org.br/dialogo-na-web/eleicoes-2018-para-onde-vai-a-america-latina>

465 <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/03/psdb-lanca-pre-candidatura-de-alcmin-presidencia-da-republica.html>

punitivista introduzido mais largamente no senso comum pelas práticas e discursos do lavajatismo.

Havia, contudo, mais do que o PT para ser derrotado. Ciente de que o bolsonarismo era uma ameaça real para as pretensões tucanas no pleito, FHC tomou para si a responsabilidade de orientar o “centro democrático” contra os perigos dos “extremos” – representados por Jair Bolsonaro, então candidato pelo Partido Social Liberal (PSL), e Fernando Haddad (PT). No dia 20 de setembro de 2018, o ex-presidente lançou uma carta pública endereçada aos “eleitores e eleitoras” no Brasil. Tratava-se, enfim, de uma tática que seria repetida pelas hostes tucanas desde então: apresentar o PSDB como espaço da moderação em uma época de altíssima polarização política. Assim escreveu o ex-presidente, referindo-se ao atentado que, no mesmo mês, foi dirigido contra o candidato da extrema-direita após um comício no Espírito Santo.

A gravidade de uma facada com intenções assassinas ter ferido o candidato que está à frente nas pesquisas eleitorais deveria servir como um grito de alerta: basta de pregar o ódio, tantas vezes estimulado pela própria vítima do atentado. O fato de ser este o candidato à frente das pesquisas e ter ele como principal opositor quem representa um líder preso por acusações de corrupção mostra o ponto a que chegamos<sup>466</sup>

A exortação em favor do “centro democrático”, claro, era uma figura de linguagem para pedir votos em Geraldo Alckmin, candidato do PSDB à presidência, então quarto colocado nas pesquisas eleitorais, com a taxa de votação estagnada em torno de 8%. Os demais presidenciais considerados pelo PSDB como ocupando o “centro”, como João Amoedo, Marina Silva e Henrique Meirelles, também não viam suas campanhas decolarem, o que abriu espaço para que os tucanos pedissem a retirada das candidaturas e posterior união

---

<sup>466</sup> <https://exame.abril.com.br/brasil/em-carta-divulgada-nas-redes-sociais-fhc-defende-uniao-contra-extremos/>

em torno do nome do governador de São Paulo – proposta prontamente rechaçada pelos presidenciáveis mencionados<sup>467</sup>.

O reforço à imagem de *moderado* acompanhou a tática de campanha de “desmontar” Jair Bolsonaro. Na TV, no Rádio e em comícios, Alckmin passou a atacar duramente o representante da extrema-direita, considerando-o “despreparado” e o “pior candidato”<sup>468</sup>. O esforço parecia expressar a tentativa de capturar a bandeira do antipetismo, até então tão bem manejada pelo bolsonarismo.

Nesta conjuntura, o IFHC compôs a estratégia tucana de idealização de um “campo democrático” liderado por Alckmin. É esse o tom da fala de FHC após a palestra de Steven Levitsky sobre seu livro *Como as democracias morrem?*. Após o palestrante descrever Jair Bolsonaro como um candidato autoritário e profundamente ameaçador à democracia, o ex-presidente elogia as instituições brasileiras, capazes, segundo ele, de conter arroubos autoritários; mas também critica o “radicalismo” dos “extremos” que enxergariam a “conciliação política” como algo negativo<sup>469</sup>. A chave para, em época de esgarçamento do tecido social por conta de influxos autoritários, construir a “coesão”, nas palavras de FHC, estaria na ampliação do diálogo, elemento necessário para superar as múltiplas dimensões da crise brasileira: moral, ética, econômica, política. Já tendo apresentado ao público Geraldo Alckmin como seu candidato à presidência, a avaliação de FHC e seu instituto sobre o pleito, claro, identificam implicitamente no tucano os aspectos positivos que aparecem na fala do especialista.

---

467 <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/fhc-diz-que-carta-e-destinada-a-eleitores-nao-a-candidatos-e-partidos,4e1e9b80667eb1eaa3b53963dc9fe2cdt7tey6j0.html>

468 <https://veja.abril.com.br/politica/alckmin-diz-que-bolsonaro-e-o-pior-candidato-e-o-mais-despreparado/>

469 <https://www.youtube.com/watch?v=sNsFx6eEqbo>

A tática não surgiu efeito. Alckmin saiu da disputa ainda no primeiro turno, e o embate decisivo foi mesmo entre Haddad e Bolsonaro. Apesar dos esforços do petista na construção de uma “frente ampla” contra o bolsonarismo – e contra as advertências de Levitsky, que prevenira os ouvintes de sua palestra no IFHC contra os riscos da corrosão da democracia que a eleição de Bolsonaro representaria -, o IFHC decidiu não decidir, e entre os dois “polos”, seguiu insistindo no dito caminho do meio. Primeiro, em entrevista concedida na sede da entidade, o ex-presidente não diferenciou Haddad e Bolsonaro, afirmando considerar os dois igualmente perigosos para a institucionalidade democrática<sup>470</sup>. Segundo, às vésperas da decisão da eleição presidencial, cobrou respeito à Constituição dos dois candidatos ainda postulantes ao cargo – ressaltando que, fosse eleito quem fosse, consideraria o país ameaçado da mesma forma<sup>471</sup>.

A dinâmica da luta de classes, em sua expressão partidária, nas horas decisivas do pleito de 2018 esmagou os titubeantes. Não fosse o bastante ficar fora da disputa pela presidência, o PSDB amargou encolhimento de suas bancadas no congresso e a quase extinção de sua representação entre governadores – significando um horizonte sombrio também para as eleições municipais de 2020 e, principalmente, presidenciais de 2022, dada a redução de palanques a serem disponibilizados aos eventuais candidatos por aliados eleitos. O resultado apocalíptico para a legenda reverberou na mídia empresarial – que chegou a tratá-lo como a “maior derrota da história” do PSDB<sup>472</sup>. Novos tempos haviam chegado ao partido de Covas, Montoro e FHC. Dória, por um lado, e a sedução da extrema-direita, por

---

470 <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/fhc-desmente-boato-nas-redes-de-que-apoiara-haddad-no-segundo-turno.htm>

471 <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-28/respeito-constituicao-fhc-eleicoes.html>

472 <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/ofim-da-revoada-por-que-o-psdb-sofreu-a-maior-derrota-da-historia-0gaj9cey6u50jtxux3czqx0c6/>

outro, despontavam no horizonte como chamariz para tucanos sem rumo. Era a época do nascimento do “Novo PSDB”, nas palavras de FHC e Dória após encontro amistoso<sup>473</sup>. O último, eleito governador de São Paulo, despontava como nova liderança partidária, representando mais um passo à direita dos tucanos no espectro político.

#### **4.5 Mapeando as bases do bolsonarismo: o IFHC e o estudo do levante político evangélico**

Em 2018, um fenômeno há muito presente na arena política emergiu ao primeiro plano. Apelidado de *bolsonarismo*, o “tsunami eleitoral” da extrema-direita no Brasil aturdiu os analistas políticos mais atentos ao plano eleitoral do que às disputas de mais longa duração e de menor relevo, mas que são fundamentais para advento de qualquer terremoto. Se a debilidade do jornalismo político da grande mídia expressa sua dependência de análises presas à superfície caótica do mar da história, os aparelhos produtores de tecnologia política conseguem entregar investigações mais profundas. Assim, o IFHC já se debruçava sobre o problema desde, pelo menos, 2012, ano em que começou a publicar no Brasil e em português as edições do *Journal of Democracy*, publicação do National Endowment for Democracy (NED), criado no governo Ronald Reagan para reunir defensores da democracia pela e para a iniciativa privada, conforme vimos no fim do capítulo 2.

Pela troca de tecnologias política através da rede de associações burguesa, por conseguinte, a ascensão da extrema-direita não pegou a entidade desprevenida. Isso porque a publicação do NED, traduzida e republicada pelo IFHC, alerta sobre o risco da “desconsolidação democrática” com ênfase pelo menos desde 2016, quando da eleição de

---

<sup>473</sup> <https://istoe.com.br/doria-discute-o-novo-psdb-com-fernando-henrique-cardoso/>  
372

Donald Trump. Em edição daquele ano, a revista divulgou um artigo assinado por Roberto Stefan e Yascha Mounk debatendo o problema. Os autores demonstravam como a eleição do republicano sinalizou o crescente número de estadunidenses descontentes com a democracia. Alguns elementos alarmavam a dupla. Em primeiro lugar, é destacada a quantidade de jovens que não considerava o regime democrático como “fundamental” em um país – em 30%, índice bastante menor do que os 70% registrados após a Segunda Guerra Mundial. Os mais jovens, pois, não compartilhariam o apego democrático verificado em *surveys* aplicados à geração *baby boomer*. Em segundo, aparecia a desconfiança em relação às “instituições liberais”. Os autores ressaltaram, com evidente preocupação, a proporção crescente de jovens que apoiavam líderes fortes que não precisassem lidar com deputados, senadores e eleições. Por último, os autores destacavam o apelo, sobretudo entre os mais jovens, de líderes políticos e partidos que declaradamente responsabilizavam o “sistema político” por problemas como “corrupção” e “degeneração” nacional. Além do já mencionado Donald Trump, nos Estados Unidos; foram também acusados de serem “ameaças à democracia” Viktor Orban, na Hungria; Rodrigo Duterte, nas Filipinas; Marine Le Pen, na França; e o “falecido” Hugo Chávez, na Venezuela. Na síntese da análise presente no documento, o sucesso dos “populistas” - tal é a categoria que reúne personagens tão distintos entre si – poria em dúvida a confiança de cientistas sociais em democracias liberais “consolidadas”<sup>474</sup>.

---

474 O texto republicado pelo IFHC levanta críticas à tese da “consolidação democrática”, defendida, entre outros, pelos clássicos Linz e Stepan. De acordo com eles, no mais, citados no artigo acima citado como tese a ser combatida, democracias consolidadas seriam aquelas em que os cidadãos passaram a ver nas regras do “jogo democrático” o único mecanismo de disputa política possível. Elas seriam *consolidadas*, sempre segundo os autores, porque a fé nas instituições liberais do tipo seria algo cumulativa, contendo, no seu trajeto, um ponto a partir do qual não haveria retorno. Democracias consolidadas, assim, seriam estáveis precisamente por não poderem mais regredir a “estágios” autoritários. Para Stefan e Mounk, entretanto, os dados que indicam o baixo apelo do regime democrático entre os mais jovens pode indicar que, afinal, a consolidação democrática pode não ser uma via de mão única. A “desconsolidação democrática”, assim, poria em risco a “pluralidade” em nome de alternativas políticas que declaradamente seriam responsáveis



O artigo brevemente apresentado foi apenas um da lista de textos publicados pelo *Journal of Democracy* a versarem sobre o tema<sup>475</sup>. Nas últimas edições, com efeito, a questão se torna recorrente, indicando a elevação da tensão provocada pela ameaça de “partidos antissistemas” no mundo. A preocupação com os “populismos” presente nas publicações do NED republicadas pelo IFHC, nesse sentido, colocam-nos em um mesmo campo, a saber, o que se declara contra “as ameaças antidemocráticas” de quaisquer matizes; revelando, por sua vez, as contradições existentes não só entre aparelhos de classes opostas, mas também entre seções e instituições da mesma classe dominante<sup>476</sup>. Republicando e

---

por contornar os canais democráticos assentados no diálogo e na conciliação. A fim de evitar o “perigo”, a dupla recomenda a construção de um “sistema de detecção de falhas geológicas”; espécie de campo de estudos sobre a democracia capaz de indicar, previamente, os descaminhos de uma sociedade que tende a deixar de seguir as regras do afamado “jogo”. Faria parte desses esforços a detecção prévia de pontos nodais sobre os quais o discurso “populista” - e, portanto, autoritário - pode se estabelecer, erigindo uma plataforma de desenvolvimento cuja evolução poderia desestabilizar democracias mesmo as mais “consolidadas”. Há aqui, portanto, recomendações acerca tanto da alimentação contínua de entidades dedicadas aos estudos e a produção de tecnologia política quanto exortação à execução de reformas por “políticos verdadeiramente comprometidos com a democracia liberal”, especialmente em sociedades em que partidos “antissistemas” estivessem próximos de assumir o governo. Ver: <https://medium.com/fundação-fhc/os-sinais-de-desconsolidação-d0fcec29b47b>

475 Citar os outros

476 No caso em tela, a atuação do NED parece mirar, no que toca ao autoritarismo considerado de *direita*, os representantes modernos do que é também eventualmente chamado de “Nova Direita estadunidense”, nomeadamente Donald Trump e as alas republicanas que orbitam em torno dele. Para a cientista política Marina Basso Lacerda, Trump, por sua vez, seria espécie de atualização de um movimento que irrompeu como força política com Ronald Reagan (LACERDA, 2019). Teria sido na presidência deste republicano que uma agenda “neoliberal na economia e conservadora nos costumes” teria sido imposta, articulando defensores do livre mercado, direita cristã e grupos militaristas. Debruçando-se sobre o mesmo problema, Sebastião Velasco e Cruz enxerga as origens do movimento um pouco antes, na década de 1970, mas vê no governo Reagan a capacidade de “operar a síntese” de elementos contraditórios presentes naquela ampla frente: empresários contra regulações estatais, epígonos do livre mercado com todo seu proselitismo, eclosão de movimentos conservadores do ponto de vista moral e favoráveis à agenda “Pro-Life”, defensores do punivismo e da “política de tolerância zero” (como mais tarde, Rudolph Giuliani, o famoso prefeito de Nova Iorque) na área da segurança pública, o surgimento espetacular do ativismo de ONG’s favoráveis aos direitos humanos e de associações de defesa da democracia, estas últimas interferindo mesmo na política externa dos Estados Unidos, com seu apoio aos “movimentos democráticos” na América Latina nos anos 1970 e 1980 e a justificativa retórica da política de intervenção militar estadunidense nas chamadas “guerras humanitárias” do pós-Guerra Fria (VELASCO E CRUZ, 2015, p. 42-43).

Entender a formação do NED como parte deste movimento, e, por sua vez, o governo Trump como espécie de retorno da agenda neoconservadora, portanto, nos revela um traço específico da atual fase de ativismo político da nova “Nova Direita” estadunidense, agora mais frequentemente chamada *alt-right*: a negação, no plano do discurso, de uma das correntes que compuseram o movimento em sua fase ainda embrionária. Isso porque se as associações para defesa da democracia e a intensa politização de ONG’s

difundindo a discussão, o IFHC se coloca em posição equidistante às expressões *de direita e esquerda* do fenômeno, construindo imagem de oposição aos riscos do “populismo” tanto pelas ações do governo de Donald Trump quanto pelo “bolivarianismo venezuelano”, conforme visto no capítulo 3. Nesta altura da pesquisa, contudo, interessa-me analisar a reação do IFHC à expressão *de direita* deste fenômeno político – que, no Brasil, foi enfeitado no bolsonarismo.

Compreender a ascensão de Jair Bolsonaro como expressão nacional de um fenômeno internacional mobilizou o instituto a estudar as suas bases sociais. Discussões, assim, sobre a *crise da democracia liberal* foram travadas na sede da entidade, com especialistas relacionando o bolsonarismo aos limites deste regime político<sup>477</sup>. A comparação com a ascensão de Donald Trump também mobilizou a entidade ao estudo da influência da direita cristã na sociedade brasileira – entendida, assim como sua congênere estadunidense, como um dos pilares de apoio àqueles governos.

Assim, no dia 09 de maio, o IFHC sediou evento para debater a influência evangélica na política e na sociedade brasileiras. Protagonizado por Ricardo Mariano, professor do

---

internacionais surgiram sob o guarda-chuva “*neoconservador*”, membros de ambos setores já não encontram a mesma guarida sob Trump e a *direita alternativa*. Para além dos frequentes ataques ao chamado “globalismo”, no caso específico do NED, Donald Trump tem representado uma concreta ameaça de corte de financiamento. A preocupação com a ascensão de governantes homólogos ao redor do mundo, evidenciada pela política editorial do *jornal of democracy*, assim, pode expressar as contradições internas de um movimento conservador que, todavia, esfacelou-se ainda durante o governo Reagan, com essa desagregação aparecendo como disputas palacianas (NORRIS, 1996). Ver: <https://www.bostonglobe.com/opinion/2018/03/14/trump-gutting-national-endowment-for-democracy-and-that-good-thing/fKxkRFVIC6F9wLIw4WsUzL/story.html> e NORRIS, Pippa. Conservatism in disarray? The Brown Journal of World Affairs, 1996.

<sup>477</sup> Em evento intitulado “Populismo e Democracia: ameaça ou corretivo?”, Jan Werner Mueller, especialista alemão no tema, foi convidado para analisar a relação entre democracia liberal e “populismo” – oferecendo como explicação críticas ao *antipluralismo* característico dos regimes liberais. Debaterei mais detalhadamente esse evento nas considerações finais desta tese.

Departamento de Sociologia da USP e pesquisador do CNP, e Ronaldo de Almeida, professor do Departamento de Antropologia da Unicamp e diretor científico do CEBRAP, a discussão se deu sobre um pano de fundo: a avaliação da impossibilidade de discutir os rumos atuais da democracia brasileira sem considerar a crescente influência do ativismo político evangélico.

Anota o sítio da entidade como síntese do evento:

No censo do IBGE de 2010, os evangélicos e protestantes representavam 22% da população brasileira e hoje já devem estar perto de um terço, sendo que os pentecostais protagonizam a expansão em curso. Ao mesmo tempo, há diminuição do número de brasileiros que se dizem católicos: em 2010, eram 65%, mas esse percentual deve apresentar nova queda no censo programado para 2020.

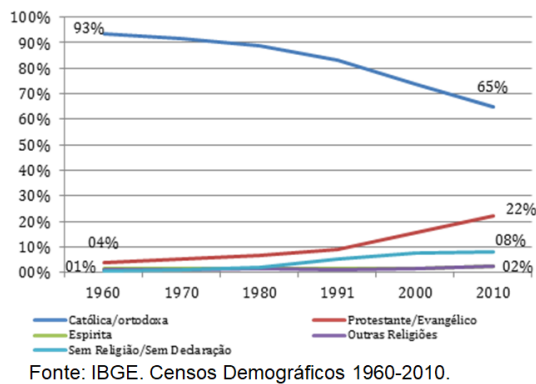
À medida que se tornam mais numerosos nas periferias das capitais e regiões metropolitanas, em cidades de pequeno e médio porte do interior e nas novas fronteiras agrícolas das regiões Norte e Centro-Oeste, os evangélicos estão mais ativos politicamente, não somente na disputa de cargos legislativos e executivos nos três níveis de governo, mas também na busca por influenciar a pauta político-social em temas morais, comportamentais e até mesmo econômicos.

Com efeito, os dados apresentados sobretudo por Ronaldo de Almeida parecem legitimar a preocupação em discutir o movimento e sua influência sobre a política nacional. Segundo ele, com base na evolução dos censos de 2000 a 2010, o Brasil passa por uma “transição na religiosidade”, com ascensão evangélica e regressão católica. O palestrante especula que a transição se completará em meados da década de 2030, com a população neopentecostal se tornando a corrente líder não só entre os cristãos, mas também a principal religião do país<sup>478</sup>.

---

478 <https://fundacaoofhc.org.br/debates/os-evangelicos-na-sociedade-e-na-politica-efeitos-e-significados-de-uma-influencia-crescente>

## Distribuição da população, segundo religiões declaradas Brasil – 1960-2010



Retirado <https://fundacaofhc.org.br/debates/os-evangelicos-na-sociedade-e-na-politica-efeitos-e-significados-de-uma-influencia-crescente>

As consequências políticas são perceptíveis na paisagem urbana. O palestrante enxerga esse crescimento da influência evangélica sobretudo nas periferias e nos grotões do país, onde os religiosos criam instituições de apoio para atuar nas áreas em que o Estado se mostraria ausente. A organização de base neopentecostal teria reflexos sobre a escolha dos representantes populares – dada a máxima “irmão vota em irmão”, presente nas igrejas pelo menos desde a Constituinte de 1988 – mas também, e talvez principalmente, desdobrar-se-ia na construção de uma “hegemonia conservadora”, expressa na “imposição” de uma pauta moral “conservadora” à sociedade.

Isso decorre da atuação neopentecostal, que Ronaldo de Almeida enxerga assentada em quatro eixos assim explicados:

**Teologia da prosperidade** – que difunde a “busca pela prosperidade” como algo desejável do ponto de vista religioso. Dois reflexos sociais são apontados pelo pesquisador como frutos daquela doutrina: A) a ênfase no “empreendedorismo”, expressão da crença em

que o sucesso na vida depende do esforço individual – diluindo, portanto, qualquer tendência associativista ou coletivista. B) a reafirmação da desigualdade social como fruto das diferenças de mérito entre cidadãos.

O eixo da teologia da prosperidade, assim, apontaria aos neopentecostais alguns inimigos políticos: no primeiro caso, todos os defensores de um “Estado assistencialista”, que premiaria a lassidão, inclusive com desdobramentos morais indesejáveis. No segundo, há clara oposição aos cânones da “teologia da libertação”, cuja orientação apontava para a necessidade de construção, ainda neste mundo, da igualdade de um Reino de Deus.

**Discurso securitário.** Um dos temas frequente dos cultos e pregações é a segurança pública. Em um cenário em que a ação do Estado parece ineficiente para dar conta da sensação de insegurança predominante, os neopentecostais têm engrossado o coro dos punitivistas dos defensores do Estado Penal. Ainda Ronaldo de Almeida lembra que a maioria dos evangélicos defendeu a Pena de Morte e a redução da “maioridade penal”, inclusive tendo votado favorável à última matéria no plenário da Câmara Federal. Assim, sintetiza que o discurso militarista “pegou” entre os neopentecostais – que já são favoráveis mesmo ao armamento civil. Posto isso, os neopentecostais do Parlamento frequentemente fazem às vezes de linha auxiliar da bancada da bala. A aliança da bancada da bíblia com o militarismo, para Ronaldo de Almeida, indica uma “virada” nacional para uma “linha americana” de conservadorismo, construída sobretudo a partir dos anos 1970 nos Estados Unidos.

**Moralização religiosa.** Ronaldo de Almeida enxerga na atuação dos principais representantes evangélicos o exercício de “conservadorismo regressivo”. Assim, líderes religiosos enfatizam a defesa de costumes pelo prisma da religiosidade. A tentativa de transbordamento da orientação moral para fora da religião, argumenta Almeida, é um fator

novo na política brasileira. Tem como fundamento a crença em uma “maioria” silenciada pelo “politicamente correto”, mas que, finalmente, rebelou-se contra essa espécie de ditadura. Como essa maioria ainda não é demográfica, assentam seu discurso na defesa de uma suposta moral “judaico-cristã”, tentando atrair, assim, judeus e católicos conservadores.

Neste aspecto, a política evangélica é marcadamente contrária aos chamados direitos das minorias, aos direitos de gênero, ao feminismo, à pauta LGBTQI. Opõem-se frontalmente ao aborto – com algumas instituições evangélicas, como a Assembleia de Deus, não aceitando a prática nem mediante estupro ou risco de morte da mãe.

**Intolerância.** A atuação, enfim, é pautada pela intolerância acerca do “desviante”. Neste sentido, trata-se de uma ameaça para os progressistas; para as religiões de matrizes diversos da “civilização judaico-cristã”, sobretudo as de origem africana, “demonizadas”; para as “minorias sociológicas” com pauta de ampliação de direitos.

Ronaldo de Almeida avalia que os eixos sobre os quais se dão as atividades políticas dos evangélicos são consubstanciados na “defesa da ordem”. Defesa da ordem moral, das hierarquias sociais, da sociedade de mercado, do homem sobre a mulher. O crescimento evangélico, assim, tenderia a fortalecer o polo conservador do espectro político, elevando líderes religiosos, inclusive, a cargos importantes na política. Isso se explicaria sobretudo pela hierarquia presente nas práticas religiosas, com o “missionário” sendo o “pastor do rebanho”.

O tom da apresentação, assim, aponta para uma ameaça para os valores civilizacionais defendidos por um campo “progressista”, entendido aqui de forma suficientemente ampla preocupar o IFHC. A fala do palestrante, nesse sentido, marca claramente a alteridade entre o instituto e o movimento evangélico – sobretudo na questão dos costumes, haja vista que a

pauta econômica, em seu núcleo duro de defesa da sociedade de mercado, por óbvio não é rechaçada pela entidade. Assim, parece que estamos de frente a uma disputa entre candidatos distintos a líder das classes dominantes brasileiras, com o IFHC tentando representar uma posição mais *central*, em meio aos “extremos” de esquerda e de direita – estes simbolizados, em parte, pelos evangélicos.

O caminho do argumento do palestrante aponta para os riscos da politização evangélica. A análise da participação neopentecostal na última eleição mostra com eloquência um dos elementos de preocupação para todos que são arrolados como adversários do movimento. Apresentando dados da Folha de S. Paulo, Almeida demonstra que o voto evangélico foi decisivo para a vitória do candidato da extrema-direita em 2018.

### Distribuição do eleitorado por tipo de religião, DataFolha 25/10/2018

	Total %	Católico	Evangélica	Umbanda Candomblé	Espírita	Judaica	Sem Religião	Ateu
<b>Bolsonaro</b>	56	51	69	30	55	61	45	34
<b>Haddad</b>	44	49	31	70	45	39	55	64

## Distribuição do eleitorado por tipo de religião, com correção dos dados do DataFolha 25/10/2018

Religião	Votos de Bolsonaro	Votos de Haddad	Diferença
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
<b>Evangélica</b>	21.595.284	10.042.504	<b>11.552.780</b>
Afro-brasileiras	312.975	755.887	- 442.912
Espírita	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	- 871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	- 315.527
<b>Total de votos</b>	<b>57.796.074</b>	<b>47.080.987</b>	<b>10.715.087</b>

Assim, parece claro que o setor evangélico é suficientemente plural para que não possa ser enquadrado em um único campo da disputa política. Ocorre, porém, que, como mostra Almeida, os setores conservadores têm sido hábeis em impor sua hegemonia no interior do movimento, capturando sua força e a instrumentalizando para fins políticos. Na prática, portanto, por mais que existam progressistas entre os evangélicos, estes são minoria e, atualmente, tem pouca capacidade de mobilização com base em suas bandeiras. Para Almeida, os evangélicos, especialmente em sua variável neopentecostal, seriam terreno “árido” para o afloramento de ideias progressistas, de sorte que sua análise do crescimento de sua importância na sociedade se torna, para os “progressistas”, uma ameaça ainda maior.

O evento contou, ainda, com participação de Ricardo Mariano, professor da USP e pesquisador do Cebrap. Sua fala destacou espécie de arqueologia da atividade evangélica na arena política – o que revela a preocupação com a atuação institucional dos representantes das variadas seitas que compõem aquela religião. O palestrante destaca que o Brasil é um dos países em que os evangélicos se destacaram na sua capacidade de alcançar o poder



político – algo significativo no contexto regional da América Latina, região “mais cristã” do globo na atualidade.

Concordando com o ponto de vista de Almeida, Mariano avalia como uma das forças do evangelismo a capacidade de agir onde o poder público não agiria. Os serviços ofertados pelos neopentecostais (apoio emocional, terapêutico e assistencial aos fiéis) carregariam uma visão de mundo compatível com o projeto estratégico de evangelização da sociedade, sendo na prática, portanto, espécie de ministério de conversão ao evangelismo. O crescimento evangélico, nesta chave de análise, seria produto da eficiência organizacional dos neopentecostais, que criam redes de sociabilidade em zonas carentes e formam fronteiras identitárias que atuam ora como grupos de conforto em épocas de transformações culturais profundas e aceleradas, ora como demarcação de distinção em relação ao narcotráfico presente nas comunidades.

O pesquisador enriquece sua fala com dados comparativos extraídos de pesquisas quantitativas sobre o posicionamento de católicos e evangélicos acerca da religião e de temas “morais” debatidos publicamente. Os resultados alcançados são apresentados na tabela abaixo.

Pauta	Católicos	Evangélicos
Envolvimento congregacional	13%	36%
Observância religiosa	23%	60%
Compromisso religioso	14%	43%
Doação financeira	39%	70%
Oposição ao casamento gay	43%	66%
Aborto ilegal em todos ou na maioria dos casos	76%	84%
Concorda totalmente ou majoritariamente com a afirmação de que a esposa deve obedecer ao marido	62%	76%

Por envolvimento congregacional, Mariano se refere a membros de conselhos, líderes de grupos congregacionais ou religiosos que atuam como professores em escolas dominicais. A atuação de evangélicos em relação aos católicos, nestes casos, demonstra maior engajamento do religioso em atividades institucionais, que tornam, por conseguinte, os evangélicos mais bem servidos de quadros de liderança.

No quesito “observância religiosa” a relação evangélicos-católicos se mantém próxima do verificado percentualmente acima. Os hábitos de oração, a frequência em cultos ao menos uma vez por semana, ou a consideração da religião como um elemento central da vida é quase três vezes maior em evangélicos do que entre católicos. Os dados, portanto, revelam a força de mobilização da religião entre os participantes do primeiro grupo, bem como a capacidade da religiosidade orientar escolhas, inclusive na arena política.

O “compromisso religioso” se refere ao compartilhamento da fé, ao menos uma vez por semana, fora das igrejas que habitualmente frequentam. O número três vezes maior entre os evangélicos revela que eles evangelizam muito mais do que os católicos – o que pode ser um traço arrolado para explicar a expansão do fenômeno.

Enquanto a linha de doação financeira revela a forma sistemática de apoio pecuniário dos evangélicos às suas igrejas – normalmente na forma do dízimo, os itens restantes expressam o posicionamento na agenda do “conservadorismo moral”. Em todos os casos, os evangélicos são “vanguarda” nas pautas regressivas de supressão de direitos de mulheres e grupos LGBTQI+. Isso não deve ocultar, entretanto, o também grande percentual de católicos avessos aos avanços nas áreas.

Mariano apresenta, ainda, outro dado que não entrou na contabilidade acima. Segundo o pesquisador, os evangélicos estariam mais expostos às autoridades pastorais do que os

católicos. Dito de outra forma, as lideranças evangélicas teriam mais condições de influenciar seu “rebanho” nos aspectos éticos, morais e políticos, precisamente pela maior prevalência da hierarquia no interior dessa igreja – que, no caso da elevação destes líderes a cargos na política institucional, transbordaria o campo religioso para o direcionamento mais geral da vida social.

Outro dado socioeconômico importante é o da “barreira de classe”, conforme Mariano o denomina. O neopentecostalismo, um dos braços dos evangélicos que mais cresce, teria, na argumentação do palestrante, uma espécie de teto. Isso porque a religião não encontraria aceitação equivalente entre os setores mais escolarizados e enriquecidos da sociedade – mais impregnados pelo individualismo e pelo relativismo moral. Assim, a base de apoio deste tipo de evangelismo seria composta pelos setores pauperizados, geralmente moradores de periferias urbanas ou de regiões do país onde a influência do poder público em forma de assistência social chega pouco.

Assim, para Mariano, em que pese não formarem um bloco coeso, os evangélicos foram hegemonizados pelos seus setores conservadores – geralmente reunidos nas diversas congregações neopentecostais. Na avaliação do pesquisador, não há mais como discutir a democracia brasileira sem considerar o ativismo político deste grupo. Não são mais considerados “outsiders”, ou ainda adeptos da máxima “crentes não se metem em política”<sup>479</sup>.

Com efeito, o grupo, desde 1988, atuaria principalmente com o lema de irmão vota em irmão. Mais recentemente, os evangélicos criaram frentes parlamentares; aliaram-se a

---

479 Ver em: <https://fundacaoofhc.org.br/debates/os-evangelicos-na-sociedade-e-na-politica-efeitos-e-significados-de-uma-influencia-crescente>

outras frentes e grupos políticos, incluindo o dos católicos carismáticos; ocuparam cargos no Estado. Na atual legislatura, contabilizam 90 deputados federais e 9 senadores. Em épocas de eleição, mobilizam a comunidade religiosa a favor da eleição de pastores, bispos, autoridades religiosas. São estes que geralmente protagonizam o ativismo político.

Sua luta política tem um sentido claro. Tentam transformar a ética e a moral religiosas em prisma de orientação de políticas públicas, sempre assentados na suposta defesa dos valores “da maioria”. Assim, lutaram a favor do Estatuto do nascituro; a favor do Estatuto da família – isto é, pela restrição do conceito de família à união entre homem e mulher; pleiteiam a proibição da adoção de crianças por homossexuais; querem incluir “atividades de família” nas escolas, como educação religiosa, além da observância ao estatuto do “Escola sem Partido”.

Mais recentemente, sempre segundo o pesquisador, aliaram-se taticamente a movimentos de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL); ao “olavismo cultural” e, em geral, assumiram-se bolsonaristas. Mariano enxerga o neopentecostalismo, assim, como importante base da “direita liberal na economia e conservadora nos costumes”, sendo a polarização uma das razões de seu fortalecimento.

FHC sabe o que o apoio evangélico é capaz de fazer em uma eleição. Em setembro de 1997, cerca de 300 mil evangélicos receberam o então presidente da república e pré-candidato à reeleição em evento religioso realizado no Campo de Marte, aeroporto da zona norte de São Paulo. Aos gritos de “Jesus te ama”, os presentes saudaram o discurso do tucano, realizado após fala de apoio ao político feita por José Wellington Bezerra da Costa, então presidente da Convenção das Assembleias de Deus do Brasil. Na ocasião, o pastor elogiou o programa Comunidade Solidária, liderado pela primeira dama Ruth Cardoso.

Reportagem de Xico Sá, publicada na Folha de S. Paulo, anota ainda outras passagens emblemáticas do encontro entre as duas autoridades.

O presidente da Convenção das Assembléias de Deus do Brasil contou como a igreja tem ajudado o governo federal a reduzir o número de sem-terra no país. Cada irmão que entra (na igreja) é um sem-terra a menos, pois nós gostamos da terra, mas queremos mesmo é o céu", disse. Com um cenário patriótico -pessoas formavam a bandeira brasileira-, o presidente agradeceu o apoio e destacou a forma de convivência pacífica de pessoas de diferentes religiões e crenças no país. "O Brasil é um país de paz e de amor", disse. Entusiasmado com a multidão, FHC seguiu os pastores e finalizou o seu discurso com um grito de "aleluia"<sup>480</sup>.

Se a Assembleia de Deus ficou claramente ao lado de FHC em 1998, o mesmo não se pode dizer da Igreja Universal. Pesquisadores da área afirmam mesmo que a congregação iniciou uma aproximação tímida à candidatura de Lula naquele ano, superando, na prática, anos de afastamento derivado do receio que o “comunismo” infundia entre os evangélicos que se viam como “perseguidos”, sobretudo pelas esquerdas (CAMPOS, 2006; GONÇALVES, 2011). A politização evangélica contrasta com a “neutralidade crítica” dos católicos, que não declararam voto a nenhum presidenciável no pleito de 1998. Jornais especularam, à época, que a Igreja estaria “apoiando informalmente” a “frente das esquerdas” liderada por Lula, mas o bispo d. Demétrio Valentini, então líder da Pastoral Social da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), insistia que a Igreja manteria equidistância de todos os presidenciáveis<sup>481</sup>.

Agora passemos a alguns apontamentos sobre o caráter geral do evento. O interesse do IFHC no tema parece natural, diante do fortalecimento evangélico nos últimos anos somado à experiência vivida nas eleições anteriores, quando a politização religiosa já ficava evidente – e, nesse sentido, contrastando com o catolicismo não apenas no grau de exposição

---

480 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc290907.htm>

481 <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/fhc-agora-diz-que-representa-os-pobres-96761.html>

das alianças, muito mais declaradas, mas também na capacidade de mobilização do eleitorado, que, conforme defendeu Ricardo Mariano, é muito maior entre as diversas seitas evangélicas.

Na dialética entre motivações de classe e frações de classe e interesses partidários, creio que a atenção prestada aos evangélicos atende sobretudo ao segundo grupo. Não há contradições significativas entre a atuação evangélica e o sociometabolismo capitalista – pelo contrário<sup>482</sup>. A teologia da prosperidade e seu culto à acumulação inculca importantes disposições pró-capital entre setores mais fragilizados organizacionalmente da classe trabalhadora. Por outro lado, a rede de apoio social formada pelas congregações neopentecostais proporciona importante esteio de segurança relativa em conjunturas de retrocesso no mercado de trabalho, fomentando, à sua maneira, espécie de coesão social discutida no capítulo 3 desta tese. Finalmente, a legitimação da desigualdade social e a construção de pânico moral em relação a qualquer proposta de transformação radical da sociabilidade permitem o arrefecimento das contradições centrais no capitalismo. Não é, portanto, mera casualidade que a direita cristã tenha se aliado aos epígonos do neoliberalismo em época de ofensiva do capital, nos Estados Unidos e, mais recentemente, também no Brasil<sup>483</sup>. Assim, não chega a surpreender a ausência de empresas patrocinadoras do evento

---

482 Lyndon de Araújo Santos destaca a importância da Assembleia de Deus durante a ditadura iniciada em 1964. Para ele, a Igreja seria “tão radicalmente anticomunista quanto os militares”. SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque. Os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

483 Como mostra o informativo trabalho de Marina Basso Lacerda, a direita cristã teve papel fundamental na articulação política que sustentou o governo de Ronald Reagan. Aliando-se ao presidente republicano, organizações religiosas e missionárias atuaram, nos Estados Unidos e na América Latina, de modo a combater os influxos progressistas; atuaram em nome da expansão da palavra de Deus, do combate ao comunismo, em uma guerra espiritual do bem contra o mal (LACERDA, 2019, p. 58). Atuando na América Latina desde os anos 1970, a autora identifica o período de ascensão do republicano como sendo o cenário em que os grupos religiosos passam a atuar mais incisivamente ao lado da direita nacionalista na região, infundindo, inclusive, visões de mundo “neoliberais” entre os fiéis (LACERDA, 2019, p. 34-35). Com atuação específica na América Central, aparecem destacadamente organizações como o Comitê de Ação Pró-Vida, cuja agenda era o combate às legislações de legalização do aborto; e a Maioria Moral. Sua atuação passava pela arrecadação de dinheiro e

na Fundação Fernando Henrique Cardoso. As organizações que viam com bons olhos discussões como a da Reforma da Previdência, da Reforma Trabalhista e sobre mudanças na administração da Justiça com a irrupção da Lava-Jato, discutidas em capítulo anterior e também realizadas na sede da entidade, não parecem estar dispostas a empenharem seu dinheiro neste tipo de atividade.

O conhecimento produzido no evento, todavia, certamente desperta a atenção de intelectuais orgânicos burgueses vinculados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que, não apenas pensam em organizar a dominação de classe, mas também em apresentar o partido como um dos mais capazes a liderar a burguesia no Brasil. Não é sem razão que o tema atrai interesse da entidade na conjuntura de predomínio do bolsonarismo como alternativa burguesa para a gestão do Estado nacional. Da forma como entendo, a mobilização de recursos para o dimensionamento e compreensão da atuação evangélica na sociedade cumpre o papel de instruir as lideranças do IFHC para lidar com o fenômeno.

---

doações que eram então repassadas a áreas estratégicas, junto com o envio de bíblias e missionários (LACERDA, 2019, p. 37). Neste processo, eram apresentadas cosmovisões que defendiam a luta do bem contra o mal, na conjuntura apresentados, respectivamente, como o mundo livre e o comunismo. Tratava-se do que então se convencionou chamar de “guerra espiritual” contra o comunismo ateu, a Teologia da Libertação, muito influente na América Latina desde os anos 1960; e mesmo os modos de vida diferentes do padrão anglo-saxão branco protestante, como os indígenas. Assim, embora institutos e fundações tenham cumprido papel importante na transferência da agenda neoconservadora, não se pode desprezar o papel de igrejas<sup>483</sup> e missionários, estes agindo, inclusive, por meio de programas de TV – como o folclore em torno da figura do televangelista expressa. Para Diamond (1989, p.42-43), “a transmissão ideológica não se deva apenas aos fiéis nos cultos e não se restringiu à América Central. Os veículos mais visíveis eram os programas de televisão, que oferecia, uma mistura harmoniosa de patriotismo, capitalismo e anticomunismo. Por exemplo: o pregador Jummy Swaggart, ligado à Assembleia de Deus, tinha seus programas transmitidos em três mil estações espalhadas por mais de 140 países, alcançando meio bilhão de pessoas. No Brasil, seu programa era apresentado pela Rede Bandeirantes às manhãs de sábado. A National Religious Broadcasters, rede de radiodifusão evangélica, tinha várias filiais na América Latina. Uma das maiores ficava no Brasil, onde, na década de 1980, a NRB financiou construção de estações de rádio cristãs brasileiras, uma escola de treinamento técnico para radiodifusores cristãos e um transmissor de ondas curtas”. Para Lacerda, entidades como o Institute for Christian Economics expressaram essa aliança entre “neoliberalismo” e neopentecostalismo, na medida em que, no processo de difusão do evangelho, acabavam por naturalizar as desigualdades sociais, ampliadas pelo “ajuste neoliberal”. Ver: LACERDA, Marina Bessa. O novo conservadorismo brasileiro. Rio de Janeiro: Zouk, 2019;

O recado que fica é claro. As organizações evangélicas fortalecidas colocaram na ordem do dia a pauta de um conservadorismo moral secular no Brasil. Os debates radicados neste terreno se tornaram escaramuças ferrenhas, que opuseram aos conservadores todos os identificados com a “perversão da moral dominante” pela defesa dos direitos das “minorias”. De sorte que, aos que se viram, em relação ao levante evangélico, do outro lado do campo de batalha, resta a conciliação ou a desarticulação do movimento. Se a reabilitação do Estado como provedor de serviços sociais em uma agenda pública positiva pode minar as bases do associativismo evangélico tal qual ele hoje se dá, por outro lado, a adoção, na arena pública, de posturas que se amoldam às teses conservadoras pode servir aos políticos que desejam capturar o movimento ascendente. O fato do bolsonarismo ter se antecipado na segunda opção restringe o leque de opções disponíveis àqueles que lutam por um “liberalismo mais consequente”, tanto na economia como nos costumes. Nesse sentido, o combate à polarização expressa a tentativa de reconstruir um “centro democrático e civilizado” que assegure ao PSDB um lugar no espectro político para chamar de seu. Para tanto, saber dialogar com os setores evangélicos, em franca expansão demográfica, como demonstrado no evento, parece um imperativo incontornável, da mesma forma como o fora aprender a lidar com os pobres e os negros – elementos debatidos em seção mais acima neste mesmo capítulo.

#### **4.6 O IFHC e a disputa pelas terras indígenas**

Como vimos, as eleições de 2018 revelariam o claro refluxo do PSDB, reduzido ao governo de três Estados da Federação (Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e São Paulo) e com participação no Parlamento encolhida, na câmara baixa, de 54 para 29 deputados



federais; e, na câmara alta, de 12 para 8 senadores<sup>484</sup>. Houve quem especulasse o fim do partido<sup>485</sup>. O que se viu, a partir daí, foi o acirramento das disputas internas e a consequente ascensão de João Dória, eleito governador de São Paulo, como o principal nome da sigla – processo concluído com a eleição do novo presidente do PSDB, Bruno Araújo, em 31 de maio de 2019, com apoio do governador de São Paulo.

Essa ascensão, contudo, ameaçou reorientar o partido que um dia se pretendeu da social democracia brasileira. Era João Dória, afinal, um líder que reivindicava para si a clara identificação com o empresariado<sup>486</sup>, rejeitando, na prática, a oscilação entre capital e trabalho que sempre marcou a autoimagem que o PSDB tinha de si mesmo ao longo de sua história<sup>487</sup>. FHC, atento às flutuações da disputa interna no PSDB, já havia prevenido contra candidatos que se colocariam como representantes exclusivamente dos ricos<sup>488</sup>. O ex-presidente alertava, então, sobre a necessidade de capturar a representação dos mais pobres, maioria do eleitorado – ilustrando um traço que marcaria as campanhas do PSDB pelo menos desde 2014, como vimos acima.

Em 2019, portanto, a conjuntura mudara. Eleito com mais de 57 milhões de votos, Jair Bolsonaro governava. Dória, tornado governador se aliando ao bolsonarismo, afirmava-se como liderança tucana, abrindo as portas do partido ao que muitos consideraram um

---

484 <https://static.poder360.com.br/2018/10/Novo-Congresso-Nacional-em-Numeros-2019-2023.pdf>

485 GONÇALVES, Anderson. "O fim da revoada: por que o PSDB sofreu a maior derrota da história"

Em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/eleicoes-2018/ofim-da-revoada-por-que-o-psdb-sofreu-a-maior-derrota-da-historia-0gaj9cey6u50jtxux3czqx0c6/>

Copyright © 2020, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.

486 <https://jovempan.com.br/programas/nao-sou-politico-sou-empresario-diz-candidato-joao-doria-jr.html>

487 Em entrevista ao *site* Nexo, em 2018, FHC definiu o partido como de centro. Isso porque, segundo o ex-presidente, no espectro brasileiro, o PSDB teria como marca não ser representante do capital e nem do trabalho. Nas palavras dele, a legenda “fica um pouco ‘entre les deux, mon cœur balance’ [entre os dois, meu coração balança]” Ver: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/03/03/%E2%80%98O-pensamento-liberal-sempre-foi-fr%C3%A1gil-no-Brasil%E2%80%99-diz-FHC>.

488 <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/03/03/%E2%80%98O-pensamento-liberal-sempre-foi-fr%C3%A1gil-no-Brasil%E2%80%99-diz-FHC>

projeto “ultraliberal”<sup>489</sup>. O PT, derrotado, tentaria se rearticular, desta vez como líder da oposição ao governo de extrema-direita. À ala tucana simbolizada por FHC e agrupada em torno de seu instituto, restaria tentar se afirmar como terceiro polo daquela relação – afastando-se, portanto, da linha “bolsodória” – mais tarde abandonada pelo próprio governador de São Paulo, de olho tanto em 2022 quanto em negar a pecha de “reacionário” que o próprio FHC ajudou a colar em Bolsonaro.

Neste cenário, o ex-presidente se equilibrava em críticas ao bolsonarismo e ao “lulopetismo”. Em entrevista concedida no início de 2019, após ser perguntado sobre o porquê de, no Brasil, não ter sido formada uma “frente democrática” contra a extrema-direita, o ex-presidente ignora os vaticínios de intelectuais que alertam para o risco da corrosão interna da democracia – palestra, inclusive, realizada no próprio FHC – avaliando que, se, por um lado, o PT não se esforçou para formar uma frente ampla, por outro, o bolsonarismo não representaria um risco às instituições. Em opinião que contrastava com a avaliação dos governos petistas<sup>490</sup>, FHC, após a eleição de Bolsonaro, preferia acreditar na forças institucionais para conter arroubos de autoritarismo.

Não houve esforço. O PT não se mostrou aberto para isso. Fizeram tantas escolhas erradas...será quem eu voto não vai fortalecer o que está errado? Também não vou votar naquele outro. (...) Não avaliei que o novo governo ameaçasse a democracia. Senão seria diferente<sup>491</sup>.

A linha-mestra de seu posicionamento permanecia sendo, contudo, fundamentalmente antipetista. A própria ascensão do bolsonarismo aparece aqui como resultado do “desastre” que houve no Brasil em função dos “erros do PT”. A corrupção

---

489 <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-pretende-joao-doria-ao-se-tornar-o-novo-lider-do-psdb/>

490 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0411200905.htm>

491 <https://www.youtube.com/watch?v=aENlwhAx9Mw>

“organizada como fundamento do poder” pelo partido, portanto, teria parido a ascensão da extrema-direita.

Não achei que valia a pena comprometer a minha posição de pensamento em função de uma candidatura (Haddad) que se dizia progressista, mas que tinha atrás de si as marcas do desastre que houve no Brasil, da estagnação da economia, da pauperização, não digo que intencionada, mas como consequência de muitos mal feitos havidos...e de muita corrupção. Corrupção não era pessoal, mas das instituições, o que é mais grave. (...) Você pode dizer que sempre houve corrupção e sempre haverá (no Brasil), não é isso, não. A organização da corrupção como base do poder. Não é a corrupção de A, de B ou de C que é má conduta pessoal. Tá errado, mas além disso, você tem aqui, a organização de um sistema que passava pela utilização de empresas públicas para financiar empresas privadas que financiava partidos. Isso de maneira sistemática. Isso é algo contra a democracia, contra a liberdade. Eu não posso escolher esse lado contra o outro<sup>492</sup>.

Um ano depois, a avaliação de FHC fica menos abstrata. Ainda tentando justificar o relativo alheamento no segundo turno das eleições de 2018, o ex-presidente evidencia o interesse partidário por trás da conduta. Em nova entrevista, desta vez concedida à BBC Brasil a partir de Londres, o ex-presidente explica com mais detalhes o porquê de não ter se unido a Fernando Haddad no que muitos considerariam como uma “frente democrática”. Segundo ele, o PSDB estava em disputa com o PT em segundos turnos para governadores de “vários estados”, de sorte que ficaria “complicado” firmar uma aliança em plano federal.

Em vários estados o PSDB ainda lutava com o PT, Como é que eu vou fazer? Vou manifestar pelo PT? (...) É verdade que minha ligação com o PSDB é simbólica, sou presidente de honra, não tenho uma ligação orgânica e nem estou de acordo com muita coisa que é feita, nem sou responsável por isso. Ainda assim tenho uma certa simbologia, eu não podia toda hora ficar desconsiderando o PSDB... ah, vou votar no PT. Meu estado é PSDB contra PT, como faz?<sup>493</sup>

No *front* interno, a tentativa de se equilibrar em um espectro político polarizado também era perceptível. Se, por um lado, como vimos no capítulo 3, o IFHC sediou eventos elogiosos à Lava-Jato, malgrado o desrespeito às leis e às instituições pela operação, tornadas evidentes, no mais, em série de reportagens conhecida como Vaza-Jato, produzidas pelo *site* The Intercept Brasil em parceria com veículos da grande imprensa; por outro, debates sobre

---

492 <https://www.youtube.com/watch?v=aENlwhAx9Mw>

493 [https://www.youtube.com/watch?v=E3jCH-\\_NHDI](https://www.youtube.com/watch?v=E3jCH-_NHDI)

pontos específicos do programa de governo bolsonarista foram travados na entidade, com claro acento crítico.

É o caso de evento sediado em outubro de 2019 sobre os direitos indígenas, no qual foi debatida a exploração econômica das terras de povos nativos. Uma das promessas de campanha de Jair Bolsonaro foi olhar com mais atenção para as demandas do garimpo, flexibilizando regulamentações ambientais e autorizando a mineração em terras indígenas e quilombolas<sup>494</sup>. A procura por apoio de garimpeiros se deu ao longo da campanha com base em promessas e no corpo-a-corpo, feito por um de seus filhos junto a representantes da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada<sup>495</sup>. Após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018, sacramentada a vitória de Bolsonaro, reportagem do The Intercept Brasil investigou as relações da família com o garimpo, revelando que o agora presidente eleito, em julho daquele ano, havia recebido abaixo-assinado com mais de 500 nomes de garimpeiros da Serra Pelada, pedindo o fim das restrições ambientais para a prática mineradora. O texto indicava, inclusive, o temor acerca de uma “nova corrida do ouro”, dada a crença de que as florestas nativas ainda esconderiam toneladas de metais preciosos em seu subsolo. Por isso, o encontro realizado no IFHC tem importância particular. A entidade, afinal, levou representantes indígenas e de setores produtivos – sobretudo do grande capital – para discutir o assunto então em voga no debate público brasileiro. O tom geral do encontro foi crítico à truculência do governo no trato da questão.

Participaram do evento Joênia Wapichana, advogada e primeira deputada federal indígena, eleita em 2018 pela Rede Sustentabilidade em Roraima; Mario Luiz Bonsaglia,

---

494 <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-promete-liberar-garimpo-em-terras-quilombolas-22884565>

495 <https://theintercept.com/2018/11/05/passado-garimpeiro-bolsonaro/>

subprocurador geral da República e membro titular da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, responsável por defender os direitos das populações indígenas e comunidades tradicionais; o geólogo Elmer Prata Salomão, ex-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM); o biólogo Ismael Nobre (Projeto Amazônia 4.0); o ambientalista Márcio Santilli (Instituto Socioambiental) e o engenheiro agrônomo Rodrigo Justus de Brito (Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil).

A fala mais incisiva foi mesmo da deputada Wapichana. Opondo-se à liberação da exploração econômica do subsolo do território indígena, a parlamentar da Rede rejeitou a tese de que os direitos dos povos originários representam entraves ao desenvolvimento no Brasil, lembrando que as tradições nativas devem ser preservadas, sobretudo no que diz respeito à ligação desses povos com a terra<sup>496</sup>.

Houve espaço também para a defesa da exploração das reservas indígenas, mas com os povos nativos protagonizando a solução da questão, com regulamentação que atenda aos interesses dos indígenas. Segundo Elmer Prata Salomão, representando as empresas de pesquisa mineral,

(...) não é de hoje que as terras indígenas são invadidas por garimpeiros, madeireiros e grileiros. Os direitos indígenas, apesar de protegidos na Constituição de 1988, na prática continuam a ser violados. Por isso, é fundamental regulamentar a mineração empresarial e outras atividades produtivas nas reservas. Uma coisa é certa: o índio tem que estar no centro da solução.

A posição da ABPM expressa no evento difere do posicionamento do governo, como ficaria claro em reportagem de O Globo, divulgada em 11 de janeiro de 2020, a qual afirmaria que, segundo o governo, as comunidades contrárias à mineração poderiam apenas manifestar sua oposição, e não ter poder de veto. O dissenso se fundamenta juridicamente em uma

---

496 <https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/debates/direitos-indigenas-entruve-ao-desenvolvimento-ou-parte-da-riqueza-nacional>

interpretação distinta do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, cujo parágrafo 3 determina que

o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei<sup>497</sup>.

Ainda no encontro realizado no IFHC, o subprocurador geral da República, Mário Luiz Bonsaglia lembrou que o Brasil ratificou a Convenção ° 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes, que determina a consulta aos povos indígenas com vias de obter consentimento para exploração econômica de suas terras<sup>498</sup>.

Já a CNA defendeu na ocasião que não há embates reais entre o agronegócio e a demarcação de terras indígenas. Segundo Rodrigo Justus de Brito, representante do setor agropecuário no painel,

Os direitos indígenas não representam entrave e suas reservas não fazem falta para o agronegócio elevar sua produtividade. Há muitas terras degradadas que podem ser recuperadas para a agricultura e a pecuária, utilizando modelos de exploração mais sustentáveis, sem prejuízo à floresta<sup>499</sup>

À primeira vista, as contradições em tela parecem opor à liberação do garimpo, além das comunidades nativas e ambientalistas, também o grande capital representado em associações como a CNA – que, além de razões mais evidentes envolvendo disputas pela terra, veriam na atividade garimpeira a devastação do meio-ambiente que tornaria mais dura a fiscalização sobre suas próprias atividades, além de prejudicar a produção agrícola a longo

---

497 [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_08.09.2016/art\\_231\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_231_.asp)

498 <https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/debates/direitos-indigenas-entreve-ao-desenvolvimento-ou-parteda-riqueza-nacional>

499 <https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/debates/direitos-indigenas-entreve-ao-desenvolvimento-ou-parteda-riqueza-nacional>

prazo pela restrição de mercados internacionais<sup>500</sup>. Com feito, sobretudo na região do rio Cupixi, no Amapá, onde uma liderança indígena dos Wajãpi foi assassinada em 2019 pelo acirramento das lutas na floresta<sup>501</sup>, o terreno acidentado dificultaria operações com grande uso de maquinaria – favorecendo, em tese, o pequeno garimpo<sup>502</sup>. Outro indicativo importante das contradições entre garimpeiros ilegais e o grande capital foi a situação na fazenda Dardanellos, no Mato Grosso, em novembro de 2018, quando foram deflagradas disputas entre garimpeiros ilegais, que acreditavam encontrar ouro em grande quantidade na região; o empresário do agronegócio que arrendou a fazenda e a mineradora Votorantim, concessionária da exploração do território por 25 anos, com alvará cuja data de início marcaria dezembro daquele ano<sup>503</sup>.

As contradições entre o grande capital e o garimpo ilegal, entretanto, não são absolutas. Os garimpeiros, atualmente reunidos frequentemente em cooperativas, dada a necessidade de utilização de ferramentas e máquinas pela dificuldade contemporânea em se localizar ouro de aluvião, isto é, na superfície do solo, contam com uma margem de tolerância por parte das grandes empresas que centralizam a atividade mineradora<sup>504</sup>. Isso porque os

---

500 Estes elementos foram discutidos em visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a CNA, em setembro de 2019, portanto um mês antes do evento comentado. Na ocasião, Maia defendeu a convergência de interesses entre ambientalistas e o agronegócio – sobretudo no que diz respeito à garantia de mercado pela preservação das florestas, evitando embargos de outros países. No encontro, representantes da CNA afirmaram, ainda, se preocupar com o desmatamento ilegal, mas insistiram que a crise da Amazônia abria uma janela de oportunidades para forjar consenso entre o agronegócio e pauta ambiental pelo alcance de um meio termo entre os interesses potencialmente conflitantes de ambos. Ver: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/09/03/interna\\_nacional,1082107/na-cna-maia-diz-que-havera-um-texto-convergente-sobre-licenciamento-a.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/09/03/interna_nacional,1082107/na-cna-maia-diz-que-havera-um-texto-convergente-sobre-licenciamento-a.shtml)

501 [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564324247\\_225765.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564324247_225765.html)

502 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49133192>

503 <https://istoe.com.br/repetindo-serra-pelada/>

504 O Estatuto do Garimpeiro, ratificado em 2008 pela Lei Nº 11.685, evidencia o associativismo da atividade, considerando, em seu Art. 2º, por garimpeiro: “toda pessoa física de nacionalidade brasileira que, individualmente ou em forma associativa, atue diretamente no processo da extração de substâncias minerais garimpáveis”. Ver:

garimpeiros são considerados eficientes exploradores do território, auxiliando a encontrar importantes reservas de minerais a serem exploradas pelo grande capital. Por outro lado, o cooperativismo, que surgiu no setor mineral brasileiro nos anos 1980 com o fito de controlar a massa garimpeira e favorecer a regulação e a formalização da garimpagem, nem sempre são sociedades de indivíduos em que os membros detém participação equitativa. Há mesmo cooperativas controladas por um único indivíduo ou família, que ditam as regras, os projetos a serem implementados e os investimentos da organização (COELHO, WANDERLEY, COSTA, 2017)505.

Assim, enquanto o bolsonarismo parece se apoiar mais destacadamente em capitais de menor porte – representados aqui pelas cooperativas de garimpo, ainda que, como vimos, essa classificação seja passível de relativizações -, o IFHC corteja os capitais tradicionais dos setores, como as grandes mineradoras – dentre elas a Votorantim, que financia a entidade. Tentando buscar um espaço próprio no campo político desde a ascensão da extrema-direita, o instituto busca apoio até de lideranças indígenas que defendem as tradições originárias, que, no passado, foram vistas como adversárias da modernização em publicação da entidade506. O equilíbrio instável que marca a atuação do IFHC em 2019 é sinal dos novos tempos para o PSDB, cada vez mais afetado por um espectro político com polaridades que o excluem. A tentativa de reconstrução deste espaço, com vistas ao estabelecimento da multipolaridade, é um desafio que tem sido enfrentado pela entidade. Dele falaremos na última seção deste capítulo.

---

505 Sobre isso, ver o trabalho de Maria Célia Coelho, Luiz Jardim Wanderley e Reinaldo Costa, intitulado “Garimpeiros de Ouro e Cooperativismo no século XXI. Exemplos nos rios Tapajós, Juma e Madeira no Sudoeste da Amazônia Brasileira”, disponível aqui: <https://journals.openedition.org/confins/12445>

506 Ver livro coesão social desafio latino-americano.



## Considerações finais

A tese investigou a história do IFHC à luz das contradições da democracia. Com marcos temporais que se estendem de 2004, ano de fundação da entidade, a 2019, ano em que a ascensão do *bolsonarismo* provocou mudanças na sua atuação, a pesquisa se interessou pelos seguintes pontos: a) compreender um pouco mais o que são os *tanques de pensamento*; b) entender a história particular do IFHC na trama geral do desenvolvimento desse tipo de organização; c) identificar os setores sociais que animam as atividades da fundação; d) compreender sua relação com a política brasileira, certamente no nível partidário, dada sua associação com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas também no nível do que Gramsci chamou de Grande Política, que embora eventualmente possa se confundir com aquele, a ele não se identifica. Da compreensão das raízes sociais dos *tanques de pensamento* ao entendimento do papel do IFHC no aguçamento/apaziguamento das contradições da democracia, o presente texto transcorreu apresentando algumas questões que considerei incontornáveis para o melhor conhecimento do objeto. Estas considerações finais tentam destacar a linha narrativa que, creio, nem sempre ficou clara neste processo.

O desenvolvimento da obra começa por uma análise dos elementos gerais de um *tanque de pensamento*. Consulte a literatura disponível, a fim de identificar linhas constantes de análise que auxiliassem a identificar características gerais do objeto. As pesquisas da ciência burguesa, notadamente as de ciência política, chamaram a minha atenção para a importância da tecnicidade no papel desempenhado por esse tipo de organização. Rejeitando o pressuposto de *neutralidade* da técnica dominante no pensamento liberal, busquei entender o conjunto de determinantes que marcam seu advento na gestão do

capitalismo. Retornei, assim, ao estudo de *O Capital*, obra máxima de Marx, investigando principalmente a forma capitalista de divisão social do trabalho. Acompanhamos a fase de predomínio da manufatura, quando a especialização dos ofícios hipertrofiou tendências, imanentes ao capital, de isolamento *político-ideológico* entre trabalho intelectual e trabalho manual. Com efeito, essa cisão arbitrária entre os dois tipos de trabalho fundamenta o nascimento de um tipo específico de circuito de mando-obediência, assentado no domínio de um saber dominante.

Abria-se espaço para a compreensão da tecnologia como *trabalho intelectual morto*, ensejando, portanto, para sua melhor compreensão, a pesquisa sobre as condições de realização desse trabalho – entendidas como determinantes de sua transformação final em tecnologia. A técnica que se radica no capital, compondo seu conjunto de forças produtivas, não é neutra, como querem os liberais. É, em vez disso, consolidação, no âmbito dos saberes técnicos, das práticas de maximização produtiva e de apropriação de valor, bem como de reprodução ampliada do capitalismo. A este interesse respondem as técnicas de gestão. Em última instância, para o alcance daquele objetivo se dirigem os esforços das ciências burguesas, mesmo na área das humanidades – seara em que o IFHC se destaca. A divisão social do trabalho no capitalismo permitiu o surgimento de um tipo particular de trabalho intelectual, e sua associação à reprodução ao capital se tornou progressivamente mais umbilical, na medida em que a grande indústria requisitava mais e mais tecnologia, mais e mais domínio de uma ciência específica sobre a natureza e a sociedade.

É este o arco histórico em que se desenvolvem os *tanques de pensamento*. Compreendendo-os dessa maneira, rejeitei a pretensa “neutralidade” de instituições que queriam “suprir *gaps*” do Estado, e considerei-os como *aparelhos privados de hegemonia*,

em conceito cunhado a partir da obra carcerária de Antônio Gramsci, a fim de chamar atenção para o fato de que as *análises técnicas* levadas a cabo por aquelas entidades não são expressão de uma razão pura, improfanável por interesses mundanos, mas a tentativa de generalização de interesses particulares. Considerando os *tanques de pensamento* como *APHs*, tentei identificar as classes e/ou frações de classe que apoiavam sua produção buscando transformar em valores universais a visão de mundo privada, radicada, por sua vez, nas demandas da posição específica ocupada nas relações sociais de produção. O solo da “economia”, assim, ajudaria a entender o sentido social dos *tanques de pensamento* em geral, e do instituto em particular. Sua atuação e produção deveriam ser entendidas sob o prisma extraído da compreensão de suas determinações de classe.

O conhecimento sobre essas entidades avançou sobremaneira com as contribuições de René Dreifuss, interessado em entender como uma classe “traduz suas capacidades estruturais (o predomínio econômico na esfera da produção, sua formação intelectual e seu acervo cultural, suas ligações pessoais e vínculos familiares) em capacidades político-organizacionais” (1986, p. 21). O resultado dos seus estudos conferiu corpo histórico às classes dominantes do século XX, demonstrando como entre 1918 e 1986, as “elites orgânicas” pautaram a ação coletiva de classe, transformando-a, dinamicamente, em um coletivo articulado, orientado politicamente para dar respostas aos desafios postos por uma sociabilidade inerentemente contraditória. Se hoje compreendemos que a dominação “econômica” não é garantia de direção política; ou, ainda, se entendemos que a posição dominante na “estrutura econômica” não municia mecanicamente a burguesia com os melhores instrumentos de gestão do capitalismo, isso devemos também à importante contribuição de Dreifuss.

Virgínia Fontes procurou entender a explosão do associativismo burguês à luz dos seus estudos do *capital-imperialismo*, forma de capitalismo “impregnada de imperialismo” surgida “sob o fantasma atômico e a Guerra Fria” (FONTES, 2010, p. 149). Assim, associado ao acelerado processo de concentração e associação de capitais em curso desde o Pós-Guerra, o associativismo burguês se expandiu enquanto tentava conter ameaças à ordem partindo principalmente do “bloco socialista” e de seus agentes, mas também das próprias rivalidades inter-imperialistas, agora reforçadas pela ameaça atômica. Na conjuntura em tela, portanto, a organização de classe se tornou um imperativo de sobrevivência, sem descurar das tendências expansionistas inerentes ao capital.

Em 2007, o IFHC chega a este mundo. Embora o tenha identificado como aparelho do grande capital, não esqueci sua origem tucana. Embora se apresente como “independente do PSDB”, a história aqui analisada demonstra as diversas vezes em que o vínculo se impôs na agenda de atividades da entidade, em âmbito público e privado. O IFHC é, por conseguinte, um *APH*, mas de tipo específico: não se pode analisa-lo sem lembrar que ele funciona como um dos mais importantes *tanques de pensamento* do Brasil, mas também como um órgão do PSDB que, em última instância, defende eleitoralmente o partido como o mais apto a conduzir o enfrentamento aos desafios à ordem capitalista no Brasil. Se o PSDB já foi o Moderno Príncipe da burguesia brasileira, com a ajuda do IFHC ele reiteradamente se recandidata ao cargo<sup>507</sup>.

Temos, pois, o instituto em interfaces de ação pública e privada, voltadas para a sociedade civil e para a sociedade política. Na face privada, o IFHC estabelece contatos com

---

<sup>507</sup> Guiot, André Pereira (2006). Um “moderno príncipe” para a burguesia brasileira: O PSDB (1988-2002). Niterói, UFF (Dissertação de mestrado).

agências de “avaliação de mercado”, ajudando a tecer nós da vasta teia de circulação de tecnologias burguesas, como ilustrou o caso da Stratfor. Uma informação que favorece alocação “eficiente” de capital e sua reprodução não seria uma parte das forças produtivas do negócio? No mesmo circuito, transitam avaliações constantes sobre o grau de estabilidade social, funcionando como aparelhos detectores de abalos sociais capazes de pôr em risco a ordem. A partir daí, atua-se preventivamente para assegurar solo social adequado à germinação dos investimentos. É bem verdade que o mesmo é verificado em sua face pública, mas o vazamento das conversas eletrônicas que revelam a visita da Stratfor à sede do instituto para fazer negócios indica que há muito mais o que saber. Outro indício importante é a correspondência do Cônsul Geral dos Estados Unidos no Brasil, ironizando o encontro do embaixador estadunidense no país, na sede do IFHC, em 2009, com FHC e José Serra, apresentado na ocasião como futuro presidente brasileiro e aliado em potencial dos Estados Unidos na América do Sul. As fontes nos permitem saber muito pouco desta vida privada, mas dão uma medida do tipo de relação que nela se desenvolve. É preciso mais pesquisas, mas também a sorte de encontrar documentos específicos sobre esta face, que pode esconder qualquer coisa.

Publicamente, o IFHC é uma “fundação” de debates sobre democracia e desenvolvimento social, além de local de conservação do acervo do ex-presidente, como intelectual e como chefe de Estado. Nesta face pública, ainda, o IFHC disputa o consenso na sociedade civil, bem como tenta funcionar como parceiro de conexão entre membros da classe dominante e representantes de Estado. No primeiro caso, lembremos que, como ensina Gramsci, um dos objetivos táticos dos *APHS* é disputar a guerra de posições, travando a “batalha das ideias”, muito mais concreta do que meramente um confronto de discursos. Para

tanto mobiliza seus recursos financeiros, técnicos, políticos, tudo o que for necessário para generalizar, como senso comum, interesses específicos. A hegemonia, estágio final do avanço de um dos lados em confronto, pode ser antecedida por etapas anteriores, de domínio de uma visão “ético-política” sobre outras. Ao longo dessa “guerra”, travar batalhas pela defesa de pontos específicos no nível do planejamento social é parte fundamental, e a série de “eventos” sediados pelo IFHC não deve ser entendida sem consideração a este ponto. Ocupar posições, inclusive no Estado, talvez seja uma das fases decisivas daquela guerra, e disso o instituto se encarregou à sua maneira. Se não ocupando de fato postos do Estado – o único caso que a documentação aponta é o de Xico Graziano no Governo Temer -, ao menos servindo de plataforma para a conexão entre membros da classe dominante e setores vistos como chave do aparelho político.

Articulando ainda esta face pública aos elementos tratados quando da análise do papel dos *tanques de pensamento* na democracia, sugeri que dois elementos centrais, sem os quais a atuação política do IFHC não seria bem entendida, eram:

a) a capacidade de se conectar, mais ou menos diretamente, aos aparelhos da sociedade política – via conexões com seus representantes eleitos ou com seu “pessoal do Estado” – a fim de contornar os mecanismos clássicos de representação democrática, nomeadamente o Congresso e seu sociometabolismo interno. Apontei ainda o fenômeno como uma das manobras de contenção da democracia.

b) A prerrogativa de circunscrever o terreno do debate legítimo, por meio do filtro de convidados aos debates que, na lógica de atuação dos *tanques de pensamento*, servem de pontos de conexão entre os representantes de classes e/ou frações de classes e os representantes do poder político.

No primeiro caso, vaza-se a soberania popular, posto que se insulam aparelhos de Estado da ação democratizante. No segundo, constrói-se formidável aparelho político, na medida em que o *tanque de pensamento* seleciona previamente as posições postas em confronto no espaço consagrado para a finalidade. Mostrei como o O IFHC não hesitou em lançar mão desta arma em momentos politicamente cruciais, como o que antecedeu a aprovação da “Reforma Trabalhista”.

Faz lembrar a declaração de Ronaldo César Coelho durante a redemocratização dos anos 1980, recuperada por Dreifuss. Diz o então presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos e Desenvolvimento: “no regime fechado, defendíamos nossos interesses com dois ou três ministros; mas num regime aberto temos de nos acostumar a falar para uma audiência muito mais ampla”(COELHO *apud* DREIFUSS, 1989, p. 43). Eleito deputado federal constituinte pelo PMDB antes de ingressar nas fileiras do PSDB, Coelho se referia então às campanhas eleitorais, prevendo as especificidades da gestão empresarial da política em uma democracia. Hoje parecemos estar presenciando algo diferente, ainda que com similaridades. A tendência de captura da representação política pela burguesia permanece a mesma. Os mecanismos, contudo, multiplicaram-se. O apoio a candidaturas, via financiamento, permanece; mas formas mais diretas de influência têm crescido, impulsionadas pela proliferação dos *tanques de pensamento*. De acordo com as fontes produzidas por laboratório da Universidade da Pensilvânia, espera-se desse tipo de entidade

precisamente a iniciativa de influenciar “positivamente” as políticas públicas, não raro produzindo-as elas mesmas<sup>508</sup>.

O IFHC parece seguir os mandamentos do TTCSP. Orgulha-se de exibir as boas colocações obtidas em seus *rankings* – sempre impulsionadas por suposta ingerência sobre as políticas públicas no Brasil. Como os relatórios produzidos pelo “*tanque de pensamento dos tanques de pensamento*” não esclarece quais são suas fontes e qual é a base de dados utilizada para a formação das listagens, não temos como saber qual é sua efetiva influência sobre as políticas públicas – e nem se ela existe de fato. Pode-se especular que talvez o suposto poder atribuído ao IFHC derive da posição proximidade com o PSDB, e do predomínio deste partido sobre o governo daquele estado. Mas são só especulações. Não há como saber.

Por isso é melhor entender o ranqueamento como meta a ser alcançada, isto é, como manual de instruções proposto por esta entidade que se entende como *tanque de pensamento dos tanques de pensamento* – e, portanto, de acordo com a definição deste tipo de entidade por seu diretor, James McGann, como organização devotada à instrução *técnica* para a melhor ação do ente por ela instruído. Entendo as edições anuais da *Global Go to Think Tanks* como a constante balizador da ação dos tanques de pensamento, percebe-se uma das razões possíveis para que o IFHC busque sempre se relacionar com o representantes do Estado.

O número deste tipo de participante nas atividades do IFHC cresceu entre 2014 e 2018, acompanhando a maior participação do PSDB no governo federal. Nesta tese, alguns eventos foram comentados. Um deles, discutido no último capítulo, apresenta claramente um empresário interessado em investir no setor de infraestrutura apresentando demandas

---

<sup>508</sup> Como vimos no capítulo 1, por meio dos chamados *white papers*.



diretamente ao secretário de Estado dedicado à gestão da área. A realidade da democracia da “Nova República” já impunha uma revisão da conduta do empresariado; o amadurecimento do desenvolvimento dos *tanques de pensamento dominantes* e expressões do seu próprio sucesso no deslocamento de opositores (como o triunfo da ortodoxia de mercado no senso comum, responsável por minar a aceitação social de modos alternativos de gestão pública<sup>509</sup>) parece ter transformado a política em uma questão de eficiência. Nesta nova fase de “regime político aberto”, os *tanques de pensamento* se tornam veículos importantes na comunicação com o Estado restrito, inclusive porque são estimulados a perseguirem este objetivo. Não sem razão os empresários se interessam tanto por eles.

Sobre este conjunto de indícios empíricos, sugeri que uma das características que melhor iluminaria o sentido social do IFHC seria a capacidade de se conectar, mais ou menos diretamente, aos aparelhos da sociedade política – via conexões com seus representantes eleitos ou com seu “pessoal do Estado” – a fim de contornar os mecanismos clássicos da democracia representativa, nomeadamente o Congresso e seu sociometabolismo interno. Apontei ainda o fenômeno como uma das contradições da democracia liberal que, no discurso, estimula o livre associativismo, mas, ao não confrontar a cisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, elemento medular do capital, favorece a proliferação desigual de organizações, com algumas delas demonstrando capacidade superior de arregimentação e mobilização de interesses – pela maior preparação intelectual, pelo maior domínio do acervo cultural além de, é claro, do predomínio econômico dos setores sociais que financiam as

---

<sup>509</sup> Refiro-me ao que alguns chamaram de *nova razão do mundo*, em análise competente, mas que falha em não investigar os veículos práticos de imposição dessa racionalidade “neoliberal”, caindo em fetiche ardiloso da história das ideias que a entende como expressão, quando muito, das disputas entre grandes intelectuais distintos, sem jamais versar sobre os determinantes do prestígio de cada pensador e/ou corrente de ideias. Ver: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

entidades dos dominantes<sup>510</sup>. A democracia “representativa” que se ergue sobre tais fundamentos porta em si, contraditoriamente, as tendências da crise de representação, pois os despossuídos não podem se reconhecer nos possuidores. De qualquer forma, o cenário acima descrito favoreceu o advento de mais e mais *tanques de pensamento*. Seu papel na república chamou atenção mesmo dos partidos para a ferramenta.

Sempre próximo do PSDB, devemos entender o esforço do IFHC em apoiar a expansão das empresas brasileiras sobre a América do Sul, por meio do lançamento da Plataforma Democrática, que objetiva “aprofundar a cultura democrática na região”. Conectando-se a mais de uma centena de *APHs* da região, a Plataforma tenta reproduzir as condições sociais adequadas ao desenvolvimento capitalista do subcontinente. Não estranha, por conseguinte, que por trás da iniciativa estejam grandes empresas brasileiras com capital alocado nos países que compõem o entorno geopolítico do Brasil. Fruto de condições econômicas surgidas no governo FHC, notadamente o “choque de concorrência” produzido na conjuntura de lançamento do Plano Real, que impulsionou investimentos externos por capitais que viam a concorrência no mercado interno dificultada. É bem verdade que os governos petistas incentivaram ativamente a internacionalização de capital nacional, principalmente na América do Sul, na lógica do privilégio às relações Sul-Sul. Se a Plataforma Democrática, criada em 2007, mira a região, é também porque interessa ao PSDB oferecer uma resposta ao avanço petista no apoio à burguesia transnacionalizada.

---

<sup>510</sup> Sendo este um dos elementos da desigualdade de representação. Outros tantos passam pelo que Virgínia Fontes chamou de “ampliação seletiva do Estado”, inclusive com a repressão pura e simples do aparelho coercitivo sobre as organizações proletárias. Ver: FONTES, Virgínia. Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

Trata-se, portanto, de aparelho capaz de responder às flutuações da cena política brasileira. Assim, o IFHC investiu desde cedo em *novas tecnologias*, ciente de que ali estava importante fronteira de disputa para alcançar os objetivos acima comentados. Convidou Manuel Castells para falar a respeito da *sociedade em rede*, publicou livro sobre a internet e os “novos movimentos sociais”, mas, principalmente, atuou no setor<sup>511</sup>. No *Facebook*, associou-se ao *Quebrando o Tabu*, página com mais de dez milhões de seguidores, que divulga visões políticas moderadamente progressistas, mas com clara defesa da ortodoxia econômica. Em associação com a página, lançou a iniciativa chamada “Diálogos na Web”, reunindo especialistas próximos à sua orientação política de defesa rebaixada das pautas identitárias para debater temas polêmicos em ambiente virtual, com participação de internautas. Temendo a desmedida da ascensão bolsonarista, investiu no YouTube, lançando o “Projeto Fura-Bolha”. Sua intenção anunciada é “furar as bolhas sociais” formadas no Brasil da afamada “polarização política”. Polarização de um polo, dada a ausência de projetos de extrema-esquerda no debate público, mas entendida como fermento do crescimento da extrema-direita que ameaça deixar o PSDB, mais uma vez, alijado de poder no Estado.

Que a fachada progressista não deixe ninguém se enganar sobre suposto apoio intransigente a uma agenda “socialdemocrata”, mesmo empalidecida, porque o instituto tem na ambiguidade a principal característica de seu mais recente posicionamento político. Na *internet*, fomentou também outra página naquela rede social, intitulada *O observador político*, esta em claro flerte com a extrema direita. Sob o pretexto de “debater política com qualidade nas redes”, o OP, tocado por uma equipe encabeçada pelo já mencionado Xico Graziano,

---

<sup>511</sup> FAUSTO, Sérgio; SORJ, Bernardo (org.). *Internet e mobilizações sociais. Transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015.

atacou duramente o “lulopetismo”, defendeu intransigentemente o uso de agrotóxicos, debochou das pautas progressistas sobre a questão das identidades, embarcou no extremismo de João Dória e acabou nos braços do bolsonarismo. Nos veículos da grande imprensa, FHC traduz a indecisão de um partido que se viu sem base eleitoral: mesmo passada a eleição de 2018, com o desmantelamento da esquerda parlamentar, FHC voltou à carga sobre o “lulopetismo”, ainda disputando a representação de setores desta direita mais raivosa que se fortaleceu no pleito. No início de 2020, após a emergência de uma coleção de fatos que demonstram o ataque aos limites da democracia pelo Presidente da República como tática de governo, o tucano voltaria a se pronunciar sobre a política brasileira, alertando, contudo, que seu partido havia privilegiado a ofensiva sobre Jair Bolsonaro, quando, em sua avaliação, o petismo deveria seguir como alvo preferencial. Ainda em janeiro deste ano, FHC trocou amenidades em encontro com governador de São Paulo, João Dória Jr., buscando reaproximação com aquele que, dentro do partido, chegou a tentar disputar a liderança da ascensão da direita.

São tempos de um “Novo PSDB”, na fala de Dória. Seu nascimento parece estar transcorrendo, em parto doloroso, desde a derrota histórica nas eleições de 2018. Flertes com a energia reacionária que foi galvanizada em torno do bolsonarismo houve, com vários acenos ao lava-jatismo já desde, pelo menos, o malogro de Aécio Neves no pleito de 2014. Em reunião de balanço do novo mandato de Dilma Rousseff, ainda em início naquele março de 2015, FHC vociferou contra o governo. Defendeu união “das ruas” (isto é, dos movimentos sociais de extrema-direita que então desafiavam a capacidade de governar do PT, preparando o caldo de cultura golpista que passaria a grassar no país), da sociedade civil (outras entidades, do perfil do IFHC) e a “Justiça” (leia-se: Lava-Jato) a favor da criação de

uma “alternativa de poder” ao “lulopetismo” que teria, em sua visão, açambarcado a “verdadeira democracia” por um “projeto de poder”.

O *udenismo* redivivo marcou um giro importante no posicionamento político do instituto, e talvez mesmo do PSDB, com o recurso ao *lawfare* dando o tom da novíssima estratégia partidária<sup>512</sup>. Confundindo-se com a autoimagem do partido, o IFHC até então privilegiava o que chamou de *coesão social na democracia*. No capítulo 3, vimos como a organização tentou ser o veículo brasileiro de um conjunto de orientações políticas de contenção de “populismos”, de direita e esquerda, pela manutenção de um “tecido social” harmônico. A série de debates fomentada pelo instituto sobre o tema deu origem mesmo a um livro assinado pela entidade. Nas páginas, a questão das identidades era vista com cuidado, como polo gerador de tensões emanadas por abordagens tanto à esquerda quanto mais à direita do problema. A defesa da coesão, neste panorama, não era mais do que a estratégia conservadora de enfrentamento das pressões sociais, a fim de pensar em válvulas de escape que contivessem as insatisfações no interior da ordem, com o mínimo ruído possível sobre a sociabilidade burguesa. A ideia de coesão social na democracia seria, ainda, a “atualização democrática” de uma cultura entendida como originalmente autoritária, derivada do “iberismo” de nascimento, em recuperação de interpretação de nossa história tão comum a autores que reportam a um suposto patrimonialismo Ibérico toda sorte de contradições vigentes em nossa sociedade de capitalismo periférico. Expressão, essa defesa da harmonia, de um verniz social-democrático que o partido então ainda gostava de ostentar, mas cujo

---

<sup>512</sup> Em evento realizado no IFHC, Steven Levitsky, autor do best-seller *Como as democracias morrem*, preveniu contra a postura de “liberais” que, atuando nas brechas das leis, acabam por deslegitimar as “regras do jogo” que juraram defender. Ver: <https://fundacaoifhc.org.br/enfotografias/como-morrem-as-democracias-por-steven-levitsky>

padrão dramaticamente rebaixado ficava evidente no encaminhamento das questões. O PSDB da “terceira via”, claro, influenciou o IFHC da coesão social, e a relação de proximidade entre as duas ideias foi neste trabalho aludida.

Não é que o partido tenha rompido de vez com a ideia de representar uma terceira via. Em 2018, o “Manifesto do partido efeagacista” - o apelido tosco de texto de análise de conjuntura, lançado em livro em que o ex-presidente especula as razões da crise pela qual passa o país - atacou o “ultramercadismo” e cortejou a abordagem “libertária” dos costumes, defendendo a legalização das drogas e a descriminalização do aborto<sup>513</sup>. Por outro lado, disparou também contra a “velha esquerda estatista”, da qual ele procurava se distanciar, é verdade que sem serem necessários muitos esforços. O “partido efeagacista”, assim, “requentaria” a velha terceira via dos anos 1990, com sua defesa da “harmonia” entre Estado e Mercado em busca do “desenvolvimento e da justiça social”<sup>514</sup>. Também no nível da segurança pública, novo campo de batalhas sobretudo à direita, o IFHC ainda tenta se equilibrar na velha fórmula de coerção somada a medidas de proteção social. Foram estes os tons de palestras realizada no instituto por Raul Jungmann, sobre o crime organizado no país, e por Armínio Fraga, sobre desigualdade social, ambas em 2019. Não há, contudo, nada diferente da repetição da velha cantilena de que, no primeiro caso, “não adianta apenas reprimir”, no segundo, “a desigualdade entrava o desenvolvimento”, sem apontar qualquer medida prática efetiva tanto para reinserção social de marginalizados quanto para redução do descompasso entre renda do capital e do trabalho<sup>515</sup>. É como se a extrema-direita, que foi em

---

<sup>513</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/ex-presidente-lanca-manifesto-do-partido-efeagacista-em-novo-livro.shtml> (acessado em 17/09/2020 às 17h21)

<sup>514</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/24/novo-livro-de-fhc-requentaria-ideia-de-terceira-via-dos-anos-90>

<sup>515</sup> Ver: <https://fundacaofhc.org.br/iniciativas/debates/seguranca-publica-e-crime-organizado-o-pais-sabe-como-enfrentalo> e <https://fundacaofhc.org.br/iniciativas/debates/politica-social-reformas-e-reducao-da-desigualdade-social-no-brasil> (acessados em 05 de março de 2020, às 14:24)

alguma medida cativada pelo IFHC quando do movimento para derrubada de Dilma Rousseff, lançasse um desafio aos membros da entidade, mas que eles não podem enfrentar coerentemente, por ainda estarem de alguma forma presos aos esquematismos da velha “direita para o social”<sup>516</sup>.

Essa debilidade do IFHC parece ser a expressão nacional de um drama global. Sobretudo após a vitória de Donald Trump em 2016, muita tinta foi usada em análises dos “novos populismos” em ascensão ao redor do mundo. Nos círculos liberais, fala-se em “colapso da democracia liberal”, em parte motivada pela “crise de representação” resultante de instituições que privilegiam o “poder cristalizado” na sociedade, inclusive por manobras que reduzem o impacto eletivo sobre a institucionalidade – desde mecanismos de isolamento de setores do Estado em relação à ação democrática a regras eleitorais que deixam em segundo plano a vontade popular<sup>517</sup>; em parte pelo crescimento da “política do medo”, com terrorismos e a intensificação da guerra às drogas e seus corolários de violência social. Fala-se em uma “grande regressão”<sup>518</sup>, representada pela “fadiga da democracia”, que tem se demonstrado incapaz de governar a sociedade em tempos de capitalismo “neoliberal”<sup>519</sup>; e expressão da revolta dos “derrotados da globalização”, nomeadamente aqueles vitimados pelo desemprego estrutural produzido por uma economia “interconectada às cadeias globais de valor”<sup>520</sup>. Chave interpretativa que, claro, retira o debate sobre os elementos imanentes ao

---

<sup>516</sup> MARTINS, André. **A direita para o social**. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

<sup>517</sup> CASTELLS, Manuel. **A Ruptura. A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

<sup>518</sup> Trata-se do nome de uma coletânea que reúne diversos autores para um “debate internacional sobre os novos populismos e como enfrenta-los”. Ver: GEISELBERGER, Heinrich (org). **A grande regressão**. São Paulo: Edições Liberdade, 2019.

<sup>519</sup> APPADURAI, Arjun. Fadiga da democracia. In: GEISELBERGER, Heinrich (org). **A grande regressão**. São Paulo: Edições Liberdade, 2019.

<sup>520</sup> GEISELBERGER, Heinrich. Prefácio. In: \_\_\_\_\_ **A grande regressão**. São Paulo: Edições Liberdade, 2019.

capital da discussão, deslocando-a para os efeitos da mundialização da economia, com a defesa de maior ou menor controle sobre os fluxos de capital, mas jamais sobre o capital em si. No primeiro caso, trata-se do cansaço com a democracia pela incapacidade de o Estado controlar efetivamente os rumos do capitalismo e suas consequências sociais, resultado potencial de revolta anticapitalista que, contudo, é capturada pelos “novos populistas” e redirecionada contra o multiculturalismo e seus efeitos sociais, como a política de migração considerada “de portas abertas”. No segundo, tenta-se entender a crise atual em sua confluência entre neoliberalismo e globalização, com os efeitos da reestruturação produtiva de cariz neoliberal sendo amplificados pelas ondas migratórias e, por sua vez, sendo impulsionadores de ressentimentos eficientemente capitalizados pela extrema-direita na ausência de uma alternativa à esquerda.

Zeloso com a produção de seus congêneres internacionais, o IFHC esteve atento às discussões pelo menos desde 2008, quando o livro sobre *coesão social* já alertava sobre os riscos do “populismo” capaz de emergir pela combinação do “esgarçamento do tecido social” e da ascensão da “retórica autoritária”. Em 2019, após o fiasco nas eleições majoritárias no ano anterior e a tomada do Brasil pelo bolsonarismo, sediou debate sobre o tema. Sem caracterizá-lo *a priori*, todavia, como ameaça à democracia, o evento propôs discutir as possibilidades de considera-lo, ao contrário, um “corretivo democrático”, por expressar o afastamento da institucionalidade em relação às reivindicações dos setores populares. Coube a Jan-Werner Mueller, professor de Ciência Política na Universidade de Princeton (EUA), defender que esse “populismo” sempre mal definido seria uma reação aos “tecnocratas” que, por supostamente deterem um saber específico, interditam o debate democrático sobre



problemas econômicos e sociais<sup>521</sup>. A eventual potencialidade de “corrigir” a democracia, assim, viria da capacidade de reabrir discussões que refluíram frente ao avanço do discurso liberal globalizante.

Alertas são feitos, mas a resposta não vem, principalmente porque talvez não possa vir. Aqui entra o problema que o IFHC, como instituição, não parece ser capaz de superar sem negar elementos que lhe são constitutivos. Os *tanques de pensamento*, como “supridores de *gaps* de racionalidade no Estado”, como reza a vulgata liberal, ou como *APH's* burgueses, como defende o marxismo, reforçam tendências de garroteamento da participação popular na democracia. Se é verdade que a ascensão da extrema-direita é também resultado da crise de representatividade dos Estados, provocada, em parte, pela dificuldade de reconhecimento em aparelhos que funcionam com códigos inacessíveis aos proscritos do saber técnico legítimo, as organizações em tela são uma das forças que atuam no aprofundamento do quadro. O anti-intelectualismo e o antiglobalismo, idealmente encarnados em instituições de saber e em filantropos supostamente dedicados a imporem uma “nova ordem mundial”, parecem ser tanto sintomas de maturação daquele processo quanto do relativo enfraquecimento, em nível planetário, de uma esquerda que desde a Queda do Muro não se mostra capaz de oferecer um novo horizonte social, a ponto de o *novo tempo do mundo* ser considerado o primeiro, desde 1789, a não se desdobrar sob o signo da revolução e do progresso<sup>522</sup>.

---

<sup>521</sup> Ver: <https://fundacaofhc.org.br/iniciativas/debates/populismo-e-democracia-ameaca-ou-corretivo>

<sup>522</sup> ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

**Anexo I. Tabela com *conexões* nas sociedades civis, nacional e internacional, por ano (2004-2019)**

Ano	Palestrante	Conexão	Debate
2004	Bill Clinton	Clinton Foundation (USA)	Inauguração do IFHC
2004	Rubens Ricupero	Unctad	Por uma governança global democrática
2004	John Clark	Organização das Nações Unidas	Por uma governança global democrática
2004	Ruth Cardoso	Comunitas	Por uma governança global democrática
2004	Karl Sauvant	Unctad	Tendências atuais do investimento direto estrangeiro: uma perspectiva global
2004	Renato Baumann	Cepal	Tendências atuais do investimento direto estrangeiro: uma perspectiva global
2004	Cláudio de Senna Frederico	Associação Nacional de Transportes Públicos	São Paulo: desafios da dinâmica metropolitana
2004	Miguel Diaz	Center for Strategic International Studies (USA)	Perspectivas das relações entre Brasil e Estados Unidos
2004	Bolivar Lamounier	Instituto Millenium, Augurium Consultoria	As eleições de 1974 e a construção da democracia no Brasil
2004	Fábio Wanderley Reis	FGV	As eleições de 1974 e a construção da democracia no Brasil
2004	Alfredo Caldeira	Fundação Mário Soares (Portugal)	Documentos privados e titulares de cargos públicos
2004	Perrine Canavaggio	Conselho Internacional de Arquivos (França)	Documentos privados e titulares de cargos públicos
2004	Marcos Sawaja Jank	Ícone consultoria	Perspectivas das principais negociações comerciais em curso

2005	Dominique Moisi	editorialista do jornal Financial Times.	Colóquio com Dominique Moisi
2005	Bill Clinton	Clinton Foundation	Jantar com Bill Clinton
2005	Hans Blix	presidente da Comissão de Armas de Destruição em Massa.	OS DESAFIOS DA SEGURANÇA E DO CONTROLE DE ARMAMENTOS NA AGENDA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA
2005	Michael Fritsche	assessor do Projeto de Políticas Econômicas e Sociais da Fundação Konrad Adenauer	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Simon Schwartzman	presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Francisco Ferreira	Banco Mundial	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	André Urani	diretor executivo do IETS	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Wilhelm Hofmeister	representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Wanda Engel	especialista do Banco Interamericano de	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA:

		Desenvolvimento (BID).	BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Francisco Perez Calle	pesquisador associado da Fedesarrollo	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Ruth Cardoso	Comunitas	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Jailson de Sousa e Silva	coordenador geral do Observatório de Favelas	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Carlos Lopes	representante do PNUD no Brasi	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Juan Luis Bour	economista-chefe da Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL).	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Luiz Gylvan Meira Filho	quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	MUDANÇA CLIMÁTICA E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO
2005	Laura Tetti	assessora de meio ambiente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica)	MUDANÇA CLIMÁTICA E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO
2005	Eliana Cardoso	Colunista do Valor Econômico	RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS: ASSIMETRIAS E CONVERGÊNCIAS

2005	Bolivar Lamounier	Instituto Millenium, Augurium Consultoria	O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO: EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS ATUAIS
2006	Moisés Naím	editor da Revista Foreign Policy.	Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global
2006	Renato Guerreiro	Guerreiro Consultoria	Desafios das telecomunicações no Brasil: cenários e políticas de longo prazo
2006	Ceres Prates	diretora administrativa do Instituto Via Pública e sócia da Acesso Consultoria	Desafios das telecomunicações no Brasil: cenários e políticas de longo prazo
2006	Naresh Singh	High Level Commission on legal empowerment of the poor (HLCLEP).	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	Edgardo Mosquiera	especialista sênior do Setor Público em Gerenciamento Econômico e Redução da Pobreza do Banco Mundial.	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	Miguel Darcy de Oliveira	assessor de Fernando Henrique Cardoso e diretor da Comunitas	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	Joaquim Falcão	Conselho Nacional de Justiça	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	Oscar Vilhena Vieira	Sou da Paz e Conectas	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	André Urani	diretor executivo do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (IETS)	High Level Commission on legal empowerment of the poor

2006	Wanda Engel	Divisão de Programas Sociais do Departamento de Desenvolvimento Sustentável do Banco Interamericano de Desenvolvimento	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	Ivo Imparato	representante regional do Caribe e da América Latina da Associação de Cidades (Cities Alliance)	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	Liliana de Riz	Coordenadora da equipe de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Argentina).	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	Joel Edelstein	presidente do Conselho do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais	Sociedade civil e democracia na América Latina: crise e reinvenção da política
2006	Bernardo Sorj	Diretor do Conselho do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais	Sociedade civil e democracia na América Latina: crise e reinvenção da política
2006	Ernesto Ottone	secretário executivo adjunto da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL (Chile)	Sociedade civil e democracia na América Latina: crise e reinvenção da política
2006	Fernando Calderon	assessor especial em Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (Bolívia)	Sociedade civil e democracia na América Latina: crise e reinvenção da política

2006	Francine Jacome	diretora do Instituto Venezuelano de Estudos Sociais e Políticos (Venezuela)	Sociedade civil e democracia na América Latina: crise e reinvenção da política
2006	Mauricio Archila Neira	pesquisador associado e coordenador da equipe sobre Movimentos Sociais do Centro de Investigación y Educación Popular - CINEP (Colômbia)	Sociedade civil e democracia na América Latina: crise e reinvenção da política
2006	Miguel Darcy de Oliveira	assessor do Presidente Fernando Henrique Cardoso e diretor da Comunitas (Brasil).	Sociedade civil e democracia na América Latina: crise e reinvenção da política
2007	Maria Ignez Mantovani Franco	EXPOMUS (Exposições, Museus, Projetos Culturais)	Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico
2007	Bolívar Lamounier	Instituto Millenium, Augurium Consultoria	Voto distrital: a reforma política que interessa ao Brasil
2007	Jairo Nicolau	FGV	Voto distrital: a reforma política que interessa ao Brasil
2007	João Carlos Ferraz	pesquisador da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)	Inovação e competitividade
2007	Laura Golbert	pesquisadora da área de políticas sociais do Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES-Argentina)	Programas de transferência de renda condicionada
2007	Donald Winkler	economista-sênior do Research Triangle Institute (RTI International)	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina

		e consultor do Banco Mundial	
2007	Norman Gall	Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Patrícia Guedes	Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Rose Neubauer	Instituto de Protagonismo Jovem e Educação	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Simon Schwartzman	diretor-presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Olavo Monteiro de Carvalho	presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	André Urani	diretor-executivo do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Joe Chan	Downtown Brooklyn Partnership	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Carmenza Saldias	Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano (CIDEU)	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Julio Cotler	Instituto de Estudios Peruanos	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento



			econômico e social da América Latina
2007	Sérgio Besserman Vianna	presidente do Instituto Pereira Passos	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Pedro da Motta Veiga	Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES)	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Simon Schwartzman	diretor-presidente do IETS	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Francisco Gaetani	assessor especial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	José Brakarz	analista econômico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Cezar Vasquez	diretor do IETS	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Sérgio Abranches	diretor da associação O Eco e comentarista do boletim Ecpolítica, da Rádio CBN	Meio ambiente

2007	Francine Jácome	Instituto Venezolano de Estudios Sociales y Políticos (INVESP-Venezuela)	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Julio Cotler	pesquisador do Instituto de Estudios Peruanos (Peru)	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Pablo Dreyfus	Viva Rio	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Rubem César Fernandes	pesquisador do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) e diretor-executivo do Viva Rio	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Simon Schwartzman	diretor-presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Rubens Barbosa	presidente do Conselho Superior de Comércio Externo da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP)	Brasil e México: o desafio do crescimento acelerado
2007	Edward Glaeser	John F. Kennedy School of Government	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Andrew Morrison	Banco Mundial	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Rodrigo Guerrero	criador do Programa Desarrollo, Seguridad y Paz (DESEPAZ), Colômbia	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina

2007	Rubem César Fernandes	diretor-executivo da ONG Viva Rio	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Norman Loyaza	economista do Banco Mundial	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Linn Hammergren	especialista em administração pública do Banco Mundial	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	André Franco Montoro Filho	Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO)	Cultura das transgressões no Brasil: lições da história. Superar essa cultura é condição para o desenvolvimento?
2007	Marcílio Marques Moreira	presidente do Conselho Consultivo do ETCO	Cultura das transgressões no Brasil: lições da história. Superar essa cultura é condição para o desenvolvimento?
2007	Bolívar Lamounier	Instituto Millenium	Cultura das transgressões no Brasil: lições da história. Superar essa cultura é condição para o desenvolvimento?
2007	Joaquim Falcão	Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ)	Cultura das transgressões no Brasil: lições da história. Superar essa cultura é condição para o desenvolvimento?
2007	José Guilherme Reis	economista sênior do Banco Mundial	São Paulo: declínio ou reinvenção da metrópole?
2007	André Urani	economista, diretor-executivo do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).	São Paulo: declínio ou reinvenção da metrópole?
2007	Cynthia Arnson	diretora do Programa Latino-Americano do Wilson Center (EUA)	Mesa-redonda com representantes do Wilson Center

2007	Samuel Wells	diretor-associado do Wilson Center e diretor de Estudos da Europa Ocidental;	Mesa-redonda com representantes do Wilson Center
2007	Alan Wright	assistente de programa do Brazil Institute do Wilson Center;	Mesa-redonda com representantes do Wilson Center
2007	Antônio Carlos Pereira	Opinião do jornal O Estado de S.Paulo;	Mesa-redonda com representantes do Wilson Center
2007	Paulo Sotero	diretor do Brazil Institute do Wilson Center	Mesa-redonda com representantes do Wilson Center
2007	Rubens Barbosa	presidente do Conselho Superior de Comércio Externo da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).	Mesa-redonda com representantes do Wilson Center
2008	André.Skaf	Novos Líderes	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Bernardo.Sorj	Centro.Edelstein	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Daniela Nascimento Fainberg	.Instituto.Geração	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Denis.Mizne	diretor-executivo do Instituto Sou da Paz	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Guilherme Malzoni Rabello	Instituto de Formação e Educação	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Marcos Flávio Corrêa Azzi	Presidente do Instituto Azzi	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Maria Porto Paes Barreto	Voluntária do Grupo Cultural AfroReggae, membro do Grupo de Investimento	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática

		Nova Geração e do Instituto Geração	
2008	Tatiana Piva Sartori	Instituto Geração	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Rubens.Ricupero	Presidente do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial	“As NEGOCIAÇÕES sobre o Clima Em FASE DECISIVA: o Que Está Em JOGO, o Que Querem os GRANDES JOGADORES E Como DEVE JOGAR o Brasil”
2008	Alexandre Annenberg	ABTA	“o Futuro DAS (tELE)COMUNICAÇÕES No Brasil”
2008	Daniel Slaviero	ABERT	“o Futuro DAS (tELE)COMUNICAÇÕES No Brasil
2008	Ercio Zilli	ACEL	“o Futuro DAS (tELE)COMUNICAÇÕES No Brasil
2008	Joel Edelstein	Centro Edelstein	Repensando a democracia na América latina
2008	Bernardo Sorj	Centro Edelstein	Repensando a democracia na América latina
2008	Maria Hermínia Tavares de Almeida	Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)	Repensando a democracia na América latina
2008	Gilberto Dupas	IEEI	Repensando a democracia na América latina
2008	Simon Schwartzman	IETS	Repensando a democracia na América latina
2008	Antônio Lavareda	Ipespe	Repensando a democracia na América latina
2008	Luiz Garcia	O Globo	Repensando a democracia na América latina
2008	Francine Jacome	Invesp (Venezuela)	Repensando a democracia na América latina
2008	Demétrio Magnoli	Estado de S. Paulo e O Globo	Repensando a democracia na América latina
2008		BID	imPACTos Dos Custos DE trANsPortE sobre A iNTEGrAção rEGIoNAl

2008	Maria Odete Duque Bertasi	IASP	DEMOCrACIA E EstADO DE DirEito: o JuDiCiário Em FoCo
2008	Maria Odete Duque Bertasi	IASP	usos E ABUSos Dos GrAmPos tEIEFÔNicos
2009	Fernando Solana	Comexi	ii ENCoNtro iFHC-ComEXi
2009	Luiz Alberto Moreno	Bid	NuEVos DEsAFios DE IA DEMoCrACIA y DEL DEsArrollo EN AmériCA lAtiNA
2009	Alejandro Foxley	Cieplan (Chile)	NuEVos DEsAFios DE IA DEMoCrACIA y DEL DEsArrollo EN AmériCA lAtiNA
2009	Patricio Meller	Cieplan (Chile)	NuEVos DEsAFios DE IA DEMoCrACIA y DEL DEsArrollo EN AmériCA lAtiNA
2009	Santiago Levy	BID	NuEVos DEsAFios DE IA DEMoCrACIA y DEL DEsArrollo EN AmériCA lAtiNA
2009	Mário Morel	BID	NuEVos DEsAFios DE IA DEMoCrACIA y DEL DEsArrollo EN AmériCA lAtiNA
2009	Maurício Cardenas	Brooking Institute	NuEVos DEsAFios DE IA DEMoCrACIA y DEL DEsArrollo EN AmériCA lAtiNA
2009	Ricardo Markwald	FUNCEX	O futuro do mercosul
2009	Roberto Gianetti da Fonseca	FIESP	O futuro do mercosul
2009	José Botafogo Gonçalves	CEBRI	O futuro do mercosul
2009	Danny Leipziger	Banco Mundial	“DEsAFios Do CrEsCimENto E Do DEsENVoIVimENto: liçÕEs DA HistóriA rECENtE E PErsPECTiVAS PARa o Futuro
2009	Maureen Lewis	Banco Mundial	“DEsAFios Do CrEsCimENto E Do

			DEsENVoIVimENto: liçÕEs DA HistóriA rECENtE E PErsPECTiVAs PARa o Futuro
2009	André Medici	Banco Mundial	“DEsAFios Do CrEsCimENto E Do DEsENVoIVimENto: liçÕEs DA HistóriA rECENtE E PErsPECTiVAs PARa o Futuro
2009	Geraldo Biasoto	Diretor da FUNDAP	“DEsAFios Do CrEsCimENto E Do DEsENVoIVimENto: liçÕEs DA HistóriA rECENtE E PErsPECTiVAs PARa o Futuro
2009	André Franco Montoro Filho	ETCO	CulturA DAs trANsGrEssÕEs: VisÕEs Do PrEsENtE
2009	Marcílio Marques Moreira	ETCO	CulturA DAs trANsGrEssÕEs: VisÕEs Do PrEsENtE
2009	Ann Bersnstein	Center for Development and Enterprise (África do Sul)	south AFriCA 15 yEArS AFtEr tHE ENd oF APArtHEiD – A DEmoCrACTiC AND EmErGiNG CouNtry
2009	Victor Krasilshchikov	IMEMO (Rússia)	russiA AND BrAzil: DiVERGiNG DEVELOPmENt PATHs?
2009	Joaquim Falcão	FGV	os triBuNAis Em DEBAtE: mANDAtos, PoDErEs E EstruturAs
2009	Maria Odete Duque Bertasi	IASP	os triBuNAis Em DEBAtE: mANDAtos, PoDErEs E EstruturAs
2009	Paulo Skaf	FIESP	Pré-sAl: VAIE A PENA muDAr o mArCo rEGulAtório?
2010	Bernardo Sorj	Edelstein	a estratégia nacional de defesa

2010	Malak Poppovic	Conectas	Mesa-redonda reforma da onu
2010	Pedro Paulo Poppovic	Conectas	Mesa-redonda reforma da onu
2010	Camila Asano	Conectas	Mesa-redonda reforma da onu
2010	Guilherme L. da Cunha	representante regional do Alto Comissariado das Nações Unidas;	Mesa-redonda reforma da onu
2010	Bernardo Sorj	Edelstein	dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na américa latina
2010	Pedro da Motta Veiga	diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES)	dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na américa latina
2010	Peter Fischer-Bollin	representante da Konrad-Adenauer-Stiftung (KAS) no Brasil;	dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na américa latina
2010	Hildegard Stausberg	chefe de Política Internacional do jornal Die Welt	dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na américa latina
2010	Bernardo Sorj	Edelstein	seminário de lançamento do livro As FARC. Uma guerrilha sem fins?
2010	Luiz Felipe Lampreia	diretor-geral da Lampreia Consultores Internacionais	seminário de lançamento do livro As FARC. Uma guerrilha sem fins?
2010	Marcos Sawaya Jank	presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)	agricultura vs. meio ambiente? um debate sobre o código Florestal Brasileiro
2010	Ophir Filgueiras Cavalcante Junior	presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – Conselho Federal)	a modernização do processo judicial: o que a sociedade pode esperar?



2010	Marcus Antonio de Souza Faver	presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.	a modernização do processo judicial: o que a sociedade pode esperar?
2010	Martin Wolf	principal comentarista econômico do jornal britânico Financial Times	the world economy: what lies ahead?
2010	Maurício Mesquita Moreira	BID	índia: uma nova china para as economias do Brasil e da américa latina?
2010	Bernardo Sorj	Edelstein	o estado da democracia na américa latina
2010	Marcos Sawaya Jank	presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)	Mesa-redonda código Florestal Brasileiro
2010	José de Sampaio Góes	SRB	Mesa-redonda código Florestal Brasileiro
2010	Kátia Abreu	CNA	Mesa-redonda código Florestal Brasileiro
2010	Gerd Sparovek	Fundação Florestal de São Paulo	Mesa-redonda código Florestal Brasileiro
2010	Angela Elaine Pereira Garcia	Instituto Manancial de Sustentabilidade Socioambiental	Mesa-redonda código Florestal Brasileiro
2011	Ann Bersnstein	Centre for Development and Enterprise (CDE) (Índia)	Democratic emerging countries: what they can learn from each other Seminário de lançamento de parceria com think tanks da África do Sul e da Índia
2011	Pratap Bhanu Mehta	Presidente do Centre for Policy Research (Índia)	Democratic emerging countries: what they can learn from each other Seminário de lançamento de parceria com think tanks da África do Sul e da Índia
2011	Paul Singer	secretário nacional de Economia	Cultura das transgressões no Brasil: cenários do amanhã Lançamento do

		Solidária (Senaes/MTE)	livro com título homônimo
2011	Moisés Naím	senior associate of Carnegie Endowment for International Peace	A América Latina em um mundo em transformação Seminário
2011	Manuela Bolivar Rivas	diretora da Fundação Futuro Presente	A América Latina em um mundo em transformação Seminário
2011	Sara Hanna Georges	fundadora do movimento Um Mundo sem Mordças	A América Latina em um mundo em transformação Seminário
2011	Leonam dos Santos Guimarães	Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)	Energia nuclear no Brasil: vale a pena ter mais? Seminário
2011	Alberto Pfeifer	Conselho Empresarial da América Latina (CEAL)	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Bernardo Sorj	Centro Edelstein de Pesquisas Sociais	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Cesário Ramalho	presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Edgardo Riveros	presidente do Centro Democracia y Comunidad	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Humberto Saccomandi	editor de Internacional do jornal Valor Econômico	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Joel Edelstein	presidente do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Ingo Ploger	presidente do CEAL	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário

2011	José Botafogo Gonçalves	presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Mariana Luz	coordenadora institucional do CEBRI	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Moisés Costa	relações governamentais do MAN	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Patricia Villela Marino	conselheira do Instituto Ilhabela Sustentável (IIS)	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Pedro da Motta Veiga	diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES)	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Sandra Polonia Rios	diretora do CINDES	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Vinícius Camargo	coordenador do CEAL	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Lourival Sant'Anna	repórter especial do jornal O Estado de S. Paulo	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Mauro Aguiar	diretor-presidente do Colégio Bandeirantes	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Edmar Bacha	diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica Casa das Garças	Transição incompleta e dilemas da (macro) economia brasileira Seminário
2011	André Nassar	diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e	Código florestal: avanço ou ameaça? Seminário

		Negociações Internacionais (Icône)	
2011	Fernando de Castro Reinach	biólogo e diretor do Fundo Pitanga	Código florestal: avanço ou ameaça? Seminário
2011	Marina Silva	Pesquisadora e professora vinculada à Fundação Dom Cabral	Código florestal: avanço ou ameaça? Seminário
2012	Marcus Fuchs	representante regional da Fundação AVINA	Como Ampliar a Transparência e o Controle na Gestão de Grandes Cidades
2012	Marilene Ramos	presidente do Inea – Instituto Estadual do Ambiente, Rio de Janeiro	Desafios da Gestão Ambiental nas Metrôpoles Brasileiras
2012	Claudio de Senna Frederico	diretor da ANTP – Associação Nacional de Trânsito e Transporte Público	Mobilidade Urbana: Esse Problema tem Solução?
2012	Luís Antônio Lindau	diretor-presidente da EMBARQ Brasil	Mobilidade Urbana: Esse Problema tem Solução?
2012	Maria Helena Guimarães de Castro	diretora da Fundação Seade	Educação: Como Garantir a Eficiência do Ensino em Regiões Metropolitanas
2012	Gurcharan Das	colunista do The New York Times, Wall Street Journal e Financial Times	India Grows at Night when Government Sleeps
2012	Ann Bernstein	diretora executiva do CDE – Centre for Development and Enterprise	Brazil, India and South Africa: Democracy, Development, and Emerging Middle Classes
2012	Bolívar Lamounier	Instituto Millenium e Augurium Consultoria	Brazil, India and South Africa: Democracy, Development, and Emerging Middle Classes
2012	Pratap Bhanu Mehta	presidente do CPRIndia – Centre for Policy Research	Brazil, India and South Africa: Democracy, Development, and Emerging Middle Classes

2012	Frederico Bussinger	consultor do IDELT – Instituto de Desenvolvimento, Logística, Transporte e Meio Ambiente	Integração Metropolitana: Novos Desafios em Saneamento e Gestão de Recursos Hídricos
2012	André Liohn	trabalha para as revistas Der Spiegel, Newsweek e Time	Retratos da Primavera Árabe
2012	Lourival Sant'Anna	repórter especial do jornal O Estado de S. Paulo e analista internacional da rádio Estadão/ESPN	Retratos da Primavera Árabe
2012	José Botafogo Gonçalves	ex-embaixador extraordinário para assuntos do Mercosul e vice-presidente Nato do CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais	A liderança do Brasil na América do Sul – Visões de Empresários, Diplomatas e Políticos
2013	Clodoaldo Huguene	embaixador e presidente do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)	China: the challenges of the new leadership
2013	Fernando reinach	sócio gestor do Fundo Pitanga	empreendedorismo e sistemas de inovação: como superar os desafios brasileiros
2013	Caio luiz de Carvalho	EnrEr	o legado (?) dos grandes eventos esportivos
2013	Magic Paula	diretora executiva do instituto Passe de Mágica	o legado (?) dos grandes eventos esportivos
2013	Silvio Meira	cientista-chefe do C.E.S.A.r	a cultura empreendedora no Brasil: riscos e oportunidades
2013	lourival Sant'anna	repórter especial do jornal O Estado de S. Paulo	turkey: domestic and foreign policy in a convulsed Middle east

2013	Caio Koch-Weser	presidente do European Climate Foundation	Climate Change: Sustainable development and responsible investment
2013	lidia Goldenstein	membro do Conselho da Desenvolve SP, diretora da Fundação Bial, atua na área de Economia Criativa	São Paulo, entre o passado e o futuro: iniciativas presentes para a reinvenção da metrópole
2013	Moisés naim	colunista internacional dos jornais El País (Espanha) e La Repubblica (itália) e associado sênior do Programa internacional de Economia da Carnegie Endowment for international Peace	A Crise do Poder: por que hoje se tornou mais difícil exercê-lo?
2013	rubens ricupero	ex-secretário-geral da UnCTAD	taming the american Power: US Foreign Policy in a Multipolar World
2013	Federico Burone	international Development research Centre (iDrC)	Participação do Setor Privado na oferta de Bens Públicos
2013	Haroldo torres	hoje diretor-adjunto do SEADE	Participação do Setor Privado na oferta de Bens Públicos
2013	vera Monteiro	sócia da Sundfeld Advogados – Consultores em Direito Público e regulação	Participação do Setor Privado na oferta de Bens Públicos
2013	ricardo Markwald	real instituto Elcano	os novos acordos regionais de Comércio e Investimentos: desafios para Brasil e europa
2013	Sandra rios	real instituto Elcano	os novos acordos regionais de Comércio e

			Investimentos: desafios para Brasil e europa
2013	lia valls Pereira	real instituto Elcano	os novos acordos regionais de Comércio e Investimentos: desafios para Brasil e europa
2013	rafael estrella	real instituto Elcano	os novos acordos regionais de Comércio e Investimentos: desafios para Brasil e europa
2013	Carlos Malamud	real instituto Elcano	os novos acordos regionais de Comércio e Investimentos: desafios para Brasil e europa
2013	Milton Braga	Curador do Urbem	São Paulo, entre o passado e o futuro: iniciativas presentes para a reinvenção da metrópole
2014	Ashraf El-Sherif	pesquisador do programa Democracy and Rule of Law do Carnegie Endowment for International Peace	EGITO: A DEMOCRACIA AINDA TEM UMA CHANCE?
2014	Victor Krasilshchikov	diretor do Centro de Estudos sobre o Desenvolvimento, do Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais de Moscou	O QUE É E O QUE QUER A RÚSSIA DE PUTIN
2014	Ian Bremmer	Presidente Fundador do Conselho Agenda Global do Fórum Econômico Mundial [Davos]	ASSESSING GLOBAL RISKS IN TIMES OF ECONOMIC AND GEOPOLITICAL UNCERTAINTY
2014	Douglas Paal	vice-presidente de estudos do Fundo Carnegie para a Paz Internacional	EUA E CHINA: CHANCES DE CONFLITO E COOPERAÇÃO NA

			RELAÇÃO ENTRE AS DUAS POTÊNCIAS
2014	André Medici	Banco Mundial	OS DESAFIOS DE FINANCIAMENTO À SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
2014	Paulo Modes	Instituto Brasileiro de Direito Público	OS DESAFIOS À GESTÃO DA SAÚDE NO BRASIL
2014	Lilia Cristina Marcano	colaboradora do El País da Espanha e coautora de Hugo Chávez sem uniforme , primeira biografia documentada do presidente venezuelano	PARA ONDE VAI A VENEZUELA?
2014	Gro Brundtland	enviada especial para as Alterações Climáticas da ONU	ENCONTRO COM GRO BRUNDTLAND E O EX-PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
2014	Antonio Jiménez Barca	El País	O BRASIL PELO OLHAR DE CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS
2014	Brian Winter	Reuters	O BRASIL PELO OLHAR DE CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS
2014	Simon Romero	The New York Times	O BRASIL PELO OLHAR DE CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS
2014	Verônica Goyzueta	ABC	O BRASIL PELO OLHAR DE CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS
2014	Peter Hakin	fundador e presidente emérito do Inter-American Dialogue, colaborador em periódicos	COMO OS ESTADOS UNIDOS VEEM A RELAÇÃO COM O BRASIL NO PRÓXIMO MANDATO PRESIDENCIAL?



		especializados ( Foreign Policy e Foreign Affairs ) e em jornais como The New York Times e Financial Times	
2014	Pedro Parente	membro do Conselho do Instituto Sou da Paz	OPORTUNIDADES E AVANÇOS NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA
2014	Lanxin Xiang	é fundador do Fórum Trilateral	CHINA: DESAFIOS INTERNOS E PROJEÇÃO GLOBAL
2014	Fernando Rodrigues	jornalista trabalhou na Folha de S.Paulo como repórter, editor de Economia, correspondente em Nova York, Tóquio e Washington, e como colunista e repórter na Sucursal de Brasília	O BRASIL NO NOVO MANDATO PRESIDENCIAL (2015-2018)
2014	André Liohn	Revistas Der Spiegel, Newsweek, Time	CRIME ORGANIZADO E JOVENS DA PERIFERIA
2015	Bernardo Sorj	Edelstein	os ATenTADos De Paris: signiFicADos e ConseQUÊnCias Dos ATos De Terror
2015	Gloria Alvarez	Representando o MCN - Movimento Cívico Nacional	venCenDo o PoPULisMo CoM As ArMAs DA DeMoCrACiA: UM enConTro CoM gloriA AlvAreZ
2015	Moreira Franco	presidente da Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB	reForMA Do sisTeMA eleiTorAl: o QUe É Melhor PAR A DeMoCrACiA BrasileirA?
2015	Bernardo Sorj	Edelstein	inTerneT e MoBiliZACÕes soCiAis: TrAnsForMAÇÕes Do

			esPAÇO PÚBLiCo e DA soCieDADe Civil
2015	Rudá Ricci	membro do Observatório Internacional da Democracia Participativa.	inTerneT e MoBiliZAÇÕes soCiAis: TrAnsForMAÇÕes Do esPAÇO PÚBLiCo e DA soCieDADe Civil
2015	Alexandre Kalache	Global Alliance of International Longevity Centres	DesAFios e oPorTUniDADES Do envelheCiMenTo PoPUIACionAl
2015	Ruy Salvari Baumer	diretor da Fiesp.	inovAÇÃO e sAÚDE no BrAsil: iDenTiFiCAnDo DesAFios e BUscAnDo soLUÇÕES
2015	Aziz Mekouar	membro da OCP Policy Center	TrADe, FooD, energY AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	Cheikh Tidiane Gadio	presidente do Institut PanAfricain de Stratégies	TrADe, FooD, energY AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	Eckart Woertz	Barcelona Centre for International Affairs	TrADe, FooD, energY AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	John Yearwood	editor internacional na Miami Herald	TrADe, FooD, energY AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	Ezana Bocresian	membro do OCP Policy Center	TrADe, FooD, energY AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions

2015	José Goldemberg	presidente da Fapesp	TrADe, FooD, energY AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	Sandra Rios	Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento	TrADe, FooD, energY AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	Vera Songwe	e membro da OCP Policy Center	TrADe, FooD, energY AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	Pedro C. B. de Paula	pesquisador do Internet Lab.	A ConTrovÉrsiA eM Torno DA UBER: CoMo regUIAr inovAÇÕES DisrUPTivAs
2015	Armínio Fraga	Casa das Garças	PolÍTiCA e eConoMiA nA DinÂMiCA DA Crise
2015	Sérgio Abranches	CBN	PolÍTiCA e eConoMiA nA DinÂMiCA DA Crise
2015	Maria Alice Setubal	socióloga e presidente do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) e da Fundação Tide Setuba	PIAno nACionAl DA eDUCAÇÃO: UMA AvAliAÇÃO De seUs oBJeTivos, insTrUMentos e PossiBiliDADES De FinAnCiAMento
2016	Sérgio Abranches	CBN	mudança climática: paris Foi um divisor dE águas?
2016	Manuel Cuesta Morúa	Membro do Comité Ciudadanos por la Integración Racialemembro do Comité Ciudadanos	atÉ ondE podEm chEgar as mudanças Em cuBa? Encontro com o dissidEntE cuBano manuEl cuEstá morÚa

		por la Integración Racial	
2016	Marcos de Barros Lisboa	presidente do Insper	crEscimEnto, dEmocracia E distriBuição da rEnda: Em Busca dE um novo modElo
2016	Luis Norberto Pascoal	membro do conselho deliberativo do Insper	HomEnagEm a José roBErto magalHâEs tEiXEira (1937-1996)
2016	Yavuz Baydar	Cofundador da P24, plataforma de Jornalismo Independente. Publica artigos no New York Times, The Guardian, Süddeutsche Zeitung, El Pais e no Al Jazeera. Escreve para o Özgür Düşünce e para o site do Haberdar	a turQuia soB alta tEnsão
2016	Uzi Rabi	diretor do Moshe Dayan Center para Estudos do Oriente Médio e África e pesquisador sênior do Centro de Estudos Iranianos	a gEopolítica do oriEntE mÉdio E as cHancEs dE uma solução dE dois Estados
2016	Jorge Quiroga	presidente da Fundemos desde 2002	os dEsaFios para a conclusão do acordo mErcosul / união EuropEia
2016	Bernardo Sorj	diretor do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e codiretor da Plataforma Democrática	lançamEnto E-BooK ativismo político Em tEmpos dE intErnEt
2016	Marco Aurélio Nogueira	do Instituto de Pesquisa de Relações	lançamEnto E-BooK ativismo político Em tEmpos dE intErnEt

		Internacionais (IPPRI)	
2016	Carlos Pagni	colunista político do jornal La Nación e colunista internacional do jornal El País	argEntina: um Balanço dos primEiros sEis mEsEs do govErno macri
2016	Jussara Carvalho	Cetesb para Mudanças Climáticas	as águas no tErritÓrio das grandes cidadEs: um dEsaFio Às polÍticas pÚBlicas
2016	Stela Goldenstein	águas Claras do Rio Pinheiros	as águas no tErritÓrio das grandEs cidadEs: um dEsaFio Às polÍticas pÚBlicas
2016	Claudia Costin	vice-presidente da Fundação Victor Civita	Educação no Brasil: o QuE podEmos aprEndEr com o mundo?
2016	Naercio Menezes Filho	consultor da Fundação Itaú Social.	Educação no Brasil: o QuE podEmos aprEndEr com o mundo?
2016	Rafael Fernández de Castro Medina	ditor da Foreign Affairs em espanhol e colunista da revista Proceso	Brasil E mÉXico: traJEtÓrias distintas E dEsaFios comuns
2016	Pedro da Motta Veiga	diretor do Cindes e sócio-diretor da Ecostrat Consultores, consultor regional da Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento e consultor permanente da Confederação Nacional da Indústria, coordenador no Brasil e membro do Latin American Trade Network (LATN)	Brasil E mÉXico: traJEtÓrias distintas E dEsaFios comuns

2016	Rubens Barbosa	presidente de conselho de comércio exterior da Fiesp	HomEnagEm aos 100 anos dE nascimEnto dE andré Franco montoro
2016	Bernardo Sorj	Edelstein	dEmocracias turBulEntas: o QuE acontecE na Europa, na amÉrica latina E nos Eua?
2016	Christian Leffler	European External Action Service	dEmocracias turBulEntas: o QuE acontecE na Europa, na amÉrica latina E nos Eua?
2016	Jorge G. Castañeda	Co-presidente do Conselho Estratégico Franco-Mexicano e conselheiro da Human Rights Watch	dEmocracias turBulEntas: o QuE acontecE na Europa, na amÉrica latina E nos Eua?
2016	José Botafogo Gonçalves	embaixador e vice-presidente emérito do Cebri	dEmocracias turBulEntas: o QuE acontecE na Europa, na amÉrica latina E nos Eua?
2016	Kori Schake	Instituição Hoover participa dos conselhos do Orbis Journal e do Centro para a Reforma Europeia	dEmocracias turBulEntas: o QuE acontecE na Europa, na amÉrica latina E nos Eua?
2016	Mathew J. Burrows	diretor do Atlantic Council's Strategic Foresight Initiative no Brent Scowcroft Center	dEmocracias turBulEntas: o QuE acontecE na Europa, na amÉrica latina E nos Eua?
2016	Lanxin Xiang	CSIS	a cHina sob Xi Jinping: o QuE QuEr E o QuE podE o lÍdEr cHinês?
2016	Andreas Dombret	Basel Committee on Banking Supervision	os dEsaFios dos Bancos EuropEus num ambEntE dE taXa dE Juros nEgativos
2016	James Stewart	membro da infraestrutura do Conselho da Agenda Global do	cEnário gloBal E invEstimEnto Em inFraEstrutura no Brasil

		Fórum Econômico Mundial e presidente do conselho consultivo para a United Nations Economic Commission for Europe (UNECE PPP)	
2016	Ana Inoue	assessora de Educação do Itaú BBA	a Educação tÉcnica E a rEForma do Ensino mÉdio
2016	Rafael Lucchesi	diretor-geral do Senai	a Educação tÉcnica E a rEForma do Ensino mÉdio
2016	Ricardo Henriques	superintendente executivo do Instituto unibanco	a Educação tÉcnica E a rEForma do Ensino mÉdio
2016	Simon Schwartzmann	pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.	a Educação tÉcnica E a rEForma do Ensino mÉdio
2017	Helio Zylberstajn	Fundação instituto de Pesquisas econômicas (FiPe)	A REFORMA TRABALHISTA: JOGO DE SOMA ZERO OU DE SOMA POSITIVA?
2017	Ricardo Patah	presidente da união geral dos trabalhadores (ugt) e do sindicato dos comerciários de são Paulo. graduado em direito pela universidade são Judas tadeu (usJt) e em administração pela Puc-sP.	A REFORMA TRABALHISTA: JOGO DE SOMA ZERO OU DE SOMA POSITIVA?
2017	Bernardo Sorj	Edelstein	DIREITO À PRIVACIDADE E LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO MUNDO DIGITAL
2017	Dennys Antonialli	diretor do internetlab	DIREITO À PRIVACIDADE E LIBERDADE DE

			EXPRESSÃO NO MUNDO DIGITAL
2017	Francisco Cruz	diretor do internetlab	DIREITO À PRIVACIDADE E LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO MUNDO DIGITAL
2017	Francisco Inácio Bastos	Fundação osvaldo cruz	DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS: UM DEBATE INADIÁVEL
2017	Antonio Carlos Migliari Guimarães	instituto brasileiro de Petróleo, gás e biocombustíveis (ibP)	POLÍTICA INDUSTRIAL PARA PETRÓLEO E GÁS: QUAL O RUMO A SEGUIR?
2017	Eloi Fernández y Fernández	organização nacional da indústria do Petróleo	POLÍTICA INDUSTRIAL PARA PETRÓLEO E GÁS: QUAL O RUMO A SEGUIR?
2017	Felix Peña	Fundação icbc	BRASIL E ARGENTINA: DEVEM OS DOIS PAÍSES ATUAR JUNTOS NUM MUNDO EM FRAGMENTAÇÃO?
2017	Larry Diamond	coeditor e fundador do mundialmente respeitado Journal of democracy.	HÁ UM DECLÍNIO GLOBAL DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS?
2017	Alexandre Kalache	copresidente da international longevity centre global alliance e presidente do centro internacional de longevidade do brasil.	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: O QUE O BRASIL PODE APRENDER COM A HOLANDA?
2017	Bas van den Dungen	diretor da associação nacional de cuidados domiciliários	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: O QUE O BRASIL PODE



			APRENDER COM A HOLANDA?
2017	Enrique V. Iglesias	copresidente do ciPc	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
2017	Enrique García	copresidente do ciPc	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
2017	Pedro Wongtschowski	presidente do iedi	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
2017	Roberto Teixeira da Costa	conselheiro emérito do cebri	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
2017	Claudio Sales	presidente do instituto acende brasil	REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO
2017	Jean-François Soupizet	conselheiro científico do Futuribles International	CIDADES “INTELIGENTES”: PROJETOS, AÇÕES E DESAFIOS PARA A REINVENÇÃO DA DEMOCRACIA, DO GOVERNO E DA EXPERIÊNCIA URBANA
2017	Martín Tanaka	pesquisador do instituto de estudos Peruanos, colunista semanal do jornal La República	PERU: UM MODELO PARA A AMÉRICA LATINA?
2017	Laura Diniz	sócia-fundadora do portal jurídico Jota. É vice-presidente do instituto não aceito corrupção	AS LIÇÕES DA LAVA JATO E OS AVANÇOS E DESAFIOS NO COMBATE À CORRUPÇÃO
2017	Marcos Vinícius	fundador e diretor executivo da rede de ação Política pela sustentabilidade (raPs)	FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS: QUE MODELO O BRASIL DEVE ADOTAR?
2017	Robert Atkinson	a Fundação de tecnologia da informação e	INOVAÇÕES DISRUPTIVAS E O FUTURO DO

		inovação (information technology and innovation Foundation - itiF)	EMPREGO: AMEAÇAS E OPORTUNIDADES
2017	Fernando Mello Franco	diretor do urbeM	A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES PÚBLICOS NAS GRANDES CIDADES
2017	Philip Yang	fundador do urbeM	A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES PÚBLICOS NAS GRANDES CIDADES
2017	Rafael Birmann	presidente do conselho da Fundação birmann	A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES PÚBLICOS NAS GRANDES CIDADES
2017	Martin Wolf	editor associado e comentarista chefe de economia do jornal britânico Financial Times	A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA GLOBAL
2017	Ian Bremmer	É presidente fundador do conselho agenda global do Fórum econômico Mundial (davos) e autor de diversos livros sobre geopolítica global	OS EFEITOS DO QUADRO POLÍTICO INTERNACIONAL SOBRE A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA GLOBAL
2017	Alfredo Romero	diretor executivo da Foro Penal, ong venezuelana	A LUTA PELA DEMOCRACIA NA VENEZUELA E O QUE O BRASIL PODE FAZER
2017	David Smolansky	ex-prefeito da cidade de el hatillo e integrante e cofundador do partido voluntad Popular	A LUTA PELA DEMOCRACIA NA VENEZUELA E O QUE O BRASIL PODE FAZER
2017	Manuela Bolivar	deputada venezuelana, também do partido	A LUTA PELA DEMOCRACIA NA VENEZUELA E O QUE

		voluntad Popular e fundadora da organização Futuro Presente	O BRASIL PODE FAZER
2017	Tamara Taraciuk Broner	pesquisadora sênior da divisão das américas da human rights Watch	A LUTA PELA DEMOCRACIA NA VENEZUELA E O QUE O BRASIL PODE FAZER
2017	Dominique Reynié	diretor-geral da Fundação para a inovação Política (Fondapol)	MACRON FRENTE À AMEAÇA DO NACIONALISMO XENÓFOBO E À ESPERANÇA DE RENOVAÇÃO DO PROJETO EUROPEU
2017	Clemente Ganz Lúcio	diretor técnico do departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos (dieese) desde 2004	REFORMA TRABALHISTA: O QUE MUDA, O QUE DEVE MUDAR
2017	Eduardo Pastore	advogado trabalhista, consultor da confederação nacional da indústria (cni/Pda) e membro do conselho de relações do trabalho da Fecomércio e Fiesp.	REFORMA TRABALHISTA: O QUE MUDA, O QUE DEVE MUDAR
2017	Adilson Araújo	presidente nacional da central dos trabalhadores e trabalhadoras do brasil (ctb) nos mandatos 2013-2017 e 2017-2021	REFORMA TRABALHISTA: O QUE MUDA, O QUE DEVE MUDAR
2017	Manuel Trajtenberg	participa de conselhos consultivos da organização para a cooperação e	INOVAÇÕES DISRUPTIVAS E O FUTURO DO EMPREGO: AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

		desenvolvimento econômico (ocde)	
2018	Eduardo Pastore	advogado trabalhista, consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI/PDA) e membro do Conselho de Relações do Trabalho da Fecomércio e da Fiesp	RELAÇÕES TRABALHISTAS PÓS-REFORMA: COMO FICAM AS NEGOCIAÇÕES ENTRE EMPREGADOS E EMPREGADORES?
2018	Fausto Augusto Junior	coordenador de educação e comunicação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e professor da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho	RELAÇÕES TRABALHISTAS PÓS-REFORMA: COMO FICAM AS NEGOCIAÇÕES ENTRE EMPREGADOS E EMPREGADORES?
2018	Juvandia Moreira Leite	vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) desde 2016.	RELAÇÕES TRABALHISTAS PÓS-REFORMA: COMO FICAM AS NEGOCIAÇÕES ENTRE EMPREGADOS E EMPREGADORES?
2018	Embaixador Rafael Grossi	CTBTO	50 ANOS DO TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES: IMPASSES E PERSPECTIVAS
2018	Embaixador Marcos Azambuja	conselheiro emérito do Centro Brasileiro de Relações	50 ANOS DO TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES:

		Internacionais (CEBRI)	IMPASSES E PERSPECTIVAS
2018	Dr. Marco Marzo	secretário-geral da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).	50 ANOS DO TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES: IMPASSES E PERSPECTIVAS
2018	Embaixador Marcel Fortuna Biato	representante do Brasil junto à AIEA e CTBTO	50 ANOS DO TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES: IMPASSES E PERSPECTIVAS
2018	Dra. Renata Dalaqua	Superintendente de Projetos do CEBRI	50 ANOS DO TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES: IMPASSES E PERSPECTIVAS
2018	Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima	presidente da Fundação Alexandre de Gusmão	50 ANOS DO TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES: IMPASSES E PERSPECTIVAS
2018	Roberto Rodrigues	SRB	SEGURANÇA ALIMENTAR GLOBAL: UMA POLÍTICA DE ESTADO
2018	Arthur R. Kroeber	membro do Comitê Nacional de Relações EUA-China	APRENDENDO A VIVER COM A RIVALIDADE ESTRATÉGICA ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A CHINA
2018	Kenarik Boujikian Felipe	co-fundadora e presidente da Associação Juizes para a Democracia	O JUDICIÁRIO: ENTRE OS PERIGOS DA IMPUNIDADE E OS RISCOS DO PUNITIVISMO
2018	Bernardo Sorj	Edelstein	LANÇAMENTO - SOBREVIVENDO NAS

			REDES: GUIA DO CIDADÃO
2018	Pedro Dória	CBN	LANÇAMENTO - SOBREVIVENDO NAS REDES: GUIA DO CIDADÃO
2018	Edmar Bacha	é diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG)	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - POR QUE FICAMOS PARA TRÁS?
2018	Bernard Appy	diretor do Centro de Cidadania Fiscal	A DIFÍCIL REFORMA TRIBUTÁRIA: DESAFIOS POLÍTICOS, CONCEITUAIS E PRÁTICOS
2018	Everardo Maciel	presidente do Conselho Consultivo do ETCO (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial)	A DIFÍCIL REFORMA TRIBUTÁRIA: DESAFIOS POLÍTICOS, CONCEITUAIS E PRÁTICOS
2018	Marcos Jank	fundador do Instituto de Estudos do Comércio e das Negociações Internacionais (ICONE)	PESQUISA E INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO: OS DESAFIOS DO FUTURO BATEM À PORTA
2018	Pedro de Camargo Neto	pecuarista e agricultor, foi presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)	PESQUISA E INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO: OS DESAFIOS DO FUTURO BATEM À PORTA
2018	Dmitri Trenin	dirige o Centro Carnegie de Moscou	O OCIDENTE DEVE TEMER A RÚSSIA?
2018	João Augusto Castel-Branco Goulão	médico, é desde 2005 diretor-geral do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	UM DIÁLOGO SOBRE AS POLÍTICAS DE COMBATE ÀS DROGAS

		(SICAD) e coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, em Portugal.	
2018	Mauro Teixeira	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade	REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS METROPOLITANOS
2018	José Roberto Mendonça de Barros	membro do Conselho Consultivo da FEBRABAN e fundador da empresa de consultoria empresarial MB Associados (1978)	4º REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: O BRASIL VAI PERDER ESSE TREM?
2018	Ricardo Paes de Barros	Instituto Ayrton Senna no Insper; especialista em questões relacionadas à pobreza, desigualdade e política social.	COMO VOLTAR A REDUZIR A POBREZA EM ANOS DE APERTO FISCAL?
2018	Cecilia Machado	Institute for the Study of Labor	REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE: QUAIS AS POLÍTICAS SOCIAIS MAIS EFICAZES?
2018	Naercio Menezes Filho	iNSTITUTO Millenium	REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE: QUAIS AS POLÍTICAS SOCIAIS MAIS EFICAZES?
2018	Sergio Firpo	economista, é professor titular da Cátedra Instituto	REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE:

		Unibanco no Insper e pesquisa economia do trabalho e do desenvolvimento.	QUAIS AS POLÍTICAS SOCIAIS MAIS EFICAZES?
2018	Bernardo Sorj	Edelstein	AMÉRICA LATINA: CENÁRIO DE UMA DISPUTA ESTRATÉGICA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA?
2018	Jakeline Pereira	pesquisadora do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon	OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA
2018	Roberto Waack	diretor-presidente Fundação Renova	OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA
2018	Walter Alvarenga	presidente do IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração	OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA
2018	Alan J. Berkeley	American Law Institute Continuing Legal Education (ALI CLE)	ACORDOS DE LENIÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS
2018	Caio Farah Rodriguez	professor Senior Fellow no Insper	ACORDOS DE LENIÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS
2018	Tamara Taraciuk Broner	Human Rights Watch's Americas Division	A CRISE HUMANITÁRIA NA VENEZUELA E O PAPEL DO BRASIL
2018	Maria Beatriz Bonna Nogueira	chefe do escritório do ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) em São Paulo	A CRISE HUMANITÁRIA NA VENEZUELA E O PAPEL DO BRASIL
2018	Lourival Sant'Anna	repórter na Exame, colunista no Estadão e comentarista de	INTERNATIONAL POLITICS AT A CROSSROADS: JAPAN'S DIPLOMATIC



		assuntos internacionais da Rádio CBN.	AND SECURITY STRATEGY IN THE INDO-PACIFIC REGION
2018	Francisco Gaetani	coordenador-geral do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil	EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA E INSTITUIÇÕES DE CONTROLE: COMO MAXIMIZAR OS DOIS TERMOS DA EQUAÇÃO?
2018	Luis Rubio	presidente do Conselho Mexicano de Assuntos Internacionais (COMEXI) e do thinktank México Evalúa-CIDAC	BRASIL E MÉXICO NOS GOVERNOS DE JAIR BOLSONARO E ANDRÉS MANUEL LÓPEZ OBRADOR: RELAÇÕES BILATERAIS E DESAFIOS PRESIDENCIAIS
2018	Embaixador Salvador Arriola	secretário de Cooperação Ibero-Americana na SEGIB (Secretária-Geral Ibero-Americana).	BRASIL E MÉXICO NOS GOVERNOS DE JAIR BOLSONARO E ANDRÉS MANUEL LÓPEZ OBRADOR: RELAÇÕES BILATERAIS E DESAFIOS PRESIDENCIAIS
2018	Bernardo Sorj	Centro Edelstein de Pesquisas Sociais	DEMOCRACIAS TURBULENTAS E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA INTERNACIONAL
2018	Elena Lazarou	analista política sênior, European Parliamentary Research Service (EPRS)	DEMOCRACIAS TURBULENTAS E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA INTERNACIONAL
2018	Adriana Erthal Abdenur	coordenadora da Divisão de Paz e Segurança, Instituto Igarapé.	DEMOCRACIAS TURBULENTAS E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA INTERNACIONAL

2018	Lilian Hofmeister	fundou e preside a Austrian Women Judges Association (AWJA)	DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER: DESAFIOS A SUPERAR NO MUNDO E NO BRASIL
2018	Sílvia Pimentel	membra fundadora do Conselho Consultivo do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM).	DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER: DESAFIOS A SUPERAR NO MUNDO E NO BRASIL
2018	Maria Beatriz Bonna Nogueira	chefe do escritório do ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) em São Paulo.	A CRISE HUMANITÁRIA NA VENEZUELA E O PAPEL DO BRASIL
2018	Ana Marisa Chudzinski Tavassi	Instituto Butantan	INOVAÇÃO EM SAÚDE: ONDE ESTAMOS E AONDE PODEMOS CHEGAR?
2018	Bill McIlhenny	membro sênior Wider Atlantic Fellow, The German Marshall Fund of the United States, GMF.	DEMOCRACIAS TURBULENTAS E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA INTERNACIONAL
2018	Ian Lesser	vice-presidente, The German Marshall Fund of the United States, GMF	DEMOCRACIAS TURBULENTAS E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA INTERNACIONAL
2018	Bill McIlhenny	membro sênior Wider Atlantic Fellow, The German Marshall Fund of the United States, GMF.	DEMOCRACIAS TURBULENTAS E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA INTERNACIONAL
2019	Toshihiro Nakayama	professor de política norte-americana e política externa na Keio University	Opções do Japão em um mundo turbulento

		(Tóquio), é pesquisador visitante do Woodrow Wilson International Center for Scholars, em Washington (EUA).	
2019	Eduardo Salcedo	diretor da Scientific Vortex Inc. e do Global Observatory of Transnational Criminal Networks.	Os desafios À paz na Colômbia
2019	Beatriz Cardoso	presidente do Laboratório da Educação,	Formação de professores: o que o Brasil tem a aprender com a Finlândia?
2019	Enrique V. Iglesias	Cepal	O Lugar da América Latina em um mundo em transformação
2019	Carlos Malamud	Real Instituto Elcano (Madri)	América Latina e União Europeia: história entrelaçada, mas e o futuro?
2019	Rubens Barbosa	Representante Permanente do Brasil junto à Associação Latino Americana de Integração (ALADI)	América Latina e União Europeia: história entrelaçada, mas e o futuro?
2019	Eric Glen Weyl	pesquisador principal na Microsoft Research New York City, é fundador e presidente da RadicalxChange Foundation	Mercados radicais: uma resposta criativa à crise do capitalismo liberal e da democracia representativa
2019	Fausto Augusto Junior	é coordenador de educação e comunicação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos	Educação: os desafios para implementar a reforma do Ensino Médio e renovar o Fundeb

		Socioeconômicos (DIEESE).	
2019	Emma Harrington,	gerente sênior do programa de voluntariado, na Thames21	Despoluição do Pinheiros: o que pode significar para a cidade?
2019	Roberval Tavares de Souza	Presidente Nacional da Abes	Despoluição do Pinheiros: o que pode significar para a cidade?
2019	Ronaldo Camargo	presidente do EMAE e coordenador do Projeto Novo Pinheiros.	Despoluição do Pinheiros: o que pode significar para a cidade?
2019	Stela Goldenstein	consultora do Banco Mundial para programas voltados à universalização do saneamento no Brasil.	Despoluição do Pinheiros: o que pode significar para a cidade?
2019	Catherine Wihtol de Wenden	advogada, é doutora em Ciências Políticas pela Sciences Po (Paris). Foi consultora de várias organizações, incluindo OCDE, Comissão Europeia, ACNUR e Conselho da Europa. Pesquisa fluxos migratórios, políticas de migração e cidadania.	Migrações internacionais em um mundo globalizado
2019	John Collins	diretor-Executivo da International Drug Policy Unit e editor do Journal of Illicit Economies and Development (LSE)	Mercados ilícitos e desenvolvimento no Brasil: as drogas não são uma questão isolada

2019	Leonardo Silva	coordenador de Projetos no Instituto Sou da Paz.	Mercados ilícitos e desenvolvimento no Brasil: as drogas não são uma questão isolada
2019	Luiz Guilherme Paiva	co-editor da edição brasileira do Journal of democracy	Mercados ilícitos e desenvolvimento no Brasil: as drogas não são uma questão isolada
2019	Maurício Fiore	pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).	Mercados ilícitos e desenvolvimento no Brasil: as drogas não são uma questão isolada
2019	Sabrina Martina	fundadora do Movimentos-RJ	Mercados ilícitos e desenvolvimento no Brasil: as drogas não são uma questão isolada
2019	Andre Cezar Medici	economista sênior do Banco Mundial, dedica-se há mais de 30 anos a temas relacionados à saúde.	O futuro do sus: desafios e mudanças necessárias
2019	Cesar Abicalaffe	é presidente do IBRAVS (Instituto Brasileiro de Valor em Saúde)	O futuro do sus: desafios e mudanças necessárias
2019	Claudio Lottenberg	é presidente do UnitedHealth Group Brasil e ex-presidente do Hospital Israelita Albert Einstein	O futuro do sus: desafios e mudanças necessárias
2019	Edson Correia Araujo	economista sênior do Banco Mundial.	O futuro do sus: desafios e mudanças necessárias
2019	José Cechin	engenheiro e economista, foi ministro da Previdência e Assistência Social (Governo FHC) e é superintendente executivo do Instituto de Estudos de Saúde	O futuro do sus: desafios e mudanças necessárias

		Suplementar (IESS).	
2019	Leandro Fonseca da Silva	economista, é diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).	O futuro do sus: desafios e mudanças necessárias
2019	Sergio Bitar	engenheiro civil, foi senador e ministro de três diferentes governos democráticos chilenos e é vice-presidente do Conselho Consultivo do IDEA International.	Transições democráticas: ensinamentos dos líderes políticos
2019	Daniel Zovatto	advogado ítalo-argentino, é diretor regional para a América Latina e o Caribe do IDEA International.	Transições democráticas: ensinamentos dos líderes políticos
2019	Gary Banks	economista, liderou a Comissão de Produtividade australiana (1998-2012). Preside o Comitê de Política Regulatória da OCDE.	Inovação em políticas públicas: o exemplo da Austrália
2019	Ronaldo Lemos	advogado, é professor da Columbia SIPA e pesquisador do MIT Media Lab (EUA), fundou e dirige o Instituto de Tecnologia e Sociedade (Rio)	Desafios e oportunidades da inteligência artificial para o direito e a justiça
2019	Bernardo Sorj	diretor do Centro Edelstein de Políticas Sociais (Rio de Janeiro).	A América Latina frente às transformações globais: como navegar águas turbulentas?

2019	Daniel Zovatto	diretor do IDEA Internacional para América Latina e Caribe.	A América Latina frente às transformações globais: como navegar águas turbulentas?
2019	Ignacio Walker	pesquisador sênior da CIEPLAN (Chile).	A América Latina frente às transformações globais: como navegar águas turbulentas?
2019	Manuel Marfán	ex-ministro das Finanças do Chile, é diretor do Programa CIEPLAN-UTALCA	A América Latina frente às transformações globais: como navegar águas turbulentas?
2019	Elmer Salomão	geólogo, é presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral	Direitos indígenas: entrave ao desenvolvimento ou parte da riqueza nacional?
2019	Ismael Nobre	pesquisador do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)	Direitos indígenas: entrave ao desenvolvimento ou parte da riqueza nacional?
2019	Marcio Santili	sócio-fundador do ISA (Instituto Socioambiental).	Direitos indígenas: entrave ao desenvolvimento ou parte da riqueza nacional?
2019	Rodrigo Justus	assessor técnico sênior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).	Direitos indígenas: entrave ao desenvolvimento ou parte da riqueza nacional?
2019	David Zylbersztajn	ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo	Desafios e oportunidades para as energias renováveis no Brasil
2019	Elbia Gannoum	presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica.	Desafios e oportunidades para as energias renováveis no Brasil
2019	Flávio Antônio Neiva	presidente da Associação Brasileira das	Desafios e oportunidades para as energias renováveis no Brasil

		Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE).	
2019	Giovani Vitória Machado	diretor da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).	Desafios e oportunidades para as energias renováveis no Brasil
2019	Newton José Leme Duarte	presidente executivo da Associação da Indústria de Cogeração de Energia	Desafios e oportunidades para as energias renováveis no Brasil
2019	Rodrigo Lopes Sauaia	presidente executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR).	Desafios e oportunidades para as energias renováveis no Brasil



**Anexo II. Tabela com *conexões* com representantes dos poderes políticos por ano (2004-2019).**

Ano	Nome	Conexão	Debate
2004	Juarez Brandão Lopes	Emplasa	São Paulo: desafios da dinâmica metropolitana
2004	Luiz Augusto de Castro Neves	Embaixador do Brasil na China	O futuro da China: aspectos econômicos e políticos
2004	Antônio Barros de Castro	Assessor especial do Ministério do Planejamento	Ciência, tecnologia e inovação na agenda do desenvolvimento
2004	Diana Meirelles da Motta	Secretaria de Habitação e Urbanismo do Distrito Federal	Experiência de desenvolvimento da Terceira Itália: o que temos a aprender
2004	Andrea Calabi	Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo	Experiência de desenvolvimento da Terceira Itália: o que temos a aprender
2004	John Danilovich	Embaixador dos EUA no Brasil	Perspectivas das relações entre Brasil e Estados Unidos
2004	Marco Maciel	Senador pelo DEM	As eleições de 1974 e a construção da democracia no Brasil
2004	Alberto Goldman	Deputado Federal pelo PSDB	As eleições de 1974 e a construção da democracia no Brasil
2004	Antônio Barros de Castro	Assessor especial do Ministério do Planejamento	Ciência, tecnologia e inovação na agenda do desenvolvimento
2004	Juarez Brandão Lopes	Emplasa	A segregação das metrópoles: características, tendências e políticas
2004	José Fernando Perez	Fapesp	Pesquisas com células-tronco: aspectos científicos, éticos e sociais
2005	Ricardo Paes de Barros	diretor de Estudos Sociais do IPEA	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO

			NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Gonzalo Hernández Licona	Ministério do Desenvolvimento Social do México	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Jeroen Klink	secretário de Desenvolvimento e Ação Regional de Santo André	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	José Goldemberg	secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo	MUDANÇA CLIMÁTICA E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO
2005	Paulo Roberto de Almeida	ministro- conselheiro da Embaixada em Washington	RELAÇÕES BRASIL- ESTADOS UNIDOS: ASSIMETRIAS E CONVERGÊNCIAS
2005	Paulo Delgado	Deputado Federal pelo PT-MG	O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO: EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS ATUAIS
2006	Rubens Ricupero	embaixador	América Latina e Estados Unidos em uma nova era
2006	Sergio Amaral	embaixador	América Latina e Estados Unidos em uma nova era
2006	Alberto Goldman	Deputado Federal pelo PSDB	Desafios das telecomunicações no Brasil: cenários e políticas de longo prazo
2006	Cibele Riva Rummel	perita em Planejamento Urbano do Governo do Estado de São Paulo	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	Paulo Teixeira	Vereador da cidade de São Paulo pelo PT-SP	High Level Commission on legal empowerment of the poor

2006	Luiz Carlos Correia de Carvalho	presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Energia e crescimento: cenários para a economia mundial e oportunidades para o Brasil
2006	Antonio Carlos de Mendes Thame	deputado federal pelo PSDB-SP, titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Energia e crescimento: cenários para a economia mundial e oportunidades para o Brasil
2006	Ronaldo Porto Macedo Junior	promotor de Justiça-SP	Regras do jogo e investimento no Brasil: onde estamos e para onde vamos?
2006	Jérson Kelman	Agência Nacional de Energia Elétrica	Regras do jogo e investimento no Brasil: onde estamos e para onde vamos?
2006	Maurício Lopes	Embrapa	Oportunidades para o avanço da biotecnologia no Brasil: impactos econômicos e sociais
2006	Mario Marcel	economista e presidente da comissão encarregada da atual reforma da Previdência Social no Chile.	Caminhos para a reforma da Previdência Social no Brasil
2007	Jorge Bornhausen	senador (DEM-SC)	Voto distrital: a reforma política que interessa ao Brasil
2007	José Eduardo Cardozo	deputado federal (PT-SP)	Voto distrital: a reforma política que interessa ao Brasil
2007	Miro Teixeira	deputado federal (PDT-RJ)	Voto distrital: a reforma política que interessa ao Brasil

2007	Arnaldo Madeira	deputado federal (PSDB-SP)	Voto distrital: a reforma política que interessa ao Brasil
2007	Arnaldo Jardim	deputado federal (PPS-SP).	Voto distrital: a reforma política que interessa ao Brasil
2007	Fernando Gabeira	deputado federal (PV-RJ)	Voto distrital: a reforma política que interessa ao Brasil
2007	Raul Jungmann	deputado federal (PPS-PE)	Voto distrital: a reforma política que interessa ao Brasil
2007	Maria Helena Guimarães Castro	secretária de Educação do Distrito Federal	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Juarez Brandão Lopes	Emplasa	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Luiz Paulo Vellozo Lucas	deputado federal (PSDB-ES)	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Sérgio Ruy	secretário de Planejamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Luiz Eduardo Soares	secretário municipal de Valorização da Vida e Prevenção da Violência de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro);	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Sergio Amaral	embaixador	Brasil e México: o desafio do crescimento acelerado
2007	Carlos Henrique Moreira	Embratel	Brasil e México: o desafio do crescimento acelerado

2007	Salvador Arriola	cônsul-geral do México em São Paulo	Brasil e México: o desafio do crescimento acelerado
2007	Lídia Goldenstein	economista, membro do Comitê para o Desenvolvimento do Município de São Paulo	São Paulo: declínio ou reinvenção da metrópole?
2008	Tereza.Cruvinel	diretora-presidente da Empresa Brasil de Comunicação	sEmiNário “tV PúbliCA E DEMoCrACiA: Por QuE E PARa QuE A tV BrAsil?”
2008	Eugênio.Bucci	Membro do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta (TV Cultura de São Paulo)	“As NEGoCiAçÕEs soBrE o ClimA Em FAsE DECisiVA: o QuE Está Em JoGo, o QuE QuErEm os GrANDEs JoGADorEs E Como DEVE JoGAR o BrAsil”
2008	Paulo.Markun	diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta (TV Cultura de São Paulo)	“As NEGoCiAçÕEs soBrE o ClimA Em FAsE DECisiVA: o QuE Está Em JoGo, o QuE QuErEm os GrANDEs JoGADorEs E Como DEVE JoGAR o BrAsil”
2008	José Domingos Gonzalez Miguez,	secretário-executivo da Comissão Interministerial sobre Mudanças Climáticas	“As NEGoCiAçÕEs soBrE o ClimA Em FAsE DECisiVA: o QuE Está Em JoGo, o QuE QuErEm os GrANDEs JoGADorEs E Como DEVE JoGAR o BrAsil”
2008	Francisco Graziano Neto	Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo	“As NEGoCiAçÕEs soBrE o ClimA Em FAsE DECisiVA: o QuE Está Em JoGo, o QuE QuErEm os GrANDEs JoGADorEs E Como DEVE JoGAR o BrAsil”
2008	Luiz Guilherme Schymura	ANATEL	O Futuro das telecomunicações no Brasil

2008	Renato Navarro Guerreiro	ANATEL	O Futuro das telecomunicações no Brasil
2008	Julio Semeghini	Deputado Federal pelo PSDB-SP	O Futuro das telecomunicações no Brasil
2008	Jorge Bittar	Deputado Federal pelo PT-RJ	O Futuro das telecomunicações no Brasil
2008	Paulo Bornhausen	Deputado Federal pelo DEM-SC	O Futuro das telecomunicações no Brasil
2008	Paulo Renato Souza	Deputado Federal PSDB-SP	sEmiNário “rEPENsANDo A DEmoCrACiA NA AmériCA lAtiNA: DEsAFios PolítiCos E iNtELEctuais”
2008	Fernando Gabeira	Deputado Federal PV-RJ	sEmiNário “rEPENsANDo A DEmoCrACiA NA AmériCA lAtiNA: DEsAFios PolítiCos E iNtELEctuais”
2008	Clifford Sobel	Embaixador dos Estados Unidos no Brasil	As eleições americanas
2008	Luiz Augusto de Castor Neves	Embaixador do Brasil na China	PErsPECTiVAs DAs rELAçÕEs BrAsil-CHiNA
2008	Mairan Gonçalves	Desembargador federal	usos E ABusos Dos GrAmPos tEIEFÔNicos
2008	Marcelo Itagiba	Deputado Federal PMDB-RJ	usos E ABusos Dos GrAmPos tEIEFÔNicos
2008	Gilmar Mendes	Presidente do STF	DEmoCrACiA E EstADo DE DirEito: o JuDiCiário Em FoCo
2008	José Adércio Leite Sampaio	Secretário-geral do Conselho Nacional do Ministério Público	DEmoCrACiA E EstADo DE DirEito: o JuDiCiário Em FoCo
2009	Alfredo Elfes Ayub	Comissão Federal de Eletricidade do México	II Encontro IFHC-COMEXI

2009	Alejandro Werner	Secretaria da Fazenda e do Crédito Público no México	II Encontro IFHC-COMEXI
2009	Gerônimo Gutierrez	Subsecretario para América Latina e o Caribe da Secretaria de Relações Exteriores do México	II Encontro IFHC-COMEXI
2009	Rosário Green	II Encontro IFHC-COMEXI	II Encontro IFHC-COMEXI
2009	Juan Pablo de la Iglesia	AECI	NuEVos DEsAFíos DE IA DEMoCrACiA y DEL DEsArrollo EN AmériCA lAtiNA
2009	Antônio.Palocci	Deputado Federal PT-SP	“DEsAFios Do CrEsCimENto E Do DEsENVoIVimENto: liçÕEs DA HistóriA rECENtE E PErsPECTiVAS PARa o Futuro
2009	Alberto Beltrame	Secretário do Ministério da Saúde	“DEsAFios Do CrEsCimENto E Do DEsENVoIVimENto: liçÕEs DA HistóriA rECENtE E PErsPECTiVAS PARa o Futuro
2009	Antônio Barros de Castro	Assessor da presidência do BNDES	“DEsAFios Do CrEsCimENto E Do DEsENVoIVimENto: liçÕEs DA HistóriA rECENtE E PErsPECTiVAS PARa o Futuro
2009	Flávio Dino	Deputado Federal PC do B-MA	os triBuNAis Em DEBAte: mANDAtos, PoDErEs E EstruturAs
2009	Gilson Dipp	STJ	os triBuNAis Em DEBAte: mANDAtos, PoDErEs E EstruturAs

2009	Arlindo Chinaglia	PT-SP	Pré-sAI: VAIE A PENA muDAr o mArCo rEGulAtório
2009	Luiz Paulo Velloso Lucas	PSDB-ES	Pré-sAI: VAIE A PENA muDAr o mArCo rEGulAtório
2009	Fabio.Giambiagi	Chefe de Departamento do BNDES	o BrAsil Pós-CrisE: uma AGENDA PArA A PróXimA DÉCADA
2009	Michel Rocard	Membro do parlamento europeu	CoNFERêNCiA DE são PAulo
2010	Nelson Jobim	ministro da Defesa	a estratégia nacional de defesa
2010	Nicholas Hopton	chefe do Departamento de Organizações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido	reforma da onu
2010	Edwin Samuel	, primeiro-secretário da Embaixada do Reino Unido no Relatório de Atividades 2010 43 Brasil	reforma da onu
2010	Constanza Moreira	senadora da república do Uruguai	dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na américa latina
2010	Celso Lafer	Presidente da Fapesp	dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na américa latina
2010	Ignacio Walker	senador da República e ex-ministro das Relações Exteriores do Chile	dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na américa latina



2010	Raul Jungmann	Deputado Federal PPS-PE	seminário de lançamento do livro As FARC. Uma guerrilha sem fins?
2010	Luiz Felipe Lampreia	Embaixador	seminário de lançamento do livro As FARC. Uma guerrilha sem fins?
2010	Aldo Rebelo	deputado federal (PCdoB-SP)	Mesa-redonda código Florestal Brasileiro
2010	José Aníbal	Deputado Federal PSDB-SP	Mesa-redonda código Florestal Brasileiro
2010	Antônio Carlos Pannunzio	Deputado Federal PSDB-SP	Mesa-redonda código Florestal Brasileiro
2010	Nilson Pinto de Oliveira	Deputado federal pelo PSDB-PA	Mesa-redonda código Florestal Brasileiro
2011	María Corina Machado	membro do Parlamento, Assembleia Nacional da Venezuela	A América Latina em um mundo em transformação Seminário
2011	Leonam dos Santos Guimarães	Eletronuclear	Energia nuclear no Brasil: vale a pena ter mais? Seminário
2011	Brigida Scaffo	cônsul-geral do Uruguai	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Celso Lafer	presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Constanza Moreira	senadora uruguaia da Frente Ampla	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Ignácio Walker	senador e presidente da Democracia Cristã Chilena	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	José Geraldo Traslosheros	cônsul-geral do México	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel

			do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Luiz Carlos Costa	assessor da Câmara Federal	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Raul Jungmann	presidente estadual do PPS e deputado federal	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Roberto Freire	presidente nacional do PPS e deputado federal	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Sibele Martins	assessora de imprensa do gabinete do deputado federal Roberto Freire	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Cezar Peluso	Presidente do STF	As razões da emenda Peluso
2011	Aloysio Nunes Ferreira	senador (PSDB-SP)	As razões da emenda Peluso
2011	Roberta Kaufmann	promotora pública federal	Raça e cidadania no Brasil: a questão das cotas Seminário
2011	Luiza Bairros	ministra de Estado chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Raça e cidadania no Brasil: a questão das cotas Seminário
2012	Jean Caris	subsecretário de Planejamento e Modernização da Gestão, Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro	Como Ampliar a Transparência e o Controle na Gestão de Grandes Cidades
2012	Diana Motta	diretora de Gestão de Projetos da Emplasa – Empresa Paulista de Planejamento S/A	Habitação e Usos do Solo: Entre o Mercado Imobiliário, a Segregação e a Favela
2012	Maria Cláudia Pereira de Souza	superintendente de Planejamento	Habitação e Usos do Solo: Entre o Mercado

		Habitacional na CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano	Imobiliário, a Segregação e a Favela
2012	Elisabete França	superintendente de Habitação Popular e secretária-adjunta de Habitação da Prefeitura do Município de São Paulo na gestão de Gilberto Kassab (2006-2012)	Habitação e Usos do Solo: Entre o Mercado Imobiliário, a Segregação e a Favela
2012	Claudia Costin	secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro	Educação: Como Garantir a Eficiência do Ensino em Regiões Metropolitanas
2012	Hans Dohmann	secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro	Saúde Municipal: Os Desafios do SUS e o Papel das Parcerias Público-Privadas
2012	Januario Montone	secretário de Saúde do Município de São Paulo na gestão de Gilberto Kassab (2006-2012)	Saúde Municipal: Os Desafios do SUS e o Papel das Parcerias Público-Privadas
2012	Bruno Bondarovsky	subsecretário de Planejamento da Secretaria de Ordem Pública (SEOP) do Município do Rio de Janeiro	Segurança Metropolitana: Qual é o Papel dos Municípios na Prevenção da Criminalidade?
2012	Joaquim Monteiro de Carvalho	subsecretário de Conservação da Prefeitura do Rio de Janeiro	Integração Metropolitana: Novos Desafios em Saneamento e Gestão de Recursos Hídricos
2013	Narcís Serra	Vice-presidente do governo da Espanha e ministro da Defesa nos	a Espanha e a crise na Europa: uma visão de dentro

		governos de Felipe González	
2013	Sergio amaral	Embaixador	China: the challenges of the new leadership
2013	antonio anastasia	Governador PSDB-MG	lideranças inovadoras na Gestão Pública, com antonio anastasia
2013	Sérgio Cabral	Governador pelo PMDB-RJ	diálogo com o Governador Sérgio Cabral
2013	Maria Silvia Bastos Marques	(presidente da Empresa Olímpica Municipal do Rio de Janeiro, foi presidente da CSN e diretora financeira e de planejamento do BnDES)	o legado (?) dos grandes eventos esportivos
2013	Fernando de Mello Franco	(secretário de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo)	Desafios ao Planejamento Urbano na Grande Metrópole: o caso de São Paulo
2013	aurea Maria queiroz davanzo	representantes da Emplasa	Desafios ao Planejamento Urbano na Grande Metrópole: o caso de São Paulo
2013	lucia Figueiredo Bueno de Camargo	representantes da Emplasa	Desafios ao Planejamento Urbano na Grande Metrópole: o caso de São Paulo
2013	Celso lafer	FApesp	taming the american Power: US Foreign Policy in a Multipolar World
2014	Celso lafer	FApesp	AS AMÉRICAS NO SÉCULO 21: AS PERSPECTIVAS DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS
2014	Januário Montone	secretário municipal da Saúde de São Paulo	OS DESAFIOS DE FINANCIAMENTO À SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
2014	Arnaldo Jardim	Deputado Federal PPS	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

2014	Carlos Vinícius de Sá Roriz	presidente da COMLURB	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
2014	José Mariano Beltrame	secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro	OPORTUNIDADES E AVANÇOS NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA
2014	Antonio Carlos Pannunzio	Prefeito de Sorocaba pelo PSDB	A LEI DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL (L10216/01) E A IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
2014	Marcio Fernando Elias Rosa	procurador geral de Justiça	A LEI DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL (L10216/01) E A IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
2015	Aloysio Nunes Ferreira Filho	senador do PSDB-SP	AvAliAÇÃO DAs PersPeCTivAs Do novo governo
2015	Henrique Fontana	deputado federal do PT-RS	reForMA Do sisTeMA eleiTorAl: o QUe É Melhor PARa A DeMoCrACiA BrasileirA?
2015	Marcus Pestana	deputado federal do PSDB-MG	reForMA Do sisTeMA eleiTorAl: o QUe É Melhor PARa A DeMoCrACiA BrasileirA?
2015	Jerson Kelman	presidente da Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.	o enFrenTAMenTo DA Crise hÍDriCA: UM DeBATE CoM Jerson KelMAN, PresiDenTe DA sABesP
2015	José Manuel Durão Barroso	presidente da Comissão Europeia	TrADe, FooD, energY AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD

			soUTH ATlAnTiC nATions
2015	Luís Roberto Barroso	ministro do Supremo Tribunal Federal	ConstiTuIÇÃo, DireiTo e PolíTiCA: o sTF e os PoDeres DA rePÚBliCA
2015	Rubens RicupERO	embaixador	eConoMiA, PolíTiCA e DiPloMACiA: o BrAsil eM BUscA De UMA novA AgenDA inTernACionAl
2015	Carlos Henrique Britto Cruz	diretor científico da Fapesp	A eConoMiA Do MAR: DesAFios Ao DesenvolviMenTo sUsTenTÁvel Do BrAsil
2015	Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira	comandante da Marinha desde 2015	A eConoMiA Do MAR: DesAFios Ao DesenvolviMenTo sUsTenTÁvel Do BrAsil
2015	José Augusto Vieira da Cunha de Menezes	contra-almirante	A eConoMiA Do MAR: DesAFios Ao DesenvolviMenTo sUsTenTÁvel Do BrAsil
2015	Rodrigo Mendes Carlos de Almeida	diplomata e chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores	A eConoMiA Do MAR: DesAFios Ao DesenvolviMenTo sUsTenTÁvel Do BrAsil
2015	Maria Helena de Castro	conselheira do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e diretora executiva da Fundação Seade	PIAno nACionAl DA eDUCAÇÃo: UMA AvAliAÇÃo De seUs oBJeTivos, insTrUMenTos e PossiBiliDADes De FinAnCiAMenTo
2015	Mansueto Almeida Jr.	Técnico de pesquisas no IPEA	PIAno nACionAl DA eDUCAÇÃo: UMA AvAliAÇÃo De seUs oBJeTivos, insTrUMenTos e PossiBiliDADes De FinAnCiAMenTo
2015	Antonio Anastasia	senador (PSDB-MG)	reMoÇÃo De oBsTÁCUlos Ao

			investiMenTo eM inFrAesTrUTUrA: UMA ConTriBUiÇÃo Ao DeBATE PÚBliCo e À AgenDA De PolíTicAs
2015	Jim Knight	membro da Câmara dos Lordes desde 2010	inovAÇÃO nA eDUCAÇÃO: UMA ConTriBUiÇÃo DA eXPeriÊnCia inglesa
2016	Carlos Nobre	doutor em Meteorologia pelo MIT e presidente da CAPES do Ministério da Educação e Cultura (MEC)	mudança climática: paris Foi um divisor dE águas?
2016	General Óscar Naranjo	ministro-conselheiro da Presidência para temas relacionados ao pós-conflito, direitos humanos e segurança; representante do governo da Colômbia na discussão para término do conflito e construção de paz estável e duradoura	o QuE podEmos EspErar do acordo dE paZ com as Farc: a visão do gEnEral Óscar naranJo, da comissão dE nEgociaçÕEs com o grupo guErrilHEiro
2016	Sérgio Besserman	presidente do Instituto Municipal Pereira Passos, da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	crEscimEnto, dEmocracia E distriBuição da rEnDa: Em Busca dE um novo modElo
2016	Maria Helena Guimarães Castro	secretária executiva do Ministério da	HomEnagEm a JosÉ roBErto magalhãEs tEiXEira (1937-1996)

		Educação e Cultura (MEC)	
2016	Sidney Beraldo	membro do Tribunal de Contas do Estado (TCESP)	HomEnagEm a José roBERto magalhães tEiXEira (1937-1996)
2016	João Gomes Cravinho	embaixador da União Europeia em Brasília	os dEsaFios para a conclusão do acordo mErcosul / união EuropEia
2016	Claudia Costin	secretária de Cultura do Estado de São Paulo	Educação no Brasil: o QuE podEmos aprEndEr com o mundo?
2016	José Serra	ministro das Relações Exteriores do governo do presidente Michel Temer	HomEnagEm aos 100 anos dE nascimEnto dE andré Franco montoro
2016	Luis Felipe Salomão	ministro e membro da 2ª Seção, da 4ª Turma e da Corte Especial do STJ, presidente da Comissão de Regimento Interno do STJ e da comissão de juristas	20 anos da lEi E o Futuro da arBitragEm no Brasil
2016	Ana Carla Abrão Costa	secretária de Estado da Fazenda de Goiás	os Estados E o aJustE Fiscal: pontE para o Futuro ou volta para o passado inFlacionário?
2016	Janes Vescovi	secretária do Tesouro Nacional e mestre em Economia do Setor Público pela UnB e em Administração Pública pela FGV (EBAP-RJ).	os Estados E o aJustE Fiscal: pontE para o Futuro ou volta para o passado inFlacionário?
2016	Maria Elena Boschi	ministra para as Reformas Constitucionais e	mudar a itália, para mudar a Europa: palEstra com a ministra das rEFormas



		as relações com o Parlamento do governo do primeiro ministro Matteo Renzi	constitucionais, maria ElEna BoschHi
2016	Marcelo Allain	secretário de Articulação para Investimentos e Parcerias do PPI do governo federal e coordenador-geral de Política Monetária e Financeira da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.	cEnário gloBal E invEstimEnto Em inFraEstrutura no Brasil
2016	Eduardo Deschamps	presidente do Conselho Nacional de Educação	a Educação tÉcnica E a rEForma do Ensino mÉdio
2016	Jorge Arbache	secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	a Educação tÉcnica E a rEForma do Ensino mÉdio
2016	Claudia Costin	Secretaria de Cultura de São Paulo	a Educação tÉcnica E a rEForma do Ensino mÉdio
2016	Maria Helena Guimarães Castro	secretária executiva do Ministério da Educação	a Educação tÉcnica E a rEForma do Ensino mÉdio
2016	Mendonça Filho	ministro de Estado da Educação	a Educação tÉcnica E a rEForma do Ensino mÉdio
2016	Randolfe Rodrigues	senador (REDE)	a polÍtica Em crisE: como virar o Jogo?
2016	Joëlle Milquet	ministra da Educação, da Cultura, da Infância e da	a intEgração dos imigrantEs na Europa: dEsaFios E oportunitadEs

		Federação Valônia-Bruxelas desde 2014	
2016	René van der Plas	Ministério holandês da Infraestrutura	gEstão portuária EFiciEntE: o modElo dE rotErdã
2017	Ives Gandra Martins Filho	presidente do tst e do conselho superior da Justiça do trabalho	A REFORMA TRABALHISTA: JOGO DE SOMA ZERO OU DE SOMA POSITIVA?
2017	Bruno Araújo	ministro das cidades e advogado pela universidade Federal de Pernambuco (uFPe).	MORADIA E ESPAÇO PÚBLICO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O MINHA CASA MINHA VIDA
2017	Elisabete França	diretora de Planejamento da cdhu e doutora em arquitetura e urbanismo pelo Mackenzie.	MORADIA E ESPAÇO PÚBLICO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O MINHA CASA MINHA VIDA
2017	Maria Henriqueta Arantes Alves	secretária nacional de habitação e graduada em arquitetura e urbanismo pela universidade Federal de Minas gerais (uFMg).	MORADIA E ESPAÇO PÚBLICO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O MINHA CASA MINHA VIDA
2017	John Halligan	ministro do treinamento, habilidades e inovação, membro independente do Parlamento da Irlanda, foi membro da aliança dos deputados independentes (2015) e da delegação irlandesa para o conselho da	A IRLANDA SOB O IMPACTO DO BREXIT: UMA PALESTRA DO MINISTRO IRLANDÊS JOHN HALLIGAN

		europa (2013-2015).	
2017	Luís Roberto Barroso	ministro do stF, professor titular da uerJ e professor visitante da universidade de Brasília (unb).	DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS: UM DEBATE INADIÁVEL
2017	Ana Paula Vitorino	ministra do Mar de Portugal	A ECONOMIA DO MAR E O DESENVOLVIMENTO FUTURO DE PORTUGAL E DO BRASIL
2017	Almirante de Esquadra Paulo Cezar de Quadro Küster	diretor-geral de navegação da Marinha do Brasil.	A ECONOMIA DO MAR E O DESENVOLVIMENTO FUTURO DE PORTUGAL E DO BRASIL
2017	Guiomar Namó de Mello	membro do conselho estadual de educação de São Paulo e consultora da secretaria executiva do Mec. Pedagoga pela USP, mestre e doutora em educação pela PUC-SP.	A EVOLUÇÃO DE PORTUGAL NA EDUCAÇÃO: O QUE O BRASIL TEM A APRENDER?
2017	Hussein Kalout	secretário de assuntos estratégicos da Presidência da República (Brasil)	BRASIL E ARGENTINA: DEVEM OS DOIS PAÍSES ATUAR JUNTOS NUM MUNDO EM FRAGMENTAÇÃO?
2017	Rogelio Frigerio	ministro do interior, obras Públicas e habitação da Argentina	BRASIL E ARGENTINA: DEVEM OS DOIS PAÍSES ATUAR JUNTOS NUM MUNDO EM FRAGMENTAÇÃO?
2017	Bas van den Dungen	vice-ministro da saúde da Holanda.	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O

		Foi membro do conselho da royal dutch Kentalis e diretor da associação nacional de cuidados domiciliários (landelijke vereniging voor thuiszorg).	ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: O QUE O BRASIL PODE APRENDER COM A HOLANDA?
2017	Andrés Rozental	embaixador eminente vitalício do México. Foi vice-ministro de negócios estrangeiros, embaixador no Reino Unido e na Suécia e representante permanente do México junto às Nações Unidas em genebra.	O MÉXICO FRENTE A DONALD TRUMP: QUAIS OS PRÓXIMOS ROUNDS?
2017	General de Divisão Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva	chefe do gabinete do comandante do exército	DEFESA NACIONAL, VIGILÂNCIA DE FRONTEIRAS E SEGURANÇA PÚBLICA: O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS
2017	General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas	comandante do exército brasileiro	DEFESA NACIONAL, VIGILÂNCIA DE FRONTEIRAS E SEGURANÇA PÚBLICA: O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS
2017	Fábio Bechara	promotor de Justiça do estado de são Paulo.	DEFESA NACIONAL, VIGILÂNCIA DE FRONTEIRAS E SEGURANÇA PÚBLICA: O PAPEL

			DAS FORÇAS ARMADAS
2017	João Manoel Pinho de Mello	chefe da assessoria especial de reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda.	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
2017	Jorge Arbache	secretário de assuntos internacionais do Ministério do Planejamento	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
2017	Jerson Kelman	presidente da sabesP	OS DESAFIOS DO SANEAMENTO AMBIENTAL PARA A PRÓXIMA DÉCADA
2017	Daniel Annenberg	secretário municipal de inovação e tecnologia. comandou a reestruturação do detran -sP e é um dos idealizadores do programa Poupatempo. Formado em administração Pública pela Fundação getúlio vargas (Fgv) e ciências sociais pela universidade de são Paulo (usP)	CIDADES “INTELIGENTES”: PROJETOS, AÇÕES E DESAFIOS PARA A REINVENÇÃO DA DEMOCRACIA, DO GOVERNO E DA EXPERIÊNCIA URBANA
2017	Elmer Cuba Bustinza	diretor do banco central do Peru (bcrP), professor da Pontifícia universidade católica do Peru, sócio da Macroconsult e mestre em economia pela	PERU: UM MODELO PARA A AMÉRICA LATINA?

		Pontificia universidade católica do chile	
2017	Silvana Batini Cesar Góes	procuradora regional da república do Ministério Público Federal (MPF) no rio de Janeiro e professora da Fgv na mesma cidade.	AS LIÇÕES DA LAVA JATO E OS AVANÇOS E DESAFIOS NO COMBATE À CORRUPÇÃO
2017	Alessandro Molon	deputado federal (rede) pelo rio de Janeiro desde 2014	FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS: QUE MODELO O BRASIL DEVE ADOPTAR?
2017	Bruno Carazza dos Santos	servidor público federal especialista em Políticas Públicas e gestão governamental	FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS: QUE MODELO O BRASIL DEVE ADOPTAR?
2017	Tadeu Alencar	deputado federal (Psb) por Pernambuco.	FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS: QUE MODELO O BRASIL DEVE ADOPTAR?
2017	Tereza Cristina Correia da Costa	deputada federal, vice-presidente da Frente Parlamentar da agropecuária (FPa) e líder do Partido socialista brasileiro (Psb) na câmara dos deputados.	REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E AGROPECUÁRIA DE BAIXO CARBONO: AMEAÇAS OU OPORTUNIDADES PARA O AGRONEGÓCIO?
2017	Brigadeiro Márcio Bruno	Presidente da comissão coordenadora do Programa aeronave de combate (coPac).	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: O PROJETO GRIPEN EM PAUTA
2017	Jorge Arbache	secretário de assuntos internacionais do Ministério do Planejamento	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: O PROJETO GRIPEN EM PAUTA

2017	Tarcísio Freitas	consultor legislativo da câmara dos deputados e secretário de coordenação de Projetos do Programa de Parcerias de investimentos da Presidência da república.	OPORTUNIDADES GLOBAIS E NECESSIDADES NACIONAIS EM INFRAESTRUTURA
2017	Manuela Bolivar	deputada venezuelana, também do partido voluntad Popular e fundadora da organização Futuro Presente	A LUTA PELA DEMOCRACIA NA VENEZUELA E O QUE O BRASIL PODE FAZER
2017	Embaixador Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa	ministro de primeira classe e diretor do departamento da américa do sul setentrional e ocidental do Ministério das relações exteriores.	A LUTA PELA DEMOCRACIA NA VENEZUELA E O QUE O BRASIL PODE FAZER
2017	Alexandre de Moraes	ministro do supremo tribunal Federal (stF) e professor de diversas instituições, entre elas a Faculdade de direito da usP, a escola superior do Ministério Público de são Paulo e a escola Paulista da Magistratura.	A DELAÇÃO PREMIADA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E O BRASIL
2017	Cristovam Buarque	senador da república desde 2003, professor	BRASIL, BRASILEIROS - POR QUE SOMOS ASSIM?

		universitário, engenheiro mecânico e economista.	
2018	Monica Porto	secretária adjunta de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e presidente do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP).	FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA 2018: DESAFIOS DA GESTÃO HÍDRICA NA GRANDE SÃO PAULO
2018	Kenarik Boujikian Felipe	desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi cofundadora e presidente da Associação Juízes para a Democracia	O JUDICIÁRIO: ENTRE OS PERIGOS DA IMPUNIDADE E OS RISCOS DO PUNITIVISMO
2018	Nino Toldo	desembargador no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, foi presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) de 2012 a 2014	O JUDICIÁRIO: ENTRE OS PERIGOS DA IMPUNIDADE E OS RISCOS DO PUNITIVISMO
2018	Zander Navarro,	Embrapa	PESQUISA E INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO: OS DESAFIOS DO FUTURO BATEM À PORTA
2018	Bruno Covas	Prefeito de SP	REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS METROPOLITANOS
2018	Heloisa M. Salles Penteado Proença	secretária municipal de Urbanismo e	REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS METROPOLITANOS



		Licenciamento de São Paulo	
2018	José Armênio de Brito Cruz	Presidente da SP Urbanismo	REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS METROPOLITANOS
2018	Jorge Arbache	é secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento do Brasil e secretário executivo do Fundo de Investimento Brasil-China	4º REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: O BRASIL VAI PERDER ESSE TREM?
2018	Evan Ellis	é professor-pesquisador no Instituto de Estudos Estratégicos da Escola de Guerra do Exército dos EUA. Especialista em questões relacionadas à segurança na América Latina e relação com a China, é autor de China on the Ground in Latin America (2014).	AMÉRICA LATINA: CENÁRIO DE UMA DISPUTA ESTRATÉGICA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA?
2018	Regina Silvia Pacheco	administradora e urbanista, é secretária adjunta de Governo do Município de São Paulo; foi Presidente da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).	REFORMA DO ESTADO: UMA AGENDA PARA O PRÓXIMO MANDATO PRESIDENCIAL
2018	Janaína Lima	advogada, é vereadora em São	REINVENÇÃO DA POLÍTICA: COMO

		Paulo pelo Partido Novo	RECONNECTAR INDIVÍDUOS, SOCIEDADE E ESTADO?
2018	Vicente Lobo	secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia - MME	OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA
2018	Júlio Cesar Maciel Ramundo	superintendente da Área de Indústria e Serviços do BNDE	OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA
2018	João Fernando Gomes de Oliveira	diretor-presidente do EMBRAPPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial	OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA
2018	João Carlos de Souza Meirelles	secretário de Energia e Mineração do Estado de São Paulo	OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA
2018	Ricardo Villas Bôas Cueva	ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 2011	ACORDOS DE LENIÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS
2018	Bruno Dantas Nascimento	ministro do Tribunal de Contas da União desde 2014; foi Consultor-Geral do Senado de 2007 a 2011 e membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) entre 2009 e 2011 e do Conselho Nacional	ACORDOS DE LENIÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

		de Justiça (CNJ) de 2011 a 2013.	
2018	Vladimir Aras	procurador regional da República (MPF) em Brasília, é membro do Ministério Público do Brasil desde 1993; foi secretário de Cooperação Jurídica Internacional da Procuradoria Geral da República (2013-2017).	ACORDOS DE LENIÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS
2018	General Eduardo Pazuello	general de Brigada desde 2014, é coordenador da Força Tarefa Logística Humanitária no Estado de Roraima	A CRISE HUMANITÁRIA NA VENEZUELA E O PAPEL DO BRASIL
2018	Viviane Esse	engenheira civil, é assessora especial da Casa Civil da Presidência da República, onde coordena projetos considerados prioritários	A CRISE HUMANITÁRIA NA VENEZUELA E O PAPEL DO BRASIL
2018	Fernanda de Negri	IPEA	INOVAÇÃO EM SAÚDE: ONDE ESTAMOS E AONDE PODEMOS CHEGAR?
2018	Samantha Chantal Dobrowolski	procuradora regional da República da 3ª Região e membro suplente da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público	EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA E INSTITUIÇÕES DE CONTROLE: COMO MAXIMIZAR OS DOIS TERMOS DA EQUAÇÃO?

		Federal (MPF), onde também coordena a Comissão Permanente de Assessoramento em Leniência e Colaboração Premiada	
2018	Marcelo Barros Gomes	auditor federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União desde 1995 e coordenador-geral da área de Resultados de Políticas Públicas do TCU.	EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA E INSTITUIÇÕES DE CONTROLE: COMO MAXIMIZAR OS DOIS TERMOS DA EQUAÇÃO?
2018	Kelps Lima	deputado estadual no Rio Grande do Norte, foi secretário de Mobilidade Urbana da Prefeitura de Natal	CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA: DA CRISE NASCERÁ UMA DEMOCRACIA MELHOR?
2018	Adriana Vasconcellos	professora de Geografia no ensino fundamental da rede pública, é assessora parlamentar na Câmara Municipal de São Paulo	CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA: DA CRISE NASCERÁ UMA DEMOCRACIA MELHOR?
2018	Murilo Xavier Flores	secretário de Estado de Planejamento de Santa Catarina. Foi presidente da Embrapa, da Sociedade de Economia e Sociologia Rural (SOBER) e	CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA: DA CRISE NASCERÁ UMA DEMOCRACIA MELHOR?

		secretário nacional de Desenvolvimento Rural.	
2018	Horacio Aragonés Forjaz	responsável por Relações Institucionais da FAPESP; foi vice-presidente executivo da Embraer.	A INDÚSTRIA 4.0 NA ALEMANHA: HÁ LIÇÕES ÚTEIS PARA O BRASIL?
2018	Xie Chuntao	bacharel em Educação e mestre e doutor em Direito, é vice-presidente da Escola Central do Partido Comunista da China (Escola Nacional de Administração). Foi representante no 19º Congresso Nacional do PC chinês (2017) e vice-prefeito de Jinhua (Zhejiang). É autor de dezenas de artigos e coordenou a edição de obras como History of Socialism with Chinese Characteristics, Turning China: 1976-1982 e The Track of History: Why the Communist Party of China can?.	A CHINA SOB A LIDERANÇA DE XI JINPING: UMA VISÃO DE DENTRO
2018	Zhang Zhongjun	bacharel, mestre e PhD em Direito, desde 1999 atua como professor na	A CHINA SOB A LIDERANÇA DE XI JINPING: UMA VISÃO DE DENTRO

		Escola Central do Partido Comunista da China, onde ocupou os cargos de diretor-geral do Departamento de Educação Continuada e vice-Secretário.	
2018	Ministro Michel Arslanian Neto	diplomata de carreira, é diretor do Departamento de Integração Econômica Regional do Ministério das Relações Exteriores. Serviu nas missões do Brasil junto à União Europeia, à ALADI, ao MERCOSUL e à Organização dos Estados Americanos.	BRASIL E MÉXICO NOS GOVERNOS DE JAIR BOLSONARO E ANDRÉS MANUEL LÓPEZ OBRADOR: RELAÇÕES BILATERAIS E DESAFIOS PRESIDENCIAIS
2018	Embaixador Thomas A. Shannon	subsecretário de Estado para Assuntos Políticos (2016-2018) e subsecretário de Estado para o Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos EUA (2005-2009).	DEMOCRACIAS TURBULENTAS E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA INTERNACIONAL
2019	Antonio Anastasia	Senador PSDB	Os Estados por um fio: Como sairão do fundo do poço?
2019	Aloysio Nunes Ferreira	bacharel em Direito e Economia, foi ministro das Relações	O lugar do Brasil num mundo incerto: desafios da política externa

		Exteriores (2017-2019), senador, deputado federal e vicegovernador de São Paulo.	
2019	Arthur Maia	advogado, é deputado federal (DEM-BA), reeleito em 2018. Foi relator da Lei de Responsabilidade das Estatais e da Reforma da Previdência.	Reforma da Previdência: entre o necessário e o possível
2019	Silvana Batini Cesar Góes,	procuradora Regional da República do Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro	Combate à corrupção e mudanças no direito penal
2019	Capitão de Mar e Guerra André Panno Beirão	professor do Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (EGN) da Marinha do Brasil.	A economia e a geopolítica do mar
2019	Conselheiro Rodrigo Mendes Carlos de Almeida	diplomata de carreira, é chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (DMAE) do Ministério das Relações Exteriores.	A economia e a geopolítica do mar
2019	ContraAlmirante Sergio Gago Guida,	secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).	A economia e a geopolítica do mar
2019	Barjas Negri	Prefeito Piracicaba PSDB	Educação: os desafios para implementar a

			reforma do Ensino Médio e renovar o Fundeb
2019	Maria Helena Guimarães de Castro	conselheira do Conselho Nacional de Educação/CNE	Educação: os desafios para implementar a reforma do Ensino Médio e renovar o Fundeb
2019	Embaixador Aleksandr Valentinovitch Schetinin	diretor de Departamento da América Latina do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia (desde 2012)	As visões de Moscou sobre as relações com a América Latina e o Brasil
2019	Benedito Braga	presidente da SABESP.	Despoluição do Pinheiros: o que pode significar para a cidade?
2019	Raul Jungmann	membro consultivo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	Segurança pública e crime organizado: o país sabe como enfrenta-lo?
2019	Sergio Etchegoyen	general da reserva, foi chefe do Estado-Maior do Exército (2015-16) e ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (2016-18). Formado na Academia Militar das Agulhas Negras, comandou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.	A participação das Forças Armadas no governo: um novo normal?
2019	Embaixadora Débora Vainer Barenboim-Sale	chefe do Escritório de Representação do Ministério de Relações Exteriores (MRE) em São Paulo	Para onde vão as duas coreias?



2019	Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro	secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa de Portugal.	O uso da tecnologia na reforma do Estado
2019	Daniel Annenberg	secretário municipal de Inovação e Tecnologia de São Paulo, foi um dos idealizadores e superintendente do programa Poupatempo (1996-2006).	O uso da tecnologia na reforma do Estado
2019	Denizar Vianna	médico, é secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.	O futuro do sus: desafios e mudanças necessárias
2019	Erno Harzheim	médico, é secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde. Foi secretário municipal de Saúde de Porto Alegre (2017-2018).	O futuro do sus: desafios e mudanças necessárias
2019	Paulo de Tarso Sanseverino	ministro do Superior Tribunal de Justiça.	Desafios e oportunidades da inteligência artificial para o direito e a justiça
2019	Mario Luiz Bonsaglia	geólogo, é presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral.	Direitos indígenas: entrave ao desenvolvimento ou parte da riqueza nacional?

2019	Joenia Wapichana	advogada, foi a primeira mulher indígena eleita deputada federal (REDERR).	Direitos indígenas: entrave ao desenvolvimento ou parte da riqueza nacional?
2019	Hélvio Neves Guerra	secretário-adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético.	Desafios e oportunidades para as energias renováveis no Brasil
2019	Wilson Ferreira Junior	presidente da Eletrobras desde 2016.	Desafios e oportunidades para as energias renováveis no Brasil

**Anexo III. Tabela com *conexões* em universidades, nacionais e internacionais, públicas e privadas, por ano (2004-2019)**

Ano	Palestrante	Conexão	Debate
2004	Celso Lafer	Universidade de São Paulo	<b>Por uma governança global democrática</b>
2004	Manuel Castells	Universidade da Califórnia (EUA)	<b>Por uma governança global democrática</b>
2004	Mary Kaldor	London School of Economics and Political Science (Inglaterra)	<b>Por uma governança global democrática</b>
2004	Regina Meyer	Universidade de São Paulo	São Paulo: desafios da dinâmica metropolitana
2004	Paolo Gurissati	Universidade de Pádua (Itália)	O desenvolvimento industrial e territorial na terceira Itália
2004	Demétrio Magnoli	Universidade de São Paulo	O futuro da China: aspectos econômicos e políticos
2004	Hélgio Trindade	UFRGS	As eleições de 1974 e a construção da democracia no Brasil
2004	Carlos Henrique de Brito Cruz	Reitor da Unicamp	Ciência, tecnologia e inovação na agenda do desenvolvimento
2004	João Furtado	Poli/USP	Ciência, tecnologia e inovação na agenda do desenvolvimento
2004	Suzana Pasternak	FAU/USP	A segregação das metrópoles: características, tendências e políticas
2004	Paolo Gurissati	Universidade de Pádua (Itália)	A experiência de desenvolvimento da terceira Itália: o que temos a aprender
2004	Ferruccio Bresolin	Universidade de Veneza (Itália)	A experiência de desenvolvimento da terceira Itália: o que temos a aprender

2004	Boris Fausto	USP	Documentos privados e titulares de cargos públicos
2004	Celso Lafer	USP	Documentos privados e titulares de cargos públicos
2004	Roberto DaMatta	PUC-RJ	Documentos privados e titulares de cargos públicos
2004	Ernesto Villanueva	Universidade Nacional Autônoma do México	Documentos privados e titulares de cargos públicos
2004	Richard Cox	Universidade de Pittsburgh (EUA)	Documentos privados e titulares de cargos públicos
2004	Alicia Casas de Barrán	Universidade da República de Uruguai	Documentos privados e titulares de cargos públicos
2004	Alzira Alves de Abreu	CPDOC/FGV	Documentos privados e titulares de cargos públicos
2004	Marcos Sawaja Jank	FEA/USP	Perspectivas das principais negociações comerciais em curso
2004	Marco Antônio Zago	USP	Pesquisas com células-tronco: aspectos científicos, éticos e sociais
2004	Lygia da Veiga Pereira	USP	Pesquisas com células-tronco: aspectos científicos, éticos e sociais
2004	Marcos Sagre	USP	Pesquisas com células-tronco: aspectos científicos, éticos e sociais
2005	Dominique Moisi	conselheiro especial do Institut Français des Relations Internationales (IFRI), titular da cadeira de Geopolítica	Colóquio com Dominique Moisi

		Européia do Collège D'Europe	
2005	Walter Bender	Massachusetts Institute of Technology (MIT).	O FUTURO PRÓXIMO DA TECNOLOGIA DIGITAL: IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA E A SOCIEDADE
2005	David Cavallo	Massachusetts Institute of Technology (MIT).	O FUTURO PRÓXIMO DA TECNOLOGIA DIGITAL: IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA E A SOCIEDADE
2005	Celso Lafer	USP	OS DESAFIOS DA SEGURANÇA E DO CONTROLE DE ARMAMENTOS NA AGENDA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA
2005	Sérgio Abranches	UFRJ	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Sebastian Galiani	Universidad de San Andrés (Argentina)	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Eliana Cardoso	EESP-FGV	RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS: ASSIMETRIAS E CONVERGÊNCIAS
2005	Richard Nelson	professor da Universidade de Columbia (EUA)	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO: O QUE NOS ENSINA A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

2005	Carlos Américo Pacheco	Unicamp	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO: O QUE NOS ENSINA A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL
2005	Wilson Suzigan	Unicamp	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO: O QUE NOS ENSINA A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL
2006	Raul Velloso	Yale University	Esgotamento e perspectivas do ajuste fiscal
2006	Abraham F. Lowenthal	professor da Faculdade de Relações Internacionais da University of Southern California (EUA)	Bridging the gap between ideas and power: the role and development of think tanks
2006	Abraham F. Lowenthal	professor da Faculdade de Relações Internacionais da University of Southern California (EUA)	América Latina e Estados Unidos em uma nova era
2006	Carlos Américo Pacheco	professor do Instituto de Economia da Unicamp	Desafios das telecomunicações no Brasil: cenários e políticas de longo prazo
2006	Murilo Ramos	professor da Universidade de Brasília	Desafios das telecomunicações no Brasil: cenários e políticas de longo prazo
2006	Luiz Cesar Queiroz	pesquisador em Planejamento Urbano do IPPUR/UFRJ	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	Juarez Brandão Lopes	professor da Universidade de São Paulo	High Level Commission on legal empowerment of the poor

2006	José Pastore	professor da Universidade de São Paulo	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	José Márcio Camargo	professor da Faculdade de Economia da PUC-RJ	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	Joaquim Falcão	diretor da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	Luiz Eduardo Soares	professor da Universidade Cândido Mendes	High Level Commission on legal empowerment of the poor
2006	José Roberto Moreira	presidente do Conselho Nacional de Referência em Biomassa (USP)	Energia e crescimento: cenários para a economia mundial e oportunidades para o Brasil
2006	Marcelo Paiva Abreu	professor titular do Departamento de Economia da PUC-RJ	A política externa brasileira para a América do Sul no período recente: balanço e perspectivas
2006	Sérgio Amaral	diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).	A política externa brasileira para a América do Sul no período recente: balanço e perspectivas
2006	Catalina Smulovitz	diretora do Departamento de Ciência Política e Estudos Internacionais da Universidade Torcuato Di Tella (Argentina); Ernesto Ottone, secretário executivo adjunto	Sociedade civil e democracia na América Latina: crise e reinvenção da política
2006	Celso Campilongo	professor da USP e da PUC/SP	Regras do jogo e investimento no Brasil:

			onde estamos e para onde vamos?
2006	Luiz Guilherme Schymura	diretor do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)/FGV	Regras do jogo e investimento no Brasil: onde estamos e para onde vamos?
	Ronaldo Porto Macedo Junior	Faculdade de Direito da FGV-SP	Regras do jogo e investimento no Brasil: onde estamos e para onde vamos?
2006	Samuel Pessoa	professor da FGV-RJ	Regras do jogo e investimento no Brasil: onde estamos e para onde vamos?
2006	José Maria da Silveira	IE/Unicamp	Oportunidades para o avanço da biotecnologia no Brasil: impactos econômicos e sociais
2006	Leila Oda	USP	Oportunidades para o avanço da biotecnologia no Brasil: impactos econômicos e sociais
2006	Albert Fishlow	Universidade de Columbia (EUA)	tendências e cenários da economia mundial e seus impactos sobre o Brasil
2006	André Portela Souza	professor da FGV-SP	Caminhos para a reforma da Previdência Social no Brasil
2006	Hélio Zylberstajn	professor da FEA/USP	Caminhos para a reforma da Previdência Social no Brasil
2006	Luís Eduardo Afonso	FGV/EAESP e ESPM	Caminhos para a reforma da Previdência Social no Brasil
2007	Bruno Delmas	École Nationale des Chartes (França)	Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico
2007	Ana Maria de Almeida Camargo	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)	Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico



2007	Bruno Delmas	École Nationale des Chartes (França)	Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico
2007	Luciana Quillet Heymann	pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e professora da Escola Superior de Ciências Sociais da FGV.	Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico
2007	Heloísa Liberalli Bellotto	professora de pós-graduação em História Social da FFLCH e do curso de especialização em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP).	Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico
2007	Martin Grossmann	professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e diretor do Centro Cultural São Paulo (CCSP)	Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico
2007	Regina Abreu	professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado	Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico

		do Rio de Janeiro (UNIRIO).	
2007	Carl Dahlman	professor da Georgetown University (EUA)	Inovação e competitividade
2007	Carlos Américo Pacheco	professor do Instituto de Economia da Unicamp	Inovação e competitividade
2007	Carlos Henrique de Brito Cruz	professor do Instituto de Física da Unicamp	Inovação e competitividade
2007	João Furtado	professor do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP)	Inovação e competitividade
2007	Mario Cimoli	professor do Departamento de Economia da Università di Venezia (Itália)	Inovação e competitividade
2007	Dagmar Raczinski	professora da Universidad Católica de Chile e pesquisadora da Asesorías para el Desarrollo (Chile)	Programas de transferência de renda condicionada
2007	Ernesto Cohen	professor da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO-Chile)	Programas de transferência de renda condicionada
2007	Rolando Franco	professor da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO-Chile)	Programas de transferência de renda condicionada

2007	Sônia Draibe	professora do Núcleo de Políticas Públicas (NEPP) da Unicamp.	Programas de transferência de renda condicionada
2007	Creso Franco	professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Cristián Cox	professor da Universidad Católica de Chile	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Denise Vaillant	coordenadora do programa GTD-PREAL, da Universidad ORT (Uruguai)	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Eunice Durham	professora da Universidade de São Paulo (USP)	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Gilbert Valverde	professor da University of New York (Albany, EUA)	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Maria Ligia Barbosa	professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Naércio Aquino Menezes	professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP)	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Rose Neubauer	professora da Universidade de São Paulo (USP)	Impasses e soluções para uma política educacional para a América Latina
2007	Michael Storper	professor da London School of Economics and Political Science (Reino Unido) e da University of	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina

		California (Los Angeles, EUA)	
2007	Matteo Bocci	professor da London School of Economics and Political Science (Reino Unido)	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Giuseppe Cocco	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Miguel Lengyel	pesquisador da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO-Argentina)	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Pablo Sanguinetti	professor da Universidad Torcuato di Tella (Argentina)	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Gonzalo Chavez	professor da Universidad Católica de La Paz (Bolívia)	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Fernando Abrúcio	professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Eduardo Viola	professor da Universidade de Brasília (UnB)	Meio ambiente
2007	Myanna Lahsen	Centro de Pesquisas sobre	Meio ambiente

		Ciências e Tecnologia da University of Colorado (EUA)	
2007	Adalberto Moreira Cardoso	professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ);	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Ana María Mustapic	professora da Universidad Torcuato Di Tella (Argentina);	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Angelina Peralva	professora da Université de Toulouse (Le Mirail-França);	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Antonio Mitre	professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Ari Pedro Oro	professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Bernardo Sorj	professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Catalina Smulovitz	diretora do Departamento de Ciência Política e Estudos Internacionais da Universidad Torcuato Di Tella (Argentina)	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Danilo Martuccelli	professor da Université de Sciences et Technologies de Lille (França);	Coesão social em democracia na América Latina

2007	Demetrio Magnoli	pesquisador do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACINT-USP);	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Denise Vaillant	coordenadora do programa GTD-PREAL, da Universidad ORT (Uruguai);	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Enrique Larreta	diretor-executivo do Instituto de Pluralismo Cultural da Universidade Candido Mendes (UCAM)	Coesão social em democracia na América Latina
2007	George Yudice	professor da University of New York (EUA)	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Juan Carlos Torre	professor da Universidad Torcuato Di Tella (Argentina)	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Leon Zamosc	professor da University of California (San Diego-EUA)	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Luis Alberto Quevedo	diretor do programa de Comunicação da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO-Chile)	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro	professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Nizar Messari	professor da Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ);	Coesão social em democracia na América Latina

2007	Ruben Kaztman	diretor do Programa de Investigação sobre Pobreza, Integração e Exclusão Social da Universidad Católica del Uruguay	Coesão social em democracia na América Latina
2007	Eduardo Giannetti da Fonseca	economista e professor titular do IBMEC São Paulo	Brasil e México: o desafio do crescimento acelerado
2007	Timothy Garton Ash	historiador britânico, professor de Estudos Europeus da University of Oxford (Reino Unido), Isaiah Berlin Professorial Fellow do St. Antony's College (Oxford-Reino Unido) e Senior Fellow da Hoover Institution, da University of Stanford (EUA)	The world crisis of democratic leadership and how Brazil can contribute to addressing it
2007	Celso Lafer	professor da Universidade de São Paulo (USP)	The world crisis of democratic leadership and how Brazil can contribute to addressing it
2007	Edward Glaeser	John F. Kennedy School of Government	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	José Alexandre Scheinkman	professor da Princeton University (EUA)	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Per-Olof Wikström	professor da Cambridge University (Reino Unido)	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina

2007	Maurício Rúbio	professor da Universidad de los Andes (Colômbia)	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Leandro Piquet Carneiro	professor do departamento de Ciência Política e pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (NUPPS), da Universidade de São Paulo (USP)	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Ana Maria Sanjuan	professora da Universidad Central de Venezuela	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Claudio Beato	professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Keith Krause	professor da University of Oxford (Reino Unido)	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Christopher Winship	professor da Harvard University (EUA)	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Hugo Fruhling	professor da Universidad de Chile	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Rodrigo Soares	professor da Maryland University (EUA) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Regina Madalozzo	professora do IBMEC São Paulo	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina



2007	Archon Fung	professor da Harvard University (EUA)	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Paulo Mesquita	professor da Universidade de São Paulo (USP)	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	José Miguel Cruz	professor da Universidad Centro Americana (El Salvador)	Um novo repertório de estratégias frente ao crime e à violência na América Latina
2007	Joaquim Falcão	diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ)	Cultura das transgressões no Brasil: lições da história. Superar essa cultura é condição para o desenvolvimento?
2007	José Murilo de Carvalho	professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Cultura das transgressões no Brasil: lições da história. Superar essa cultura é condição para o desenvolvimento?
2007	Leandro Piquet Carneiro	professor do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (NUPPS) da Universidade de São Paulo (USP)	Novas estratégias frente ao crime e à violência no Brasil e na América Latina
2007	Regina Madalozzo	professora do IBMEC São Paulo e superintendente do Instituto Futuro Brasil (IFB)	Novas estratégias frente ao crime e à violência no Brasil e na América Latina
2007	Rodrigo Soares	professor da University of Maryland (EUA) e da PUC-RJ	Novas estratégias frente ao crime e à violência no Brasil e na América Latina
2007	Christopher Stone	na John F. Kennedy School of Government, da Harvard University (EUA)	Políticas de combate ao crime: experiências e lições internacionais

2007	Ernesto Schargrotsky	Ph.D em economia pela Harvard University e decano da Escola de Negócios da Universidad Torcuato Di Tella (Argentina).	Políticas de combate ao crime: experiências e lições internacionais
2007	Leandro Piquet Carneiro	professor do departamento de Ciência Política e pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (NUPPS), da Universidade de São Paulo (USP),	Políticas de combate ao crime: experiências e lições internacionais
2008	Eduardo.Viola	UNB	sEminário “As NEGoCiAçÕEs soBrE o ClimA Em FAsE DECisiVA: o QuE Está Em JoGo, o QuE QuErEm os GrANDEs JoGADorEs E Como DEVE JoGAR o BrAsil”
2008	Celso Lafer	USP	Repensando a Democracia na América Latina
2008	Bernardo Sorj	UFRJ	Repensando a Democracia na América Latina
2008	Maria Hermínia Tavares de Almeida	USP	Repensando a Democracia na América Latina
2008	Gilberto Dupas	USP	Repensando a Democracia na América Latina
2008	Danilo Martuccelli	Universidade de Lille 3	Repensando a Democracia na América Latina
2008	Manuel Mora y Araujo	Universidad Torcuato di Tella (Argentina)	Repensando a Democracia na América Latina

2008	Gonzalo Chavez	Universidad Catolica Boliviana (Bolivia)	Repensando a Democracia na América Latina
2008	Boris Fausto	USP	Repensando a Democracia na América Latina
2008	Demetrio Magnoli	USP	Repensando a Democracia na América Latina
2008	Ricardo Steinfus	UFSM	Repensando a Democracia na América Latina
2008	Kenneth.Rogoff	Harvard	tHE CurrENT FiNANCiAl Crisis AND its imPACT oN THE GloBAL ECoNomy: is tHis timE DiFFErENT?"
2008	Rubens Ricupero	FAAP	As eleições americanas
2008	Sérgio Amaral	FAAP	As eleições americanas
2008	Luiz Gonzaga Beluzzo	Unicamp	A CrisE E o rEméDio: o sistEmA FiNANCEiro iNtErNACioNAL PrECisA DE mAis rEGulAção?"
2008	Claudio Haddad	Ibmec	"mAis PolíCiA E mAis Prisão: BoNs rEméDios PARa o CoNtrole Do Crime?"
2008	José Alexandre Scheikman	Princeton University	"mAis PolíCiA E mAis Prisão: BoNs rEméDios PARa o CoNtrole Do Crime?"
2008	Aloisio Pessoa de Araújo	FGV	"mAis PolíCiA E mAis Prisão: BoNs rEméDios PARa o CoNtrole Do Crime?"
2008	Mauricio Mesquita Moreira	BID	"imPACTos Dos Custos DE trANsPortE soBrE A iNtEGrAção rEGioNAL
2008	Pedro de Camargo Neto	ABIPECS	"imPACTos Dos Custos DE trANsPortE soBrE A iNtEGrAção rEGioNAL
2008	Paul Kennedy	Yale University	muDANçAs NA BAIANçA Do PoDER GloBAL: PErsPECTiVAs

			ECoNÔmiCAs E GEoPolítiCAs
2008	Nayan Chanda	Yale University	muDANçAs NA BAIANçA Do PoDEr GloBAL: PErsPECTiVAs ECoNÔmiCAs E GEoPolítiCAs
2008	Zhiwu Chen	Yale University	muDANçAs NA BAIANçA Do PoDEr GloBAL: PErsPECTiVAs ECoNÔmiCAs E GEoPolítiCAs
2008	Sérgio Amaral	FAAP	muDANçAs NA BAIANçA Do PoDEr GloBAL: PErsPECTiVAs ECoNÔmiCAs E GEoPolítiCAs
2008	Rubens Ricupero	FAAP	muDANçAs NA BAIANçA Do PoDEr GloBAL: PErsPECTiVAs ECoNÔmiCAs E GEoPolítiCAs
2008	Roberto Macedo	FAAP	muDANçAs NA BAIANçA Do PoDEr GloBAL: PErsPECTiVAs ECoNÔmiCAs E GEoPolítiCAs
2008	Célio Borja	UERJ	DEmoCrACiA E EstADo DE DirEito: o JuDiCiário Em FoCo
2008	Joaquim Falcão	FGV	DEmoCrACiA E EstADo DE DirEito: o JuDiCiário Em FoCo
2008	Miguel Reale Jr	USP	DEmoCrACiA E EstADo DE DirEito: o JuDiCiário Em FoCo
2008	Tércio Sampaio Ferraz	USP	DEmoCrACiA E EstADo DE DirEito: o JuDiCiário Em FoCo
2008	Joaquim Falcão	FGV	usos E ABusos Dos GrAmPos tEIEFÔNicos
2008	Tércio Sampaio Ferraz	USP	usos E ABusos Dos GrAmPos tEIEFÔNicos
2009	Albert Fishlow	Columbia University	NuEVos DEsAFíos DE LA DEMoCrACiA y DEl

			DEsArrollo EN AmériCA lAtiNA
2009	Michael Petin	Universidade de Pequim	The Global Crisis Seen from China
2009	Fábio Wanderley Reis	UFMG	CulturA DAs trANsGrEssÕEs: VisÕEs Do PrEsENTe
2009	Celso Lafer	USP	CulturA DAs trANsGrEssÕEs: VisÕEs Do PrEsENTe
2009	Joaquim Falcão	FGV	os triBuNAis Em DEBATE: mANDATos, PoDEREs E EstruturAs
2009	René Passet	Sorbonne	CoNFERêNCiA DE são PAulo
2009	Victor Shih	Northwestern University	CHiNA Post-Crisis: ECoNomiC AND PolitiCAI CHAllENGES
2009	Minxin Pei	Caremont College	CHiNA Post-Crisis: ECoNomiC AND PolitiCAI CHAllENGES
2010	Boris Fausto	USP	lançamento do livro Judaísmo para todos
2010	Renato Janine Ribeiro	SUP	lançamento do livro Judaísmo para todos
2010	Linda Lorimer	Yale University	digital Yale: sharing information and knowledge in an increasingly digital world
2010	Alexandre Uehara	USP	Mesa-redonda reforma da onu
2010	Flávia de Campos Mello	PUC-SP	Mesa-redonda reforma da onu
2010	Joseph Nye	Harcard University	obama and the future of american powe
2010	Carlos Romero	professor da Universidad Central de Venezuela	dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na américa latina
2010	Antonio Mitre	, professor da Universidade	Mesa-redonda dinâmicas geopolíticas globais e o

		Federal de Minas Gerais (UFMG);	futuro da democracia na américa latina
2010	John Wilkinson	, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ);	Mesa-redonda dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na américa latina
2010	Daniel Pécaut	pesquisador da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris	seminário de lançamento do livro As FARC. Uma guerrilha sem fins?
2010	Gerd Sparovek	professor da Escola de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).	agricultura vs. meio ambiente? um debate sobre o código Florestal Brasileiro
2010	Manuel Castells	professor de Sociologia da Universidade Aberta da Catalúnia (Barcelona) e da University of Southern California (Los Angeles)	seminário sobre o livro Communication power
2010	Antônio Delfim Netto	, ex-ministro do Planejamento, professor emérito da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP)	índia: uma nova china para as economias do Brasil e da américa latina?
2010	Antônio Barros de Castro	professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Institute for Advanced Study da Universidade de Princeton (EUA).	índia: uma nova china para as economias do Brasil e da américa latina?

2010	Henry Pease Garcia	professor da Universidade Católica de Lima	o estado da democracia na américa latina
2011	Renato Janine Ribeiro	professor de Ética e Filosofia Política da Universidade de São Paulo (USP)	Cultura das transgressões no Brasil: cenários do amanhã Lançamento do livro com título homônimo
2011	Ricardo Hausmann	economista e diretor do Center for International Development, de Harvard (EUA)	A América Latina em um mundo em transformação Seminário
2011	José Goldemberg	professor da USP	Energia nuclear no Brasil: vale a pena ter mais? Seminário
2011	Celso Lafer	professor de Direito da USP	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Bóris Fausto	presidente do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP (GACINT-USP)	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Gunther Rudzit	coordenador de relações internacionais da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP)	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Luciano de Freitas Pinto	assistente da reitoria da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Maria Hermínia Tavares	professora do Instituto de Relações Internacionais da USP (IRI-USP)	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário

2011	Roberto Russell	professor da Universidad di Tella (Argentina)	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Jorge Castañeda	professor catedrático da New York University	O fracasso da guerra às drogas na América Latina e no México Seminário
2011	Dominique Moïsi	professor da Harvard University	Encontro com Dominique Moïsi
2011	Antônio Sérgio Alfredo Guimarães	professor titular do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP)	Raça e cidadania no Brasil: a questão das cotas Seminário
2012	Fernando Abrucio	professor da Fundação Getúlio Vargas	Como Ampliar a Transparência e o Controle na Gestão de Grandes Cidades
2012	Ronaldo Balassiano	professor da COPPE/UFRJ	Mobilidade Urbana: Esse Problema tem Solução?
2012	Thomas Kane	professor e diretor do Centro de Pesquisas em Políticas Educacionais da Universidade de Harvard	Educação: Como Garantir a Eficiência do Ensino em Regiões Metropolitanas
2012	Barry Eichengreen	economista da Universidade da Califórnia, Berkeley	The Global Financial Crisis: Currencies and Future Scenarios
2012	Sônia Fleury	professora titular da FGV-RIO/EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas	Saúde Municipal: Os Desafios do SUS e o Papel das Parcerias Público-Privadas



2012	Cláudio Beato	professor titular do Departamento de Sociologia da UFMG e coordenador do CRISP – Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública	Segurança Metropolitana: Qual é o Papel dos Municípios na Prevenção da Criminalidade?
2012	Leandro Piquet	professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo e coordenador do programa de pesquisa em segurança e criminalidade do NUPPs – Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da mesma universidade	Segurança Metropolitana: Qual é o Papel dos Municípios na Prevenção da Criminalidade?
2012	Antonio Delfino Netto	economista e professor-emérito da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da USP.	Keynes, Crise e Política Fiscal: um debate necessário sobre um tema mal compreendido
2012	Ricardo Toledo Silva	professor titular de Infraestrutura Urbana da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP	Integração Metropolitana: Novos Desafios em Saneamento e Gestão de Recursos Hídricos
2013	Celso Lafer	professor emérito do Instituto de Relações Internacionais da USP	Brasil e América Latina: que liderança é possível?

2013	Fernando rezende	economista, professor titular da EBAPE - FgV	State vs. Market: a contemporary Perspective
2013	david Shambaugh	(diretor do programa sobre a China da Universidade de george Washington),	China: the challenges of the new leadership
2013	Manuel Castells		Crise na europa: protesto social e mudança política
2013	eduardo viola	(professor titular do instituto de relações internacionais da Universidade de Brasília	os limites planetários do crescimento econômico
2013	roberto lotufo	(professor titular na Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Unicamp)	a cultura empreendedora no Brasil: riscos e oportunidades
2013	Silvio Meira	professor titular de Engenharia de Software do Centro de informática da UFPE	a cultura empreendedora no Brasil: riscos e oportunidades
2013	Sahin alpay	professor de ciência política e relações internacionais da Universidade de Bahcesehir em istambul	turkey: domestic and foreign policy in a convulsed Middle east
2013	Stephen Walt	professor de relações internacionais da Universidade de Harvard	taming the american Power: US Foreign Policy in a Multipolar World
2013	Fernanda Meirelles	pesquisadora do Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas da	Participação do Setor Privado na oferta de Bens Públicos

		Escola de Direito da Fgv-SP	
2013	Carlos américo Pacheco	reitor do iTA - instituto Tecnológico de Aeronáutica	empreendedorismo e sistemas de inovação: como superar os desafios brasileiros
2014	Ashraf El-Sherif	professor de ciência política da American University, no Cairo	EGITO: A DEMOCRACIA AINDA TEM UMA CHANCE?
2014	James Stavridis	reitor da Escola Fletcher de Direito e Diplomacia da Universidade de Tufts	AS AMÉRICAS NO SÉCULO 21: AS PERSPECTIVAS DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS
2014	Celso Lafer	professor emérito do Instituto de Relações Internacionais da USP	AS AMÉRICAS NO SÉCULO 21: AS PERSPECTIVAS DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS
2014	Danilo Martuccelli	Professor de sociologia da Universidade Paris Descartes, membro do Institut Universitaire de France e investigador no Cerlis-CNRS	PARTICIPAÇÃO, ESPAÇO PÚBLICO E JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA
2014	Carlos Ary Sundfeld	professor da Escola de Direito da FGV-SP	PROGRAMA FEDERAL DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA: ONDE ESTAMOS, PARA ONDE VAMOS?
2014	Sam Zhao	(diretor-executivo do Centro de Cooperação China EUA da Universidade de Denver	EUA E CHINA: CHANCES DE CONFLITO E COOPERAÇÃO NA RELAÇÃO ENTRE AS DUAS POTÊNCIAS
2014	Sam Zhao	(diretor-executivo do Centro de Cooperação China	REFORMAS, POLÍTICA EXTERNA E NACIONALISMO

		EUA da Universidade de Denver	NA CHINA PÓS-COMUNISTA: O QUE ESPERAR DA NOVA LIDERANÇA CHINESA?
2014	José Roberto Afonso	pesquisador do FGV/IBRE	OS DESAFIOS DE FINANCIAMENTO À SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
2014	Paulo Modesto	professor de direito administrativo da Universidade Federal da Bahia	OS DESAFIOS À GESTÃO DA SAÚDE NO BRASIL
2014	John Wilkinson	especialista em estudos agroalimentares e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	O NOVO MUNDO RURAL E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL
2014	Antônio Márcio Buainain	(professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento (INCT/PPED)	O NOVO MUNDO RURAL E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL
2014	Valdir Schalch	professor da UFSCAR e coordenador do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Resíduos Sólidos [NEPER)	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
2014	Leandro Piquet	professor da USP e coordenador do programa de pesquisa em segurança e criminalidade do	OPORTUNIDADES E AVANÇOS NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

		Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas [NUPPs] da USP	
2014	Renato Sergio de Lima	professor da FGV e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública	OPORTUNIDADES E AVANÇOS NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA
2014	Lanxin Xiang	(professor do Graduate Institute of Geneva e da School of Advanced International Studies da Johns Hopkins University	CHINA: DESAFIOS INTERNOS E PROJEÇÃO GLOBAL
2014	José Roberto Mendonça de Barros	economista, foi professor da Faculdade de Economia da USP	O BRASIL NO NOVO MANDATO PRESIDENCIAL (2015-2018)
2014	Leandro Pique	USP	CRIME ORGANIZADO E JOVENS DA PERIFERIA
2015	Renato Janine Ribeiro	professor titular de Ética e Filosofia Política da Universidade de São Paulo	os ATEnTADos De PARis: signiFiCADos e ConseQUÊnCias Dos ATos De Terror
2015	Ronaldo Lemos	professor e pesquisador, leciona na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ	inTerneT e MoBiliZAÇÕes soCiAis: TrAnsForMAÇÕes Do esPAÇO PÚBLiCo e DA soCieDADe Civil
2015	Alfredo Valladão	professor na Sciences Po (PSIA)	TrADe, FooD, energY AnD ChAnges in The inTernATIOnAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTH ATlAnTiC nATIons

2015	Esther Brimmer	professor no International Affairs George Washington University	TrADe, FooD, enegY AnD ChAnges in The inTernATIOnAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATIons
2015	John Wilkinson	professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro	TrADe, FooD, enegY AnD ChAnges in The inTernATIOnAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATIons
2015	José Goldemberg	reitor da Universidade de São Paulo	TrADe, FooD, enegY AnD ChAnges in The inTernATIOnAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATIons
2015	Luís Roberto Barroso	professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ).	ConsTITUiÇÃo, DireiTo e PolÍTiCA: o sTF e os PoDeres DA rePÚBliCA
2015	Carlos Henrique Britto Cruz	professor titular no Instituto de Física da Unicamp	inovAÇÃo e sAÚDe no BrAsil: iDenTiFiCanDo DesAFios e BUscAnDo solUÇÕes
2015	Giovanni Cerri	professor titular de Radiologia da FMUSP	inovAÇÃo e sAÚDe no BrAsil: iDenTiFiCanDo DesAFios e BUscAnDo solUÇÕes
2015	Henrique Cymerman	professor da Universidade Israelita IDC e correspondente do Médio Oriente para La Vanguardia, Antena 3, SIC e Globo News	As relAÇÕes enTre isrAel e PAlesTinA: A visÃo e o TesTeMUnho De UM grAnDe JornAlisTA
2015	Luigi Zingales	professor de Empreendedorismo e Finanças na University of Chicago Booth School of Business e autor do livro	o CAPiTALisMo PArA o Povo e o PAPel Do esTADO

		Saving Capitalism from Capitalists.	
2015	Carlos Ari Sundfeld	professor titular da FGV Direito SP e presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP).	reMoÇÃO De oBsTÁCUlos Ao invesTiMenTo eM inFrAesTrUTUrA: UMA ConTriBUiÇÃo Ao DeBATE PÚBliCo e À AgenDA De PolÍTiCAs
2016	Sérgio Besserman,	presidente do Instituto Municipal Pereira Passos, da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e professor de economia e engenharia ambiental da PUC-RJ	crEscimEnto, dEmocracia E distriBuição da rEnDa: Em Busca dE um novo modElo
2016	Luis Vicente León	Professor no Instituto de Estudios Superiores de Administración (IESA) e Universidad Católica Andrés Bello (UCAB). Membro do Conselho da UCAB e conferencista.	vEnEZuEla: Há luZ no Fim do tÚnEl do cHavismo?
2016	Uzi Rabi	diretor do Moshe Dayan Center para Estudos do Oriente Médio e África e pesquisador sênior do Centro de Estudos Iranianos, ambos da Universidade de Tel Aviv	a gEopolítica do oriEntE mÉdio E as cHancEs dE uma solução dE dois Estados

2016	David Zylbersztajn	doutor em Economia da Energia pela Universidade de Grenoble - França	o Fim do triunFalismo pÉtroleiro E a dEFinição dE novos rumos para a EnErgia no Brasil
2016	Isidoro Cheresky	professor de Teoria Política Contemporânea na Universidade de Buenos Aires e pesquisador principal contratado do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet).	lançamEnto E-BooK ativismo polÍtico Em tEmpos dE intErnEt
2016	Marco Aurélio Nogueira	professor de Teoria Política e coordenador científico do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais	lançamEnto E-BooK ativismo polÍtico Em tEmpos dE intErnEt
2016	Pablo Ortellado	professor doutor do curso de Gestão de Políticas Públicas e orientador no programa de pós-graduação em Estudos Culturais da USP	lançamEnto E-BooK ativismo polÍtico Em tEmpos dE intErnEt
2016	Carlos Pagni	Professor de História e pesquisador na universidad Nacional de Mar del Plata e pesquisador na universidad de Buenos Aires	argEntina: um Balanço dos primEiros sEis mEsEs do govErno macri
2016	Ernesto Ricardo Sanz	professor de direito na Facultad de Ciencias Económicas da	argEntina: um Balanço dos primEiros sEis mEsEs do govErno macri



		Universidad Nacional de Cuyo e no Instituto de Seguridad Pública	
2016	Nicolas Dujovne	professor da Universidad de Buenos Aires e da Universidad Di Tella	argEntina: um Balanço dos primEiros sEis mEsEs do govErno macri
2016	Pablo Gerchunoff	professor emérito da universidad Torcuato Di Tella, professor de honra da universidad de Buenos Aires e pesquisador do Instituto de Estudios Latinoamericanos da universidad de Alcalá de Henares.	argEntina: um Balanço dos primEiros sEis mEsEs do govErno macri
2016	Paulo Portas	Professor convidado de Economia e Geopolítica nas Relações Internacionais na universidade Nova de Lisboa	a Europa Em sua Hora mais grave
2016	Claudia Costin	É professora da Faculdade de Educação de Harvard.	Educação no Brasil: o QuE podEmos aprEndEr com o mundo?
2016	Naercio Menezes Filho	professor associado da USP	Educação no Brasil: o QuE podEmos aprEndEr com o mundo?
2016	Juan Gabriel Tokatlian	sociólogo e professor de Relações Internacionais na universidad Di Tella (uTDT), em Buenos Aires	dEmocracias turBulEntas: o QuE acontecE na Europa, na amÉrica latina E nos Eua?

2016	Flávio Luiz Yarshell	professor de Direito na USP	20 anos da IEi E o Futuro da arBitragEm no Brasil
2016	Marcelo José Magalhães Bonizzi	professor de graduação e de pós-graduação da USP, autor de livros e artigos e procurador do Estado de São Paulo	20 anos da IEi E o Futuro da arBitragEm no Brasil
2016	Lanxin Xiang	professor de História Internacional e Política do Graduate Institute of International and Development Studies (IHED)	a cHina soB Xi Jinping: o QuE QuEr E o QuE podE o lídEr cHinês?
2016	Heizo Takenaka	Professor honorário na Keio university, em Tóquio, onde lecionou por muitos anos.	Japão: a polÍtica EconÔmica dE sHinZo aBE Em QuEstão
2016	Fernando Limongi	professor titular da USP	a polÍtica Em crisE: como virar o Jogo?
2017	David Held	diretor do university college, da universidade de durham (reino unido), onde também é professor de ciência Política e relações internacionais e diretor do institute of global Policy.	DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA: O MUNDO ESTÁ EM MARCHA A RÉ?
2017	Eduardo Augusto Guimarães	professor titular do instituto de economia da uFrJ	POLÍTICA INDUSTRIAL PARA PETRÓLEO E GÁS: QUAL O RUMO A SEGUIR?

2017	Eloi Fernández y Fernández	pesquisador do departamento de engenharia Mecânica da Puc-rio e diretor-geral da organização nacional da indústria do Petróleo (oniP, 2002-2017).	POLÍTICA INDUSTRIAL PARA PETRÓLEO E GÁS: QUAL O RUMO A SEGUIR?
2017	Nuno Crato	Professor catedrático de Matemática e estatística no instituto superior de economia e gestão. licenciado em economia, mestre em Métodos Matemáticos para gestão de empresa pela universidade técnica de lisboa e doutor em Matemática aplicada pela universidade de delaware	A EVOLUÇÃO DE PORTUGAL NA EDUCAÇÃO: O QUE O BRASIL TEM A APRENDER?
2017	Larry Diamond,	pesquisador sênior na hoover institution, da universidade de stanford	HÁ UM DECLÍNIO GLOBAL DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS?
2017	Dino Cofrancesco	professor emérito da Universidade de Gênova	EUROPA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DE UMA IDEIA
2017	Carlos Antonio Rocca	diretor do ceMec – centro de estudos do instituto ibMec e membro do conselho do ibgc	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

2017	Marcos Troyjo	codiretor do briclab na columbia university	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
2017	Elmer Cuba Bustinza	professor da Pontificia universidade católica do Peru	PERU: UM MODELO PARA A AMÉRICA LATINA?
2017	Martin Tanaka	professor da Pontificia universidade católica do Peru	PERU: UM MODELO PARA A AMÉRICA LATINA?
2017	Pierpaolo Cruz Bottini	dvogado, professor livre-docente da usP e membro da comissão de Jurados do Prêmio innovare	FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS: QUE MODELO O BRASIL DEVE ADOTAR?
2017	Beto Ferreira Martins Vasconcelos	professor de direito da Fgv-rJ e pesquisador visitante na universidade columbia (nY)	FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS: QUE MODELO O BRASIL DEVE ADOTAR?
2017	Silvana Batini Cesar Góes	professora da Fgv na mesma cidade	FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS: QUE MODELO O BRASIL DEVE ADOTAR?
2017	Marcos Vinícius	professor na Fundação armando alvares Penteado (FaaP) e fundador e sócio da campos & antonioli. Sergio Fausto, cientista político e superintendente da Fundação	FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS: QUE MODELO O BRASIL DEVE ADOTAR?
2017	Pablo Gerchunoff	professor emérito da universidad torcuato di tella, professor de honra da universidad de buenos aires e	ELEIÇÕES PARLAMENTARES NA ARGENTINA: NOVOS HORIZONTES ECONÔMICOS E

		pesquisador do instituto de estudios latinoamericanos, da universidad de alcalá de henares.	POLÍTICOS PARA O GOVERNO DE MAURÍCIO MACRI?
2017	Manuel Trajtenberg	leciona economia na universidade de tel aviv, é membro de institutos de pesquisa nos estados unidos e na europa, participa de conselhos consultivos da organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (ocde). especialista em economia da tecnologia e da inovação	INOVAÇÕES DISRUPTIVAS E O FUTURO DO EMPREGO: AMEAÇAS E OPORTUNIDADES
2017	Mikael Román	também é professor associado do centro de ciência climática e Pesquisa Política na universidade de linköping, na suécia. cientista social, ph.d. em ciência Política e pós-doutor pelo centro de estudos internacionais no instituto de tecnologia de Massachusetts (Mit).	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: O PROJETO GRIPEN EM PAUTA
2017	Patrícia Sampaio	professora da Fgv direito rio e da Unirio	A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES

			PÚBLICOS NAS GRANDES CIDADES
2017	David Shambaugh	professor de estudos asiáticos, ciência Política e assuntos internacionais e diretor fundador do Programa de Política da china na universidade george Washington.	O 19º CONGRESSO E O FUTURO DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA
2017	Alfredo Romero	professor da universidade central da venezuela. David Smolansky	A LUTA PELA DEMOCRACIA NA VENEZUELA E O QUE O BRASIL PODE FAZER
2017	Dominique Reynié	professor associado de ciência Política do instituto de estudos Políticos de Paris (sciences Po) e diretor-geral da Fundação para a inovação Política (Fondapol).	MACRON FRENTE À AMEAÇA DO NACIONALISMO XENÓFOBO E À ESPERANÇA DE RENOVAÇÃO DO PROJETO EUROPEU
2017	Marc Lazar	ofessor de história e sociologia Política na sciences Po, na qual é também presidente do centro de história, diretor do departamento de História e presidente do Conselho Científico. É professor associado e presidente da School of government na	MACRON FRENTE À AMEAÇA DO NACIONALISMO XENÓFOBO E À ESPERANÇA DE RENOVAÇÃO DO PROJETO EUROPEU

		universidade luiss-guido carli, em roma.	
2017	André Portela	professor da escola de economia de são Paulo da Fgv, coordenador do centro de Microeconomia aplicada e diretor do centro Fgv eesP.	REFORMA TRABALHISTA: O QUE MUDA, O QUE DEVE MUDAR
2017	Gustavo Badaró	professor associado de direito Processual Penal da usP	A DELAÇÃO PREMIADA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E O BRASIL
2017	Peter Messitte	juiz federal do distrito de Maryland, estados unidos e diretor do Programa brasileira de estudos legais e Jurídicos na american university Washington college of law.	A DELAÇÃO PREMIADA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E O BRASIL
2018	Matias Spektor	professor e coordenador do Centro de Relações Internacionais da FGV-SP	50 ANOS DO TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES: IMPASSES E PERSPECTIVAS
2018	José Caixeta Filho	professor titular da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da USP e coordenador do	SEGURANÇA ALIMENTAR GLOBAL: UMA POLÍTICA DE ESTADO

		Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (ESALQ- LOG)	
2018	Roberto Rodrigues	agrônomo e agricultor, é coordenador do Centro de Agronegócios da FGV-EESP (Fundação Getulio Vargas). Foi ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2003-2006) e presidente da Sociedade Rural Brasileira.	SEGURANÇA ALIMENTAR GLOBAL: UMA POLÍTICA DE ESTADO
2018	Oscar Vilhena Vieira	professor de Direito Constitucional e Direitos Humanos e diretor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV DIREITO SP).	O JUDICIÁRIO: ENTRE OS PERIGOS DA IMPUNIDADE E OS RISCOS DO PUNITIVISMO
2018	Samuel de Abreu Pessoa	economista, é sócio da Reliance (SP) e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE).	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - POR QUE FICAMOS PARA TRÁS?
2018	Pascal Perrineau	Professor do Instituto de Estudos Políticos de Paris, mais	BALANÇO DE 1 ANO DA PRESIDÊNCIA DE EMMANUEL MACRON: A



		conhecido como Sciences Po.	MUDANÇA ESTÁ EM MARCHA?
2018	Danilo Iglioni	professor da FEA-USP	REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS METROPOLITANOS
2018	João Fernando Gomes de Oliveir	é professor titular da Escola de Engenharia de São Carlos (USP)	4º REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: O BRASIL VAI PERDER ESSE TREM?
2018	Marta Arretche	cientista política, é professora titular da USP e diretora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid); pesquisa desigualdade e sistemas de proteção social.	COMO VOLTAR A REDUZIR A POBREZA EM ANOS DE APERTO FISCAL?
2018	Cecilia Machado	economista, é professora assistente da EPGE-FGV (Escola Brasileira de Economia e Finanças, Rio de Janeiro) e research affiliate do Institute for the Study of Labor (IZA, Alemanha).	REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE: QUAIS AS POLÍTICAS SOCIAIS MAIS EFICAZES?
2018	Naercio Menezes Filho	é professor titular (Cátedra IFB) e coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper	REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE: QUAIS AS POLÍTICAS SOCIAIS MAIS EFICAZES?
2018	Sergio Firpo	, economista, é professor titular da Cátedra Instituto Unibanco no	REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE: QUAIS AS

		Inspere e pesquisa economia do trabalho e do desenvolvimento	POLÍTICAS SOCIAIS MAIS EFICAZES?
2018	Fábio Bechara	promotor de Justiça do Estado de São Paulo, é professor na USP (pós-graduação) e na Universidade Presbiteriana Mackenzie; leciona na Escola Superior do Ministério Público de São Paulo.	DROGAS E SEGURANÇA PÚBLICA: É HORA DE DESCRIMINALIZAR?
2018	Gorete Marques	pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/ USP).	DROGAS E SEGURANÇA PÚBLICA: É HORA DE DESCRIMINALIZAR?
2018	Leandro Piquet	economista e cientista político, é professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP.	DROGAS E SEGURANÇA PÚBLICA: É HORA DE DESCRIMINALIZAR?
2018	Steven Levitsky	cientista político norte-americano e professor na Universidade Harvard (EUA), é autor de How Democracies Die: What History Reveals About Our Future (Penguin Random House, 2018), em	COMO MORREM AS DEMOCRACIAS, PALESTRA DE STEVEN LEVITSKY

		coautoria com Daniel Ziblatt.	
2018	Jairo Nicolau	cientista político especializado em sistemas eleitorais, é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	REINVENÇÃO DA POLÍTICA: COMO RECONECTAR INDIVÍDUOS, SOCIEDADE E ESTADO?
2018	Roberto Castello Branco	diretor do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da FGV e professor afiliado da FGV/EPGE.	OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA
2018	Flávio Yarshell	advogado, é professor nos cursos de graduação e pós-graduação na Faculdade de Direito da USP. Foi Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (2007-2012).	ACORDOS DE LENIÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS
2018	Prof. Dr. Gustavo S. Mesch	sociólogo, é professor e reitor da Universidade de Haifa (Israel); pesquisa temas relacionados à relação entre tecnologia e sociedade, como impactos sociais das novas mídias.	A SOCIEDADE ISRAELENSE: DINÂMICAS DE MUDANÇA E O FUTURO DA DEMOCRACIA
2018	José Eduardo Faria	Professor titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da	OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO E OS DESAFIOS

		Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da Fundação Getúlio Vargas. É autor de O Brasil Pós-Constituinte (Editora Graal).	PARA O BRASIL SAIR DA CRISE
2018	Fernando Abrucio	cientista político, é professor da Fundação Getulio Vargas (SP), onde chefi a o Departamento de Gestão Pública	OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO E OS DESAFIOS PARA O BRASIL SAIR DA CRISE
2018	Maria Paula Dallari Bucci	professora da Faculdade de Direito da USP, foi secretária de Educação Superior do Ministério da Educação (2008-2010).	OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO E OS DESAFIOS PARA O BRASIL SAIR DA CRISE
2018	Oscar Vilhena Vieira	professor de Direito Constitucional e Direitos Humanos e diretor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV DIREITO SP).	OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO E OS DESAFIOS PARA O BRASIL SAIR DA CRISE
2018	Toshihiro Minohara	professor de Diplomacia e Estudos de Segurança da Faculdade de Direito e Política da Universidade de Kobe desde 1999; leciona também na Faculdade de Estudos de	INTERNATIONAL POLITICS AT A CROSSROADS: JAPAN'S DIPLOMATIC AND SECURITY STRATEGY IN THE INDO-PACIFIC REGION

		Cooperação Internacional da mesma universidade.	
2018	Oliver Stuenkel	professor adjunto de Relações Internacionais na FGV-SP, onde também coordena a Escola de História e Ciências Sociais e o MBA em RI.	INTERNATIONAL POLITICS AT A CROSSROADS: JAPAN'S DIPLOMATIC AND SECURITY STRATEGY IN THE INDO-PACIFIC REGION
2018	Carlos Ari Sundfeld	professor titular da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP) e sócio fundador de Sundfeld Advogados; presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público e autor de Direito Administrativo para Céticos (Ed. Malheiros, 2014).	EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA E INSTITUIÇÕES DE CONTROLE: COMO MAXIMIZAR OS DOIS TERMOS DA EQUAÇÃO?
2018	Francisco Gaetani	presidente da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) desde junho de 2016. Atuou como secretário-executivo nos ministérios do Planejamento (MP) e do Meio Ambiente (MMA) e como coordenador-geral do Programa das	EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA E INSTITUIÇÕES DE CONTROLE: COMO MAXIMIZAR OS DOIS TERMOS DA EQUAÇÃO?-

		Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil.	
2018	Salvatore Settis	arqueólogo e historiador de arte italiano, é professor catedrático de arqueologia grega e romana. Entre 2008 e 2009, presidiu o Conselho Superior do Patrimônio Cultural da Itália	DESAFIOS À MEMÓRIA HISTÓRICO-CULTURAL EM SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS
2018	Fernando Nieto Morales	cientista político, é professor e pesquisador no Centro de Estudos Internacionais do Colégio de México; pesquisa organização e profissionalização do setor público, corrupção e patologias burocráticas.	ESTADO E DEMOCRACIA NO MÉXICO SOB A PRESIDÊNCIA DE AMLO: MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS OU MAIS DO MESMO?
2018	Simone Diniz	cientista social, é professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); coordena o projeto de pesquisa “Promessas de Campanha Eleitoral e Agenda de Governo - Análise da Gestão dos ex-Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula	CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA: DA CRISE NASCERÁ UMA DEMOCRACIA MELHOR?

		da Silva”, fi nanciado pela FAPESP	
2018	Giowana Cambrone	professora- orientadora nas Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA), no Rio, é especialista em democracia participativa e movimentos sociais (UFMG)	CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA: DA CRISE NASCERÁ UMA DEMOCRACIA MELHOR?
2018	Pedro Floriano Ribeiro	cientista político, é professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e editor associado da Brazilian Political Science Review.	CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA: DA CRISE NASCERÁ UMA DEMOCRACIA MELHOR?
2018	Tomoo Marukawa	professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Tóquio, foi pesquisador do Institute of Developing Economies (IDE); é autor de vários livros sobre a indústria e a economia chinesa, como O Sonho Chinês: o Capitalismo de Massa Muda o Mundo (Chikuma Shinsho, 2013) e A Economia Contemporânea Chinesa	A EXPANSÃO ECONÔMICA DA CHINA E O SEU IMPACTO NA ECONOMIA GLOBAL

		(Contemporary Chinese Economy, Yuhikaku, 2013).	
2018	Magna Inácio	professora associada do Departamento de Ciência Política da UFMG, faz pesquisas comparadas e sobre o Brasil, com foco em relação Executivo-Legislativo, exercício das presidências e governos de coalizão; recebeu o prêmio da Associação Americana de Ciência Política-APSA pelo artigo The Institutional Presidency in Latin America: A Comparative Analysis, em coautoria com Mariana Llanos.	CRISE DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: OS DESAFIOS DA GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA NO PRÓXIMO PERÍODO PRESIDENCIAL
2018	Bruno P. W. Reis	vice-diretor e professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisa o financiamento de campanhas eleitorais desde 2011.	CRISE DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: OS DESAFIOS DA GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA NO PRÓXIMO PERÍODO PRESIDENCIAL



2018	Eduardo Viola	professor titular de Relações Internacionais,	DEMOCRACIAS TURBULENTAS E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA INTERNACIONAL
2018	Sílvia Pimentel	professora doutora na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, integrou entre 2005 e 2016 o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres da Organização das Nações Unidas (CEDAW/ONU), tendo presidido o órgão no biênio 2011-2012. Além disso, é membra fundadora do Conselho Consultivo do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM).	DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER: DESAFIOS A SUPERAR NO MUNDO E NO BRASIL
2019	Toshihiro Nakayama	professor de política norteamericana e política externa na Keio University (Tóquio), é pesquisador visitante do Woodrow Wilson International	Opções do Japão em um mundo turbulento

		Center for Scholars, em Washington (EUA).	
2019	Paulo Tafner	professor e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP), autor e organizador de “Reforma da Previdência: a visita da velha senhora” (2015).	Reforma da Previdência: entre o necessário e o possível
2019	Prof. Jan-Werner Mueller	professor de Ciência Política na Universidade de Princeton (EUA) e cofundador do Colégio Europeu de Artes Liberais (ECLA; hoje: Bard Berlin). Seu livro mais recente é “What is Populism?” (University of Pennsylvania Press, 2016).	Populismo e democracia: ameaça ou corretivo?
2019	Prof. Dr. Wolfgang Merkel	diretor do programa de pesquisa “Democracia e Democratização” do Centro de Ciências Sociais WZB (Berlim) e professor de Ciência Política na Humboldt University em Berlim. É autor e editor de “Democracies and	Populismo e democracia: ameaça ou corretivo?

		Crisis: Challenges in Turbulent Times” (Springer, 2018).	
2019	Luís Greco	professor Catedrático de Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Penal Estrangeiro e Teoria do Direito Penal na Universidade Humboldt de Berlim.	Combate à corrupção e mudanças no direito penal
2019	Alaor Leite	mestre e Doutor em Direito pela Universidade Ludwig-Maximilian (Munique), é assistente científico junto à cátedra de Direito Penal da Universidade Humboldt de Berlim	Combate à corrupção e mudanças no direito penal
2019	Theo Dias	advogado criminal, é professor da Escola de Direito de São Paulo da FGV e conselheiro da Conectas Direitos Humanos.	Combate à corrupção e mudanças no direito penal
2019	Minna Mäkihonko	professora universitária especializada em educação infantil e de pessoas com necessidades especiais, é chefe de educação inclusiva na Tampere	Formação de professores: o que o Brasil tem a aprender com a Finlândia?

		University (Finlândia)	
2019	Professor Alexander Turra	biólogo, é professor titular do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IOUSP).	A economia e a geopolítica do mar
2019	Professor Jose Angel Alvarez Perez,	oceanógrafo, é professor do curso de Oceanografia e do mestrado e doutorado em Ciência e Tecnologia Ambiental da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).	A economia e a geopolítica do mar
2019	Ricardo Mariano	professor do Departamento de Sociologia da USP, é pesquisador do CNPq e autor de “Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil” (Ed. Loyola, 2018).	Os evangélicos na sociedade e na política
2019	Ronaldo de Almeida	professor do Departamento de Antropologia da UNICAMP, é diretor científico do CEBRAP e autor de “A Igreja Universal e seus demônios” (Edit. Terceiro Nome, 2009).	Os evangélicos na sociedade e na política
2019	Profª Kyung-Ae Park	presidente da Fundação Coreana na Escola de Políticas Públicas	Para onde vão as duas coreias?

		e Assuntos Globais da Universidade de British Columbia (Canadá) e coautora de “North Korea in Transition: Politics, Economy, and Society” (2012).	
2019	Cristiane Lucena Carneiro	professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo	Para onde vão as duas coreias?
2019	Kate Raworth	economista, é professora e pesquisadora visitante do Environmental Change Institute (Universidade de Oxford) e associada sênior do Institute for Sustainability Leadership (Cambridge). É uma das autoras do Human Development Report da ONU.	Os limites ecológicos do crescimento: em busca do desenvolvimento sustentável e inclusivo
2019	Carolina Grillo	Professora e pesquisadora da Universidade Federal Fluminense.	Mercados ilícitos e desenvolvimento no Brasil: as drogas não são uma questão isolada
2019	Marcella Araújo	professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Mercados ilícitos e desenvolvimento no Brasil: as drogas não são uma questão isolada

2019	Ana Maria Malik	médica, é professora titular na FGV EAESP, onde coordena o Centro de Estudos em Gestão e Planejamento em Saúde (FGVsaúde).	O futuro do sus: desafios e mudanças necessárias
2019	Abraham F. Lowenthal	cientista político, é professor emérito da University of Southern California. Foi diretor do Inter-American Dialogue (Washington, EUA).	Transições democráticas: ensinamentos dos líderes políticos
2019	Dra. Giovanna Rosso Del Brenna	historiadora da arte, é professora da Scuola di Specializzazione in Beni Storico-Artistici dell' Università di Genova	Lugares de memória e mudanças urbanas em grandes cidades: outro caminho possível?
2019	Prof. Paulo Julio Valentino Bruna	arquiteto, é professor colaborador da Universidade de São Paulo e representante da Área de Arquitetura e Urbanismo da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).	Lugares de memória e mudanças urbanas em grandes cidades: outro caminho possível?
2019	Carlos Alba Vega	sociólogo, é professor e pesquisador no El Colegio de México	Desigualdades sociais no Brasil e no México

2019	Laura Flamand	cientista política, é professora do Centro de Estudios Internacionales (El Colegio de México), onde pesquisa políticas públicas, instituições políticas comparadas e estatística aplicada	Desigualdades sociais no Brasil e no México
2019	Marta Arretche	cientista social e política, é diretora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid) e professora da FFLCH-USP, onde pesquisa desigualdade e análise comparada dos sistemas de proteção social.	Desigualdades sociais no Brasil e no México
2019	José de Souza Martins	sociólogo, é professor titular aposentado da USP e membro da Academia Paulista de Letras. Foi membro da Junta de Curadores do Fundo Voluntário da ONU contra as Formas Contemporâneas de Escravidão.	A questão racial no Brasil: como enfrenta-la?
2019	Carlos Pagni	professor de História da Universidad Nacional de Mar del Plata, foi escolhido pelo terceiro ano	Eleições na Argentina: o futuro do país vizinho e do Mercosul

		seguido como o jornalista mais respeitado da Argentina pela consultoria Poliarquía.	
2019	Tanja A. Börzel	cientista política, é professora do Otto-Suhr-Institut da Freie Universität Berlin, onde detém a Cátedra de Integração Europeia e dirige o cluster de pesquisa Contestations of the Liberal Script (SCRIPTS). É co-editora das obras “The Oxford Handbook of Comparative Regionalism” (Oxford University Press, 2016) e “European Integration Theory” (Oxford University Press 2019).	A crise da ordem liberal no mundo: qual o papel das alianças e acordos regionais?
2019	Thomas Risse	professor e pesquisador, é diretor do Center for Transnational Relations, Foreign and Security Policy da Freie Universität Berlin. É autor de “The Oxford Handbook of Comparative Regionalism”	A crise da ordem liberal no mundo: qual o papel das alianças e acordos regionais?



		(Oxford University Press 2016).	
2019	Peter Messitte	juiz federal do Distrito de Maryland (EUA), é diretor do Programa Brasil-EUA de Estudos Legais e Jurídicos na American University Washington College of Law.	Desafios e oportunidades da inteligência artificial para o direito e a justiça
2019	Oscar Vilhena Vieira	professor de Direito Constitucional e Direitos Humanos, é diretor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV DIREITO SP)	Desafios e oportunidades da inteligência artificial para o direito e a justiça
2019	Pablo Gerchunoff	professor emérito da Universidad Torcuato Di Tella (Argentina).	A América Latina frente às transformações globais: como navegar águas turbulentas?
2019	Jeremy Adelman	professor da Universidade de Princeton (EUA).	A América Latina frente às transformações globais: como navegar águas turbulentas?
2019	Lindsay Gorman	bacharel em Física (Princeton University) com mestrado em Física Aplicada (Stanford University), é fellow de tecnologias emergentes da	Ameaças e oportunidades das novas tecnologias para o desenvolvimento da democracia

		Alliance for Securing Democracy	
2019	Dominique Reynié	professor do Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po), é diretor do think tank francês Fondation pour l'innovation politique e diretor da publicação Démocraties sous tension (Fondapol, 2019).	Democracias sob tensão: uma pesquisa sobre o estado da democracia em 42 países.

**Anexo IV . Tabela com conexões com empresas por ano (2004-2019).**

Ano	Palestrante	Empresa	Debate
2004	Carlos Kawall	Citibank	<b>Tendências atuais do investimento direto estrangeiro: uma perspectiva global</b>
2005	Pedro Moreira Salles	presidente do Unibanco	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Marco Patuano	diretor geral da Telecom Itália América Latina	DESIGUALDADE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: BALANÇO E AGENDA DE POLÍTICAS
2005	Marco Antônio Fujihara	Pricewaterhouse Coopers	MUDANÇA CLIMÁTICA E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO
2006	Ronaldo Iabrudi	presidente da Telebrasil	Desafios das telecomunicações no Brasil: cenários e políticas de longo prazo
2006	Manoel Felix Cintra Neto	presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F)	Energia e crescimento: cenários para a economia mundial e oportunidades para o Brasil
2006	Manoel Felix Cintra Neto	Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).	Oportunidades para o avanço da biotecnologia no Brasil: impactos econômicos e sociais
2006	Joaquim Machado	Syngenta	Oportunidades para o avanço da biotecnologia no

			Brasil: impactos econômicos e sociais
2006	Fernando de Castro Reinach	Votorantim Novos Negócios	Oportunidades para o avanço da biotecnologia no Brasil: impactos econômicos e sociais
2007	Michel Pébereau	presidente da Federação dos Bancos Europeus e presidente mundial do BNP Paribas	A evolução do sistema financeiro mundial e os desafios da integração para os bancos brasileiros e europeus
2007	Bernard Mencier	presidente do BNP Paribas do Brasil	A evolução do sistema financeiro mundial e os desafios da integração para os bancos brasileiros e europeus 2007
2007	Orlando Lima	Vale do Rio Doce	A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina
2007	Jorge Gerdau Johannpeter	presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau	Brasil e México: o desafio do crescimento acelerado
2007	Marcos de Barros Lisboa	diretor do Unibanco.	Políticas de combate ao crime: experiências e lições internacionais
2007	Renato Diniz Junqueira	vice-presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F)	Políticas de combate ao crime: experiências e lições internacionais
2008	Ângelo Lisboa	banco JPMorgan	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Antônio Hermínio de Moraes Neto	Vice presidente da Votorantim	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Fábio Messer	Z3M Participações	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática

2008	Gabriel.Felix.Saldiva.Cintr a	Banco.Indusval.Multistoc k	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Guilherme.Pacheco	Mundi	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	isabel.Farah Schwartzman	.Editora.Moderna	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Joana.Lee.Ribeiro	Brasil.Wealth.Manageme nt	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Luiza Nascimento Marques da Cruz	Assistente de comunicação da área de sustentabilidade da. Construtora Camargo Corrêa	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Fábio Luis Chateaubriand Guedes Borba	Financeiras da Solví Participações	Mesa Redonda do Projeto Plataforma Democrática
2008	Mário Dias Ripper	F&R Engenheiros Consultoria	o Futuro DAS (tEIE)ComuNiCAÇÕEs No BrAsil
2008	Antonio Lavareda	APPM e MCI-Estratégia	Repensando a Democracia na América Latina
2008	Edmar Racha	Consultôr Sênior do Itaú	“tHE CurrENT FiNANCiAl Crisis AND its impACT oN tHE GloBAL ECoNomy: is tHis timE DiFFErENT?”
2008	Gilberto Mifano	BM&FBOVESPA	A CrisE E o rEmédio: o sistEmA FiNANCEiro iNtErNACioNAl PrECisA DE mAis rEGulAção?”
2008	Edemir Pinto	BM&FBOVESPA	A CrisE E o rEmédio: o sistEmA FiNANCEiro iNtErNACioNAl PrECisA DE mAis rEGulAção?”

2008	Gustavo Loyola	Tendências Consultoria	A Crise E o remédio: o sistema Financeiro Internacional Precisa de mais regulação?"
2008	Ilan Goldfain	Ciano	A Crise E o remédio: o sistema Financeiro Internacional Precisa de mais regulação?"
2008	Gilberto Mifano	BM&FBOVESPA	Perspectivas das relações Brasil-China
2008	Marcos Vinicius Pratini de Moraes	Grupo.JBS.Friboi	Perspectivas das relações Brasil-China
2008	Mario.Marconini	ManattJones Marconini Global Strategies	Impactos dos custos de transportes sobre a integração regional
2008	Pedro Malan	Unibanco	Mudanças na Balança do Poder Global: Perspectivas Econômicas e Geopolíticas
2009	Armínio Fraga	Gávea Investimentos	"Financeira reform: A Framework For Financial stability
2009	Artur Wichmann	Credit Suisse	The Global Crisis Seen from China
2009	Gustavo Franco	Diretor da Rio Bravo Investimentos	"Desafios do crescimento e do desenvolvimento: lições da história recente e perspectivas para o futuro
2009	Ilan Goldfajn	Itaú Unibanco	DA Crise Ao crescimento: As novas relações entre estado e o setor privado no Brasil

2009	Pérsio Arida	BTG Invest	DA CrisE Ao CrEsCimENto: As NoVAs rElAçõEs ENtrE EstADo E o sEtor PriVADo No BrAsil
2009	Edemir Pinto	BM&FBOVESPA	DA CrisE Ao CrEsCimENto: As NoVAs rElAçõEs ENtrE EstADo E o sEtor PriVADo No BrAsil
2009	Luiz Carlos Mendonça de Barros	Quest Investimentos	o BrAsil Pós-CrisE: umA AGENDA PARAA PróXimA DÉCADA
2011	Aluizio Araujo	conselheiro da Odebrecht	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Décio Oddone	vice-presidente da Braskem	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Fernando Xavier Ferreira	conselheiro da Telefônica	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	Pedro Herz	diretor-presidente da Livraria Cultura	Mudanças geopolíticas e geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul Seminário
2011	André Lara Resende	sócio-diretor da Lanx Capital	Transição incompleta e dilemas da (macro) economia brasileira Seminário
2011	Gustavo Franco	sócio-diretor da Rio Bravo Investimentos	Transição incompleta e dilemas da (macro) economia brasileira Seminário
2011	Pérsio Arida	chairman do Banco BTG Pactual	Transição incompleta e dilemas da (macro)

			economia brasileira Seminário
201 1	Pedro Malan	presidente do Conselho Consultivo Internacional do Itaú Unibanco	Transição incompleta e dilemas da (macro) economia brasileira Seminário
201 2	Louis-Vincent Gavel	CEO da Gavekal	The Key Investment Trends for 2012: especialistas em China apontam as novas tendências da economia chinesa e seus efeitos para a economia global
201 2	Arthur Kroeber	Dragonomics Research and Advisory	The Key Investment Trends for 2012: especialistas em China apontam as novas tendências da economia chinesa e seus efeitos para a economia global
201 2	Jorge Gerdau Johannpeter	presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau	A liderança do Brasil na América do Sul – Visões de Empresários, Diplomatas e Políticos
201 3	Fernando reinach	Fundo Pitanga	empreendedorismo e sistemas de inovação: como superar os desafios brasileiros
201 3	luiz eduardo rezende	diretor industrial da Prática Technicook - Technipan	empreendedorismo e sistemas de inovação: como superar os desafios brasileiros
201 3	andré lara resende	sócio-diretor da Lanx Capital	os limites planetários do crescimento econômico
201 3	Bento Koike	fundador da Tectis - Tecnologia e Sistemas Avançados	a cultura empreendedora no Brasil: riscos e oportunidades
201 3	Caio Koch-Weser	vice-presidente do conselho do Deutsche Bank	Climate Change: Sustainable development and responsible investment



2013	Wilson Poit	(diretor presidente da SP negócios e fundador da Poit Energia	São Paulo, entre o passado e o futuro: iniciativas presentes para a reinvenção da metrópole
2013	daniel Kliman	senior advisor do german Marshall Fund)	Global Swing States: Brazil, india, indonesia, turkey and the future of international order
2013	Lidia Goldenstein	Desenvolve SP	São Paulo, entre o passado e o futuro: iniciativas presentes para a reinvenção da metrópole
2014	Ian Bremmer	presidente do Eurasia Group, consultoria líder global de risco político	ASSESSING GLOBAL RISKS IN TIMES OF ECONOMIC AND GEOPOLITICAL UNCERTAINTY
2014	Jerson Kelman	Presidente Light	ÁGUA, RECURSO ESCASSO: DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
2014	Hélcio Tokeshi	economista e codiretor de infra-estrutura na GP Investments	PROGRAMA FEDERAL DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA: ONDE ESTAMOS, PARA ONDE VAMOS?
2014	Gonzalo Vecina Neto	superintendente do Hospital Sírio Libanês	OS DESAFIOS À GESTÃO DA SAÚDE NO BRASIL
2014	Marcos Jank	engenheiro agrônomo, diretor-executivo global para assuntos corporativos da BRF	O NOVO MUNDO RURAL E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL
2014	Manoel Antonio Amarante Avelino da Silva	presidente da Arcadis Logos	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
2015	Ilan Goldfajn	Economista chefe do Itaú Unibanco.	AvAliAÇÃO DAS PersPeCTivAs Do novo gove
2015	Ian Bremmer	presidente do Eurasia Group	PAnorAMAs Dos risCos geoPolíTicos

			gloBAis e seUs reFleXos soBre o BrAsil
2015	Cynthia Catlett	Forensic Investigations & Disputes Services da Grant Thornton Brasil	novos rUMos DA eConoMiA e DA PolÍTiCA eXTerna ChinesAs: CoMo e Por QUe isso iMPorTA PArA o BrAsil
2015	Paulo Funchal	sócio de Transaction Advisory Services na Grant Thornton Brasil.	novos rUMos DA eConoMiA e DA PolÍTiCA eXTerna ChinesAs: CoMo e Por QUe isso iMPorTA PArA o BrAsil
2015	Marcos Caramuru de Paiva	sócio e gestor da KEMU Consultoria de Negócios	novos rUMos DA eConoMiA e DA PolÍTiCA eXTerna ChinesAs: CoMo e Por QUe isso iMPorTA PArA o BrAsil
2015	Daniel Mangabeira	diretor de Políticas da Uber	eConoMiA, PolÍTiCA e DiPloMACiA: o BrAsil eM BUscA De UMA novA AgenDA inTernACionAl
2015	Pedro Passos	empresário e sócio fundador da Natura	eConoMiA, PolÍTiCA e DiPloMACiA: o BrAsil eM BUscA De UMA novA AgenDA inTernACionAl
2015	Ruy Salvari Baumer	presidente da Baumer S.A	inovAÇÃo e sAÚDe no BrAsil: iDenTiFiCAnDo DesAFios e BUscAnDo solUÇões
2015	André Dorf	presidente da CPFL Renováveis	CoMo ACelerAr o DesenvolviMenTo Do negÓCio De energiAs renovÁveis no BrAsil?
2015	Luiz Eduardo F. do Amaral Osorio	vice-presidente jurídico e de Relações Institucionais da CPFL Energia	CoMo ACelerAr o DesenvolviMenTo Do negÓCio De energiAs renovÁveis no BrAsil?

2015	Wilson Ferrreira Jr.	diretor-presidente da CPFL.	CoMo ACelerAr o DesenvolviMenTo Do negÓCio De energiAs renovÁveis no BrAsil?
2015	Anthony Blow	presidente e COO da Global Energy USA, Inc	TrADe, FooD, energy AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	Barry Lowenkron	VP executivo e COO na German Marshall Fund of the United States	TrADe, FooD, energy AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	Donna Hrinak	Boeing Brasil Boeing Company	TrADe, FooD, energy AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	Douglas Hengel	German Marshall Fund of the United States	TrADe, FooD, energy AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	Ezana Bocresian	cofundador e CIO da Copia Agribusiness	TrADe, FooD, energy AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	Ian Lesser	diretor executivo na Transatlantic Center e diretor-geral na German Marshall Fund of the United States	TrADe, FooD, energy AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATlAnTiC nATions
2015	Karim El Aynaoui	presidente do OCP Group	TrADe, FooD, energy AnD ChAnges in The inTernATionAl sYsTeM: vieWs FroM

			norTh AnD soUTh ATIAntiC nATions
201 5	Ricardo Veluttini	Presidente da DuPont Brazil	TrADe, FooD, energY AnD ChAnges in The inTernATIOnAl sYsTeM: vieWs FroM norTh AnD soUTh ATIAntiC nATions
201 5	Marcos Caramuru de Paiva	sócio e gestor da KEMU Consultoria de Negócios	novos rUMos DA eConoMiA e DA PolíTiCA eXTerna ChinesAs: CoMo e Por QUe isso iMPorTA PARA o BrAsil
201 6	Samuel de Abreu Pessoa	sócio da Reliance	crEscimEnto, dEmocracia E distriBuição da rEnda: Em Busca dE um novo modElo
201 6	Wilson Ferreira	presidente da CPFL Energia	HomEnagEm a José roBERto magalhãEs tEiXEira (1937-1996)
201 6	Luis Vicente León	Presidente da Datanalisis e diretor na Tendencias Digitales, Corporación Grupo químico e na Gold's Gym.	vEnEZuEla: Há luZ no Fim do tÚnEl do cHavismo?
201 6	David Zylbersztajn	Sócio e Diretor da DZ Negócios com Energia	o Fim do triunFalismo pEtrolEiro E a dEFinição dE novos rumos para a EnErgia no Brasil
201 6	Luiz Henrique Guimarães	presidente da Raízen	o Fim do triunFalismo pEtrolEiro E a dEFinição dE novos rumos para a EnErgia no Brasil
201 6	Emilio Lozoya Austin	fundador e CEO da Makech Capital, foi CEO da estatal de petróleo mexicana Pemex, cofundador e membro do conselho executivo de diversos fundos de investimento	Brasil E mÉXico: traJEtÓrias distintas E dEsaFios comuns

2016	Michael Leigh	GMF	dEmocracias turBulEntas: o QuE acontecE na Europa, na amÉrica latina E nos Eua?
2016	William McIlhenn	GMF	dEmocracias turBulEntas: o QuE acontecE na Europa, na amÉrica latina E nos Eua?
2016	James Stewart	diretor global da área de Infraestrutura da KPMG	cEnário gloBal E invEstimEnto Em inFraEstrutura no Brasil
2017	Cesar Prata	presidente do conselho de Óleo e gás da associação brasileira da indústria de Máquinas e equipamentos (abiMaQ).	POLÍTICA INDUSTRIAL PARA PETRÓLEO E GÁS: QUAL O RUMO A SEGUIR?
2017	Miguel Marques	partner da Pricewaterhousecoopers, responsável pelo projeto economia do Mar em Portugal e licenciado em economia pela universidade do Porto	A ECONOMIA DO MAR E O DESENVOLVIMENT O FUTURO DE PORTUGAL E DO BRASIL
2017	Antonio Juan Sosa	vice-presidente de infraestrutura do caF	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
2017	Dan Ioschpe	vicepresidente da iochpe-Maxion s/a e membro do conselho do instituto de estudos para o desenvolvimento industrial (iedi)	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
2017	Blanca Treviño	presidente da soFtteK	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
2017	Eliane Lustosa	diretora da área de Mercado de capitais na bndespar.	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
2017	Gustavo Grobocopatel	presidente do grupo los grobo	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

201 7	Luiz Furlan	membro do conselho de administração da brasil Foods	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
201 7	Pedro Passos	presidente do grupo natura	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
201 7	Roberto Teixeira da Costa	membro do conselho de administração da sul américa s/a	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
201 7	Octávio de Barros	sócio-diretor da b3a inovação	BRASIL: PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
201 7	José Manuel Durão Barroso	presidente do conselho do banco goldman sachs international.	PARA ONDE VAI A EUROPA? - COM JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO
201 7	Elmer Cuba Bustinza	sócio da Macroconsult	PERU: UM MODELO PARA A AMÉRICA LATINA?
201 7	Rodrigo Lima	diretor-geral da agroicone	REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E AGROPECUÁRIA DE BAIXO CARBONO: AMEAÇAS OU OPORTUNIDADES PARA O AGRONEGÓCIO?
201 7	Catherine Bromilow	membro associada do governance insights center da Pwc, coordena o grupo de estudos supervisão de riscos.	CYBERSECURITY: RISCO PARA AS EMPRESAS E PARA A PRIVACIDADE DAS PESSOAS
201 7	Armando Carbonari	vice Presidente do Programa gripen da embraer	DESENVOLVIMENT O TECNOLÓGICO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: O PROJETO GRIPEN EM PAUTA
201 7	Bengt Janér	diretor do Projeto gripen no brasil	DESENVOLVIMENT O TECNOLÓGICO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: O PROJETO GRIPEN EM PAUTA

201 7	Ian Bremmer	presidente do eurasia group, consultoria líder global de risco político. criou o primeiro índice de risco político mundial de Wall street (dPri). É presidente fundador do conselho agenda global do Fórum econômico Mundial (davos) e autor de diversos livros sobre geopolítica global.	OS EFEITOS DO QUADRO POLÍTICO INTERNACIONAL SOBRE A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA GLOBAL
201 7	James Stewart	diretor global da área de infraestrutura da KPMg, membro do conselho global de infraestrutura do Fórum econômico Mundial e presidente do conselho consultivo para a unece PPP centro de excelência.	OPORTUNIDADES GLOBAIS E NECESSIDADES NACIONAIS EM INFRAESTRUTURA
201 7	Armin Wuzella	diretor presidente da villares Metals s.a., empresa do grupo austríaco voestalpine, maior produtora de aços especiais não planos de alta-liga da américa latina e que implementou um sistema de educação profissional inspirado no sistema austríaco.	ENSINO TÉCNICO: O QUE PODEMOS APRENDER COM A ÁUSTRIA E A SUÍÇA?
201 7	Dirceu Fumach	trabalha no rh da bobst group, da suíça, com desenvolvimento de liderança, integração global e Multicultural para gestores, além de desenvolvimento de novos talentos.	ENSINO TÉCNICO: O QUE PODEMOS APRENDER COM A ÁUSTRIA E A SUÍÇA?
201 8	Marta Bacchi	gerente jurídica de Contencioso Trabalhista e Cível na Nexa Resources (antiga Votorantim Metais Zinco S.A) e	RELAÇÕES TRABALHISTAS PÓS-REFORMA: COMO FICAM AS NEGOCIAÇÕES

		coordenadora do Grupo Disciplinar Trabalhista da Votorantim.	ENTRE EMPREGADOS E EMPREGADORES?
2018	Marcos Jank	presidente da Aliança Agro Ásia-Brasil (Asia-Brazil Agro Alliance – ABAA) e fundador do Instituto de Estudos do Comércio e das Negociações Internacionais (ICONE).	PESQUISA E INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO: OS DESAFIOS DO FUTURO BATEM À PORTA
2018	José Tomé	engenheiro químico, é co-fundador e CEO da AgTech Garage, hub de conexão e inteligência focado em startups do agronegócio	PESQUISA E INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO: OS DESAFIOS DO FUTURO BATEM À PORTA
2018	Mauro Teixeira	sócio da TPA Empreendimentos e membro do Conselho Fiscal da SECOVI – SP	REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS METROPOLITANOS
2018	Ana Carla Abrão Costa	sócia da consultoria Oliver Wyman	REFORMA DO ESTADO: UMA AGENDA PARA O PRÓXIMO MANDATO PRESIDENCIAL
2018	Luiz Eduardo Fróes do Amaral Osorio	diretor-executivo de Sustentabilidade e Relações Institucionais da Vale.	OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA
2018	Juarez Saliba de Avelar,	diretor de Estratégia, Exploração, Novos Negócios e Tecnologia da Vale	OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA
2018	Otávio Cavalheira	diretor-presidente da Alcoa World Alumina Brasil Ltda	OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA
2018	Tito Botelho Martins Júnior	diretor-presidente da Nexa Resources	OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA
2018	Zeina Latif	economista-chefe da XP Investimentos.	OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO E



			OS DESAFIOS PARA O BRASIL SAIR DA CRISE
2018	Embaixador Thomas A. Shannon	subsecretário de Estado para Assuntos Políticos (2016-2018) e subsecretário de Estado para o Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos EUA (2005-2009).	DEMOCRACIAS TURBULENTAS E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA INTERNACIONAL
2019	Miguel Marques	economista, é sócio da PwC Portugal e líder do Centro de Excelência Global da PwC para os Assuntos do Mar.	A economia e a geopolítica do mar
2019	José Sampaio de Souza Filho,	empresário, é membro do Conselho Gestor do Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará (Cogefit).	A economia e a geopolítica do mar
2019	Armínio Fraga	sócio fundador da Gávea Investimentos, foi presidente do Banco Central (1999-2003), do conselho da B3 e diretor do Soros Fund Management. Doutor em economia pela Universidade Princeton (EUA), foi professor da PUC-Rio, da FGV-EPGE, da Columbia University e da Wharton School (EUA).	Estado e desigualdade no Brasil: um apanhado e algumas respostas de políticas públicas
2019	Edouard Cukierman	fundador da Catalyst Investments e do novo fundo de Private Equity Catalyst CEL (Israel-China), é presidente da Cukierman & Co. Investment House e criador da conferência Go4Israel. É co-autor de “O Vale de Israel: O	O vale de Israel: o escudo tecnológico da inovação

		Escudo Tecnológico da Inovação” (Best Business, 2019).	
2019	Antonio Simões Rodrigues	diretor Executivo da Raízen.	Desafios e oportunidades para as energias renováveis no Brasil
2019	Filipe Domingues,	diretor-presidente da EDP Renováveis Brasil	Desafios e oportunidades para as energias renováveis no Brasil
2019	Richard Threlfall	chefe global de infraestrutura da KPMG, é membro da Instituição de Engenheiros Civis (Reino Unido) e do Conselho de Infraestrutura da Confederação da Indústria Britânica. Possui experiência nos setores público nas áreas de estratégia, regulação, financiamento e governança	O investimento privado em infraestrutura no Brasil: uma visão global

## Referências

- ALMEIDA, G. R. História de uma década quase perdida – 1979-89, Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2 v., 2000.
- ALVES, M. H. N. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 4. ed., 1987
- ANDERSON, P. As antinomias de Gramsci. Crítica Marxista. São Paulo: Juruê, 1986.
- ANTUNES, R. & SILVA, M. A. M. (orgs.). O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ARANTES, P. Esquerda e direita no espelho das ONGs. Cadernos Abong, n. 27, maio 2000.
- ASSMAN, Hugo; SANTOS, Theotônio dos; CHOMSKY, Noam (orgs.). A Trilateral. Nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis: Vozes, 1979
- BARAN, P. A. & SWEEZY, P. M. Capitalismo monopolista. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 3. ed., 1978.
- BERLIN, Isaiah, Os dois conceitos de liberdade. In: HARD, H (org.), Estudos sobre a humanidade, São Paulo, Cia. das Letras, 2002
- BERRINGER, Tatiana. A tese do imperialismo brasileiro em questão. In: Revista crítica marxista, n. 36, 2013, p. 115-128
- BIANCHI, A. Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE. São Paulo: Xamã, 2001.
- BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4. ed., 1992
- BIANCHI, A. O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOITO Jr, Armando (org). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda, 2012
- BOITO Jr, Armando A Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOSCHI, R. R. Elites industriais e democracia. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOITO Jr, Armando Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa. Revista de Sociologia e Política, v.21, n.47, setembro de 2013
- BOITO Jr, Armando. (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

BOITO Jr, Armando. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 21, 2005

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999

BRAZ, Marcelo (org.). Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRUNO, R. Senhores da terra, senhores da guerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997

BUKHARIN, N. A economia mundial e o imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

BURAWOY, Michel. Marxismo encontra Bourdieu. Campinas: Unicamp, 2010.

CAMPOS, A. et al. (orgs.). Os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004.

CAMPOS, P. H. P. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. *História & Luta de Classes*, n. 6, 2008

CARCANHOLO, R. Sobre a ilusória origem da mais-valia. *Crítica Marxista*, n. 16, 2003.

CARDOSO, R. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 1(3), 1987

CASTELLS, M. La cuestión urbana. México: Siglo XXI, 1974

CHESNAIS, F. (org.). A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, F. A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO NETO, E. T. Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979- 1998). Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

CORREA, Hugo. Adequações do debate no marxismo. Tese de doutorado em Economia. Universidade Federal Fluminense, 2012

COSTA, E. A globalização e o capitalismo contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, A. de P. (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. COUTINHO, C. N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, J. A. ONGs e políticas neoliberais no Brasil. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. COUTINHO, L. & HIRATUKA, C. (orgs.). Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil. São Paulo-Campinas: Editora Unesp-Instituto de Economia da Unicamp, 2003. COX, Robert.

Social forces, states and world orders. Beyond the international relations theory. Millenium, v.12, n.2, 1981

DE PAULA, Dilma Andrade. MENDONÇA, Sônia Regina. Sociedade civil. Ensaio crítico. Jundiaí: Paco editorial, 2013

DICKSON, Paul. Think Tanks: Centrais de Ideias. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

DINIZ, E. Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-45. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DREIFUSS, R. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 5. ed., 1987

DREIFUSS, R. A Internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986

DREIFUSS, R. O jogo da direita. Petrópolis: Vozes, 1989

FERNANDES, F, Florestan. Brasil em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. Brasil e o capital imperialismo. Teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FLORESTAN, Fernandes. Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo, HUCITEC, 2 ed., p.72, 1979.

FONTES, V. Reflexões Im-pertinentes. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GALLANGHER, John; ROBINSON, Ronald. The imperialism of free trade. The economic history review, v. 6, n.1, p. 1-15, 1953.

GALVÃO, Andreia; AMORIM, Elaine; GOMES E SOUZA, Júlia; GALASTRI, Leandro. (orgs.). Capitalismo: crises e resistência. São Paulo: Outras Expressões, 2012

GARCIA, Ana Saggiaro. Empresas transnacionais brasileiras. Dupla frente de luta. In: Empresas transnacionais brasileiras na América Latina. Um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009

GARRISON, J. W. Do confronto à colaboração: relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil. Brasília: Banco Mundial, 2000.

GIANNOTTI, V. A Força Sindical: a central neoliberal de Medeiros a Paulinho. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GILL, Stephen. American hegemony and the Trilateral Commission. Cambridge: Cambridge University Press, 1990

GOHN, M. da G. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 4. ed., 2004.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. Educação Social. Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul-set, 2012

GOULART, L.; ARRUDA, C. A. & BRASIL, H. V. A evolução na dinâmica de internacionalização. Revista Brasileira de Comércio Exterior, n. 41, 1994.

GRAMSCI, A. EP (Escritos Políticos). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2004.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 6. V.

GRANEMAN, S. Para uma interpretação marxista da 'previdência privada'. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

GRIMSON, Alejandro (org.). Cultura y neoliberalismo. Buenos Aires: CLACSO, 2007

MATTOS, M. B. (coord). Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca. Rio de Janeiro: Faperj-Arquivo Público, 2003.

GUILHOT, N. The democracy makers. Human rights and International order, New York, Columbia University Press, 2005.

GUILHOT, N. Financiers, philanthropes: vocations éthiques et reproduction du capital à Wall Street depuis 1970. Paris: Raisons d'Agir, 2004

GUIOT, A. P. Um moderno Príncipe para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002). Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

HARVEY, D. Neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2014

HIRSCHMAN, A. O. As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBSON, J. A. Estudio del imperialismo. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

HOVELER, Rejane Carolina. As elites orgânicas transnacionais diante da crise. Uma história dos primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979). Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2015.

HUNTINGTON, Samuel. A terceira onda. A democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994

HUNTINGTON, Samuel. O soldado e o Estado. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996

HURREL, A. et al. Os BRICS e a ordem global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

IASI, M. L. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IGLESIAS, Roberto; VEIGA, Pedro. Promoção de exportações via internacionalização das firmas de capital brasileiro. Rio de Janeiro: Funcex/BNDES, 2002

IMIL. Videocast com Patrícia Carlos de Andrade, fundadora do Instituto Millenium. 06.10.13. Disponível em <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/institutomillenium/2013/06/10/videocast-com-patricia-carlos-de-andrade-fundadora-do-institutomillenium/>, acessado em 16.04.16.

IRLS-INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG. (org.). Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986

LAPLNE, M.; COUTINHO, L. & HIRATUKA, C. Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil. São Paulo-Campinas: Editora Unesp-Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

LEMONS, Renato. A CONEXÃO HARVARD E A POLÍTICA DE DESCOMPRESSÃO:

LENIN, V. I. Obras escolhidas. Lisboa, Moscou: Avante, Progresso, 3. v., 1977.

LESBAUPIN, Ivo. (org.). O desmonte da nação. Petrópolis: Vozes, 1999.

LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

LOSURDO, D. Hegel, Marx e a tradição liberal: liberdade, igualdade, Estado. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

LOWE, David. Idea to reality. A brief history of the National Endowment for Democracy. <http://www.ned.org/about/history>

LUCE, M. S. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

LUXEMBURG, R. A acumulação do capital. São Paulo: Nova Cultural, 2. ed., 1985.

MACPHERSON, C. B. A democracia liberal: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

MAGDOFF, Harry. A era do imperialismo. São Paulo: Hucitec, 1978;

MANDEL, Ernest. A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1985.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. Petrópolis-Buenos AiresRio de Janeiro: VozesClacso- LPP/Uerj, 2000.

MARTINS, André Silva. A direita para o social. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

MARX, K. O Capital. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2012;  
mascarado. 1 reimpr. da 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017

MATO, Daniel. On the making of transnational identities in the age of globalizacion. Caracas: UCV, 1998

MATO, Daniel. Critica de la modernidad, globalizacion, y construccion de identidades en América Latina y el Caribe. Caracas UCV, 1995

MATO, Daniel. Sobre la fetichización de la ‘globalización’. In: Revista venezolana de analisis de coyuntura, v. 5, n.1, Caracas, 1999

MATTOS, M. B. (coord.). Trabalhadores em greve, polícia em guarda. Rio de Janeiro: Faperj- Bom Texto, 2004

MATTOS, M. B. Novos e velhos sindicalismos. Niterói: Vício de Leitura, 1998

MCGANN, James G. 2014 Global go to think tank index report. 01.03.15. Philadelphia, USA: University of Pennsylvania. 2015.

MCGANN, James G. WEAVER, R. Kent. Think Tanks and Civil Societies in a Time of Change in: MCGANN, James G. WEAVER, R. Kent: Think Tanks and Civil Societies. USA, UK: Transaction Publishers, 2005;

MELO, D. B. A miséria da historiografia. Outubro, n. 14, 2006.

MENDONÇA, S. R. Agronomia e poder no Brasil. Niterói: Vício de Leitura, 1998.

MENDONÇA, S. R. O patronato rural no Brasil Recente (1964-1993). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

MENDONÇA, S. R. O ruralismo brasileiro. São Paulo: Hucitec, 1997

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Campinas-São Paulo: Unicamp-Boitempo, 2002.



MORGENTHAU, H. Política entre las naciones. La lucha por el poder y por La paz. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1985.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro: o processo de um racismo

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 1995.

NEVES, L. M. W. & PRONKO, M. O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 2008.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M.A. & SANTOS, M.A. C. (coords.). Debates e síntese do seminário Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 2007

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). Nova pedagogia da hegemonia. Estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das relações internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

NOVOA, L. F. O Brasil e seu ‘desbordamento’: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: IRLS-Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2009.

OLIVEIRA, F. & RIZEK, C. S. (orgs.). A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, F. A Crítica da Razão Dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.) Hegemonia às avessas. Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil. São Paulo: Ática, 1990

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução às relações internacionais. Temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004

PEREIRA, Amilcar; ALBERTI, Verena. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nO 37, janeiro-junho de 2006.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro – 1944-2008, Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

PEREIRA, L. C. B. Integração latino-americana ou americana? Novos Estudos Cebrap, n. 31, 1991.

PEREIRA, T. D. O não-governamental em questão: um estudo sobre o universo ABONG. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

- POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- RAGO FILHO, Antônio. Os ensinamentos de Samuel Huntington para o processo de autorreforma da autocracia burguesa bonapartista. In: Anais do XIX Encontro regional de História. Poder, violência e exclusão. ANPUH/SP-USP, São Paulo, setembro de 2008;
- RAPLEY, J. Globalization and inequality. Neoliberalism's downward Spiral, Colorado: Lynne Reiner, 2004.
- REIS, F. W. et al. A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988
- ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EduerjContraponto, 2001.
- ROUQUIÉ, Alain; SCHVARZER, Jorge; LAMOUNIER, Bolivar. Como renascem as democracias. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SAES, D. República do capital: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001
- SAES, Décio. República do capital. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SALVADOR, Evilásio et. al. (org). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.
- SANTOS, Thetonio. The multinational corporation. Cell of a contemporary capitalism. Toronto: Laru, 1978.
- SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 40
- SCOTT, James. WALTERS, Kelly. Supporting de Wave. Western political foundations and the promotion of a global democratic society. Global Society. V. 14, n. , 2000. P. 243-244.
- SILVA, C. L. Veja: o indispensável partido neoliberal. Cascavel: Edunioeste, 2009.
- SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto; DA SILVA, Márcio Antônio Both (orgs.). Ditaduras e democracias. Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM Editora, 2014.
- SINGER, André. Os sentidos do lulismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012
- SINGER, Paul. Dominação e desigualdade. Estrutura de classe e repartição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SOBRE AS ORIGENS DA TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL PÓS64. Tempos

- SPOSITO, Eliveu Savério; SANTOS, Leandro Bruno. O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras. São Paulo: Outras Expressões, 2012
- TEIXEIRA, R.A. Desenvolvimento, dependência e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, 2007.
- TULLY, James. Two concepts of liberty in context. In: BAUM, B. (org.) Isaiah Berlin and the politics of freedom. Nova York: Routledge, 2014, p.24
- VALLOIS, Henri-V. As raças humanas. Tradução: Y. Leite. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- WALLERSTEIN, I. Le capitalisme historique. Paris: La Découverte, 1987.
- WOOD, E Democracia contra capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2003.
- WOOD, E. M. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- ZIBECHI, Raul. Brasil potência. Entre a integração regional e um novo imperialismo. São Paulo: Consequência, 2010.